

LOTTA CONTINUA



Un altro monito dal Portogallo

Repubblica

1975
LUGLIO
12

INCOMBE SUL PORTOGALLO LA MINACCIA DI UNA DITTATURA MILITARE

A Lisbona si teme che l'esercito metta al bando tutti i partiti

Polemiche in Italia fra DC e PS

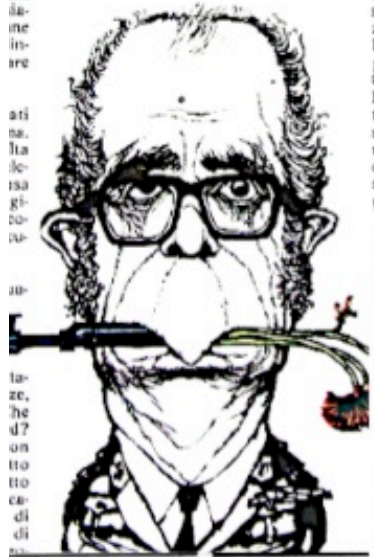
Il dissidio fra socialisti e comunisti potrebbe portare alla rottura della coalizione - Soares ha ribadito il proposito di uscire dal governo se non verrà assicurata la libertà di stampa e garantita l'elezione a scrutinio segreto dei sindacati

Rivoluzione accelerata

Il ministro era in una... la militare... la « questione comunista »

Lisbona, 11 maggio. Mentre si prepara a Lisbona la rottura della coalizione di governo in conseguenza della richiesta del partito socialista di assicurare la libertà di stampa e di garantire l'elezione a scrutinio segreto dei sindacati...

IL COMPROMESSO STORICO E IL TERZO INCOMODO



Il Portogallo arroventa la campagna elettorale

I democristiani attaccano il PCI e rimproverano anche ai socialisti di non volere imparare « la lezione portoghese » - Il PSI non risparmia dure critiche ai comunisti di Lisbona



DC E PSDI INVITANO GLI ITALIANI A RIFLETTERE

Il Portogallo di nuovo al centro delle polemiche

socialisti polemizzano con i comunisti, ma anche con i democristiani e i socialdemocratici, accusati di abbandonarsi a una «spudorata strumentalizzazione elettorale

GRAVI DICHIARAZIONI DI ESPONENTI POLITICI SUGLI AVVENIMENTI IN PORTOGALLO
Lisbona ripete nella sostanza gli avvenimenti di Praga del 1947

Marco José Marques Gomes Alves Gomes

Para onde vai Portugal? / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)

Tese de doutoramento em Letras, área de Ciências da Comunicação, especialidade de História da Comunicação, orientada pela Professora Doutora Isabel Nobre Vargues e coorientada pela Professora Doutora Isabel Ferin Cunha, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



Faculdade de Letras

*Para onde vai Portugal? / Dove
va il Portogallo? A Revolução de
Abril na Imprensa Italiana (1974-
1976)*

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	<i>Para onde vai Portugal? / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)</i>
Autor	Marco José Marques Gomes Alves Gomes
Orientador	Professora Doutora Isabel Nobre Vargues
Coorientador	Professora Doutora Isabel Ferin Cunha
Identificação do Curso	Doutoramento em Letras
Área	Ciências da Comunicação
Especialidade	História da Comunicação
Data	2014

• U •



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia
SFRH/BD/63363/2009



Título: Para onde vai Portugal / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na imprensa italiana (1974-1976)

Abstract:

Nesta investigação pretende-se estudar a forma com a imprensa de *referência* italiana reportou a Revolução de Abril e caracterizar o impacto dos acontecimentos portugueses no domínio da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais em Itália. O âmbito cronológico da pesquisa situa-se entre 16 de Março de 1974 e 2 de Abril de 1976, entre o inconsequente *golpe das Caldas da Rainha* e a aprovação da Constituição da República.

O estudo apresenta dois objetivos: a) através de um estudo de caso, analisar a cobertura jornalística do *Corriere della Sera*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero*; b) socorrendo-se de uma abordagem exploratória, identificar e caracterizar os episódios e as temáticas suscitadas em Itália pelo curso revolucionário português.

A estratégia metodológica procura testar a seguinte hipótese: o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e o período revolucionário subsequente foram acolhidos pela imprensa italiana como um grande acontecimento. O carácter excepcional da Revolução de Abril pode ser aferido através da dimensão quantitativa da cobertura jornalística e do envolvimento dos jornalistas no acontecimento. Determinados episódios e problemáticas suscitadas por esse período de transição para a democracia em Portugal alcançaram impacto relevante em Itália, no âmbito da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais, tendo constituído um referencial apropriado e instrumentalizado no domínio das estratégias de política interna.

O estudo de caso circunscreve-se às peças jornalísticas sobre a Revolução de Abril publicadas pelos jornais diários *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. A exaustiva análise exploratória abarca o vasto domínio das mais importantes publicações italianas, num universo que ascende aos 150 títulos. Desse universo constam os principais jornais diários, semanários e mensários de grande informação, bem como a imprensa partidária ou de tendência, além das publicações periódicas de *referência*.

A intensidade da cobertura jornalística da Revolução de Abril, o envolvimento dos jornalistas no acontecimento e a profusão das repercussões em Itália explicam-se pelo encontro sincrónico entre, de um lado, o debate sobre o projeto comunista do

compromisso histórico, o radicalismo e a conflitualidade dominantes e, do outro, a multiplicidade temática associada à *Revolução dos Cravos*, as suas contradições e a pertinência das questões suscitadas. A conjugação temporal destes fatores conferiu aos acontecimentos portugueses uma exposição mediática sem precedentes.

Title: Where is Portugal going? / Dove va il Portogallo? The April Revolution in the Italian press (1974-1976)

Abstract:

This research aims to study the way Italian qualities reported the April Revolution and characterise the impact of Portuguese events on public opinion and in political, media and intellectual circles in Italy. This study focuses on the period 16th March 1974 to 2nd April 1976, from the inconsequential *Caldas da Rainha coup* to the approval of the Constitution of the Republic.

This study has two main aims: a) to present a case study which analyses the press coverage by *Corriere della Sera*, *La Stampa* and *Il Messaggero*; b) to use an investigative approach to identify and characterise the episodes and issues raised in Italy during the Portuguese revolution.

The methodology seeks to test the following hypothesis: the military coup of 25th April 1974 and the subsequent revolutionary period were viewed by the Italian press as a significant event. The unique character of the April Revolution can be measured by the level of press coverage and the involvement of journalists in the event. Specific events and problems which arose as a result of this transition period to democracy in Portugal had a significant impact in Italy, in terms of public opinion and in political, media and intellectual circles, becoming a relevant and instrumental reference in internal political strategies.

The case study concentrates on the press articles covering the April Revolution published by the daily newspapers *Corriere della Sera*, *La Stampa* and *Il Messaggero*. The extensive investigative analysis covers a vast range of the most important Italian publications which includes over 150 titles. This consists of the main daily, weekly, monthly publications as well as political press and quality periodicals.

The intensity of the press coverage of the April Revolution, the involvement of journalists in the event and the impact of the repercussions in Italy is demonstrated

in the synchrony found between, on one side, the debate on the *storic commitment* communist project, the extremists and the prominent conflict and on the other side, the thematic complexity associated with *The Carnation Revolution*, its contradictions and the pertinence of questions which were raised. The timing of these factors gave the Portuguese events unprecedented media coverage.

ÍNDICE

Agradecimentos	19
Introdução	23
1. Objeto de estudo e formulação da hipótese.....	23
2. Porquê estudar o caso italiano?.....	26
3. Âmbito cronológico.....	27
4. Objetivos e estrutura da pesquisa.....	28
Parte I – Enquadramento Teórico	31
Capítulo I – Estratégia Metodológica e Estado da Questão	31
1. Questões metodológicas.....	31
2. Modelo de análise.....	35
3. O 25 de Abril e a dimensão internacional das transições para a democracia.....	37
4. Os Estudos de Imprensa.....	41
Parte II – Fatores Contextuais	45
Capítulo II – O Campo do Jornalismo	45
1. A dimensão política do jornalismo.....	45
1.1. <i>Apocalípticos e integrados</i> ou a dialética do (des)equilíbrio.....	49
2. O jornalismo em mutação.....	53
2.1. Uma história da <i>evolução das mentalidades coletivas</i>	56
2.2. Qual o papel dos jornalistas?.....	59
3. Evolução do estudo do jornalismo.....	61
3.1. Os efeitos cognitivos da comunicação de massas.....	66
3.1.1. Da <i>knowledge gap</i> ao <i>agenda-setting</i>	71
3.1.2. A notícia como construção social.....	75
4. Critérios de noticiabilidade.....	78
5. A narrativa jornalística: da representação social ao (meta)acontecimento.....	83
5.1. O enviado especial.....	87
5.2. A reportagem.....	88

Capítulo III – Crise, Conflitualidade e Renovados Consensos.....	95
1. Quadro de análise.....	95
2. Galli, Bobbio, Sartori e o modelo democrático italiano.....	97
2.1. O <i>compromisso histórico</i>	99
3. A ascensão comunista.....	102
3.1. A oposição ao pensamento de Berlinguer.....	106
3.2. Legitimando uma renovada identidade.....	109
3.3. O debate interno de <i>La Proposta Comunista</i>	114
4. A Democracia Cristã entre o <i>mau governo</i> e a <i>questão moral</i>	117
4.1. Um novo modo de governar.....	119
Capítulo IV – Mutações Sociais na Itália dos Anos 70.....	125
1. A esquerda radical e as transformações culturais.....	125
1.1. O movimento de 1977.....	131
2. A sociedade italiana entre descontinuidades inovadoras e elementos anómalos..	136
3. O anátema do terrorismo.....	142
Capítulo V – O Setor de Informação na Década de 70: Jornais e Jornalistas....	149
1. A imprensa como veículo ideológico e a ditadura dos esquemas binários.....	149
2. Elementos idiossincráticos do jornalismo italiano.....	153
3. Sob o signo da crise e da inovação.....	159
3.1. A crise: entre processos de concentração e o fenómeno do terrorismo..	161
3.2. A inovação: da informação alternativa ao sucesso de <i>La Repubblica</i>	164
4. A imprensa de <i>referência</i> : do colosso milanês ao rebelde político romano.....	168
4.1. <i>Corriere della Sera</i> : a instituição.....	169
4.2. <i>La Stampa</i> : o prestígio.....	174
4.3. <i>Il Messaggero</i> : a vocação política.....	176
Capítulo VI – Do Estado Novo ao 25 de Abril: Portugal, Itália e o Contexto Internacional.....	179
1. Relações diplomáticas e oposição na Península Itálica.....	179
2. Fragmentos de um Portugal representado.....	184
3. O Estado Novo nas páginas do <i>Corriere della Sera</i> : 1968-1974.....	191
3.1 Apresentação e discussão dos resultados.....	193

4. A ordem internacional da Guerra Fria: os anos 70.....	198
5. Os atores exógenos na transição para a democracia em Portugal.....	203

Parte III – Análise Quantitativa da Cobertura Jornalística da Revolução de Abril.....211

Capítulo VII – Definição das Categorias de Análise.....211

1. Questões metodológicas e corpus da pesquisa.....	211
2. Definição das categorias de análise.....	216
3. Variáveis de forma: autoria e tipo de assinatura.....	217
3.1. Destaque das peças jornalísticas.....	218
3.2. Géneros jornalísticos.....	219
4. Variáveis de conteúdo: tema, protagonista e instituição.....	223
4.1. Proveniência das peças.....	225
5. Variáveis de discurso: estilo das peças.....	227

Capítulo VIII – Apresentação dos Resultados.....229

1. Discussão dos dados.....	229
2. Relevância das peças: o caráter excepcional da Revolução de Abril.....	232
2.1. Análise comparativa: a hegemonia do <i>Corriere della Sera</i> e a vantagem estratégica de <i>La Stampa</i>	240
3. Os géneros, o estilo e as fontes: da reportagem ao modelo interpretativo.....	244
3.1. Análise comparativa: a prevalência do paradigma interpretativo do <i>Corriere della Sera</i>	250
4. A política interna, a descolonização e os militares no centro da agenda mediática	255
4.1. Uma revolução dividida entre a sociedade militar e a sociedade civil....	265
4.2. Análise comparativa: a consonância geral e a divergência pontual.....	268
5. A relevância das repercussões internacionais.....	270
6. Conclusão.....	277

Parte IV – Análise Qualitativa da Cobertura Jornalística da Revolução de Abril	281
Capítulo IX – O Ensaio de Março e o País Refratário aos Ventos da História	281
1. Pressupostos Metodológicos	281
2. Objeto de estudo e modelo de análise	285
3. Análise textual e conjeturas políticas: cheira a golpe mas ainda se perde a noção do tempo	289
3.1. “Portugal está sob controlo dos generais de extrema-direita”	292
3.2. Prognósticos de Março: entre a mesmice e a mudança	293
Capítulo X – Do 25 de Abril ao 11 de Março: no Caminho da Distopia	297
1. O epílogo de Março chegou com o golpe incruento	297
1.1. Da cobertura jornalística às representações sociais: <i>objetivar</i> o golpe militar e <i>ancorar</i> o curso do novo sistema político	299
2. “O que será agora Portugal depois de o futuro ter começado?”	306
3. O projeto de Spínola e o confronto com os oficiais progressistas	312
4. O novo curso político e a metamorfose de sentidos	316
4.1. A estratégia do PCP: “não assustar a classe média”	324
Capítulo XI – Anatemizando o <i>Outro</i>	327
1. A revolução acelera o passo	327
1.1. O previsível golpe, o reforço do setor radical-marxista e o mergulho político	332
2. Das preocupações internacionais à fratura entre comunistas e socialistas: a mutação estratégica do PCP	338
3. A autoridade polifónica convergente: anatomia e modos de atuação	344
3.1. A autoridade polifónica divergente: os militares no centro da dissonância percetiva	353
Capítulo XII – Rumo ao <i>Purgatório</i>	361
1. Entre a viragem democrática normalizada e a recuperação da direita	361
2. O resgate democrático e a mão pesada do contragolpe	367
3. As personagens, os cenários e os paralelismos históricos	373

3.1. Os jovens turcos, o <i>gentiluomo</i> e o <i>Mostro Lusitano</i>	375
3.2. Soares, Cunhal, o <i>happening</i> libertário e os militares diferentes.....	377
3.3. O itinerário político <i>inimigo</i> e os militares da revolução.....	382
4. Portugal como grande acontecimento: do estilo do narrador aos critérios de noticiabilidade.....	387
5. A imprensa portuguesa no discurso metajornalístico.....	392
6. A influência do património ideológico-cultural dos jornalistas e as originalidades da revolução.....	394
7. Conclusão.....	400

Parte V – Análise Qualitativa das Repercussões dos Acontecimentos Portugueses em Itália.....405

Capítulo XIII – Definindo a Hierarquia da Espiral Mediática.....405

1. <i>Dove va il Portogallo?</i> A Revolução de Abril como <i>acontecimento discursivo</i> ...	405
2. A multiplicidade temática da <i>questão portuguesa</i>	409
3. Terrorismo, embaraços diplomáticos e representações das narrativas jornalísticas.....	416
4. Portugal na primeira página.....	419

Capítulo XIV – Uma Revolução *Ressonante* e Instrumentalizada.....423

1. A descoberta da Aginter Press e novas luzes sobre o terrorismo.....	423
1.1. As ligações com a extrema-direita e os serviços secretos em Itália.....	425
2. Do “caso Messeri” ao “caso Ghioto”: um incidente crítico.....	428
2.1. As revelações de <i>Giorni Vie Nuove</i>	431
2.2. As consequências do telegrama publicado por <i>Il Mondo</i>	432
3. A suspensão do Partido da Democracia Cristã e as repercussões no XIV Congresso do PCI.....	436
3.1. Entre expetativas e ambiguidades.....	437
3.2. A intervenção de Berlinguer e as notícias de Lisboa.....	439
3.3. Fanfani decreta a retirada do congresso.....	441
3.4. A intensa espiral de reações.....	443
3.5. Domingos Abrantes: o incómodo delegado português.....	445

3.6. Em que medida a exclusão do Partido da Democracia Cristã das eleições para a Assembleia Constituinte influenciou os trabalhos do XIV Congresso do PCI?	446
3.7. Qual o tratamento jornalístico concedido à conferência?.....	447
4. O “caso <i>República</i> ” e a campanha para as eleições Regionais e Administrativas.....	450
4.1. Considerações sobre o curso da Revolução de Abril.....	453
4.2. Apropriação temática e instrumentalização política.....	458
4.3 Repercussões no setor de informação: o “caso Carnevali”	462
4.4. Portugal, Itália, França e as esquerdas latinas em agitação	467
5. Conclusão.....	471
Considerações Finais.....	475
Bibliografia.....	481
Créditos de Ilustrações.....	503
Anexos.....	505

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Grupos armados ativos em Itália durante os anos 70. Os anos mencionados indicam o presumível início de atividade.....	145
Tabela 2: Modelo de análise.....	192
Tabela 3: inventário e sistematização dos acontecimentos portugueses nas páginas do <i>Corriere della Sera</i>	193
Tabela 4: análise quantitativa da cobertura jornalística do <i>Corriere della Sera</i>	194
Tabela 5: tipologia das variáveis selecionadas para a análise quantitativa – modelo de análise.....	214
Tabela 6: volume e distribuição das peças publicadas.....	229
Tabela 7: distribuição temporal das peças.....	230
Tabela 8: localização no jornal e na página.....	232
Tabela 9: extensão das peças.....	234
Tabela 10: valorização gráfica	235
Tabela 11: assinatura das peças.....	236
Tabela 12: tipologia da assinatura.....	236
Tabela 13: Prevalência hierárquica dos segmentos temporais no âmbito das categorias <i>localização no jornal e na página, extensão da peça, valorização gráfica, autoria e tipologia da assinatura</i>	238

Tabela 14: localização no jornal e na página.....	241
Tabela 15: Extensão das peças, valorização gráfica, autoria e tipologia da assinatura	241
Tabela 16: dominância dos gêneros jornalísticos.....	245
Tabela 17: estilo das peças.....	245
Tabela 18: proveniência da peça.....	247
Tabela 19: Prevalência hierárquica dos segmentos temporais no âmbito das categorias <i>gêneros jornalísticos, proveniência e estilo da peça</i>	249
Tabela 20: dominância dos gêneros jornalísticos.....	251
Tabela 21: estilo das peças.....	252
Tabela 22: proveniência da peça.....	252
Tabela 23: distribuição da variável <i>tema principal</i>	257
Tabela 24: distribuição da variável <i>protagonista principal</i>	263
Tabela 25: distribuição da variável <i>instituição principal</i>	267
Tabela 26: variáveis <i>tema, protagonista e instituição principal</i>	269
Tabela 27: volume e distribuição das referências inventariadas.....	271
Tabela 28: distribuição temporal das referências.....	272
Tabela 29: localização no jornal e na página.....	273

Tabela 30: extensão das peças.....	273
Tabela 31: distribuição da variável <i>tema principal</i>	275
Tabela 32: modelo de análise.....	287
Tabela 33: Acontecimentos com reduzida exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos.....	409
Tabela 34: Acontecimentos com regular exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos.....	416
Tabela 35: Acontecimentos com elevada exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos.....	419
Tabela 36: Argumentos dos partidos situados nas seguintes áreas políticas: neofascismo, democracia-cristã, social-democracia, liberalismo e republicanism.....	459
Tabela 37: Discurso do Partido Socialista Italiano.....	466

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Representação dos corpus da pesquisa.....	33
Gráfico 2: Representação subcorpus A	192
Gráfico 3: Representação dos subcorpus B e C	212
Gráfica 4: Intensidade da cobertura jornalística.....	230
Gráfico 5: Cobertura jornalística do <i>Corriere della Sera</i> sobre Portugal entre 1968 e 1974.....	237
Gráfico 6: Tema principal Grupo I.....	255
Gráfico 7: Tema principal Grupo II.....	256
Gráfico 8: Protagonista principal das peças jornalísticas Grupo I.....	261
Gráfico 9: Protagonista principal das peças jornalísticas Grupo II.....	262
Gráfico 10: Instituição principal das peças jornalísticas Grupo I.....	265
Gráfico 11: Instituição principal das peças jornalísticas Grupo II.....	266
Gráfico 12: Representação dos subcorpus B	285

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1: Representação da estratégia metodológica.....	36
Figura 2: “Berlinguer nega que o PCI seja apenas da classe operária”.....	104
Figura 3: Capa e segunda página de <i>Il Messaggero</i> de 12 de Maio de 1974.....	177
Figura 4: Chamada de primeira página (em cima - <i>La Stampa</i>); (em baixo) manchete de <i>Il Messaggero</i> , terceira página de <i>La Stampa</i> ; primeira página do <i>Corriere della Sera</i>	233
Figura 5: Representação de uma referência à Revolução de Abril.....	270
Figura 6: A Revolução de Abril pelo olhar de Abel Manta.....	375
Figura 7: Anúncio de <i>Lotta Continua</i> sobre as viagens de <i>turismo político</i>	411
Figura 8: Reportagem <i>Giorni Vie Nuove</i> , Março 1972.....	431
Figura 9: Reportagem <i>Il Mondo</i> (da esquerda para a direita); apelo em defesa da liberdade de imprensa; cartoon <i>Lotta Continua</i> “Fanfani tem um agente em Lisboa-Don Girolamo Messeri”	433
Figura 10: Artigo de Raul Rego para <i>Il Giornale nuovo</i> ; primeira página <i>Lotta Continua</i> ; cartoon <i>Il Resto del Carlino</i> (em baixo)	458
Figura 11: Peça sobre o “caso <i>República</i> ” nas duas edições do <i>Corriere della Sera</i> , 20 de Maio de 1975.....	462
Figura 12: Anúncios campanha eleitoral regionais e administrativas (1975). Discurso centrado em Portugal como elemento da retórica política. DC (em cima), PSI (em baixo – esquerda) e DC (direita)	468

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Instituição que tornou este ciclo de estudos possível, a Fundação para a Ciência e Tecnologia. Nunca é demais salientar que o financiamento disponibilizado possibilitou não apenas a feitura de uma tese de doutoramento, artigos científicos e participações em congressos e conferências, mas, sobretudo, criou condições para que o imaginário coletivo fosse enriquecido com material respeitante a um dos mais importantes períodos da História portuguesa, seguramente o mais mediático ao nível das repercussões internacionais. Como resultado de cinco anos de investigação, serão doados ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra mais de 15.000 artigos exclusivamente focados em aspetos da vida política, social e cultural dos portugueses. Esse acervo respeita à imprensa italiana e às demais publicações periódicas, cronologicamente situado entre 1968 e 1978.

Duas palavras definem o percurso que agora se encerra nestas páginas: aprendizagem e gratidão. A aprendizagem superou as mais ambiciosas expectativas e potenciou uma personalidade que encarou os últimos cinco com espírito de missão. Gratidão em relação às pessoas que contribuíram para transformar um projeto de doutoramento numa autêntica experiência de vida.

Deste conjunto de pessoas destaco as minhas orientadoras Isabel Vargues e Isabel Ferin, sempre disponíveis para uma palavra de incentivo e reconhecimento. A ciência necessita de bons orientadores e os alunos de melhores valores humanos. As orientadoras desta tese conseguem congregar estes dois imperativos.

Capacidades profissionais e qualidades humanas são atributos que descobri em cinco personalidades altamente influentes – nalguns casos determinantes – no trajeto que desenvolvi, nomeadamente os professores Rita Marnoto, Aldo Giannuli, Nando dalla Chiesa, Luisa Leonini e Ada Gigli Marchetti. A todos o meu mais profundo reconhecimento pela forma apaixonada e interessada com que sempre procuraram enriquecer a minha relação com Itália, Milão e a Academia.

De igual modo dirijo palavras de profunda gratidão à Marlene e à Sandra, duas mulheres fantásticas que tudo fizeram para me minimizar os contratempos e potenciar alegrias. O mesmo sentido semântico serve para sublinhar a ação e os gestos de dois amigos, a Maria Clara e o José Manuel, duas pessoas que são indissociáveis do universo simbólico e do imaginário afetivo que este projeto também representa. O

meu muito obrigado. Destaco a paciência que o José Manuel emprestou à revisão do trabalho, sem dúvida uma grande ajuda.

Agradeço ao Luca, à Donatella e à Alessandra por me terem acolhido nas suas vidas. Um jogo de hóquei no gelo, uma conversa bem animada, um sobressalto matinal, umas sobras do almoço, uns conselhos pertinentes, umas explicações de italiano, enfim, os amigos que guardo porque não quero esquecer.

As últimas palavras de gratidão só podem ser endereçadas às pessoas mais importantes da minha vida, aos cinco magníficos, Ione, José, Maria, Carolina e Diogo. Para eles, nada menos que o melhor. Este trabalho é dedicado às suas pessoas. É impossível esquecer que a Carolina tudo isto, simbolicamente, orientou e o Diogo tudo isto despoletou.

SIGLAS

AOC – Aliança Operária Camponesa

CDS – Centro Democrático Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEMGFA - Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

CIA – Agência Central de Inteligência

COPCON – Comando Operacional do Continente

CR – Conselho da Revolução

DC – Democracia Cristã

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MDP – Movimento Democrático Popular

MFA – Movimento das Forças Armadas

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MSI-DN – Movimento Social Italiano-Direita Nacional

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCF – Partido Comunista Francês

PCI – Partido Comunista Italiano

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDC – Partido da Democracia Cristã

PIDE/DGS - A Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Direção Geral De
Segurança

PLI – Partido Liberal Italiano

PPD – Partido Popular Democrático

PR – Partido Republicano

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista Português

PSDI – Partido Socialista Democrático Italiano

PSF – Partido Socialista Francês

PSI – Partido Socialista Italiano

PSUP – Partido Socialista Italiano de Unidade Operária

SID – Serviços Informação e Defesa

UDT – União Democrática Timorense

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

INTRODUÇÃO

1. Objeto de estudo e formulação da hipótese

*Dove va il Portogallo?*¹ é a pergunta inscrita no título deste trabalho. É, possivelmente, a pergunta que, no biénio 1974-1975, mais vezes circulou nos órgãos de informação italianos quando se procurava perceber o que se passava em Portugal. É a pergunta-símbolo que melhor transmite os juízos daqueles que classificavam como distópico o percurso político de Lisboa, sobretudo, em 1975, o tal percurso que não fazia parte de uma história europeia, para utilizar as palavras de Arrigo Benedetti², o fundador-diretor do mítico *L'Europeo*.

A Revolução de Abril, porém, não constituiu apenas uma *anomalia* que importava vigiar e esconjurar na perspetiva dos partidos do arco parlamentar. Representou, naquele biénio, o principal ponto de atração para os grupos da esquerda radical³ de meia Europa que faziam do Parque de Campismo de Monsanto o posto de comando do debate ideológico, que organizavam programas de *turismo político* e os publicitavam nas páginas dos seus jornais. “Confirmamos o programa de encontros e debates organizados com unidades militares, comissões de moradores e conselhos de fábrica, bem como a reserva de dormidas. Aconselhamos os companheiros a trocar dinheiro em Itália, comprando diretamente escudos portugueses”, podia ler-se no anúncio de *Lotta Continua* a 17 de Julho de 1975, com o título “Verão em Portugal”⁴.

O escopo da pesquisa desenvolve-se em duas dimensões: a) analisar a cobertura jornalística da imprensa de *referência* italiana sobre o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e o período revolucionário subsequente; b) caracterizar as repercussões dos acontecimentos portugueses no domínio da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais em Itália. O objetivo principal percorre, assim, dois sentidos inversos: por um lado, como foi reportado esse período de transição para a democracia e, por outro, quais os acontecimentos/assuntos despoletados em Itália pela dinâmica revolucionária.

¹ Tal como o título indica na capa: “Para onde vai Portugal?”. Todas as traduções são da responsabilidade do autor.

² Arrigo Benedetti, “Fallito il gollismo lusitano”, *Corriere della Sera*, 14 de Março, 1975, 2.

³ Ao longo do trabalho utiliza-se os termos *extrema-esquerda*, *esquerda radical* ou *esquerda extraparlamentar* para designar os coletivos situados política e ideologicamente à esquerda do PCI.

⁴ “Estate in Portogallo”, *Lotta Continua*, 17 de Julho, 1975, 5.

O objeto de estudo que enforma a primeira dimensão consiste nas peças jornalísticas referentes à revolução portuguesa publicadas nos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Em 1974 e 1975 são, por esta ordem, os jornais diários mais difusos da Península Itálica e com maior prestígio no âmbito da imprensa de *referência*, líderes de mercado nas regiões da Lombardia, Piemonte e Lazio (Livolsi, 1984; Tranfaglia e Castronovo, 2008; Murialdi, 2006). A segunda dimensão da pesquisa é tratada com base numa análise textual exploratória e alarga o objeto de estudo ao vasto universo das mais proeminentes publicações da península, tratando-se de uma amostra constituída por jornais e revistas que ascende às 150 publicações diárias, hebdomadárias e mensárias.

Ao longo da investigação pretende-se testar a seguinte hipótese: o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e o período revolucionário subsequente foram acolhidos pela imprensa italiana como um grande acontecimento. O carácter excecional da Revolução de Abril pode ser aferido através da dimensão quantitativa da cobertura jornalística e do envolvimento dos jornalistas no acontecimento. Determinados episódios e problemáticas suscitadas por esse período de transição para a democracia em Portugal obtiveram impacto relevante em Itália, no âmbito da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais, tendo constituído um referencial apropriado e instrumentalizado no domínio das estratégias de política interna.

Este trabalho insere-se na categoria dos Estudos de Imprensa ou da Análise dos Média. Parte-se, assim, de uma ideia sobre um determinado fenómeno, a Revolução de Abril, com o intuito de coligir evidências ou elementos que a possam asseverar. Este desígnio implica a construção de um discurso crítico em relação ao objeto de estudo, não uma bem costurada e sugestiva coletânea de citações ou pontos de vista, pelo que esse discurso crítico só pode ser edificado a partir das fontes. Isto não quer dizer que se evite colocar os enunciadores a falar. Pelo contrário. Considera-se relevante dar voz aos articulistas em apreço uma vez que esse exercício permite aproximar a investigação e o leitor da realidade a partir da qual se versa. Este foi, de facto, um dos processos de mais difícil negociação, encontrar o equilíbrio entre o necessário e o assésório ou dispensável quando importava seleccionar as vozes, os conteúdos, a dimensão das citações.

A investigação que agora se apresenta é o resultado de cinco anos de pesquisas, leituras, debates, reflexões e, principalmente, do património de diversos

cientistas sociais. É, pois, uma investigação escrita em segunda ou terceira mão quando se procurou aceder ao conhecimento consolidado, quando se procurou, como salienta Hobsbawm (1978), confiar, em grande parte, no trabalho de outros cientistas sociais.

Cumprido, por último, destacar o aspeto que se considera mais importante no âmbito deste projeto de doutoramento: o acervo documental reunido – digitalizado ou fotografado – a partir das pesquisas em bibliotecas ou centros de documentação italianos. A totalidade daquele universo constituído por cerca de 150 publicações, por milhares de artigos exclusivamente focados nos acontecimentos portugueses, ou seja, a amostra que serve de objeto de estudo à análise exploratória dos capítulos XIII e XIV, será doado ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

Este é sem dúvida, na nossa opinião, o grande contributo deste projeto de investigação, no sentido em que não apenas permite produzir novas perspetivas sobre este marcante período do imaginário coletivo, relativizando, criticando e confrontando a grelha de leitura que, de seguida, se procura sustentar, como possibilita ampliar a investigação para outros caminhos altamente sugestivos e ignorados ou abordados superficialmente neste trabalho. É o caso das representações iconográficas, cartoons e caricaturas que, frequentemente, conciliam o jogo de referências às personalidades e aos acontecimentos portugueses com o mapa político autorreferencial italiano. É o caso da cobertura jornalística do processo de descolonização, onde se investe em grandes reportagens para dilucidar a forma com os povos das províncias ultramarinas se preparavam para construir *novos* países e renovar as consciências nacionais. É o caso da extrema-esquerda italiana que viveu de forma apaixonada a *Revolução dos Cravos*, ou mesmo da extrema-direita e das suas ligações com Portugal.

Fica a abundância de material que só pode fertilizar o terreno para novas leituras.

2. Porquê estudar o caso italiano?

Tudo começou com *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985 – um testemunho*, de César Oliveira (1993). Através dessas memórias tomou-se a consciência do interesse italiano pela *Rivoluzione dei Garofani*⁵, dos voos *charter* apinhados de militantes da Vanguarda Operária e de O Manifesto, das enigmáticas conversas entre Otelo Saraiva de Carvalho e Rossana Rossanda, Lucciana Castellina⁶ e K. S. Karol⁷. Foi o livro de César Oliveira que despertou o horizonte italiano.

Depois elaborou-se um projeto que se circunscrevia ao estudo de caso sobre a cobertura jornalística do *Corriere della Sera*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero*. E quando chegou o momento, em Roma, Milão, Florença, Bolonha, de visionar microfiches, desfolhar jornais e revistas, debater, trocar impressões, a imagem do grande acontecimento associada à Revolução de Abril e da, por vezes, intensa interação entre atores dos dois países não mais se dissipou. Esta tese de doutoramento foi, aliás escrita do fim para o início. A profusão de acontecimentos e temáticas suscitadas em Itália pelo percurso revolucionário em Portugal impeliu o pesquisador para uma recolha quase obsessiva de todo esse material. Este trabalho começou justamente pelo fim (capítulo XIII e XIV), pela compreensão da forma como determinados acontecimentos em Portugal despoletaram outros acontecimentos em Itália, pela compreensão da forma como múltiplas temáticas dimanadas de Lisboa foram apropriadas em Roma para municiar estratégias de instrumentalização ao nível da política interna.

Esse perfeito conúbio foi possível devido à particular e incandescente atmosfera que afetava a sociedade italiana e o campo da política em plena década de 70. Dito por outras palavras, a recetividade dos campos político e social italianos às questões despoletadas pela revolução portuguesa explicam-se, de um lado, pela onda de consensos e antagonismo provocados pelo projeto do *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer, pela conflitualidade e pelo radicalismo sociopolíticos e, do outro, pela abundância de questões dimanadas do trajeto revolucionário português, das suas contradições e da pertinência das temáticas suscitadas. Com esta explicação avança-se já com algumas considerações conclusivas.

⁵ Revolução dos Cravos.

⁶ Dirigentes de O Manifesto.

⁷ Colaborador de *Il Manifesto*, o jornal do grupo político homónimo.

3. Âmbito cronológico

O balizamento temporal situa-se entre 16 de Março de 1974, dia que assinala a frustrada tentativa do *golpe das Caldas*, e 2 de Abril de 1976, data em que a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição da República Portuguesa. Optou-se por incluir no âmbito da análise cronológica o período relativo ao *golpe das Caldas* uma vez que os jornais introduzem algumas personagens que, posteriormente, terão papel central no evoluir da conjuntura pós-25 de Abril, designadamente António de Spínola e Francisco da Costa Gomes. Este primeiro segmento temporal permite, ainda, apurar as últimas imagens veiculadas sobre o Estado Novo aquando da vigência do mesmo. Por outro lado, colocar a segunda baliza temporal no dia 2 de Abri, além do simbolismo da data, permite aceder a um período (Janeiro a Abril de 1976) cuja atualidade internacional encontra-se dominada pelo conflito angolano.

No contexto do espaço cronológico delimitado, definiu-se sete momentos que devem nortear, principalmente, a análise de conteúdo do estudo de caso:

1) Ação militar Caldas da Rainha (16 Março – 24 Abril, 1974): do fracassado *golpe das Caldas* à véspera do dia que assinalou a queda do Estado Novo.

2) Ação militar 25 de Abril (25 Abril – 29 Setembro, 1974): do bem sucedido golpe dos jovens oficiais à véspera da demissão de António de Spínola.

3) Processo Revolucionário Em Curso (30 Setembro, 1974 – 10 Março, 1975): da demissão do Presidente da República, e conseqüente início do PREC, à véspera do contragolpe de 11 de Março.

4) Nova etapa PREC (11 Março – 12 Julho, 1975): do contragolpe de 11 de Março, e conseqüente radicalização do processo político, à véspera dos acontecimentos que, simbolicamente, marcam o início do *Verão Quente* e da escalada de violência, nomeadamente a queima dos jornais em Rio Maior.

5) *Verão Quente* (13 Julho – 18 Setembro, 1975): do início do *Verão Quente* à véspera de tomada de posse do VI Governo Provisório.

6) VI Governo Provisório (19 Setembro – 24 Novembro, 1975): da tomada de posse do governo liderado por Pinheiro de Azevedo à véspera da frustrada tentativa de golpe de 25 de Novembro.

7) Último episódio-símbolo da Revolução (25 Novembro, 1975 – 2 Abril, 1976): das iniciativas militares de 25 de Novembro à aprovação da Constituição da República.

4. Objetivos e estrutura da pesquisa

A presente investigação compreende dois tipos de objetivos: teóricos e substantivos. No plano teórico, ambiciona-se aprofundar o debate sobre a histórica relação de dependência e interligação entre os campos do jornalismo e da política, sobre os novos desafios que as sociedades coetâneas colocam à organização das empresas jornalísticas e à regulamentação do setor de informação. Discorrer sobre conceitos como *liberdade de imprensa*, *serviço público* ou *informação-espetáculo*. Procura-se, deste modo, perceber se algumas das transformações do campo do jornalismo devem ser inseridas na moldura mais ampla das mutações operadas nas sociedades ou se, pelo contrário, essas transformações apenas decorrem do potencial associado aos novos dispositivos mediáticos. Compreender, também, em que medida as renovadas tendências da retórica dos *media* determinam elementos de mudança na relação entre os meios de comunicação e a democracia e qual o papel do jornalista no contexto de uma linha de tendência que parece introduzir elementos sempre mais fraturantes diante de realidades pretéritas.

Estas problemáticas são discutidas no capítulo II, onde se procede à retrospectiva da evolução do estudo do jornalismo e aborda noções que sustentam o corpo teórico da investigação, como os critérios de noticiabilidade, a figura do enviado especial e o género jornalístico reportagem.

Pretende-se, por outro lado, contribuir para a formulação de modelos de análise no estudo do jornalismo que, equacionando os contextos políticos, socioculturais, as representações simbólicas, os fatores organizacionais e profissionais do sistema mediático, permitam desconstruir os valores que enformam o enquadramento jornalístico italiano sobre o acontecimento Revolução de Abril. Esse conhecimento será, igualmente, útil para a compreensão de novos desenvolvimentos no estudo da sociologia da notícia e do jornalismo, designadamente no que respeita à cobertura da atividade política.

Os fatores contextuais são apresentados em capítulos autónomos mas inserem-se num único quadro de análise. O capítulo III é dedicado ao confronto inflamado que opôs os comunistas aos democratas-cristãos, tendo como fio condutor o projeto do *compromisso histórico*. As transformações sociais e a figura do estudante e do operário, responsáveis por um renovado imaginário simbólico, durante os anos 70, ocupam o capítulo IV. A cultura do jornalismo italiano, os aspetos relacionados com a

organização do sistema mediático, bem como os elementos portadores dos genes da crise e da inovação nesse campo, enformam o capítulo V. No último segmento desta segunda parte do trabalho descreve-se o cenário geopolítico internacional, elabora-se, a partir dos contributos de Vera de Matos (2010), uma síntese das relações entre a I República italiana e o Estado Novo até ao momento do seu declínio, analisa-se a cobertura jornalística do *Corriere della Sera* de Portugal entre 1968 e 1974 e deslinda-se a espiral das representações sociais dos articulistas italianos sobre esse período de autoritarismo.

O plano substantivo foca-se em três objetivos. O primeiro consiste em elaborar uma análise empiricamente fundamentada dos padrões jornalísticos utilizados na cobertura da revolução portuguesa, temática tratada no capítulo VII, dedicado à definição das categorias de análise, e no capítulo VIII, onde se apresenta e discute os resultados.

O segundo objetivo, desenvolvido nos capítulos IX, X, XI e XII, visa identificar quais os cenários políticos desenhados, que tipo de características são transferidas para as personagens, como se processa a descrição dos cenários onde evolui a trama, que tipo de paralelismos históricos se estabelecem e qual a posição dos locutores no âmbito da ação narrativa. Não obstante a atuação quantitativa (capítulo VIII) fornecer dados sobre o envolvimento dos articulistas no acontecimento, é ao longo destes capítulos que melhor se desconstrói a relação entre as instâncias de enunciação e as personagens e os cenários das suas narrativas. Determinar o envolvimento dos jornalistas no acontecimento é um dos objetivos centrais da investigação.

O terceiro objetivo pretende caracterizar o impacto dos acontecimentos portugueses na opinião pública e nos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais em Itália. No capítulo XIII procede-se à inventariação e classificação dos acontecimentos/assuntos suscitados pelo curso revolucionário de Lisboa, enquanto que no capítulo XIV discorre-se sobre a substância dessas repercussões.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E ESTADO DA QUESTÃO

1. Questões metodológicas

Considera-se que o modelo de análise para esta investigação contempla duas dimensões: contextual e operatória. As dimensões contextuais circunscrevem-se a cinco grandes áreas de conhecimento. Em primeiro lugar, as questões relacionadas com a socioeconomia dos *media*, com as transformações do jornalismo contemporâneo e a evolução dos estudos do jornalismo, com as teorias da notícia e os critérios de noticiabilidade, com a função do enviado especial e a especificidade da reportagem, um dos géneros jornalísticos que merecerá mais atenção.

O segundo conjunto de saberes situa-se no campo da política e pretende caracterizar o sistema político italiano, identificar o projeto que instituiu uma nova tipologia de consensos e antagonismos, analisar, no fundo, a ascensão do Partido Comunista Italiano e o confronto inflamado que opôs o partido de Enrico Berlinguer à Democracia Cristã de Aldo Moro e Amintore Fanfani.

Em terceiro lugar surgem as questões respeitantes ao contexto sociocultural italiano, onde se procura discorrer sobre as figuras do operário e do estudante enquanto sujeitos da militância política e reivindicadores de novos estímulos, práticas e forças políticas, abordar as principais transformações simbólicas responsáveis por emergentes mundividências, compreender os elementos inovadores e as anomalias que constituíram os eixos desviantes no âmbito dos vários setores da sociedade.

O quarto grupo de informações abarca os saberes relacionados com a composição do sistema mediático italiano, designadamente os elementos idiossincráticos associados às práticas jornalísticas, a organização das empresas dos *media*, os fatores de crise e inovação que afetam o campo de informação na década de 70, bem como a caracterização dos órgãos de informação constitutivos do estudo de caso da investigação.

Por último, importa analisar as representações sociais dos jornalistas italianos sobre o Portugal do Estado Novo, tentando-se perceber quais as linhas de continuidade e de descontinuidade que é possível estabelecer com o período da Revolução de Abril. No capítulo VI avança-se com uma análise à cobertura

jornalística do *Corriere della Sera* sobre o período do Estado Novo, com o objetivo de apurar dados que permitam, primeiro, analisar a exposição pública internacional de Portugal entre Janeiro de 1968 e Março de 1974 e, depois, cotejar a cobertura jornalística do diário milanês em dois tempos distintos, antes e depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Encerram este grupo as abordagens às relações entre Portugal e Itália aquando do Estado Novo e ao quadro geopolítico internacional da Guerra Fria, nos anos 70.

Com este quadro de análise contextual procura-se, sobretudo, a razão de ser de um determinado enquadramento do mundo social, discorrendo-se sobre os dispositivos que fundamentam a perspetiva do *Outro* e legitimam certas ideias e categorias ao nível das operações cognitivas.

Quanto à dimensão operatória, cumpre destacar, sinteticamente, as três fases através das quais se procura extrair conhecimento empírico e novas abordagens que contribuam para inovar aspetos do discurso científico sobre os fenómenos sociais (Alasuutari, 1995). Sendo o objetivo deste trabalho aferir, por um lado, a forma como a imprensa de *referência* italiana reportou a Revolução de Abril e, por outro, caracterizar o impacto dos acontecimentos portugueses no domínio da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais em Itália, optou-se por uma metodologia qualitativa que combine técnicas e estratégias pluralistas (Ferin, 2012) com o intuito de melhor responder à tipologia do objeto de estudo e aos propósitos da investigação.

No âmbito da cobertura jornalística do período de transição para a democracia em Portugal, esta estratégia metodológica mista centra-se, numa primeira fase, no estudo de caso dos jornais diários *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*, socorrendo-se da análise de conteúdo e da análise textual. Por outras palavras, privilegia a dimensão quantitativa, a expressão do número e as suas correlações (numéricas), e a dimensão qualitativa, direcionada para a linguagem humana uma vez que esta, no domínio deste trabalho, expressa conceitos derivados da experiência quotidiana respeitante a um contexto específico (Jensen, 1993: 13).

Com a análise de conteúdo procede-se ao levantamento de dados e ao tratamento numérico das informações. A utilização deste método de pesquisa justifica-se pelo facto de se tratar de uma técnica que possibilita identificar de um modo sistemático e objetivo determinadas características de cada peça e, ao mesmo tempo, elementos de continuidade e de descontinuidade nos padrões jornalísticos

praticados durante o período estudado. Recorreu-se ao *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para o tratamento informático e estatístico dos dados recolhidos.

A análise textual possibilita aceder à compreensão da organização sociocultural. No contexto desta abordagem, a opção recaiu sobre a análise de discurso como meio para interpretar fenómenos e atribuir significados. Perspetivando o jornalismo como um espaço de produção e circulação de sentidos, manifestados através da linguagem que se sabe ser influenciada pelo sistema de significação onde o indivíduo se inscreve, formado, por sua vez, pela língua, cultura, ideologia e pelo imaginário (Benetti, 2007: 108-109), a análise de discurso surge como um meio adequado para desconstruir enunciados e relacioná-los com uma determinada linha discursiva que, também se sabe, constrói-se de forma intersubjetiva e subordinada a enquadramentos sociais e culturais.

Elaborou-se um corpus constituído por 3310 unidade de redação⁸, extraídas dos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Esta amostra subdivide-se em quatro subcorpus trabalhados de forma distinta em função dos objetivos da pesquisa.

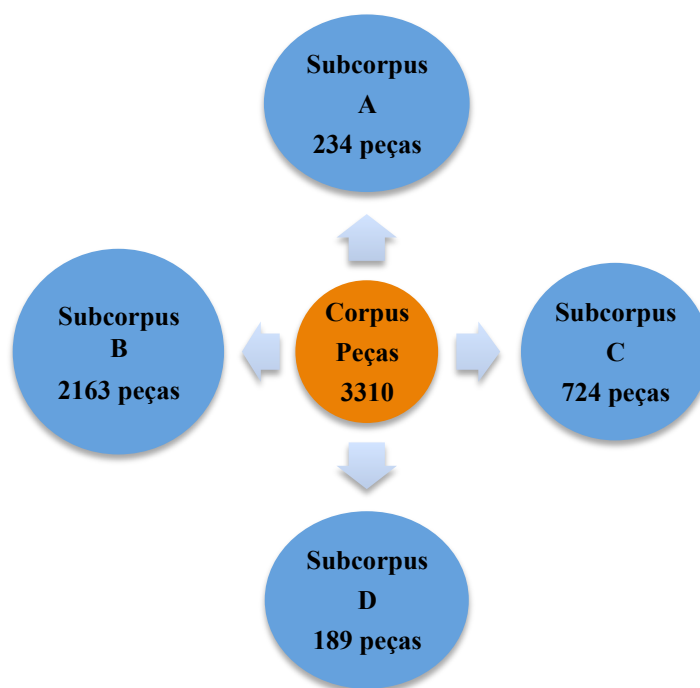


Gráfico 1: representação dos corpus da pesquisa

⁸ Cfr. Especifica-se o conceito de unidade de redação no capítulo VII.

O subcorpus **A** é constituído por 234 unidades de redação e consiste na totalidade das peças coligidas a partir da cobertura jornalística do *Corriere della Sera* sobre o Estado Novo, entre 1968 e 1974. Esta amostra visa, como se referiu, analisar a expressão mediática de Portugal no mais importante jornal italiano, perceber se se confirma a premissa da irrelevância noticiosa do Estado Novo na imprensa internacional (caso italiano) avançada por diversos autores (Hatton, 2011; Rebelo, 1994, Figueira, 2007; Soares, 1994; Giniger, 1994, Broening, 1994, Rodrigues, 2008; Maxwell, 1983). Serve, por outro lado, para cotejar os dados recolhidos com aqueles extraídos do subcorpus **B**, exercício que contribuirá para compreender a dimensão mediática da Revolução de Abril.

O subcorpus **B** é a amostra central e respeita às peças diretamente relacionadas com a revolução portuguesa, num total de 2163 unidades de redação coligidas, tal como nos subcorpus **C** e **D**, a partir dos três órgãos de informação em apreço.

O subcorpus **C** ambiciona enfatizar um dos aspetos centrais da investigação: as repercussões internacionais do processo de transição para a democracia em Portugal. Consiste na identificação das referências aos acontecimentos decorrentes do 25 de Abril inseridas em unidades de redação cujo título principal, ou a macroestrutura, versa sobre outros assuntos da agenda mediática internacional

O subcorpus **D** apresenta um total de 189 peças e abarca as notícias relacionadas com determinados acontecimentos ou assuntos despoletados, no contexto da opinião pública italiana, pelo curso político da Revolução de Abril. O seu valor operativo é nulo, não merecerá qualquer esforço interpretativo, uma vez que se pretende apenas ilustrar, no âmbito dos três órgãos em estudo, a expressão numérica do impacto da revolução. O esforço hermenêutico tendente a apurar as repercussões dos acontecimentos portugueses far-se-á na abordagem exploratória da análise qualitativa (capítulos XIII e XIV).

Na primeira fase da dimensão operativa, trabalha-se o estudo de caso a partir da técnica de análise de conteúdo tendo em vista observar como se caracterizam e evoluem os padrões jornalísticos na cobertura dos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. A abordagem foca-se, preferencialmente, nos subcorpus **B** e **C**, recuperando, ainda, a leitura realizada em função do subcorpus **A**.

O segundo momento de análise consiste na atuação qualitativa e tem por objeto de estudo o subcorpus **B**, do qual foram extraídas as 627 unidades de redação que importa tratar. Fazem parte desta amostra as reportagens dos enviados especiais

(461 peças) e os géneros de opinião (166), tais como os comentários da redação do jornal, dos seus jornalistas e colaboradores – notícia comentada, artigo, nota política, coluna, crónica, editorial e perfil. Com a análise do discurso pretende-se descortinar quais os cenários políticos desenhados, como se estrutura o campo das personagens, quais as sequências analógicas e o grau de envolvimento dos articulistas no acontecimento.

A terceira fase da dimensão operativa circunscreve-se, igualmente, à análise textual, mas já extravasa o âmbito do estudo de caso dos diários *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Direciona, neste sentido, a exaustiva análise exploratória para o vasto domínio das mais importantes publicações italianas, num universo que ascende às 150 publicações. Desse universo constam os principais jornais diários, semanários e mensários de grande informação, bem como a imprensa partidária ou de tendência, além das publicações periódicas de *referência*. O objetivo consiste em identificar e caracterizar os episódios e as temáticas suscitadas, em Itália, pelo curso revolucionário português.

A estratégia metodológica será desenvolvida ao longo da investigação em conformidade com os desígnios das partes que a enformam, avançando-se com modelos de análise adaptados aos diferentes subcorpus e com descrições ou justificações mais pormenorizadas.

2. Modelo de Análise

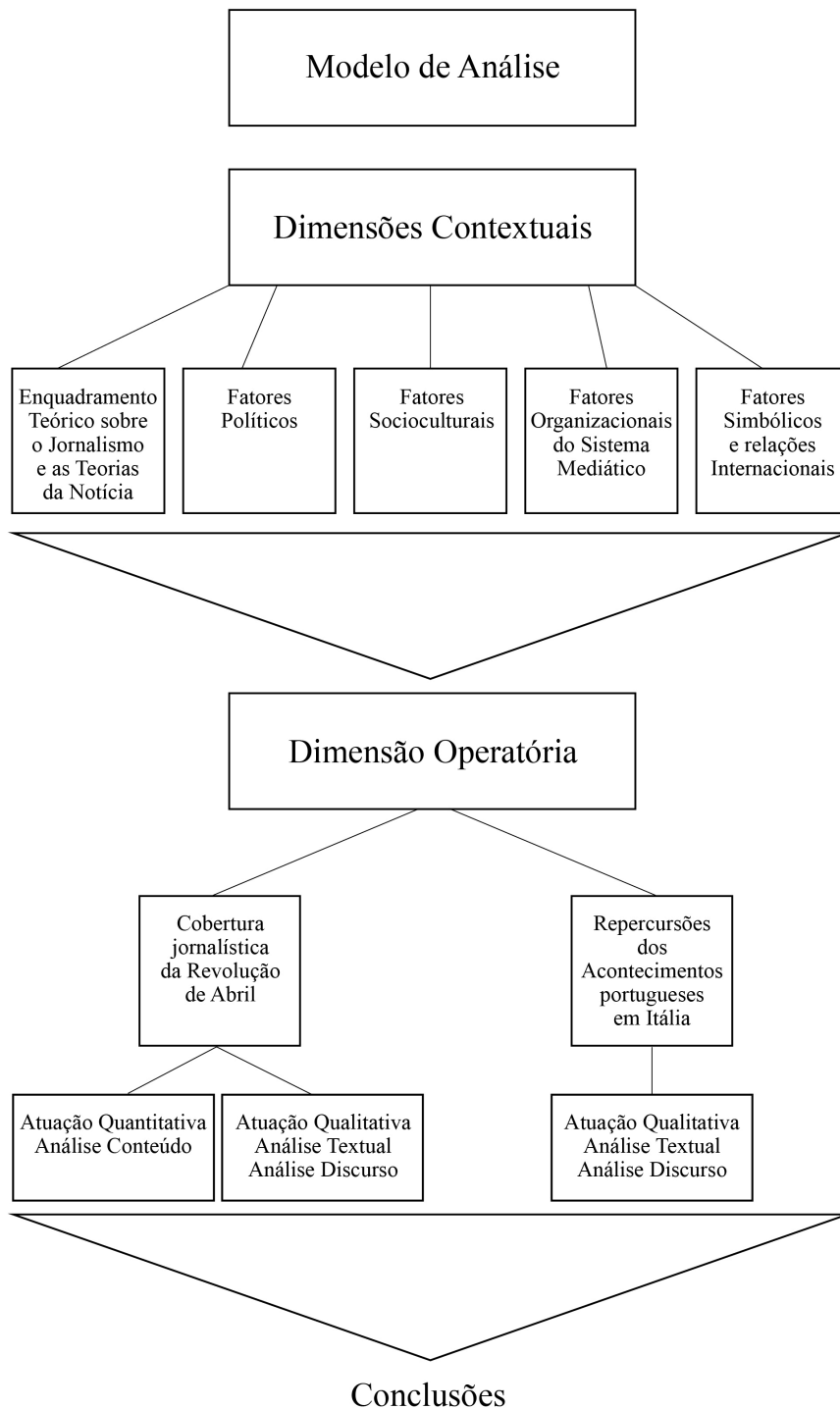


Figura 1: Representação da estratégia metodológica

3. O 25 de Abril e a dimensão internacional das transições para a democracia

Desde Dezembro de 2010 que a questão da transição para a democracia adquiriu novo fôlego no âmbito da opinião pública, dos círculos académicos, políticos e dos espaços nobres da agenda jornalística internacional. A *Primavera Árabe* foi o acontecimento – ou conjunto de acontecimentos – que mais contribuiu para este interesse crescente, dando origem a renovadas metodologias de abordagem, conceitos, quadros interpretativos e representações. A onda de protestos, levantamentos e revoluções populares responsáveis pela queda dos regimes autocratas da Tunísia, Egito e Líbia catalisou enérgicas reações contra diversos governos absolutistas do Norte de África e do Medio Oriente⁹.

A atração teórica pelos regimes democráticos foi desenvolvida essencialmente no âmbito da ciência política e criou raízes num tempo regulado pelo caráter bipolar da Guerra Fria (anos 50 e 60). Dimanou, sobretudo, da necessidade de mapear as condições que contribuía para o surgimento, manutenção e desenvolvimento destes sistemas políticos. Tal como na *Primavera Árabe*, também o curso da Revolução de 25 de Abril foi em parte determinado pela ordem internacional e esteve associado a um significativo grau de imprevisibilidade. O golpe militar de 1974 em Portugal constitui um marco indissociável da *terceira vaga da democracia*, conceito cunhado por Samuel Huntington (1991), e encontra-se no centro deste fluxo concetual destinado a compreender o contexto de produção através do qual dezenas de países transitaram de sistemas despóticos para regimes democráticos. Como nota Philippe Schmitter (1999: 373-374):

“Desde 25 de Abril de 1974, quando um pequeno grupo de jovens oficiais do Exército derrubou o regime que governava Portugal há mais de quarenta anos, quase cinquenta países libertaram-se de várias formas de autocracia. A democratização teve início no Sul da Europa, estendeu-se à América Latina em finais da década de 70 e princípios de 80, afectou uns escassos países na Ásia e, depois, teve um impacte enorme na Europa de Leste e nas repúblicas da antiga União Soviética em 1989-1990”¹⁰.

⁹ Na Jordânia, Iêmen, Argélia, Mauritânia, Síria, Arábia Saudita, Bahrein, Marrocos, Sudão e Omã.

¹⁰ Segundo Samuel Huntington (1991), a *terceira vaga* da democratização no mundo começou com a Revolução do 25 de Abril de 1974.

As reflexões sobre as transições para a democracia em Portugal, Grécia e Espanha – considerando-se por vezes os casos da I República italiana e a Turquia – conferiram substância ao *case study* Europa do Sul, surgindo as primeiras abordagens comparativas sobre este fenómeno em 1986. Guillermo O’Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead (1986: 5) cotejaram as transições ocorridas na Europa do Sul e América Latina e, ao longo de quatro volumes, concluíram que podiam em grande parte ser explicadas por “cálculos e forças nacionais”.

Apesar de não desvalorizarem a dimensão internacional, sobretudo Laurence Whitehead (1991) em *International Aspects of Democratization*, os autores colocam o enfoque nos fatores internos de mudança modeladores de uma perspetiva que trilhou caminho até ao advento das transições pós-comunistas na Europa Central e de Leste, a partir de 1989. Convém referir que Alfred Tovas (1984) chamou a atenção, em 1984, para o contexto internacional da transição democrática, percorrendo a dimensão a económica em detrimento da esfera diplomática.

Mas foi, de facto, com o desmantelamento do mundo comunista que os impulsos exógenos foram deslocados para o âmago da chave de leitura e dos pressupostos metodológicos que norteiam as modernas conceções sobre as teorias da transição (Sá, 2008). A partir desse momento, os estudos sobre os casos da *vaga* que se iniciou em 25 de Abril de 1974 (Huntington, 1991) não mais secundarizaram as influências exercidas por uma extensa rede de atores que se inscrevem na dimensão internacional. Esses atores podem ser identificados enquanto Estados, instituições económicas, organizações militares, alianças económico-políticas supranacionais, grupos políticos e, entre outros, esferas simbólicas do imaginário coletivo¹¹.

Philippe Schmitter aprofundou em 1996 a influência do contexto internacional no processo decisório das instituições nacionais e das políticas em neodemocracias, lançando algumas hipóteses de trabalho. Sucintamente, Schmitter (1996-2005: 46-49) refere que, apesar de não ditar nem determinar o momento da ocorrência, tipo ou resultado do processo de transição, esse grau exógeno influencia consideravelmente todas as mudanças de regime contemporâneas consoante a dimensão do país e a sua localização geoestratégica. Segundo o autor, a influência adquire mais significado em transições para a democracia porque o número e a variedade de atores envolvidos,

¹¹ A atração europeia que a partir dos anos 60 se fez sentir em Portugal no plano dos costumes e das mentalidades insere-se nesta esfera simbólico-cultural. Cfr. Maria Filomena Mónica, *Os Costumes em Portugal*, 1996. Lisboa: Público.

bem como os “canais de troca”, são mais numerosos. A relevância da esfera externa tende a “aumentar ao longo do tempo, no decurso de uma ‘vaga de democratização’”, e situar-se cada vez mais no contexto regional. Existe ainda uma consciencialização por parte dos Estados democráticos vigentes de que é do interesse nacional a democratização dos Estados envolvidos no processo democrático.

Sem prejuízo dos fatores internos que desempenharam um papel absolutamente nuclear para o epílogo do Estado Novo e o trajeto revolucionário que se seguiu, tem-se assistido a um crescente número de trabalhos que atribuem aos sujeitos externos uma função importante no âmbito do processo que, depois da intentona militar, conduziu à instauração da democracia em Portugal.

As hipóteses enunciadas por Philippe Schmitter são relevantes para o caso português. Fatores como a localização estratégica, o aumento progressivo da influência externa, o contexto regional e o interesse nacional constituem grelhas de leitura através das quais se podem enquadrar as iniciativas de atores tão preponderantes para a transição portuguesa como a CEE e as suas principais potências político-económicas, os Estados Unidos e a Aliança Atlântica. Laurence Whitehead (1996-2005: 261) não tem dúvidas em afirmar que a CEE agiu como um “poderoso catalisador” da democratização e da “redefinição nacional” no Sul da Europa, contribuindo para consolidar as instituições democráticas e servindo de modelo político-económico.

Na mesma linha, Juan Linz e Alfred Stepan (1996: 127) asseveram que a CEE representou, depois das eleições de Abril de 1975, e especialmente de 1976, um polo de atração para os governos democráticos portugueses, persuadindo ainda os Estados Unidos a adotar uma estratégia política em detrimento da militar. Os autores salientam também os apoios que os socialistas europeus – principalmente o Partido Socialista da Alemanha Ocidental – concederam ao partido liderado por Mário Soares, ao nível financeiro, organizativo e moral. Aliás, avultam os trabalhos e os testemunhos que fazem referência aos auxílios que algumas famílias políticas europeias concederam às forças políticas portuguesas nesta fase de transição para a democracia (Sá e Gomes, 2008; Soares e Avilez, 1996).

As ações exercidas pela CEE, por grandes partidos políticos europeus e pela NATO já haviam sido abordadas por Geoffrey Pridham em 1991 com a obra *Encouraging Democracy – The International Context of Regime Transition in Southern Europe*, uma das primeiras inflexões no âmbito das dimensões

internacionais. No passado recente têm surgido em número significativo estudos que se dedicam ao primado internacionalista do estabilização do Sul da Europa, tratando o caso português enquanto resultado de uma série de iniciativas de caráter político e económico desenvolvidas pelos Estados Unidos (Sá, 2008; Sá e Gomes, 2008; Del Pero, 2005, 2009) e pelas principais potências ocidentais europeias, como a França (Varsori, 2009) e a Alemanha Ocidental (Fonseca, 2009).

Além dos autores anteriormente referenciados, contributos importantes que focam a dimensão internacional da Revolução de Abril podem ser encontrados nos estudos de Thomas Bruneau (1982), Samuel Huntington (1991), Kenneth Maxwell (1999), António José Telo (1999), José Medeiros Ferreira (1983, 2004), Ernest Evans (2001) e, entre outros, no âmbito da política externa, de Nuno Severiano Teixeira (2004). Cumpre ainda salientar os trabalhos de José Santos Carvalho (2001) sobre as relações entre Portugal e a Jugoslávia, Tilo Wagner (2006) versando o caso da República Democrática Alemã, Ana Mónica Fonseca (2013) sobre a relação com a Alemanha Ocidental ou, ainda, Josep Sánchez Cervelló (1993) e Carlos Navajas (2010) no contexto da influência portuguesa na transição para a democracia em Espanha.

A *Revolução dos Cravos* abriu um ciclo de incerteza política e crise económico-social cujo pulsar foi agravado pelo coetâneo processo de descolonização dos territórios ultramarinos (Maxwell, 2006; Sá, 2011; Pinto, 2001; Fonseca e Marcos, 2013). Mas é, no entanto, difícil perceber o que estava em jogo na *questão portuguesa* se não se adotar como bússola mental uma abordagem que equacione o contexto político europeu e internacional da Guerra Fria.

4. Os Estudos de Imprensa

A análise do discurso jornalístico é um campo de investigação central no âmbito dos Estudos de Imprensa. Tributário de contributos multidisciplinares, de filósofos, sociólogos, semiólogos, linguistas ou analistas do discurso, esta área de estudo adquiriu sempre mais relevância à medida que aumentou a consciência de que o nosso conhecimento social e político sobre o mundo decorre em grande parte da informação que temos acesso quotidianamente.

As relações do discurso jornalístico com a linguagem ganharam notável impulso com os trabalhos de autores como Mikhail Bakhtine e a sua perspetiva polifónica e dialógica do discurso, designadamente em *Le Marxisme et la Philosophie du Langage* (1929-1977) e *The Dialogic Imagination* (1981). Michel Foucault (1971-1997), Pierre Bourdieu (1989), Roger Fowler (1994), John Austin (1978), Erving Goffman (1986) e, entre outros, Teun van Dijk (1995, 2005) são autores cuja importância dos contributos tem sido nuclear para perceber a natureza do conhecimento produzido pelas notícias, os esquemas de perceção e a dimensão simbólica inerente a todo este processo.

O estudo que agora se propõe serve-se dos contributos de alguns dos autores mencionados. A revisitação de acontecimentos ou o estudo de temáticas relevantes da história das sociedades através da imprensa tem ganho sempre mais adeptos e ângulos de abordagem, como a análise de William Dorman e Steven Livingston (1994) à cobertura do conflito do Golfo pelo *New York Times* e *Washington Post*. Ou, ampliando a cronologia temporal, o estudo de Kurt Lang e Gladys Lang (1994) sobre a cobertura jornalística do Iraque entre 1979 e o momento da invasão do Kuwait.

Este viés de pesquisa inspirou várias linhas de investigação em Portugal. Utilizando a imprensa nacional como objeto de estudo, de salientar o trabalho de Estrela Serrano (2006) sobre os padrões jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais entre 1976 e 2001. Cristina Ponte recorreu à análise do discurso para estudar *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000* (2005). Em 2004 publicou *Notícias e Silêncios. A cobertura da Sida no Diário de Notícias e Correio da Manhã (1981-2000)*.

Debruçando-se sobre as imagens da imigração em Portugal, Isabel Ferin Cunha é outra autora de referência no domínio dos Estudos de Imprensa. Na pesquisa intitulada *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, cujos resultados foram publicados

faseadamente em 2004, 2006 e 2008, em parceria com Clara Almeida Santos, analisa como os jornais portugueses trataram a problemática da imigração. Não esquecendo ainda, em 1996, a coordenação de *Os Africanos na Imprensa Portuguesa* (1993-1995). Desenvolve, atualmente, o projeto de estudo comparado sobre o tratamento jornalístico da *corrupção política* em Portugal, Moçambique e Brasil.

Pedro Diniz de Sousa (2005) e João Figueira (2007) estudaram a Revolução de Abril, igualmente, através do pulsar das páginas impressas, um importante instrumento de comunicação política durante esse período de transição para a democracia. O primeiro construiu um modelo de análise do discurso dramático aplicado ao jornalismo partidário durante o PREC, enquanto o segundo fez uma incursão pela ação do *Diário de Notícias*, *Expresso* e *Jornal Novo* aquando do *Verão Quente* de 1975.

Mas se o panorama geral português relativamente aos Estudos de Imprensa apresenta já um apreciável corpo de investigação, o mesmo não se pode afirmar em relação ao trabalhos centralizados na cobertura jornalística da Revolução de Abril pela imprensa internacional ou nas repercussões desse período revolucionário na opinião pública de outros países. É uma realidade que se confirma não obstante os artigos que se tem produzido nos últimos anos por autores nacionais ou estrangeiros, como *La Révolution des oeillets au Portugal vue par la presse française*, de Gilles Rodrigues (2007), ou *A revolução de Abril na imprensa brasileira*, de Carla Luciana Silva (2012).

Neste domínio de pesquisa, importa destacar quatro projetos. O primeiro coordenado por Kenneth Maxwell, publicado em 1983, intitulado *The Press And The Rebirth of Iberian Democracy*, oferece um vasto conjunto de reflexões sobre o papel da imprensa em Portugal e Espanha aquando da transição para a democracia nos dois países. Vários autores discorrem sobre temáticas como a estrutura do mercado da informação, a ação dos jornalistas e dos jornais, a opinião pública, a imagem deste período de mudança do sistema político na imprensa ocidental, a importância da imprensa ao nível da formação da consciência política.

Um dominador comum parece transversal aos estudos – ou parte significativa desses – que conferem substância à obra, sintetizado por Kenneth Maxwell (1983: 161) no parágrafo introdutório do seu artigo conclusivo: as transições para a democracia em Portugal e Espanha alcançaram ampla relevância na imprensa internacional. O autor destaca o caso português como um clássico exemplo onde a

cobertura jornalística internacional revelou-se, em muitos casos, inadequada, superficial, refém de esquemas pretéritos.

O segundo projeto insere-se na produção bibliográfica portuguesa e respeita à obra de Mário Mesquita e José Rebelo (1994). Em *O 25 de Abril nos media internacionais*, Mesquita analisa, desde a conspiração falhada de 16 de Março até à Festa do 1º de Maio de 1974, a forma como a imprensa francófona (França, Bélgica e Suíça) reportou o golpe militar de 25 de Abril, com particular atenção para explicação do acontecimento, as previsões e o campo das personagens. José Rebelo, por sua vez, faz uma incursão pelo “caso *República*” onde aborda as repercussões no espaço público francês. A obra é extremamente rica em informação e diversidade de perspetivas, nacionais e estrangeiras, uma vez que colige as atas do colóquio internacional *O 25 de Abril revisitado pelos Media Internacionais*, realizado em Lisboa, em 1990, com a participação de vários enviados especiais que trabalharam em Portugal no biénio 1974-1975.

Mesquita e Rebelo chegam à mesma conclusão que Kenneth Maxwell e os autores do livro *The Press And The Rebirth of Iberian Democracy*: a Revolução de Abril foi acolhida como um grande acontecimento pela imprensa internacional. No contexto do reduzido conjunto de estudos dedicados à releitura da *Revolução dos Cravos* nos jornais além-fronteiras, importa sublinhar que *O 25 de Abril nos media internacionais*, mesmo não abarcando a totalidade do período revolucionário, ainda é, provavelmente, a obra com maior grau de acuidade analítica que a produção científica portuguesa conseguiu produzir sobre esta temática.

Tal como o autor da presente investigação, Rita Luís procura colmatar essa lacuna com o projeto de doutoramento sobre a cobertura jornalística espanhola da Revolução de Abril, que se espera concluído no decorrer de 2014, intitulado *Spain and the portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveiled press*. Rita Luís tem secundado a sua investigação com diversos artigos em publicações nacionais e internacionais, confirmando a excecionalidade associada aos acontecimentos portugueses durante o biénio 1974-1975. Em 2014 publicou “*Por fin en el buen camino*”. *El final del proceso revolucionario portugués bajo la mirada de la prensa española. (1974-1975)*’.

Também no domínio da cobertura jornalística espanhola, Immaculada Cordero Olivero (2010) escreveu “*Lo que no debe ser*”. *La revolución portuguesa en la prensa española*, uma reflexão que alinha pela tese de que Portugal constituiu uma

lição para a Espanha no sentido daquilo que não devia fazer, numa clara alusão ao inflamado clima de agitação política, económica e social que governou o país mais a Oeste entre 1974 e 1975. A pesquisa integra, aliás, um projeto mais amplo intitulado *La transición Ibérica: Portugal y España. El interés internacional por la liberalización española (1974-1977) desde el impacto del 25 de Abril en Portugal*.

Por último, cumpre salientar o livro recentemente editado *Nas bocas do mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*, de Joaquim Vieira e Reto Mónico (2014). O trabalho completa a trilogia dedicada aos acontecimentos com maior *ressonância* internacional durante o Século XX, da qual fazem parte *Mataram o Rei! – O Regicídio na imprensa internacional* (2007) e *República em Portugal! – O 5 de Outubro visto pela imprensa internacional* (2010). A pesquisa de Joaquim Vieira e Reto Mónico destaca-se, essencialmente, por dois motivos: o primeiro respeita à profusão de representações iconográficas (caricaturas, cartoons) coligidas, frequentemente de carácter inédito, sem dúvida um elemento inovador; o segundo entronca na pluralidade de vozes (jornais) que os autores colocam a falar, num universo que ultrapassa a centena de publicações consultadas ou citadas.

Joaquim Vieira e Reto Mónico oferecem, assim, uma ampla visão do impacto da Revolução de Abril na imprensa internacional, concluindo que o acontecimento constituiu um *case study* mediático. A obra, no entanto, não ultrapassa a pluralidade de vozes e o inspirador aspeto visual, porquanto não se lança no esforço interpretativo da desconstrução de determinadas perspetivas do mundo social, não se lança na problematização do objeto de estudo que Mário Mesquita e José Rebelo oferecem ao leitor. Fica a excelência do material recolhido, a diversidade de perspetivas e o estimulante e singular conjunto de representações iconográficas.

PARTE II – FATORES CONTEXTUAIS

CAPÍTULO II – O CAMPO DO JORNALISMO

1. A dimensão política do jornalismo

As reflexões sobre a interação entre o campo dos media e o poder político fundaram uma área de estudo de relevante interesse cujos contributos apresentam uma matriz interdisciplinar. Este edifício teórico foi reforçando a centralidade dos meios de comunicação e nunca deixou de perspectivá-los, nomeadamente a partir das experiências do século passado, ora enquanto coprotagonistas das grandes crises/ inovações político-sociais, ora enquanto testemunhas, ou eles próprios como agentes dos processos de mudança das sociedades (Mazzoleni, 1992).

A proeminência dos meios noticiosos adquire o valor de postulado quando se pensa que estes detêm o poder de selecionar e criar os eventos que modelam a agenda da opinião pública (conceito de *agenda-setting*). Este estatuto de *farol de longa distância* assume ainda pertinência porque aos media é também reconhecida a faculdade de fornecer determinadas interpretações dos eventos. Stuart Hall *et al.* (1978-1990: 425-429) afirmam que a função ideológica dos media opera no momento de definição desses eventos e é potenciada pelas próprias rotinas profissionais de seleção e de construção autónoma de um quadro interpretativo. Assim se percebe porque o jornalismo, entendido como dispositivo que produz conhecimento¹², discursos e representações, deslocou-se para o lócus sobre o qual diversos atores sociais investem recursos com o intuito de fazer prevalecer uma determinada perspectiva do mundo social.

No contexto dos mecanismos mediáticos, o jornalismo impresso manteve sempre uma relação próxima com a cena política. As páginas dos periódicos foram-se transformando na instância que acolhe o acontecimento político, o lugar da ação, passando a integrá-lo, conferindo-lhe visibilidade. A notícia equivale à realidade e o comentário torna-se uma extensão desse mundo social. Na verdade, não é possível dissociar a história da imprensa das variegadas formas de governação dos Estados. Desde o tempo em que o espírito do Renascimento e da Reforma dinamizou as

¹² Cfr. Eduardo Meditsch, “O jornalismo é uma forma de conhecimento?”, in *Media & Jornalismo*, 1, pp. 9-22, MinervaCoimbra, 1997-2002.

exigências da liberdade individual que os jornais e, posteriormente, o jornalismo rapidamente estabeleceram um encadeamento dialético com a ação política.

Essa ligação xifópaga entre poder e imprensa foi transversal tanto ao modelo autoritário como ao modelo liberal, o primeiro desenvolvido pelas monarquias absolutas e baseado na vigilância preventiva exercitada pelo Estado sobre os periódicos, o segundo direcionado para enquadrar a atividade jornalística nos guarda-chuvas da jurisdição ordinária – contemplando o regime de taxas e subsídios definidos pelos governos – e das regras do mercado económico (Gozzini, 2011). Mas foi, de facto, devido ao alcance das convulsões político-sociais despoletadas a partir da segunda metade de Oitocentos, da independência dos Estados Unidos aos sulcos revolucionários inspirados pela Revolução Francesa, que se assistiu ao surgimento da esfera pública e à emergência do jornalista enquanto profissão¹³.

A eclosão do Estado Liberal, do espírito romântico, e a necessidade de alargar a participação na vida pública – o designado espírito público – influíram sobremaneira a atmosfera comunicacional. São fatores que potenciaram o interesse pelas questões políticas e a existência de uma comunicação mais regular e diversificada que, extravasando as fronteiras da formalidade, colocou-se ao serviço da disseminação de ideias¹⁴. A imprensa tornou-se, neste sentido, um meio de sociabilização, instrumento de combate político e de formação ideológica¹⁵. O papel sempre mais ativo ao nível da promoção e organização das correntes de opinião¹⁶

¹³ Cfr. Daniel Cornu, *Jornalismo e Verdade. Para Uma Ética da Informação*, 1999. Lisboa: Instituto Piaget; Thomas Ferenczi, *L'invention du journalisme en France: naissance de la presse moderne à la fin du XIXe siècle*, 1993. Paris: Plon.

¹⁴ O auditório português, ainda restrito, também testemunhou a eclosão da nova etapa na relação entre a mensagem do jornal e o destinatário. Foram os jornais, como refere José Tengarrinha (2006: 157-158), que por esta altura mais contribuíram para a abertura do espaço público politizado, funcionando como elemento nuclear de organização da vida política e de supressão das carências afetas aos grupos políticos.

¹⁵ Sobre a importância da imprensa na formação da ideologia ver Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, 1975 (pp. 2257-2276). Torino: Einaudi.

¹⁶ Cumpre salientar as concepções de Almeida Garrett (1826-2005: 26-27) a respeito do espaço público liberal, segundo as quais o papel da imprensa deveria privilegiar a formação e orientação de opiniões esclarecidas enquanto pilar basilar da sociedade. Devido às suas características, os jornais estavam em melhor posição para desempenhar essa função. Cidadãos elucidados conferiam mais solidez ao sistema político. Garrett rejeitava ser levado pela “estupidez da massa ignorante, tão inábil para conceituar de um princípio, como para lhe calcular ou observar as consequências”. Era na “porção ilustrada da população” que residia a legítima consciência da pátria, fundamental para o sistema de governo e administração. A noção de *classe média* afigura-se indispensável para compreender o pensamento garrettiano. Cfr. José Augusto dos Santos Alves, “Almeida Garrett e a opinião pública em Portugal na terceira década do século XIX”, in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 14, pp. 203-217, 2002. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

permitiu ao jornais influenciar a agenda política dos governos e a temperatura da opinião pública.

Se a emergência do jornalista político decorreu do apoio concedido aos demais projetos de governo, o século XIX veio definitivamente colocar a vocação política no centro desta atividade, dando a conhecer, principalmente no espaço europeu, uma imprensa mais livre e independente. Os finais do século XIX revelaram, neste sentido, um novo arquétipo do jornalismo político, empenhado na profissionalização do ofício e remetendo o jornalista, dentro dos limites humanos, para uma posição mais neutra no âmbito da comunicação política, tendencialmente refratário a determinados interesses e orientações particulares (Hallin e Mancini, 2010).

Principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, o esforço pela análise imparcial encontra-se associado à comercialização da notícia e à publicidade, portanto, em conformidade com a disposição que privilegiava mais o lucro em detrimento das causas políticas. É deste processo de mercantilização da notícia que nasceu a imprensa *popular* e a atração pelas grandes tiragens enquanto financiamento alternativo às subvenções do Estado, cenário impulsionado pelos processos de industrialização e pelo desenvolvimento de uma cultura de massas alicerçada na classe média. Claro está que esta evolução processou-se segundo ritmos assimétricos que variam em função das culturas políticas, organizativas, e das estruturas económicas respeitantes aos diferentes Estados. Isso mesmo notou Alexis de Tocqueville (1835-2001: 229) quando evidenciou as diferenças entre a imprensa francesa e aquela dos Estados Unidos:

“Em França os anúncios comerciais ocupam apenas um espaço reduzido e as próprias notícias são pouco numerosas; a parte vital de um jornal é aquela onde se encontram os debates políticos. Na América, três quartos do imenso jornal que nos é colocado sob os olhos estão repletos de anúncios e o restante é frequentemente preenchido pelas notícias da política ou por simples piadas; apenas avistamos, de longe em longe, num canto ignorado, num cantinho ignorado, uma das discussões acaloradas que entre nós constituem o pasto diário dos leitores”.

O caso italiano é paradigmático a este nível uma vez que o jornalismo *de opinião*, a interpretação idiossincrática da realidade, prolongou o reinado até ao dealbar da I Guerra Mundial (Castronovo, 1979; Murialdi, 2006), não abandonando a defesa dos grupos integrados no circuito parlamentar e constituindo-se instrumento de

pressões políticas. A tradição educativa e política do jornalismo italiano conservou até bem tarde a textura do *Risorgimento*, incrustando mesmo determinadas matizes na fisionomia do setor da informação que se foi desenvolvendo do período pós-fascismo até aos nossos dias. Trata-se, afinal, do conceito de *paralelismo político* retrabalhado por Daniel Hallin e Paolo Mancini¹⁷ (2010: 40-41), das tais diferenças importantes que persistem “entre os sistemas de *media* quanto ao grau de intensidade das ligações entre os atores políticos e os *media* e ao equilíbrio entre o apoio a causas públicas e as tradições neutras/informativas do jornalismo político”. Uma dessas dissemelhanças entre os sistemas de *media* reside na diversidade de orientações políticas que os países apresentam.

Ao elaborarem três modelos de comunicação e política¹⁸ resultantes do estudo comparativo de diferentes sistemas de *media*, Hallin e Mancini (2010) sustentam as suas elucubrações a partir de dois núcleos teóricos bem definidos: no primeiro, corroboram da pioneira e influente tese desenvolvida por Frank Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm em *Four Theories of the Press* (1956), segundo a qual diversos sistemas de *media* encontram-se ancorados em diferenças mais profundas do edifício político e económico, operando de acordo com as estruturas sociopolíticas do meio em que se inserem e refletindo os seus dispositivos de controlo social; no segundo, ampliam o campo de análise presente em *Four Theories of the Press* e inovam no sentido de considerar que as instituições de *media* podem também elas comportar-se enquanto elemento externo de influência nos sistemas políticos e sociais, ou seja, possuem um impacto próprio, tendo ainda em conta que existem históricas variações na escala que determina até onde os *media* são, por um lado, reflexo ou, por outro, autonomamente preponderantes.

O prisma teórico que vem abordando as relações entre a política, a imprensa e o público não é, todavia, recente. Autores como Alexis de Tocqueville, Gabriel Tarde, Max Weber, Walter Lippmann, Ferdinand Tönnies e John Dewey sublinharam a função política do jornalismo na sociedade. Lippmann, Tönnies e Dewey, juntamente com os teóricos alemães Wilhelm Bauer e Carl Schmitt, transformaram a década de 20 da última centúria num período altamente inspirador em termos de produção

¹⁷ A noção de *paralelismo político* foi adaptada, numa perspetiva mais holística, por Daniel Hallin e Paolo Mancini a partir do conceito de *paralelismo partido-imprensa* proposto nalguns trabalhos de Colin Seymour-Ure e Jay G. Blumler e Michael Gurevitch.

¹⁸ Modelo Liberal (Inglaterra, Irlanda e América do Norte), Modelo Corporativista Democrático (Norte do continente europeu) e Modelo Pluralista Polarizado (países mediterrânico e Sul da Europa).

científica centrada no comportamento do auditório, dedicando a esses anos, no dizer de Slavko Splichal (2000: 11), a maior concentração de ideias sobre a opinião pública.

Relacionada com o conceito de *opinião pública* encontra-se a noção de *quarto poder*, fórmula que, comparando com os restantes poderes tradicionais do Estado democrático – Legislativo, Executivo e Judicial –, qualifica o poder dos meios noticiosos e alude à capacidade que estes possuem para influenciar a opinião pública e as estruturas políticas e económicas da sociedade. Introduzida no século XIX sob o pano da evolução dos modernos sistemas democráticos, a expressão *quarto poder* tem ocupado as reflexões hodiernas ora sendo equiparada ao magistério da manipulação, ora sendo interpretada como uma espécie de mecanismo de contrapeso em relação aos outros três clássicos poderes. Frequentemente colocada sobre o manto da ambiguidade analítica, a noção remete invariavelmente para a legitimidade dos media em oposição à legitimidade dos poderes Legislativo, Executivo e Judicial, situando o seu valor, como salienta Mário Mesquita (2003: 74), mais ao nível das perceções do que propriamente ao nível de uma realidade objetivada¹⁹.

Outras grelhas de leitura apontam para a relação entre a questão da *independência* e a noção de *quarto poder*. Gérard Leblanc (1998: 62) considera que os meios de comunicação alcançaram um real poder a partir do momento em que conseguiram separar-se dos restantes poderes instituídos, não deixando de lhes dar voz e olhar com interesse para a sua atividade. Isto é: a proeminência dos meios deriva, sobretudo, da evidente necessidade que os demais poderes têm em recorrer aos dispositivos mediáticos. Leblanc aproxima-se do sentido das palavras de Mesquita quando refere que esta independência dos media habita, no entanto, mais o universo das perceções do que propriamente o das práticas efetivas.

1.1. Apocalípticos e integrados ou a dialética do (des)equilíbrio

A questão da *independência* remete invariavelmente para a preocupação com a regulamentação do setor de informação (Champagne, 1995-2005; Darras, 2005 Bourdieu, 1995-2005). É já numerosa a comunidade de pensadores atentos aos renovados significados da liberdade de imprensa, às regras do liberalismo económico e aos consequentes processos de financiamento e concentração das empresas

¹⁹ Cfr. Mário Mesquita, *O Quarto Equívoco*, 2003. Coimbra: MinervaCoimbra.

jornalísticas ou de comunicação. São investigadores que, refletindo sobre o declínio do serviço público e a nova relação entre a democracia e os media (Keane, 1993; Wolton, 1999; Halimi, 1997; Cornu, 1999), inspirados pela figura da imprensa enquanto guardiã da democracia e defensora da coisa pública, assumem como força motriz do seu pensamento as primeiras lutas modernas pela liberdade de imprensa contra o despotismo dos Estados.

Volvido o período, oitocentista, em que o jornalismo *de opinião* fundia-se no ato político e alimentava-se de publicistas que exerciam simultaneamente as funções de políticos e homens da escrita, não poucos autores observam de modo cético a intrincada interação que hoje envolve o campo político e o campo dos media. Principalmente num tempo dominado por comunicadores, sondagens, assessores de comunicação e pelas já inevitáveis dinâmicas das redes sociais e da blogosfera.

As opiniões oscilam entre, por um lado, considerar os jornalistas atores políticos (Cook, 1998; Fairclough, 1998; Patterson, 1997-2000) e os dispositivos mediáticos potentes instrumentos através dos quais se legitima a política do espetáculo (Patterson, 1994; Mancini, 2009; Sartori, 2004) ou, por outro, conotar os meios de comunicação com o síndrome da manipulação mediática de discursos (Ramonet, 1999, 2001; Mesquita, 2003; Mouchon, 1998; Charaudeau, 2000). Avolumam-se os juízos que consideram a crise do setor de informação uma consequência das transformações no campo político (Fairclough, 1998), que aludem aos efeitos nocivos da comercialização das notícias (Chen, Thorson e Lacy, 2005; Picard, 1989, 2004; Herman e Chomsky, 1988; McChesney, 1999) e qualificam o quadro mediático coevo como uma ameaça aos pilares democráticos (Edelman, 1988; Blumler e Gurevitch, 1995; Swanson, 1995, Patterson, 2003).

Michael Schudson (2000: 179-180) revela-se mais otimista e acredita que o pior cenário resultaria da ausência de empresas jornalísticas comerciais ou do domínio absoluto destas por parte do Estado, contrariando, assim, a opinião de alguns autores que consideram, no âmbito dos media, a propriedade corporativa e as organizações norteadas pelo mercado um perigo para a democracia. O pensador norte-americano coloca-se numa posição moderada quando afirma que é reduzida a capacidade do *status* capitalista em manipular conteúdos através dos meios de comunicação, ao mesmo tempo que aponta limites à *burocracia socialista* quando tenta edificar um sistema à margem de críticas.

Confrontado com o volume de opiniões que define a política hodierna como

política-espetáculo, show-business da informação ou informação-espetáculo, António Rubim (2004) esforça-se, igualmente, para minimizar cenários hiperbólicos. Prefere antes recordar que, desde a Grécia antiga, a encenação e a dramatização sempre estiveram presentes na política. O autor sublinha que o mundo atual pode ser imaginado como uma “nova dimensão pública da sociabilidade (...) que se agrega, não sem complicadas fricções, com a dimensão pública anteriormente existente” resultante da partilha presencial de valores, ideias, emoções e sensibilidades. Trata-se então de um emergente mundo constituído por autoestradas virtuais que permitem “vivências à distância em espaço planetário e tempo real”²⁰.

Interpretando o escândalo político como uma dimensão espetacular da própria política, afigura-se pertinente aludir à conceção que John Thompson (2000) detém sobre este fenómeno. O sociólogo inglês demonstra que o escândalo político encontra-se incrustado nas nossas tradições históricas e diretamente relacionado com o desenvolvimento das formas mediadas de comunicação, desenvolvimento esse que foi alterando a natureza do domínio público e os limites entre a esfera pública e a esfera privada. Não ignorando os seus aspetos negativos, Thompson²¹ opta por destacar o estímulo conferido pelo escândalo político ao debate sobre aqueles que exercem o poder, a atenção que inequivocamente direciona para os tumultos financeiros no campo político, para as formas de corrupção, os conflitos de interesse e abusos de poder. Thompson reconhece que esses eventos podem criar uma atmosfera propícia ao aparecimento de instrumentos de monitorização em relação a futuros escândalos.

Não restam dúvidas a respeito dos laços que unem os campos político e jornalístico, da influência exercida em ambas as direções, razão aparentemente sólida para a ciência política se ocupar do jornalismo e dos meios noticiosos. A realidade apresenta, no entanto, tonalidades distintas. Apesar de alguns trabalhos clássicos no âmbito da ciência política definirem os partidos como *instituições de comunicação* (Hallin, Mancini, 2010), esta disciplina não tem colocado a problemática dos media no mesmo ângulo de prioridades que recai sobre os partidos e os profissionais da política. Ou pelo menos não tem alargado o sentido das suas conceções. Antes, continua a encarar o jornalismo na perspetiva normativa que o coloca ao serviço dos postulados democráticos, adotando um ângulo de análise tendente a perceber como o

²⁰ Ibidem: 203-204.

²¹ Ibidem: 260-261.

jornalismo pode servir melhor o público/auditório (Zelizer, 2004: 172).

Barbie Zelizer²² afirma que a ciência política ainda privilegia a imagem de que o jornalismo deve regular-se unicamente pela imparcialidade (o bem público) em detrimento da participação ativa e da opinião. Esta visão estanque não contempla, segundo a investigadora, outras dimensões como a possibilidade do jornalista exercer a profissão com autonomia do campo político, a possibilidade de o jornalismo se realizar através de formas próprias de conhecimento, a possibilidade de equacionar a história do jornalismo.

Do lado dos especialistas da comunicação, importantes domínios de pesquisa têm acrescentado prismas de análise a este complexo fenómeno e não descaram a dimensão política nas abordagens aos media e ao jornalismo. Os estudos empíricos do designado *newsmaking* (Sigal, 1973; Tuchman, 1978; Gans, 1980), por exemplo, chamam a atenção para a centralidade das fontes oficiais no método de produção jornalística e, por isso, com impacto no amplo universo da comunicação política (Traquina, 2000/a, 2000/b), enquanto os estudos direcionados para a análise do discurso enquadram as narrativas jornalísticas nas esferas política, social e cultural (Fowler, 1994; van Dijk, 1988; Fairclough, 1995; Schudson, 2000).

Diante de um cenário em que a promiscuidade entre política e jornalismo tem resvalado para formas de subversão de algumas regras caras aos sistemas democráticos, a alteração de aspetos do funcionamento tanto no domínio político como no campo jornalístico parece constituir a solução intermédia para melhorar a comunicação política e o sistema dos media. Obviamente que sempre no contexto de práticas desprovidas de conceções maniqueístas a respeito de um ou outro campo. Afinal, não se trata de erguer muros estanques entre os dois domínios, até porque, como vimos, política e jornalismo sempre estabeleceram uma relação de proximidade elevada – nas sociedades coetâneas parece que ambos os campos voltaram a diluir-se na mesma instância. Mas antes evitar que um dos campos aproprie definitivamente o outro e, dessa forma, desvirtue pilares importantes dos sistemas democráticos.

²² Ibidem.

2. O jornalismo em mutação

Constatar que o campo do jornalismo tem sofrido relevantes mudanças ao longo da última centúria constitui uma premissa apodítica que não merece qualquer esforço de contraditório. Os meios de comunicação tornaram-se elemento constituído e constitutivo das demais relações societárias e de poder e modelaram-se às exigências estruturais de cada sociedade (Rondelli e Weber, 1995: 356). Se o jornalismo acompanhou as várias aclimações das esferas política e social, o contrário é igualmente válido quando se percebe que o surgimento de novos horizontes comunicativos potenciou impulsos renovadores ao nível da *praxis* política e das dinâmicas sociais (Schulz, 2001).

Ao analisar, em 1982, a emergência das convenções noticiosas na imprensa e televisão, Michael Schudson (1982-1999: 278-279) nota que, entre o século XIX e a primeira década do século XX, a evolução da cobertura jornalística da presidência americana reflete os novos desenvolvimentos tanto na política como no jornalismo. Schudson considera que a televisão não alterou a conceção da política, antes materializou a transformação da narrativa política que foi estabelecida na imprensa durante aquele período. Por outras palavras, chama a atenção para o facto de a cobertura jornalística norte-americana pós-1910 continuar a ser pautada por elementos determinados pela imprensa anteriores ao aparecimento da televisão.

Claramente inserido no debate sobre os *efeitos* da televisão, o estudo do sociólogo americano foi realizado há cerca de 30 anos e revela-se pertinente na medida em que compara, identifica e situa transformações no modo como é concebido o jornalismo durante um arco temporal significativo. Atualmente, uma reflexão desta natureza dificilmente se concluiria sem deslindar alterações importantes relacionadas com a explosão das novas técnicas de produção e comunicação dos anos 90. E mesmo que não apurasse radicais mutações no âmbito das convenções noticiosas, provavelmente apontaria para incontornáveis transformações ao nível da dialética entre os diversos atores do *jogo mediático* (políticos, jornalistas, público) e a forma como o auditório apreende as mensagens – *efeitos* cognitivos – provenientes do fascinante mundo recriado pela televisão e internet²³. Numa perspetiva mais holística, trata-se de um movimento tecnológico que parece alimentar-se das suas próprias

²³ Cfr. Herbert Gans, *Journalism for democracy*, 20113. Disponível em <http://www.niemanlab.org/2013/02/journalism-for-democracy/>

virtualidades e cujas réplicas atingem certamente o campo da comunicação política, o espaço público e os media (Schulz, 2001; Moog, 2001).

É difícil imaginar que a revolução digital não tenha repercussão na narrativa política e na forma como esta é apresentada. Os últimos 20 anos produziram ou acentuaram inovações substanciais. Mário Mesquita (2003) traça algumas características associadas a um espaço público sempre mais mediatizado: *subordinação ao acontecimento* (os profissionais da política criam eventos destinados a influenciar o método fragmentário da agenda mediática); *o primado do direto* (a instantaneidade da informação retira tempo à interpretação dos conteúdos); *predomínio dos esquemas binários* (os modelos de apresentação pré-estabelecidos – Ocidente vs Islão, políticos bons vs políticos maus – limitam a reflexão por parte do auditório²⁴); *hiperpersonalizações da vida política* (as imagens dos líderes políticos potenciam os dispositivos de identificação com o auditório e secundarizam outros elementos do cenário político – parlamento, deputados²⁵); *valorização das dimensões não-verbais* (aspetos como o tom de voz e a gestualidade são considerados importantes pelo marketing político); *regra da redundância* (mensagens elaboradas para sobressaírem do aglomerado de conteúdos mediáticos); *figuras retóricas (metonímia, toma-se a parte pelo todo) e confusão entre política e entretenimento*²⁶.

Obviamente que estes aspetos da retórica dos media, circunscritos heterogeneamente às sociedades democráticas ocidentais e sujeitos a variações em função do meio, inserem-se na convicção partilhada por vários investigadores de que as últimas décadas alteraram a fisionomia do jornalismo num sentido negativo. A desconfiança acerca da evolução dos mecanismos noticiosos fundamenta-se na crença a respeito do efeito perverso das audiências e sondagens, na certeza de que os valores do jornalismo foram adulterados pela dimensão espetacular dos media e pela prevalência do entretenimento. Em última instância, baseia-se na resistência em aceitar que os media substituam os espaços tradicionais afetos à política, como os partidos ou o parlamento.

O elenco de tendências aduzido e o impacto negativo que sugere na

²⁴ E acentuam, igualmente, a função mecânica do jornalista de apenas estabelecer contacto.

²⁵ A televisão surge como o palco supremo de visibilidade.

²⁶ Cfr. João de Almeida Santos, “In vídeo veritas?”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, Edições Cosmos, 1995.

comunicação política não esgota, no entanto, um quadro complexo que deve ser inserido na moldura mais ampla das transformações operadas na sociedade. Os traços dominantes destas mutações consistem na dissolução dos laços tradicionais de sociabilidade, na eclosão de um modelo de individualização social em rutura com a anterior ordem secular e no predomínio dos valores económicos (consumismo). Gilles Lipovetsky (1989: 7-8) considera que essas mutações históricas, associadas ao universo dos objetos, das imagens, da informação e dos valores hedonistas, permissivos e psicologistas, produziram uma nova etapa do individualismo ocidental a que o filósofo designa por *personalização*, fenómeno bastante evidente em pleno século XXI. Eis então o novo modo de gerir comportamentos responsável pela fragmentação da vida coletiva e pela mobilidade profissional, social e cultural, cenário metabolizado pelo indivíduo ou grupo em busca de autonomia e identidade própria.

Cumpre salientar que o notável esforço de identificação e concetualização destes elementos-catalisadores de mudança não deve, porém, ser aproveitado para fomentar uma visão exacerbada da sociedade hodierna, oscilante entre a catástrofe e o entusiasmo. Sabemos que a *ideologia individualista*, para utilizar a expressão de Lipovetsky, proclamou o indivíduo livre como princípio-símbolo, preocupado em ser ele próprio e desfrutar da vida intensamente, assente na realização pessoal e na tolerância diante da singularidade subjetiva. Alguns destes sintomas foram, por exemplo, constituídos bandeiras da revolução juvenil dos anos 60, explosão comportamental que ficou marcada pela vontade de estreitar laços de sociabilidade, de viver em comunidade.

Ora, será o desejo de conviver em grupo dos anos 60, de comunicar e descobrir, diametralmente distinto das motivações que impelem atualmente milhões de pessoas para as redes sociais digitais e para a blogosfera? A sociabilidade virtual (meio frio), mediatizada, constituirá o principal fator de rutura entre uma ordem do presente e outra do passado radicada na dimensão presencial, inviabilizando qualquer pretensão analógica? Qualquer diagnóstico, pensa-se, não pode deixar de integrar a tendência da *ideologia individualista* num macrocenário histórico que, como refere Michel Foucault (1971-1997: 41), equacione um elemento em função da série à qual pertence e procure compreender a regularidade dos fenómenos.

O mesmo discurso aplica-se à hegemonia do meio tecnológico sobre o social e o político e sobre os valores fundamentais do setor da informação. Importa sublinhar

que as reflexões, designadamente no campo do jornalismo, não devem apenas privilegiar o sempre pertinente grau de influência do meio técnico sobre o pulsar da sociedade e o tipo de consequências que daí decorrem. Diante do volume e da velocidade de conteúdos e de ações sociais, esses estudos devem, também, ter em conta questões relacionadas com a deontologia profissional, a ética da informação, os fatores inovadores que decorrem do paradigma hodierno e, sobretudo, recorrendo ao espírito sugestivo de Giovanni Bechelloni (2009), com o aquilo que se aprende ou pode aprender através da exposição aos media jornalísticos. Deve o auditório estar preparado e munido de faculdades específicas para digerir o conhecimento dos meios noticiosos? São seguramente problemáticas que requerem reflexões profundas e análises comparativas de diversos períodos temporais, a tal premissa importante para respeitar a regularidade dos fenómenos e evitar apologias da desgraça ou do deslumbramento.

2.1. Uma história da *evolução das mentalidades coletivas*

É inequívoco que o mergulho tecnológico mágico (Stivers, 2001), acentuado com a viragem do milénio, reconfigurou quer as relações entre o jornalismo e os campos político e social, quer os princípios do próprio jornalismo (rotinas profissionais, modelos informativos). As mensagens prolongaram o *prazo de validade* e o público não é mais estático. Fala-se em jornalismo *cívico*. Os conteúdos online são as grandes apostas das empresas jornalísticas, como sublinhou recentemente o editor do *New York Times*. Para Arthur Sulzberger Jr.²⁷ o futuro do jornalismo é crescentemente digital e crescentemente global, devendo-se apostar cada vez mais na vocação internacional da informação num contexto onde as notícias circulam a grande velocidade e até podem ser corrigidas/atualizadas em tempo real.

A política convencional e a agenda jornalística invadiram as redes sociais digitais e o mundo da blogosfera constitui-se enquanto espaço de *opinion makers* não mais negligenciado pelos media noticiosos. Os novos dispositivos provocam alterações nas dinâmicas sociais e políticas cuja amplitude ainda ninguém consegue prever. Mas estarão, de facto, os jornalistas hoje em dia confrontados com problemas inéditos? Ou, contrariamente, enfrentam novidades que normalmente caracterizam as

²⁷ Citado por Graciosa Silva (*Diário de Notícias*, 16 de outubro, 2012). Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content_id=2831301&page=-1

épocas cujas transformações são mais pronunciadas? Uma resposta razoável talvez não dispense estas duas dimensões.

Na verdade, a história dos meios de comunicação e do jornalismo mais não corresponde do que à imagem que, diacronicamente, as sociedades possuem de si próprias e das outras. Mais não corresponde do que às enérgicas reações provenientes dos vários atores que procuram adequar este fotograma aos seus próprios desígnios. Como refere Jean-Noel Jeanneney (2003: 5), trata-se de uma história que respeita à evolução das mentalidades coletivas e decorre da intrincada dialética que se organiza em todas as épocas e em todos os países, por um lado, entre uma informação que estrutura a própria cultura dos que a elaboram e, por outro lado, entre as reações do público que as influenciam.

A *dialética complexa* de que fala Jeanneney tem-se processado através de fervorosas fricções, avanços e recuos, marcando decisivamente a vasta área que vai da primeva necessidade de informações úteis, passando pelas lutas em nome da liberdade e do poder, até à crescente complexificação tecnológica e diversidade temática dos meios de comunicação. Todo o percurso que faz a ponte entre os primeiros textos impressos e aqueles já de caráter assumidamente jornalístico reflete as fronteiras do diálogo entre a cultura dos que elaboram a informação e as reações do público que as influenciam. A divulgação da notícia ainda manuscrita, como consequência da curiosidade pelo que se passava no exterior do restrito horizonte quotidiano, acionou o sinal de partida que viria a despoletar todo um conjunto de nomenclaturas e modelos de informação intimamente relacionados com as dinâmicas sociopolíticas.

As primeiras folhas impressas não periódicas, por exemplo, designavam-se por *occasional* (França), *zeitung* (Alemanha), *relazione* ou *gazzetta* (Itália) e, aparecendo nos finais do século XV um pouco por toda a Europa, descreviam um único acontecimento mas já com algum sensacionalismo (Tengarrinha, 1989). Pouco tempo depois surgiram os almanaques, reportórios, calendários e prognósticos, publicações periódicas que forneciam conselhos úteis e informações sobre o tempo, os astros e a religião. Compensavam de alguma forma a incerteza face ao desconhecido. Mas foi a partir do século XVII que o jornalismo começou a ganhar forma, impulsionado, primeiro, pela periodicidade das *Gazetas* e, depois, pela

manifesta vocação noticiosa e política dos *Mercúrios*²⁸. O estabelecimento da imprensa oficial consistiu uma espécie de estágio obrigatório antes dos esforços emancipatórios.

O jornalismo evidenciou, portanto, sobretudo a partir do século XVIII, todo um conjunto de grelhas culturais que lhe enformam a personalidade, materializadas através do cruzamento com a literatura e do contacto com intelectuais e homens das letras (Mitterand, 1997; Papuzzi, 1998), passando pelo surgimento dos periódicos humorísticos, dos periódicos de carácter sentimental, de crítica social, do enciclopedismo e das publicações especializadas (Garrone e Della Peruta, 1979, Castronovo, Fossati e Tranfaglia, 1979; Tengarrinha, 1989). A relação paradoxal que o jornalismo sempre manteve com os diversos poderes, oscilando entre o permanente conflito e a sujeição aos magistérios de influência, completa o património genético de uma atividade que sofreu penosos condicionamentos por parte de regimes e paradigmas censórios (Tortarolo, 2011).

Essa latejante tensão com as ordens dominantes, a necessidade de esclarecer o público – princípio da publicidade²⁹ –, a consciência de que a esfera política (ideológica) constitui uma extensão da esfera social representam, efetivamente, algumas das características fundamentais da imprensa *romântica* ou de *opinião* do século XIX. A tensão com os poderes instituídos contribuiu, por exemplo, para o nascimento da imprensa *operária* e da imprensa *clandestina*.

O processo de industrialização que se seguiu ampliou para as massas as diferentes grelhas culturais e abordagens sociopolíticas já experimentadas ou cujos germes haviam despoletado em períodos nucleares da história, como a Revolução Francesa. Foram estes fermentos – o pilar sagrado da liberdade de expressão –, juntamente com o desenvolvimento das técnicas de produção, entre outros fatores, que lançaram as sementes através das quais brotaram os modelos que mais próximo se encontram do imaginário jornalístico atual: do jornalismo *sensacionalista* ao de *objetividade*, do jornalismo *investigativo* ao *Novo Jornalismo*, do *melodrama* ao jornalismo *de interesse humano*, dos *fait divers* ao *folhetim*, da imprensa *popular* à imprensa *de referência* ou à imprensa *partidária* ou de *tendência*.

²⁸ O público que consumia este tipo de publicações era, um pouco por toda a Europa, constituído por funcionários, diplomatas, homens da corte e, num segundo patamar, por comerciantes e homens de negócios em geral.

²⁹ Cfr. Slavko Splichal, *Public Opinion. Developments and Controversies in the Twentieth Century*, 1999. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers; José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, 2000. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

2.2. Qual o papel dos jornalistas?

Toda a evolução verificada ao nível dos objetivos do jornalismo, da sua relação com a sociedade, das conceções teóricas e das práticas discursivo-narrativas não ignorou, obviamente, outro dos elementos constitutivos da própria atividade: os jornalistas. No âmbito do estudo atrás citado, Schudson (1982-1999: 290) enumerou três fatores que podem explicar as mudanças do tratamento jornalístico a respeito do discurso do presidente americano: a) os repórteres tornaram-se mais autoconscientes e autónomos enquanto grupo profissional (considerado o aspeto mais importante para o autor); b) os jornalistas mudaram as suas práticas para atraírem o auditório; c) a política e os seus atores adquiriram mais importância/estatuto.

São aspetos que remetem para a forma como os jornalistas concebem a notícia e a política. O filtro do jornalista constitui, aliás, um dos ângulos de análise sobre o qual a literatura especializada tem dedicado atenção a partir dos anos 70 da última centúria. Barbie Zelizer (1993-2000: 33) encara os jornalistas como uma *comunidade interpretativa* “unida pelo seu discurso partilhado e pelas interpretações coletivas de acontecimentos públicos”. Zelizer procura entender a disseminação do discurso jornalístico como forma de “compreensão do passado através do qual os jornalistas dão significado às suas vidas profissionais e se unem enquanto grupo”. Na mesma linha, Bourdieu (1998: 47) advoga que o campo jornalístico é baseado num conjunto de assunções e crenças partilhadas que ultrapassam as diferenças de posição e opinião.

No contexto da omnipresença das novas tecnologias, este ponto afigura-se sugestivo uma vez que permite refletir sobre a forma como se processa a formação profissional e cultural dos novos jornalistas em ambientes digitais, superinflacionados de informação e estímulos. Serão as realidades tecnológicas potencialmente favoráveis à criação de jornalistas com mais competências? E se sim, são esses os saberes³⁰ mais adequadas para a interpretação do acontecimento e de um mundo social em permanente processo de complexificação?

O jornalismo realmente mudou e isso acarreta questões emergentes para os próprios profissionais do setor. A informação não é mais terreno exclusivo dos jornalistas, pelo que se assiste a um amplo conjunto de novos intervenientes com

³⁰ Competências associadas às novas tecnologias de informação em detrimento de outro tipo de conhecimentos relacionados com diversas disciplinas como, entre outras, a história e a sociologia.

graus de participação dissemelhantes: os leitores, os políticos, os investigadores, as empresas, entre outros. O espaço virtual empresta agora o palco onde os próprios jornalistas se confrontam diretamente com cidadãos, por vezes, mais informados, estimulados intelectualmente, cultos e motivados para debater e polemizar. Os jornalistas, por seu lado, continuam a reger a atividade por códigos deontológicos e pressuposto éticos relacionados com a informação. E é aqui que reside a diferença entre atores clássicos e atores emergentes. É esta a principal legitimidade (princípios éticos e deontológicos) dos jornalistas em relação ao público participante.

Da renovada configuração do circuito informativo derivam questões como a credibilidade da informação, diversificação das fontes, multiplicação de idiomas, situação de precariedade profissional envolvendo segmentos bastante significativos na maior parte dos países desenvolvidos, necessidade de formar jornalistas mais sofisticados ao nível das competências. No contexto de um quadro em constante movimento, são fundamentais as iniciativas que reúnam diversos atores e reflitam sobre as finalidades do jornalismo e a mudança do seu paradigma, como aconteceu nos Estados Unidos no final dos anos 90. Através da ação da Comissão dos Jornalistas Preocupados, realizaram-se pesquisas abrangentes que envolveram jornalistas, académicos e cidadãos norte-americanos, num total de 21 discussões públicas que contaram com a presença de três mil pessoas e o testemunho de cerca de 300 jornalistas. O resultado do debate público deu origem ao livro *Os Elementos do Jornalismo*, de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, onde se discorre sobre a *teoria e a cultura do jornalismo* e se apresenta uma base de consenso relativamente ao objetivo primeiro da atividade: “Fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (Kovach e Rosenstiel, 2004: 16).

Cada geração revela uma certa tendência para entronizar a realidade que a rodeia e por esse motivo é necessário analisar prudentemente esta era tecnológica. Algumas transformações inserem-se na linha evolutiva que tem caracterizado as sociedades na última centúria. Outras são, de facto, inéditas e atingem em pleno o pulsar da sociedade e particularmente o campo político e o do jornalismo.

3. Evolução do estudo do jornalismo

O panorama do estudo do jornalismo revela dissonâncias quando se tenta apresentar uma base cronológico-programática que explique a progressão das teorias e metodologias de investigação. É necessário ter em conta que os vários núcleos conceituais entrecruzam-se frequentemente uns com os outros, decorrem de influências recíprocas e coexistem cronologicamente. Eis a principal razão para a multiplicidade de propostas taxionómicas existentes (Severin e Tankard, 2001; McQuail, 1994; Volli, 1994; Livolsi, 2001; Wolf, 2001; Traquina, 2001). Ainda assim é possível identificar os principais paradigmas e escolas no contexto da pesquisa académica.

Em primeiro lugar, o estudo do jornalismo encontra-se associado à problemática dos *efeitos*, cuja evolução assenta em diversas perspetivas relacionadas com o pulsar das vicissitudes históricas resultantes dos demais ciclos temporais. Mas qual o carácter da comunicação e dos efeitos estudados? O tipo de comunicação que aqui se trata situa-se no domínio dos dispositivos mediáticos, da comunicação de massas tendencialmente de carácter público. Os efeitos considerados respeitam ao impacto dos mecanismos e das práticas de comunicação ao nível da convivência coletiva e da organização dos sistemas sociais. Tanto a *comunicação* como os *efeitos* apresentam, portanto, uma natureza sociológica.

As tradições e abordagens teóricas refletem um confronto, por vezes, intenso no domínio da sociologia da comunicação entre a necessidade de produzir, por um lado, um saber ao abrigo dos procedimentos científicos e, por outro, uma base sólida de informações que possam ser utilizadas em função de interesses políticos, administrativos, ideológicos, entre outros. Werner Severin e James Tankard (2001) equacionam quatro tendências evolutivas:

1) o *paradigma dos efeitos poderosos dos media da teoria da bala mágica*, ou ainda *teoria hipodérmica*, consiste na conceção desenvolvida no período entre os dois conflitos mundiais e baseia-se na suposição de que os efeitos da comunicação de massas manifestam-se, sem encontrar resistência, de forma total e direta sobre cada elemento do auditório. Os recetores são considerados passivos e assimilam a mensagem segundo idênticas modalidades de receção;

2) o *modelo dos efeitos limitados*, fomentado a partir dos anos 40 pelos estudos de autores como Carl Hovland, Paul Lazarsfeld e Joseph Klapper, coloca em

causa o anterior modelo e sustenta que a comunicação de massas possui reduzida capacidade de influência sobre os cidadãos, sendo determinantes outros fatores de mediação e seleção como, por exemplo, os líderes de opinião (modelo de comunicação a dois níveis – *two-step flow*);

3) *o modelo dos efeitos moderados* insere-se no contexto das pesquisas sobre a *gap hypothesis*, o *agenda-setting* e os efeitos da violência televisiva, pretendendo demonstrar que a capacidade de influência dos media é significativa e que havia sido redimensionada pelo modelo dos *efeitos limitados*;

4) *os efeitos poderosos dos meios de comunicação* é uma tendência que parece verificar-se quando são utilizados os dispositivos de comunicação adequados ao público e às características da mensagem, sendo este o principal elemento que distingue esta quarta tendência da primeira. A apologia a este paradigma encontra-se presente no artigo de Elisabeth Noelle-Neumann (1973)³¹ intitulado *Return to the concept of powerful mass media*³².

Mauro Wolf (2001) formulou outra grelha de leitura que, em função de critérios como os ciclos temporais, o tipo de teoria social, o contexto histórico e o modelo de processo comunicativo, remete para um quadro descritivo e relaciona paradigmas estruturais com oito momentos afetos à pesquisa dos meios de comunicação:

1) *a teoria hipodérmica* corresponde à primeira fase elaborada por Severin e Tankard (2001) e está intimamente ligada à propaganda que dominava a atmosfera geopolítica mundial. Através do modelo comunicativo *quem? diz o quê? através de que canal? com que efeito?*, Harold Lasswell (1948-2002) foi a grande referência do período entre as duas guerras uma vez que a sua fórmula reflete, por um lado, o ambiente histórico em que foi concebida e, por outro, superando-o, adequa-se, simultaneamente, à corrente de pesquisa que se desenvolve de seguida em oposição à

³¹ Cfr. Mauro Wolf, *Teorias da Comunicação*, 2001. Lisboa: Editorial Presença; Jochen Peter, “Our long ‘return to the concept of powerful mass media’ – a cross-national comparative investigation of the effects of consonant media coverage”, in *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 16, nº 2, pp. 145-168, World Association for Public Opinion Research, 2004.

³² Denil Macquail (1994) também estabeleceu quatro fases no contexto do efeitos dos media: Se as duas primeiras etapas definidas por McQuail equivalem, grosso modo, à tipologia de Severin e Tankard (2001), já a terceira e quarta surgem em ordem inversa. A quarta fase é designada por *influência negociada dos media* e respeita ao modelo dos *efeitos moderados*. Esta influencia negociada encontra, por um lado, parcial correspondência com a corrente dos *media poderosos* e, por outro, atribui ao auditório capacidade para decidir, daí a noção de *negociada* – os media selecionam os suportes e as estruturas narrativas em que assentam determinadas imagens da realidade, mas os indivíduos também detêm capacidade para formular as próprias formulações simbólicas.

própria *teoria da bala mágica*.

2) a *abordagem empírico-experimental ou “da persuasão”* suplanta o processo comunicativo anterior entendido à luz de uma dialética mecânica entre estímulo e resposta, abrindo um largo horizonte sobre a complexidade da relação entre emissor, mensagem e recetor. É um modelo baseado em aspetos psicológicos, advogando que a mensagem dos meios de comunicação é assimilada em função das características individuais do auditório. A teoria empírico-experimental faz parte das designadas pesquisas administrativas da *Mass Communication Research* e assevera que indivíduo encontra-se vocacionado para assimilar os conteúdos que estão relacionados com os seus valores.

3) a *abordagem empírica de campo ou “dos efeitos limitados”* equivale à segunda fase da tipologia de Severin e Tankard (2001) e sustenta que os dispositivos mediáticos possuem influência reduzida por constituírem somente um instrumento de persuasão. Procurando estudar os elementos de mediação entre os indivíduos e os media, este prisma teórico da Escola Americana deduz que as mensagens são determinadas pelos filtros sociais intrínsecos aos primeiros, isto é, os efeitos são atribuídos à rede de relações sociais.

4) a *teoria funcionalista das comunicações de massa* preocupa-se com uma análise holística dos meios. Coloca a ênfase nas funções exercidas pelos dispositivos mediáticos no contexto social em detrimento da problemática dos efeitos. Se as abordagens precedentes privilegiam enquadramentos comunicativos específicos (campanhas eleitorais), a *teoria funcionalista* centra-se na ação regular dos mecanismos que constituem a sociedade – onde se incluem os media – e no contributo que estes conferem ao funcionamento e equilíbrio de todo o sistema social. Charles Wright notabilizou-se em 1959 com o ensaio *Functional Analysis and Mass Communication*.

5) a *teoria crítica* reúne os contributos de um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas, surgidos na Alemanha nos anos 20. Esta corrente de pensamento, também conhecida por Escola de Frankfurt, foi impulsionada por autores como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Radicalmente diferente das concepções da *Mass Communication Research*, deve-se à teoria crítica a criação de conceitos como a *indústria cultural*, *cultura de massas*, as reflexões sobre fenómenos como a alienação, massificação e homogeneização dos valores sociais e culturais. A centralidade do conceito de *ideologia*, na abordagem da indústria cultural, pressupõe

que existem vínculos de poder obscuros. A teoria crítica defende a capacidade das classes trabalhadoras em realizar transformações sociais relevantes, criticando aspetos da sociedade capitalista como o consumismo. Dedicar-se à análise da linguagem enquanto estrutura de poder, onde se inclui os media, e à emergência de novos aspetos totalitários. Esta corrente de pensamento encontrou os maiores opositores nos Estados Unidos. Foi a partir dos anos 60 e 70 que se edificou, através dos patrimónios frankfurtiano e gramsciano, as concepções sobre os media, a sociedade e a cultura afetas às correntes de ensaístas franceses, das escolas latino-americanas de Comunicação e dos impulsionadores dos *cultural studies*.

6) a *teoria culturoológica* visa o estudo da cultura de massas e coloca-se, também, numa posição oposta à *Mass Communication Research*. Mais do que perspetivar os meios de comunicação e os seus efeitos no público, procura uma nova moldura que defina a natureza cultural dos sociedades coetâneas e, dentro destas, preocupa-se em abordar os fatores antropológicos, a relação entre o consumidor e o produto e a ação nociva dos mercados e da própria cultura de massas diante de outros sistemas culturais (absorção). Com *L'Esprit du Temps*, Edgar Morin lançou em 1962 as primeiras bases de uma tendência que foi acusada de excesso de ambiguidade e de não possuir um corpo sistémico. Marshall McLuhan é outro autor que se pode inserir nesta corrente.

7) a *perspetiva dos cultural studies* respeita à análise das condições e práticas sociais exteriores ao circuito dos dispositivos mediáticos e à evolução de uma determinada cultura enquanto princípio fundamental para a compreensão do próprio sistema mediático e das suas componentes. Segundo esta linha de investigação nascida em Inglaterra, na passagem dos anos 50 para os anos 60, e influenciada por Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall, a cultura, deslocada para o objeto de estudo, está associada tanto às práticas que se fundamentam nos valores dos grupos sociais, como aos próprios valores, significados e representações desse mesmo auditório. Os *cultural studies* utilizam diferentes metodologias e tendem a concentrar-se quer nos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação como forma de perceber a cultura e o imaginário da realidade social, quer no complexo universo da assimilação pelo público desses conteúdos. Esta tendência tem vindo paulatinamente a influenciar a *Communication Research* e constitui um promissor quadro de análise dos media para investigadores como Todd Gitlin (1978-2002) e Barbie Zelizer (2004).

8) *as teorias comunicativas* procuram esboçar um modelo global dos procedimentos de interação comunicativa. Apesar de criticadas pela perspectiva sociológica por não equacionarem um arquétipo de teoria social em consonância com o caráter coletivo da discurso mediático, parte significativa dos sete movimentos anteriormente aduzidos tem sido influenciada pelo paradigma comunicacional dominante que, ao longo do tempo, variou entre o modelo *comunicativo da teoria da informação* e os paradigmas *semiótico-textual* e *semiótico-informacional*³³.

A atmosfera política e socioeconómica do período entre as duas guerras mundiais forneceu grande parte dos elementos que definiram a problemática dos *efeitos*. O desenvolvimento e a proeminência dos mecanismos de difusão coletiva de informação (televisão, jornais e rádio), por um lado, e o clima de agitação pautado pela crise do sistema financeiro capitalista e pelo novo avanço dos regimes totalitários (comunismo, nazismo e fascismo), por outro, são alguns dos elementos nucleares que estão na origem da progressiva preocupação com os meios de comunicação e da consciencialização acerca das suas potencialidades.

Como se viu anteriormente, o poder dos media nem sempre foi entendido da mesma forma. Quando os investigadores minimizaram esse poder, não poucas foram as vozes críticas que tentaram descortinar os motivos subjacentes às conclusões dos *efeitos limitados*. Todd Gitlin (1978-2002: 104) sustentou, por exemplo, que os compromissos intelectuais, ideológicos e institucionais condicionaram a postura crítica dos sociólogos responsáveis por tais deduções; que a concetualização pouco rigorosa dos conceitos de *importância* e *poder* esteve igualmente na origem da convicção acerca do impacto reduzido dos media; que a sociologia da comunicação dominante no período dos *efeitos limitados* relegou para segundo plano aspetos importantes do seu objeto de estudo com o intuito de “justificar o sistema (...) de propriedade, de controlo e de fins dos meios de comunicação social” em vigor naquele momento.

Foram estas circunstâncias específicas que motivaram diversas disciplinas a

³³ O modelo da *teoria de informação* foi impulsionado, na década de 20, pelos estudos de Ralph Hartley, Harry Nyquist e, a partir dos anos 40, por Claude Shannon e Roman Jakobson. Tinha por objetivo potenciar a velocidade de difusão das mensagens, reduzir o ruído e maximizar o eficiência geral de todo o processo de transmissão dos códigos. A grande diferença que o arquétipo *semiótico-informacional* apresenta em relação à *teoria de informação* reside na questão do sentido das mensagens, ou seja, reclama a necessidade de refletir sobre a semântica e a significação dos códigos em transmissão. Já no modelo *semiótico-textual* a interação comunicativa estabelece-se por intermédio de processos textuais e reconhece como postulado uma relação dissemelhante (diferentes papéis) entre emissor e recetor (Wolf, 2001).

enveredar pela análise metódica e sistemática do fenómeno comunicacional, marcando indelevelmente o desenvolvimento teórico da designada sociologia da comunicação. Os oito momentos invocados por Mauro Wolf (2001) inserem-se num ambiente de persistente fricção entre a pertinência da perspetiva sociológica, do contexto político e socioeconómico e das teorias comunicativas, oscilando o objeto de estudo entre a análise aos próprios media e a análise à cultura de massas. O investigador italiano exclui dos oito momentos as novas tendências de pesquisa, às quais dedica outra grelha de abordagem. É a problemática que ocupa o ponto seguinte.

3.1. Os efeitos cognitivos da comunicação de massas

As linhas de investigação que hoje inspiram largos setores da análise dos media fundamentam-se nas conceções orientadas para o estudo dos *efeitos cognitivos* da comunicação de massas. Entre inícios da década 70 e meados dos anos 80 desenvolveram-se correntes metodológicas preocupadas em estudar as consequências que decorrem da atitude mediadora dos meios de comunicação sobre o conhecimento público disseminado por um determinado grupo social (Saperas, 1993).

Este movimento focado nos *efeitos a longo prazo* tem inaugurado perspetivas encorajadoras no sentido de minimizar problemas metodológicos inerentes a díspares campos disciplinares. A passagem para uma nova abordagem sobre os efeitos dos media implicou, segundo Noelle-Neumann (1983-2002: 155-157:), a mudança de alguns procedimentos de investigação: a primazia dos estudos de caso cedeu terreno às análises que contemplam vários programas no conjunto dos dispositivos mediáticos; as pesquisas passaram a equacionar a observação dos resultados a longo prazo, substituindo o curto alcance; a experiência em laboratório sucumbiu progressivamente à perspetiva que procura recrear cenários reais; a análise de conteúdo é atualmente utilizada para estudar as mudanças de atitudes dos indivíduos acerca da realidade social e refletir sobre um leque bastante amplo de eventos e atores, não se cingindo ao ângulo dos destinatários; as pesquisas passaram a abarcar um vasto manancial de dispositivos mediáticos (não apenas meios impressos) e outros suportes de mediação.

O estudo sobre as consequências ao nível da cognição corresponde à terceira e

quarta fases das tipologias avançadas por Severin e Tankard (2001)³⁴ e Denis McQuail (1994)³⁵, sendo tratadas por Mauro Wolf (2001) enquanto novas tendências de pesquisa no contexto da capacidade que os media possuem para construir a realidade. A notícia³⁶, por exemplo, é encarada por alguns autores como uma forma de conhecimento singular (Meditsch, 1992; Charaudeau, 1997). Eduardo Meditsch (1997-2002: 11) sublinha que as recentes reflexões oriundas de várias disciplinas convidam a pensar não tanto naquilo que o jornalismo tem em comum com outros saberes, mas principalmente no que tem de único e original.

Inseridos num clima de crescente interesse pela análise dos media, surgido nos finais dos anos 60, os trabalhos centrados nos efeitos cumulativos sedimentados no tempo derivam de uma sólida consciencialização quanto à posição central ocupada pelos meios de comunicação nas sociedades modernas, em particular a hegemonia da televisão. Decorrem também de uma atitude inconformista progressivamente enraizada nos círculos académicos e sempre mais interessada nos aspetos ideológicos, que foi questionando o modelo capitalista, as relações hierárquicas e autoritárias, os valores do consumismo e os cânones clássicos que têm norteado a *praxis* jornalística (Traquina, 2001; Esteves, 2002). Se esta abordagem correspondeu à alteração de procedimentos metodológicos (Noelle-Neumann, 1983-2002), semelhante trajetória de mudança esteve presente no momento em que se reclamou um modo diferente de perspetivar os problemas da sociedade e do jornalismo, mais atenção para as questões da partilha do saber público e das representações que os grupos sociais constroem sobre si e sobre os outros.

Associados a este espírito renovador encontram-se movimentos teóricos que indiscutivelmente alargaram as fronteiras do estudo do jornalismo para áreas como o discurso das notícias, trabalhado na sua dimensão política, social e cultural em função de diferentes enfoques e contributos de autores como van Dijk (1997, 2005), Hartley (1982), Fairclough (1995, 1996), Fowler (1994), Bell e Garrett (1998). Ou ainda versando sobre a socialização profissional, as rotinas da *tribo* (Traquina, 2004; Tuchman, 1978; Schlesinger, 1977-1999), os constrangimentos organizacionais (Breed, 1955; Bagdikian, 1974; Curran, 1990) e os esquemas ou estruturas de perceção e dimensão simbólica presentes na produção dos textos jornalísticos (van

³⁴ 3) *modelo dos efeitos moderados*; 4) *efeitos poderosos dos meios de comunicação*.

³⁵ 3) *media poderosos redescobertos*; 4) *influência negociada dos media*.

³⁶ Entende-se por notícias os diversos géneros jornalísticos, como a reportagem, entrevista, editorial, artigo de opinião, crónica, fotografia/imagem, entre outros.

Dijk, 1988; Charaudeau, 1997; Carey, 1989).

Nélson Traquina (2001: 25-27) desenhou um quadro sugestivo das linhas de investigação que marcaram o interesse pelo estudo do jornalismo a partir dos anos 70. Além das correntes anteriormente mencionadas, de destacar a atenção direcionada para a influência dos aspetos económicos no jornalismo, para a relação entre jornalistas e fontes de informação, para a abordagem das notícias enquanto narrativas e a perceção do jornalismo como contador de histórias. Os estudos de parcialidade enquadram-se neste movimento e visam perceber se existe ou não distorção da realidade nas notícias.

Erving Goffman foi um dos autores que marcou indelevelmente esta rotação do objeto de estudo, através de obras como *The Presentation of Self in Everyday Life* (1959) e *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates* (1961). Mas é, sobretudo, com *Frame Analysis: an essay on the organization of experience* que o sociólogo interacionista isolou algumas das estruturas básicas de compreensão disponíveis na sociedade e analisou as vulnerabilidades específicas a que estes quadros de referência estão sujeitos. Goffman (1986: 7-11) desenvolveu conceitos proveitosos para a análise do discurso jornalístico, como os de *focus* (o evento pode ser descrito em função de uma lente com maior ou menor abertura), *perspective* (diferentes interesses geram diferentes relevâncias motivacionais) e *frame* (conjunto de princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles).

A noção de *frame* (enquadramento), na linha de Gregory Bateson, corresponde aos eventos quotidianos que organizam a experiência dos indivíduos e uma determinada perceção do mundo social. Quando o sujeito se encontra diante de uma *situação*, permite responder à questão de partida: *o que está a acontecer aqui?*. Este exercício revela-se útil para compreender o quadro³⁷ que enforma a perceção do sujeito perante o acontecimento e o posicionamento que adota diante do mesmo³⁸. Recuperado como instrumento destinado a *fotografar* a dimensão simbólico-interpretativa das interações sociais, o conceito adquiriu amplitude em trabalhos de carácter psicológico, político, sociológico e comunicacional. Devido à sua

³⁷ Erving Goffman (1986) define quadros primários como sendo de aplicação direta e possibilitando ao sujeito compreender os acontecimentos concretos. É através destas molduras nucleares, fabricadas e alteradas socialmente, que, no âmbito cultural de uma comunidade, se identificam os acontecimentos.

³⁸ O conceito de *enquadramento* surgiu em conexão com os contributos de William James e Gregory Bateson, a fenomenologia de Alfred Schütz e a etnometodologia de Harold Garfinkel.

maleabilidade metodológica, serviu de base teórica para estudar temáticas como os movimentos sociais ou as campanhas eleitorais.

Frame Analysis é a coluna vertebral de *Making News* onde Gaye Tuchman (1978) analisa o grau de problematização do enquadramento noticioso e a substância que o constitui. A investigadora considera que a produção dos diversos géneros jornalísticos, as *histórias* em sentido lato, processa-se em função de um processo negocial que percorre a relação entre, de um lado, os jornalistas e, do outro, as fontes, os leitores e as empresas jornalísticas. Influenciadas pelo contexto cultural, as notícias, longe de resultarem de uma produção objetiva, não são mais do que o produto final deste processo negocial que, por último, define o enquadramento conferido pelo jornalista.

O estudo dos *efeitos cognitivos* da comunicação de massas, encarado como uma renovada linha de investigação sociológica, revelou um importante manancial de conceitos caros ao processo comunicacional, das noções de *campo* e *habitus* de Pierre Bourdieu (1989; 1995-2005)³⁹ à teoria da estruturação de Anthony Giddens (1995; 2001). A atenção perante o discurso das notícias foi ainda secundada por um robusto caudal de pesquisas nos campos cultural (Carey, 1989) e linguístico (Corcoran, 1990), onde se destacam a escola culturalista britânica, que perspetiva os media como uma *indústria consciente* (Davis, 1990), e a escola semiológica francesa (Barthes, 1957-2007; Gritti, 1976; Morin, 1966-1976)⁴⁰.

A diversidade temática que as novas tendências do estudo do jornalismo contemplam materializa-se, não raras vezes, através de reflexões baseadas na interação de enfoques, como do sociológico para o linguístico (Hartley, 1982), ou do sociológico para o cultural (Tuchman, 1978; Hall *et al*, 1978-1990). Michel Schudson (2000: 175) advoga, neste sentido, que os investigadores necessitam de direcionar maior atenção para a dimensão cultural das notícias e evitar restringir as abordagens às causas políticas, sociais ou económicas. Barbie Zelizer (2004: 8) salienta, na mesma linha, que a representação, a narrativa, o ritual e a *comunidade interpretativa* devem integrar os prismas alternativos de análise à sociologia da comunicação.

Mikhail Bakhtine foi outro autor cujas noções (*dialogismo* e *polifonia*) se

³⁹ A noção de *campo* remete para o espaço simbólico onde as lutas dos agentes determinam e legitimam representações. Já a de *habitus* entronca no *conhecimento adquirido* através de disposições que se manifestam ao nível das estruturas de perceção e das atitudes dos membros de uma classe ou grupo (Bourdieu, 1989).

⁴⁰ Cfr. Dominique Wolton, *Penser la Communication*, 1997. Paris: Flammarion.

revelaram fecundas para a esfera comunicativa, designadamente ao nível da análise do discurso, estabelecendo a diferença entre *discursos primários* (simples – situações comunicativas quotidianas e espontâneas) e *discursos secundários* (complexos – o romance, o teatro e os trabalhos científicos, geralmente mediados pela escrita e tendencialmente ideológicos). Segundo o filósofo russo, ambos os géneros de discurso apresentam como dominador comum enunciados verbais. No entanto, os géneros secundários evoluem no âmbito de circuitos, culturais, mais complexos e, no seu processo de formação, chegam a absorver os géneros primários. Estes, por sua vez, ao tornarem-se elemento constituinte do discursos secundários, perdem a ligação com a realidade objetivada (Bakhtine, 1952/1953-1996: 61-63).

À luz deste contributo teórico, o jornalismo pode ser encarado como um discurso secundário na medida em que absorve outros géneros (primários) que frequentemente são transmutados para um contexto referencial diferente da instância original de produção (Ponte, 2004/b). O discurso noticioso apresenta, igualmente, níveis de complexidade significativos porque é um discurso *dialógico* através do qual circulam diferentes vozes (*polifonia*), sendo simultaneamente produtor e resultado de sentidos, elaborado em função de condições de produção e rotinas particulares.

Os conceitos de Bakhtine (*dialogismo*, *polifonia*), de John Austin (1978), da dimensão ilocutória à dimensão perlocutória do atos de fala, ou de Michel Foucault (1971-1997), que discorre sobre os mecanismos discursivos de inclusão e de exclusão, constituem um quadro referencial profícuo no contexto do campo linguístico e da análise do discurso, método de interpretação construtivista que refuta a ideia de que o jornalismo constitui um reflexo fidedigno da realidade tal como advogava a teoria do espelho⁴¹. A análise do discurso, contrariamente, postula que toda a representação é uma construção imaginada do mundo social, mediada por fatores socioculturais e ideológicos, entre outros. Sugere também que o jornalismo pode ser pensado em dois níveis: relação entre discursos (*interdiscursividade*) e relação entre sujeitos (*intersubjetividade*).

Esta técnica construtivista de interpretação de textos e enunciados preocupa-se, por exemplo, com o movimento de sentidos entre os discursos, preocupa-se em mapear as diversas vozes presentes na narrativa noticiosa – fontes, jornalista que assina, texto não assinado (Benetti, 2007). Teun van Dijk (1989: 244) analisou a

⁴¹ A teoria do espelho foi primeira tentativa de teorização sobre a produção da informação sustentada na crença de que os jornalista são imparciais porque respeitam os códigos deontológicos.

circulação de sentidos ao nível do discurso editorial e concluiu que este é um discurso de uma esfera de poder, a imprensa, orientado para outra esfera de poder, normalmente os profissionais da política. O investigador holandês considera ainda que as opiniões expressas em editoriais são “habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um acto de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar, que define o âmbito pragmático ou a conclusão de um artigo de opinião” (van Dijk, 2005: 220).

Em suma, a abordagem sobre os efeitos cognitivos e cumulativos do media remete para o impacto dos vários graus da ação comunicativa na forma como os indivíduos percebem, estruturam, selecionam e difundem o conhecimento do mundo social. Trata as práticas simbólicas e comunicativas como pressupostos da sociabilidade. A interdisciplinaridade e as metodologias comparadas ao serviço de novos horizontes de análise permitem estudar os sistemas culturais e as estruturas sociais onde os mecanismos noticiosos estão inseridos (Gurevitch e Blumler, 1990). São orientações que refletem o batimento do pensamento sociológico e materializam-se, entre outras, nas teorias da *knowledge gap*, do *agenda-setting*, da tematização e da notícia como construção social.

3.1.1. – Da *knowledge gap* ao *agenda-setting*

Todo a evolução do estudo do jornalismo durante a última centúria pautou-se por intensos debates ideológicos, pela dificuldade em superar antinomias e propor, entre domínios disciplinares vários, linhas de análise unificadoras no âmbito de problemáticas específicas. As teorias da *knowledge gap*, da tematização, do *agenda-setting* e da corrente construcionista sobre a notícia aparecem como pontos de referência últimos desse percurso. Inserem-se no cenário de uma revalorização da dimensão cognitiva da atividade pública, de reconhecimento do papel de mediação dos media nas sociedades hodiernas e da questão da distribuição da informação no sistema social.

A teoria da *knowledge gap* (hipótese do diferencial de conhecimento) foi sistematizada por Phillip Tichenor, George Donohue e Clarice Olien nos anos 70. Pressupõe que os indivíduos estão dotados de diferentes capacidades comunicativas (uso dos meios e compreensão dos conteúdos) em virtude da forma desigual com que se processa o aumento e o acesso à informação nos vários segmentos

socioeconómicos. Quando o fluxo de informação veiculado pelos órgãos de comunicação aumenta, “os segmentos da população de estatuto socioeconómico mais elevado tendem a adquirir esta informação a um ritmo mais rápido do que os segmentos socioeconómicos de níveis mais baixos” (Tichenor, Donohue e Olien, 1970-2002: 79). A diferença entre os grupos sociais tende a aumentar em vez de diminuir.

Noutra latitude teórica, o conceito de tematização, inicialmente apresentado por Niklas Luhmann, pode ser definido como o dispositivo de formação da opinião pública que opera no âmbito das modernas sociedades complexas. Ou seja, trata-se do processo de definição e reconhecimento público dos temas centrais, das grandes problemáticas que constituem a opinião pública, através da ação determinante dos meios de comunicação de massas.

Sem se querer aprofundar em demasia o pensamento de Luhmann, o tema da *complexidade* foi tratado pelo autor em várias obras (Luhmann, 1996, 1998) e, constituindo um dos elementos importantes da sua teoria social, encontra-se, igualmente, no âmago desta teoria comunicacional⁴². Se as sociedades pós-industriais definem-se pela complexidade estrutural e transformação do sistema político, então a função da comunicação poderia minimizar essa complexidade social e contribuir para resolver problemas através da tematização, evidenciando determinados temas em detrimento de outros, captando a atenção e reduzindo a incerteza ou entropia. O sociólogo, no entanto, transfere essa função da comunicação pública para o domínio da ficção porque, apesar de assegurar a sua continuidade, assenta em processos que somente pretendem suscitar a adesão do auditório a um conjunto limitados de temas. A dinâmica da tematização não serve, na opinião de Luhmann, para aferir o conteúdo das opiniões, mas antes para ocultar evidências do mundo social (Luhmann, 1997).

Em *A Improbabilidade da Comunicação*, o autor sustenta que os modernos meios de comunicação de massas podem desenvolver uma atividade ilusória e transmitir apenas a impressão de que os problemas estão resolvidos ou a incerteza diminuída. A complexidade pode não ser reduzida mas, segundo Luhmann, somente mediada ou deslocada pela ação dos media (Luhmann, 2006: 45-46).

O teórico alemão observa mesmo que o nosso conhecimento sobre a sociedade, derivado em grande parte dos conteúdos dos media, apresenta-se com a

⁴² Cfr. Daniel Cornu, *Jornalismo e Verdade. Para Uma Ética da Informação*, 1999. Lisboa: Instituto Piaget.

marca da dúvida (Luhmann, 2000). É assim possível deduzir que o sistema dos media reflete a complexidade do sistema social e, em termos de eficácia comunicacional, contribui para a proliferação dessa mesma complexidade. Pensamos, no entanto, que os meios de comunicação, quando empenhados em resgatar diversos pontos de vista sobre um evento específico, podem desenvolver uma ação positiva ao nível do esclarecimento do auditório.

Tal como na teoria do *agenda-setting* (agendamento), as noções de *seleção* e *orientação* da atenção do auditório também se encontram na base do modelo da tematização, que considera ainda a seleção de temas num determinado período não estranha às orientações dominantes e às dinâmicas do sistema político. Aliás, as afinidades entre a teoria do agendamento e o pensamento de Luhmann (2006: 71) – “a comunicação é a criação de uma realidade emergente” – são notórias e reforçadas quando se percebe que ambas remetem para o papel ativo dos media no processo de construção da realidade social e da percepção pública desse fenómeno. Como refere Gaye Tuchman (1976-1999: 262), “os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente”. Tuchman fala numa realidade construída possuidora da sua própria validade interna.

Ainda que ausente das suas formulações iniciais, Maxwell McCombs e Donald Shaw, os dois investigadores que conferiram unidade à hipótese do *agenda-setting*, sublinharam esta dimensão *construída* pouco tempo depois da publicação, em 1972, do trabalho fundador do seu modelo teórico. Recuando um pouco na concetualização, a teoria do agendamento é uma corrente de investigação que reconhece a faculdade dos meios de comunicação para não apenas focarem a atenção do auditório, mas também para determinarem as temáticas veiculadas. Destaca, portanto, a capacidade dos media em agendar/hierarquizar matérias que são objeto de discussão pública, partindo do princípio de que os dispositivos noticiosos influenciam a projecção dos eventos e disseminam uma percepção construída do mundo social.

Segundo Eugene Shaw (1979: 96-97), esta hipótese defende que as pessoas têm tendência, por um lado, “para incluir ou excluir dos seus próprios pensamentos aquilo que os media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” e, por outro, para “atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete aproximadamente a ênfase atribuída pelos media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”. Shaw afirma que os media apresentam ao auditório uma lista sobre o que

pensar e discutir.

Na verdade, a convicção de que os media fornecem ao público imagens construídas e constituem a correia de transmissão entre os eventos e as representações dos mesmos já havia sido avançada por Walter Lippmann (1922-1991). Vinte anos depois também Roberto Park (1940-2002) antecipou importantes reflexões sobre o processo de seleção dos jornais. Mas foi Bernard Cohen (1963: 13) o primeiro a adiantar uma ideia mais inclusiva e consistente sobre o *agenda-setting* ao afirmar, nos inícios dos anos 60, que a imprensa “é manifestamente mais do que um fornecedor de informação e opinião. Pode na maior parte das vezes não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar”.

A hipótese do *agenda-setting* encontrou as suas bases canônicas através do estudo de Maxwell McCombs e Donald Shaw intitulado *The Agenda-Setting Function of Mass Media*, publicado em 1972, na revista *Public Opinion Quarterly*. Os dois autores apresentaram os resultados das pesquisas realizadas em duas campanhas políticas de eleições presidenciais norte-americanas, referindo que, embora não sejam categóricos os dados que sugerem a ideia de que os media alteram profundamente convicções durante uma campanha, “há dados mais convincentes no sentido de que os leitores adquirem conhecimentos a partir da imensa quantidade de informação disponível durante cada campanha” (McCombs e Shaw, 1972: 176).

Os resultados empíricos apresentados por McCombs e Shaw desbravaram um caminho que impulsionou centenas de estudos sobre o agendamento dos media. Este corpo teórico pode ser dividido em três linhas gerais: a) os estudos da *agenda mediática (media agenda-setting)*, sobre as temáticas dos media; b) os estudos da *agenda pública (public agenda-setting)*, sobre os eventos e temáticas respeitantes aos elementos do auditório; c) os estudos sobre a *agenda da política governamental (policy agenda-setting)*, relacionados com as instituições governamentais (Rogers, Dearing e Bregman, 1988).

Comentando a evolução do estudo sobre o agendamento, Néilson Traquina (2000/a: 32) salienta que não poucos foram os trabalhos que procuraram testar a existência de uma relação causal entre agenda jornalística e agenda pública, pelo que a pesquisa, em geral, aponta para uma associação positiva entre as duas agendas. Alguns dominadores comuns associados às reflexões sobre este conceito residem na progressiva problematização dos métodos formulados e na necessidade em aferir se as

repercussões do agendamento refletem-se uniformemente sobre todos os elementos do auditório e sobre todas as temáticas.

Destes aspetos evidenciados por Traquina decorrem outras questões metodológicas que, como o autor nota, prendem-se com a participação dos indivíduos em debates centrados nos assuntos despoletados pela agenda jornalística, com o quadro temporal e, entre outras, com a especificidade de cada meio. Ou ainda se o evento é envolvente ou não e se o género do tema está relacionado com o efeito da agenda jornalística (Traquina, 2001).

Se as investigações sobre esta teoria têm revelado resultados que ampliam o significado mais restrito da noção primeva, isso deve-se à complexidade que envolve o campo jornalístico, sempre mais potenciado por novos ângulos de abordagem e pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação, em particular a internet. Parece evidente que a atual problematização do *agenda-setting* encontra correlação na constante transformação dos campos jornalístico, político e social. As atuais conclusões sobre o efeitos cognitivos dos meios de comunicação confirmam e acentuam o poder desse sistema, revelando que os media “não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso, e conseqüentemente o que pensar” (McCombs e Shaw, 1993: 65).

3.1.2. A notícia como construção social

A asserção que remete para a influência dos media na construção de uma determinada perceção do mundo social é transversal às teorias da tematização e do agendamento e constitui a alavanca edificadora das teorias construcionistas sobre a notícia. Esta perspectiva, com origem na sociologia fenomenológica impulsionada por Alfred Schutz e posteriormente desenvolvida por Peter Berger e Thomas Luckman, está orientada para o conhecimento da ação geral dos meios de comunicação e dos seus profissionais (Davis, 1990). A construção social é assim encarada como o resultado de procedimentos contínuos protagonizados por sujeitos habituados a reportar as dinâmicas do mundo social⁴³ (Livolsi, 2001).

Para os dois ramos do tronco construcionista, as linhas estruturalista e interacionista, as notícias são “o resultado de processos complexos de interação

⁴³ Cfr. Robert M. Farr e Serge Moscovici, *Social Representations*, 1984. Cambridge: University Press.

social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua redação” (Traquina, 2001: 52). Esta interação social é determinada tanto pela cultura profissional que rege o imaginário do jornalista à escala global (espírito de pertença, valores-notícia, rotinas, autonomia), como por fatores que condicionam a atividade desses profissionais no seu local de trabalho (acesso às fontes, linha editorial, mimetismo noticioso, personalização, espaço, tempo-pressão, instantaneidade, imediatismo).

Considerando que os jornalistas são intervenientes ativos na criação de representações da realidade, é pois necessário compreender os contextos sócio-históricos e culturais da comunidade onde estão inseridos (Bennett, 1982) e os códigos utilizados ao nível das técnicas de redação e apresentação de conteúdos (*jornalês*/metáforas-sequências analógicas, livros de estilo, pirâmide invertida, estrutura temática, titulação). Desta forma, é possível perceber que existem formas pré-estabelecidas onde encaixam as interpretações dos acontecimentos. Como refere Tuchman (1976-1999: 258), os jornalistas “aprendem formas de ‘estórias’ que eles usam como equipamento profissional, como mecanismos que eles podem aplicar para transformar os acontecimentos que encontram no seu produto profissional – relatos de acontecimentos ou new stories”.

Analisando a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão, Schudson (1982-1999: 278) nota que, nos Estados Unidos, “com o estabelecimento do *lead* como convenção jornalística tornou-se claro que os jornalistas deixaram de ser estenógrafos ou gravadores para passarem a ser intérpretes”. A afirmação do sociólogo americano reforça a ideia de que as notícias são influenciadas por formatos pré-estabelecidas (*lead*) e pelo exercício interpretativo (*construção de cenários*) dos seus feitores.

Ambas as ramificações da posição construcionista assumem que os relatos noticiosos repercutem as condições de produção. Reconhecem a centralidade das fontes de informação e consideram a sua relação com os jornalistas um elemento importante ao serviço dos governos e segmentos socioeconómicos dominantes (Davis, 1990). A teoria estruturalista acentua, no entanto, que o campo jornalístico reproduz a ideologia hegemónica e considera que a relação entre fontes de informação oficiais e fontes de informação jornalistas é determinada pelas primeiras, ou seja, que as notícias tendem a suportar as versões oficiais dos acontecimentos. Já a teoria

interacionista destaca a centralidade dos procedimentos profissionais na construção social das notícias e postula que a ação das fontes oficiosas, mesmo ocupando uma posição vantajosa, não é tão determinista, pelo que ainda existe algum tipo de negociação entre fontes oficiosas e fontes jornalistas (Traquina, 2001: 80-88, *passim*).

As questões relacionadas com os efeitos cognitivos dos meios de comunicação e a forma como estes constroem a realidade social representam importantes filões de investigação, não obstante a variedade temática que, em constante diálogo com as novas tecnologias (jornalismo online e relação público *vs* internet), ocupa atualmente a atenção dos investigadores. Esta herança interdisciplinar, frequentemente refletindo um acentuado grau de fragmentação das Ciências da Comunicação enquanto disciplina, pode revelar a ausência de um edifício teórico comum. Se a variedade de enfoques constitui uma mais valia quando se trata de estudar a complexidade do fenómeno jornalístico, é igualmente pertinente afirmar que esta valência também pode dificultar a formação de um campo disciplinar autónomo, mais do que uma área de estudos. A teoria do *agenda-setting* constitui de alguma forma um esforço no sentido de superar as debilidades teórico-metodológicas.

Norteou-se a economia do texto em função de conceitos que, ao longo do trabalho, sustentarão determinados pontos de vista e deduções. Por isso dedicou-se mais atenção às teorias da tematização, do *agenda-setting* e da perspectiva construcionista das notícias. Esta espécie de revisão teórica privilegiou a síntese em detrimento da exaustividade, relegando para a omissão autores, escolas e paradigmas teóricos incontornáveis do percurso da Teoria da Comunicação.

4. Critérios de noticiabilidade

Quais os regras que definem a publicação de determinadas notícias e não outras? Como se estabelece o processo que impele os órgãos de comunicação a deslocar uns conteúdos para as primeiras páginas e aberturas de noticiários televisivos ou radiofónicos e outros para o fim da paginação e dos programas noticiosos (*newcast*)? Os elementos subjacentes a esta seleção temática são designados por critérios de noticiabilidade ou valores-notícia, através dos quais os meios de comunicação gerem o volume e o género de eventos que, de entre um número imprevisível e indeterminado de factos, importa extrair e hierarquizar. Trata-se de valores que servem de guia à seleção dos acontecimentos aos quais se pretende conferir visibilidade pública. Por outras palavras, estes critérios de delimitação podem corresponder, grosso modo, à ideia do *problemático* de Louis Althusser (1965-2005), uma *unidade constitutiva* (específica) do grande conjunto de acontecimentos que é extraída para tratamento jornalístico e, posterior, publicação/emissão.

O primeiro estudo associado aos valores-notícia foi publicado em 1950 por David Manning White, no qual o autor utiliza o conceito de *gatekeeper* desenvolvido três anos por Kurt Lewin (1947). White (1950) apresentou a metáfora do *gatekeeper* (seleccionador, porteiro) – “um indivíduo ou um grupo detém o poder de determinar o que deve ser selecionado ou excluído” (Lewin, 1947: 145) – para identificar as barreiras que possibilitavam a passagem ou o bloqueio de informação. Observou que do volume de despachos enviados pelas agências noticiosas apenas uma pequena percentagem era transformada em notícias publicáveis pelos órgãos de informação. No estudo de White, as barreiras (*gates*) equivalem ao processo de tomada de decisão protagonizado pelo jornalista (*gatekeeper*, filtragem) e as razões que estão na génese da publicação de uma notícia, ou omissão da mesma, são de ordem subjetiva.

Problematizando o conceito, é possível verificar que a omissão ou secundarização de determinados assuntos pode reduzir ou eliminar a visibilidade dessas temáticas no espaço público. Ora esta equação afeta a relação entre os meios de comunicação e a opinião pública e remete para a Teoria da Espiral do Silêncio na medida em que os indivíduos tendem a nortear o assentimento ou adesão das suas opiniões e comportamentos em função dos parâmetros da maioria.

A hipótese formulada por Elisabeth Noelle-Neumann consiste no processo que, partindo do princípio de que os indivíduos procuram integração social,

popularidade, incita os sujeitos “a perceber as mudanças de opinião e a segui-las até que uma opinião se estabelece como a atitude prevalecente, enquanto que as outras opiniões são rejeitadas ou evitadas por todos” (Noelle-Neumann, 1977: 144). Noelle-Neumann (1984) diz-nos que este procedimento se verifica em assuntos controversos, podendo ser decisivamente influenciado pelos media quando estes, perante uma questão moral, assumem determinada posição. Portanto, à luz da teorização da socióloga alemã, as ocorrências/opiniões relegadas para uma posição secundária tendem a possuir menos visibilidade e, em consequência, estarão menos expostas ao assentimento e adesão do auditório. Igual correlação verifica-se em sentido contrário: quanto maior a exposição pública de opiniões/assuntos, maior a probabilidade de concordância dos sujeitos.

As conclusões de David Manning White (1950) foram sendo aprofundados e repensadas por outros autores e abordagens, tendo-se chegado à conclusão de que a existência pública das notícias decorre mais de elementos concretos, mensuráveis, do que de aspetos subjetivos. Assim, o processo de *gatekeeping* está associado a duas dimensões: primeiro, à seleção dos elementos, às linhas-guia que o produto final (notícia) deve incluir, constituindo referências claras a conhecimentos partilhados sobre a natureza das notícias e estando presentes nas interações quotidianas dos jornalistas (Golding e Elliot, 1979: 114); em segundo, está associado à organização noticiosa e às *routines* produtivas, da disposição da redação em setores temáticos específicos, passando pelo género de correspondentes-enviados-especialistas que possui, até ao objetivo da *eficiência* orientado para garantir o necessário reabastecimento de notícias adequadas, com o mínimo prejuízo de tempo, esforço e dinheiro (Gans, 1980: 83).

Em *The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspaper*, Johan Galtung e Mari Ruge (1965) elaboraram um conjunto de parâmetros e atributos combinados cuja definição corresponde aos critérios de noticiabilidade. Apesar do contexto mediático diametralmente diferente do atual, do ponto de vista institucional, organizativo e tecnológico – mas não tão díspar do período cronológico que abarca o objeto de estudo da nossa pesquisa (1974-1976) –, os critérios propostos por Galtung e Ruge (1965) mantêm, grosso modo, a pertinência e atualidade. Sucintamente, entre esses elementos-guia encontram-se os seguintes:

- *Frequência do acontecimento*: equivale à quantidade de tempo necessário para que um evento adquira exposição pública e significado; as hipóteses que um acontecimento dispõe para se tornar notícia aumentam em função do seu grau de atualidade (tempo curto) e das sintonias que o mesmo estabelece com as rotinas profissionais dos órgãos de informação;

- *Amplitude e intensidade*: é um critério com repercussões ao nível da percepção; a probabilidade de um evento se tornar notícia aumenta em proporção ao impacto (elevado) do acontecimento e ao número (elevado) de atores envolvidos; os autores referem também que quanto maior for a *ressonância* da notícia, maior será a probabilidade de haver distorções por parte do órgão noticioso;

- *Clareza*: o evento deve apresentar um grau reduzido de *ambiguidade* para facilitar o entendimento em tempo útil; significados imprecisos e sequências obscuras que requerem esforço de interpretação não ajudam à sua noticiabilidade imediata;

- *Significância-proximidade e relevância*: implica a necessidade de haver algum tipo de afinidade/proximidade cultural ou familiaridade entre o evento e o auditório; pode ser também importante o nível de *identificação*, por conflito ou sintonia, que um determinado acontecimento, ainda que distante, apresente para os leitores/ouvintes;

- *Consonância: expectativas e ambições/aspirações*: está relacionado com aquilo que se espera e deseja encontrar; a previsão assume um caráter cognitivo e o desejo uma matriz normativa no sentido em que a criação de uma *imagem pré-mental* facilita a receção do acontecimento, pelo que este deve estar em conformidade com as expectativas dos jornalistas e os modelos noticiosos habituais; uma aspiração demasiado pronunciada, que pré-estabelece enquadramentos, pode adequar a percepção do evento às imagens desejadas e assim favorecer a distorção;

- *Inesperado ou raro*: são elementos fundamentais para um evento adquirir visibilidade pública; no contexto das ocorrências reveladoras de importantes níveis de identificação ou afinidade cultural e que se encontrem em sintonia com as expectativas, são privilegiadas aquelas que sejam inesperadas ou raras;

- *Continuidade e desenvolvimentos supletivos*: as sequências de temas anteriormente abordados são mais verosímeis de se constituírem notícia; um assunto já noticiado mas que ainda figure na agenda tem mais hipóteses de ser novamente notícia caso surjam novos desenvolvimentos;

- *Composição*: um acontecimento que mantenha equilibrada a estrutura geral do noticiário possui mais probabilidades de incorporar esse bloco informativo; um noticiário pré-concebido, ou uniformizado, por exemplo, para informação doméstica tem menos apetência para receber notícias internacionais;

- *Envolvimento de nações de elite*: quanto mais o evento envolva nações proeminentes no contexto da geopolítica mundial, mais presumível será a sua transformação em notícia;

- *Envolvimento de pessoas de elite*: aplica-se o mesmo raciocínio que preside ao envolvimento de nações proeminentes;

- *Personificação*: o tratamento jornalístico que acentue as características pessoais ou as histórias de sujeitos envolvidos é mais noticiável que outro tipo de abordagens;

- *Negatividade*: quanto maiores forem as consequências negativas de um acontecimento, mais probabilidades tem de se tornar notícia.

Este conjunto de valores-notícia pressupõe a existência de critérios mais estáveis e consensuais (oito primeiros) por oposição à volatilidade de outros fatores culturais (últimos quatro critérios) que influenciam a perceção e noticiabilidade de um determinado acontecimento. Para Galtung e Ruge, um evento que seja débil na generalidade dos critérios possui menos hipótese de adquirir exposição pública em relação a outro que se destaque num dos elementos ou apresente níveis relativamente altos em diversos parâmetros.

Claro está, como nota Cristina Ponte (2004/b: 128), que o elenco formulado pelos investigadores noruegueses assenta num estudo centrado na análise de notícias internacionais no contexto político da Guerra Fria, favorecendo assim a *clarificação* de posições que permitem, por exemplo, circunscrever perspetivas intrinsecamente relacionadas com os interesses da nação (etnocentrismo). Desta constatação decorre a existência de outros valores-notícia importantes para a cobertura jornalística da agenda pública, como a *polémica*⁴⁴, a *dramaticidade* e o *conflito* (Chaparro, 1994), ou critérios respeitantes às regras de mercado, à audiência e aos condicionamentos organizacionais (Sousa, 2005).

O número de tipologias afetas aos *news values* é já extenso e deriva dos contributos de vários autores que, desde o estudo de Galtung e Ruge, têm refletido

⁴⁴ Ibidem.

sobre esta temática (Gans, 1980; Traquina, 2002; Wolf, 2001; Chaparro, 1994). Nelson Traquina (2002) faz a distinção entre valores-notícia de seleção, de seleção contextual e de construção, enquanto Mauro Wolf (2001) alinha por critérios substantivos, critérios relativos ao produto, ao meio de comunicação, ao público e à concorrência.

Não obstante os jornalisismos escrito, televisivo, radiofónico e online operarem de forma diferente e obrigarem, por isso, a especificidades de seleção determinadas pela natureza do meio, afigura-se correto afirmar que existe um tronco comum de critérios de noticiabilidade que orienta a produção jornalística. É, de facto, maior o número de casos em que as notícias de abertura de telejornais correspondem às que estão nas primeiras páginas dos jornais do que as situações em que existe dissonância temática. Em conclusão, os *news values* funcionam de forma complementar, interligam-se, esbatem por vezes incoerências, servem de guião cognitivo aos jornalistas e, ainda que com implicações díspares, manifestam-se ao longo de todo o processo de produção das notícias e não apenas quando importa extrair a *unidade constitutiva* do grande conjunto de acontecimentos.

5. A narrativa jornalística: da representação social ao (meta)acontecimento

Analisou-se como os estudos dos *efeitos cognitivos* dos media procuram compreender os processos através dos quais os indivíduos selecionam e disseminam o conhecimento do mundo social. Discorreu-se, também, sobre os critérios que determinam a existência pública dos eventos. Mas, afinal, como se estruturam os acontecimentos na mente do indivíduo? Quando desfolhamos as páginas de um jornal e tentamos perceber, por exemplo, quais os motivos que originaram uma revolta social ou a tomada de posição de um governo ou partido político, como se organizam os conteúdos da nossa leitura?

A ideia que fazemos desses fragmentos da realidade assume a forma de *histórias*, histórias que relatam o comportamento de um cidadão ou envolvem inteiras nações, histórias de feitos fantásticos ou de hecatombes, histórias de outras histórias. Seguindo a conceitualização de Marino Livolsi (2001: 117), este *pensamento narrativo*, as histórias em sentido lato, consiste na forma de organização do conhecimento que “permite interpretar os eventos com que estabelecemos contacto, e sucessivamente recordá-los, compreendendo através da sua concatenação uma história gerada a partir da intencionalidade de alguns atores que atuam no interior de um contexto”. Obviamente que determinados conteúdos estão mais predispostos a evoluírem sob a forma narrativa. Por isso existem diversos núcleos de memória que, apesar de interligados, correspondem aos diferentes tipos de experiência dos indivíduos – a memória utilizada para fechar as portas do automóvel não é a mesma que permite ao aluno universitário estudar para um exame de álgebra.

O *pensamento narrativo* representa, neste sentido, uma modalidade estrutural do conhecimento que possibilita assimilar as dimensões conotativas mais complexas da realidade. As histórias conferem redundância, inteligibilidade, às situações que, também constituídas por esquemas lógicos e conceitos elementares, apresentam significativo grau de articulação e um enredo elaborado. Como refere Livolsi, é através das histórias que procuramos interpretar as atitudes dos indivíduos e, deste modo, conferir sentido às situações em que estamos envolvidos⁴⁵. O nosso processo de seleção e retenção da experiência social adquire assim a forma narrativa e surge como resultado de avaliações pessoais e representações de representações.

⁴⁵ Ibidem: 118.

A reconstrução narrativa das situações não dispensa pontos de vista (*distorções*) individuais. Quando narramos e recordamos uma experiência passada, um filme, um passeio de barco, uma intensa jornada de trabalho, fazemo-lo evidenciando os aspetos que mais influenciaram a nossa sensibilidade. O mesmo sucede com o enviado especial que, chegado ao local de uma catástrofe natural ou à cidade onde se desenvolve um golpe de estado, mais não consegue captar do que frações do mundo social. A realidade reportada terá de passar pelo filtro da reconstrução que deverá incluir testemunhos ou ângulos de leitura representativos dos interesses/protagonistas em confronto. Será por isso uma reconstrução que o jornalista no terreno nunca poderá elaborar exclusivamente a partir das suas observações. No caso de um repórter encarregue da cobertura jornalística de sessões parlamentares, os relatos veiculados mais não são do que representações de outras representações.

E se, como anteriormente se referiu, afigura-se necessário abordar aspetos vários do *newsmaking* para compreender as narrativas jornalísticas⁴⁶, é então fácil perceber que qualquer reflexão sobre a produção noticiosa cruza-se com o conceito de *representação social*. As imagens simbólicas, crenças e definições que os indivíduos partilham a respeito das suas posições sociais, do seu grupo ou da comunidade onde estão inseridos, constituem um elemento nuclear dos processos de construção da realidade social. A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (2009: 35-37), indica que, por um lado, as representações *convencionalizam*, conferem significado e enquadram em categorias os objetos, os indivíduos e os eventos e, por outro, exercem influência sobre as pessoas uma vez que estabelecem os seus quadros cognitivos, possuindo uma função *prescritiva*.

O conceito de *representação* ocupa um lugar proeminente no domínio dos Estudos Culturais e é perspectivado enquanto produção de significados através da linguagem, aquele repositório de valores e o meio privilegiado através do qual os indivíduos organizam e regulam as práticas sociais (Hall e Evans, 2003). Se é verdade como diz Cornu (1999: 276) que nenhum “ato jornalístico isolado pode pretender descrever a totalidade do real, nem esgotar-lhe o sentido”, não menos assertivas parecem ser as conceções de Zelizer (1993-2000) e Bourdieu (1998), entre outros, que encaram os jornalistas como uma comunidade unida pelas suas próprias representações sociais. A seleção do léxico, a ordem da sua exposição e a escolha dos

⁴⁶ Aspetos como a cultura profissional, as crenças partilhadas, os constrangimentos organizacionais, a relação entre os jornalistas e as fontes e os leitores, ou os contextos histórico-culturais.

eventos são procedimentos influenciados pelos contextos sócio-históricos e radicados em critérios partilhados por uma comunidade de enunciação.

A dimensão da representação social encontra-se inelutavelmente associada à existência do próprio discurso jornalístico porque este, como nota Adriano Duarte Rodrigues (1988-1999), constitui por si só um *segundo acontecimento* ou *meta-acontecimento*. Os media não apenas reportam eventos como ainda produzem, simultaneamente, significados e conotações que originam outros acontecimentos a partir dos relatos primevos. As representações sociais contribuem, assim, para determinar este segundo nível de eventos, quer ao nível do *ethos* individual do jornalista, quer ao nível do *ethos* do grupo profissional a que pertence. Mais: as imagens sociais que modelam a informação jornalística são, depois, transmitidas para o auditório.

Resumindo: os *meta-acontecimentos* diferem dos *acontecimentos-referenciais* que se enquadram na esfera natural do acidente (maremotos, nascimentos, mortes, desastres nucleares, o político que tropeça ao descer as escadas do avião); contrariamente, inscrevem-se na superfície do simbólico e da enunciação porquanto asseguram a identificação e a notoriedade dos indivíduos e das instituições. Os *meta-acontecimentos* incorporam uma esfera independente das restantes experiências do mundo, tratando-se de *acontecimentos discursivos* que metabolizam, segundo regras próprias, mensagens provenientes de várias instâncias de enunciação⁴⁷.

Ao afirmarmos que o discurso noticioso é uma realidade construída e seletiva torna-se então obrigatório discorrer sobre a questão da objetividade jornalística, temática que se abordará mais à frente quando se analisar o caldo ideológico sobre o qual assentava a imprensa italiana nos anos 70. Cumpre salientar que o conceito de *pseudoacontecimento* entronca, igualmente, na esfera do real construído. Introduzido por Daniel Boorstin (1962-1992), trata-se da construção, planeada, de eventos com o intuito de serem divulgados pelos meios de comunicação (conferências de imprensa, ações de relações públicas). As empresas, os atores políticos e os demais atores da vida social procuram entrar no espaço público para adquirir visibilidade, tudo fazendo para veicular as suas mensagens e, desta forma, criar universos fabricados.

O acontecimento evoca a relação entre os media e o auditório, relação esta que denota uma vertente comercial (tiragens, audiências, publicidade) e uma vocação

⁴⁷ Ibidem:19-31.

social (missão pública da informação). Daniel Cornu (1999: 279-284: *passim*) identifica três categorias de acontecimentos: os *factos institucionais*, os *temas dominantes* ou *emergentes* e os *fait-divers*. Os eventos institucionais derivam das instituições políticas, económicas ou culturais e revelam a relação complexa que os jornalistas mantêm com as suas fontes. Este tipo de acontecimento pertence, em parte, à ordem da convenção, podendo ser desprovido de interesse informativo (*factos* rotineiros/ritual político) e impondo, frequentemente, o peso da fonte jornalística à pertinência da informação. Ao reportar as práticas rituais das instituições, sobretudo as políticas e no âmbito da imprensa escrita, o jornalista produz uma narrativa que, por um lado, confere visibilidade ao poder, dá voz ao político, e, por outro, fala em nome do leitor.

A segunda categoria caracteriza-se por *factos* imprevisíveis que irrompem da superfície normativa. Percorrem, normalmente, a fórmula triangular da situação de partida, auge e queda e oferecem ao jornalista margem para criar e explorar cenários novos ou reenquadrar interpretações antigas. Os temas dominantes permitem penetrar os labirintos da sociedade, recuperar as suas vozes, transformar os media num espaço de discussão sobre as temáticas que interessam ao pulsar social.

Os *fait-divers* consistem nos pequenos eventos e dramas do quotidiano que habitualmente elevam o indivíduo comum a protagonista ou vítima (assassinios, adultérios, incestos, assaltos, incêndios, festividades). Derivam do insólito e legitimam-se com base no fascínio e na emoção. Mais do que as ocorrências institucionais ou dominantes, procuram responder às expectativas do auditório.

O escritor francês Marc Paillet (1974: 29-30), antigo chefe de redação da agência France-Presse, sublinha que existe uma antinomia essencial entre a informação institucional e a informação dominante: por um lado, a sociedade reclama uma informação completa e atrativa que apresente um mapeamento das diversas perspetivas em confronto, dos problemas e das possíveis soluções; por outro, pede-se aos jornalistas que reportem os aspetos mais genuínos da sociedade, as suas deformações e inovações, da dimensão material à dimensão espiritual. Esta tensão, como refere Paillet, repercute-se no discurso noticioso, oscilando entre uma narrativa conservadora, cuidada, sem sobressaltos e reverenciada em relação à informação institucional e outra mais crítica que remete para uma linguagem controversa, voraz, pautada pelo ritmo intenso, liberta das normas unidimensionais das instituições. A atitude inconformista pode ainda assumir um registo cauteloso, metódico, assente na

certeza dos factos para, desta forma, deslindar as contradições do discurso institucional.

5.1. O enviado especial

A representação social e o acontecimento constituem dois eixos fundamentais sobre os quais assenta a narrativa noticiosa, o produto jornalístico (escrito, oral, imagético) por excelência que, influenciado pelo património social (individual e coletivo) do enunciador, tem por finalidade discorrer sobre um determinado evento. Isto quer dizer que qualquer história é sempre uma perspetiva não neutra, formulada em função de princípios temporais e espaciais construídos, do narrador que a veicula e da posição que este assume. Não existem, portanto, histórias sem valores, temas e estereótipos, alguns dos mais elementares aspetos que conferem harmonia, semântica e ideológica, a um texto.

É verdade que a realidade do mundo, tal como os media a disseminam, tem sido cada vez mais construída nas redações que no terreno. O repórter de combate, o enviado especial dos riscos, das aventuras e das grandes histórias corresponde atualmente a uma minoria no contexto da população vocacionada para o ofício de informar. O formigar quotidiano do jornalista é hoje, sem dúvida, menos cativante e sugestivo. Mas os mandamentos que outrora serviam de bússola mental para o enviado especial mantêm-se, porém, inalteráveis: chegar, perceber, reportar⁴⁸. Não devem ser poucos aqueles que, chegados ao palco do acontecimento, testemunham a subalternidade do conhecimento face à voracidade da realidade. Trata-se da *aventura de compreender*, nota o experiente jornalista Cáceres Monteiro (1984).

O enviado especial possui normalmente uma intuição refinada, postura buliçosa. Pressente que é uma testemunha privilegiada da história do seu tempo. Denota, por vezes, preocupação em inculcar nos textos uma espécie de timbre do documento. E até, provavelmente, reconhece que as inanidades mais gritantes, o exercício do poder, a destruição natural e humana, as emoções, os imaginários coletivos são à escala global mais similares do que os leitores julgam. Este repórter das grandes distâncias, associado quer à mestria das analogias, das minudências, da exploração do *não dito*, quer à tentação do lugar-comum e da superficial abordagem

⁴⁸ Subentende o exercício de interpretar e narrar.

dos protagonistas e dos temas, entra em ação quando importa reportar um evento relevante, emergente mas com permanência temporal limitada. Os seus relatos servem para transmitir ao auditório que o meio de comunicação para quem trabalha encontra-se na primeira linha das ocorrências e que, por isso, a informação é autêntica, atual, diferenciadora, comporta novos prismas de leitura.

As suas reportagens, crónicas, entrevistas, representam, na realidade, uma fração reduzida na economia das páginas que dão corpo ao jornal. Os proeminentes órgãos de informação estruturam os seus conteúdos, preferencialmente, a partir do trabalho dos jornalistas que, no mesmo dia, entram e saem da redação para cobrir um evento, da informação veiculada pelas agências noticiosas, dos correspondentes distribuídos por diferentes locais⁴⁹ e dos *opinion markers*. Todos este edifício informativo tem-se modelado, claro está, em função do impacto das transformações tecnológicas. Essa *nova Alexandria sem paredes*, para utilizar a expressão de Anthony Smith (1980), influenciou o *newsmaking* nas suas várias etapas e, conseqüentemente, alterou a forma de apreender e reportar o mundo social.

O labor do jornalista em 1974 ainda não havia absorvido, todavia, o clímax desta tendência. A máquina de escrever, o telex, o bloco de notas ditavam as últimas regras antes da invasão em massa, na segunda metade dos anos 80, do satélite, do computador e do telefax. O enviado especial gozava de prestígio, liberdade de ação, constituía um certificado de qualidade para os órgãos de comunicação de primeira linha. Aldo Rizzo, Sandro Viola, Giuseppe Josca, Paolo Bugialli, Bernardo Valli, Sandro Ottolenghi e a inevitável Oriana Fallaci foram alguns dos jornalistas italianos que estiveram em Portugal para reportar os episódios da Revolução de Abril e entrevistar os seus protagonistas. Passaram longos meses num país que, naquele momento, ocupava a atenção dos principais líderes europeus e das potências bipolares mundiais. Por este motivo, o enviado especial italiano e o género jornalístico reportagem ocupam um espaço relevante neste trabalho.

5.2. A reportagem

O vocábulo *reportagem* adquiriu o estatuto de género jornalístico por volta do primeiro quartel do século XX, remetendo para a leitura do real e a transmissão da

⁴⁹ O recurso aos correspondentes justifica-se em função de critérios de interesse jornalístico determinados pela durabilidade do acontecimento no tempo.

experiência modelada pelas marcas do narrador. Mas o seu percurso fez-se através de uma construção contínua. Em Oitocentos, uma primeira conotação havia-lhe sido outorgada, via jornalismo, por romancistas, críticos e pensadores na perspetiva de uma forma de escrita enquanto *espelho da vida*, uma das metáforas fundadoras do campo da informação. O realismo marcou o jornalismo da segunda metade do século XIX e dos inícios de Novecentos, orientado para o relato dos factos sem ideologizar e desfigurar, promovendo a liberdade do juízo individual e afirmando o primado do real sobre o ideal. A voz do narrador emerge, neste sentido, de um prisma externo e a dialética com a realidade pauta-se por uma relação desapaixonada, objetiva, respeitosa atenta aos indivíduos (a personagem sai do anonimato) e aos contextos materiais e simbólicos – analisar todos os ingredientes da história (Ponte, 2004/b: 26).

Jacinto Godinho (2009) identifica três períodos correspondentes à emergência e consolidação da reportagem. A primeira vaga ocorreu no século XIX e com ela surgem o termo *repórter* e as primeiras regras da *reportagem* (quem, o quê, quando, como e onde), sendo nos Estados Unidos que estas duas noções adquiriram, primeiramente, o estatuto de convenção. A reportagem nesta centúria surgiu também relacionada com o jornalismo de investigação, uma forma de reportar associada à emancipação e autonomia do intelectual diante das esferas de poder, ao seu compromisso com a sociedade e às aspirações cívicas dimanadas da Revolução Francesa (Ponte/b, 2004). Direcionada para a revelação de, por exemplo, iniciativas subversivas, situações de corrupção e injustiça social, esta abordagem da realidade encontrou no caso Watergate, em meados dos anos 70 do século XX, o episódio símbolo. A investigação de Bob Woodward e Carl Bernstein, jornalistas do *Washington Post*, afetou o poder político norte-americano e despoletou a renúncia do presidente Nixon.

O caso Watergate mitificou-se, contagiou redações e procedimentos jornalísticos, conferindo ao jornalismo de denúncia uma força nunca antes alcançada, nem mesmo quando Émile Zola e o jornalista Theodor Herzl decidiram, no final do século XIX, combater a farsa política e judiciária do caso Dreyfus, o oficial do Exército francês acusado injustamente de traição. No âmbito do nosso objeto de estudo, de destacar as reportagens do semanário *L'Europeo* e do diário *La Stampa*, no biénio 1974-1975, sobre as ligações da agência noticiosa portuguesa Aginter Press com grupos neofascistas e corpos do Estado (serviços secretos) em Itália.

O folhetim foi outro tipo de narrativa que teve grande explosão durante o século XIX, sobretudo através do *Le Petit Journal*, entendido como expressão literária ou artística materializada num artigo, geralmente extenso, publicado na imprensa em sequência cronológica ou em datas alternadas. O rasto novelesco, episódico, que alterna a descontinuidade temporal com picos de interesse, constitui o condimento central quando se trata de atrair a atenção e curiosidade do leitor. O folhetim-crónica mistura informação, análise social e comentário político, comportando um estilo loquaz, ativo, onde o descritivo se conjuga com o pitoresco (Faria e Pericão, 2008: 561). Atingiu o apogeu em Portugal através da sátira político-social de Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, ou ainda do romantismo de Camilo Castelo Branco, sendo o jornal *Revolução de Setembro* um dos impulsionadores do romance-folhetim. No registo jornalístico, a prolongada sequencialidade no tempo pode favorecer o uso deste género enquanto instrumento de combate político, permitindo a recorrência aos discursos “rememorativo, anunciador, antecipante, apelativo e explicativo” (Ponte, 2004/b: 47-48). Como se verá, o folhetim corresponde ao enquadramento concedido pela imprensa de referência italiana à Revolução de Abril.

A segunda vaga da reportagem enunciada por Godinho (2009) foi impulsionada pelo cruzamento entre a literatura e o jornalismo no período que medeia os dois conflitos mundiais do século XX, pelo que os primeiros repórteres são poetas e escritores – a notoriedade da reportagem chegou mesmo à cultura popular através da personificação de alguns heróis repórteres, como Tintin ou Clark Kent. Do clima do pós-guerra eclodiu uma pronunciada atração pelo real e muitos editores focalizaram-se nos relatos dos enviados-especiais. Essas *grandes reportagens* – termo que designa a extensão do relato e uma posição de relevo na arte de reportar –, assentes em novas abordagens do mundo social, começaram a invadir os jornais e constituíram conteúdos atrativos para os editores literários.

A reportagem televisiva corresponde à terceira vaga e desenvolve-se com o advento da televisão. De assinalar que foi por volta dos anos 60, nos Estados Unidos, que se assistiu ao aparecimento do *Novo Jornalismo*, fenómeno que representa uma mudança no modo de conceber o jornalismo quer em termos da escrita como do conceito de notícia. Para esta corrente, a natureza, os emergentes estilos de vida, costumes e comportamentos do indivíduo necessitam de técnicas experimentais, exploratórias, e maior sensibilidade no relato do acontecimento. Elimina-se a voz do narrador, recorre-se a diálogos para envolver o auditório e enfatizar as personagens,

coloca-se o ângulo de enunciação ao nível interno, a partir dos protagonistas e dos testemunhos, e utiliza-se o realismo descritivo para discorrer sobre ambientes (Papuzzi, 1998). Eis algumas práticas que conferem ao leitor a sensação de estar dentro da história, da ação narrativa, bem ao estilo do turista que chega a uma cidade estrangeira e sente logo necessidade de inserir a sua figura num registo fotográfico a partir da toponímia da cidade: “Eu estive lá!”.

As reportagens do *Novo Jornalismo* desconfiam das fontes oficiais, penetram no íntimo das personagens, inauguram uma emergente dimensão estética e aproximam-se da literatura através do romance. Depois das sonantes assinaturas de Tom Wolfe, Truman Capote e Gay Talese, entre outros, os jornalistas protagonistas desta tendência reivindicaram os mais altos lugares na estrutura das redações porque reclamavam uma refinada capacidade de leitura do mundo social. Este movimento estendeu-se à Europa graças ao trabalho de jornalistas-escritores como a italiana Oriana Fallaci e de publicações que se enquadram no espírito do *Novo Jornalismo*, designadamente o *L'Europeo*, *Le Nouvel Observateur* ou *Libération*, apenas para citar alguns.

Numa perspetiva concetual, a reportagem partilha então com a notícia⁵⁰ o objetivo de informar. Sem preocupações de exaustividade, não estará incorreto afirmar que a categoria considerada por muitos o género nobre do jornalismo consiste num relato amplificado, pormenorizado e descritivo de um evento do campo social, que recorre a um registo preferencialmente narrativo e humanizado. Por outras palavras, será uma narrativa mais extensa em relação à notícia, podendo-se aproximar da literatura, concebida em função da personalidade do articulista e versando sobre os demais problemas e temas da atualidade (Melo, 1994; Vivaldi, 1979). Em sintonia com Benjamin Walter (1980-1992), a reportagem preocupa-se em aproximar os leitores das experiências.

Esta dimensão pessoal da escrita salta, não raras vezes, da descrição para a exegese, introduz no exercício narrativo um cunho interpretativo, valorativo, ideologizante. O estilo de reportar varia em função da cultura jornalística de cada indivíduo e país. Na linha de Marc Paillet, trata-se de mais uma tensão entre a narrativa que procura isenção, *objetividade*, separar os factos dos comentários, e o estilo polemista, sensível, informativo, mas assumidamente parcial, bem ao jeito de

⁵⁰ Entendida enquanto relato reduzido de um acontecimento ocorrido na sociedade.

Marguerite Duras (2003: 101) quando refere que o “jornalismo só releva da literatura quando é exercido de forma passional”.

O estilo de reportar encontra-se ainda relacionado com a presença do narrador no texto e a posição que ocupa diante do acontecimento. O narrador é a voz do texto e o criador do cenário-repositório onde os acontecimentos são relatados, pelo que a sua posição estratégica é importante para a definição do quadro interpretativo que o artigo oferece ao leitor. O relato pode partir de um ponto de vista *mimético* (mimese) ou *narrativo* (diegese), o primeiro focalizado na reprodução de diálogos ou testemunhos, como se não existisse alguém para contar a história – ausência do narrador –, enquanto o segundo respeita à voz que se instala no texto para reproduzir os diálogos (Lorusso e Violi, 2004: 94-95; Génette, 1995: 160 e sgs).

A modalidade diegético-narrativa permite ao narrador respeitar a ordem dos acontecimentos tal como os experencia ou, por outro lado, optar por uma exposição mais anarco-aleatória que altere a ordem temporal do eventos. Permite também colocar o narrador no mesmo patamar da história que relata (*homodiegético*), temporal e espacialmente, assumindo a figura de testemunha dos factos apresentados – observa a evolução da ação, possui mais informações e dificuldades de interpretação. Ou, por outro lado, optar por um plano externo e não sincronizado com o desenrolar do acontecimento (*extradiegético*), favorecendo a análise retrospectiva das ocorrências – a distância beneficia a compreensão, mas reduz a capacidade de obter informações⁵¹.

A posição do narrador na história pode manifestar-se através de uma escrita *objetiva* ou *subjativa* (Papuzzi, 2003: 84-96: *passim*). O enunciador encontra-se, no estilo objetivo, no mesmo plano do acontecimento, testemunha-o, serve de mediador e convida o leitor a seguir os seus movimentos para entrar na trama da história. A escrita objetiva pressupõe clareza, precisão, coloca o jornalista no centro da ação e fundamenta-se na sua visão intencionalmente parcial – *esta é a minha versão!*

A narrativa baseada na observação subjativa dos factos tende a infirmar ou ocultar a presença do jornalista e a sua mediação. A voz do narrador cede o lugar ao leitor para, desta forma, aproximá-lo da autenticidade do acontecimento. O advento e a influência da televisão, o fascínio pela imagem, explicam em parte o convite para o leitor se sentar no palco do acontecimento. A escrita subjativa explica os factos

⁵¹ Ibidem.

através das personagens, evidencia sensibilidades, emoções, incertezas, caracteriza-se pelo uso de metáforas, mudanças de ritmo, pela sugestividade e persuasão. O jornalista pode substituir os factos pelas suas próprias intuições e adotar a personalização da notícia, uma das tendências do jornalismo moderno⁵².

A ambiguidade deste tipo de narrativa reside no facto de que o auditório desconhece, frequentemente, se está perante a descrição do jornalista ou a voz dos intervenientes na história. Percecionando o evento a partir do seu interior, a exposição subjetiva pode processar-se através dos protagonistas e, desta forma, manifestar preocupação em captar a natureza das questões suscitadas, de conferir autenticidade aos relatos, ou ainda dos testemunhos⁵³, cuja recorrência pressupõe transformar uma determinada versão de um facto no facto em si mesmo – o testemunho pode ser real ou imaginado.

⁵² Ibidem.

⁵³ Na escrita objetiva o leitor tem conhecimento de que é o jornalista que recolhe os testemunhos, absolutamente centrais para o trabalho jornalístico.

Síntese

Ao longo deste capítulo percorreu-se os caminhos da investigação sobre os media e o jornalismo, com particular incidência sobre o jornalismo e a sua relação com o esfera política, num percurso guiado pela vasta literatura que tem abordado este campo interdisciplinar. Tentou-se proceder a uma discussão crítica sobre as transformações no jornalismo e sobre o papel do jornalista no âmbito do universo das novas tecnologias de informação e das mutações que têm vindo a incidir nas relações societárias.

Direcionou-se, depois, a atenção para os valores que influenciam o trabalho dos profissionais de informação, as tais crenças e procedimentos partilhados pela *comunidade interpretativa* ou, como refere Traquina (2004), pela *tribo jornalística*. Subjacente a esta preocupação encontra-se a necessidade de sublinhar que as narrativas jornalísticas são sempre uma construção social, não se perdendo de vista algumas noções úteis à pesquisa, como a teoria do agendamento, os critérios de noticiabilidade e os conceitos de *enquadramento* e *representação social*.

Nos capítulos seguintes (III Parte) analisar-se-á o contexto histórico dos campos político, social e jornalístico em Itália com o intuito de fornecer elementos explicativos sobre o período coberto pela investigação (1974-1976). Procuram-se características e tendências, por assim dizer, que ajudem a enquadrar e compreender os mecanismos de perceção e transmissão dos articulistas italianos tendo em vista o estabelecimento de afinidades entre as narrativas jornalísticas e uma determinada linha discursiva.

CAPÍTULO III – CRISE, CONFLITUALIDADE E RENOVADOS CONSENSOS

1. Quadro de análise

Qual a relevância do triênio 1974-1976 em termos políticos e sociais em Itália? A pertinência da pergunta parece óbvia por duas razões: primeiro, porque para compreender as narrativas dos enviados especiais italianos sobre a Revolução de Abril afigura-se necessário descortinar o quadro político-ideológico à luz do qual esses mesmo jornalistas interpretaram os principais episódios que caracterizaram a transição para a democracia em Portugal; segundo, porque importa discorrer sobre um conjunto de acontecimentos que, além de se inscreverem neste arco temporal e evoluírem no contexto de uma realidade específica, a italiana, foram despoletados pela dinâmica da *Revolução dos Cravos*, pelas suas personagens ou mesmo contradições.

A dificuldade maior, no entanto, reside na complexidade de um período que não pode ser interpretado enquanto parte estranha ao todo. Contrariamente, deve ser encarado como ponto de chegada e ponto de partida de elementos que conferem coerência ao ciclo mais vasto que vai da segunda metade da década de 60 até finais dos anos 70. Claro está que, entre 1974 e 1976, a sociedade italiana conheceu e desafiou singularidades, reagiu a impulsos que tornam este período proeminente. Foi por isso que Portugal serviu de pretexto para paralelismos históricos e disputas internas que tanto extravasam como se inserem no estreito e maniqueísta binómio que opôs democratas-cristãos e comunistas, do campo da informação à esfera política.

Para responder à pergunta de partida, propõe-se uma grelha de leitura que equacione, nos próximos capítulos, o seguinte itinerário:

- caracterizar o sistema político italiano e identificar o projeto que instituiu uma nova tipologia de consensos e antagonismos;
- descrever as figuras do operário e do estudante enquanto sujeitos da militância política e reivindicadores de novos estímulos, práticas e forças políticas;
- abordar as principais transformações socioculturais responsáveis por emergentes mundividências;
- identificar os elementos inovadores e as anomalias que constituíram os eixos desviantes no contexto dos vários setores da sociedade;

- analisar o setor de informação, a cultura jornalística italiana e caracterizar os jornais que constituem o objeto do estudo de caso da pesquisa;
- discorrer acerca das representações italianas sobre Portugal, durante o Estado Novo, e analisar a cobertura jornalística do *Corriere della Sera* entre 1968-1974;
- descrever as linhas gerais da ordem internacional da Guerra Fria nos anos 70.

2. Galli, Bobbio, Sartori e o modelo democrático italiano

No artigo intitulado *L'evoluzione dei partiti contemporanei fra delegittimazione e centralità*, Piero Ignazi (2005: 266) passou em revista alguns estudos sobre a função dos partidos políticos e concluiu: “A crítica mais recente aponta para a ‘redundância dos partidos’: os partidos tornaram-se obsoletos, sempre menos relevantes no processo decisório, na articulação dos interesses ou na canalização das questões”. O politólogo italiano nota, apesar de tudo, que estes não perderam poder, antes especializaram-se, em pleno século XXI, no “controlo monopolístico do recrutamento e dos recursos públicos”⁵⁴.

Eis a inovação que, segundo Ignazi, permitiu ultrapassar a crise dos princípios das grandes massas, do doutrinamento ideológico, da mobilização e do assentimento fiel. Permitiu criar o *modus operandi* que em parte superou alguns dos mais elementares alicerces sobre os quais assentou, no caso italiano, a legitimidade das duas potências hegemónicas durante a designada Primeira República⁵⁵: a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano, a maior força comunista do Ocidente. As duas potências hegemónicas que ao longo dos anos 70 atuaram em função de um vocábulo perseverante e multifacetado: *crise*, crise económica, crise social, crise política e crise das instituições democráticas.

Norberto Bobbio⁵⁶ escreveu em 1981 que a crise havia assumido um carácter permanente. Dizia o filósofo que, desde o momento em que se iniciara a degeneração do sistema político, em 1968, o país contava com 15 governos em 12 anos. A efémera durabilidade do poder Executivo constituía, de facto, uma particularidade do edifício democrático italiano. Mas não a única. Outras graves disfunções decorriam das práticas transformistas associadas à classe política e da muito discutida, em meados da década de 70, imutabilidade do partido de governo. Sem esquecer a tradicional corrupção, aquele vírus que, nas palavras de Indro Montanelli (1997), está incrustado no sangue italiano e cuja vacina nunca se descobriu.

Em resultado desta atmosfera de crise residente no pós-68, sucederam-se as discussões em redor dos possíveis modelos de governo e funcionamento democrático.

⁵⁴ Ibidem: 275.

⁵⁵ O termo Primeira República refere-se ao sistema político italiano em vigor entre 1948 e 1994. A designada Segunda República decorreu de uma situação crítica caracterizada pelo envolvimento de altos expoentes da política italiana em casos de corrupção e financiamento ilícito de partidos, pelo aparecimento de novas forças políticas e secessão das vigentes e pela criação de uma nova lei eleitoral.

⁵⁶ Norberto Bobbio, “Nella crisi permanente” *La Stampa*, 7 de Junho, 1981, 1.

Intelectuais, jornalistas e políticos transformaram a Península Itálica numa espécie de pátria do aforismo e da exegese. Giorgio Galli, Giovanni Sartori, Norberto Bobbio e Enrico Berlinguer, entre outros, destacaram-se quer pelas análises cuidadas quer pelo impacto que determinadas conceções ou propostas assumiram no âmbito do debate académico e cultural e do combate político-social.

O paradigma que havia dominado os primeiros 30 anos da história republicana foi cunhado por Giorgio Galli (1975) como *bipartidarismo imperfeito*, conceito que designa a falta de alternativa política, eleitoral ou de governo – em 1974 a DC contava com quase três décadas ininterruptas no poder. Para suplantar esta deformação era necessário, segundo Galli⁵⁷, uma maturação político-social coletiva (ao nível das classes e grupos sociais) que envolvesse setores da burguesia e da classe operária. Tal maturação deveria corresponder a uma coligação democrática⁵⁸, disponível para racionalizar o sistema económico, munida de consensos, mas também pressionada por uma forte DC na oposição.

Um segundo modelo, defendido por Bobbio (2006), reclamava a democracia representativa e colocava o enfoque no princípio da alternância, ideia cujo escopo reside no processo de escolha em função dos projetos políticos de esquerda ou de direita. O ponto nodal consistia em desconstruir o equívoco das propostas políticas do centro, demonstrar a incongruência, no contexto do sistema italiano, dos discursos que não se baseassem nas dialéticas de esquerda ou de direita. São dois os argumentos que, na linha bobbiana⁵⁹, procuram deslegitimar o *centrismo*: primeiro, a DC era estranha ao centro porque reproduzia os interesses da direita democrática e parlamentar; depois, urgia desmistificar as motivações que impeliam o Partido Socialista Italiano para o exercício da mediação, circunstância que o paralisava enquanto terceira força política⁶⁰ e retirava-lhe a pulsão reformadora.

Outra interpretação remetia para o *pluralismo polarizado*, traduzido por um quadro fragmentado e pluripartidário (Sartori, 1982). Isto é, as formações políticas são ideologicamente diferenciadas e, entre estas, as que se encontram nas extremidades opostas revelam acentuada distância. O termo polarização respeita a

⁵⁷ Ibidem: 212-215.

⁵⁸ Uma coligação vocacionada para combater a burguesia burocrática e especialista na especulação financeira.

⁵⁹ Norberto Bobbio empenhou-se em algumas batalhas políticas do Partido Socialista Italiano e fez parte, enquanto independente, do grupo socialista no Senado, não obstante ter demonstrado por várias vezes a sua discordância quanto ao rumo político do partido.

⁶⁰ Oscilava entre 10 e 15 por cento.

culturas políticas não unanimemente aceites ou antissistema – partidos comunistas e/ou fascistas. O arquétipo formulado por Giovanni Sartori⁶¹ não ignorava que o PCI passara a ser um partido semiaceite pela opinião pública e pelas estruturas democráticas. Os comunistas haviam abandonado a posição antissistema e isso aproximava-se de uma alteração genética. Para Sartori, esta mudança *transformista* era indissociável dos 25 anos em interação com o sistema democrático, que resultavam em acomodação.

Todas as reflexões políticas assumiram que, sobretudo depois de 1975, a questão-chave gravitava em torno do PCI. Enrico Berlinguer⁶² chegou à liderança dos comunistas em março de 1972. De origem sarda, introvertido, olhos expressivos, reconhecido por muitos pelo rigor moral, eloquência austera, inteligência, o secretário geral do PCI formulou a proposta com maior repercussão no contexto da vida política italiana durante os anos 70: o *compromisso histórico*.

2.1. O *compromisso histórico*

Enrico Berlinguer lançou em Setembro de 1973 uma série de três artigos na revista teórica *Rinascita*, através dos quais explanou a ideia do *compromisso histórico*. Reduzida ao osso, a iniciativa destinava-se aos três principais partidos: PCI, DC e PSI. Propunha uma nova aliança entre as forças que representavam a maioria do povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos. Um propósito extraído da unidade popular e democrática apregoada por Palmiro Togliatti.

O projeto revelava uma matriz nacional, reformadora. Visava mobilizar o tecido unitário no sentido do renovamento e progresso democrático do edifício social, das estruturas do Estado, preconizava um caminho seguro de desenvolvimento económico. Esta era, no pensamento de Berlinguer, a necessária e progressiva transformação subjacente à *via democrática para o socialismo*⁶³. O secretário comunista estava persuadido pela impossibilidade de governar unicamente com as forças de esquerda, comunistas e socialistas. Mesmo que contassem com 51 por cento dos votos. Pretendia, por isso, a coligação com os democratas-cristãos.

⁶¹ Ibidem: 208-210.

⁶² Enrico Berlinguer nasceu a 22 de Maio de 1922, na Sardenha (Sassari). É considerado um dos mais relevantes políticos italianos do século XX e ficou associado aos históricos sucessos eleitorais do PCI, na década de 70. Morreu em Pádua a 11 de Junho de 1984.

⁶³ Enrico Berlinguer, “Alleanze social e schieramenti politici”, *Rinascita*, 12 de Outubro, 1973, 3-4.

A atmosfera internacional repercutiu-se ainda no espírito da proposta comunista. A queda de Salvador Allende iluminou os temores quanto às ações reacionárias em Itália. Aliás, já bem presentes desde 1969 quando o atentado da Piazza Fontana, em Milão, marcou o início de uma série de iniciativas impulsionadas por setores de extrema-direita em resposta aos movimentos estudantil e operário e às novas formações da esquerda radical. Estes núcleos, por vezes coadjuvados por alguns corpos do Estado (serviços secretos), procuravam criar um clima de acentuada tensão que permitisse um governo autoritário ou pelo menos uma durável permanência de direita. Nascia assim a *estratégia da tensão*, fenómeno que se abordará mais à frente.

O *compromisso histórico* refletia, por um lado, as ambições políticas de Enrico Berlinguer – colocar o PCI no governo – e, por outro, pretendia responder às graves e diferenciadas constricções sentidas pela sociedade. Acabou por constituir o eixo demiúrgico de um movimento polarizador que penetrou na tecido social e nos círculos políticos e intelectuais. O campo da informação, como não podia deixar de ser, transmutou-se no oráculo onde se digladiaram todas as perspetivas antagónicas, o principal acicate problematizador e a tribuna privilegiada de explosões de fúria polemista. Uma cidadela fértil, deste ponto de vista, em dinâmicas simbólicas que albergou interesses em constante conflito pela imposição de uma determinada perceção do mundo social. O tal conflito que Pierre Bourdieu (1989: 173-174) definiu como “a forma original da luta simbólica pela conservação ou pela transformação” desse mundo social, a disputa pelo *poder simbólico* “de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e fazer reconhecer”.

Não se pretende analisar este evento político no sentido de um itinerário cujos tempos de percurso importa cronometrar. Interessa sim, de outro ângulo, transformá-lo na grelha de leitura, bússola fundamental, que permita compreender como e porquê determinados acontecimentos portugueses causaram tanta celeuma ou foram utilizados em estratégias políticas mais ou menos elaboradas. Compreender, por exemplo, qual o verdadeiro motivo que esteve na origem da retirada da delegação democrata-cristã do XIV Congresso do PCI, a 18 de março de 1975. Um gesto justificado pela secretaria de Amintore Fanfani⁶⁴, líder da DC, como um sinal de

⁶⁴ Nasceu a 6 de Fevereiro de 1908, na Toscana (Pieve Santo Stefano). Entre 1954 e 1987, ocupou em cinco ocasiões o cargo de presidente do Conselho. Foi um dos históricos líderes da DC e símbolo da geração pós Alcide De Gaspari. Morreu a 22 de Novembro de 1999, em Roma.

protesto contra a suspensão da atividade política do Partido da Democracia Cristã em Portugal⁶⁵ e uma forma de mostrar solidariedade com os amigos democratas-cristãos lusitanos.

Trata-se, por último, de empreender um esforço hermenêutico à luz daquilo que Patrick Champagne (1998: 23) designa por *trabalho de imposição*, aquele processo realizado com o intuito de formular consensos acerca de temáticas potencialmente geradoras de discórdias. Pretende-se, pois, enquadrar os discursos italianos no contexto da *socialização política* que pretendeu edificar uma atmosfera psicológica geradora de uma verdadeira *crença política*. Talvez, assim, se perceba porque Enrico Berlinguer sentiu necessidade de distanciar as suas concepções políticas das de Álvaro Cunhal e dos comunistas portugueses. São questões que requerem um suporte contextualizador para, desta forma, serem escrutinadas ao longo do trabalho.

⁶⁵ A suspensão do Partido da Democracia Cristã foi decretada pelo Conselho da Revolução.

3. A ascensão comunista

Afirmou-se no início deste terceiro capítulo que o triénio 1974-1976 italiano deve ser interpretado, simultaneamente, como ponto de chegada e ponto de partida de elementos que unificam ou conferem relações de sentido a um ciclo temporal mais extenso. O *compromisso histórico* foi, em termos políticos, o principal elemento de chegada que outorgou relevância a este triénio. Muitos colocaram a proposta comunista no palco teratológico, percecionado como mais uma malformação da vida política, iniciativa pecaminosa e prodrómica, cilindro aniquilador de vários partidos e adverso às regras democráticas de alternância de poder. Como dizia o democrata-cristão Giulio Andreotti⁶⁶ (*apud* Fallaci, 1974-2010: 395), sete vezes presidente do Conselho, “o fruto de uma profunda confusão ideológica, cultural, programática, histórica”, qualquer coisa que representaria “a soma de dois problemas: o clericalismo e o coletivismo comunista”.

Outros, por sua vez, lobrigaram-no como um projeto reformador capaz de responder à conjuntura crítica, a solução inevitável, a elucubração que permitia selar a caixa de pandora e conceder ao país um governo de salvação nacional. Em última análise, um mal necessário. A face da moeda que deslocou eleitorado, jornalistas, analistas, políticos e intelectuais para os antípodas do *compromisso histórico* teve de coabitar com a outra face que atraiu semelhante parcela de opinião pública para o consenso comunista.

As eleições administrativas e regionais de 1975 marcaram o retorno ou a adesão de intelectuais à esfera do PCI, de Alberto Moravia a Pier Paolo Pasolini⁶⁷. Ficou célebre o anúncio de que Arrigo Benedetti, fundador dos semanários *L'Europeo* e *L'Espresso*, tradicionalmente considerado um liberal de esquerda, iria votar comunista. Ao qual o seu amigo jornalista Giorgio Bocca⁶⁸ mostrou-se estupefacto, perguntando:

⁶⁶ Giulio Andreotti nasceu a 14 de Janeiro de 1919, em Roma. Foi um dos principais protagonistas da vida política italiana na segunda metade do século XX, político, presidente do Conselho, ministro, deputado e, desde 1991, senador vitalício. Líder e expoente histórico da DC, ficou também associado ao processo jurídico que comprovou a existência de relações entre a sua pessoa e a máfia siciliana cunhada de *Cosa Nostra* (não cumpriu pena de prisão devido à prescrição dos factos imputados).

⁶⁷ Cfr. Nello Ajello, *Il lungo addio: intellettuali e PCI dal 1958 al 1991*, 1997. Roma: Laterza.

⁶⁸ Citado por Massimo Tosti, “Io sono comunista da prima di lei”, *Il Settimanale*, 9 de Julho, 1975, 10.

“Parece-te sério que os intelectuais italianos tenham sempre necessidade de uma mamã partidária? E que a escolham sempre com critérios oportunistas? Todos no PCI antes de 1948, todos fora depois de 56, todos socialistas pela unificação, e por agora todos a repensarem o compromisso histórico?”.

O visceral discurso anticomunista protagonizado pela DC dominou a campanha eleitoral, pelo que o partido apresentou-se ao eleitorado como o paladino das liberdades e o baluarte contra o *perigo vermelho*, recusando o *compromisso histórico*. Os socialistas, por seu lado, exigiram ao PCI mais firmeza e convicção na hora de assumirem independência em relação a Moscovo, de acolherem os preceitos geopolíticos do Ocidente.

Todos os esforços de Enrico Berlinguer foram no sentido de desmistificar a retórica anticomunista e dar a conhecer a profunda revisão dos próprios instrumentos teóricos e propósitos estratégicos. Evidenciar que o PCI renegava definitivamente a ditadura do proletariado, que preconizava as regras democráticas, o pluralismo de vozes e reequacionava as suas considerações sobre outros setores da economia (iniciativa privada). O dia 15 de Junho de 1975 assinalou o melhor resultado de sempre dos comunistas, com 33,5 por cento das intenções de voto, a menos de dois pontos percentuais da DC (35,3 por cento).

Semelhante cenário presidiu às eleições políticas de Junho de 1976, bem ao estilo dos modelos e estereótipos veiculados na campanha de 1948⁶⁹. Parecia que o clima de início da Guerra Fria havia novamente arreigado na memória coletiva a doutrina Truman de contenção da expansão *vermelha*. Os democratas-cristãos não abandonaram a imagem do comunista inimigo e ameaçador dos preceitos democráticos, no quadro de uma campanha eleitoral dominada pela possível vitória do PCI. Epílogo que não se veio a verificar uma vez que a DC recuperou alguns consensos (38,7 por cento). Enrico Berlinguer superou, no entanto, o resultado precedente e fixou novo máximo nos 34,4 por cento. A estratégia do governo de *unidade democrática* sancionou a ascensão dos comunistas e fortaleceu a imagem de um partido que, já não sendo apenas expressão da classe operária, reunia simpatias noutros segmentos da sociedade.

⁶⁹ Cfr. Edoardo Novelli, *Le elezioni del quarantotto: storia, strategie e immagini della prima campagna elettorale repubblicana*, 2008. Roma: Donzelli.



Figura 2: “Berlinguer nega que o PCI seja apenas da classe operária”

Por esta altura o sistema político atingiu o auge de bipolarização e tornou-se sempre mais anacrónico um governo que não contemplasse a participação dos comunistas. Ideia difundida não somente ao nível interno mas, igualmente, nos círculos políticos e jornalísticos internacionais. Sublinhando os riscos que uma massiva força comunista representava para a democracia italiana e para a segurança e economia europeias, o *Washington Post*⁷⁰ convidou, em Julho de 1976, os Estados Unidos a reconhecerem que o PCI tornara-se uma potência e um partido com o qual qualquer governo deveria estabelecer acordos. No rescaldo das eleições políticas, *Le Monde*⁷¹ também não destoou da análise do diário norte-americano: “Enquanto a DC não se decidir pelo diálogo com os socialistas e comunistas, a Itália será ingovernável”.

Os resultados das eleições de 1975 e 1976 inscreveram pela primeira vez na agenda política a possibilidade concreta de a esquerda chegar ao governo. Não se tratava somente da participação minoritária de uma parcela destinada a condicionar ou corrigir algumas rotas dos Executivos democratas-cristãos, como havia acontecido com os socialistas durante a experiência do centro-esquerda nos anos 60 e inícios de 70. Mas sim de legitimar as expectativas de governação à esquerda pela via

⁷⁰ Citado por Aldo Rizzo, “Compromesso o alternativa”, *La Stampa*, 25 de Junho, 1976, 1.

⁷¹ *Ibidem*.

democrática, nas urnas⁷². Ora é justamente este clima de expectativas que estimulou e tornou inelutável o *compromisso histórico* aos olhos dos dirigentes comunistas e de grande parte da opinião pública.

Se a fórmula política de Berlinguer encontrou níveis inflamados de resistência entre os democratas-cristãos, principalmente durante a secretaria de Amintore Fanfani⁷³, não menos indolor e tensa foi a recepção no interior da própria esquerda. Primeiro, porque hipotecava a subida ao governo através de outra via que não a das formulações táticas e alianças com a DC. Segundo, colidia com os propósitos teóricos da democracia direta aventados pelas formações de extrema-esquerda. Terceiro, colhia ainda antipatias dentro do PSI, sempre oscilando entre o conflito com um complexo dimensional (terceira força), que favorecia a ambiguidade estratégica (mediação ou alternativa), e o receio de perder a autonomia política diante da onda comunista.

Liderado por Giulio Andreotti, o Executivo de solidariedade nacional acabou por nascer em julho de 1976 graças à abstenção do PCI. O principal objetivo consistia em combater a grave crise económica e os traumatizantes problemas de ordem pública provocados pelo terrorismo e pela violência política. Os comunistas entraram na área do governo ainda que somente no plano parlamentar, sem ministros. Não demonstraram relutância em desfraldar a bandeira dos sacrifícios e da austeridade em oposição ao consumismo desenfreado. Portanto, uma disposição em conformidade com a mudança de direção operada e materializada na passagem de uma *estratégia reivindicativa* para uma postura ao serviço da condução política do país e dos interesses nacionais (Ignazi, 1999: 165).

Os comunistas ficaram, igualmente, perto de integrar a área governativa em 1978. Mas o assassinato do democrata-cristão Aldo Moro, o principal interlocutor político, acelerou o fim da colaboração entre a DC e o PCI. O *compromisso histórico* realizou-se parcialmente nos dois governos de solidariedade nacional conduzidos por Andreotti entre Julho de 1976 e Janeiro de 1979, apesar de não ter correspondido aos princípios idealizados por Berlinguer.

⁷² O somatório dos resultados dos partidos de esquerda nunca conseguiu, no entanto, ultrapassar os 45 por cento.

⁷³ De Junho de 1973 a Julho de 1975.

3.1. A oposição ao pensamento de Berlinguer

Pouco tempo depois de o segundo governo de Mariano Rumor ter cessado funções em 1974, Henry Kissinger⁷⁴ respondeu de forma eloquente quando lhe perguntaram se passaria em revista com o presidente Giovanni Leone a crise política que se instalara no *Palazzo Chigi*: “Prevejo que almoçarei com o presidente Leone, mas a situação política italiana é demasiado complicada para compreendê-la e não constituirá assunto de discussão”.

O secretário de Estado norte-americano referia-se, por certo, às intrincadas equações que norteavam a formação de Executivos e ao dédalo de consensos sobre o qual assentava o sistema italiano. Não parece plausível, no entanto, que Kissinger passasse ao lado da *questão comunista*, assunto que, já naquele mês de Outubro de 1974, plasmava o debate político. Efetivamente, a revisão teórico-estratégica encetada por Enrico Berlinguer não sensibilizou a política externa norte-americana, pese embora os esforços em postular a independência do partido diante de Moscovo. Ao invés, avolumou os temores quanto à presença do PCI no governo e fortaleceu a tenacidade enunciativa de uma perspetiva que considerou, neste período, a participação comunista em governos de países aliados uma ameaça para a segurança ocidental entregue ao guarda-chuva da NATO. Henry Kissinger glosou insistentemente que a efetivação deste cenário representaria uma desilusão para os Estado Unidos, poderia levar à retirada das forças americanas da Europa e até à impossibilidade de manter a atividade da Aliança Atlântica.

Tanto os antagonismos à proposta comunista como a legitimação política e cultural dessa renovada identidade evoluíram em função de fatores exógenos e endógenos. Isto é: por um lado, os obstáculos ao *compromisso histórico* desenvolveram-se dentro e fora do partido e, por outro, a legitimação do *aggiornamento* do PCI processou-se, igualmente, ao nível interno e externo. Em primeiro lugar, a ordem exógena de oposição ao projeto de Berlinguer residiu, sobretudo, na posição dos Estados Unidos, da própria União Soviética e, ao nível doméstico, da Democracia Cristã e da massa intelectual de esquerda – animada por diferentes polos ideológicos. Henry Kissinger nunca abandonou o dogmatismo rígido

⁷⁴ Citado por *Il Messaggero*, “Kissinger: ‘La politica italiana non la capisco’”, 31 de Outubro, 1974, 2.

neste momento de evolução no quadro do comunismo internacional, advogando que este não modificara os seus objetivos e continuava perigoso⁷⁵.

A União Soviética, por sua vez, olhou com desconfiança para a – usando o termo de Gian Carlo Pajetta⁷⁶ – *obstinação* dos correligionários italianos⁷⁷, principalmente nesta primeira fase de afirmação de uma linha política interna. Moscovo enfrentou com desconforto os entendimentos que, por exemplo, confinavam as leituras da crise económica e política do mundo ocidental ao âmbito das competências dos partidos comunistas dessa ordem geográfica. Segundo os dirigentes soviéticos, este tipo de teses defendidas pelos homólogos italianos colocavam em causa a unidade do movimento comunista internacional.

Não menos trabalhosa foi a recusa da direção de Amintore Fanfani em encetar qualquer tipo de diálogo com o PCI. A postura democrata-cristã reforçou a ideia – já bem assimilada – de que o *compromisso histórico* era um projeto inserido na cronologia dos médios e longos prazos. Mas, numa altura em que a cultura comunista assegurava importantes apoios rumo a uma certa hegemonia, o verdadeiro maremoto no plano ideológico proveio de um conjunto de intelectuais situados na esfera da revista *Mondoperaio*, órgão teórico do PSI. Na origem do ataque contra alguns dogmas do *ethos* político comunista estiveram pensadores de distinta proveniência disciplinar e ideológica, como os filósofos Norberto Bobbio e Lucio Colletti, os historiadores Massimo Salvadori e Ernesto Galli della Loggia, o jurista Gino Giugni ou o economista Paolo Sylos Labini, entre outros.

Este informal grupo de intelectuais investiu contra as bases teóricas da doutrina marxista sobre o Estado e a democracia, contra as figuras de Togliatti, Gramsci e o conceito de hegemonia, criticando o carácter antidemocrático do *compromisso histórico*. Contestou a prioridade do *coletivo* e do *social* e polemizou fortemente sobre a natureza totalitária dos países do socialismo real. Começou Bobbio⁷⁸ em 1975 afirmando que uma teoria marxista de Estado não existia. Entre outros argumentos, o filósofo de Turim salientou que se havia acreditado poder

⁷⁵ Citado por Ugo Stille, “Kissinger contrario al dialogo tra socialisti e comunisti europei”, *Corriere della Sera*, 6 de Fevereiro, 1976, 1.

⁷⁶ Nasceu a 24 de Junho de 1911, em Turim. Foi uma destacada personalidade da resistência antifascista e um relevante intelectual e jornalista militante do PCI, tendo sido diretor dos órgãos *L’Unità* e *Rinascita*. Morreu a 13 de Setembro de 1990, em Roma.

⁷⁷ Citado por Giovanni Russo, “Più difficili i rapporti fra URSS e PC europei”, *Corriere della Sera*, 18 de Outubro, 1975, 1.

⁷⁸ Norberto Bobbio, “Esiste una dottrina marxista dello Stato?”, *Mondoperaio*, Agosto/Setembro, 1975, 26.

colmatar essa carência mais com subtis exegeses de textos marxistas do que com estudos sobre as instituições políticas dos Estados contemporâneos, perpetuando assim a deformação que privilegiava mais a história das doutrinas políticas em detrimento da história das instituições. Um duro golpe para uma cultura que, mesmo entre os segmentos mais heréticos, concebia, no máximo, críticas no domínio dos limites do marxismo.

As reflexões de Bobbio suscitaram um debate de enorme amplitude que obviamente teve repercussões nas hostes comunistas. Na *Rinascita*, em *l'Unità* ou nos principais órgãos da imprensa periódica, a massa intelectual do PCI – de Umberto Cerroni, Giuseppe Boffa, passando por Achille Occhetto, Piero Ingrao ou Berlinguer – interpretou a ofensiva do *Mondoperaio* como uma campanha propagandística em defesa da social-democracia e um conluio anticomunista.

Um contributo importante para a leitura desta peleja cultural é dado por Pierluigi Battista (1999: 493-495) em *Cultura e Ideologie*. Observando que a ofensiva teórica caracterizava-se por uma crítica eclética e multicultural, percorrendo várias direções e prolongada no tempo, Battista nota que o desafio encetado pelo órgão socialista correspondeu ao período de renovação ideológica do próprio PSI, da passagem progressiva dos últimos alicerces marxistas para os princípios do liberal-socialismo.

Mas a controvérsia tocou outras sensibilidades. Na verdade, o esgrimir de razões foi ainda aproveitado pela esquerda radical. Antonio Negri⁷⁹, por exemplo, tanto repeliu os argumentos avançados por Bobbio, afirmando que a democracia era um termo mistificador que cobria um sistema de poder fundado na “regra capitalista do desenvolvimento da exploração”, como não enjeitou a oportunidade de afirmar que o PCI havia recusado uma doutrina revolucionária do Estado. Ou seja, que o PCI, tal como Bobbio, concebia uma democracia representativa desvirtuada pelo desenvolvimento capitalista. O PCI teve, de facto, de conviver com os desafios lançados, de um lado, por intelectuais próximos da área socialista e, do outro, por impulsionadores da esquerda radical.

Em segundo lugar, os antagonismos face à estratégia do *compromisso histórico* provêm do interior do PCI. Giorgio Amendola⁸⁰ iluminou, subtilmente, o viés do dissenso aquando do pré-debate do XIV Congresso, em Fevereiro de 1975:

⁷⁹ Antonio Negri, “Esiste una dottrina marxista dello Stato?”, *aut aut*, Março/Junho, 1976, 35.

⁸⁰ Giorgio Amendola, “Conoscere e discutere i fatti”, *Rinascita*, 7 de Fevereiro, 1975, 11.

“De certeza que estamos todos de acordo? Queria acreditar, mas não consigo”. Segundo Luigi Bianchi⁸¹, jornalista do *Corriere della Sera*, o mapeamento dos desvios internos apresentava dois sentidos: Giorgio Amendola, precursor de uma aliança com a DC a curto prazo com o intuito de combater a crise económica; e Pietro Ingrao, vocacionado para um alternativa de esquerda que pressionasse a DC até provocar profundas fraturas internas, a única possibilidade para excluir os moderados e estreitar laços com as massas católicas. A estas duas vozes juntavam-se as dúvidas de Giorgio Napolitano, o ceticismo de Umberto Terracini e a fria indiferença de Luigi Longo⁸².

Para largos setores da imprensa e da opinião pública subsistia uma espécie de contraste entre as bases e os quadros do partido e a estratégia da secretaria de Enrico Berlinguer. A empatia estabelecida, no último dia do XIV Congresso, entre a plateia e a intervenção do delegado do Partido Comunista Português foi prontamente interpretada pelo *Corriere della Sera* e *La Stampa* como uma identificação das bases do PCI com a cultura dogmática e ortodoxa dos *compagni* portugueses alinhados com Moscovo. Durante 15 minutos, Domingos Abrantes foi aplaudido em 13 ocasiões, colhendo um forte abraço do representante soviético Andrei Kirilenko⁸³.

Vários autores sustentam que até ao final dos anos 70 a União Soviética ainda constituiu um importante referente para a maioria dos inscritos no PCI (Barbagli e Corbetta, 1978). Em 1979, Alberto Ronchey⁸⁴ alcunhou esta duradoura identificação positiva de *fator K*. A célebre fórmula, onde o *K* está para *Kommunizm*, foi avançada num comentário do editorialista ao XV Congresso do PCI.

3.2. Legitimando uma renovada identidade

No pensamento de Enrico Berlinguer, todos os obstáculos ao *compromisso histórico* não colocavam em causa a viabilidade de uma proposta que, prevendo a execução a médio e longo prazo, apresentava inegável elasticidade. Berlinguer advogava um necessário processo de maturação da mudança, equacionando jogar com

⁸¹ Luigi Bianchi, “Si apre oggi il congresso del PCI per discutere del ‘compromesso storico’”, *Corriere della Sera*, 18 de Março, 1975, 1.

⁸² Giorgio Amendola, Pietro Ingrao, Giorgio Napolitano, Umberto Terracini e Luigi Longo (antigo secretário-geral dos comunistas) são alguns dos altos expoentes dos quadros do PCI neste período.

⁸³ Luca Giurato, “Un delegato portoghese suscita imbarazzo nel pci”, *La Stampa*, 23 de Março, 1975, 1.

⁸⁴ Alberto Ronchey, “Il fattore K” *Corriere della Sera*, 30 de Março, 1979, 1.

os variegados ânimos da DC.

A legitimação deste renovado constructo comunista evoluiu em redor de formações discursivas que revelaram uma dimensão ilocutória tendente a restringir as ambiguidades expressas, designadamente quando, no plano exógeno, se tratou de comunicar com o exterior do partido. Logo na abertura do XIV Congresso, Berlinguer⁸⁵ mostrou-se refratário ao abandono do Pacto Atlântico e assegurou que a via nacional do PCI era compatível com a posição geopolítica italiana. Em Fevereiro de 1976 proferiu um discurso fraturante na reunião magna dos correligionários soviéticos, batendo-se pelas liberdades fundamentais, a autonomia do partido e as regras democráticas. Declarou ao *Corriere della Sera*, em Junho do mesmo ano, que se sentia mais seguro na esfera da NATO não obstante as “sérias tentativas para limitar a autonomia” do PCI⁸⁶. Pelo meio, durante o Processo Revolucionário em Curso⁸⁷, foi levantando o tom das críticas ao comportamento do PCP até afirmar que os dois partidos possuíam conceções diversas a respeito da democracia e do pluralismo. E em 1979 acabou mesmo por transformar o XV Congresso, em Roma, no areópago através do qual sancionou todas as etapas em direção à rutura definitiva com Moscovo, colocando de parte evocações ao marxismo-leninismo (Ignazi, 1999).

A disseminação das mensagens políticas não apenas implicou a seleção de diferentes instâncias de enunciação como também jogou com os três níveis de sujeitos inscritos no discurso: o *locutor*, aquele que fala ou os que falam em nome dele; o *alocutário*, para quem se direciona; o *delocutário*, de quem se fala (Benetti, 2007: 116). Isto quer dizer que a orientação política de Berlinguer serviu-se de um vasto número de dispositivos para a emissão de discursos (meios de comunicação, comícios, alocuções), articulados no tempo e no espaço em função dos destinatários e objetivos. Referir, no contexto da campanha eleitoral de 1976, que o PCI se sentia mais seguro na esfera da NATO ou defender a autonomia do partido e os valores universais da democracia na tribuna do Palácio dos Congressos do Kremlin, diante de 5.000 delegados, não são opções privadas de sentido para quem, como o secretário comunista, pretendia legitimar uma determinada perceção do mundo social.

Outra tentativa de superar os óbices internacionais foi avançada através da

⁸⁵ Citado por *L'Unità*, “Il rapporto di Berlinguer al XIV Congresso del PCI”, 19 de Março, 1975, 7-11.

⁸⁶ Entrevistado por Giampaolo Pansa, “Berlinguer conta ‘anche’ sulla NATO per mantenere l’autonomia da Mosca”, *Corriere della Sera*, 15 de Junho, 1976, 1.

⁸⁷ Designa o progressivo deslocamento à esquerda da política preconizada pelo Movimento das Forças Armadas entre 28 de Setembro de 1974 e 25 de Novembro de 1975, no contexto de um clima fortemente marcado por iniciativas revolucionárias e por agitação social.

fórmula do *eurocomunismo*, levedada ao longo de 1975 e 1976 e apresentada oficialmente em 1977, juntamente com os secretários dos partidos comunista francês e espanhol. O esforço teórico de Berlinguer procurou integrar a *singular via italiana para o socialismo* num quadro euro-ocidental mais vasto e adequar, numa terceira via, linhas programáticas que impulsionassem a construção de um novo tipo de sociedade, superando os modelos de países que haviam já realizado o socialismo. Essa *sociedade original*, crítica em relação aos limites impostos por Moscovo ao nível da democracia, das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, do aparelho burocrático, assentava nos princípios da liberdade e do pluralismo democrático enquanto aspetos indissociáveis do socialismo e renunciava à revolução como meio privilegiado para a conquista do poder. Auspiciava um internacionalismo que, além do proletariado, abarcasse a totalidade das forças democráticas (Segre, 1977; Heinz, 1981; Paolo, 1979).

Em termos de política interna, o estabelecimento de uma via de diálogo com o principal oponente e a introdução de uma cultura política mais púvia ao exterior são as inovações que acompanharam o percurso comunista. A eleição de Benigno Zaccagnini para a direção democrata-cristã, em Julho de 1975, abriu caminho ao diálogo até ao momento bloqueado pela inflexibilidade de Amintore Fanfani. Neste jogo resiliências, o presidente do Conselho Aldo Moro⁸⁸ desempenhou um papel fundamental quando se tratou de diminuir a entropia comunicativa e aumentar a redundância em relação ao PCI. Aldo Moro foi o principal impulsionador de maior cooperação entre os dois partidos, intenção já manifestada no final de 1969 quando lançou a *estratégia de atenção* no sentido de diminuir o ruído entre democratas-cristãos e comunistas.

Abundam as interpretações acerca deste período fulcral da história italiana, coberto em muitos aspetos por um manto nubloso e permeável à controvérsia. Mas parecem consensuais e plausíveis os entendimentos que explicam esta parcimoniosa sensibilidade da DC em função de um acordo político determinado pelo progressivo deslocamento à esquerda do eleitorado, no triénio 1974-1976. Um deslocamento à esquerda que, não se limitando às urnas, percorreu influentes setores da cultura e da informação. Na perspetiva democrata-cristã, terá sido uma colaboração despoletada

⁸⁸ Aldo Moro nasceu a 23 de Setembro de 196. Jurista, professor e político, foi considerado uma das maiores figuras da DC e do panorama político italiano a partir dos anos 60. Faleceu a 9 de Maio de 1978, assassinado pelas Brigadas Vermelhas, num dos episódios mais marcantes e traumáticos do, ainda recente, percurso encetado pela Península Itálica unificada.

pelas circunstâncias políticas, de crise económica e de alarme social devido ao terrorismo. E, em última análise, como sublinha o historiador Andrea Di Michele (2008: 247-248), o meio através do qual a DC conseguiu manter o papel central no sistema político.

Se o economicismo tático democrata-cristão e os vínculos internacionais intrínsecos à divisão bipolar supervisionaram a ascensão comunista em direção à área de governo, o mesmo tipo de condicionamentos esbateu-se quando a imagem do PCI começou a atrair orientações tradicionalmente estranhas ao seu húmus cultural. A legitimação da estratégia de Berlinguer também passou por essa abertura: projetar uma cultura política mais pluralista, evitar um posicionamento integralista, sectário e assegurar a formação de uma plataforma unitária disposta ao diálogo e a eventuais convergências com todas as forças políticas – exceto em relação à extrema direita e ao seu referente parlamentar, o Movimento Social Italiano-Direita Nacional.

Este caminhar para outra latitude plasmou-se no momento em que o discurso comunista encontrou alguma receptividade, por exemplo, nos temperamentos dimanados do prolongado 68 italiano. São afluências que haviam experimentado uma ideologia ambivalente, congregando insurreições inspiradas em tonalidades marxistas-leninistas (igualitarismo, milenarismo) e rebeliões motivadas pela estimulante pedagogia da tolerância (permissividade e bem estar). Esta preocupação com o *Outro*, neste caso com os jovens, figurou no debate pré-congressual de 1975 na medida em que consistia “num dos aspetos fundamentais da batalha para a conquista estável de novos estratos de juventude e de intelectuais”⁸⁹.

O PCI atraiu, de facto, filiações políticas que de alguma forma consideravam o partido o meio útil para atingir um fim superior, o mal menor como referiu Fabrizio Di André. Numa entrevista ao diário toscano *La Nazione*⁹⁰, o célebre compositor entreabre a janela através da qual é possível perscrutar a atmosfera que se respirava em 1975:

⁸⁹ Massimo D'Alema, “‘Forte e malizioso’ anche verso l’estremismo”, *Rinascità*, 7 de Março, 1975, 22.

⁹⁰ Entrevistado por Claudio Marabini, “Tra la rivoluzione e la canzone”, *La Nazione*, 17 de Agosto, 1975, 3.

“*Em quem votou? No PCI. Contente? Escolhi o mal menor. Não podia votar no PdUP⁹¹, que é o grilo falante de uma ideologia. Teria preferido votar Luta Continua, mas infelizmente não é possível...Tudo somado o PCI faz hoje uma política de sobrevivência. É aquilo que o meu amigo Paolo Vilaggio disse do socialismo em geral. Ideologicamente, pertença à extrema-esquerda. O comunismo verdadeiro é o de Lenine, mas nunca foi realizado (...). Sente-se um revolucionário? Ideologicamente estou próximo de quem faz a revolução ”. E quem a faz? Os grupos de extrema-esquerda, os anárquicos”.*

Fabrizio Di André orientou o voto pela lógica da racionalidade. Não teve problemas em aderir à projeção político-institucional que o PCI representava naquele momento. A assunção de uma tendência ideológica diversa denota ainda que a cultura comunista apresentava alguns polos de atração, quanto mais não fosse porque simbolizava para muitos a política de sobrevivência contra 28 anos de poder democrata-cristão. O músico italiano prescindiu da apologia revolucionária em detrimento do voto útil. Aliás, a própria Luta Continua deu indicação de voto no PCI nas eleições de 1975.

Não obstante o esforço de alguns setores do PCI, a verdade é que consistentes quadros do partido continuaram a perceber depreciativamente a generalidade dos movimentos políticos situados na área da extrema-esquerda, encarados como utopias existenciais, forças que procuravam rivalizar no terreno da luta política e colmatar o vazio entre a prática social e a ideologia que presidiu ao seu desenvolvimento no âmbito dos movimentos de estudantes, grupos com temor da democracia, do confronto político, impregnados de intolerância, de contradições teórico-programáticas e inconsistências políticas. Em última análise, estímulos provocatórios que, não raras vezes, devido ao uso da violência, favoreciam a trama fascista.

Esses coletivos, na realidade, nunca conseguiram penhorar a tradicional fidelidade das massas aos sindicatos e aos partidos históricos de esquerda, pese embora a ação fraturante e a significativa influência no seio do Movimento Estudantil e nalguns círculos do meio sindical. Os decepcionantes resultados eleitorais assim o confirmam. O historiador Paul Ginsborg (1989: 460-464) explica este fator através da fragilidade dos próprios grupos, da incapacidade para potenciarem os movimentos estudantil e operário e de perceberem as reais transformações em curso na sociedade.

⁹¹ O Partido de Unidade Proletária situava-se na área da extrema-esquerda, mas de natureza parlamentar.

A sintonia que vastos estratos da população estabeleceram com o consumismo, o hedonismo e a falta de empatia com a ideologia revolucionária ajudam a completar a grelha interpretativa.

A esquerda radical falhou a criação do ambicionado partido revolucionário. Na ótica desses grupos, do partido que deveria ter sido o resultado quer da unificação das vanguardas estudantis e intelectuais de 68, quer da fragmentação entre, de um lado, as massas operárias mais avançadas e radicais e, do outro, o movimento sindical e um PCI sempre mais envolvido na estratégia reformista do grande capital.

3.3. O debate interno da *La Proposta Comunista*

Depois de se abordar os entraves à estratégia de Enrico Berlinguer do ponto de vista internacional, da política doméstica e no restrito contexto das disposições programáticas do partido. Depois de se analisar a base concetual sobre a qual assentou a legitimação desta estratégia no plano exógeno, falta agora perceber, para completar o itinerário, como o secretário-geral consagrou, no interior do PCI, a proposta do *compromisso histórico* e os pressupostos teóricos implícitos. Este quarto ângulo de análise remete para as reações despoletadas por *La Proposta Comunista*⁹², apresentada por Berlinguer em Dezembro de 1974 ao Comité Central e à Comissão encarregue de preparar o XIV Congresso. Remete, portanto, para o debate pré-congressual realizado entre Janeiro e Março de 1975.

Durante longos textos publicados na *Tribuna Congressuale* da revista teórica *Rinascita*, ou no diário *L'Unità*, a troca de ideias gravitou em redor de temáticas mais ou menos aprofundadas pelo projeto comunista (Berlinguer, 1975) e abarcou as mais destacadas figuras do partido. Entre declaradas anuências e dúvidas em busca de dilucidamento, não faltaram pontos de vista dissonantes como o de Lucio Radice⁹³, do Comité Central, que considerou o termo *compromisso histórico* insuficiente porque significava, para muitos, um simples acordo de poder, de governo. Ou o de Massimo D'Alema⁹⁴, da Federação de Pisa, que, pressagiando acontecimentos futuros, chamou a atenção para a *profunda* fratura entre as forças de esquerda que a luta pela unidade

⁹² Cfr. Enrico Berlinguer, *La Proposta Comunista. Relazione al Comitato centrale e alla Commissione centrale di controllo del Partito comunista italiano in preparazione del XIV*, 1975. Torino: Einaudi editore.

⁹³ Lucio Radice, “Quattro punti sul compromesso storico”, *Rinascita*, 14 de Fevereiro, 1975, 7.

⁹⁴ Massimo D'Alema, “Forte e ...”, *Rinascita*, 7 de Março, 1975, 22.

popular poderia provocar.

Mas uma das questões mais relevantes residiu na forma como se desenvolveu a discussão da *Proposta* berlingueriana. Giorgio Amendola⁹⁵ foi o primeiro a declarar que o debate carecia de amplitude e não refletia a “dramaticidade da situação, a importância dos temas colocados à discussão do partido”. Lucio Libertini⁹⁶, da Federação de Turim, corroborou da mesma ideia e, baseando-se na experiência do trabalho político em Piemonte e noutras regiões, foi mesmo mais longe:

“O debate real desenvolve-se de modo insuficiente, frequentemente como se estivesse previsto um acordo geral que não deixa espaço para o confronto efetivo. (...) Penso que se deva ir mais além e perguntar qual o significado destes limites. (...) O temor de avaliar as eventuais diferenças de opinião sobre uma matéria tão urgente, a difusa e justificável adesão à unidade dos comunistas, a elevada confiança no partido e na sua direção, fazem sim que muitos, neste momento, prefiram remeter-se mecanicamente ao texto da comunicação de Berlinguer”.

As afirmações de Giorgio Amendola e Lucio Libertini deixam entrever que a modalidade com que foi aduzida a estratégia do *compromisso histórico* causou desconforto, sem se conseguir debater verdadeiramente os pontos fortes e os pontos fracos do projeto e não reunindo consenso ao nível dos órgãos do PCI. Libertini⁹⁷ assegurou que em torno da *Proposta* existiam dúvidas, perplexidades e dissensos. Ao caracterizar a estrutura partidária italiana e as dinâmicas políticas entre 1963 e 1992, Piero Ignazi (1999: 149) lembrou, por sua vez, que a forma como foi apresentada, primeiro ao exterior e depois internamente, seguiu o hábito togliattiano “de fazer descer do alto as inovações mais radicais”. Segundo o politólogo, trata-se de uma estratégia para “adquirir autoridade carismática, ou seja, uma autoridade que se afirma pelo reconhecimento e inovação e não pela observância das regras e tradições”.

O ano de 1974 marcou o início do esforço comunista no sentido de gizar uma imagem menos dogmática, pluralista, em consonância com as regras democráticas, portadora de um novo sentido de Estado e até com esboços de autocrítica. Se esta inflexão foi mais ou menos assimilada pela opinião pública, dúvidas permaneceram, todavia, em relação aos vínculos com Moscovo. Sem dúvida o principal obstáculo à

⁹⁵ Giorgio Amendola “Conoscere e discutere i fatti”, *Rinascita*, 7 de Fevereiro, 1975, 11.

⁹⁶ Lucio Libertini, “Non un dato da accettare ma una strategia offensiva”, 28 de Fevereiro, 1975, 14.

⁹⁷ *Ibidem*.

legitimação da estratégia berlingueriana quer ao nível da política doméstica, quer no plano internacional. Quando, em Março de 1975, o líder do PCI reiterou a fidelidade aos princípios e à prática do internacionalismo proletário e constatou que o mundo socialista, ao contrário daquele capitalista, prosperava em termos de produtividade⁹⁸, não poucas foram as vozes que se insurgiram, acusando-o de triunfalismo e de considerar que a esfera socialista regia-se por um clima moral superior.

O *compromisso histórico* materializou uma mudança estratégica que, como se viu, não se pode definir de indolor. As divergências no interior do partido ajudam a justificar, em parte, o carácter algo ambíguo que norteou a fórmula principalmente entre 1974 e 1976. A explicação remanescente reside na natureza política do principal destinatário e na questão ontológica que a ele esteve sempre associada: com qual DC fazer o acordo e quando? Importa, neste sentido, perceber quais os contornos da ação política da DC e a sua relação com a sociedade.

⁹⁸ Citado por *L'Unità*, "Il rapporto di...", 19 de Março, 1975, 7-11.

4. A Democracia Cristã entre o *mau governo* e a *questão moral*

Esquizofrenia foi a expressão utilizada por Guido Carli⁹⁹, em 1977, para definir o panorama italiano em termos políticos, sociais e económicos. Dizia o antigo governador do Banco de Itália que o país não havia ultrapassado importantes anacronismos, uma vez que a economia predominantemente industrial ainda coabitava com extensas zonas agrícolas de subsistência, grande parte da administração pública e das instituições políticas permanecia ancorada às leis de 1865, cenário que contrastava com o plano dos valores, das necessidades, com um húnus ideológico de vanguarda ou mesmo *futurista*:

“Temos o mais avançado movimento feminista da Europa, o mais forte partido comunista da Europa, um dos mais combativos sindicatos da Europa, o mais revolucionário movimento estudantil da Europa, o mais elevado número de licenciados da Europa” (Carli e Scalfari, 1977: 49).

Somando quase três décadas de governo, a liderança da Democracia Cristã não é alheia ao diagnóstico de Carli. Se é inegável o seu trabalho ao nível do fortalecimento das instituições e liberdades democráticas que substituíram a ordem fascista, criando condições para o gradual desaparecimento da secular miséria italiana, para o crescimento económico¹⁰⁰, para a construção do Estado Social e o surgimento de grandes energias morais, parece, igualmente, plausível afirmar que a ação do partido católico, ou a ausência da mesma, despertou uma atmosfera adversa em relação à sua classe política.

O triénio 1974-1976 constitui, deste ponto de vista, um período particularmente crítico por duas razões: primeiro, acentuou o descrédito dos dirigentes democratas-cristãos e dos tradicionais parceiros de coligação, associados ao intrincado manto das mentiras do Estado, escândalos e corrupção; segundo, iluminou a consciência de que o modo de governar do maior partido italiano caminhava num sentido diametralmente oposto ao da sociedade, entregue, como havia constatado Aldo Moro, a novas dinâmicas inseridas num processo de autodeterminação da pessoa

⁹⁹ Foi governador do Banco de Itália entre 1960 e 1975. Em 1976 passou a dirigir a Confederação Geral da Industria Italiana (Cofindustria).

¹⁰⁰ Os expoentes democratas-cristãos apontavam como relevantes méritos do partido o contributo dado ao nível da aquisição de casa própria por mais de 50 por cento dos italianos e da deslocação de grandes massas do campo para a cidade, da reconversão de milhões de camponeses em operários.

e cujo impacto metera em crise a hegemonia da DC (Scoppola, 1997: 397).

A questão da corrupção enformou inflamadas celeumas estampadas pela imprensa e envolveu destacados vultos da intelectualidade italiana, de Leonardo Sciascia a Italo Calvino. Pasolini foi um dos pensadores que mais energicamente colocou essa problemática no escopo das preocupações. Por isso, como referia Calvino¹⁰¹, fez circular “em redor de sua figura o vento da polémica que era a sua atmosfera vital”.

A 24 de Agosto de 1975, no *Corriere della Sera*, o cineasta direcionou toda a irascibilidade contra o poder democrata-cristão, procedendo ao *elenco moral* dos crimes cometidos por uma forma de poder que, dizia, se havia esgotado historicamente. De metáfora em metáfora, de *il palazzo* para *il processo*, Pasolini ergueu bem alto a bandeira de *persona non grata* e escalpelizou o lócus da degeneração aludindo, por exemplo, ao desprezo pelos cidadãos, à manipulação do dinheiro público, à cumplicidade com a mafia, ao tráfico de influências, aos complexos relacionamentos com estruturas secretas do Estado, da italiana SID à norte-americana CIA, e ao uso da administração pública em proveito próprio¹⁰².

O *mau governo* foi um tema que adquiriu sempre maior pertinência ao nível da opinião pública, definido enquanto prática que resgata os negócios do Estado para a esfera dos negócios privados. Por isso mesmo a *questão moral* tornou-se progressivamente numa questão política¹⁰³. A perversão associada à classe política invadiu o imaginário coletivo enquanto axioma cada vez menos relacionado com um qualquer sintoma distópico, antes como prerrogativa do homem político.

Na curva dos anos 60 para os anos 70, ganhou expressão a inquietante elegia através da qual largos segmentos da sociedade relacionaram exponentes da DC com o princípio oligárquico, por um lado, e com o governo invisível, por outro. Recorrendo à lente orwelliana, o princípio oligárquico consiste em perpetuar uma determinada visão do mundo social e um certo estilo de vida. Um grupo dominante consegue perpetuara-se a si próprio enquanto conserva a capacidade para designar os seus sucessores (Orwell, 1949-2002). Já o governo invisível remete para uma espécie de poder que atua simultaneamente ao lado, dentro e contra o Estado, legitimado pelos labirintos do secretismo, favores ilícitos e violações da lei, refratário às

¹⁰¹ Italo Calvino, “Perchè ho parlato di ‘corruzione’”, *Corriere della Sera*, 10 de Dezembro, 1975, 2.

¹⁰² Pier Paolo Pasolini, “Il processo”, *Corriere della Sera*, 24 de Agosto, 1975, 1-2.

¹⁰³ No início dos anos 80, Enrico Berlinguer colocou a *questão moral* da classe dirigente italiana no centro da agenda política.

responsabilidades civis, administrativas, penais e, na verdade, à *res publica* entendida como coisa pública, interesse de todos. Portanto, uma forma de poder que controlava o Estado sem ser controlada.

Poder-se-ia argumentar que, segundo a perspectiva democrata-cristã, tais conceções enquadravam-se na órbita das fantasias e das escatológicas teorias da conspiração. Ou ainda que as violentas reações contra a DC provinham do consenso comunista, dos devaneios e confabulações da extrema-esquerda ou das maquinações dos mais variegados adversários políticos. A cadência dos factos revelou, no entanto, o contrário¹⁰⁴. Os casos mais *ressonantes* envolveram a Montedison, o colosso italiano da química mundial, e a Lockheed, poderosa companhia aeroespacial norte-americana. A primeira acusada de financiar ilicitamente os atores do parlamento¹⁰⁵ e a segunda de ter pago a determinadas estruturas do Ministério da Defesa para facilitar a venda de aviões¹⁰⁶. As réplicas do escândalo Lockheed¹⁰⁷ foram particularmente penosas, a partir de Fevereiro de 1976, para o ministro da Defesa democrata-cristão Luigi Gui e para o seu antecessor social-democrata Mario Tanassi.

4.1. Um novo modo de governar

As críticas à *praxis* política democrata-cristã começaram a surgir de importantes setores industriais não tradicionalmente hostis ao partido. Giovanni Agnelli¹⁰⁸, presidente da Fiat, pedia em Abril de 1975 iniciativas claras que permitissem aos cidadãos reafirmar o assentimento aos ideais da liberdade e da democracia. Agnelli falava em imobilismo político, ministérios impotentes, sem instrumentos e quadros, e da necessidade de um novo modo de governar.

Mas terá a DC ignorado o volume e a origem das reprovações à sua forma de fazer política? Não, pelo contrário. Percorrendo as páginas dos órgãos oficiais do partido, *Il Popolo* e *Il Domani d'Italia*, não se afigura ocioso identificar, no triénio em

¹⁰⁴ Um dos mais clamorosos escândalos viria ao conhecimento público em 1981 com a descoberta da loja maçónica Propaganda dois (P2), organismo implicado em vários crimes, operações económicas, corrupção, máfia, tentando condicionar a atividade política italiana e da qual fizeram parte altos expoentes da DC, entre muitas outras figuras afetas aos mais diversos quadrantes da sociedade e proveniências políticas.

¹⁰⁵ Fabrizio Carbone, “‘Fondi neri’: dopo tre ore la Corte rinvia la decisione”, *La Stampa*, 10 de Janeiro, 1975, 2.

¹⁰⁶ Mauro Calamandrei, “Ma il Presidente non disse niente?”, *L'Espresso*, 22 de Fevereiro, 1976, 4.

¹⁰⁷ A empresa norte-americana admitiu ter pago a políticos e militares em países como a Holanda, República Federal Alemã e Japão. O escândalo atingiu proporções invulgares.

¹⁰⁸ Citado por *La Stampa*, “Occorre un nuovo modo di governare”, 30 de Abril, 1975, 19.

apreço, três vocábulos dominantes: *crise*, *renovamento* e *refundação*. O debate interno procurou encontrar alternativas ao estado cataléptico que, de acordo com os argumentos aduzidos, decorria da falta de resposta às exigências da sociedade, da incapacidade de elaboração cultural que se explicava através do difícil diálogo com os intelectuais, do desequilíbrio institucional e da fraca afirmação moral¹⁰⁹.

Da autocrítica resultou a percepção de que as sucessivas crises de governo colocavam em causa a unidade da DC, cada vez mais exposta às divisões internas, aos conflitos entre as *correnti* e ao risco de fratura. Resultou a percepção de que as profundas mutações ocorridas ao nível dos equilíbrios de poder da sociedade haviam elanguescido as relações com o mundo católico e as demais forças políticas. Resultou a percepção de que urgia fundar um novo tipo de comunicação com a classe operária, os jovens e o mundo feminino, os três grupos que granjearam protagonismo através das transformações sociais.

A crise da DC não evidenciou, porém, um sentimento de descrença quanto à sua função na sociedade italiana. A centralidade do partido e a identificação com extensos e relevantes estratos sociais foi assumida pelo universo democrata-cristão como uma verdade apodíctica¹¹⁰. Contrariamente, o discurso da refundação projetou uma vontade de mudança de ordem política e não estatutária, uma escolha que deveria operar-se, por exemplo, entre o centralismo e o regionalismo¹¹¹. A procura de um outro *modus operandi* plasmou a convicção de que o renovamento deveria começar pela classe dirigente¹¹² e, sobretudo, provocar uma rotação discursiva inspirada numa maior abertura diante das animosidades sistémicas, políticas ou culturais. Cumpria, neste sentido, encetar uma rotação política que conferisse mais espaços de liberdade à sociedade civil e uma renovada predisposição para perceber as contradições da mesma. Perceber, fundamentalmente, que o mundo católico trilhava outros caminhos que, já sendo divergentes dos da DC, importava alcançar.

A discussão interna ganhou vigor a partir de Maio de 1974 e chegou a uma base avaliativa em Março de 1976, altura em que se realizou o XIII Congresso

¹⁰⁹ Guido Bodrato, “Squilibrio istituzionale, mancata risposta alla società esigente, scarsa tenuta morale e incapacità di elaborazione culturale sono le cause della crisi politica della Dc”, *Il Domani d’Italia*, Junho/Julho, 1975, 13-16.

¹¹⁰ Achille, Ardigò, “Proposta per un dibattito: le ragioni di sopravvivenza della Democrazia Cristiana”, *Il Domani d’Italia*, Fevereiro, 1975, 8-9.

¹¹¹ Piero Bassetti, “La scelta fra centralismo e regionalismo è un capitolo ormai ineludibile della ‘questione democristiana’”, *Il Domani d’Italia*, Fevereiro, 1975, 12-13.

¹¹² Emilio Colombo, “Emilio Colombo: il rinnovamento della Dc comincia dal metodo di selezione della classe dirigente, ma deve cominciare subito”, *Il Domani d’Italia*, Junho/Julho, 1975, 16-17.

Nacional. Ao longo do período que medeia o referendo do divórcio (1974) e a reunião magna democrata-cristã, sobressaiu a linha argumentativa que advogava o reforço das relações com o PSI. Ainda que perturbada pela intransigência socialista na reta final da secretaria de Francesco Di Martino¹¹³, essa estratégia da DC procurava reabilitar a fórmula política do centro-esquerda e refutar o *compromisso histórico*, não obstante as vozes internas que defendiam uma nova abordagem à designada *questão comunista*.

Todo este impulso introspetivo foi acelerado pelos resultados das três consultas populares – o referendo sobre o divórcio (1974), as eleições administrativas e regionais (1975) e as eleições legislativas (1976) –, encarados como um apelo à mudança por parte da opinião pública. Mas o renovado horizonte programático invocado pelo debate interno apenas influenciou parcialmente o conteúdo das propostas e das linhas discursivas. Genericamente, a retórica democrata-cristã direcionou a atenção para a massa jovem e o mundo feminino. A alteração mais substancial ocorreu, como se observou, depois de Junho de 1976, na época dos governos de solidariedade nacional, através da poupada colaboração com o PCI, motivada pelas exigências de uma conjuntura adversa – subida percentual do PCI, crise económica e violência política e terrorista.

O frágil consenso oriundo do universo da DC, a amplitude dos interesses em jogo e as resistências à mudança explicam-se em boa parte através dos heterogéneos espíritos que animavam o partido, a designada *confederação de correntes*, utilizando a expressão do editorialista Alberto Sensini¹¹⁴. Volvida a eleição do secretário-geral Benigno Zaccagnini¹¹⁵, no Conselho Nacional de Julho de 1975, duas linhas claramente demarcadas começaram a esgrimir posições: de um lado, os grupos tradicionalmente em sintonia com uma visão mais moderada, maioritários, extremamente céticos ao relacionamento com os comunistas e apostados em preservar o poder acumulado durante 30 anos; do outro, as posições mais à esquerda conotadas com Aldo Moro e Zaccagnini, esperanças em construir uma DC diferente,

¹¹³ Professor universitário e investigador, ingressou no PSI nos anos 40 e desempenhou o cargo de secretário-geral em três ocasiões antes do ingresso de Bettino Craxi, em Julho de 1976. Deputado, senador, alto expoente dos quadros dirigentes socialistas, faleceu em 2002 aos 95 anos.

¹¹⁴ Alberto Sensini, “Il travaglio-democristiano”, *Corriere della Sera*, 7 de Novembro, 1975, 1.

¹¹⁵ Nasceu em 1912, formou-se em medicina e foi um dos fundadores da DC em 1942. Deputado, presidente do grupo parlamentar da DC, ministro dos governos de Amintore Fanfani, Antonio Segni e Fernando Tambroni, Benigno Zaccagnini ficou associado a uma imagem de integridade moral. Defendeu a linha da firmeza (não negociar com as Brigadas Vermelhas) aquando do rapto de Aldo Moro. Faleceu em 1989.

renovada, menos pressionada pelos barões, pelos labirintos clientelares, e predisposta a estabelecer uma estreita ligação com as bases do partido¹¹⁶.

O muito conturbado XIII Congresso sancionou a linha de Benigno Zaccagnini e Aldo Moro, criando condições para uma abertura ao PCI. Mas não sem dolorosas experiências. O espectro da fratura sobrevoou o Palazzo Cenci-Bolognetti¹¹⁷ e fez deslocar para o topo das prioridades o tema da unidade em termos que não se esgotam na esfera interna do partido e na lógica das facções.

Segundo o historiador Pietro Scoppola (1997: 399), estudioso relevante e intérprete do catolicismo democrático italiano, Aldo Moro tudo fez para que o relacionamento com o PCI envolvesse toda a DC, considerando a unidade do partido condição essencial da operação. Ademais, a defesa da integridade da DC constituiu, na opinião de Piero Ignazi (1999: 171), prerrogativa fundamental para mantê-la no centro do sistema democrático, pelo que o encontro com os comunistas em muito contribuiu para o efeito. Não é por acaso que Aldo Moro recusou as tentativas de discriminação e criminalização da DC em praça pública e saiu em defesa do ministro Luigi Gui no âmbito do escândalo da Lockheed. Conservar a centralidade do partido significava preservar a democracia e ir ao encontro do bem comum.

O diálogo com o PCI beneficiou ainda, no plano internacional, da não ingerência dos Estados Unidos aquando da administração de Jimmy Carter, a partir de 1977. Contrastando, portanto, como anteriormente se constatou, com a posição da administração Ford, impulsionada pela tenacidade de Henry Kissinger. Não restam dúvidas de que, até às eleições de 1976, os Estados Unidos haviam explicitamente solicitado a exclusão dos comunistas da área governativa enquanto requisito basilar para a manutenção dos equilíbrios internacionais, princípio-guia cuja anuência foi transmitida *in loco* pelo presidente da República, Giovanni Leone¹¹⁸, a Ford e Kissinger em Setembro de 1974: “Não confundam a instabilidade dos nossos governos com a instabilidade política: desde 1946 que somos leais aos Estados Unidos à NATO. Éramos e continuaremos sempre contra o compromisso histórico com o PCI e não nos transformaremos num outro Portugal”.

Depois do sufrágio eleitoral de 1976, os Estados Unidos acompanharam de perto a evolução do PCI e, em Julho do mesmo ano, o então candidato Jimmy Carter

¹¹⁶ Alberto Sensini, “Il travaglio-democristiano”, *Corriere della Sera*, 7 de Novembro, 1975, 1.

¹¹⁷ Sede da Democracia Cristã, em Roma.

¹¹⁸ Citado por Caretto Ennio, “Quando Kissinger elogiava Moro”, *Corriere della Sera*, 17 de Novembro, 2004, 33.

acabou mesmo por fazer algumas declarações que não apenas contrariavam a anterior linha kissingeriana como ainda colocam a política externa norte-americana numa outra latitude, adotando uma posição de atenção sem interferência. Dizia Carter (citado por Galli: 2006) que a observância de um papel relevante por parte do PCI no contexto de um governo de salvação nacional não representava uma catástrofe, rematando: “Não seria a minha preferência, mas não constituiria uma ameaça à paz mundial”. Mais tarde, o novo líder da Casa Branca opôs-se à entrada direta dos comunistas nos governos da Europa Ocidental, ressaltando, porém, que prevalecia uma posição de não interferência na política interna italiana (Wall, 2006).

Entre 1974 e 1976, os governos democratas-cristãos enfrentaram uma onda de contestação e conflitualidade que se estendeu aos vários quadrantes da sociedade. Ao recorrente tema da politização da magistratura sobrepôs-se a reivindicação dos juízes por melhores salários e a singular ameaça de greve entre esta categoria profissional. A interrupção voluntária do vínculo contratual constituiu um sinal de descontentamento transversal aos diversos setores da atividade económica e transformou-se quase num *modo de vida* que exigiu regulamentação e intervenção do poder político. O difícil momento no mundo do trabalho em muito decorreu da grave crise económica que obrigou à redução do horário laboral em muitas empresas símbolo, como a Alfa Romeo e a Fiat, e a medidas restritivas para limitar o consumo.

Questões como a desobediência civil, o aborto, as relações entre o Estado e a Igreja, a revisão da Concordata, a adoção de medidas de ordem pública para combater a indústria da criminalidade, o terrorismo e a violência política, em formato de guerrilha urbana, determinaram a agenda quotidiana e acentuaram a crispação entre os atores políticos. Sem esquecer o mal estar no Exército que tocou temas como a politização, a disciplina e a lealdade dos militares no contexto de um ambiente pautado pelas reivindicações dos oficiais, do soldado proletário, pelos debates em redor do novo modo de ser soldado. Ou ainda as sempre mediáticas e *ressonantes* manifestações femininas, entre protestos contra os valores da Igreja Católica (exigindo liberdade no amor e na sexualidade) e a hegemonia masculina, como aconteceu a 24 de Agosto, em Roma, quando um grupo de feministas atacou as instalações da RAI-TV e contestou o excessivo poder do sexo oposto.

Diante deste clima altamente inflamado e polarizado não poucos questionaram se Itália era governável, se a DC estaria em condições de continuar a gerir o poder. Em 1977, o comunista Piero Ingrao (1977) interrogava-se sobre a especificidade do

caso italiano, se, de facto, exprimia um atraso ou, por outro lado, uma antecipação, exacerbada e paradoxal, de problemas que se encontravam em fase de maturação também noutros países. Ingrao parecia inclinar-se para uma leitura que colocasse Itália na linha da frente de um movimento destinado a modificar a sociedade industrial moderna. Uma parte significativa destas interrogações é tributária da dinâmica reivindicativa que as figuras do operário e do estudante lograram imprimir. É para estes dois sujeitos que se direciona, no capítulo seguinte, a atenção.

CAPÍTULO IV – MUTAÇÕES SOCIAIS NA ITÁLIA DOS ANOS 70

1. A esquerda radical e as transformações culturais

Março de 1964, *Palazzo dei Cavalieri*, sede da *Scuola Normale* de Pisa e relicário da cultura italiana. Palmiro Togliatti¹¹⁹ profere uma conferência sobre a Resistência e o pós-II Guerra Mundial. Perto do final, o secretário-geral do PCI narra a história do coronel americano MacFarlane que se havia maravilhado com ele porque o PCI não queria fazer a revolução. Da última fila exclama um jovem de 21 anos: “Era necessário a ingenuidade de um coronel americano para pensar que um partido que se proclamava comunista quisesse o comunismo”. Segue-se o bate-boca que, estimulando a impaciência de Togliatti, termina de forma lacônica: “Ainda tens de crescer. Experimenta tu fazer a revolução” – vocifera o histórico dirigente comunista. Responde o rapaz: “Tentarei, tentarei”¹²⁰.

O jovem que interpelou Palmiro Togliatti chama-se Adriano Sofri¹²¹, um ativista que, anos mais tarde, tornar-se-ia líder da Luta Continua, uma das principais formações revolucionárias da esquerda extraparlamentar italiana. Este episódio, ainda deslocado do designado período de *contestação*, representa uma espécie de ensaio pré-insurrecional e antecâmara da atmosfera social, política e cultural que irrompeu em Itália a partir dos finais da década de 1960 e abalou profundamente os anos 70. No entanto, em 1964 o respeito ainda regulava as relações hierárquicas. Segundo Lisa Foa (citada por Cazzulo, 2002: 6), redatora do semanário comunista *Rinascita*, Togliatti interpretou a intervenção como um ataque frontal, o primeiro de um estudante insubmisso de esquerda numa assembleia pública. Devido ao seu simbolismo, constituiu um dos eventos fundacionais de um lastro comum: irreverência, snobismo, moralismo, antiestalinismo, anticomunismo democrático, antiautoritarismo.

¹¹⁹ Tal como Antonio Gramsci, foi um dos líderes históricos e fundadores do PCI, tendo assumido as funções de secretário-geral entre 1927 e Agosto 1964, data da sua morte em Ialta, na Ucrânia.

¹²⁰ O diálogo foi reproduzido pelo próprio Adriano Sofri na revista *Panorama* (1998-1999), em 14 de Fevereiro de 1988. Pode também ser revisitado através do livro de Aldo Cazzulo, intitulado *I ragazzi che volevano fare la rivoluzione (1968-1978). Storia critica di Lotta Continua*, 2002. Milano: Sperling & Kupfer.

¹²¹ Nasceu em 1942 e foi um emblemático militante da extrema-esquerda italiana, líder do grupo Luta Continua. Jornalista e escritor, foi condenado a 22 anos de prisão efetiva no âmbito do processo relativo ao homicídio, em 1972, do comissário Luigi Calabrese. Sofri declarou-se sempre inocente.

Trata-se, grosso modo, da identidade que lançou as raízes de uma rebeldia destinada a provocar um confronto geracional. Da identidade que esteve na origem de variados movimentos conotados com a esquerda radical. Da identidade que, no âmbito desta nova esquerda, norteou um conjunto de militâncias ora alicerçadas na ação política, nas equações retóricas descomplexadas, agressivas, ora preconizadoras da luta armada enquanto reduto último para alcançar a revolução. Da identidade que olhava com desconfiança para os partidos do arco parlamentar, em especial o PCI, colocado no campo do reformismo (ou revisionismo) – não é por acaso que o desinibido jovem Sofri pergunta, durante o bate-boca no *Palazzo dei Cavalieri*, “porque não fizeram a revolução?”. Da identidade que não poucos acusaram de ser sectária, dominada por paradigmas revolucionários terceiro-mundistas e incapaz de interpretar realisticamente os sinais provenientes da sociedade italiana.

No centro desta concretude identitária encontra-se a figura do operário e do estudante, elementos constitutivos da matriz que congrega vários grupos num heterogêneo microcosmo destinado a provocar fissuras na ordem dominante. O triênio 1967-1969 e a conflitualidade que lhe está associada, da Universidade ao mundo do trabalho, foi o catalisador de organizações como o Poder Operário (1967) e a Vanguarda Operária (1968). A primeira, arreigada na revista *Classe Operaia*, abraçou o desígnio de desenvolver a consciência de classe no sentido do comunismo. Desde cedo colocou a relação entre operários e estudantes no âmago das prioridades políticas. A segunda apresenta uma tipologia baseada nas lutas operadas em cada unidade industrial e conduzidas pelos próprios trabalhadores. Ambos os coletivos empenharam-se no combate contra as diretrizes dimanadas pela esquerda parlamentar – particularmente o PCI – em matéria de lutas operárias e sindicais.

Alavancada pelo *espontaneísmo já presente no Poder Operário*, a Luta Continua (1969) revelou a sua especificidade ao nível da organização dos estratos proletários desenquadrados de qualquer estrutura política. Inicialmente inspirou-se no pensamento marxista filtrado pela conceção crítica da revista *Quaderni rossi – a revolução não chegará através dos dispositivos democráticos* (urnas, partidos) –, colocando a tónica na urgência de construir uma vanguarda no interior do movimento de classe. Depois, sobretudo a partir de 1972, percorreu uma fase autocrítica da qual resultou uma maior colaboração com forças consideradas reformistas, como o PCI¹²².

¹²² Nos atos eleitorais de 1972 e 1975 deu indicação para votar PCI.

A linguagem triunfalista, populista, imediata, preocupada em abater o sistema, esteve sempre presente no discurso da Luta Continua.

Na verdade, este magma ideológico encontra-se revestido por um tecido multiforme costurado através de linhas frágeis e de tonalidades dissonantes. Dito de outro modo, os movimentos apresentam diferenças teórico-estratégicas e ainda aclimações ao nível do seu percurso individual. Portanto, longe de uma textura monolítica. Será então mais correto falar de comunidades hifenizadas que produziram um discurso polifônico do ponto de vista teórico e cujo património igualitário – contestação ao PCI e ao sistema partidário – materializou-se em distintos *modus operandi*. Irreverência, livre ação do indivíduo são, por exemplo, conceitos que o semanário *Servire il Popolo*, órgão da União dos Comunistas Italianos (m-l), não equacionava: “O *espontaneísmo dos aventureiros do Movimento Estudantil está morto e sepultado para nós*” (citado por Salvadori, 1976: 437).

As correntes marxistas-leninistas¹²³, animadas pelo debate decorrente do conflito ideológico sino-soviético, ganharam impulso nos alvares dos anos 60 e mostraram-se ainda particularmente ativas no decénio subsequente. O dominador comum entre as formações mais proeminentes deste universo doutrinário assentou na necessidade de construir a organização alternativa, unir fragmentos, combater um PCI inimigo do espírito revolucionário, fomentar a disciplina. O edifício teórico alicerçou-se na ditadura do proletariado, no materialismo histórico e dialético segundo os ensinamentos de Marx, Engels, Lenine, Estaline e Mao Tsé-Tung. A China constituiu o ponto de atração e as universidades um relevante reduto de recrutamento, apesar do desprezo pela onda libertária tão cara à contestação estudantil.

A moldura da crítica à linha comunista oficial conheceu, porém, o mais sonante contributo no *autunno caldo* de 1969. E logo através de um grupo de intelectuais em rota de colisão com o PCI, alguns deles com funções relevantes dentro do partido. Aldo Natoli, Luigi Pintor, Rossana Rossanda, entre outros¹²⁴, dão vida à revista *il manifesto* e ao grupo político com o nome homónimo. Inspirados pela revolução cultural chinesa, destacaram-se pelas análises e conceções sobre acontecimentos de âmbito internacional, ao mesmo tempo que revelaram aturada identificação com as lutas operárias e estudantis em Itália.

¹²³ O *Partido Comunista de Itália (m-l)*, a *União dos Comunistas Italianos (m-l)* e o *Partido Comunista (m-l) Italiano* foram, dentro do universo desta tendência, os coletivos mais representativos durante as décadas de 1960 e 1970.

¹²⁴ Faziam ainda parte deste grupo Valentino Parlato, Luciana Castellina e Lucio Magri.

Efetivamente, duas razões justificam a ressonância associada a esta expressão, considerada, herética: nunca no pós-II Guerra se havia verificado, qualitativa e quantitativamente, uma cisão de natureza semelhante no PCI; a revista *il manifesto* transformou-se numa referência para a nova esquerda e, em 1971, o primeiro jornal diário no contexto dessa orientação política. Depois de repensar uma plataforma teórica marxista aplicada ao dissenso comunista¹²⁵, O Manifesto materializou o conúbio com outras formações e elementos *heréticos* que refutavam tanto as perspectivas dos vários grupelhos extraparlamentares de esquerda como o esforço persuasivo da esquerda parlamentar (Dalmaso, 1989: 139-141). Em 1974 nasceu o Partido de Unidade Proletária para o comunismo.

No interior dessa miríade de grupúsculos, a figura do estudante partilhou com a do operário o protagonismo enquanto sujeito dos discursos políticos. Esse elemento apresentou-se, por um lado, como expoente da militância política e, por outro, acendeu o rastilho de uma contestação também ela multiforme. E multiforme porque: primeiro, centrou os protestos no interior das estruturas de ensino, denunciando a sua inadequação, apelando à democratização das práticas escolares e universitárias e a uma maior colaboração com a realidade social – seguiu o trilho de outras lutas homólogas nomeadamente em França e Alemanha, tornando o ano de 1968 um símbolo da imagética coletiva; segundo, a contestação alastrou-se às questões da sociedade, em particular ao mundo do trabalho. Talvez por isso a grande singularidade do 68 italiano residiu, como sublinha Andrea Di Michele (2008: 183), na ligação prolongada entre o Movimento Estudantil e a luta operária.

Ora foi precisamente este aspeto, a pulsão contestatária alastrada a outros contextos de produção (o do trabalho) que não o de origem (universidades), que contribuiu para transformar o caso italiano num laboratório de estudo, principalmente durante os anos 70. A natureza bicéfala do Movimento Estudantil¹²⁶ também ajudou à mobilidade deste viés insubmisso: tanto se desenvolveu em redor de coletivos emblemáticos e com projeção nacional – por exemplo na Universidade de Milão –

¹²⁵ Cfr. As teses do grupo O Manifesto podem ser revisitadas na revista com o nome homónimo, em “Per il comunismo”, *il manifesto*, Setembro (nº9), 1970.

¹²⁶ Uma tentativa de síntese e de análise holística do significado do nascimento, presença e desenvolvimento do movimento estudantil pode ser encontrada na revista *Quaderni Piacentini* através de cinco artigos publicados no biênio 1968-1969: Guido Viale, “Contro l’università” (nº 33); Ciafaloni Donolo, “La politica ridefinita” (nº 35); “Materiali per un’università critica” (anónimo, nº 36); Vittorio Rieser e Mario Volterra, “Movimento studentesco, Pci e centro-sinistra” (nº 37); Ciafaloni Donolo, “Contro la falsa coscienza nel Movimento studentesco” (nº 38).

como abarcou formações menores ligadas às particularidades da urbe em que estavam inseridas. São especificidades que subsistem não obstante ter faltado ao Movimento Estudantil a base cultural necessária à criação de um edifício teórico direcionado para constituir um projeto político alternativo. Utilizando a expressão de Gianfranco Pasquino (1996: 502), a reflexão política do Movimento resultou muito inferior à sua carga destrutiva.

Entre as apregoadas hegemonia da luta operária e a autonomia do Movimento Estudantil, a vulgata ideológica da esquerda radical encimou ou participou em modalidades de contestação que devem ainda ser enquadradas no cenário mais vasto das transformações culturais. Só assim é possível compreender expressões, como a de Paul Berman (2007: 19), que definem este período como a época das delirantes utopias de esquerda. No prefácio à edição italiana de *Power and the Idealists*, Berman utiliza o enunciado para associar as degenerações dos impulsos revolucionários à violência, guerrilha urbana e terrorismo. A polissemia da locução merece, no entanto, ser explorada também à luz da vertigem cultural.

Como nota Miguel Cardina (2010: 33), a esquerda radical manteve uma ligação ambígua com a mudança cultural em marcha nas décadas de 1960 e 1970. Dependendo da perspectiva, foi encarada como resultado das “mutações que faziam o elogio da juventude e da rebeldia” ou, noutro sentido, enquanto “fenómeno de perversão dogmática” que neutralizou o cunho festivo deste período. Indisciplina, hedonismo, revolta, transgressão, *hippies*, contracultura, *underground*, feminismo ou situacionismo são noções que caminharam lado a lado com outras tendências no interior da sociedade italiana. O *homem unidimensional* de Herbert Marcuse¹²⁷ beliscou amiúde o consumismo decorrente do *milagre económico* italiano (1955-1965). Mas não se sobrepôs. O consumismo constituiu, de facto, um fenómeno em redor do qual circularam, neste período, sentimentos contraditórios entre a atração e a reprovação. Sentimentos esses que obrigaram Pier Paolo Pasolini¹²⁸ a denunciar os malefícios do poder do consumo enquanto responsável pela deformação da consciência da população italiana e da sua irreversível destruição.

¹²⁷ O *homem unidimensional* de Marcuse e o livro *Lettera a una professoressa*, escrito por vários alunos da Escola Barbiana, sob a supervisão de Lorenzo Milani, são dois livros de culto do 68 italiano.

¹²⁸ Pier Paolo Pasolini, “Il vuoto del potere in Italia”, *Corriere della Sera*, 1 de Fevereiro, 1975, 1. Pasolini concebeu uma das mais poéticas representações da metamorfose social em curso na sociedade italiana, evocando o fenómeno do desaparecimento dos pirilampos. No famigerado artigo do *Corriere della Sera*, relacionava o eclipse dos pirilampos, típicos dos campos e terrenos agrícolas, com a extinção dos valores tradicionais da pátria, família, obediência, ordem, poupança e moralidade.

À luz de uma semiótica fraturante, voraz com o *establishment* vigente e que também extravasou o itinerário desta nova esquerda, a construção de espaços livres desprovidos de qualquer estrutura de poder transformou o imaginário de largos estratos da sociedade. Forjando novas formas de relacionamento e comunicação, não terão sido poucos os jovens que, ainda no liceu, olharam com pessimismo e frustração para os percursos académicos e profissionais dominantes, rejeitando engrossar as fileiras dos potenciais prodígios que mais tarde dariam forma à nova – mas, na ótica juvenil, conformista – classe dirigente italiana. Essa geração de estudantes lia Cesare Pavese, Alberto Camus, Baudelaire ou Jean-Paul Sartre. O politólogo Luigi Bobbio¹²⁹, antigo expoente da Luta Continua, traça um quadro eloquente a respeito deste *ethos* cultural:

“Não tínhamos mais vontade de (...) ser juízes obtusos e zelosos, jornalistas conformistas, projetistas de máquinas que melhoram a produção em prejuízo do trabalho, médicos destinados a fazer dinheiro às custas dos pacientes mais débeis. Qualquer coisa se havia quebrado na transmissão dos valores entre as gerações.”

Os fragorosos fermentos de mudança não podiam deixar de incidir no viveiro que talvez mais ansiava por nucleares conquistas: o universo feminino. A mulher passou a recusar matrimónios encomendados. Reclamou respeito e igualdade de direitos. Começou a lutar pela revogação do estatuto subalterno no mundo do trabalho. As relações pré-matrimoniais deixaram de pertencer à quimera do íncubo.

Trata-se de metamorfoses que haveriam de ser virulentamente combatidas pela observância conservadora sempre preocupada com a integridade da moral, dos valores, da escola, da sociedade, da família, preocupada com a degeneração da figura paterna. A ratificação da lei que instituiu o divórcio, decidida no referendo de 12 de Maio de 1974, objetivou uma mundividência individual em detrimento dos vínculos partidários e da hegemonia católica. Materializou de alguma forma o percurso secularizante que já vinha fraturando atavismos e revolucionando a linguagem. Noutras palavras, o trajeto que Vittorio Vidotto (1999: 71) definiu como a *representação ideológica* da sociedade italiana.

¹²⁹ Luigi Bobbio, *Panorama*, 29 de Novembro, 1987, 13.

1.1. O movimento de 1977

Compreender que o último triénio dos anos 60 iluminou o palco onde se exibiram identidades compósitas em constante turbacão com o *Outro* não implica, todavia, tomar esse espaço apenas como uma linha fraturante no contexto dos equilíbrios políticos, sociais e culturais da sociedade italiana. Em bom rigor, para analisar a irregularidade do arco temporal que se estende até aos finais da década de 1970 é necessário interpretar uma espécie de discursos hipertextualizados repletos de singularidades figurativas. Isto é, desconstruir uma contestação que manteve alguns traços de fisionomia mas não as finalidades e os meios; desconstruir uma identidade associada ao mesmo sujeito mas não aos desejos, linguagens e comportamentos. Resumindo, distinguir discursos que remetem para outros discursos, distinguir o Movimento Estudantil de 1968 daquele emergido em 1977.

Os protagonistas da onda insurrecional de 1977 inserem-se num processo de transição permanente que sofreu acentuada aceleração no biénio 1975-1976. Razões de natureza política, económica e sociocultural ajudam a explicar a textura que Umberto Eco (1995) apelidou de *nova ideologia do desejo*. Surgindo maioritariamente na esfera da esquerda radical, uma primeira ordem de fatores conjugou os antagonismos latejantes no interior dos grupúsculos com as frustrações decorrentes dos resultados da ação política. O desfecho das eleições políticas de 20 de Junho de 1976 transmitiu apenas desilusão. A esquerda revolucionária recolheu pouco mais de um milhão de votos. Volvidos quatro meses, as profundas divergências internas dilaceraram, por exemplo, a Luta Continua e precipitaram a dissolução.

O desânimo transformou-se em crise de militância, em aversão prontamente direcionada contra um PCI galvanizado pelo histórico resultado obtido em 1976. Esse ressabio visceral contra os comunistas foi alimentado pela política de colaboração com a DC, o designado *compromisso histórico*. Para inflamar ainda mais um período de conflitualidade crescente, o ciclo de crise económica agravou as precárias condições de vida de largos estratos da população.

Mas o verdadeiro constructo idiossincrático que caracteriza o estudante de 1977 gravita nos códigos socioculturais. O privado sobrepôs-se ao político. Os sujeitos transferiram para a rua o desespero, as necessidades, a ira dos mais desfavorecidos afetados pela crise económica. Tudo isto plasmado no combate à política dos sacrifícios, da austeridade. Tratou-se de uma narrativa direcionada para os sentimentos

e as suas causas, que confrontou experiências e anatematizou lideranças. Para arvorar este intrincado mundo diegético importa falar da centralidade de um *eu* que marginalizou projetos coletivos e catapultou angústias e desejos existenciais através de renovadas formas de linguagem e comportamentos, sendo a violência inusitada o principal traço distópico que imortalizou esta geração.

Depois de se ter observado que uma das principais especificidades do caso italiano residiu na relação continuada entre o Movimento Estudantil de 1968 e inícios da década de 70 e a luta operária, ainda que sob o signo da autonomia de ambos os projetos, não se afigura agora ocioso identificar o movimento de 1977 como outra significativa originalidade italiana.

Em *Antisystemic Movements*, Giovanni Arrighi, Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein (1992: 85) estabelecem uma sugestiva analogia já assinalada por outros autores: “Existiram somente duas revoluções mundiais. Uma em 1848. A segunda em 1968. Ambas falharam. Ambas transformaram o mundo”. Dir-se-á que as duas efusões revolucionárias comportaram uma dimensão transnacional. É igualmente válido afirmar que a primeira, extensiva a múltiplos Estados, assentou em questões nacionais, ao passo que a segunda eclodiu enquanto contestação global portadora de valores partilhados por espaços geográficos distintos. Ora o fenómeno de 1977 inscreve-se precisamente nesta matriz nacional que o ano de 1848 evidenciou. Foram as questões nacionais, como se viu, a grande alavanca deste segundo movimento. Por circunscrever-se à sociedade italiana não apresentou, no entanto, a tal dimensão internacional.

Essa filiação nacional reproduziu-se em função de algumas características. Em primeiro lugar, a contestação caminhou num sentido oposto ao manifestado pelo Movimento Estudantil de 1968 porque não projetou a conquista do poder, não perseguiu a sociedade ideal, utópica. Foi, acima de tudo, uma explosão espontânea que recorreu à violência para formular o libelo acusatório contra o autoritarismo e a repressão. Se a primeira metade da década de 1970 já havia colocado em marcha o uso da violência, os ativistas que se seguiram extremaram ainda mais este viés rumo à apropriação e apologia. Revelaram-se predispostos para o confronto de rua tendo como alvo as forças da ordem ou o grupo político rival. Teorizaram os opúsculos das expropriações proletárias (não pagar serviços, ocupar casas) e da violência difusa dirigida contra determinados objetivos (sedes, edifícios públicos, automóveis). Colocaram em prática verdadeiras ações de guerrilha urbana e de terrorismo. Assistiu-

se, assim, ao detonar de energias enleadas num impulso que rapidamente partiu da incomunicabilidade com a ordem dominante e chegou ao confronto físico, espalhando-se como fogo num armazém de fósforos.

Em segundo lugar, constituiu um canal de protesto contra os vetustos esquemas teóricos afetos não somente aos sindicatos e ao PCI, mas também aos agrupamentos da própria esquerda radical. Empreendeu, neste sentido, uma forte ofensiva contra a tradicional cultura do movimento operário alicerçada no modelo taylorista-fordista, na centralidade da fábrica e na simbólica figura do chefe sindical (Balestrini e Morini, 1997: 531-532). Espargiu, em suma, uma notória animosidade diante dos lugares através dos quais o movimento operário erigiu a sua base de socialização: o Partido de massas, a Fábrica e o Sindicato (Ravel, 1996: 87). Episódio emblemático desta rebelião aconteceu durante o comício que o sindicalista Luciano Lama efetuou na Universidade de Roma, a 17 de Fevereiro de 1977. A irascibilidade estudantil deu origem a intensos e violentos confrontos com os serviços da ordem do sindicato, inviabilizando a conclusão da assembleia.

Outro eixo significativo radicou na amplitude política do próprio sismo insurrecional. Setores de direita arraigados no interior das faculdades entraram em colisão com o MSI-DN, a força cardinal desse espaço político. São divergências que ecoam disfunções ao nível da harmonia dos códigos culturais, dos critérios de pertença identitária, e que anteriormente já haviam conhecido outras etapas, como em 1968. Nesse ano, fações ideologicamente antagónicas estabeleceram mesmo uma espécie de diálogo ecuménico com o oponente ideológico. Assim sucedeu, por exemplo, aquando da célebre batalha de *Valle Giulia*, a 1 de Março, também na Universidade de Roma. Estudantes de direita e de esquerda enfrentaram da mesma barricada as forças da ordem.

Cumprido, porém, salientar que estes episódios agregadores constituíram a exceção e não a regra – a violência regeu o quadro normativo entre grupos de extremos opostos. Pese embora não possuíssem ligações com o mundo do trabalho e encontrarem-se distantes das preocupações sociais, organizações juvenis de direita como a Frente Universitária de Ação Nacional conotaram-se com o espírito de 1977.

Por fim, a mais fecunda herança desta geração residiu no revisionismo temático e nas renovadas formas de comunicação e linguagem. Não restam dúvidas de que a ala criativa e pacífica do movimento de 1977 deixou a sua marca e atenuou, de

alguma forma, a retórica da violência levada a cabo pela Autonomia Operária¹³⁰. Também secundado pelo Partido Radical de Marco Pannella na defesa do pacifismo, dos direitos humanos e civis, do antiproibicionismo, esse impulso juvenil exprimiu-se através da cultura *underground* e de vários jornais dedicados à contracultura e contrainformação, como a revista *Re Nudo*. Os dois festivais do proletariado juvenil organizados em Milão no biénio 1975-1976 recrudesceram o universo *Woodstock* à italiana. A cultura alternativa passou ainda pela subcultura *punk* oriunda dos Estados Unidos e Inglaterra, mas principalmente através do advento das rádios livres, núcleos nevrálgicos de uma voz narrada na primeira pessoa do singular.

É desta paisagem primaveril que nasceu uma atmosfera libertária, criativa, que obliterou os líderes e advogou a responsabilização de cada indivíduo. Portanto, uma ambiência que, reclamando processos modernos e globais, denotou uma notória ligação ao ecologismo e às vanguardas estéticas, percorrendo os caminhos do dadaísmo, do surrealismo e do futurismo tanto ao nível da linguagem como dos comportamentos.

Emergiu, assim, uma linguagem que enalteceu e censurou o reino da comunicação de massa: enalteceu e empenhou-se em leituras apologéticas porque nada mais importava do que fazer chegar a mensagem, em simultâneo, à grande massa de recetores; censurou e reclamou um novo quadro normativo porque não tolerava o movimento de concentração dos órgãos de comunicação. O feminismo, por sua vez, também aproveitou esta dinâmica discursiva. Apostou nos meios que determinavam o alcance das mensagens, revitalizou-se e focou a atenção na libertação da opressão sexual masculina.

Retomando os excelentes contributos de Umberto Eco (1995: 67), não para interrogar metáforas a partir de outras metáforas, mas antes para beliscar o nervo deste fenómeno, poder-se-á falar de um “projeto abstrato e literário de subversão expressiva, da língua ao comportamento”. Ou seja, de um projeto que se “encontrou de um lado com um processo de difusão operado pelos mass media e do outro com uma específica situação histórica e económica”. No âmago desta peculiar realidade, o semiólogo italiano dá conta de como o sujeito dissociado, o síndrome do sem pátria e a perda de identidade abandonaram o lugar das “alucinações experimentais” para se

¹³⁰ A Autonomia Operária congregou diversos militantes oriundos dos históricos coletivos de extrema-esquerda nascidos das experiências ligadas ao movimento de 1968, alguns dos quais dissolutos no decorrer da primeira metade dos anos 70.

transformarem em reais condições psicossociais de vastos setores da população juvenil.

Discorrendo sobre a sociedade italiana, a jornalista Marta Boneschi (1996) definiu os anos 60 como *a grande ilusão*. O escritor Giampiero Mughini (1998) procedeu ao mesmo exercício sobre a década subsequente, qualificando-a de *a grande desordem*. Provavelmente o período compreendido entre os finais das duas décadas coligiu ambos os vocábulos, *ilusão* e *desordem*. Toda esta representação da diferença, especialmente consubstanciada, como se viu, nos diversos ânimos da esquerda radical, iniciou quase por *osmose* o processo de construção do inimigo.

2. A sociedade italiana entre descontinuidades inovadoras e elementos anómalos

Relacionar conceitos ou categorias taxionómicas com determinados períodos históricos constitui uma prática usual no âmbito das ciências humanas. A dimensão do tempo passado e os seus intrincados enredos motivam abordagens que tendem a compaginar continuidades de vária ordem com o propósito de conferir unidade aos eventos. Os historiadores Eric Hobsbawm (1996) e René Rémond (1974-1994), por exemplo, consideraram que o ano de 1973 assinalou o início de uma nova etapa devido, sobretudo, ao choque petrolífero e à grave crise económica que esse originou.

Arthur Marwick (1998: 7) preferiu, no entanto, deslocar a fratura para 1974, argumentando que somente neste ano as populações do Ocidente haviam começado a sentir os efeitos do embargo das nações árabes. Marwick ressaltou ainda que alguns dos capitais desenvolvimentos iniciados nos anos 60 prolongaram-se até 1974 ou mesmo depois. Itália foi um dos países cuja sequência de acontecimentos suporta esta análise do historiador britânico: referendo sobre o divórcio em 1974 e a maioria aos 18 anos outorgada em 1975.

O triénio 1974-1976, na Península Itálica, assemelha-se a um caleidoscópio que, a partir das interações entre múltiplas tendências e acontecimentos, projetou no tempo duradouras imagens e discursos. A relevância deste período explica-se em boa parte pela quantidade de elementos desviantes que nortearam o pulsar dos variegados setores da sociedade. A proliferação destes elementos, por um lado, turbantes e, por outro, inovadores em relação à ordem prefigurada, insere-se num movimento progressivo que anteriormente já havia dado sinais de vitalidade.

Inseridas na lógica dos *capitais desenvolvimentos* que Arthur Marwick mencionou encontram-se seminais incursões portadoras de um espírito reformador ao nível das formas de organização da sociedade civil e dos cidadãos. A vitória das posições pró-divórcio escancarou, neste período, a porta por onde saíram as reformas do direito da família¹³¹, dos hospitais psiquiátricos¹³², do sistema escolástico¹³³ ou a

¹³¹ Modificou o quadro normativo em que assentava a figura da família, retirando-lhe a fisionomia autoritária e piramidal. Foi também o reflexo da proeminência que os movimentos feministas adquiriram neste período.

¹³² Surgiu de um vasto movimento reflexivo que se bateu, em última instância, pela eliminação do estatuto marginal a que as instituições psiquiátricas estavam votadas desde o século XIX.

¹³³ Na tentativa de dotar a escola de organismos mais democráticos, procedeu-se à inclusão de representantes dos estudantes, dos pais e professores na gestão das instituições.

disposição que permitiu a formação de um sindicato autónomo no interior das forças policiais.

Secundaram este conjunto de desejos objetivados outros acicates à mudança como, por exemplo, no setor da informação, onde os comités de redação assumiram um papel que extravasou os limites das fronteiras sindicais tendentes a exercer um controlo efetivo sobre a gestão dos órgãos de comunicação¹³⁴. Ou ainda no âmbito da magistratura, instância que reivindicou um estatuto mais adaptado às necessidades do país e denotou maior sensibilidade diante das exigências de uma sociedade democrática.

Trata-se de inovações que chegaram a bom porto porque, como salienta Luigi Ganapini (1996: 492), “correspondiam à presença de movimentos que elaboravam ideias e instrumentos destinados ao alargamento da democracia a todos os níveis da sociedade”. A assunção deste movimento democrático reivindicativo não contemplou o isolamento em esferas frívolas de manifestações mais espontâneas ou, noutro domínio, inseridas no universo da espiritualidade. Também no contexto da Igreja e do movimento operário assistiu-se à criação de grupos que fragilizaram perspetivas dogmáticas ou reclamaram, agindo, por melhores condições de vida.

A segunda metade dos anos 60 fertilizou o terreno através do qual brotaram consistentes fendas na ideologia unificante e mobilizadora do mundo católico, afetando as suas bases de consenso e de legitimidade. Estes abalos não são alheios ao processo que transformou a cultura de esquerda num polo de atração para amplos setores da intelectualidade italiana e da imprensa, com ressonante impacto no espaço público (Riccardi, 1999: 262). O indivíduo enquanto sujeito singular ganhou, por outro lado, força em detrimento das categorias sociais, valorização essa que influenciou, sobremaneira, os universos político e católico (Scoppola, 1997: 412). Isto não significa que a Igreja foi relegada para uma posição subalterna em relação às traves mestras da sociedade italiana. Longe disso, manteve a centralidade. Significa antes que se inauguraram, na esfera da Igreja, espaços de alteridade materializados em impulsos contestatários.

Esta paisagem inóspita aos olhos das cúpulas eclesiásticas mostrou-se particularmente ativa entre 1974 e 1976. Depois de, no início da década de 1970, figuras proeminentes da *Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani* terem-se

¹³⁴ A nomeação de um novo diretor do órgão de comunicação passou a estar sujeita à anuência do conselho de redação.

deslocado para o campo socialista, a franja dos católicos dissidentes, incluindo sacerdotes, adquiriu maior visibilidade quando os partidários das posições pró-divórcio assumiram a sua orientação no referendo de Maio. Igualmente em 1974 saiu o primeiro número de *Com-Nuovi Tempi*, revista surgida, em Roma, da colaboração entre dissidentes católicos e protestantes, preconizadora de concepções políticas de esquerda.

Talvez não seja por acaso que Paulo VI dedicou o Ano Santo de 1975 ao diálogo e à reconciliação do mundo católico. O ano seguinte, por sua vez, não foi parco em temas quentes. Logo nos primeiros meses de 1976 as forças políticas no parlamento digladiaram-se sobre a questão do aborto, inflamando uma opinião pública sempre mais intolerante com os seus representantes. E as eleições de Junho revelaram a inclusão, na qualidade de independentes, de relevantes personalidades católicas nas listas do PCI.

Elementos inovadores emergiram ainda das lutas coletivas de natureza operária e social. Em resposta a problemas como a inflação, fecho de fábricas, deslocamento de multinacionais e deterioração das condições de vida surgiram iniciativas que redundaram em greves espontâneas, formas de desobediência civil ou, por exemplo, ações organizadas por desempregados. Assim aconteceu em Fevereiro de 1974 quando o governo anunciou a subida dos preços dos combustíveis e produtos alimentares. Como consequência imediata, várias unidades industriais optaram por greves que chegaram a durar uma semana. Volvidos seis meses, a autorredução foi o instrumento utilizado para combater o aumento de preços. Grupos de operários de Torino recusaram-se a pagar o aumento da tarifa de transportes imposto por algumas companhias privadas. Auxiliados por grupos revolucionários e estruturas afetas aos poder local, os coletivos organizaram-se para pagar somente o antigo valor do bilhete (Ginsborg, 1989: 484-485). O exemplo alastrou-se a setores como a eletricidade e os telefones, difundindo-se por outras cidades do país.

Na realidade, pode-se falar de uma relação de sinonímia quando se discorre sobre determinados movimentos operários e sociais em marcha neste período, na medida em que apresentam equivalências ao nível dos objetivos e das instâncias de enunciação: procuram, por um lado, melhorar as condições operativo-funcionais dos demais membros constitutivos e, por outro, são eles próprios que formulam e veiculam a mensagem. O movimento napolitano dos desempregados insere-se neste friso concetual. Atingindo a sumidade no biénio 1975-1976, caracterizou-se pela

procura organizada de empregos com base em critérios pré-estabelecidos (prioridade aos mais carenciados) e assentou em bases democráticas (cada bairro elegia os representantes)¹³⁵.

A mulher, como anteriormente se constatou, foi uma força motriz deste *caminhar noutra direção*, participando em quase todas as lutas sociais e reclamando igualdade de oportunidades na educação, no trabalho e na política. Desígnios tão pertinentes quanto vetustos, já postulados, no final de Setecentos, por Mary Wollstonecraft em *A Vindication of the Rights of Woman*. Denominado como o ano internacional da mulher, 1975 ficou simbolicamente marcado pela eleição, na Toscana, de Loretta Montemaggi, a primeira mulher a ocupar em Itália a presidência de um Conselho Regional.

Claro está que o lastro de novidade que todos estes impulsos comportam, uns tendencialmente reformadores e institucionalizados, outros espontâneos, dúcteis e reativos, inscreve-se no cenário mais vasto das sub-reptícias transformações sociais iniciadas durante o período da reconstrução e do milagre económico. Foi na curva dos anos 60 para os anos 70 que esta potestade transmutável abandonou os espaços recônditos e ladeou uma tendência que mesclou, simultaneamente, tópicos endémicos e globais. São disso exemplo a desagregação do mundo rural e o triunfo do modo de vida urbano (consumismo, homogeneização de estilos de vida). Ou ainda a erosão identitária entre a família italiana e a família católica (Vidotto, 1999).

O crescimento dessa consciência sociopolítica, cultural e civil esbarrou, todavia, em três obstáculos nada fáceis de obliterar: o primeiro relacionado com os governos débeis e com a incapacidade revelada pelos mesmos em gerir as transformações da sociedade; o segundo respeitante à crise económica que afetou o país, sobretudo, a partir de 1974, abrindo assim um decénio de estagnação e desemprego – em meados dos anos 90 todos os indicadores económicos cunhavam 1975 como o ano mais negro do pós-II Guerra (Salvati, 1999: 361); o terceiro referente à violência, da criminalidade difusa ao terrorismo militante, fator que transformou a década de 1970 num dos períodos de maior conflitualidade civil na história italiana.

Em bom rigor, estes três óbices colocaram a população numa espécie de estado de obnubilação que não permitiu fortalecer a democracia e assegurar níveis de

¹³⁵ Ibidem, 491.

modernização mais condizentes com as potencialidades do país. São os fenômenos que dão forma aos elementos turbantes, a outra face da linha desviante que caracterizou o triênio 1974-1976. Tal como os elementos inovadores, também estas anomalias emergiram – ainda que em menor escala – antes do triênio em apreço. Depois, até final da década, aceleraram, frequentemente, o ritmo da excecionalidade, principalmente no caso da instabilidade política e da *estação da violência*.

Entre 1974 e 1976, os italianos conheceram cinco governos e foram chamados às urnas em três situações (dois atos eleitorais e um referendo). A agitação política esteve sempre associada à incapacidade dos governos em apresentar projetos compatíveis com o pulsar da sociedade, com inevitáveis reflexos na indiferença que os italianos nutriam pelos governantes e, genericamente, por todos os que exerciam autoridade. São sentimentos antigos que se foram depositando na consciência coletiva dos povos. Nada aparentemente extraordinário. Isso mesmo notou Arrigo Levi¹³⁶ num editorial de Setembro de 1974. O diretor de *La Stampa* constatou, porém, que existia um *novo medo* em Itália. Dizia: “As raízes deste penetrante alarme são a experiência quotidiana de cada um”. Sinal de que a sociedade caminhava numa direção e a classe política noutra.

Obviamente que o sentimento de indignação militante a respeito da classe política alimentou-se dos outros dois elementos turbantes, a crise económica e a violência difusa. Esse sentimento tornou-se mais dilacerante porque a crise económica originou recessão, a inflação mais alta do mundo e subida de preços – devido à desvalorização da moeda. Decorrente do descontentamento difuso, especificamente neste triênio, surgiu uma espiral grevista que, além de um intenso debate ideológico, obrigou à regulamentação da cessação coletiva voluntária, tais os danos que infligiu na economia¹³⁷.

Esse sentimento de indignação militante tornou-se, ainda, mais dilacerante devido às consequências que o *reinado da violência* acarretou. Se o terrorismo e a violência política difusa perpetuaram imagens indeléveis no imaginário coletivo, a

¹³⁶ Arrigo Levi, “Paura per l’Italia”, *La Stampa*, 15 de Setembro, 1974, 1.

¹³⁷ A crise económica também originou uma crise energética que em muito contribuiu para o exponencial aumento da despesa pública. O governo foi obrigado a limitar o consumo e a contrair empréstimos junto da Alemanha Ocidental e do Fundo Monetário Internacional. As greves fizeram-se sentir ao nível dos trabalhadores do comércio, transportes, funcionários públicos e, especialmente, no âmbito dos metalomecânicos, sem dúvida o grupo mais problemático em termos da renovação coletiva do contrato de trabalho. Cfr Giulio Sapelli, *Storia economica dell’Italia contemporanea*, 1997. Milano: Mondadori.

indústria da criminalidade elevou os índices de insegurança pública para níveis inimagináveis. Revelou-se prática usual as famílias abastadas colocarem os filhos a estudar no estrangeiro devido à elevada cadência de sequestros e raptos. É precisamente sobre a violência política e o terrorismo que direcionamos, no ponto seguinte, o enfoque de análise.

3. O anátema do terrorismo

Constitui uma espécie de axioma a ideia de que algumas das mais importantes deformações e contradições que hoje caracterizam a democracia italiana encontram explicação na história do sistema político fundado em 1946 e, em particular, nos anos 70. Isso mesmo nota Pietro Scoppola (2007: VI-VII) quando refere que, no decorrer daquele decênio, a relação entre política e violência assumiu formas novas e dramáticas, culminando no trágico episódio do rapto e, conseqüente, assassinato de Aldo Moro. A generalidade da opinião pública italiana considerou a ação das Brigadas Vermelhas um letal ataque ao coração do Estado e o evento que maiores responsabilidades depositou no caldo dos efeitos traumáticos associados à *estação da violência*.

Para se perceber a dimensão deste patamar superior de conflitualidade importa fazer a distinção entre violência política, no sentido amplo do termo, e terrorismo político. O primeiro conceito, intrinsecamente associado ao dano físico infligido direta ou indiretamente de forma intencional (Neidhardt citado por Kaase, 1990, 11-12), relaciona-se com uma atividade produzida por indivíduos ou grupos fora da esfera do Estado, assente em bases sociais e contemplando diferentes variantes como, por exemplo, a revolução, contestação e o terrorismo. Este tipo de violência também pode ser exercida pelo próprio Estado, assumindo então contornos de repressão. O segundo conceito remete para o uso da violência política enquanto instrumento que pré-estabelece objetivos e meios segundo cálculos que, evitando, na maior parte das ocasiões, o confronto direto com forças da ordem, procuram subverter e perturbar a ordem político-social. Nesta genérica teorização de Max Kaase (1990), o terrorismo político é encarado como uma subcategoria da violência política.

O derramamento de sangue que, durante os anos 70, substituiu uma condição patológica por outra já fisiológica assumiu, na verdade, as tais formas novas e dramáticas porque comportou ou procurou ensaiar, simultaneamente, alguns tipos de violência política: revolução, contestação, terrorismo e repressão. O cenário que presidiu à interação destes planos caracterizou-se por um estado de guerrilha permanente que, não abrangendo a totalidade das grandes massas nem colocando em causa os setores de poder, despoletou no interior das faixas etárias mais jovens e abrangeu uma inteira geração. Esse estado de guerrilha, baseado tanto na aversão contra os símbolos de autoridade do Estado como no antagonismo entre extrema-

esquerda e extrema-direita, traduziu-se pela alteração do conceito de *diferença* e pela eliminação da ideia da *pessoa* associada ao sujeito político: o *Outro*, portador de ideias diferentes, passou a ser percebido como inimigo político em vez de adversário; a vitória episódica sobre uma das partes representava um passo importante rumo à eliminação definitiva do oponente.

No contexto desta violência endêmica, quotidiana, a política foi, sobretudo a partir de 1969, progressivamente reduzida ao estado primário do confronto físico, invadindo a toponomástica das cidades, a indumentária dos atores militantes. Não poucos foram os territórios conotados ora com bairros vermelhos (comunistas), ora com bairros negros (fascistas). Vulgarizou-se, de um lado, o cabelo repuxado, o corte direito do vestuário, em sintonia com a extrema-direita, e, do outro, os jeans, o corte casual, o cabelo governado pelo vento, em sincronia com as massas populares, com os rapazes que queriam fazer a revolução.

Numa determinada perspectiva, a violência até foi encarada como algo romântico porque possibilitava a *nobre luta* em nome da revolução, da justiça popular, ou em nome do companheiro que caíra na praça ou havia sido vítima da arbitrariedade do sistema prisional. A violência constituiu um elemento importante das mensagens, dos slogans, provocando imagens mentais fortes e transformando as palavras em armas. Trata-se de um clima de conflitualidade que se alastrou, indiscriminadamente, aos grandes centros urbanos e às pequenas cidades italianas, como sucedeu aquando dos confrontos em Pistoia, na Toscana. Naquela manhã de 24 de Março de 1975, a ira dos estudantes de extrema-esquerda direcionou-se contra jovens democratas-cristãos porque estes haviam decidido solidarizar-se com o Partido da Democracia Cristã em Portugal, suspenso da atividade política devido ao decreto do Conselho da Revolução.

Mas qual a incidência dos vários tipos de violência política no regime democrático italiano? A violência associada aos ímpetos revolucionários e contestatários foi protagonizada pelos grupos que anteriormente se fez referência, como o Poder Operário, a Luta Continua¹³⁸ e a Vanguarda Operária, entre outros. A apologia revolucionária não passou disso mesmo, não se consumou num projeto político, num golpe de Estado, nem agregou a população italiana. Agiu sim, como um ideal, ao nível da mobilização política dos estratos sociais mais jovens. Surgidos do

¹³⁸ Alguns coletivos como a *Luta Continua* e o *Poder Operário* também participaram e defenderam em determinada altura a luta armada.

caldo cultural de 1968, os coletivos da esquerda radical foram, progressivamente, substituindo o imaginário da sociedade utópica pelas pulsões pragmáticas do cotidiano. Foram estas pulsões que esbateram, no triênio 1974-1976, os intentos revolucionários e potenciaram os contestatários. Foi também neste período de viragem que o terrorismo de esquerda irrompeu mais consistentemente sem olhar a meios.

A ação desencadeada pelas Brigadas Vermelhas contra Aldo Moro e o seu corpo de segurança assinalou o cume da escalada de violência, na medida em que atingiu uma das figuras mais representativas da política italiana do pós-II Guerra. Além do comando vermelho, as iniciativas de outras organizações como os Núcleos Armados Proletários ou a Primeira Linha evoluíram sob o horizonte da justiça proletária, dos processos populares, dos impulsos que selecionavam como alvos a abater juízes, jornalistas, sindicalistas, forças policiais, empresários ou políticos.

Os grupos de extrema-direita, menos numerosos, mais organizados, eficientes e metódicos, abraçaram, igualmente, a contestação e o terrorismo. Contestaram os instrumentos e princípios da autoridade do Estado, optaram pelo caminho do terrorismo como meio para responder ao sentimento de ostracização da sociedade e do poder político, uma forma de demonstrar que não eram inferiores ao inimigo. Segundo as conclusões do estudo coordenado por Raimondo Catanzaro (1990) sobre violência em Itália nos *anos de chumbo*¹³⁹, o militante de extrema-direita sentia-se pressionado num gueto e, também por isso, legitimava a sua intolerância diante do *Outro*.

O sentimento de exclusão social, de estar confinado a um ângulo recôndito sob ataque constante, de ser visto como um ser humano diferente, levou à radicalização de vários grupos neofascistas como o Movimento Político Ordem Nova, Vanguarda Nacional¹⁴⁰, Ordem Negra ou os Núcleos Armados Revolucionários. Estas organizações paramilitares demonstraram hostilidade ante o MSI-DN quando o partido cardinal da direita procurou dissociar-se da violência extremista.

¹³⁹ Expressão utilizada para definir o período que vai desde o início da década de 70 até meados da década de 80, caracterizado pela radicalização da dialética política, pela violência, luta armada e pelo terrorismo.

¹⁴⁰ Acusada de reconstruir o partido fascista

Ano	Grupos Armados	
	Organizações de Extrema-Esquerda	Organizações de Extrema-Direita
1961		Frente Nacional
1965		Movimento Político Ordem Nova
1969	Grupo XXII Outubro	
1970	Brigadas Vermelhas	Vanguarda Nacional
	Grupos de Ação Partidária	Movimento de Ação Revolucionária
	Organização Setembro Negro	Ordem Negra (anos 70)
1971	Superclan (super-clandestinos)	
	Frente Armada Revolucionária Operária	
1972		Frente Nacional Revolucionária
		Rosa dos Ventos
1973	Núcleos Operários Resistência Armada	
	Núcleos Armados Poder Operário	
	Brigadas Comunistas	
1974	Núcleos Armados Proletários	
	Proletários Armados em Luta	
1975	Formações Comunistas Armadas	
	Comitês Comunistas Revolucionários	
1976	Primeira Linha	
	Unidades Comunistas Combatentes	
1977	Proletários Armados para o Comunismo	Grupo Ludwig
	Ação Revolucionária	
	Coluna Walter Alasia	
1978	Formações Comunistas Combatentes	Terceira Posição
1979		Movimento Revolucionário Popular

Tabela 1: grupos armados ativos em Itália durante os anos 70. Os anos mencionados indicam o presumível início de atividade

Assistiu-se, portanto, ao confronto permanente entre grupos políticos opostos, mas também à partilha de códigos que acicataram a revolta de ambos os extremos contra a autoridade do Estado e do poder político. O movimento desta onda de contestação gerou mais violência porque embateu nos instrumentos legais de repressão ao serviço do Estado.

O terrorismo praticado por ambos os polos assemelha-se ainda quando a prioridade passava por atingir o extremo oposto, um determinado indivíduo(s) ou estruturas económico-sociais em razão das suas atuações ou conotações político-ideológicas. As iniciativas terroristas da extrema-esquerda e extrema-direita divergem, no entanto, quanto à matriz das ações mais simbólicas: a extrema-direita,

não raras vezes secundada por serviços do Estado, direcionava-se, tendencialmente, para atingir as massas anónimas de cidadãos¹⁴¹.

E é precisamente deste último aspeto, da relação entre células de extrema-direita e serviços do Estado, que decorre um dos mais inquietantes tipos de violência aplicado ao contexto italiano, o terrorismo de Estado (De Lutiis, 2010; Giannuli, 2011; Franzinelli, 2010). Entre 12 de Dezembro de 1969 e 2 de Agosto de 1980, foram levadas a cabo uma série de ações terroristas com o único objetivo de derramar sangue: *Piazza Fontana* em Milão (Dezembro, 1969), Gioia Tauro (Julho, 1970), *Questura*¹⁴² de Milão (Maio, 1973), *Piazza della Loggia* em Brescia (Maio, 1974), comboio *Italicus* (Agosto, 1974) e Estação Central de Bolonha¹⁴³ (Agosto, 1980). Se a todos os seis atos terroristas está associada a matriz fascista, uma enorme e comprometedor sombra recai, também, sobre a ação de alguns aparelhos do Estado, em particular os serviços secretos (SID).

A tragédia da *Piazza Fontana*, que vitimou mortalmente 17 pessoas e feriu outras 88, constitui um caso emblemático desse envolvimento em atos terroristas por parte dos SID. Se não subsistem dúvidas quanto à responsabilidade da Ordem Nova ao nível da execução material do crime, consistentes conceções apontam, igualmente, para o terrorismo de Estado, para uma iniciativa que fazia parte da *estratégia da tensão* destinada a impor uma ordem política mais musculada¹⁴⁴ ou, em última instância, que lançasse pânico e alarme social com o intuito de legitimar uma intervenção mais violenta do poder político, de natureza excecional.

As investigações judiciais e parlamentares confirmam que, além da ação da extrema-direita, houve intervenção, naquele mês de Dezembro de 1969, dos serviços secretos no sentido de instrumentalizar células neofascistas, estratégia inserida no

¹⁴¹ Esta semelhança circunscreve-se apenas ao objetivo final de atingir o inimigo político do extremo oposto, não à natureza da violência utilizada. Essa divergia entre grupos neofascistas e grupos de extrema-esquerda: os primeiros encaravam o confronto físico com o oponente político de uma forma mais individual, projetando os méritos sobre o próprio militante, sempre acompanhados de uma perspectiva futura pessimista; os segundos praticavam uma violência tendencialmente de massa em articulação com o discurso também ele direcionado para o grande auditório, assentes numa estratégia otimista da revolução.

¹⁴² Comando Regional da Polícia

¹⁴³ Foi o atentado que mais vitimou, atingindo mortalmente 85 pessoas e ferindo mais de 200. A responsabilidade foi atribuída a forças de extrema direita, não se descurando também a ação de alguns serviços do Estado. Para uma ideia geral do percurso da extrema-direita na Europa ver Peter Davies e Paul Jackson, *The far right in Europe: an encyclopedia*. 2008. Oxford: Greenwood World Press. Em relação ao atentado de Bolonha, ver Fedora Raugei, *Bologna: 1980 vent'anni per la verità. Il più grave attentato della storia italiana nella ricostruzione processuale*, 2000. Roma: Prospettiva.

¹⁴⁴ O ano de 1974 foi também marcado pelas revelações de Giulio Andreotti a respeito da tentativa de golpe de Estado de Valerio Borghese.

âmbito dos objetivos associados à *estratégia da tensão*. É, aliás, opinião largamente partilhada de que núcleos relevantes do SID encontravam-se ao corrente do atentado da *Piazza Fontana* e não esboçaram reação para impedi-lo, de que as investigações oficiais foram perturbadas por constantes despistagens realizadas por setores da polícia e dos serviços secretos (Giannuli, 2011: 469-473).

Esta leitura facilita o enquadramento de alguns discursos de expoentes de extrema-direita, como Vincenzo Vinciguerra¹⁴⁵, que reconhecem terem sido alvo de instrumentalizações de núcleos dos serviços secretos italianos. Mais: alguns elementos dessa estreita relação entre a extrema-direita e as instituições do Estado foram revelados logo após a queda do Estado Novo. Com a descoberta de vários documentos na prisão-forte de Caxias, no pós-25 de Abril, o nome de Portugal ficou associado ao atentado da *Piazza Fontana* e às misteriosas equações político-militares que ensombram, em Itália, alguns corpos do Estado neste período – esta temática será desenvolvida na última parte do trabalho.

Os acontecimentos de 12 de Dezembro de 1969 contribuíram, decisivamente, para derrogar os sentimentos de 1968. A partir desse momento, os diversos tipos de violência política sobrepuseram-se aos ideais da modernização, comunicação, liberdade de ação e pensamento. É também consensual entre historiadores, analistas políticos, jornalistas e profissionais da política que o atentado da *Piazza Fontana* assinalou o começo da verdadeira história política dos anos 70 e da radicalização dos discursos político-ideológicos. A espiral de violência, sempre envolta no manto nebuloso das despistagens e instrumentalizações tendentes a ocultar os executores materiais de diversos atentados, fortaleceu a imagética da Itália dos mistérios e acompanhou graus mais consistentes de teorização da luta armada. Passou a morrer-se por política.

A imagem do propalado *duplo-Estado, governo invisível* ou *anti-Estado*¹⁴⁶, apoiado na *estratégia da tensão*, disseminou-se por largos setores da opinião pública. Ou ainda a *teoria dos opostos extremos*, segundo a qual os núcleos de extrema-esquerda e extrema-direita eram ambos considerados perigosos pelas forças políticas do centro inseridas no arco parlamentar, uma vez que detinham assinalável poder de intervenção. Por esse motivo, eram vislumbrados como uma séria ameaça à

¹⁴⁵ Antigo membro da Vanguarda Nacional e da Ordem Nova, cumpre prisão perpétua por ter confessado a responsabilidade no atentado de 1972 em Peteano (região de Friul-Veneza Júlia).

¹⁴⁶ Cfr Gianni Cipriani, *Lo stato invisibile*, 2002. Milano: Sperling & Kupfer.

estabilidade democrática, que deveria ser preservada através do reforço desses mesmos partidos do centro. Mas esta é, todavia, uma história altamente complexa que ainda não conheceu o epílogo, entregando aos labirintos da história e às observações inconclusivas centenas de processos judiciais.

CAPÍTULO V – O SETOR DE INFORMAÇÃO NA DÉCADA DE 70: JORNAIS E JORNALISTAS

1. A imprensa como veículo ideológico e a ditadura dos esquemas binários

Os meios de comunicação constituem, no mundo contemporâneo, um cómodo canal para aceder a vastos fragmentos da realidade. Mas por se tratarem de fragmentos, a experiência humana, dos jornalistas e do público, apreende apenas algumas das peças do puzzle mais amplo que enforma o mundo social. A familiaridade do indivíduo com as notícias impede-o, frequentemente, de perceber que os acontecimentos são definidos através da relação entre certas ocorrências e um determinado sistema simbólico, que são, simultaneamente, uma das peças do *puzzle* e o resultado, como se tem vindo a afirmar, de produtos jornalísticos construídos e de representações da realidade. Esta premissa aplica-se a qualquer acontecimento, ao automóvel que se precipita sobre o rio Sena, aos reclusos evadidos da cadeia de Coimbra, à reportagem que desconstrói as fragilidades da economia da União Soviética comunista, ao serviço noticioso focalizado nas aspirações imperialistas de Washington.

Colocando essa familiaridade diante dos interesses e valores que influenciam o *newsmaking*, portanto, no contexto da ideologia entendida como um sistema de crenças afeto a uma determinada classe ou grupo (Williams, 1988: 83), pensamos que a aclimação das notícias adquiriu mais anticorpos a partir do momento em que o mundo bipolar da Guerra Fria se desmoronou. Isto é, a dificuldade em perceber a relação ideológica entre as ocorrências e o sistema simbólico que representa as notícias (media) tornou-se, progressivamente, mais evidente quando os sistemas ideológicos abandonaram o doutrinamento e iniciaram o percurso da volatilidade e do hibridismo, quando os conteúdos mediáticos aumentaram exponencialmente em quantidade e velocidade. Por outras palavras, as fronteiras ideológicas, as crenças políticas das grandes massas e do assentimento fiel possuíam uma força agregadora que permitia mais facilmente identificar o *inimigo* hostil demonizado ou o tolerante opositor ideológico, aspeto particularmente notório quando se analisa a imprensa do período da Guerra Fria.

Os anos 70 foram, neste sentido, caracterizados pelo imaginário do binarismo convencional extremado, materializado no maniqueísmo das escolhas políticas

(democracia vs comunismo) e na dinâmica das esferas de influência dos dois blocos ideológicos. A clivagem modelou-se em função das circunstâncias políticas e das características dos tecidos socioculturais respeitantes a cada Estado. Itália foi um dos países onde esta fricção atingiu níveis extremamente acentuados, assistindo-se ao potenciamento da retórica maniqueia global e de inflamadas antinomias peculiares da península: imprensa comunista vs imprensa burguesa; contrainformação vs imprensa burguesa; laicos vs católicos; revolucionários vs democratas; fascistas vs antifascistas; operário vs burguês.

A imprensa, como não podia deixar de ser, interpretou fielmente a ordem dos antagonismos assente em comunidades discursivas que aceitavam e partilhavam as mesmas *verdades*. São as mesmas comunidades homeostáticas que, enraizadas na nervura do setor de informação e apostadas em aproveitar os seus efeitos ressonantes, entregaram-se à ritualização da palavra, criticaram os enunciados e os sujeitos estranhos à sua doutrina de pertença e perpetuaram, utilizando a expressão de Michel Foucault (1971-1997), séries regulares de *acontecimentos discursivos* plasmados em três dimensões:

a) **troca recíproca de mensagens entre Estados Unidos e União Soviética** – Exemplo: *Pravda* incita países árabes: “Não cedam às lisonjas USA”; NATO usará armas atómicas em caso de ataque convencional dos comunistas. **Troca de mensagens entre estes dois polos e as suas esferas de influência ou resistência** – Estados Unidos vs Europa e União Soviética vs China;

b) **troca recíproca de mensagens entre instâncias de enunciação italianas e os núcleos doutrinários dominantes à escala internacional**. Exemplo: PCI e PSI criticam ortodoxia de Moscovo (a hegemonia não é só da classe operária); para os partidos do centro-direita italianos, Moscovo é sinónimo de ditadura, desrespeito pelas liberdades fundamentais e pelos direitos humanos; PCI prefere Itália na NATO; Estados Unidos contrários à entrada do PCI no governo; União Soviética considera partidos burgueses italianos em crise, desaconselha união das esquerdas e critica partidos comunistas ocidentais que acreditam tomar o poder através de eleições; *Pravda* acusa jornalista de *La Stampa* de incorreções históricas; jornalistas de *La Stampa* e *Corriere della Sera* discorrem sobre o dissenso soviético e *Gulags*;

c) **troca recíproca de mensagens entre instâncias de enunciação italianas**. Exemplo: Igreja contrária ao *compromisso histórico*; extrema-esquerda não considera o PCI um partido revolucionário; PSI solicita mais convicção ao PCI na afirmação

dos ideais democráticos; partidos do centro-direita recusam *compromisso histórico* e referem que o comunismo é totalitário em qualquer parte do mundo; PCI afirma que DC é responsável pela corrupção, crise económica e degeneração das instituições democráticas.

A conflitualidade sociocultural e o confronto ideológico representaram o dominador comum neste período, pelo que os jornais de *referência* não se revestiram de um espírito crítico que os distanciasse dessa atmosfera. Mas esse era um propósito talvez impossível de alcançar. Imaginar que o setor de informação italiano pudesse ficar indiferente à luta pela imposição de uma determinada perspetiva do mundo social parece tão pouco verosímil como imaginar que o setor de informação português pudesse ficar indiferente à luta pela definição do sistema político a implantar no imediato pós-25 de Abril. Os jornais italianos mergulharam, não raras vezes, em processos mais ou menos sofisticados de manipulação da notícia, propagandearam determinadas perspetivas em detrimento da explicação dos factos, ora alimentando uma teia discursiva urdida com mensagens codificadas, ora recorrendo à prosa oratória e triunfalista que os aproximou da imprensa *partidária* ou de *tendência*.

Neste jogo de resiliências, ganhou sempre maior expressão a dicotomia entre *conformistas* e *inconformados*. A cultura comunista, tradicionalmente autoproclamada de *inconformista*, impulsionada pelo projeto do *compromisso histórico*, foi reunindo consensos e, à medida que se aproximava da área de governação, passou a ser apelidada de *conformista* pelos opositores do projeto de Berlinguer. O termo *conformista*, inicialmente dirigido aos partidos da área da governação (DC, PLI, PSDI, PR), passou então a designar o consenso crescente que a proposta comunista granjeou, consenso esse que se orientava pela ideia segundo a qual seria impossível ultrapassar a crise político-económica italiana sem o contributo do PCI.

O caso do *Corrie della Sera* parece paradigmático deste jogo de acusações recíprocas. Sob a direção de Piero Ottone¹⁴⁷, de quem se diz ter deslocado mais à esquerda o tradicional órgão liberal da burguesia lombarda, de ter adotado uma política de não hostilidade em relação ao PCI, rapidamente recaiu o epíteto de os *conformistas* da rua *Solferino*. As palavras do diretor de *La Nazione*, Domenico Bartoli¹⁴⁸, servem para ilustrar esta rede de *acontecimentos discursivos*:

¹⁴⁷ Permaneceu nas funções de diretor de Março de 1972 a Outubro de 1977.

¹⁴⁸ Citado por Massimo Tosti, “I conformisti di via Solferino”, *Il Settimanale*, 30 de Julho, 1975, 15.

“No lugar do velho conformismo, que existia mesmo e procurámos combater, naquele tempo, sem pretender fazer revoluções, pretende-se agora colocar um novo conformismo através do qual se exprimem as ambições de cada um, os interesses dos partidos e dos grupos e, sobretudo, uma agitada orientação de esquerda”.

Em suma, os antigos conformistas habituados aos círculos de poder, democratas-cristãos, sociais-democratas, liberais, republicanos, metamorfosearam-se e evocaram a bandeira do *inconformismo* como forma de combater a ascensão comunista. A atmosfera que opunha os novos *conformistas* aos emergentes *inconformados* estendeu-se a vastos segmentos da vida social e profissional, sendo a informação um dos setores mais visados.

2. Elementos idiossincráticos do jornalismo italiano

A vasta bibliografia que discorre sobre a história do jornalismo converge para um ponto consensual: é nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha que se encontra a génese das práticas jornalísticas hodiernas, alicerçadas num campo autónomo, dotado de normas e valores orientados para o discurso da *objetividade*, que separa a informação do comentário e distingue o relato dos acontecimentos (*hard news*) dos enquadramentos leves (*soft news*) ligados às histórias da vida social e de interesse humano (Livolsi, 2001; Chalaby, 1996-2003; Papuzzi, 2003).

A emergência desta dimensão factual no jornalismo anglo-americano está associada ao registo descritivo dos textos e à desvalorização de estilos assentes na polémica e na observação mais ou menos emotiva e inflamada dos acontecimentos. Foi a partir desta matriz da notícia que, progressivamente, se institucionalizou um *ethos* profissional materializado em procedimentos narrativos (texto curto, conciso, direto) como o *lead* (o quê, quem, quando, onde, como, porquê) e na técnica da *pirâmide invertida* (disposição dos conteúdos em ordem decrescente de importância). São os aspetos que definem atualmente o núcleo duro da informação.

Por contraponto a este modelo discursivo distanciado das marcas políticas e literárias, Jean Chalaby (1996-2003) observa a existência de um outro jornalismo, mais *subjetivo*, pautado pela tradição francesa, que somente nos finais do século XIX começou a sofrer a influência do arquétipo anglo-americano de reportar e tratar a informação. Antes desta propagação definida por Chalaby como a primeira manifestação da hegemonia cultural anglo-americana no mundo, o jornalismo francês era assumidamente político e não equacionava uma rígida demarcação entre factos e opiniões – muitos artigos combinavam as duas modalidades. Privilegiava o talento polemista e possuía um vínculo umbilical com o campo literário – o jornalismo era visto como uma patamar de passagem para um bem sucedido percurso literário. Os homens encarregados das notícias “não só envolviam a informação nas suas próprias observações como construía os artigos de acordo com a sua interpretação dos eventos relatados”¹⁴⁹. A figura do escritor encontrava-se intimamente relacionada com a do repórter.

Mas mesmo depois de acolher o contágio do paradigma anglo-americano, o património jornalístico francês não desapareceu da imprensa contemporânea. Talvez

¹⁴⁹ Ibidem: 37.

seja correto afirmar que combinou as duas tendências (Neveu, 2001), até porque permaneceram traços indicadores da excelência profissional, como o brio da narrativa, a capacidade de argumentar em defesa de uma orientação editorial e a valorização de géneros jornalísticos que validam a importância do comentário – crónicas, extensão e posição dos editoriais, bilhetes, artigos de análise, cartas.

Análoga situação verifica-se com o jornalismo italiano quer ao nível do temperamento e da estrutura dos textos informativos, quer em termos de influência do modelo anglo-americano. O desafio que se colocava ao jornalismo da península, no início de Novecentos, residia na necessidade de se libertar do cunho eminentemente literário, questão abordada por António Gramsci em *Quaderni del Carcere*. A modernização em direção às práticas dominantes do estilo conciso, *objetivo* e organizado em função dos factos foi mais tardia que na vizinha França, ganhando verdadeiro impulso no pós-II Guerra. A parcial rutura com os textos de carácter literário, da retórica eloquente, fez-se com a nova geração de jornalistas italianos dos anos 50 e 60, visando uma informação mais democrática em contraste com a tradição que sempre fizera dos jornais um instrumento elitista de valorização e divulgação de ideias desta ou daquela corrente de opinião, extremamente dependentes da informação política.

Mas, tal como em França, a americanização da notícia não esbateu os traços idiossincráticos do jornalismo italiano. Se profissionais como Indro Montanelli, Luigi Barzini jr. ou Virgilio Lilli, formados no período entre os dois conflitos mundiais, ainda continuaram ancorados à escola literária do léxico cuidado, rico em metáforas e adjetivação, não terá sido, igualmente, fácil para a geração seguinte fazer tábua rasa de uma herança que sempre fomentou e viveu de intermináveis polémicas, da arte da narrativa ornamentada, subordinada ao campo político e viciada na exegese.

Apesar da fidelidade com passado, é, no entanto, possível distinguir em Itália dois modelos de reportar baseados na experiência literária, mas apostados em trilhar caminhos opostos: um mais perto da notícia anglo-americana (sumário e desenvolvimento) vocacionado para depurar o texto de artificios literários que possam dificultar a compreensão no momento da leitura; e outro que conserva quase a totalidade do ADN elitista, muito utilizado em semanários como *L'Europeo* e *L'Espresso* e até na imprensa diária, sobretudo quando esta começou, na década de 70, a apropriar conteúdos, dispositivos cénicos e estilos narrativos dos jornais hebdomadários. Os dois paradigmas mais não correspondem, grosso modo, do que à

abordagem *objetiva* e *subjetiva* do texto jornalístico que anteriormente se fez referência. O jornalismo italiano nunca abandonou a áurea narrativo-literária e os anos 90 assinalaram a tendência para a *literatura de fronteira*, pelo que os jovens jornalistas deslocarem-se para o campo literário e os jovens escritores para o jornalismo (Papuzzi, 1998).

A epopeia italiana passa, inevitavelmente, por algumas noções nucleares: imprensa de *regime*, imprensa de *palácio*, *contrainformação*, imprensa de *comprados e vendidos*, imprensa *sensacionalista*, jornalismo de *alarme* ou de *ataque*, *teledependência* (Farinelli *et al*, 1997; Tranfaglia, 2001, 2005; Murialdi, 2006; Pansa, 1988). Nos anos 70, uma das críticas mais difusas residia na recorrência ao clássico *pastone*, mistura, no mesmo texto, do comentário e da notícia. Carlo Sorrentino (2007) considera-o um género jornalístico. O comentário *all'italiana* procurava persuadir o auditório através da opinião pessoal do articulista (Fusaroli, 1974), assumindo contornos de um qualquer argumento defendido pelo advogado na barra no tribunal ou da homília declamada do púlpito em cada domingo.

Confirmando o peso da opinião no setor da informação, Paolo Murialdi (1976, 44-45) referia, em 1976, que os jornais italianos ainda se encontravam longe da simplicidade, da clareza e da concisão do bom jornalismo inglês e americano. E identificava duas particularidades nos editoriais¹⁵⁰: longa extensão das peças, a começar na primeira coluna (média de uma coluna e meia), e frequente ligação do artigo ao título de abertura, criando uma situação em que o comentário precede a informação e se sobrepõe à mesma – a reportagem de abertura seguia, normalmente, na segunda página.

São rotinas bem distintas das praticadas pela imprensa anglo-americana, que agrupava numa página especial os artigos de opinião. Ou até mesmo dos diários franceses que publicavam na capa um curto artigo de fundo que não detinha a posição imponente do italiano – *Le Monde* inseria um breve comentário em primeira coluna. O editorial dos jornais estrangeiros dos países ocidentais mais industrializados debruçava-se, tendencialmente, sobre temas locais, procurava transmitir a perspectiva do órgão de comunicação aos leitores e, na maior parte dos casos, examinava o acontecimento do dia, concentrando-se nas causas e nas consequências.

¹⁵⁰ Em Itália, os editoriais não assinados eram, geralmente, da responsabilidade do diretor do jornal.

Avolumam os vícios estruturais italianos características fortemente enraizadas no pós-II Guerra, como a concepção do jornal enquanto instrumento essencialmente político, práticas manipulativas e uma linguagem inacessível ao comum leitor em consequência de mensagens codificadas e dirigidas a alvos específicos. A linguagem jornalística era considerada penosamente burocrática, maçadora, extensa e formatada em função de diálogos fechados (Exemplo: *Il Giorno* escreve para o *Corriere* que, por sua vez, responde ao *Il Giornale*). Enzo Forcella (1959-2004: 3), nas suas *Confissões de um jornalista político*, publicadas em 1959 na revista *Tempo presente*, traça um panorama bastante eloquente em relação às premissas que considerava nortearem o jornalismo italiano:

“Um jornalista político, no nosso país, pode contar com cerca de mil e quinhentos leitores: os ministros e os subsecretários (todos), os parlamentares (parte), os dirigentes de partido, sindicalistas, altos prelados e algum industrial que se quer mostrar informado. O resto não conta, mesmo se o jornal vende trezentas mil cópias”.

Dez anos mais tarde, Umberto Eco¹⁵¹ não apresenta uma opinião muito diferente da do jornalista e escritor romano. Revela-se até mais contundente:

“O jornal desenvolve a sua tarefa política específica de boletim de opinião e de troca de informações e pressões entre grupos de poder, sem se preocupar com o direito à informação do próprio público. [...] O jornal diário italiano não surge como um instrumento de liberalização crítica [...], mas como um instrumento autoritário de repressão”.

Efetivamente, a forte ligação que sempre uniu o campo da informação à esfera política é unanimemente considerada uma nefasta anomalia que vem impedindo a feitura de um jornalismo mais neutral direcionado para o leitor (Sorrentino, 2007; Tranfaglia, 2001; Mancini, 2002; Capecchi e Livolsi, 1971). O êxito do *pastone* constitui, neste sentido, um indicador do tipo de informação política praticada na medida em que, como refere Sorrentino (2007: 33), misturar temas e acontecimentos, factos (*news*) e comentários (*views*), significa privilegiar a arena política dos confrontos, polémicas e jogos de poder em vez de destacar a função mediadora da política no contexto dos vários interesses sociais em disputa. O *pastone*, no caso

¹⁵¹ Umberto Eco, “Il lavaggio dei lettori”, *L'Espresso*, 13 de Julho, 1969, suplemento.

italiano, remete invariavelmente para a questão da *objetividade*, isto é, para a objetividade da informação no sentido da imparcialidade que deve nortear o relato de um evento. Não se trata de apelar a um qualquer esforço metafísico tendente a anular a dimensão da representação subjacente a qualquer relato. Tem-se demonstrado ao longo deste trabalho que é impossível minimizar a construção/interpretação pessoal das notícias. Trata-se antes de encontrar um ponto de equilíbrio entre a subjetividade e os procedimentos metodológicos, de expropriar o processo de interpretação pessoal de condicionamentos prévios, de orientações tendenciosas e sectárias, conferindo-lhe rotinas como, por exemplo, respeitar a relação com as fontes, as etapas na recolha de informação, o contraditório.

A questão, multimoda, da *objetividade* deu origem a intermináveis controvérsias entre profissionais da informação e estudiosos, de Piero Ottone a Umberto Eco, e permanece por muitos aspetos um assunto sugestivo e opinável¹⁵². Importa, todavia, enquadrá-la no tempo. É verdade que existem temáticas onde os factos não falam autonomamente, como a política, que precisam de ser contextualizados. Mas o que está aqui em causa é mais uma questão de honestidade do que propriamente saber se é ou não possível realizar descrições objetivas.

Esta problemática assaltou o espaço público italiano no final dos anos 60 e inícios da década seguinte, durante o período do movimento dos jornalistas democráticos, desenvolvendo-se ao nível dos órgãos de representação da classe, nas páginas de jornais como *L'Espresso* e inserindo-se num contexto reivindicativo de maior autonomia profissional. Pedia-se, neste período, mais honestidade e empenho pessoal. Vários jornalistas lançaram-se num exercício autocrítico, propondo abdicar de fornecer o relato cunhado por uma *objetividade* dimanada dos interesses de alguém e reclamando, em seu lugar, maior independência política (Papuzzi, 2003: 41-43). Pedia-se, em suma, trocar a *objetividade* da verdade (política) pré-condicionada por uma *subjetividade* informativa no quadro de um maior empenho civil.

O carácter da relação entre política e jornalismo repercute-se ainda na forma como o público percebe o jornal. Enquanto o leitor americano, por exemplo, comprava uma assinatura mensal para fazer parte de um determinado projeto jornalístico, equivalendo à aquisição de uma ação da empresa, o leitor italiano procedia ao mesmo exercício mas com o sentimento de ter comprado uma fração de

¹⁵² Cfr. Alessandro Mazzanti, *L'obiettività giornalistica: un ideale maltrattato: il caso italiano in una prospettiva storico-comparativa (1800-1900)*, 1991. Napoli: Liguori editore.

prestígio ou de ter aderido a uma crença política – raramente sentia o jornal como um veículo/instrumento de participação na comunidade.

Cumprido, por último, salientar outra das particularidades que denota o quanto tem sido reduzida a distância entre jornalismo e literatura em Itália: a criação da *terceira página*. A institucionalização desta secção destinada a acolher artigos de cariz cultural, na terceira página numerada, foi impulsionada pelo diretor do *Giornale d'Italia*, Alberto Bergamini, em 1901. Com maior ou menor rapidez, a generalidade da imprensa diária logo adotou um espaço essencialmente literário cujo principal objetivo consistia em revelar novos escritores ao público e divulgar a cultura através de folhetins e artigos de diferentes áreas do conhecimento, da filosofia à literatura, da arte à arqueologia.

Devido ao seu teor erudito, não poucos lhe foram emprestando um sentido depreciativo e conotando-a com o mais fiel provincianismo fechado e presunçoso do jornalismo italiano, com as divagações de escritores sobre indivíduos e eventos em registo fantástico. A evolução da *terceira página* nos mais proeminentes órgãos da imprensa diária da península revelou a introdução de serviços sobre as mais diversas temáticas da atualidade, que depois foram coabitando ao lado de crónicas, artigos de opinião e dos escritos, sobretudo, de filósofos, historiadores e sociólogos, sobre questões modernas.

3. Sob o signo da crise e da inovação

Afirmar que os meios de comunicação constituem um eixo central das sociedades democráticas transformou-se num ritual que já atingiu o estatuto de verdade apodítica no âmbito do imaginário coletivo ocidental. Nunca é demais lembrar que os mecanismos noticiosos contribuem tanto para o pluralismo político e social como para a expansão das liberdades fundamentais, denunciam exigências sociais junto de organismos que devem satisfazê-las, difundem partes significativas da substância dos problemas e aproximam o pensamento popular das instituições e da vida do Estado.

Perceber que esta dinâmica só pode ser reproduzida em contextos democráticos é um bom princípio para compreender os limites que lhe estão subjacentes. É também bom um princípio para compreender que esses limites são de caráter ontológico e sistémico porque respeitam aos elementos constitutivos dos dispositivos noticiosos (veicular uma determinada perspetiva do real) e ao sistema político, social e cultural onde estão inseridos. Esses limites tornam-se tanto mais evidentes quanto maior for a perturbação conjuntural. Foi o que aconteceu ao longo da década de 70.

Colhidos pela crise económico-energética do biénio 1973-1974 e por fraturantes antagonismos político-ideológicos, os jornais evidenciaram todas as debilidades que afetam os sistemas mediáticos e demonstraram que a sua centralidade e função normativa necessitam de ser permanentemente construídas e vigiadas mesmo em sociedades democráticas. A questão da participação na linha editorial originou fervorosas celeumas de que é exemplo o “caso República” em França. A renovação do contrato de trabalho dos tipógrafos causou problemas graves, por exemplo, no *Washington Post* e *Daily Mirror*, colocando pela primeira vez a República Federal Alemã sem periódicos devido à manifestação, em 1976, de 145 mil tipógrafos em sete das mais importantes cidades do país. O conflito entre esta categoria profissional e as administrações degenerou em greves que afastaram por largos períodos os jornais das rotativas domésticas ou obrigaram a imprimir-los noutros locais – em 1974 a direção do *Parisien Libéré* decidiu recorrer às rotativas da vizinha Bélgica para contornar a oposição dos tipógrafos e de várias seções do sindicato dos jornalistas.

Alguns dos mais proeminentes jornais dos países ocidentais mergulharam em precárias situações financeiras e débitos galopantes, como em França o *France-Soir*,

Parisien Libéré, Le Figaro, ou em Inglaterra o *Daily Mail, Daily Express, The Times, The Sunday Times, The Guardian, The Telegraph e The Observer*. Discutiu-se a sobrevivência do setor em torno de modelos de financiamento que oscilavam entre as subvenções estatais ou outras formas de auxílio que não colocassem em causa a independência dos órgãos de comunicação.

Os processos de concentração das empresas jornalísticas despoletaram energéticas reações por parte dos profissionais da informação em nome da liberdade de imprensa e da pluralidade das vozes. Temas como a autogestão, o segredo profissional, a consciência profissional dos jornalistas e a idoneidade dos proprietários, como se verificou em relação à passagem do controlo de *Le Figaro* em 1975, colocaram em evidência que por tantas vezes os homens das notícias e os homens da política encontram-se em latitudes opostas, os primeiros preocupados com o que os espera em cada dia e os segundos preocupados com o que os espera em cada ato eleitoral.

Esta atmosfera repercutiu-se, igualmente, em Itália e em várias ocasiões atingiu graus de críspação singulares. Antagonismos crónicos potencializados pela retórica maniqueia da Guerra Fria e, principalmente, pelo contexto político-social peculiar do país, como se viu nos capítulos anteriores, explicam o porquê desta espiral problemática muito sentida no interior das redações. Não há dúvida de que este período representa uma janela privilegiada para observar o braço de ferro que, frequentemente, se estabelece entre o campo político e o campo jornalístico, para observar o quanto é estreita a fronteira que separa o discurso da imparcialidade jornalística e a sua efetivação prática quotidiana.

Em meados dos anos 70, esse braço de ferro adquiriu contornos invulgares quando exponentes democratas-cristãos acusaram os grandes jornais italianos e os centros de poder financeiro de estarem coniventes com as forças laicas. Quando acusaram o *quarto poder* de arrogância e de ter favorecido intencionalmente os partidos de esquerda – em especial os comunistas de Berlinguer – aquando do referendo sobre o divórcio (1974) e das eleições regionais e administrativas de 1975.

Em resposta ganhou expressão um movimento de jornalistas que contestou os métodos de apropriação e instrumentalização da imprensa por parte da classe política no poder desde o pós-II Guerra Mundial. Ganhou então expressão uma sempre mais difusa e radical recusa em prestar homenagem aos interesses sectários, especialmente se estes provinham de quem detinha grandes parcelas do monopólio da cultura

dominante. Trata-se de um movimento ao qual não é alheio o exercício autocrítico que atrás se fez referência, de trocar a *objetividade* da verdade (política) pré-condicionada por uma *subjetividade* informativa no quadro de um maior empenho civil e independência política.

O panorama jornalístico deste período em Itália apresenta, por um lado, aspetos críticos e, por outro, fatores de inovação e de descontinuidade com as décadas precedentes, assistindo-se à emergência de novos projetos jornalísticos, de práticas discursivas, de elementos sígnicos e de um maior grau de independência dos jornalistas em relação à classe política.

3.1. A crise: entre processos de concentração e o fenómeno do terrorismo

Milão, 7 de Junho de 1968, rua *Solferino*, próximo do *Palazzo di Brera*. Dezenas de estudantes circundam a sede do *Corriere della Sera* e bloqueiam por algumas horas a circulação de veículos. Os protestos contra o tradicional órgão da burguesia lombarda visam chamar a atenção para os limites e as condições em que se exerce a liberdade de imprensa. A mais significativa manifestação estudantil realizada até ao momento contra os rotulados *jornais do capital* insere-se numa progressiva onda de contestação apostada em diminuir o fosso entre as expetativas e a realidade experienciada.

O tema da liberdade de imprensa estará por longos anos no centro do debate público italiano e centrar-se-á, sobretudo, na questão da concentração das empresas jornalísticas e do pluralismo informativo. Os rumorosos processos de concentração decorreram da crise financeira e das lutas de poder protagonizadas pela classe política. A tendência estendeu-se ao setor livreiro, à distribuição da publicidade, à atividade cinematográfica e comportou motivações de racionalização que, numa primeira fase, foram políticas, ideológicas e culturais, passando de seguida ao lucro económico (Bechelloni, 1974: 104-105).

Depois de uma primeira onda de fusões ao nível da imprensa inter-regional e local¹⁵³, no biénio 1966-1967, a espiral de compra e venda teve início em 1974 quando Eugenio Cefis, presidente da Montedison, assumiu a intenção de entrar no

¹⁵³ O empresário Attilio Monti comprou em 1966 os diários *Resto del Carlino*, *La Nazione*, o desportivo *Stadio* e, algum tempo depois, o *Gionale d'Italia* e o *Telegrafo*. Em 1967, o também empresário Nino Rovelli adquiriu *La Nuova Sardegna* e *L'Unione Sarda*.

mercado dos periódicos. Segundo Paolo Murialdi (2006: 245), “na realidade o seu desejo visava restabelecer uma certa normalização numa imprensa em agitação, [...] chegar a uma espécie de concentração invisível e loteada”.

Eugenio Cefis rapidamente passou à ação. Financiou indiretamente a debilitada *Gazzetta del Popolo*¹⁵⁴ de Turim e o milanês *Il Giornale Nuovo* de Indro Montanelli. Comprou o maior diário da capital, *Il Messaggero*, e conseguiu entrar no *Corriere della Sera* através da família Rezzoli, tornando-se um dos seus principais suportes financeiros. Apoiado pelo homem forte do colosso da química italiana, Angelo Rezzoli comprou então as quotas de Angelo Moratti, Gianni Agnelli e da família Crespi, operação que lhe permitiu adquirir a totalidade do grupo editorial do *Corriere*¹⁵⁵. A iniciativa não foi indolor e originou infindáveis controvérsias devido às complexas equações políticas e económicas que se foram desenvolvendo nos bastidores do grupo Rezzoli.

A dinâmica expansionista da família Rezzoli assegurou, posteriormente, a gestão de *Il Mattino* (Nápoles), do desportivo *Gazzetta dello Sport* e de mais quatro jornais locais, *Alto Adige* (Bolzano), *Il Piccolo* (Trieste), *Il Lavoro* (Génova) e *L'Eco di Padova*, realizando incursões no campo televisivo com o canal TeleMalta. Inspirado pelo célebre *Daily Mirror*, Rezzoli lançou ainda, em 1979, o não bem sucedido tabloide *L'Occhio*.

Outra das questões que pulverizou o debate neste período prendeu-se com o controlo da televisão pública e a independência dos jornalistas. Se no domínio da rádio e da televisão reclamavam-se condições que permitissem desmantelar o monopólio do serviço público controlado pela DC – a solução encontrada consistiu na lotação dos cargos administrativos da televisão pública pelos partidos –, já no âmbito da esfera restrita da atividade dos jornalistas o mal-estar proveio de reivindicações que ganharam verdadeira expressão mediática devido a determinados episódios. A classe profissional solicitou medidas urgentes que corrigissem situações anacrónicas como as verificadas, por exemplo, com Gianni Massa, detido em pleno tribunal por recusar revelar as fontes de informação, e Renato Ghiotto, ex-diretor de *Il Mondo*

¹⁵⁴ Eugenio Cefis desinteressou-se do histórico jornal algum tempo depois. A *Gazzetta* ainda conseguiu sobreviver através do modelo de autogestão promovido por redatores e tipógrafos, a primeira experiências do género no âmbito da imprensa italiana.

¹⁵⁵ Faziam parte do grupo o vespertino *Corriere d'Informazione* e outras publicações periódicas no domínio das revistas populares e especializadas.

condenado a dois anos de prisão por autorizar publicar um telegrama do embaixador italiano em Portugal, Girolamo Messeri.

A *Ordine dei Giornalisti* e a *Federazione Nazionale Stampa Italiana* solidarizaram-se com estes e outros casos, acusando o poder legislativo de ignorar as instâncias representativas dos jornalistas e as suas disposições no sentido de garantir uma informação pluralista, de permitir agir em conformidade com a consciência dos profissionais e em plena independência. Nos casos mencionados, os dois organismos defenderam que a magistratura havia aplicado normas inconstitucionais e ambíguas, solicitando às forças políticas uma revisão do código penal, designadamente nos pontos que respeitavam ao segredo profissional e à condenação por artigos que instigassem o crime e delitos contra a personalidade do Estado – vilipêndio, notícias relativas à segurança do Estado, propaganda subversiva.

A tão desejada reforma democrática da informação¹⁵⁶ ambicionava uma maior transparência em relação às fontes de financiamento dos meios de comunicação, advogava a necessidade de estabelecer limites aos poderes dos diretores dos jornais e uma intervenção estatal que devolvesse liquidez financeira a um setor em débitos crescentes¹⁵⁷ desde 1970. Vários fatores contribuíram para a degradação da situação financeira da imprensa: aumento do preço do papel, escassez do investimento publicitário decorrente da concorrência televisiva, falta de modernização derivada dos elevados custos não amortizáveis a curto prazo e das resistências corporativas, vigência de vínculos laborais (jornalistas e tipógrafos) que implicavam maiores custos em relação a outras categorias profissionais análogas e permanência de padrões de linguagem e de conteúdos que impediam o alargamento da base de leitores (Isnenghi, 1976; Murialdi e Tranfaglia, 2008).

A urgência em resolver problemas crónicos redimensionados pelo impacto da crise político-económica e pelas mutações sociais não escondeu, porém, a dramaticidade associada a outra problemática inquietante: os impulsos intimidatórios

¹⁵⁶ Em 1976 o governo autorizou um avultado financiamento às empresas jornalísticas, garantindo a sobrevivência de muitos jornais. Mas o antídoto eficaz só chegou em 1981: a reforma assegurou a transparência da propriedade dos órgãos de comunicação, concedeu financiamentos destinados à renovação tecnológica, implementou medidas laborais (extensão aos jornalistas do subsídio de desemprego), fixou prazos no sentido de proporcionar a liberalização dos preços dos jornais e instituiu a obrigatoriedade de se apresentarem relatórios semestrais sobre o funcionamento do setor. A renovação tecnológica dos órgãos de comunicação e a intervenção estatal de Agosto de 1981 constituíram as principais alavancas que permitiram ultrapassar a crise da imprensa escrita (Murialdi, 2006; Murialdi e Tranfaglia, 2008).

¹⁵⁷ Mesmo os jornais mais rentáveis passaram a acumular avultados prejuízos.

dirigidos pelos atos terroristas às redações e aos homens da informação. Gaetano Arfé, diretor do *Avanti!*, órgão oficial do PSI, sentiu a dimensão do flagelo quando em Abril de 1975 a sua casa foi alvo de um atentado. Além dos frequentes ataques perpetrados pela extrema-direita ou pela extrema-esquerda contra as sedes de um alvo específico, como *il manifesto* ou *Il Giornale Nuovo*, as Brigadas Vermelhas desenvolveram, entre Junho e Novembro de 1977, ações terroristas visando os diretores de *Il Secolo XIX*, de *Il Giornale Nuovo* e do canal televisivo Tg1. Os comandos vermelhas atingiram ainda dois jornalistas de *Il Gazzettino* e de *L'Unità*, bem como o vice-diretor de *La Stampa*, Carlo Casalegno, que viria a falecer depois de longos dias de agonia.. Os objetivos eram claros: intimidar o mundo jornalístico e ampliar o impacto das operações terroristas.

Mas a iniciativa com maior simbolismo ocorreu em 1978 quando as Brigadas Vermelhas sequestraram e, posteriormente, assassinaram o presidente da DC, Aldo Moro, investindo forte na consciência e responsabilidade dos jornalistas e desenhando um lancinante horizonte carregado de questões deontológicas encimadas pelo dilema que naquele momento atormentava o setor de informação, a classe política e a opinião pública em geral: Autocensura? Publicar tudo e cumprir o dever profissional? O governo deve ou não negociar? Salvar a República ou Aldo Moro?

Estavam em jogo desígnios políticos e humanitários. O governo não pressionou os media no sentido de adotarem uma determinada orientação editorial ou política. Os jornais publicaram tudo e seguiram a linha oficial de preservar a República, portanto, não negociar com os terroristas. Apenas *il manifesto*, a *Lotta continua*, a *Radio radicale* e o *Avanti!* defenderam a posição negocial.

3.2. A inovação: da informação alternativa ao sucesso de *La Repubblica*

O conturbado quadro político-social de inícios da década de 70 constitui um terreno fértil para o aparecimento de instrumentos de batalha política normalmente definidos como *informação alternativa*. As mensagens deste tipo de informação são formuladas com base em conteúdos distintos quando comparados com o circuito informativo oficial, pese embora os canais utilizados não difiram daqueles associados à comunicação de massa (Eco e Violi, 1976). Órgãos como o *Servire il popolo*, *il manifesto*, *Lotta continua* e o *Quotidiano dei lavoratori* inserem-se na categoria da *informação alternativa*, cuja atividade editorial foi responsável pelo abordagem de

novas temáticas e práticas discursivas. Destas redações saíram profissionais que, mais tarde, fizeram carreira em órgãos de grande informação.

Os periódicos militantes da área comunista extraparlamentar realizavam um jornalismo diferente dos parâmetros tradicionais. Recorriam ao título-slogan com variações ao nível do tipo de letra, não abdicando das caricaturas, cartoons, banda desenhada e de fotografias focadas na ação. As mensagens visavam ampliar a esfera emotivo-retórica, procurando uma informação redundante e de fácil entendimento para a cultura operária. É o caso de *Lotta continua*, que utilizava ainda uma linguagem triunfalista e populista, imediata, direta, rapidamente passando para a primeira pessoa. Ou usando expressões orais típicas, por exemplo, das assembleias de estudantes. Pretendia, sobretudo, abater o sistema.

Em sentido oposto, *il manifesto* apresentava um grau lexical e sintático de notável complexidade, principalmente em textos relacionados com assuntos económicos. Muito vocacionado para artigos de aprofundamento teórico, o jornal trilhou claramente um plano mais erudito do ponto de vista político-cultural em detrimento do papel de agitador rebelde protagonizado por *Lotta continua*. Como observam Umberto Eco e Patrizia Violi (1976: 164), “só depois do aparecimento de um quotidiano como *il manifesto* é que alguns grandes diários independentes foram forçados a informar (...) sobre toda uma série de problemas que antes vinham regularmente esquecidos”. Temáticas pouco usuais começaram a ser abordadas, da indústria cultural aos movimentos feminista e estudantil, dos presos ao operário de massas, emigrado e desqualificado. Antes e depois do 25 de abril, publicações como *il manifesto* constituíam leitura obrigatória para muitos portugueses inconformados.

Integrados no segmento da *contrainformação*, importa destacar todo um conjunto de manifestações que recorriam a meios e suportes comunicacionais diferentes daqueles utilizados pela comunicação oficial. São, entre outros, os jornais de parede copiosamente utilizados ao longo 1972, primeiro pela União de Comunistas Italianos marxistas-leninistas e depois por organizações autónomas¹⁵⁸. São os cortejos de protesto, os jornais de fábrica, espetáculos de rua, desdobráveis, folhas volantes, boletins, revistas satíricas, pinturas ou murais. Portugal assistiu à explosão deste tipo de comunicação política e cultural, desta criação signíca representada por diversas

¹⁵⁸ Ibidem

plataformas expressivas (verbal, iconográfica, cinésica, proxémica, objetal) a partir do *dia inicial inteiro e limpo* de que nos fala o poema de Sophia de Mello Breyner.

No contexto do circuito convencional de informação, o movimento de mudança caracterizou-se, também, por aspetos inovadores. Desde logo, e talvez pela primeira vez, jornais e jornalistas romperam com padrões que os colocavam em sintonia com a classe dominante (Livolsi, 2008: 608). Opuseram-se abertamente à informação sectária da RAI-TV, defenderam com maior intransigência reivindicações profissionais e caminharam em direção a níveis significativos de independência, ainda que em proporção com o aumento da politização.

Consequência da degeneração que afetou os tradicionais canais de comunicação dos partidos, os media diversificaram a própria agenda dos acontecimentos e não recusaram o papel de atores políticos. Deslocaram-se, com se verificou em Portugal no imediato pós-25 de abril, para o centro das lutas de poder. Não é por acaso que a secretaria de Fanfani encontrou no posicionamento adotado pela imprensa laica um dos argumentos para justificar a derrota no referendo do divórcio.

O renovamento da imprensa de *referência* tocou os estilos e conteúdos, por exemplo, utilizados pelo *Corriere della Sera*. Os escritos de Pier Paolo Pasolini entraram na primeira página, tal como as crónicas ou as grandes reportagens de Oriana Fallaci ou Piero Ostellino. Tanto os artigos internacionais como o espaço cénico que os acolhia tornaram-se mais voláteis e migrantes no interior do jornal. São influências que se alastraram a outras publicações. Esta espécie de mimetismo verificou-se ainda quando os diários começaram a apropriar determinadas marcas linguísticas e temáticas normalmente padronizadas pelos semanários. Multiplicaram-se os suplementos temáticos, o número de páginas e as alterações da imagem gráfica. Investiu-se no segmento das revistas e da fotografia. A imagem ganhou cada vez mais preponderância devido à concorrência da televisão.

Iniciou-se, assim, um processo de reestruturação dos modelos jornalísticos, dos aspetos textuais e das estruturas sintáticas, evoluções que estão na origem de diversas configurações atuais. Acentuou-se, por outro lado, o incremento dos neologismos políticos, estrangeirismos, das terminologias técnicas de carácter administrativo, jurídico, económico ou ecológico (Medici e Proietti, 1992; Dardano, 2008). Conferiu-se mais atenção à divulgação científica e deslocaram-se notícias breves para a capa com o objetivo de acompanhar o ritmo de leitura da televisão,

hierarquizar o pensamento. Preconizou-se uma maior desenvoltura da escrita em detrimento da oficialidade, pelo que o fenómeno de animação da escrita jornalística estendeu-se aos títulos e códigos icónicos. A titulística passou a abarcar outros valores além do sentido referencial, como o sensacionalismo, os jogos linguísticos e a espetacularização¹⁵⁹. Importava colocar os títulos a comunicar entre si e, principalmente, divertir um leitor mais exigente.

O surgimento de publicações como *Il Giornale Nuovo* e *La Repubblica* agitou o setor da informação, tornando-o mais competitivo. Dirigido por Eugenio Scalfari, *La Repubblica* revolucionou, de facto, o mercado. Graficamente apresentava uma imagem ligeira, em formato tabloide, que fugia aos hábitos do tradicional leitor italiano. Privilegiava o mundo da política, da economia e da cultura. Os artigos de opinião em registo sedutor, as ilustrações satíricas progressivamente instaladas na capa e a comunicação com o leitor constituíram o ponto forte de partida.

O diário romano não saía à segunda-feira, possuía uma redação com menos de metade dos jornalistas em relação aos concorrentes e apostava forte nas novas tecnologias. São fatores que minimizaram custos e permitiram uma situação confortável do ponto de vista financeiro. É, de facto, no período em análise que os jornais começaram a optar pela modernização, cabendo aos pequenos diários locais as primeiras iniciativas nesse sentido. Em 1975 apenas 20 por cento das publicações italianas havia optado pela renovação tecnológica (Isnenghi, 2008). A generalização ocorreu com a chegada dos anos 80.

Comparativamente aos outros órgãos de informação, assume particular importância o elevado número de mulheres que compunha a redação de *La Repubblica*. Esta tendência desenvolveu-se ao longo da década de 70 quando o talento feminino conquistou, definitivamente, espaço no seio do jornalismo político. O progresso coincidiu com a expansão da imprensa feminina, responsável pela emergência de novos segmentos publicitários, como os cosméticos. Os media desempenharam um papel importante no processo de liberalização da mulher em Itália.

¹⁵⁹ Ibidem

4. A imprensa de *referência*: do colosso milanês ao rebelde político romano

O estudo de caso desta pesquisa circunscreve-se à imprensa de *referência* ou à também designada imprensa de *elite* ou de *qualidade*. Não abarca, portanto, as categorias da imprensa *partidária* ou de *tendência*, da imprensa *popular* ou da imprensa *regional*. As noções de *qualities* (jornais de qualidade) e de *populars* (jornais populares) tornaram-se de uso corrente no Reino Unido mas, em rigor, a sua transladação para outros contextos geográficos implicaria, provavelmente, categorias intercalares, pois as diferenças são menos pronunciadas e as culturas jornalísticas distintas. O caso italiano é paradigmático na medida em que nunca se verificou uma demarcação tão evidente: a imprensa tem utilizado modelos e formas que provêm de ambas as tradições (Livolsi, 2001).

De um modo geral, a separação entre a duas categorias assumia pertinência nos anos 70. Mas o cenário alterou-se. Se é correto afirmar que os jornais de *qualidade* e os jornais *populares* ainda conservam, em pleno século XXI, a espinha dorsal que os havia caracterizando desde a última centúria, parece igualmente plausível afirmar que hoje em dia as duas categorias emprestam conteúdos uma à outra, realidade principalmente visível no âmbito dos jornais de *qualidade*. Os *qualities* vêm apropriando modelos narrativos e temas tradicionalmente caros aos *populars*, dos *faits divers* aos escândalos, situação que pode ser explicada pelo decréscimo de vendas dos jornais e pelas potencialidades das novas tecnologias.

Atraídos por um modelo de jornal que apresenta duas faces, uma em papel, outra online, estimulados pela intertextualidade e pela real possibilidade de equiparar (já não de aproximar) a notícia do jornal à notícia da televisão, os diretores hodiernos desdobram-se em esforços para apresentar, em online, notícias em formato televisivo cada vez mais enriquecidas de informação – texto, notícias relacionadas, infografia, fotografias, vídeos, sumários em movimento. Nas páginas online dos jornais mais dotados de recursos, o leitor entrega-se a uma navegação que se aproxima de um telejornal sem pivot: o leitor é o seu próprio pivot.

Mas cumpre, no entanto, esclarecer o estatuto destes dois conceitos. Os jornais de *qualidade* visam preferencialmente a classe dirigente (relacionada com o universo político, económico e cultural) e distinguem-se pela paginação criteriosa, elevada qualidade dos serviços, das reportagens de investigação. A sua principal aposta situa-se ao nível da explicação dos acontecimentos – conferir o máximo de informações

que possam guiar a interpretação do leitor – e, dependendo das culturas jornalísticas, na maior ou menor importância concedida ao comentário. Graficamente, recorrem à imagem sóbria e por vezes austera. Como diria Marshall McLuhan (1964: 185), seria aquele tipo de imprensa que denota uma influência do livro e encontra-se de alguma forma relacionada com os intelectuais e homens de letras.

Os jornais *populares*, por seu lado, direcionam-se para o público em geral e caracterizam-se pelas grandes tiragens, pela primazia dos *faits divers*, do desporto e dos conteúdos sensacionalistas, dos escândalos. Tentam explorar a emoção, a forma em mosaico da paginação para apresentar os diferentes ânimos da vida quotidiana. Portanto, em tudo diferentes das temáticas políticas, sociais, económicas ou culturais (nacionais ou internacionais) sobre as quais a imprensa de *referência* focaliza a atenção.

O estudo de caso deste trabalho elegeu três jornais de *referência*: *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Em 1975, o *Corriere della Sera* liderava a média de jornais vendidos com cerca de 500 mil exemplares, seguido de *La Stampa* com 361 mil. O *Messaggero* surgia na quarta posição com 227 mil. O porta-voz comunista, *L'Unità*, era o único jornal *partidário* ou de *tendência* que se intrometia na luta pelos primeiros lugares: ocupava a terceira posição com 239 mil¹⁶⁰.

No domínio dos semanários de política e cultura, *L'Espresso* e *Panorama* disputavam a liderança e eram, juntamente com *L'Europeo*, a imagem de marca das grandes reportagens de investigação. Os dois primeiros tocavam, em 1976, os 300 mil exemplares. *L'Europeo* era um histórico semanário que acumulou prestígio nos anos 50 e 60, ficando célebre pelas grandes entrevistas e reportagens dos seus enviados especiais. Apesar de perder fulgor e já não ocupar os lugares cimeiros na década de 70, possuía nos seus quadros uma autêntica celebridade do jornalismo italiano e mundial: Oriana Fallaci. Apresentamos de seguida três quadros representativos dos principais jornais italianos, independentes ou de tendência, da década de 70.

4.1. *Corriere della Sera*: a instituição

Em 1974, o *Corriere della Sera* era o jornal mais proeminente do panorama informativo italiano. Esteve sempre associado ao jornalismo de qualidade, respeito,

¹⁶⁰ Dados do Istituto Accertamenti Diffusione Stampa.

costumes. O estatuto de mais difuso e presença mítica no seio da categoria profissional foi erigido e consolidado, no primeiro quartel de Novecentos, por Luigi Albertini. O emblemático diretor (1900-1925) transformou o diário no tradicional órgão da burguesia lombarda, o mais dotado de recursos, enviados especiais, correspondentes e colaborações com outros periódicos internacionais (Licata, 1976). Luigi Albertini, personalidade de grande rigor moral, inspirado no monarquia inglesa vitoriana, assumiu como modelo de referência o inglês *The Times*, onde havia estagiado, transformando o *Corriere* num autêntico *quarto poder*, influente ao nível da opinião pública e dos círculos políticos. A orientação liberal conservadora estava em sintonia com os ideais do diretor.

Volvido o vintênio do *comprometimento* fascista generalizado a toda a imprensa, o jornal fundado em 1876 não perdeu a posição dominante. Marino Livolsi (1984: 46) salienta que, por 80 anos, não se tratou tanto do maior jornal italiano, mas sim o jornal italiano. A onipotência exercida era de tal modo evidente que se uma notícia não saía nas páginas do diário milanês, não merecia o rótulo de notícia. O *Corriere della Sera* possuía hierarquias de tal forma significantes que quase se confundiam com rituais: assinar um artigo era uma conquista que implicava tempo. Diante dos principais órgãos do Estado, os jornalistas da rua *Soleforno* detinham prioridade sobre todos os outros¹⁶¹. Em 1974 era considerado o modelo e a referência, a instituição. Imagem, porém, abalada, nos inícios dos anos 80, devido ao envolvimento de alguns relevantes jornalistas no escândalo da loja maçónica Propaganda Dois (P2) e à ascensão meteórica de *La Repubblica*

No contexto de uma atmosfera socialmente instável, marcada por esperanças reformadoras, ímpetus revolucionários, afirmações da sociedade civil (referendo divórcio) e sinais de crise económica, foram as tendências de concentração das empresas jornalísticas e as reivindicações por maior independência profissional e honestidade da informação que nortearam, como anteriormente se viu, importantes transformações no setor da imprensa. Entre 1972 e 1976, o colosso milanês sentiu profundamente o impacto das lutas económico-políticas e de natureza profissional que se foram desenvolvendo em seu redor. As disputas pelo controlo da publicação colocaram em crise a clássica linha editorial liberal, moderada, elitista nos domínios político e cultural, expressão das classes sociais mais conservadoras.

¹⁶¹ Ibidem.

É possível, neste sentido, enumerar cinco fatores que condicionaram a atividade do jornal. Os sintomas de agitação surgiram logo no início de 1972 quando o grupo editorial do *Corriere* apresentou, pela primeira vez, débitos avultados, provocando a curto prazo a mudança de propriedade. A atividade publicitária e as vendas já não atenuavam os défices de outras publicações do grupo.

Em segundo lugar, o mal-estar apoderou-se da redação devido à controvérsia que envolveu a demissão do diretor Giovanni Spadolini, a 3 de Março de 1972. O conflito colocou os redatores em greve e só conheceu o epílogo com a assinatura de um acordo que reconhecia aos jornalistas o direito de não apenas serem informados sobre alterações administrativas, mas também de poderem opinar sem carácter vinculativo.

O terceiro relevante fator residiu na escolha de Piero Ottone¹⁶² para suceder a Spadolini. O arauto do modelo informativo anglo-americano, liberal, fizera do jornalismo independente, *objetivo*, a sua imagem de marca. No seu primeiro editorial, sob o título *O nosso dever*, escreveu:

“A informação livre e objetiva constitui o contributo da imprensa para que a sociedade italiana (...) melhore o sistema democrático (...). O jornal tem o dever civil de referir a versão exata: se existem mais versões atendíveis, como sucede muitas vezes, deve registá-las todas, declarando as respetivas fontes, honestamente, serenamente, sem nunca distorcê-las (...). Nada é mais benéfico do que a realidade, mesmo quando amarga.”¹⁶³

Piero Ottone introduziu uma nova organização de trabalho em equipa (reuniões para discutir conteúdos, gabinete central de redatores-chefes, nomeação de vice-diretores) segundo o princípio de que o diretor devia exercer a própria autoridade com elevado grau de consenso entre os funcionários (Murialdi, 1984: 18). Foi com base nesta premissa que se realizou o estatuto dos jornalistas, extensivo a todas as publicações do grupo editorial.

Sobre esta espécie de estatuto dos direitos dos jornalistas importa reter alguns pontos para melhor compreender, na última parte do trabalho, um dos episódios que, baseado nos eventos portugueses, mais celeuma causou no contexto das disputadas

¹⁶² Foi redator e correspondente do *Corriere della Sera* em Londres. De 1968 a 1972 foi diretor de *Il Secolo XIX* (Génova). Dirigiu o *Corriere* de Março de 1972 a Outubro de 1977.

¹⁶³ Piero Ottone, “Il nostro compito”, *Corriere della Sera*, 15 de Março, 1972, 1.

internas e externas do *Corriere della Sera*: as modificações em artigos assinados passavam a ser admitidas apenas com a anuência do autor, o qual, juntamente com os jornalistas da secção, disponibilizar-se-ia para realizar eventuais alterações; para a modificação de títulos seria solicitada a opinião de quem os havia feito; o Conselho de Redação poderia ainda pedir a inserção ou o esclarecimento de notícias veiculadas pela agência noticiosa italiana ANSA ou publicadas por outras publicações e já tratadas, jornalisticamente, pelo *Corriere* de forma insuficiente (Borio *et al*, 1975: 291).

As transformações operadas pela direção de Ottone redundaram num jornalismo mais crítico perante os poderes instituídos, mais plural quando se tratou de dar voz aos ânimos dos setores políticos e culturais normalmente estranhos à classe dominante. Vários autores defendem que, na prática, esta rotação consistiu, por um lado, numa maior abertura em direção ao PCI no sentido de reduzir uma hostilidade pré-anunciada e, por outro, numa tentativa de conferir maior liberdade de juízo quando importava criticar a DC – os artigos de Pasolini na capa são elucidativos deste propósito (Murialdi, 1984; Bettiza, 1982; Da Rold, 1982). Ou seja, tratava-se de uma tentativa para limitar o peso do partido católico sobre os destinos do jornal, conotado por longo período com o conformismo da classe política que se foi perpetuando no poder.

Piero Ottone (citado por Pansa, 1977: 50) reiterou sempre a intenção de elaborar um jornal diferente daquele que havia fidelizado a burguesia conservadora, um jornal que pudesse ser lido por outras classes profissionais também representativas da sociedade italiana:

“Quería fazer um jornal que fosse objetivo e equidistante, que não representasse alguns interesses em especial, que pudesse abordar os temas mais espinhosos: digamos um jornal mais vivo que o anterior, onde frequentemente as notícias eram deformadas ou assumiam uma coloração em função da linha do jornal”.

Os factos são sagrados, o comentário é livre, eis a célebre fórmula de Charles Prestwich Scott que correspondia à nova orientação do *Corriere della Sera*, pautada tanto pelo aumento de vendas como por enérgicas resistências ao nível interno e externo. Os tradicionais leitores denotaram aversão e dissidência porque consideravam a mudança de latitude uma transformação do jornal em órgão de subversão nacional. O sentimento apoderou-se, igualmente, de alguns dos mais

brilhantes jornalistas da casa, entre os quais Indro Montanelli¹⁶⁴, considerado uma das maiores figuras do jornalismo italiano, o mais popular e talentoso, como se depreende das palavras do seu colega e amigo Mario Cervi (2009: 164): “Em Itália, para todos os que, pertencentes às gerações dos anos 50 e 60, mas não só, sonhavam ser jornalistas, os casos – simplificando – são dois. As mulheres queriam ser como Oriana Fallaci. Os homens como Indro Montanelli”.

O descontentamento de Montanelli pela nova orientação do jornal originou um clima de tensão entre o jornalista e o diretor Piero Ottone, apoiado pela administração. A saída tornou-se inevitável em Outubro de 1973, sendo este o quarto fator de agitação no interior do *Corriere della Sera*. Na verdade, as posições extremaram-se devido à sucessão de entrevistas que o prestigiado jornalista havia concedido aos semanários *Il Mondo* e *Panorama*, onde salientara não apenas a sua discordância e incompatibilidade em relação à orientação editorial, como a possibilidade de fundar um novo projeto jornalístico em condições de satisfazer o público que, na sua opinião, o colosso lombardo havia abandonado.

Mais do que perder um símbolo do jornalismo e da cultura italiana, a grande preocupação de Ottone prendia-se com o novo periódico fundado em Junho de 1974 pelo cronista dissidente, *Il Giornale Nuovo*. O temido concorrente chegara e levava da rua *Solferino* 30 redatores e 20 colaboradores em solidariedade com Montanelli e motivados pela nova aventura jornalística. O diário adotaria uma postura de batalha política, anti-*Corriere*, com uma linha política liberal e moderada, direcionada para o público que considerava tanto Piero Ottone como Arrigo Levi, diretor da *La Stampa*, subversores e temia que o PCI ascende-se a uma posição dominante através do *compromisso histórico* com a DC (Murialdi, 2006).

O último fator de instabilidade consiste na operação de compra do *Corriere* por parte da família Rezzoli, em 1974, com a âncora financeira de Eugenio Cefis. Se o espectro da concentração dos órgãos de comunicação constituía por si só um sinal de alarme para o jornalismo e a liberdade de imprensa em Itália, não menos graves seriam as suspeitas de que a entrada de Cefis no mundo da informação decorria de motivações económicas e políticas, nomeadamente: tornar o *Corriere* mais reservado em relação à empresa química Montedison, na perspectiva de diminuir a pressão sobre

¹⁶⁴ Indro Montanelli (1909-2001) foi editorialista e enviado especial do *Corriere della Sera*. Fundou *Il Giornale Nuovo* em 1974 e *La Voce* em 1994.

as questões ecológicas e sobre alguns negócios menos transparentes; alterar as posições do jornal sobre a liderança de uma das mais importantes centrais sindicais italianas, posições essas que, beneficiando Giovanni Agnelli, eram contrárias aos interesses de Cefis; em função da ligação de Cefis à DC e da estreita relação com Amintore Fanfani, já muito agastado com a nova linha editorial, procurar deslocar o *Corriere* para uma posição menos ofensiva diante dos democratas-cristãos (Pansa, 1977: 117-120; Borio *et al*, 1975: 289-295; Murialdi e Tranfaglia, 2008: 11-12).

Em conclusão, e recorrendo à análise do jornalista Giorgio Bocca (citado por Santambrogio, 1997: 344), a família Rezzoli necessitou de um acordo sindical alargado às várias correntes de trabalhadores (sobretudo comunistas e socialistas) para minimizar as polémicas sobre a proveniência dos financiamentos e as saídas de Montanelli e dos seus sequazes. Esse acordo apenas ganharia dimensão vinculativa com a adesão da corrente comunista ou filo-comunista, dos jornalistas aos tipógrafos. Depois de garantido o consenso sindical, os progressivos sucessos eleitorais do PCI e o horizonte do *compromisso histórico* balizaram, de alguma forma, a orientação editorial do *Corriere della Sera*.

Esta é a chave de leitura mais consistente e partilhada por analistas e investigadores, geralmente de acordo em considerar, como já se referiu, que Ottone colocou a publicação um pouco à esquerda, retirando-a do feudo da DC, e revelou tendências por um governo de salvação nacional¹⁶⁵. Não metendo em causa os méritos do diretor, Giorgio Bocca¹⁶⁶ refere que a objetividade absoluta acabou por não se verificar uma vez que Ottone foi forçado a seguir uma linha político-editorial determinada pelas situações internas do jornal e pelas circunstâncias sociopolíticas do país.

4.2. *La Stampa*: o prestígio

Jornal centenário fundado em 1867 com o nome de *Gazzetta Piemontese*, pelo jornalista e escritor Vittorio Bersezio, *La Stampa* começou a ascensão no início do século XX e não mais parou de ganhar protagonismo tanto no contexto da imprensa italiana como ao nível internacional. “Toda a nossa força, a nossa potência, o nosso

¹⁶⁵ Esta posição por uma solução nacional ganhou consistência a partir de 1976, tempos de contínua crise sociopolítica que determinaram mais um histórico avanço do PCI nas eleições políticas de 20 de Junho de 1976.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

triufo repousa sobre uma única base: o favor crescente do grande público”, escrevia a 28 de Novembro de 1907 o então diretor Alfredo Frassati (citado por Grandinetti, 1996: 22), nas páginas daquele que já na altura havia conquistado o estatuto de jornal mais bem sucedido de Turim. Enquanto *Il Secolo* lutava para não abandonar o grupo dos diários mais proeminentes, Frassati concentrava esforços para alcançar o *Corriere della Sera*. Nascia, assim, uma rivalidade que havia de durar até ao século XXI.

Inspirado no modelo dos jornais alemães e preconizando um liberalismo reformador, Alfredo Frassati¹⁶⁷ liderou *La Stampa* por mais de 25 anos, tendo-se notabilizado pela qualidade dos conteúdos introduzidos. Identificou o jornal com os setores empreendedores de Piemonte, contratando jovens redatores e direcionando a atenção para as questões sociais e económicas. Preparou, portanto, o terreno sobre o qual nasceu uma cultura jornalística assente na postura bicéfala entre, por um lado, a vocação regional, cidadina, e, por outro, a disposição nacional e internacional¹⁶⁸. Esta dupla faceta conferiu uma indelével marca de prestígio e foi a grande aposta de outro histórico diretor, Giulio Benedetti¹⁶⁹.

No pós-II Guerra, *La Stampa* continuou a reclamar para si a “defesa das liberdades, o apoio às formas democráticas de luta contra a injustiça e miséria, a solidariedade internacional”¹⁷⁰. Acompanhou as tendências sociais do país e as formas de governo, do (neo)centrismo ao centro-esquerda. Em 1974, dirigido por Arrigo Levi¹⁷¹, propriedade dos Agnelli e da Fiat, era o segundo mais importante diário italiano, liberal, laico, democrático, adepto do reformismo e do projeto europeu. A opção pela inovação tecnológica e a relação construtiva que envolveu administradores, redatores e tipógrafos contribuíram para ultrapassar os negros anos 70, marcados pelas dificuldades financeiras, conflitos laborais e o drama do terrorismo.

O ano de 1974 foi especialmente penoso devido aos longos períodos de greve em consequência das divergências que opunham os tipógrafos a uma administração apostada em rentabilizar os tempos mortos e aumentar a produtividade do outro diário do grupo editorial, a *Stampa Sera*, sem custos acrescidos. As paragens forçadas

¹⁶⁷ Dirigiu o jornal entre 1900 e 1925.

¹⁶⁸ *Ibidem*

¹⁶⁹ Assumiu a direção entre 1948 e 1968.

¹⁷⁰ *La Stampa*, “Continuità”, 9 de Fevereiro, 1967, 1.

¹⁷¹ Diretor entre 1973 e 1978.

ocorridas entre 9 de Fevereiro e 12 de Março renderam prejuízos elevados na ordem dos 7 milhões de exemplares perdidos (Borio *et al*, 1975: 289).

La Stampa não saía à segunda-feira e deixava, nesse dia, a urgência das notícias para a *Stampa Sera*, publicação fundada durante o vinténio fascista (1931). O jornal vespertino, mais poupado quanto à economia das páginas, ficou conhecido pela dinâmica essencialmente informativa, no lugar do comentário político e cultural, famoso pelas edições especiais e os serviços desportivos. Vottorio Messori, Guido Seborga ou Furio Colombo foram alguns dos conhecidos jornalistas que trabalharam na *Stampa Sera*.

4.3. *Il Messaggero*: a vocação política

Surgiu 17 anos após a unificação da Península Itálica e poucos dos grandes jornais da altura acreditavam na sua durabilidade. Apesar das debilidades financeiras e organizativas, *Il Messaggero* manteve o desígnio de se tornar um jornal de grande difusão, com inovações na técnica de informar e próximo dos governantes. No início de Novecentos transformou-se num sucesso editorial enquanto alguns dos seus homólogos romanos não souberam acompanhar os ventos da renovação, designadamente o democrático-liberal *La Tribuna*.

Alessandro Perrone assumiu o controlo do jornal e a direção em 1952, consolidando o quarto posto no topo dos mais difusos em Itália. Perrone continuou a apostar em prestigiados colaboradores como os seus antecessores haviam feito, por exemplo, com Benedetto Croce. Mas a grande aposta privilegiou a inovação tecnológica, com notório impacto em termos gráficos: a nova paginação, a dinâmica dos espaços cénicos e a relação entre títulos, fotografias e textos revolucionaram a imagem de *Il Messaggero*.

De tendência conformista, tradicionalmente sensível ao posicionamento dos políticos e burocratas da capital (Murialdi, 2006), democrático e anticomunista, *Il Messaggero* era em 1974 um diário de primeira linha e o mais importante e difuso em Roma, estatuto que ainda hoje detém. Neste mais destacado grupo da imprensa diária independente pontificavam, nos anos 70, além do *Corriere* e *La Stampa*, os milaneses *Giornale Nuovo*, *Il Giorno*, *La Nazione* (Florença), *Il Resto del Carlino* (Bolonha) e, a partir de Janeiro de 1976, o bem sucedido *La Repubblica*.

Fundado por Luigi Cesana e Baldassarre Avanzini, *Il Messaggero* manteve no

seu código genético um certo equilíbrio entre as linhas clerical e laica, tendo-se caracterizado pela oficialidade e vocação política. Mas a cidadela não resistiu ao capital e às tendências de compra e venda, protagonizando entre 1973 e 1975 o mais *ressonante* e mediático caso de oposição às investidas económico-políticas de Eugenio Cefis e da sua *entourage* democrata-cristã.

Depois de uma primeira disputa entre Perrone e o restantes proprietários pela nomeação do novo diretor Luigi Barzini jr, liberal-conservador próximo da DC, que Perrone, auxiliado pelos redatores e tipógrafos, conseguiu travar, o presidente da Montedison adquiriu 50 por cento do jornal em 1974. A iniciativa, porém, encontrou forte oposição por parte da redação, originando inúmeras greves e uma onda de conflitos que assinala um dos períodos mais conturbados da história do diário romano. As enérgicas reações visavam combater o processo de concentração dos órgãos de comunicação e defender a liberdade de imprensa. Do longo braço de ferro chegou uma solução de compromisso através da nomeação de Italo Pietra para diretor, o antigo timoneiro de *Il Giorno* e figura conotada com a esquerda, próximo do PSI (Murialdi, 2006; Pansa, 1977).



Figura 3: capa e segunda página de *Il Messaggero* de 12 de Maio de 1974

Mas as investidas externas não cessaram. Amintore Fanfani e outros democratas-cristãos protestaram contra a orientação favorável aos socialistas de Francesco De Martino, linha impulsionada pelo diretor e pelos setores mais radicais

da redação romana (Murialdi e Tranfaglia, 2008). A avaliar pelo resultado, as pressões democratas-cristãs parecem ter sortido efeito junto de Eugenio Cefis: Italo Pietra foi afastado em Junho de 1975. Conseguiu, no entanto, nomear o seu mais fiel colaborador, Luigi Fossati, que se manteve no cargo até 1980.

Em contraste com a tradicional posição conformista, *Il Messaggero* assumiu, neste conturbado período, tons extremistas, quase de barricada, e adoptou o modelo de assembleia como prática de gestão (Murialdi, 2006: 245). Subitamente, passou ao radicalismo laico e libertário, antidemocrata-cristão. Como símbolo da luta pela linha editorial, ficou célebre a capa de 12 de Maio de 1974, dia do referendo sobre o divórcio que viu a maior parte dos diários e semanários mais difusos oporem-se às pretensões da DC. Naquela capa, sob a frase “Contra a tentativa clerico-fascista de suprimir a democracia e a autonomia do Estado”, surgia ao longo das nove colunas um imponente “Não” (Figura 2).

CAPÍTULO VI – DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL: PORTUGAL, ITÁLIA E O CONTEXTO INTERNACIONAL

1. Relações diplomáticas e oposição portuguesa na Península Itálica

Roma, 25 de Julho, 1943: o Grande Conselho Fascista exonera Benito Mussolini. Lisboa, 25 de Abril, 1974: o Movimento dos Capitães derruba o Estado Novo. São estes os dois acontecimentos que balizam cronológica e simbolicamente o ensaio historiográfico de Vera de Matos (2010) sobre as relações diplomáticas entre Portugal e Itália. Trata-se de um contributo recente e inédito que fornece um *fotograma* muito bem documentado das afinidades e tensões entre os dois países. O estudo demonstra que a natureza antagónica dos sistemas políticos de ambas as penínsulas não impediu, ao longo de 31 anos, uma diplomacia de progressiva aproximação, malgrado os momentos de fricção dos quais derivam algumas dificuldades de relacionamento responsáveis por uma maior debilidade dos vínculos histórico-culturais (Matos, 2010: 11-12).

A autora avança logo no introito dois fatores que justificam esta dimensão ambivalente: a assunção da necessidade de cooperação mútua estimulada pela evolução da conjuntura internacional (fórmula política da Guerra Fria, projeto europeu, emergência do Terceiro Mundo, descolonização); e a eclosão de obstáculos político-ideológicos que, provocados pela influência dos partidos da esquerda italiana, pela persistente conotação do Estado Novo com o autoritarismo e colonialismo, impedem a fluência do diálogo e de iniciativas bilaterais.

O fio condutor que sistematiza as principais temáticas no contexto da diplomacia luso-italiana estabelece cinco períodos dotados de dinâmicas autónomas. O primeiro respeita ao ciclo temporal que medeia a assinatura da paz separada pelo governo de Pietro Badoglio (1943) e a instauração da República em Itália (1946). É designado por *período de transição* em virtude de os dois Estados procurarem reposicionar-se no xadrez geopolítico mundial. O sistema estadonovista tentou aproximar-se dos Aliados resguardando a sua matriz antidemocrática de eventuais efeitos negativos dimanados das disposições internacionais. Itália procurou minimizar as consequências de um passado recente intimamente relacionado com o Eixo. Os dois países possuíam, assim, desígnios convergentes.

O segundo período abarca os últimos três anos da década de 40. Por ainda ser um momento de reposicionamento estratégico no quadro euro-atlântico, as iniciativas bilaterais nos domínios económico e cultural prevaleceram em relação à diplomacia no campo político. A política externa de Portugal e Itália focalizou-se, sobretudo, na valorização do diálogo com as potências do mundo ocidental (França, Inglaterra, Estados Unidos).

Em sentido contrário, os anos 50 representam uma etapa relevante na história das relações entre os Estados. Não apenas Roma e Lisboa admitiram formalmente a necessidade de aliviar tensões recíprocas, como emergiu uma clara intenção de estreitamento dos laços histórico-culturais (latinidade). Esta aproximação permite identificar esferas de ação convergentes: afinidade dos dois países com a América Latina; perceção do Mediterrâneo enquanto zona estratégica de segurança e de presença política para Portugal e de influência cultural, económica e política para Itália; intenção declarada de elevar, nas duas capitais, as legações à categoria de embaixada (Outubro de 1956) e cooperação na defesa dos ideais e dos valores, ocidentais, partilhados pelos dois povos face ao avanço do comunismo; Itália insere África nas prioridades da sua política económica e partilha a teoria salazarista da cooperação Europa-África¹⁷².

A questão africana levantou, no entanto, problemas. A sintonia de Roma com os movimentos independentista, em colisão com o colonialismo português, condicionou a presença italiana em territórios ultramarinos. Lisboa denotou desconfiança quanto às declaradas intenções de Roma em Angola e Moçambique.

Vera de Matos emprega a expressão *anos de chumbo* para classificar o segmento temporal que vai de 1960 a 1967. Segundo a autora, este quarto período corresponde a uma nítida fase de retrocesso ao nível das relações diplomáticas. Aspetos como a guerra colonial, a maior proeminência das esquerdas em Itália, bem como a deterioração da imagem do Estado Novo diante da sociedade italiana (colonialismo, totalitarismo), motivaram a adoção de procedimentos por parte de Roma em contraste com as expectativas portuguesas. Os governos liderados pelos democratas-cristãos esforçaram-se para desconstruir qualquer imputação de lusofilia.

O quinto e último período, de 1968 a 1974, evidencia um esforço de Itália para recuperar o clima de cordialidade entre os dois governos: se, por um lado, condenou o

¹⁷² A autonomia da Europa no quadro internacional bipolar (Estados Unidos vs União Soviética) só era possível caso o Velho Continente baseasse o seu desenvolvimento económico nos recursos africanos.

colonialismo português através de ações como, por exemplo, o abandono do financiamento da barragem de Cabora Bassa, em Moçambique, por outro lado, manifestou compreensão quando optou por uma posição abstencionista no quadro das resoluções das Nações Unidas contra Lisboa. O maior empenho manifestou-se, também, quando Roma enviou para o Palácio do Conde Pombeiro, em 1971, o polémico e influente embaixador Girolamo Messeri, quando forneceu material militar (aeronaves) ao governo de Marcelo Caetano e mostrou interesse em projetos económicos em Portugal (Porto de Sines).

Este foi o período durante o qual a política externa liderada por Aldo Moro, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1969 e 1974, demonstrou maior tolerância face ao governo português, “pois além de acreditar na estratégia de ‘autonomia progressiva’ defendida por Marcelo Caetano, verificava a evolução negativa dos novos Estados africanos, convertidos em ditaduras e em transgressores do ponto de vista das dignidades e dos direitos humanos” (Matos, 2010: 199). A atuação de Roma remete então para uma política de duplicidade entre 1968 e 1974: simultânea condenação e complacência face ao colonialismo de Lisboa.

Ao longo de quatro décadas, vários foram as ações que materializaram uma vontade comum de cooperação em território italiano ou português. Através de organismos oficiais (Istituto Italiano de Cultura, Lisboa-1936), de organizações científicas (*Accademia del Mediterraneo*, Palermo-1949), de coletividades autónomas (*Centro per la Cooperazione Mediterranea*, Palermo-1952) ou de grupos apenas interessadas em *coisas portuguesas* (*Gruppo dei Amici del Portogallo*, Roma-1947), parece que as afinidades históricas e culturais acabaram por prevalecer, de que é exemplo a criação de leitorados de português em diversas universidades italianas nas décadas de 60 (Milão, Génova, Florença, Pisa, Roma) e 70 (Veneza, Perugia, Bari, Bolonha)¹⁷³.

Esta breve síntese do relacionamento entre os dois países releva alguns aspetos que irão adquirir protagonismo no imediato pós-25 de Abril, já não aferidos com base em documentos diplomáticos, antes privilegiando a imprensa, fonte igualmente importante para o ensaio de Vera de Matos. Trata-se, na verdade, de personalidades e instituições ligadas à vida político-social italiana que, a partir dos eventos

¹⁷³ Ibidem.

portugueses, fundamentaram estratégias de ação em conformidade com os seus desígnios.

Em primeiro lugar, tanto os partidos ou coletivos de esquerda (PCI, PSI, Manifesto-PSUP, Luta Continua e Vanguarda Operária) como a Democracia Cristã serão responsáveis por um discurso que, profundamente inflamado pelas eleições regionais de Junho de 1975, apropriará algumas das principais temáticas da *Revolução dos Cravos*. Portugal entrará, assim, no *festival de surpresas*, expressão utilizada por João Hall Temido¹⁷⁴ (2008) para caracterizar a política interna italiana.

Em segundo, se as iniciativas de Girolamo Messeri, entre 1971 e 1974, reforçaram a posição ambígua de Itália diante de Lisboa e do seu colonialismo, a ação do embaixador revestir-se-á, no imediato pós-25 de Abril, de enorme controvérsia e dificultará a definição de uma política oficial de Roma em relação aos acontecimentos portugueses. Mais: em consequência da sua atividade política em Portugal, a figura de Messeri estará no âmago de uma acesa disputa e troca de acusações entre o PCI e a DC, questão que se abordará na última parte da pesquisa.

Por último, e não diretamente relacionado com o processo revolucionário português, importa referir que alguns movimentos políticos africanos estabeleceram ligações com partidos italianos através de viagens a Itália ou beneficiando das deslocações de delegações italianas a África, como aconteceu em Novembro de 1975 com o PCI. Berlinguer, desde cedo solidário com a luta do MPLA em Angola, visitou a Argélia, a Guiné Conacri e a Guiné Bissau, onde se encontrou com Aristides Pereira e Luís Cabral, líderes do PAIGC.

Itália encontra-se ainda no imaginário de muitos portugueses que, individual ou coletivamente, organizaram iniciativas clandestinas de resistência contra o Estado Novo. Em Dezembro de 1962, por exemplo, personalidades de diversos movimentos oposicionistas e do PCP fundaram em Roma a Frente Patriótica de Libertação Nacional¹⁷⁵. Mas não só. O Movimento de Ação Revolucionária animou a presença clandestina portuguesa nestas paragens. Além das constantes visitas de Mário Soares, personalidades como Manuel Tito de Morais, Manuel Ruivo, Carlos Almeida, Vítor Cunha Rego, D. Maria Pia de Bragança, Pedro Soares, Fernando Piteira dos Santos,

¹⁷⁴ Embaixador em Roma entre 1968 e 1971.

¹⁷⁵ Por sugestão de Manuel Tito de Morais, a direção estabelecer-se-á na Argélia. Humberto Delgado fundou outra organização com a mesma sigla (Frente Portuguesa de Libertação Nacional) depois de ter abandonado Argel.

Ruy Cabeçadas ou Manuel Lucena foram alguns dos elementos ativos da oposição na Península Itálica.

As atividades de Tito de Moraes revelaram-se mesmo fundamentais para a Ação Socialista Portuguesa, o movimento-embrião do futuro Partido Socialista de Mário Soares. Tito de Moraes estabeleceu-se em Roma em 1966, sendo aí o representante permanente da Ação Socialista e desenvolvendo preciosos contactos internacionais e locais com o PSI¹⁷⁶. Dedicou-se exclusivamente à política e, como o apoio dos correligionários de Pietro Nenni, fundou, em 1967, o jornal *Portugal Socialista*, de que seria o primeiro diretor. O porta-voz da Ação Socialista tinha a sua sede em Roma e era editado na tipografia do *Avanti!*.

César Oliveira (1993: 110-111), nas suas memórias, narra a viagem que realizou a Itália com o amigo António Melo, em 1971, “para explicar o que acontecia em Portugal, tentar formas diversificadas de apoio e fazer ou aprofundar contatos políticos”, adquirir “experiências políticas e organizativas novas e receber informação”. Oliveira e Melo entregaram-se à novidade e ao “deslumbramento” – era a primeira vez que passavam Madrid –, contactando com Mário Ruivo em Roma, falando com pessoas e organizações diversas, de Rossana Rossanda, Lucciana Castellina e Lidia Menapace de O Manifesto, aos dirigentes da Vanguarda Operária, de Guido Vialli, da Luta Continua, em Milão, à peculiar Igreja dos autossuficientes Padres Valdeses, a norte de Turim.

Os ecos da oposição ao Estado Novo em Itália ganharam, de facto, amplitude nos inícios da década de 70, designadamente através da criação do Comité Italiano de Apoio à Luta dos Portugueses Contra a Ditadura (Milão) e do *Comitato di solidarietà con il Portogallo*. Sete anos depois de Agostinho Neto ter apresentado, em Milão, o ensaio poético *Com os olhos secos* (1963), diversos nacionalistas das Províncias Ultramarinas reuniram-se, em Roma, no âmbito da Conferência Internacional de Solidariedade para com os Povos das Colónias Africanas. Em março de 1973 foi a vez da Conferência Nacional de Solidariedade com os Movimentos de Libertação nas Colónias Portuguesas, realizada em Reggio Emilia e contando com a presença de ativistas africanos, entre os quais Samora Machel (FRELIMO), além dos mais representativos partidos da esquerda italiana (PCI, PSI, PSIU)

¹⁷⁶ Em Itália, deputados socialistas chegaram questionar a falta de direitos humanos em Portugal, solidarizando-se, no Parlamento, com Mário Soares quando este se encontrava deportado em S. Tomé. Em 1969, uma delegação do PSI visitou Portugal e contactou com diversas personalidades da oposição ao Estado Novo. O grupo foi interrogado, no hotel, pela PIDE e expulso do país.

2. Fragmentos de um Portugal representado

Que tipo de sentimentos o Portugal estadonovista despoletou no *Outro*? Quais as imagens simbólicas fabricadas pelos enviados especiais italianos? A resposta a estas perguntas afigura-se útil e pertinente uma vez que permite aferir continuidades e descontinuidades entre determinadas representações sociais produzidas em tempos distintos: antes e depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Os jornalistas inscrevem as suas narrativas em diferentes realidades históricas, cimentadas, principalmente no caso dos enviados especiais, na observação externa, e influenciam o processo de construção da realidade social da opinião pública. Os seus discursos convencionalizam e enquadram em categorias os indivíduos e os eventos. No âmbito desta pesquisa, para um português, tais interpretações talvez escorreguem no lugar-comum. Mas quando apresentado ao leitor romano ou lombardo, o mesmo lugar-comum até pode remeter para a validade que o conceito adquirira na retórica clássica: orientar o auditório na compreensão dos argumentos. Trivialidades para uns, elementos verosímeis para outros.

Aldo Giannuli (2013)¹⁷⁷, antigo ativista da extrema-esquerda nos anos 70, professor universitário e consultor da magistratura italiana, recorda o Portugal do Estado Novo como um país pobre, uma espécie de extensão de Espanha, mas diferente porque exótico, de certa forma intrigante: “Não se percebia bem a dimensão oceânica de Portugal”. A precariedade da vida quotidiana não secundarizava, porém, a áurea das grandes tradições culturais, da dignidade e do romantismo: “Lisboa ainda tem a alma oitocentista”. Situado entre a Europa e o Atlântico, transmitia a sensação de distância, para onde não era frequente viajar, para onde os reis iam para o exílio, de Carlos Alberto (Porto) a Umberto Savoia II (Cascais).

Afirma Giannuli que a Portugal estava associada a ideia de um lugar onde não se passa nada, ideal para exercícios de espionagem e trabalhos ilícitos, sujeitos. Passando em revista a imprensa da época, lá se encontra, nos tempos da II Guerra, a notícia que dá conta da prisão do correspondente da sucursal portuguesa da Agência Reuters, António Coimbra, por espionagem a favor da Inglaterra¹⁷⁸. Ou o relato, em

¹⁷⁷ Entrevista nossa, realizada a 19 de Julho de 2013. Aldo Giannuli nasceu em Bari. Especializou-se no período dos anos 60 e 70 em Itália, caracterizado pela emergência de diversos movimentos políticos e estudantis e cunhado como a estação dos conflitos e da violência.

¹⁷⁸ *Stampa Sera*, “Corrispondente della ‘Reuter’ arrestato a Lisbona per spionaggio”, 15 de Outubro, 1941, 3.

1968, da apreensão em Génova de 15 toneladas de cigarros provenientes de Lisboa, região ativa, segundo o *Corriere della Sera*, ao nível do contrabando¹⁷⁹. Portugal foi porto de abrigo privilegiado para elementos neofascistas italianos e células clandestinas anticomunistas, especializadas em operações terroristas e na formação de agentes dissimulados, como a Aginter Press.

Para os italianos, sustenta Giannuli, Portugal era um importante produtor de cortiça, também conhecido pelo atum. O famoso fado e a figura da Amália Rodrigues, claro está, eram a imagem de marca. Em 1968, a peça de teatro *Cantata di un Mostro Lusitano*, escrita por Peter Weiss, colocou em evidência as iniquidades do colonialismo português. A obra, interpretada pelo influente grupo *Teatro e Azione*, com música de Giorgio Strehler e participação de Milva la Rossa, teve um importante impacto ideológico e literário na Península Itálica, como comprova o primeiro editorial de *La Stampa* dedicado à queda do Estado Novo. Naquele dia 26 de Abril de 1974, o editorialista Aldo Rizzo¹⁸⁰ não resistiu ao apelo da sequência analógica e utilizou a figura do *monstro lusitano* para fazer o paralelismo entre a arte performativa e a realidade observada.

Outras iniciativas culturais ajudaram a difundir conotações nada simpáticas para a política colonial portuguesa, como o filme *Finché c'è guerra c'è speranza* (1974), protagonizado e dirigido por Alberto Sordi, sobre o tráfico internacional de armas em Angola e a luta desenvolvida pelos movimentos de libertação. Ou ainda o livro *L'agonia del mostro lusitano: Guinea, Angola, Mozambico* (1971), de Maria Vargas. Depois veio o 25 de Abril e Antonio Tabucchi abriu, finalmente, a janela de Portugal.

Esta ideia de exotismo, distância, romantismo, pobreza e colonialismo é facilmente perceptível através das narrativas dos enviados italianos. Virgilio Lilli¹⁸¹, um dos jornalistas que mais escreveu sobre os tempos do Estado Novo, referia, em 1951, que Portugal era um país estranhamente tropical, curvado sobre si mesmo e cansado por ter abraçado com a suas exíguas forças demasiado mundo. Era um lugar isolado dominado pela melancolia, decadentismo, pelo sentimento de despedida e pela sensação de que a atração identitária tanto provinha da Europa como do

¹⁷⁹ P.F., “Veniva da Lisbona il contrabando a Genova”, *Corriere della Sera*, 24 de Maio, 1968.

¹⁸⁰ Aldo Rizzo, “Fine di un fascismo”, *La Stampa*, 26 de Abril, 1974, 1.

¹⁸¹ Virgilio Lilli, “Lisbona, amore di terre lontane”, 6 de Fevereiro, 1951, 3.

Atlântico. Esta melancolia e espírito de pertença são melhor explicados através das palavras de Lilli:

“Por melancolia entende-se (...) uma maneira de ser triste com suavidade, a nostalgia de um bem perdido não claramente definível, vago como uma miragem (...). Este sabor de adeus domina as terras portuguesas. É o adeus a um grande amor e talvez a uma soma de mágoas: àquele grande amor e àquela soma de mágoas que é mesmo a Europa; com a esperança de encontrar um novo amor (...), do outro lado dos mares, que não traga dor”.

Talvez devido a estes traços idiossincráticos o Estado Novo não se assemelhava a nenhuma outra ditadura europeia. Segundo o jornalista de *La Stampa*, perceber a natureza do adeus a todo um continente (Europa) e a toda uma civilização (europeia) constituía o segredo para perceber a essência da alma portuguesa. Virgilio Lilli¹⁸² considerava, ainda, que os destinos portugueses eram governados por uma singular calma, não perturbável por guerras, bombardeamentos atômicos ou expansionismos soviéticos. A ditadura de Salazar, sem magnificências e cultos, e a posição geográfica do país contribuía – escreve – para esta serenidade. Mas as descrições de Lilli são sobremaneira eloquentes:

“Aquele irritação, aquela excitação, aquela acre susceptibilidade que aos franceses, aos italianos, aos alemães, aos holandeses, aos ingleses dos nosso dias permite fazer de qualquer coisa um eminente dilúvio universal, nos portugueses não existe. Existe contrariamente uma áurea de preguiça sossegada, um brande, latente esquecimento das desventuras do mundo, como se a inteira nação portuguesa se encontrasse nesta terra de passagem mais para uma viagem temporária do que para uma estável permanência”.

Verifica-se, de facto, uma espécie de comunicabilidade entre os textos dos vários jornalistas que foram passando por Portugal aquando do regime de Salazar e Marcelo Caetano. Eles não se completam no sentido em que cada fragmento de narrativa vai depositando uma peça tendo em vista a desconstrução do enigma final. Contrariamente, essa intertextualidade evolui no quadro de um conjunto de representações assumidas e partilhadas por textos produzidos em diferentes épocas e

¹⁸² Virgilio Lilli, “Calma in Portogallo”, *La Stampa*, 15 de Fevereiro, 1951, 3.

por vários autores. Tino Neirotti¹⁸³, por exemplo, alinhava pelo mesmo discurso em 1971 quando afirma que Portugal era um país sem tempo, incrustado numa Europa de há 50 anos atrás, recheado de monumentos que recordam a grandeza antiga e de cidades onde “o passado continua e é presente”.

Toda a imagética que remete para um país em versão de “convento de clausura”¹⁸⁴ ou de um “medievo na era atômica”¹⁸⁵, para utilizar alguns títulos sobre Portugal, tanto surge relacionada com o próprio horizonte histórico da população e a essência do seu ânimo, como dimana de um fator específico e palpável: a influência do Estado Novo. E quando se trata de proferir juízos sobre o regime de Lisboa, o processo das marcas comuns em diferentes textos segue o mesmo percurso que as considerações sobre a idiossincrasia e as práticas sociais.

Por outras palavras, é unânime a perspetiva que descreve o sistema político arquitetado por Salazar como retrógrado, avesso ao progresso económico, assente no poder dos militares e de 200 famílias. O Estado Novo corporativo e paternal, de partido único, era visto com um instrumento de conservação, o seu autoritarismo oprimia as liberdades fundamentais através da censura e da polícia política. Os opositores, perçecionados como a única parte viva do país, movimentavam-se em reduzido número e não levantavam problemas de maior. A vida quotidiana era depauperada pelos índices mais baixos da Europa ao nível dos salários, do analfabetismo e da natalidade e sofria a carga adicional da uma guerra ultramarina que consumia metade da riqueza produzida. A juventude portuguesa, manipulada por docentes burocratas desconfiados de qualquer livre problemática e da cultura hodierna, esbarrava num sistema de ensino vocacionado para os estratos burgueses e que só muito lentamente ia incorporando os filhos dos camponeses e dos operários¹⁸⁶. Este é, grosso modo, o enquadramento utilizado para descrever o Estado Novo.

¹⁸³ Tino Neirotti, “Portogallo, paese senza tempo tra antiche e folli sugestioni”, *La Stampa*, 18 de Agosto, 1971, 12.

¹⁸⁴ Virgilio Lilli, “Difficile ritorno in Europa”, *Corriere della Sera*, 7 de Fevereiro, 1969, 3.

¹⁸⁵ Riccardo Minuti, “Portogallo: Medio Evo nell’era atômica”, *Paese Sera*, 4-5 de Junho, 1962, 14.

¹⁸⁶ Virgilio Lilli, “Calma in Portogallo”, *La Stampa*, 15 de Fevereiro, 1951, 3; “L’ostinata ombra del dittatore”, *Corriere della Sera*, 9 de Fevereiro, 1969, 3; “I tre fantasmi che dominano Lisbona”, *Corriere della Sera*, 13 de Fevereiro, 1969, 3; “Il reggente e i suoi poliziotti”, *Corriere della Sera*, 18 de Fevereiro, 1969, 3; “Goliardia imbalsamata di Coimbra”, *Corriere della Sera*, 26 de Março, 1969, 3; Tino Neirotti, “Portogallo, paese senza tempo tra antiche e folli sugestioni”, *La Stampa*, 18 de Agosto, 1971, 12. Alberto Ronchey, “Il vento dell’Occidente non penetra nell’antiquato Portogallo di Salazar”, *La Stampa*, 18 de Janeiro, 1962, 3. Paolo Vita-Finzi, “L’arduo futuro portoghese”, *Corriere della Sera*, 9 de Outubro, 1968, 5. Paolo Bugiatti, “Un medioevo che non finisce domani”, *Corriere della Sera*, 27 de Outubro, 1973, 3.

As considerações sobre a figura de Oliveira Salazar estão em sintonia com a matriz do regime: doloroso para os portugueses, mas diferente dos demais ditadores europeus. Ou seja: penoso mas não calamitoso. Algumas descrições são altamente críticas, outras nem tanto. Alberto Ronchey¹⁸⁷ referia que a pobreza dos portugueses não assustava o ditador, antes era encarada como virtude moral, preferindo a tradição ao progresso porque este possuía os germes que davam origem ao proletariado subversivo. Indro Montanelli¹⁸⁸ asseverava, por sua vez, que Salazar era melhor que o seu regime e não podia ser confundido nem com esse nem com outros ditadores contemporâneos.

Neste ou naquele texto, surge sempre um adjetivo ou uma expressão que diferencia Salazar dos despóticos *ressonantes*: tímido, coerente, mais vocacionado para argumentar do que para gritar, sacerdote do Estado, o mais enigmático dos homens fortes, governador de Deus em Portugal, adepto do isolamento ascético, conhecido pelo lastro misterioso e pela severidade pedagógica. Carlo Casalegno e Indro Montanelli não hesitaram em sublinhar a peculiaridade que o tornava diverso. Dizia Casalegno¹⁸⁹ que Salazar defendia com sucesso o seu regime pessoal, desconfiava da propaganda e repulsava a publicidade, o socialismo e a democracia. Defensor das estruturas patriarcais e do imobilismo social, salientou que a sua missão era “servir o povo mesmo contra o povo”. Talvez por ter privado com Salazar, Montanelli¹⁹⁰ chegou a transmitir um sentimento de respeito e alguma admiração pelo – escrevia – homem político mais coerente que passara por Lisboa, coerente com os seus ideais de paz, ordem e estabilidade.

Em 1970, por altura da sua morte, Montanelli¹⁹¹ afirmava que, pese embora não possuísse os traços dos líderes carismáticos – alérgico às massas –, era um ditador sem divisas e máscaras, clássico universitário de formação humanista e de grande fineza intelectual e rigor moral. Mas tinha, na sua opinião, um problema: rejeitava a liberdade e democracia porque não acreditava nos homens, perspetivados como pobres e débeis criaturas entregues à depravação moral.

A leitura em relação à governação de Marcelo Caetano não dista das conceções avançadas pelos historiadores portugueses (Rosas, 1999; Reis, 1996;

¹⁸⁷ Ronchey, “Il vento dell’Occidente non penetra nell’antiquato Portogallo di Salazar”, *La Stampa*, 18 de Janeiro, 1962, 3.

¹⁸⁸ Indro Montanelli, “Salazar”, *Corriere della Sera*, 28 de Julho, 1970, 3.

¹⁸⁹ Carlo Casalegno, “Silenzio di Salazar”, *La Stampa*, 4 de Setembro, 1966: 3.

¹⁹⁰ Montanelli, “Salazar”, *Corriere della Sera*, 28 de Julho, 1970, 3.

¹⁹¹ *Ibidem*

Cabrera, 2006). Ocorrem mudanças iniciais no sentido de um regime mais aberto e menos autoritário, a designada *primavera marcelista*, acompanhadas, posteriormente, de um endurecimento interno em consequência do aumento da atividade oposicionista, tanto no domínio da sociedade civil como no contexto das estruturas militares do regime. A guerra colonial emerge como o grande obstáculo que Caetano não conseguiu ultrapassar. O instinto de conservação da velha classe dirigente e a sombra de uma oposição cada vez mais retumbante e volumosa, nos vários setores da sociedade, são os outros dois factores sinalizados pelos enviados especiais para justificar o progressivo fracasso da linha reformista e liberalizante.

Nos primeiros anos de governação, os textos jornalísticos italianos visam aspetos como a singular natureza dos princípios constitucionais do regime, a manutenção do monopólio limitador das liberdades fundamentais, o antiparlamentarismo e a luta pelos territórios ultramarinos. Os jornalistas apresentam um Marcelo Caetano mais comunicativo que o seu antecessor, disponível para falar com os jornalistas e direccionado para o fomento do diálogo ao nível dos círculos políticos internacionais, de que são exemplo, em 1971, a realização da conferência atlântica em Lisboa (Junho) e a reunião entre Nixon e Pompidou nos Açores (Dezembro). Lisboa e Marcelo Caetano surgem, na imprensa italiana, como os anfitriões destes dois eventos.

Os jornais mais proeminentes insistiram em comparar a governação de Caetano com a de Salazar, interessaram-se pelos atos eleitorais e transmitiram sempre a ideia de que esses constituíam oportunidades falhadas para conferir um novo fôlego ao Estado Novo. Defraudadas as expetativas reformistas, as eleições, no tempo de Caetano, são descritas como um ritual de pura formalidade (falsidade) cuja vitória governativa encontrava-se pré-anunciada. A imagem de um árduo encontro com a democracia coloca, ainda, em evidência a falta de cidadania dos partidos políticos e de equidade do voto. Fala-se em *os senhores da autoridade contra os adversários* no âmbito de um cenário mais vasto que claramente remete para a continuidade do salazarismo e o sufoco dos fermentos liberalizantes. Os últimos tempos de Caetano ficam intimamente relacionados com o trauma da guerra colonial, com a vontade de perpetuar um colonialismo repetidamente referenciado como arcaico e violador dos direitos humanos, um colonialismo em contraciclo com a emancipação dos povos africanos.

A partir de 1970, o discurso jornalístico já não inscreve num horizonte demasiado longínquo o encontro dos portugueses com a democracia. Montanelli¹⁹² recordou uma conversa com Ortega y Gasset para pressagiar de alguma forma o que sucederia quatro anos depois: “Ortega y Gasset havia-me dito: ‘Salazar resistiu e resistirá até ao fim porque, ao contrário de Mussolini que acreditava comandar oito milhões de baionetas, sabe muito bem governar oito milhões de cadáveres’”. Comentando a própria citação, Montanelli logo desconstruiu a sentença para dizer que, como quase todas as de Ortega, esta era mais brilhante do que verdadeira. Acrescentando: “Os portugueses não são oito milhões de cadáveres e temo que num futuro próximo o demonstrem em demasia”.

¹⁹² Montanelli, “Salazar”, *Corriere della Sera*, 28 de Julho, 1970, 3.

3. O Estado Novo nas páginas do *Corriere della Sera*: 1968-1974

Encontra-se consistentemente difundida a ideia segundo a qual Portugal não era realmente notícia antes do 25 de Abril de 1974 (Hatton, 2011; Rebelo, 1994, Figueira, 2007; Soares, 1994; Giniger, 1994, Broening, 1994, Rodrigues, 2008; Maxwell, 1983). Segundo José Rebelo (1994: 81), à exceção de alguns artigos animados pela atividade dos exilados políticos ou de relatos sobre a guerra colonial, designadamente sobre os massacres perpetrados pelo Exército português em Moçambique, poucos ou mesmo nenhuns acontecimentos mereciam honras de um grande título. Avaliando a cobertura jornalística do *Corriere della Sera* sobre Portugal entre Janeiro de 1968 e Março de 1974, conclui-se que, em Itália, a perspetiva da irrelevância noticiosa, da incompatibilidade com os grandes títulos, encontra-se genericamente correta e pontualmente inexata.

Genericamente correta porque, efetivamente, Portugal foi poucas vezes deslocado para as primeiras páginas ou atraiu enviados especiais. Face à ausência de acontecimentos relevantes, os noticiários baseavam-se em agências noticiosas, eram escassos e relegados para espaços secundários e não mereciam grande extensão ao nível da economia da página, não obstante o *Corriere* possuir um correspondente em Portugal (assinava com A. F.). Pontualmente inexata porque momentos houve em que determinados eventos motivaram significativa atividade noticiosa e mereceram atenção prolongada dos *viajantes da informação*.

Metodologicamente, a análise sobre a cobertura jornalística do *Corriere della Sera* aos acontecimentos portugueses, durante os últimos seis anos do Estado Novo, apresenta um carácter exploratório, situando-se longe da observação intensiva e exaustiva que ocupa a terceira parte do trabalho. A abordagem persegue os seguintes objetivos: a) identificar os períodos de maior intensidade noticiosa; b) identificar os mais importantes eventos reportados; c) aferir o destaque conferido pelo meio de comunicação através das variáveis¹⁹³ *extensão* das peças jornalísticas, da sua localização (*paginação*) no jornal e na página e do *tipo de assinatura*.

¹⁹³ A justificação das variáveis e os procedimentos quantitativos estão em sintonia com a definição teórica realizada no oitavo capítulo. O protocolo de categorias pode ser consultado no Anexo 1.

<i>Corriere della Sera</i>			
Período	Frequência	Variáveis Subcorpus A	Objetivos
1 Janeiro 1968 v 15 Março 1974	234 Peças	Identificação Data Designação do Meio Assinatura Paginação Extensão	Intensidade Noticiosa Eventos Proeminentes Relevância

Tabela 2: modelo de análise

A escolha do *Corriere della Sera* justifica-se por ser, no período em apreço, o maior jornal italiano e o mais dotado de meios. Já o ano de 1968 surge como um momento incontornável na história do Estado Novo, um período de transição ao nível da liderança política que não passou despercebido em termos internacionais. O alvo da análise é o subcorpus A (cobertura jornalística Estado Novo 1968-1974).

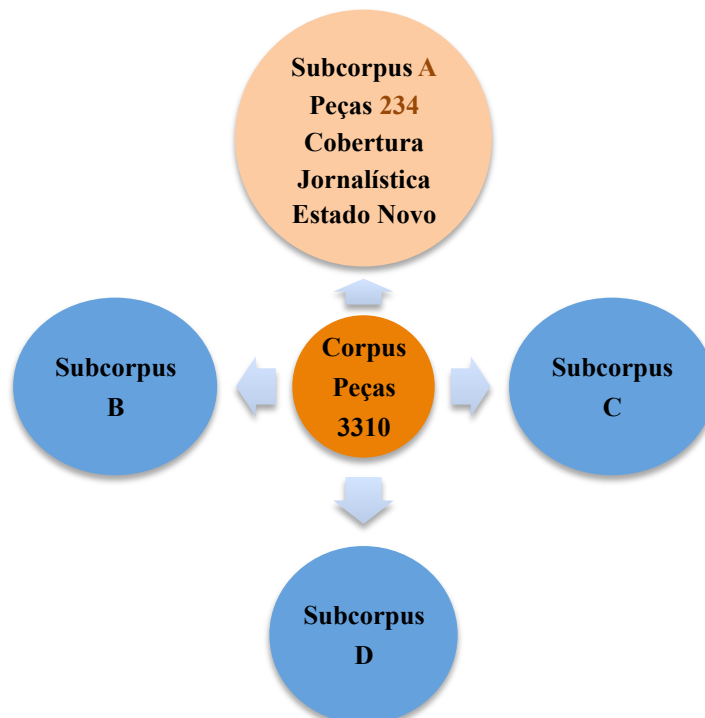


Gráfico 2: representação subcorpus A

3.1 Apresentação e discussão dos resultados

O primeiro acontecimento relevante consistiu na mudança do presidente do Conselho. De Setembro de 1968 (tomada de posse de Caetano) a Outubro de 1969 (eleições legislativas), os enviados Mário Cervi e Virgilio Lilli estiveram em Portugal para relatar o pós-Salazar. Cervi ocupou-se, primeiro, do processo de escolha de Caetano e da sua investidura e, posteriormente, das eleições de 1969. Publicou serviços na primeira e terceira páginas e artigos em destaque na secção internacional. Virgilio Lilli escreveu nove reportagens entre 7 de Fevereiro e 26 de Março. Ao longo de nove semanas, Lilli inscreveu na terceira página textos sobre o *novo* curso da política de Lisboa e as práticas sociais dos portugueses. Ocupou, portanto, o espaço nobre, em termos de extensão e de localização, da grande reportagem no jornalismo italiano.

Acontecimentos portugueses relevantes - Imprensa Italiana		
Período 1	Período 2	Período 3
Setembro 1968 - Outubro 1969	Janeiro - Dezembro 1973	1968 (Janeiro - Agosto), 1970, 1971 1969 (Novembro-Dezembro), 1972 1974 (Janeiro-Março)
<p>Sucessão Oliveira Salazar</p> <p>Tomada de posse Marcelo Caetano</p> <p><i>Nova</i> política Estado Novo</p> <p>Eleições Legislativas</p> <p>Refêns italianos Biafra</p>	<p>Assassinato Amílcar Cabral</p> <p>Colonialismo português</p> <p>Maçacres Moçambique</p> <p>Auto-proclamação independência Guiné-Bissau</p> <p>Eleições Legislativas</p> <p>Processo <i>três marias</i></p> <p>Transporte armamento barcos portugueses</p> <p>Ponte aérea norte-americana Açores (Ilha Terceira)</p>	<p>Crise Guiné-Conacri (1970)</p> <p>Tensões Lisboa-Vaticano (1970)</p> <p>Encontro Nixon-Pompidou (1971)</p> <p>Conferência Atlântica Lisboa (1971)</p> <p>Tensões Bispos-Missionários (1971)</p>

Tabela 3: inventário e sistematização dos acontecimentos portugueses nas páginas do *Corriere*

A preponderância deste segmento cronológico (Fase 1 – tabela 3) é corroborada por António Figueiredo (1983: 149-150) quando elege, a partir de finais da década de 60, cinco fases distintas que sistematizam a relevância da Península Ibérica no contexto da agenda jornalística internacional. O antigo correspondente estrangeiro em Londres considera que a situação portuguesa, em consequência da

pressão internacional no âmbito do conflito ultramarino, atraiu invulgarmente a atenção da imprensa estrangeira (2ª fase), bem como a sucessão de Salazar (3ª fase) e as expectativas quanto às intenções liberalizantes de Caetano (4ª fase).

O ano de 1969 ficou ainda marcado pelo sequestro, na República do Biafra, de 14 técnicos italianos da companhia petrolífera Agip, acontecimento que rapidamente ocupou as manchetes da imprensa e originou comoção na opinião pública italiana. O conflito prolongou-se por mais de 15 dias (Maio/Junho) e só foi desbloqueado graças à intervenção da diplomacia portuguesa. Lisboa era uma das poucas capitais que apoiava política e materialmente a causa rebelde do general presidente Ojukwu, transformando-se no palco de ativas negociações tendo em vista a libertação dos reféns. Alfonso Madeo foi o enviado destacado para Lisboa. Portugal saltou para as primeiras páginas e, pelo seu papel de intermediação, ficou inevitavelmente associado à resolução do conflito.

De acordo com a tabela 4, verifica-se que esta primeira fase de 14 meses reuniu 35 por cento do total das peças publicadas sobre Portugal ao longo dos cerca de 75 meses analisados. Outro indicador da preponderância informativa deste segmento consiste na localização e extensão das peças: 33 por cento das peças na primeira página e 54 por cento na terceira página. Os momentos em que o jornal decidiu investir na recolha de informação inserem-se maioritariamente nesta fase, com 49 por cento dos textos de enviados especiais.

<i>Corriere della Sera</i>				
Indicadores	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total Percentagem-Frequência
Total de Peças	35%	25%	40%	100% (234)
1ª Página	33%	25%	42%	100% (36)
3ª Página	54%	8%	38%	100% (24)
Extensão das Peças (+150 linhas)	31%	35%	34%	100% (77)
Enviados Especiais	49%	29%	22%	100% (51)

Tabela 4: análise quantitativa da cobertura jornalística do *Corriere della Sera*

A segunda fase de significativa atividade informativa situa-se em 1973 (Janeiro a Dezembro – tabela 3). Os picos noticiosos ocorreram, primeiro, durante o

mês de Janeiro e o final de Março; depois, igualmente durante a totalidade do mês Julho e as últimas semanas de Setembro e Outubro. O motivo do inusitado interesse começou com o assassinato do líder do PAIGC, Amílcar Cabral. O *Corriere* enviou para o território africano (Zâmbia e Tanzânia), no início do ano, o jornalista Silvano Villani que logo encetou um série de reportagens não somente sobre a morte do *Che Guevara* africano, mas também reavivando o arcaísmo, o desrespeito pelos direitos humanos do colonialismo português e a conivência de alguns países¹⁹⁴ (fornecimento de armamento), entre os quais Itália, com a política de Lisboa em relação a África. Silvano Villani entrevistou, posteriormente, alguns expoentes da resistência africana que se deslocaram a Itália para participar em encontros de solidariedade com os movimentos de libertação das territórios ultramarinas.

O mês de Julho de 1973 assinala o maior caudal noticioso no âmbito dos 75 meses analisados. O principal motivo prende-se com os massacres de Moçambique (Fase 2 – tabela 3). O tratamento jornalístico adquiriu relevante amplitude temporal, destaque no jornal e contou com os contributos de Silvano Villani, Sandro Rizzi, Fabrizio De Santis (correspondente no Vaticano) e Edgardo Bartoli (correspondente em Londres). Incluiu fotografias, infografias, entrevistas, artigos de opinião, reportagens, notícias e o primeiro editorial de Piero Ottone sobre o colonialismo português, intitulado “Uma luta absurda”¹⁹⁵.

A explicação para as manchetes e primeiras páginas decorre do elevado número dos intervenientes, da sua notoriedade e origem. O tema dos massacres de Moçambique, inicialmente denunciados pelo padre Hastings, foi alimentado por outros eventos como a polémica que envolveu a visita de Caetano a Londres, as reações do Vaticano e as adicionais denúncias de missionários italianos sobre as matanças ocorridas em Moçambique e na Guiné Bissau. Itália solicitou explicações à embaixada portuguesa em Roma e instruiu o seu representante em Lourenço Marques no sentido de apurar mais informações. O cancelamento da participação do maestro Piero Bellugi no Concurso Internacional de Música Viana da Mota, em Lisboa, parece ilustrativo do impacto ao nível da opinião pública italiana.

O colonialismo de Lisboa esteve, ainda, em evidência quando, no final de Setembro de 1973, a Guiné-Bissau autoproclamou-se independente. Logo surgiram as reportagens sobre a luta na resistência, o papel do PAIGC, o legado de Amílcar

¹⁹⁴ Holanda, Itália, Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra

¹⁹⁵ *Corriere della Sera*, “Una lotta assuda”, 19 de Julho, 1973: 1.

Cabral, as ligações com as Nações Unidas e as penosas condições de vida neste território africano.

Volvidas três semanas, Portugal voltou a ocupar títulos de destaque e o espaço nobre da terceira página através dos relatos de Paolo Bugialli a partir de Lisboa, por ocasião das eleições legislativas de 1973. Bugialli colocou, sistematicamente, em relevo a singularidade do Estado Novo em relação aos restantes Estados europeus (atraso, falta de direitos civis, precariedade da vida quotidiana).

O mês de Outubro ficou marcado pela notícia de um misterioso lote de armamento transportado pelos barcos portugueses *Eco Tejo* e *Eco Brando*, no porto italiano de La Spezia (Génova), pela ponte aérea organizada pela aviação norte-americana na Ilha Terceira, no contexto da guerra do Kippur, e pela mediática manifestação feminista em Paris em solidariedade com Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, as *três marias* processadas pelo livro *Novas Cartas Portuguesas* (1972).

Abrangendo 25 por cento do total das peças publicadas (tabela 4), esta segunda fase de 12 meses (1973 – tabela 3) destaca-se pela extensão dos textos na medida em que registou a maior percentagem de peças com mais de 150 linhas (35 por cento – tabela 4). Concorrem para este número artigos que procuram alcançar maior grau de explicação sobre os acontecimentos, como as reportagens. O ano de 1973 registou 29 por cento de textos dos enviados especiais, merecendo por isso maior investimento do jornal em comparação com a terceira fase (22 por cento – tabela 4).

No âmbito do terceiro segmento formulado (tabela 3), que perfaz um total de 48 meses (períodos remanescentes), a conferência atlântica de Lisboa, em Julho de 1971 (NATO e segurança europeia) e, quatro meses depois, nos Açores, o encontro entre Nixon e Pompidou sobre a crise monetária internacional constituíram outras temáticas de destaque que obrigaram à presença de enviados especiais italianos em território português. De realçar, também, a invasão da Guiné-Conacri em Novembro de 1970 por forças estrangeiras, com o presidente Sékou Touré a acusar Portugal pela iniciativa beligerante, além das tensões entre, por um lado, Lisboa e o Vaticano e, por outro, os bispos portugueses e os missionários em África.

Cumpre salientar que se verificou um aumento de notícias sobre a oposição ao Estado Novo, em Portugal e no estrangeiro, a partir de meados de 1969, pese embora a reduzida visibilidade no corpo do jornal. A cadência informativa foi

aumentando, progressivamente, quando se tratou de noticiar atentados, sabotagens, prisões ou confrontos entre manifestante e forças policiais.

Em jeito de conclusão, importa sublinhar que as primeira e segunda fases sinalizados diferenciam-se, significativamente, ao nível do total de peças publicadas, das reportagens na terceira página e dos textos de enviados especiais, com maior preponderância para a primeira fase (tabela 4). Por contemplar uma maior variedade de temáticas amiúde exploradas pelo próprio *Corriere*, a segunda fase exigiu um maior nível de explicação e por isso, na generalidade, maior extensão dos textos. Agregando as duas fases identificadas como relevantes (Fase 1 e Fase 2 – total 26 meses), verifica-se que estas apresentam percentagens superiores, em todas as categorias, relativamente ao 48 meses da terceira fase (períodos remanescentes).

Observando o total de peças publicadas (234) sobre Portugal durante os cerca de seis anos analisados e a sua inserção nos espaços nobres do jornal, conclui-se que, na imprensa italiana, o país realmente apresentou níveis elevados de irrelevância noticiosa. Momentos houve, no entanto, em que os acontecimentos portugueses mereceram destaque nas páginas do *Corriere della Sera*. Este dado explica-se pela existência de valores-notícia como a negatividade, a amplitude-intensidade, a significância-proximidade, a dramaticidade e o conflito, critérios presentes na crise do Biafra, no assassinato de Amílcar Cabral e nos massacres de Moçambique (presença de missionários italianos e identificação da largos estratos da sociedade italiana com a causa dos movimentos de libertação africanos). Explica-se, também, pela existência de critérios noticiosos como a consonância, relacionada com aquilo que se espera e deseja encontrar, com as expetativas dos jornalistas, critério presente na sucessão de Salazar, no *novo* rumo político do Estado Novo ou nas eleições legislativas. Explica-se, por último, pela presença de Portugal em eventos que envolveram nações e personalidade de elite, como sucedeu, em 1971, aquando da Conferência Atlântica em Lisboa e da reunião entre Nixon e Pompidou nos Açores.

Alguns dos acontecimentos reportados ascenderam ao estatuto de notícia ou foram alvo de um considerável investimento informativo porque esteve presente o critério de proximidade ou afinidade cultural, de que são exemplo as tensões com o Vaticano, os massacres em Moçambique, a crise do Biafra e as polémicas entre bispos portugueses e missionários em África. Nestes casos, o enquadramento que confere valor-notícia passou, de alguma forma, por aproximar aquilo que é distante. O noticiário internacional contempla uma acentuada perspectiva de cada região ou país.

4. A ordem internacional da Guerra Fria: os anos 70

A estrutura das relações internacionais caracterizou-se desde o fim da II Guerra Mundial pela competição entre duas superpotências antagónicas, os Estados Unidos e a União Soviética¹⁹⁶. Este antagonismo fundou a ordem do sistema internacional bipolar e assentou em princípios políticos, ideológicos, militares e, em última análise, remete para diferentes estruturas de pensamento organizadas em função de um núcleo rígido de elementos através do qual o *Outro* (opositor) é representado. Trata-se de um núcleo composto por fronteiras inflexíveis. Semelhante modelo de pensamento é aquele que regula, atualmente, as representações entre o Ocidente e o Islão.

Volvida a primeira metade da década de 60 e a fase de hostilidade denunciada da Guerra Fria, os dois colossos militares autoproclamados bandeiras maiores do Ocidente democrático e do Leste comunista entregaram-se à convivência mútua uma vez que não podiam esperar suprimir-se. O relacionamento gravitou, a partir de então, entre crises e desanuiamentos e apresentou como denominador comum a intenção de não deixar resvalar as incompatibilidades até ao limite, tentando reduzir tensões. Os esforços diplomáticos norte-americanos e soviéticos procuraram ainda adaptar a balança política às mutações internacionais e diminuir o ruído que afetasse a sincronização desse equilíbrio (Sá, 2008, 2011; Kissinger, 1996). Esta equação ficou conhecida por *détente*

O biénio 1973-1974 ficou, porém, marcado por elementos críticos e fertilizou o terreno através do qual se iniciou uma nova fase – de crise – da *détente*. Por um lado, o principal elemento crítico respeita à crise económica e energética que marcou indelevelmente os anos 70. O choque petrolífero de 1973-1974 sentiu-se à escala planetária e deixou a economia europeia em sérias dificuldades. Inflação, dependência dos ânimos dos países produtores de petróleo, de aprovisionamentos externos, da cotação do dólar, são alguns sintomas responsáveis pelo fim do virtuoso ciclo de desenvolvimento económico europeu. Por outro lado, inaugura-se um período de instabilidade no contexto das relações internacionais que coincide com o evoluir da

¹⁹⁶ Desde a II Guerra Mundial que Portugal optou pela zona de influência norte-americana. A integração neste ordenamento processou-se através de sucessivos acordos de cooperação que incluíram a cedência da base das Lajes e diversos planos de ajuda a Portugal ao nível económico e militar. O posicionamento português foi institucionalizado em 4 de Abril de 1949 quando assinou o Tratado do Atlântico Norte.

conflitualidade em Portugal no imediato pós-25 de Abril. Esta instabilidade decorre, parcialmente, da crise portuguesa e dos conflitos africanos, sobretudo, em Angola.

Alguns fatores explicam a erosão dos pressupostos sobre os quais assentava a diplomacia internacional da *détente*. Em primeiro lugar, a emergência de outros atores mitigou a supremacia dos Estados Unidos e da União Soviética nas suas zonas de influência. O conflito sino-soviético de 1969 representou uma rutura no bloco comunista e transformou a China dos anos 70 numa referência político-ideológica concorrente da União Soviética e força em plena ascensão. Esta projeção foi tanto mais facilitada pelo estabelecimento das relações diplomáticas entre Washington e Pequim, marcando, assim, o fim do isolamento internacional do regime maoísta e o reconhecimento da sua importância no quadro geopolítico mundial (Del Pero, 2006: 83-86). As duas superpotências já não conseguiam estender a hegemonia a todos os cantos do planeta, assistindo à emancipação de países em África, Ásia (Índia) e ao recrudescer de nacionalismos na América Latina.

Este aspeto emancipador fez-se, igualmente, sentir no coração da Europa. Se a França concretizou em 1966 o retiro da NATO já anunciado na década precedente, não menos significativo constituiu a designada *ostpolitik* da Alemanha Ocidental e a atração pelos mercados do bloco comunista do Leste. O diálogo político e o investimento económico alemão encontraram receptividade em Moscovo¹⁹⁷. O desanuiamento europeu foi acompanhado por reservas e evidente mal-estar norte-americano. Em Março de 1974, Henry Kissinger¹⁹⁸, admitiu que as divergências com os aliados europeus eram reais e sérias, reconhecendo que o maior problema dos EUA não consistia em normalizar as relações com os inimigos, antes em normalizar as relações de cooperação com os amigos.

Desta procura de autonomia é ainda possível destacar outro elemento relevante para o caso português e que se insere na rota dos emergentes atores: a unificação e construção do projeto europeu, assunto tão atual quanto distante no tempo. Depois da adesão em 1972 da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, a CEE apostou cada vez mais na cooperação económica, social e política com o objetivo de aumentar o peso no xadrez internacional e, deste modo, salvaguardar os interesses de alguns dos seus proeminentes membros – Inglaterra, França e a Alemanha Ocidental

¹⁹⁷ Ibidem: 90.

¹⁹⁸ Citado por Dino Frescobaldi, “Momento critico tra Kissinger e L’Europa”, *Corriere della Sera*, 13 de Março, 1974, 1.

com a sua *ostpolitik* –, nunca perdendo de vista a democratização do sul da Europa. Como nota António José Telo (1999: 231-232), este fator contribuiu para que a Inglaterra e, muito especialmente, a Alemanha Ocidental, receando um confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética em redor de Portugal, investissem na transição portuguesa e na vitória das forças democráticas de modo a estancar uma das mais eminentes ameaças e possibilidades de conflito na Europa.

Em segundo lugar, o estado de perturbação da *détente* resultou da conjugação de um conjunto de fatores que, a despeito de comportarem dinâmicas próprias, produziram, interligados, efeitos cumulativos de alcance assinalável, nomeadamente: o Médio Oriente; a estratégia ofensiva da União Soviética; e as questões de política interna dos Estados Unidos. A secretaria de Estado de Henry Kissinger desenvolveu uma série de iniciativas diplomáticas no Medio Oriente que originaram uma reordenação do mapa político regional. O resultado mais paradigmático desta orientação consistiu na deslocação do Egito para a esfera norte-americana. Ao colocar-se na órbita ocidental, o presidente Sadat abandonou a relação privilegiada com Moscovo e diminuiu consideravelmente a capacidade de penetração soviética no Medio Oriente.

A astúcia e o engenho tático de Kissinger não encontraram, no entanto, correlação em território africano, onde a União Soviética ganhou vantagem. Esta dificuldade de atuação deveu-se à falta de consenso entre as forças políticas em Washington no sentido de intervir ativamente em áreas que não constituíssem um interesse vital para o país, o que impossibilitou, por exemplo, a disponibilização de provisões necessárias às forças aliadas (FNLA e UNITA) no conflito de Angola (Sá, 2011: 277-282: *passim*). A derrota no Vietname havia deixado marcas duradouras.

Consequentemente, a Administração de Brejnev encarou o cenário de retração norte-americana como uma oportunidade para alargar a sua zona de influência e ganhar vantagem à superpotência rival e à emergente China, também empenhada no vazio deixado pela dissolução do império português. Especialmente em Angola, Moscovo forneceu importantes ajudas militares e económicas ao MPLA¹⁹⁹, o partido de inspiração marxista e uma das três forças empenhadas na conquista do poder. A investida comunista, ladeada no terreno por forças cubanas, colocou em causa os

¹⁹⁹ Ibidem: 46-47.

princípios através dos quais se regia o diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética e inflamou os ânimos na Europa Ocidental.

Face às tensões entre Washington e alguns importantes parceiros ocidentais, aos efeitos internos da derrota no Vietname e da demissão de Richard Nixon, às evidentes desconfianças que minaram o diálogo entre as duas superpotências, a União Soviética passou, depois de alcançada a paridade nuclear com os Estados Unidos, claramente para uma orientação ofensiva. E não perdeu tempo em encetar novas oportunidades estratégicas de expansão na Somália, Etiópia e, mais tarde, no Afeganistão.

Mas quais foram as coordenadas soviéticas em relação ao espaço europeu ocidental? Moscovo sabia que, ao contrário do Terceiro Mundo, os Estados Unidos adotariam uma postura bastante mais determinada caso estivesse em perigo o núcleo duro da NATO e uma zona fundamental da sua política externa (Telo, 1999). Consciente deste axioma, o governo de Brejnev encarou com prudência as iniciativas em pleno coração da Aliança Atlântica. O caso português aparece como elemento constitutivo dessa fórmula estratégica. Ainda que comportasse alguns atrativos funcionais e simbólicos – porta de entrada da Europa, base militar das Lajes, partido comunista em consonância com a ortodoxia de Moscovo –, Portugal representou um ponto de resistência para o expansionismo de Brejnev na medida em que a sua linha política implicava o conflito direto com Washington. Funcionou, primeiro, a política do *esperar para ver* e, depois, o recuo diante das pressões de Kissinger e dos riscos que a intervenção comportava (Del Pero, 2008: 231). Resumindo a tática soviética: avançar em Luanda, ceder em Lisboa.

Como se observou, o contexto da política interna nos Estados Unidos em muito contribuiu para a reavaliação estratégica do governo soviético num sentido ofensivo. A atuação externa definida por Kissinger passava pela assunção de que a União Soviética aceitaria mais cedo ou mais tarde uma ordem mundial estável. O meio para efetivar essa linha política consistia, como refere John Gaddis (1982: 231), numa “sofisticada combinação de pressões e induções” junto da diplomacia comunista. Esta orientação norte-americana ficou, porém, fragilizada pelas persistentes críticas internas de caráter político e académico e pela contestação social em consequência da humilhante retirada do Vietname, situação agravada pela demissão do presidente Richard Nixon em resultado do caso Watergate. As instituições políticas e a opinião pública nos Estados Unidos não concebiam uma

repetição da experiência asiática e isso explica o tipo de intervenção de Washington em Portugal e Angola: no primeiro caso, atuação diplomática em Lisboa e iniciativas dissuasoras junto de Moscovo; no segundo, insuficiente empenho e disponibilização de meios (Gaddis, 2007: 176-179; Sá, 2008; 2011).

Numa outra perspetiva, talvez a crise da *détente* não se explique somente pelas iniciativas de uma ou outra superpotência, uma vez que as fronteiras estruturais da própria *détente*, tal como haviam sido concebidas por ambos os polos, já estavam superadas. Este é o entendimento de Mario Del Pero depois de ter estudado a política externa de Henry Kissinger e a ascensão dos neoconservadores em Washington. O historiador italiano sustenta que, depois de estabilizado o *status quo* internacional, “a continuação da *détente* dependeria da mudança da sua estrutura e da consequente redefinição, em termos bastante mais ambiciosos, dos objetivos originais” (Del Pero, 2006: 148).

Ao mesmo tempo que advoga este movimento de superação, a tese de Del Pero²⁰⁰ considera, por outro lado, que a implosão deste *modus vivendi* também não pode deixar de ser encarada como um esgotamento da visão estratégica e da política externa de Kissinger e, sobretudo, “da sua tentativa deliberada de articular um novo consenso interno em redor da ação internacional dos Estados Unidos”.

²⁰⁰ Ibidem.

5. Os atores exógenos na transição para a democracia em Portugal

A queda do Estado Novo foi o resultado de um processo de abertura da sociedade portuguesa ao exterior que encontrou no espaço europeu um dos pontos de referência. O ângulo de abertura desta janela mudou os hábitos e comportamentos de largos estratos da população, nomeadamente ao nível da comunidade estudantil, e foi em grande parte impulsionado pelo desenvolvimento do tecido económico, da educação e pelo efeito dos modernos meios de comunicação de massas (Mónica, 1996). O desgaste provocado por longos anos de guerra colonial e a politização que essa introduziu nas Forças Armadas funcionaram como catalisador de um projeto político-social que já havia dado sinal de existência durante os anos 60.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi, neste sentido, uma consequência direta do conflito ultramarino, determinado exclusivamente por impulsos internos. Todavia, o período revolucionário e a fase de estabilização democrática que se seguiram sofreram a influência progressiva de fatores exógenos. Por isso se explica que, num momento em que as alterações de sistema político num Estado membro da NATO, situado na Europa, dificilmente não comportavam implicações para o equilíbrio bipolar internacional, a Revolução de Abril tenha constituído um elemento de perturbação face ao ordenamento político europeu resultante de Ialta (Varsori, 2009: 7) Trata-se, portanto, de uma crise interna que coincidiu, como se demonstrou anteriormente, com um período também ele crítico e de mudança internacional.

Acresce às dinâmicas homeostáticas da Guerra Fria outro aspeto que ampliou as réplicas internacionais da transição para a democracia em Portugal: em meados dos anos 70, o espaço mediterrânico pulsou ao ritmo de turbulências que, deteriorando o relacionamento entre membros da NATO, colocaram em causa o objetivo estratégico de controlo do Mediterrâneo pelo Ocidente. Primeiro, a crise do Chipre traduziu-se num confronto militar que opôs a Grécia e a Turquia e conduziu à retirada do país helénico da Aliança Atlântica. Simultaneamente, Washington e Ancara entraram em colisão devido ao embargo militar imposto pelos Estados Unidos à Turquia.

O conflito do Chipre originou, na Grécia, a queda da ditadura dos coronéis e um processo de transição de sistema político não desprovido de imprevisibilidade. A retirada da NATO por parte de Atenas constituiu, deste modo, uma consequência direta da crise cipriota e da mudança de regime. Num curto espaço de tempo, a

Administração norte-americana não conseguiu evitar o agravamento das relações com Atenas e Ancara.

Ao mesmo tempo que a frente oriental do Mediterrâneo se fragilizava, emergia na frente ocidental o *eurocomunismo*. A substância deste fenómeno nasceu de uma realidade em que o PCI apostou forte na construção de consensos em redor de um projeto político, o *compromisso histórico*, que lhe permitisse chegar ao governo. Sempre mais distante da ortodoxia de Moscovo, o secretário-geral Enrico Berlinguer encontrou nos homólogos espanhol e francês – primeiro com Santiago Carrillo e depois com George Marchais – pontos de contacto ideológico-programáticos e estabeleceu sinergias tendentes a legitimar um novo tipo de comunismo adaptado à realidade europeia de cada país e aos princípios democráticos.

O *eurocomunismo* foi um produto da *détente* e, simultaneamente, uma ameaça à mesma. Enquanto produto permitiu a evolução dos partidos comunistas da Europa ocidental em sistemas democráticos. Enquanto ameaça representou um fator de desestabilização e possível enfraquecimento da própria *détente*, na medida em que lançou a hipótese da participação desses partidos nos governos, principalmente, de Itália e França (Wall, 2006: 182). Ao nível da relação com o comunismo ortodoxo do Bloco de Lestes, inspirou núcleos dissidentes e promoveu críticas consistentes a Moscovo.

À medida que os partidos comunistas em Itália e França se aproximavam da área de governação, o primeiro em resultado do crescente peso eleitoral e da situação de emergência decorrente da grave crise económico-social, o segundo devido à coligação com os socialistas de François Mitterrand, a imprevisibilidade dominava as esferas políticas na Península Ibérica. Portugal iniciava a sua mudança de sistema político e a Espanha preparava-se para o pós-Franco.

Ora é neste quadro de relações deterioradas entre membros da NATO e de indefinição e progressivo sobressalto quanto à presença de forças comunistas em governos de países da Europa Ocidental²⁰¹ que se colocou em causa o controlo efetivo do Mediterrâneo, região nuclear em termos estratégicos. É à luz desta grelha interpretativa que os acontecimentos portugueses devem ser abordados.

²⁰¹ Para os responsáveis ocidentais, o ingresso dos comunistas nos governos democráticos era considerado um elemento anacrónico e ameaçador para as fronteiras entre Washington e Moscovo e para os equilíbrios políticos na Europa Ocidental.

Se o ingresso do PCP nos Executivos provisórios foi encarado com notória desconfiança pelos dirigentes ocidentais, temendo-se o respetivo contágio aos países em processo de transição de regime (Espanha, Grécia) ou onde as forças comunistas se aproximavam da esfera de governo (Itália e França), a radicalização do PREC avolumou os temores quanto à tomada do poder pelos comunistas de Álvaro Cunhal. Temia-se uma espécie de Comuna de Lisboa. E nem as diferenças ideológicas e programáticas tornadas públicas entre comunistas portugueses e, principalmente, espanhóis e italianos aliviou tensões.

Em virtude deste cenário, a luta pelo destino final da Revolução de Abril criou, como refere Kenneth Maxwell (1999: 201), “ramificações internacionais diversificadas e duradouras”, apesar de ao epílogo estarem associados atores internos. Estas ramificações refletiram, no plano internacional bipolar, o envolvimento dos dois principais agentes da Guerra Fria e, num sentido mais regional, as iniciativas de atores inseridos na mesma *zona de coabitação*.

Para se compreender a dinâmica destas ramificações é importante considerar um tempo antes e um tempo depois ao 11 de Março de 1975, data que marcou o acentuar da radicalização à esquerda do processo português em consequência do contragolpe perpetrado pelos correligionários de António de Spínola. Esta radicalização decorrente do 11 de Março definiu os campos de ação política em Portugal e acionou o alarme dos responsáveis ocidentais, determinando o aumento do envolvimento nos assuntos de Lisboa. Por outro lado, acentuou o processo de dissensão na esfera comunista internacional, assistindo-se à progressiva divisão entre eurocomunistas e Moscovo.

Derrotada a linha da *democracia musculada* do general Spínola, defensora de uma solução federalista no plano colonial, definiram-se então os três núcleos políticos que dividiram as águas da sociedade portuguesa. Os projetos congregavam apoios no interior do MFA e das diversas estruturas militares: os fautores de um progressivo avanço para a democracia popular em sintonia com o socialismo soviético, comandados PCP e secundados pela ala de Vasco Gonçalves nas Forças Armadas; um segundo grupo que falava de um outro socialismo, parlamentar, pluralista, inspirado nos modelos das democracias ocidentais e em volta do qual emergia o PS como referência, apoiado por Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Alves, entre outras personalidades militares que ficaram conhecidas como o *grupo dos nove*; e uma terceira linha defensora da revolução socialista assente no *poder popular*, em órgãos

populares de base, na democracia direta, preconizadora da tomada do poder através da via revolucionária armada e em torno da qual se reuniam vários grupos de esquerda radical, fragmentados do ponto de vista político-ideológico mas unidos no apoio ao general Otelo Saraiva de Carvalho e ao Comando Operacional do Continente (COPCON).

A partir de Março de 1975 adquiriram consistência dois modelos opostos no âmbito da estratégia ocidental. Um linha de intervenção radical que advogava a marginalização da revolução portuguesa e materializada na célebre *teoria da vacina* preconizada por Henry Kissinger; considerando que Portugal se transformava num segmento vulnerável de uma renovada *teoria do dominó* comunista (Butler, 2011: 203-205), essa *teoria da vacina* destinava-se a isolar o país no contexto dos círculos políticos e militares ocidentais por forma a *vacinar* o cada vez mais frágil espaço europeu. A segunda linha surge concentrada na democratização do regime pós-Estado Novo e no suporte às forças políticas (PS, PSD, CDS) e militares moderadas, empenhada em combater pela via diplomática os apoios concedidos por Moscovo aos comunistas de Álvaro Cunhal e representada pelo embaixador norte-americano em Lisboa, Frank Carlucci, e pelas potências europeias (Sá e Gomes, 2008: 186-192).

Como demonstram Bernardino Soares e Tiago Moreira de Sá (2008) no estudo sobre *Os Estado Unidos e a Revolução Portuguesa*, a posição kissingeriana foi definitivamente substituída, em Agosto de 1975, pela estratégia de Frank Carlucci e da Europa ocidental. Para esta viragem foi crucial a ação de Carlucci junto da Administração norte-americana e as diligências desenvolvidas pelas potências europeias – com especial enfoque para a Alemanha ocidental – durante a relevante Conferência de Helsínquia, quer junto dos responsáveis norte-americanos, quer junto do Presidente português Francisco da Costa Gomes.

Igualmente importantes parecem ter sido as pressões dissuasoras sobre os dirigentes soviéticos no sentido de cessarem os apoios ao PCP, tanto por parte do secretário de Estado norte-americano como da Europa ocidental²⁰². A conjugação das plataformas de intervenção ocidentais foi determinante para o desfecho final da Revolução de Abril: a implantação de um sistema político democrático e pluralista.

Enquanto do lado ocidental as posições dissonantes quanto às linhas estratégicas a adotar confluíram, progressivamente, para um consenso, do lado do

²⁰² Ibidem: 270.

comunismo internacional assistiu-se ao caminho inverso. As posições de Moscovo e, sobretudo, dos comunistas italianos e espanhóis divergiram quanto à forma de tomada do poder e quanto ao grau de convivência dos partidos comunistas num sistema democrático, pluralista e regulado pelas liberdades fundamentais. A questão da legitimidade revolucionária e da legitimidade eleitoral, o fulcro da luta política em Portugal a partir de Abril de 1975, alimentou a fratura tornada pública entre eurocomunistas e Moscovo/PCP. Esta cisão deve, no entanto, ser enquadrada no contexto da formação e legitimação do movimento eurocomunista.

Aliás, como se verá ao longo do trabalho, o PCI encontrou no PCP o elemento que, simultaneamente, lhe criou um problema e uma oportunidade. Um problema porque as forças moderadas em Itália, apostadas em perpetuar um anticomunismo visceral, tentaram sempre veicular uma imagem do comunismo enquanto núcleo unificado, igual em Moscovo, Portugal ou Itália. Uma oportunidade porque a partir do caso português Enrico Berlinguer pôde acentuar a sua *via nacional para o socialismo*, reformista, demarcar-se da ortodoxia de Álvaro Cunhal e enfatizar os valores de um comunismo integrado nas regras democráticas – ainda que por vezes esse discurso, durante o tempo cronológico estudado, se tenha desenvolvido de forma algo ambígua.

As réplicas da Revolução de Abril extravasaram os limites geográficos portugueses, abarcando e alimentando questões como a unidade das esquerdas, a pertinência do *eurocomunismo*, o papel das Forças Armadas na sociedade e, entre outras, a função da imprensa em contextos democráticos. Dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 resultou a edificação de um sistema político democrático de tipo ocidental. Apesar de terem sido determinados por fatores internos, o epílogo do processo revolucionário português e a fase de consolidação democrática contaram com o contributo decisivo de atores exógenos. Mas se em Lisboa valeram as estratégias ocidentais, já em Luanda o rumo da história determinou um desfecho diferente, com a vitória a sorrir aos marxistas de Agostinho Neto apoiados por Moscovo e Havana. As duas dimensões da Revolução portuguesa – transição para a democracia e descolonização – constituíram um ponto de inflamação na *détente* bipolar. Essa ordem apenas seria alterada em 1989 com o desmoronamento do mundo comunista, com o desmoronamento da hegemonia de uma determinada forma de perceber o mundo social.

Síntese

Dedicou-se, nesta segunda parte, um número considerável de páginas aos elementos que contribuem para contextualizar, no período em apreço, o campo da política e o setor de informação em Itália, focando-se, ainda, alguns aspetos que marcaram de forma indelével a memória coletiva dos anos 70, designadamente os fenómenos do terrorismo e da conflitualidade social.

Discorrer sobre a ascensão do PCI e o constante confronto com os democratas-cristãos, discorrer sobre a revisão teórico-estratégica encetada por Berlinguer e o contexto internacional da Guerra Fria, abordar questões como o terrorismo, o ambiente no *Corriere della Sera* e a rivalidade com *Il Giornale Nuovo* permite perscrutar o enquadramento que norteou as narrativas jornalísticas sobre a Revolução de Abril e as conjunturas subjacentes ao impacto dos acontecimentos portugueses em Itália. Somente penetrando, por exemplo nas dinâmicas internas e externas do *Corriere della Sera* é possível entender as repercussões do “caso *Repubblica*” em Itália. Ou, por outro lado, estudar as faces dos terrorismo para penetrar no universo da agência noticiosa Aginter Press.

Por se considerar que as marcas do tempo (conjunturas, acontecimentos, ideias) repercutem-se no património sociocultural e político dos articulistas, por se considerar que qualquer narrativa jornalística será sempre uma construção do mundo social, investiu-se na compreensão da ação política do PCI para melhor se interpretar as análises veiculadas a respeito do PCP e de Álvaro Cunhal. Como se verá na quarta parte da pesquisa, as considerações sobre os comunistas portugueses foram em grande parte determinadas pela experiência comunista italiana.

Seria, de facto, trabalhoso explicar o clima de instrumentalização política com base nas temáticas e nos acontecimentos dimanados da revolução portuguesa sem se procurar entender, neste caso, a lógica do jogo político em Itália. Como refere Mário Mesquita²⁰³, nem sempre se podem estabelecer relações de causalidade entre os meios de comunicação noticiosos e as dinâmicas do mundo social (acontecimentos, conjunturas, comportamentos, instituições). Mas eles são, porém, o elemento constitutivo do contexto onde ocorrem essas dinâmicas e através do qual podem ser compreendidas. Analisar os conteúdos das mensagens mediáticas pressupõe, neste

²⁰³ “Mário Mesquita, “Quando o Superman se disfarça de Clark Kent”, *Público*, 26 de Setembro, 2004.

sentido, compreender o sistema produtivo do ponto de vista organizacional e dos valores que o enformam.

PARTE III – ANÁLISE QUANTITATIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

CAPÍTULO VII – DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

1. Questões metodológicas e corpus da pesquisa

Depois de analisadas as dimensões contextuais, chegou o momento de abordar a dimensão operatória do estudo, o segmento central onde se procura edificar conhecimento novo. Pertti Alasuutari (1995: 2) refere que o objeto da pesquisa dos Estudos Culturais não deve repetir *verdades* anteriores, mas antes, questionando-as, procurar novas abordagens que contribuam para inovar aspetos do discurso científico sobre os fenómenos sociais. Na esteira deste ponto de vista, apresentou-se, no capítulo anterior, alguns dados que contrariam, pontualmente, a ideia consistentemente difundida segundo a qual o Portugal do Estado Novo não era realmente notícia na imprensa internacional. Defendeu-se, neste sentido, que a perspetiva da irrelevância noticiosa encontra-se, no caso específico italiano, entre 1968 e 1974, genericamente correta e parcialmente inexata.

O estudo de caso que se segue pretende fundamentar a leitura da Revolução de Abril no contexto da imprensa italiana recorrendo, por um lado, ao levantamento de dados e ao tratamento numérico das informações e, por outro, interpretando fenómenos e atribuindo significados. Da combinação destas duas técnicas resulta o conhecimento que se ambiciona instituir. Dedicar-se este sétimo capítulo à atuação quantitativa, consubstanciada numa análise de conteúdo que pretende aferir como se caracterizam e evoluem os padrões jornalísticos na cobertura da Revolução de Abril realizada pelos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*.

As perguntas que servem de fio condutor enunciam-se da seguinte forma: Qual o volume de peças publicadas e qual o jornal que mais publicou sobre os acontecimentos portugueses? Qual a relevância e o destaque conferidos? Qual o género jornalístico e o estilo do discurso mais utilizados? Quais os temas, as instituições e os atores mais focados? Que fontes apresentam maior proeminência?

O âmbito temporal estende-se de 16 de Março de 1974 a 2 de Abril de 1976. Os cerca de 25 meses estão segmentados em sete períodos:

- 1) Ação militar Caldas da Rainha (16 Março – 24 Abril, 1974)
- 2) Ação militar 25 de Abril (25 Abril – 29 Setembro, 1974)
- 3) Processo Revolucionário Em Curso (30 Setembro, 1974 – 10 Março, 1975)
- 4) Nova etapa do PREC (11 Março – 12 Julho, 1975)
- 5) *Verão Quente* (13 Julho – 18 Setembro, 1975)
- 6) VI Governo Provisório (19 Setembro – 24 Novembro, 1975)
- 7) Último episódio-símbolo da Revolução (25 Novembro, 1975 – 2 Abril, 1976)

Os alvos da análise extensiva e intensiva são os subcorpus **B** e **C**. O somatório destes dois subcorpus perfaz um total de 2887 peças observadas e representa, no âmbito da atuação quantitativa, 87,2 por cento do corpus da investigação.

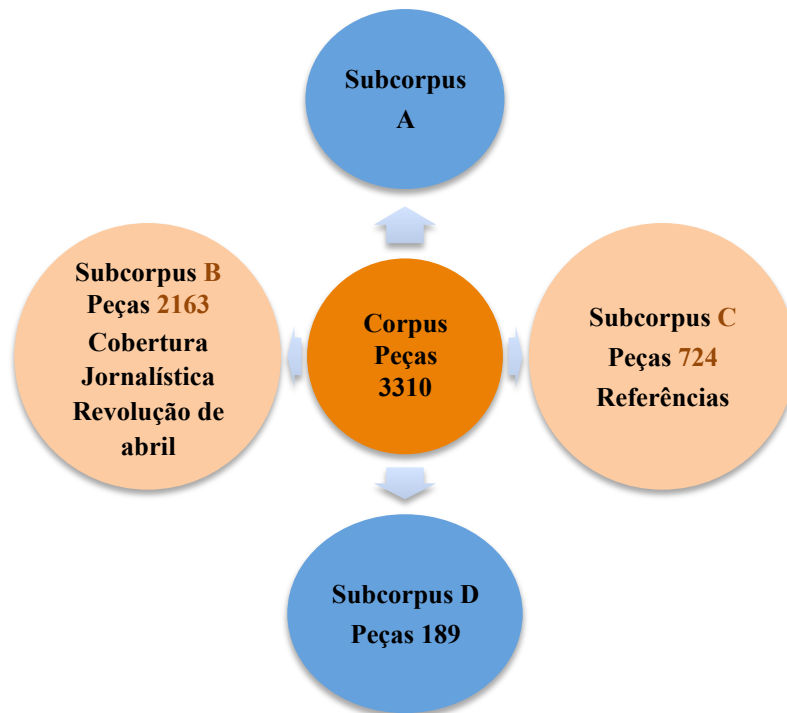


Gráfico 3: representação dos subcorpus B e C

O subcorpus **B** respeita às peças sobre os eventos portugueses. É a amostra central e constitui o resultado da informação coligida numa base de dados que tem por objetivo caracterizar a evolução dos padrões jornalísticos. O subcorpus **C** é uma amostra secundária e reúne um conjunto de dados cuja finalidade consiste em reforçar determinadas inferências realizadas a partir do subcorpus **B**. Como se mencionou no

capítulo da estratégia metodológica, o subcorpus **C** tem por objetivo sistematizar as *referências* aos eventos portugueses, entendendo-se por *referências* o conjunto de menções aos temas, às instituições e aos protagonistas suscitados pela Revolução de Abril, menções essas identificadas em peças que não apresentam como tema principal os acontecimentos portugueses.

O subcorpus **D** apresenta um total de 189 peças e abarca as notícias relacionadas com determinados acontecimentos ou assuntos despoletados, no contexto da opinião pública italiana, pelo curso político da revolução portuguesa. Enquadram-se neste segmento, por exemplo, notícias sobre terrorismo que contemplam referências às ligações entre neofascistas italianos e células portuguesas, textos sobre as repercussões do “caso *República*” em Itália, unidades de redação que relatam a instrumentalização realizada pelos atores políticos italianos a partir de temáticas suscitadas pela Revolução de Abril ou peças centradas na controversa ação política do embaixador italiano em Lisboa, Girolamo Messeri. Trata-se de problemáticas que não respeitam diretamente ao universo dos textos através dos quais os articulistas italianos disseminam um determinado enquadramento sobre a transição para a democracia em Portugal. Antes inserem-se no universo das peças referentes ao impacto da revolução portuguesa em Itália.

Optou-se por abordar estas e outras questões constitutivas do subcorpus **D**, portanto, os acontecimentos ou assuntos desencadeados, em Itália, pelo curso revolucionário português, apenas no domínio da abordagem qualitativa, exercício que ocupará a quinta parte do trabalho. A razão desta opção metodológica prende-se com o facto de que a exaustiva inventariação quantitativa desses acontecimentos ou temáticas só é possível através de uma análise que abarque a totalidade dos jornais e revistas mais proeminentes do período cronológico em apreço. Como analisar as ressonantes repercussões do “caso *República*” no *Corriere della Sera* se o diário da rua *Solferino* optou por não abordar o assunto nas suas páginas, preferindo comentar a temática através de outras publicações? São questões que obrigam estudar outras importantes publicações que não somente o *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Pensamos, ainda, que a abordagem qualitativa, exploratória, a procura de elementos explicativos para as questões desencadeadas, é o método de análise que melhor se adequa ao carácter do impacto dos acontecimentos portugueses em Itália.

O subcorpus **D** não merecerá, neste sentido, qualquer tipo de tratamento ou esforço analítico do ponto de vista quantitativo. As 189 peças inventariados visam

somente ilustrar a expressão quantitativa das repercussões portuguesas, em Itália, no âmbito da análise ao *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*.

Outra opção metodológica prende-se com a cobertura jornalística do processo de independências dos territórios ultramarinos. Decidiu-se incluir as peças referentes a esta temática apenas no âmbito da análise quantitativa da cobertura jornalística da Revolução de Abril, inseridas nos subcorpus **B** e **C**. Justifica-se esta opção na medida em que as duas dimensões da revolução portuguesa, a transição para a democracia e a descolonização, encontram-se intimamente interligadas. Por isso afigura-se pertinente incluir as unidades de redação respeitantes à descolonização nos subcorpus **B** e **C**. A mesma linha metodológica não foi, no entanto, seguida para a análise qualitativa, uma vez que a Revolução de Abril já apresenta um vasto e complexo conjunto de questões que importa analisar. A opção metodológica decorre, deste modo, de motivos relacionados com a racionalização de espaço e conteúdos, não obstante a cobertura jornalística italiana da descolonização apresentar relevantes elementos de interesse.

Em função dos objetivos subjacentes aos subcorpus **B** e **C**, procedeu-se à identificação dos seguintes grupos de categorias:

Tipo de Variável	Definição de variáveis		Tipo de Variável
Forma	Subcorpus B	Subcorpus C	Forma
	Identificação Data Períodos Designação do Meio Autoria Assinatura Paginação Extensão Valorização Gráfica Género	Identificação Data Períodos Designação do Meio Paginação Extensão	
Conteúdo	Tema Protagonista Instituição Proveniência da Peça	Tema	Conteúdo
Discurso	Estilo		

Tabela 5: tipologia das variáveis selecionadas para a análise quantitativa – modelo de análise

Utilizou-se como unidade de observação a *peça*, o equivalente à noção de *unidade de redação*. Engloba os textos, as ilustrações, os textos acompanhados por ilustrações quando constituem um aglomerado de informação coerente que, delimitado e unificado, pode representar um objeto de estudo, ou os conjuntos formados apenas por textos (Kayser, 1963). Recorreu-se ao diário *Stampa Sera* para completar a recolha de dados relativamente à edição de segunda-feira. A edição do primeiro dia da semana do jornal *La Stampa* era, entre 197 e 1976, substituída pelo vespertino *Stampa Sera*, do mesmo grupo editorial.

Os procedimentos técnicos na análise de conteúdo implicaram a construção de uma base de dados, com recurso ao SPSS, que remete para a codificação de cada unidade de observação num conjunto de categorias fundamentadas teoricamente e justificadas. A definição desta categorias resultou de um percurso teórico e empírico prévio e pretende traduzir a multiplicidade de evidências que se procura analisar, vocacionadas para responder às perguntas de partida e dar conta dos objetos e das finalidades da pesquisa.

2. Definição das categorias de análise

A opção pelo método quantitativo e pela técnica de análise de conteúdo constitui uma etapa da estratégia pluralista adotada para o nosso estudo de caso. A outra fase complementar reside no método qualitativo de análise textual de que nos ocuparemos nas quarta e quinta partes. O método quantitativo visa gerar informações estatísticas sobre a cobertura jornalística da Revolução de Abril, recorrendo à codificação e sistematização de indicadores levantados a partir do corpus extraído dos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. O processo de codificação não prescinde de um manual de procedimentos (*code book*) onde se encontram definidas as categorias de análise (variáveis) e as respetivas modalidades²⁰⁴. A codificação é uma etapa importante na medida em que possibilita o tratamento objetivo de determinadas evidências e a comparação de grandes quantidades de material ao longo de um tempo igualmente prolongado.

A definição das variáveis de análise que se segue aplica-se à totalidade do corpus da pesquisa, compreendendo os subcorpus **A**, **B**, **C** e **D**. Verificam-se algumas diferenças pontuais ao nível do tratamento de dados que serão dilucidadas aquando da caracterização das respetivas categorias.

²⁰⁴ Ver protocolo de categorias (anexo 1).

3. Variáveis de forma: autoria e tipo de assinatura

A convicção de que o discurso jornalístico é expresso por organizações institucionalizadas, públicas ou privadas, e não somente por um único autor, leva van Dijk (1988: 74-76) a afirmar que este tipo de discurso é impessoal porque o *eu* realmente individual está ausente. O autor sublinha que as assinaturas, quando presentes nos textos jornalístico, não possuem o propósito de expressar uma marca pessoal, representando, sim, “identificações secundárias”.

O sentido desta lógica de pensamento radica no facto de que o *eu* surge, apenas, como um mediador dos eventos ou observador imparcial, considerando-se que os relatos jornalísticos não traduzem universos/experiências pessoais e não transmitem, geralmente, crenças e opiniões privadas. Mas esta avaliação pressupõe que existam discrepâncias entre as publicações e as diferentes culturas jornalísticas. Essa diferença acentua-se quando se fala das reportagens, das entrevistas e dos géneros jornalísticos de opinião, espaços de enunciação onde a marca pessoal está presente. Por isso van Dijk refere que o elemento da impessoalidade é mais normativo que descritivo, deixando, assim, de lado géneros jornalísticos que convidam à marca do enunciador.

Considera-se pertinente para esta pesquisa distinguir as peças *assinadas* das *não assinadas*, bem como aquelas que surgem com a indicação das *iniciais* do autor. O objetivo consiste em fornecer elementos sobre a personalização das notícias. A responsabilidade individual do autor pode ser ainda aferida quando se cruza este indicador com a variável *género jornalístico*, designadamente com os géneros de opinião.

O tipo de assinatura inclui-se, igualmente, na análise, pretendendo-se distinguir os textos dos correspondentes dos textos dos enviados especiais. A partir desta aferição é possível perceber quais os órgãos que investiram mais na cobertura jornalística da Revolução de Abril. Ou ainda verificar se Portugal estava incluído na rede de correspondentes dos periódicos. E, se não estava, quais as estratégias adotadas pelos jornais para suprimirem esse obstáculo: por exemplo, recorrências a agências noticiosas ou a outros media jornalísticos, envio de jornalistas para o teatro do acontecimento.

Cumprе salientar que, ao longo da construção da base de dados, o jornal *Il Messaggero* apresentou em número muito reduzido a identificação das peças

veiculadas exclusivamente por agências noticiosas, comparativamente aos jornais *Corriere della Sera* e *La Stampa*. Esta diferença está, provavelmente, mais associada ao estilo do jornal do que propriamente à substância das peças. A evidência afeta a interpretação final das variáveis *autoria da peça* e *proveniência da peça*.

3.1. Destaque das peças jornalísticas

No presente estudo, a relevância conferida aos acontecimentos portugueses é avaliada através da existência ou não de *assinatura*, do tipo de *assinatura*, das imagens e dos atributos formais que acompanham as peças, da sua extensão e localização no jornal e na página.

A queda do Estado Novo foi um acontecimento que atraiu a atenção dos mais proeminentes círculos políticos internacionais. Importa, por isso, perceber se a cobertura inicial foi *disruptiva* – quebrou a homogeneidade do caudal e do ritmo noticioso rotineiro (Sousa, 2004). Perceber, por outro lado, se respeitou o esquema triangular habitual na imprensa – *situação de partida, auge e queda* (Gabriel Ringlet *apud* Mesquita, 1994/a) – ou se apresentou vários picos de atenção. Analisando a extensão das peças e a sua regularidade ao longo do período estudado, a localização no jornal e na página, chega-se a conclusões válidas a respeito do destaque e da relevância conferidos.

Adotou-se o número de linhas, e não o de caracteres, como medida referencial para a variável *extensão*. Em Itália, o termo e a medida dos caracteres só se normalizou com a entrada maciça do computador nas redações, nos inícios dos anos 80. Os indicadores afetos a esta variável estão redimensionados no subcorpus C, uma vez que os padrões mensuráveis para as *referências* são distintos daqueles utilizados para as peças avaliadas nos subcorpus A e B.

Quanto à localização das peças, a inclusão da *chamada de 1ª página* e *chamada de 2ª página* no mesmo indicador deve-se ao facto de o jornal *La Stampa* apresentar, durante algum tempo, as chamadas/sumários na segunda página. De destacar que, devido a opções estilísticas/gráficas, o indicador da *chamada de 1ª página* ou *chamada de 2ª página* não se aplica ao *Il Messaggero*.

Outra forma de recolher informações sobre a visibilidade do acontecimento consiste em observar os elementos visuais e a valorização gráfica das peças, verificar em que período esses aspetos são mais preponderantes e se assinalam eventos e

conexões estruturais importantes. Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1999: 186-187) afirmam que a linguagem deve ser compreendida através, ou na companhia, de outras formas semióticas. No caso da escrita, “a nossa mensagem é expressa não apenas linguisticamente, mas também através de disposições visuais de marcas na página”. Estes autores defendem que o *layout* nas primeiras páginas dos jornais abrange sistemas de significação como as fotografias, títulos e blocos de texto. A sua função é produzir um conjunto coerente de elementos e reforçar o valor informativo.

São, de facto, vários os autores que assinalam a importância das fotografias em jornais e revistas e destacam a sua posição no âmbito dos sistemas de significação que estruturam o texto jornalístico. A fotografia constitui um dispositivo visual que antecipa o discurso do jornal, podendo mesmo monopolizar a atenção do leitor pelo facto de possuir uma identidade sígnica própria (Mouillaud e Tétu, 1989; Garcia, Stark e Miller, 1991). A fotografia reforça, aliás, os enunciados verbais e contribui para categorizar indivíduos e acontecimentos. A proximidade da fotografia com o real supera, geralmente, o impacto que outras representações gráficas ambicionam alcançar.

A ilustração fotográfica, como outros aspetos visuais (infografias, ilustrações várias, caixas, intertítulos, antetítulos que unem peças), representa um meio de valorização da peça jornalística. Não se pretende proceder à análise semiótica das fotografias sobre a Revolução de Abril, mas a identificação dos elementos de valorização gráfica, entre os quais a fotografia, afigura-se pertinente para caracterizar a evolução dos padrões jornalísticos na cobertura dos eventos portugueses.

3.2. Géneros jornalísticos

Interessa mais para esta pesquisa apurar se uma peça se insere nos indicadores *narrativo/descritivo* ou *analítico/interpretativo*, do que propriamente identificar o género jornalístico em causa. Manteve-se, porém, esta categoria de análise porque, cruzando com a variável *paginação*, permite reforçar deduções relacionadas com o jornal que mais investiu na cobertura dos acontecimentos portugueses e perceber se é significativo o volume total de reportagens publicadas na terceira página. Através dos indicadores correspondentes aos géneros jornalísticos de opinião, esta variável permite também apurar qual o órgão de informação que revelou maior grau de envolvimento e se, no cômputo geral, esses géneros de opinião (notícia comentada,

editorial, comentário/coluna/crónica) revelam frequências significativas.

A questão dos géneros jornalísticos tem dado origem a diversas interpretações e taxonomias (Papuzzi, 2003; Charaudeau, 1997, Rebelo, 2000; Livolsi, 2001; Chaparro, 1998; Vivaldi, 1973). Os géneros e subgéneros variam conforme os períodos históricos, as tendências dominantes, as características dos meios e, dentro destes, as instâncias de enunciação. Apesar de os jornais de *qualidade* advogarem a distinção entre artigos de *informação* e artigos de *opinião*, este binarismo concetual não raras vezes dilui-se e dá origem a contágios recíprocos, como vimos em relação ao caso italiano através do *pastone*.

A noção de géneros jornalísticos, dependendo da perspetiva, possui tanto de abstrato como de concreto. Os diversos estilos nem sempre constituem um guião de bom jornalismo e abarcam elementos típicos de outros géneros. Não são, portanto, formas rígidas. Como refere José Rebelo (2000: 118), “nenhum dos géneros existe em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias dos diferentes ‘géneros’”.

Manuel Chaparro (1998: 100-101) rejeita o paradigma dicotómico (*informação vs opinião*) que, desde o século XVIII, regula a cultura jornalística. Afirma tratar-se de um “falso paradigma, porque o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões”. Acrescenta ainda que as várias revoluções culturais, políticas e tecnológicas alteraram a fisionomia das sociedades e as interações humanas, reclamando ajustes aos saberes e à *praxis* jornalística, negando por isso “espaços exclusivos e excludentes”.

Chaparro sublinha que há mais de um século que o jornalismo deixou de se expressar apenas por notícias e artigos, surgindo a reportagem, por exemplo, como a forma discursiva predominante em jornais e revistas. Desenvolveram-se, por outro lado, a entrevista e o fotojornalismo, “técnicas de relato cuja eficácia, tal como acontece na reportagem, está na aptidão de associar os factos às ideias, os dados às emoções, os acontecimentos à reflexão, os sintomas ao diagnóstico, a observação à explicação, o pressuposto à observação”²⁰⁵. O autor elaborou uma tipologia onde formula dois grupos correspondentes ao *comentário* e ao *relato*, dos quais decorrem

²⁰⁵ Ibidem

outros subgêneros. A reportagem, contemplando modelos vários, e a notícia inserem-se no subgênero *espécies narrativas*, pertencente à categoria do *relato*²⁰⁶.

Patrick Charaudeau (1997: 138) elege, por sua vez, um vasto campo equivalente ao gênero de informação mediática como resultado do cruzamento entre o *tipo de modo discursivo*, o *tipo de instância enunciativa*, o *tipo de conteúdo* e as *caraterísticas do dispositivo cénico*. O modo discursivo transforma o acontecimento mediático em notícia, pelo que o tratamento da informação processa-se, segundo Charaudeau, em três tempos: *relatar o acontecimento*, *comentar o acontecimento* e *provocar o acontecimento*. A reportagem releva, neste sentido, do *acontecimento reportado*.

Tem-se focado com insistência o gênero *reportagem* uma vez que é sobre ele que recai outra das opções metodológicas desta pesquisa. Não se pretende abordar novamente a história deste gênero (ver segundo capítulo), mas importa explicar porque se decidiu agrupar no indicador *reportagem* as peças que, podendo ser integradas neste grupo, apresentam características diversas, designadamente em Itália.

Alberto Pappuzi (2003: 48-49) observa que, na cultura jornalística italiana, o *servizio* (reportagem) encontra-se logo acima da notícia, gênero vocacionado para “aprofundar posteriormente o acontecimento aplicando um metodologia baseada na agregação”. Isto é: o jornalista recolhe um conjunto adicional de elementos informativos com o intuito de desenvolver o núcleo duro da notícia principal.

O *servizio* subdivide-se em duas categorias: o *resoconto* (relato) e a *reportage* (reportagem). A primeira consiste num relato linear dos eventos que formam o noticiário (debates municipais, sessões parlamentares, congressos, julgamentos). Importa, neste caso, encontrar um compromisso entre o noticiário da ocorrência e o interesse dos assuntos para o leitor. A estrutura do texto segue o esquema da pirâmide invertida.

A segunda categoria exige mais espaço em termos de paginação e tem, normalmente, por objeto uma notícia anteriormente veiculada, não querendo com isto dizer que seja desprovida de elementos novos. O auditório está já familiarizado com o ponto de partida da peça (mudanças de sistemas políticos, ações em teatro de guerra, ambiente político-social numa determinada cidade/país). É, no fundo, o clássico texto que se pede aos enviados especiais e que, na década de 70 em Itália, municiaava,

²⁰⁶ Ibidem: 122-125.

frequentemente, a terceira página. Ao contrário do relato, o método é a *dilatação* em vez da *agregação*: transforma-se um facto ou um segmento de um evento numa história, apelando-se à atmosfera emotiva e empregando-se os melhores recursos do jornalista. A estrutura do texto preocupa-se, no início, em chamar a atenção do leitor e não obrigatoriamente introduzir os aspetos mais relevantes.

Efetivamente, a reportagem é sinónimo de informação. O *resoconto* italiano equivale então à *reportagem standard* definida por autores norte-americanos e britânicos. E a *reportage* (vocábulo francês) corresponde à grande reportagem, onde o módulo formal sujeita-se à personalidade do jornalista-escritor.

Depois de uma leitura prévia do corpus, chegou-se à conclusão que a junção destes dois tipos de reportagem num único indicador serviria melhor os objetivos da investigação, não apenas em termos de comodidade expositiva como também ao nível do esforço diferenciador subjacente à interpretação dos dados recolhidos. Corroboramos da opinião de José Rebelo (2000) quando afirma que a distinção entre determinados géneros jornalísticos é, por vezes, extremamente difícil de fazer.

4. Variáveis de conteúdo: tema, protagonista e instituição

O *tema principal* de cada peça constitui uma variável de conteúdo que interessa aferir neste trabalho, bem como os protagonistas e as instituições mais referenciadas. São parâmetros de análise habituais em estudos relacionados com a cobertura jornalística de eleições (Schoenbach, 1996; Ismail e Ramanathan, 1996; Serrano, 2005), de determinados acontecimentos político-sociais (Mesquita, 1994/a; Figueira, 2007; Sousa, 2004) e com a área da comunicação política (Tekinalp, 1996) ou do jornalismo (Gans, 1980).

O texto jornalístico, como o texto em sentido lato, define-se como uma unidade semântica composta por várias outras subunidades de sentido (microestruturas). Esta ideia de um todo semântico remete para a noção de macroestrutura textual, a tal representação que em termos linguísticos define o sentido global do texto apreendido. Seguindo as teorizações de van Dijk (1980: 100), a macroestrutura é normalmente expressa através de orações detentoras de uma posição e função específicas no contexto do discurso, designadamente os antetítulos, os títulos e os pós-títulos/sumários. A titulação, portadora de uma importante função cognitiva, apropria uma amostra representativa da macroestrutura e familiariza o leitor com a mesma, permitindo-lhe estabelecer hipóteses sobre o discurso.

No discurso jornalístico, estas orações (antetítulos, títulos e pós-títulos/sumários) resumem, na maioria dos casos, o *tema principal* ou a fração mais significativa da notícia, sendo que o espaço de titulação revela o *traço grosso* do discurso do jornal (Rekalde (2003). Outra particularidade respeitante ao sentido de construção e leitura das notícias consiste nas regras subjacentes à organização temática. O primeiro parágrafo (*lead*) concentra, normalmente, a informação mais importante na perspetiva do jornalista, seguindo-se, por ordem decrescente de relevância, os parágrafos que comportam os restantes elementos informativos (pirâmide invertida).

O *tema principal*, o *protagonista principal* e a *instituição principal* de cada unidade de redação são identificados a partir do que é focado no título e no *lead*, entendendo-se por título a totalidade do espaço de titulação: antetítulo, título e pós-título/sumário. O recurso aos três campos do espaço de titulação era, em plena década de 70, um procedimento habitual nos jornais, vigorando uma lógica enunciativa de interação e complementaridade entre o título e o respetivo texto/imagem. Este

método, também utilizado por Estrela Serrano no seu estudo sobre os *Padrões Jornalísticos na Cobertura das Eleições Presidenciais (1976-2001)*, em Portugal, pressupõe a seguinte atuação: o *tema principal* é identificado através do maior número de referências temáticas e inclui um conjunto de indicadores como *questões de governação e política interna; política nas colónias, descolonização e conflitos entre movimentos/partidos políticos e sociais em territórios ultramarinos; política externa; repercussões e relações internacionais; assuntos militares e guerra colonial; movimentos sociais e políticos, manifestações, greves* (ou outras manifestações sociedade civil); *repressão, violência, censura, justiça* (militar ou civil, saneamentos); *imprensa e meios de comunicação; religião*. Todos os indicadores respeitam a temáticas despoletadas pelo processo revolucionário português e deles estão excluídos temas relacionados com *fait divers*.

A variável *protagonista principal* pretende aferir o ator que mais vezes é mencionado ou citado pelas suas declarações no título e no *lead* da peça jornalística. Além dos atores políticos, considera-se pertinente identificar outros protagonistas que não estejam diretamente relacionados ou conotados com uma determinada força política, atores esses que remetem para diversas figuras militares e indicadores como *Sociedade civil* (trabalhadores, ativistas, simpatizantes/militantes de partidos políticos) e *personalidades públicas* (não políticas) ou *expoentes religiosos*. O indicador *outros ou vários agentes políticos, sociais e militares, nacionais e internacionais* justifica-se nestes termos porque se identificou um número significativo de peças cujo título e o *lead* remetem para vários protagonistas com igual número de referências ou citações.

Para as peças jornalísticas incluídas nos géneros de opinião e as reportagens inseridas na terceira página (a grande reportagem) optou-se por contabilizar as referências e as citações no âmbito da totalidade da unidade de análise. A razão da escolha prende-se com o facto de que a feitura das peças em questão não se rege pela técnica da pirâmide invertida.

Os critérios metodológicos adotados para a variável *protagonista principal* são, igualmente, utilizados para a variável *instituição principal*. As peças afetas às colónias inventariadas quer entre 16 de Março e 25 de Abril de 1974, quer depois dos processos de independência respeitantes a cada território ultramarino estão incluídas no indicador *política nas colónias, descolonização e conflitos entre movimentos/partidos políticos e sociais em territórios ultramarinos*. Cumpre salientar

que os indicadores *militares, políticos e agentes sociais de territórios ultramarinos* (variável *protagonista principal*) e *partidos/movimentos políticos, movimentos sociedade civil e estruturas militares de territórios ultramarinos* (variável *instituição principal*) contemplam, também, os atores e as instituições portuguesas presentes em territórios ultramarinos, não se cingindo, por isso, exclusivamente aos nativos dos respetivos territórios africanos e asiáticos. As peças relacionadas com a guerra colonial, onde se incluem os confrontos militares entre forças portuguesas e os movimentos de libertação, encontram-se incluídas no indicador *assuntos militares e guerra colonial* (variável *tema principal*).

O método de identificação do *tema principal* (título/*lead*) no subcorpus **B** (cobertura jornalística da Revolução de Abril) é o mesmo utilizado para o subcorpus **A** (cobertura jornalística de Portugal 1968-1974). Já para o subcorpus **C** (referências Revolução Abril) procedeu-se à identificação do *tema principal* através da fração da peça que constitui a própria unidade de análise.

4.1. Proveniência das peças

Tem-se vindo a afirmar que os jornalistas são intervenientes ativos na criação de uma determinada perceção do mundo social, que produzem conteúdos passíveis de influenciar os indivíduos. É impossível ignorar a existência de uma relação causal entre a agenda jornalística e a agenda pública (McCombs e Shaw, 1993; Noelle-Neumann, 1977, 1984). Ora esta constatação, definitivamente solidificada com o incremento das pesquisas sobre os efeitos cognitivos (*longo alcance*) dos media, deslocou para o âmago do interesse académico o estudo das fontes de informação vocacionado para perceber qual a proveniência dos elementos que alimentam as narrativas jornalísticas, qual o peso, por exemplo, de determinadas fontes nas notícias (Sigal, 1973; Hall et al, 1978-1990) e como se processa a relação entre os *promotores* e os jornalistas (Santos, 1997; Chaparro, 2001; Berkowitz, 2009), que tipos de fontes informativas existem e como são usadas pelos jornalistas (Gans, 1980; Blumler e Gurevitch, 1995; Mancini, 1993).

No âmbito da literatura produzida sobre o assunto, avolumam-se os trabalhos que destacam o papel das *fontes oficiais* ao nível da definição dos enquadramentos veiculados pelos textos jornalísticos (Sigal, 1973; Ericson et al, 1989; Tuchman, 1978; Manning, 2001; Traquina, 2000). Esta investigação pretende descortinar qual o

peso das *fontes oficiais* na cobertura jornalística da Revolução de Abril, recenseando outros indicadores adaptados ao corpus como *fontes regulares* (empresas, líderes de opinião, analistas), *fontes ocasionais* (quando é solicitada a opinião a um indivíduo que observa o acontecimento), *iniciativa do próprio media*, *peça de agência*, *peça de outro media*, *fonte indeterminada* e *várias proveniências* da informação.

Como se mencionou anteriormente, o jornal *Il Messaggero* apresentou em número anormalmente reduzido a identificação de peças cuja origem da informação provem de agências noticiosas. Apesar de se considerar que esta questão encontra-se relacionada com o estilo do diário romano e não com a substância dos conteúdos, este fator terá impacto na leitura final desta categoria em termos da análise global e da análise comparada.

5. Variáveis de discurso: estilo das peças

O *estilo das peças* constitui a única variável de discurso eleita para esta pesquisa, contrapondo o indicador *descritivo/narrativo* ao indicador *analítico/interpretativo*. Este critério entende que o estilo *descritivo/narrativo* concentra-se no registo factual, na descrição, e negligencia a adoção de pontos de vista e de explicações para os cenários projetados, ao passo que o registo *analítico/interpretativo* releva do propósito de fornecer elementos explicativos e de interpretar os acontecimentos.

Tentando reduzir o grau de ambiguidade subjacente à noção de *narrativa*, Gérard Genette (1995: 24) observa que um dos três sentidos possíveis remete para a “sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objeto do discurso, e as suas relações de encadeamento, de oposição, de repetição”. Mas a narrativa não se esgota no *princípio da sucessão* das unidades/ações elementares, ela exige o *princípio da transformação* na perspectiva de uma nova etapa que reclama mudança, diferença, uma nova concatenação da narrativa e novos segmentos, por exemplo, de causalidade (Todorov, 1978-1981: 66-69). Estes dois princípios (*sucessão e transformação*) estão presentes na proposta de van Dijk, sintetizada por Umberto Eco (1983: 114-115) e classificada como relevante e coerente:

“Uma narração é uma descrição de acções que requer, para cada acção descrita, um agente, uma *intenção* do agente, um *estado* ou mundo possível, uma *mudança*, com a sua *causa* e o *propósito* que a determina; poderíamos ainda acrescentar *estados mentais, emoções, circunstâncias*; mas a descrição só é relevante (diremos: conversacionalmente admissível) se as acções descritas são *difíceis* e se o agente não tem uma *escolha óbvia* acerca do uso das acções a realizar para mudar o estado que *não corresponde* aos seus *desejos*; os acontecimentos posteriores a esta decisão devem ser *inesperados*, e alguns devem parecer *invulgares* ou estranhos.”

A ideia a reter é a de que encadear eventos num contexto de evolução dos processos de significação não obriga à interpretação e explicação dos factos. A hermenêutica, por assim dizer, situa-se do outro lado da fronteira, habitando o campo da análise e constituindo a outra pedra-de-toque do jornalismo.

Na verdade, a interpretação é uma atividade que conta com uma longa história no âmbito do pensamento ocidental, cuja origem deriva da intenção de identificar o

sentido das Palavras de Deus (Collini, 1992) Não interessa aqui convocar os sempre estimulantes debates em redor do *uso dos textos*, que opõem, de um lado, estudiosos como Umberto Eco e a perspectiva de que a interpretação legítima deve estar relacionada, de algum modo, com a natureza do texto e, do outro, autores como Richard Rorty mais direcionados para o uso do texto em função dos propósitos do leitor. Importa, sim, perceber que a interpretação, no sentido perfilhado por esta pesquisa, implica a adoção de pontos de vista e a explicação de cenários, bem como a identificação de determinadas contradições e a confrontação de ideias a partir dos elementos projetados.

CAPÍTULO VIII – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Discussão dos dados

Tendo em consideração os objetivos da pesquisa e as perguntas de investigação formuladas, a análise empírica das peças jornalísticas sobre a cobertura da Revolução de Abril permitiu, a partir do subcorpus **B**, a obtenção dos dados descritos na tabela 6:

Meio	Nº - %	Período
Corriere della Sera	794 - 36,7	16 de Março, 1974
La Stampa	662 - 30,6	v
Il Messaggero	707 - 32,7	2 de Abril, 1976
Total Peças (Nº)	2163	25 meses

Tabela 6: volume e distribuição das peças publicadas

Avaliando o volume total de peças publicadas (2163) ao longo dos cerca de 25 meses que medeiam a tentativa gorada de golpe de estado de 16 de Março de 1974 até à aprovação da Constituição da República, em 2 Abril de 1976, conclui-se, com base na tabela 6, que os três jornais de referência italianos apresentam ligeiras discrepâncias percentuais, registando valores superiores aos 30 por cento.

Estas diferenças acentuam-se quando se analisa o volume de peças em unidades. O *Corriere* (794) é o diário que mais publicou sobre os eventos portugueses, seguindo-se *Il Messaggero* (707) e *La Stampa* (662). Se o desfasamento entre os dois primeiros situa-se na ordem das 87 unidades de redação (4%), já a diferença entre o *Corriere* e *La Stampa* parece mais significativa, tocando os cerca de 6 por cento e as 132 peças. Estes dados necessitam, no entanto, de ser enquadrados com outras variáveis relacionadas com a *relevância* das peças para, desta forma, se proceder a uma leitura mais conclusiva sobre quem, na realidade, mais investiu na recolha de informação e na sua visibilidade.

Confrontando, unicamente, os números respeitantes à cobertura jornalística do *Corriere* entre 1968-1974 e 1974-1976, cotejando, portanto, os subcorpus **A** (cobertura jornalística Estado Novo) e **B** (cobertura jornalística Revolução de Abril),

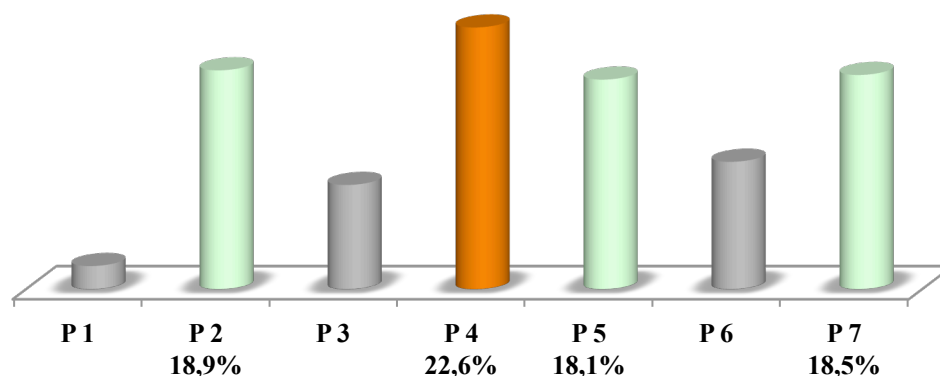
é possível afirmar que os eventos relacionados com a revolução portuguesa mereceram uma atenção singular, na medida em que o diário milanês publicou 234 peças no primeiro segmento temporal (1968/74 - 75 meses) e 794 no segundo (1974/76 - 25 meses). Ou seja: mais que triplicou o volume total de peças num período bastante mais reduzido.

Meio	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Meio
	1974 16 Mar - 24 Abr	1974 25 Abr - 29 Set	1974/75 30 Set - 10 Mar	1975 11 Mar - 12 Julh	1975 13 Julh - 18 Set	1975 19 Set - 24 Nov	1975/76 25 Nov - 2 Abr	
Corriere	2,1	18,9	8,9	23	16,1	13,4	17,5	794
Stampa	1,7	23,7	8,9	22,8	18,1	8,8	16	662
Messaggero	1,1	14,3	9,5	21,9	20,2	10,9	22,1	707
Total % Corpus	1,7	18,9	9,1	22,6	18,1	11,1	18,5	2163

Tabela 7: distribuição temporal das peças

Atendendo aos valores da tabela 7, a evolução da cobertura em termos absolutos destaca, claramente, o período que vai do contragolpe falhado de 11 de Março até ao início do *Verão Quente*, reunindo a maior percentagem de notícias (22,6% - 489 peças). As fases que se iniciam com o golpe consumado de 25 de Abril (Período 2: 18,9% - 408), o *Verão Quente* (P5: 18,1% - 391) e o pós-25 de Novembro (P7: 18,5% - 401) são períodos que também denotam relevantes picos noticiosos, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4: intensidade da cobertura jornalística



De referir que os 18,5 por cento do sétimo período justificam-se não tanto pelos eventos político-sociais em Portugal, mas sobretudo, a partir de Janeiro de 1976, pelo conflito militar em Angola. Uma leitura mais segmentada da tabela 7 coloca o quarto período no topo da cadência noticiosa do *Corriere* (23% - 183) e o sétimo período no topo de *Il Messaggero* (22,1% - 156). Já o valor mais significativo para *La Stampa* situa-se na fase que se inicia com a intentona de 25 de Abril (23,7% - 157). O quarto período apresenta-se, em *Il Messaggero* e *La Stampa*, como o segundo mais prevalente, sendo a diferença para o período dominante de uma peça no primeiro caso e de seis no segundo.

2. Relevância das peças: o caráter excepcional da Revolução de Abril

A primeira página é a *vitrina* do jornal e, dentro desta, a manchete – título principal – constitui o enunciado mais importante no contexto das notícias contidas na edição. Este dois elementos, juntos, em muito contribuem para o assentimento ou denegação do auditório relativamente ao produto informativo. Nos sete tempos analisados (tabela 8), o maior número de peças na primeira página (97) verifica-se no período que vai do contragolpe falhado de 11 de Março até ao início do *Verão Quente*, sendo que os 38,8 por cento ratificam a supremacia que este quarto segmento também regista, como se viu (tabela 7), ao nível do volume total de unidades de redação.

Localização Jornal/Página	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Manchete	–	8,8	–	32,4	52,9	4,4	1,5	68	3
1ª Página	2,5	7,9	3,3	38,8	32,2	6,6	8,7	242	11
Chamada de 1ª Página ou Chamada de 2ª Página	5,4	23,4	9,6	22,2	21	9	9,6	167	8
3ª Página ou 3ª Página com chamada	3,1	27,7	13,8	20	12,3	6,2	16,9	65	3
Página Par	1	20,9	10,7	20,9	16,6	10,4	19,4	957	44
Página Ímpar	1,4	19	9,3	18,5	11,3	15,5	25	664	31
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 8: localização no jornal e na página

Semelhante ilação retira-se quando se observa a predominância (tabela 8) que as chamadas de primeira ou segunda página apresentam, 23,4 por cento (39 peças) no segundo período e 22,2 por cento no quarto (37 peças), bem como as peças publicadas na terceira página, 27,7 por cento no segundo tempo (18 peças) e 20 por cento no quarto (13 peças). Quer isto dizer que, apesar de contemplar menos duas chamadas e cinco peças na terceira página em relação à segunda fase, o quarto período destaca-se no âmbito da leitura global e comparativa dos vários indicadores (tabela 8).



Figura 4: (em cima - *La Stampa*) chamada de primeira página; (em baixo) manchete de *Il Messaggero*, terceira página de *La Stampa* e primeira página do *Corriere della Sera*

Quanto à localização na página (tabela 8), o quarto segmento temporal regista 32,4 por cento (22 peças) das manchetes inventariadas, menos 14 peças que a fase do *Verão Quente* (52,9%). Este indicador, agregado aos outros valores em análise em termos da *relevância* das peças, cimeta a posição do *Verão Quente* nos lugares mais proeminentes, principalmente quando se verifica que este quinto período é bastante reduzido ao nível do arco temporal.

As outras categorias de análise que permitem aferir o destaque conferido às peças jornalísticas, como a *extensão*, a *valorização gráfica*, a *autoria* e o *tipo de assinatura*, não oferecem dados que possam contrariar a centralidade que os segundo, quarto e quinto segmentos temporais revelam. Com base na tabela 9, verifica-se que estes períodos apresentam as maiores percentagens de peças com mais de 151 linhas: quinto período – 28,6 por cento (189), quarto período – 26,9 por cento (178) e segundo período – 15,8 por cento (104). Se o equilíbrio é a nota dominante entre as duas primeiras fases devido à profusão e complexidade dos eventos ocorridos, já a

mais baixa percentagem da fase iniciada com o golpe de 25 de Abril justifica-se pelo abrandamento, sobretudo em Julho e Agosto de 1974, de acontecimentos fraturantes que exigem nível elevado de explicação ou análise – a maioria das 104 unidades de redação com mais de 151 linhas concentra-se, principalmente, entre 25 de Abril e meados de Junho de 1974, não obstante a prevalência das grandes reportagens sobre o futuro dos territórios ultramarinos e o impacto da queda do Estado Novo na África Austral. Ilustrativo do considerável nível de explicação e análise atribuído à Revolução de Abril é também o facto de 30,5 por cento (660 peças) do total de unidades coligadas registar mais de 151 linhas (tabela 9).

Extensão da Peça	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Até 30 linhas	0,9	18,7	13,4	20	14,2	9,4	23,2	423	19,6
De 31 a 60 linhas	1	18,6	9,5	20,7	12,3	12,3	25,6	285	13,2
De 61 a 100 linhas	1,8	24,7	7,5	19,5	13,1	13,6	19,7	389	18
De 101 a 150 linhas	2,5	18,2	8,9	22,6	13,5	15,5	18,8	394	18,2
Mais que 151 linhas	1,8	15,8	7,4	26,9	28,6	7,6	11,8	660	30,5
Não aplicável	-	33,3	-	16,6	25	16,6	8,3	12	0,6
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 9: extensão das peças

O maior investimento dos jornais analisados em termos de ilustrações fotográficas (tabela 10), sem o acompanhamento de outro tipo de ilustrações/infografias ou atributos formais, ocorre durante o *Verão Quente* (28,8% - 65 fotografias), muito por culpa da dramaticidade dos eventos, e no período iniciado com o 11 de Março (22,1% - 50). Com base na tabela 10, a hegemonia, no contexto dos restantes indicadores, reside nos segundo e sétimo períodos e materializa-se da seguinte forma: *infografia* (P7: 38,5% - 15 peças; P2: 25,6% - 10), *fotografia acompanhada por destaques/infografia/ilustrações* (P7 e P4: 22,4% - 24; P2: 21,5% - 10) e *destaques* formais (P2: 25,7% - 70; P7: 22,4% - 61).

Valorização Gráfica	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Fotografia	2,2	15,5	5,8	22,1	28,8	11,5	13,7	226	10,4
Infografia e ilustrações	-	25,6	7,7	12,8	12,8	2,6	38,5	39	1,8
Destaques	2,6	25,7	6,2	17,3	15,8	9,9	22,4	272	12,6
Fotografia, destaques ou infografia/ilustrações	0,9	21,5	7,5	22,4	17,8	7,5	22,4	107	4,9
Ausência de marcas	1,5	17,8	10,3	23,9	17	11,7	17,8	1519	70,2
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 10: valorização gráfica

A explicação para a valorização gráfica do período que, por um lado, concretiza a revolução (P2) e da etapa que, por outro, encerra o processo revolucionário (P7) parece remeter para a necessidade de valorar acontecimentos *disruptivos* que quebram a homogeneidade da cadência noticiosa. Isto é: o golpe militar de 25 de Abril e o envolvimento das principais potências mundiais no conflito militar angolano, a partir de Janeiro de 1976, são considerados eventos de rutura. Os destaques formais e, particularmente, as fotografias secundadas por infografias representam um importante auxílio para o discurso jornalístico, uma vez que é necessário apresentar novas personagens (perfil/retrato) e explicar ao leitor onde se situam geografias longínquas (colónias) ou que, apesar de próximas, não ocupam habitualmente a agenda jornalística italiana (Portugal).

A variável *autoria*, na tabela 11, indica 32,7 por cento (707) do total de peças assinadas e 5,3 por cento (114) identificadas com as iniciais de autor. O somatório dos dois indicadores (38% - 821), consideravelmente superior à percentagem total de notícias de agência (24,7% - 534), remete para níveis significativos de responsabilização individual dos jornalistas na feitura das notícias, dos comentários ou de procura de maior proximidade com os leitores. Os quarto e quinto períodos (tabela 11) apresentam 26,4 por cento (187) de peças assinadas, seguindo-se o segundo período com 15,3 por cento (108) – também aqui é importante considerar o abrandamento, designadamente em Julho e Agosto de 1974, de acontecimentos que exigem nível elevado de explicação ou análise (factor ainda aplicável à variável *tipo de assinatura*). A ordem inverte-se no que respeita às peças com as iniciais de autor,

surgindo, em primeiro lugar, o segundo período com 30,7 por cento (35) e o quarto com 19,3 por cento (22) – (tabela 11).

Autoria	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Peça assinada	2,5	15,3	8,9	26,4	26,4	7,5	12,9	707	32,7
Peça agência	0,5	26,2	10,1	20,6	12,2	10,9	19,5	534	24,7
Peça com iniciais	6,1	30,7	17,5	19,3	10,5	8,8	7	114	5,3
Não assinada	0,9	15,5	7,4	21	15,7	14,9	24,5	808	37,3
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 11: assinatura das peças

A presença de enviados especiais (21,3% - 461) e correspondentes (4,7% - 102) constitui outro indicador revelador da responsabilidade individual dos jornalistas em relação ao conteúdo das peças e do considerável investimento dos jornais no acontecimento (tabela 12). Uma vez mais a fase do *Verão Quente* (33,1% - 153) e o período iniciado com o 11 de Março (27,1% - 125) reúnem o maior número de peças de enviados especiais, seguindo-se o segundo período com 12,8 por cento (59).

Tipologia da Assinatura	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Correspondente	1,9	4,9	5,9	39,2	10,8	11,8	25,5	102	4,7
Enviado Especial	1,7	12,8	9,8	27,1	33,1	5,9	9,5	461	21,3
Outros	1,6	21,5	9,1	20,2	14,2	12,6	20,7	1600	74
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 12: tipologia da assinatura

Os quarto (39,2% - 40) e sétimo (25,5% - 26) segmentos temporais dominam as percentagens de correspondentes, evidência que se justifica, no primeiro caso, devido à relevância e quantidade dos eventos politicamente imprevisíveis e diferenciados que obrigaram a recorrer aos correspondentes para aprofundar determinados assuntos ou suprimir lacunas informativas. As 26 peças de correspondentes no sétimo período explicam-se através do conflito angolano, evento

que, pela sua posição geográfica, obrigou os jornais a desenvolverem determinadas estratégias para se diferenciarem dos concorrentes e aproximarem a mensagem do leitor (tabela 12).

Problematizando os dados coligidos no sentido de uma perspetiva mais holística e definidora das ideias-chave a reter, a comparação entre o subcorpus **A** (cobertura jornalística Estado Novo 1968-1974) e o subcorpus **B** (cobertura jornalística Revolução de Abril 1974-1976) revela, com base na cobertura do *Corriere della Sera*, que os acontecimentos portugueses mereceram, principalmente a partir de 25 de Abril de 1974, atento acompanhamento e revestiram-se de um carácter excecional. Como se observa no gráfico 5, o diário milanês, num período incomparavelmente menor, inseriu 30 manchetes entre 1974-1976 e duas entre 1968-1974; mais que triplicou o volume total de unidades de redação, o número de peças com mais de 151 linhas e a presença de enviados especiais em território português ou ultramarino; duplicou ainda as peças em primeira página e solicitou mais informações aos correspondentes.

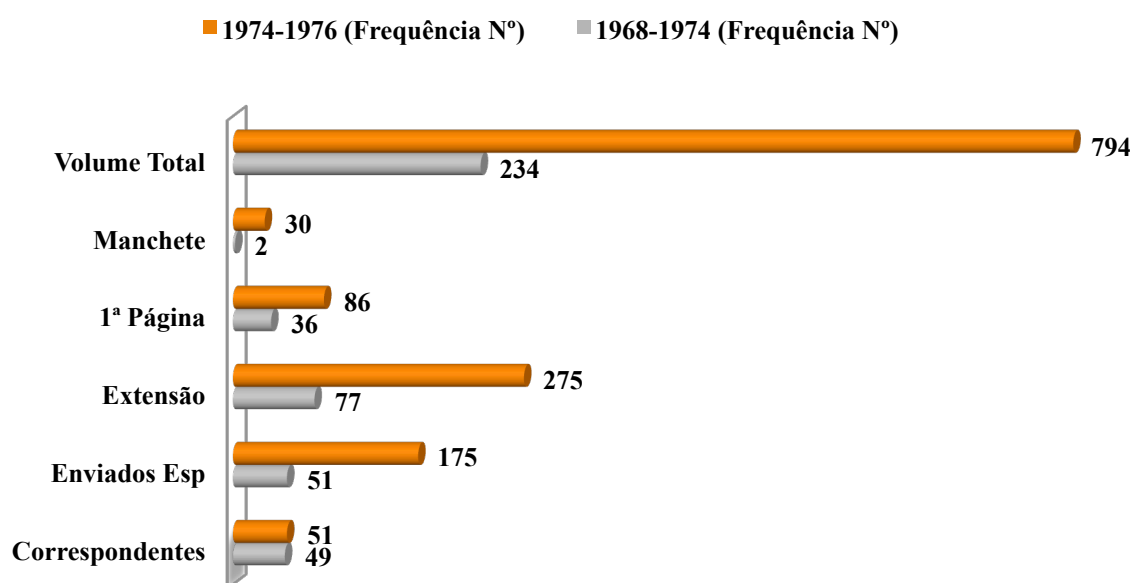


Gráfico 5: cobertura jornalística do *Corriere della Sera* sobre Portugal entre 1968 e 1976

Focando a atenção exclusivamente no subcorpus **B**, a excecionalidade atribuída à Revolução de Abril deve ser avaliada através de uma análise mais profunda dos indicadores destinados a aferir a relevância das peças. Neste sentido, ao longo de 25 meses, os três jornais de referência estudados deslocaram 25 por cento

(542) do total das unidades de redação editadas para os espaços nobres do jornal e da página (manchete, 1ª página, chamadas, 3ª página), pelo que 30,5 por cento (660) das peças necessitaram de mais de 151 linhas – este valor justifica-se devido à significativa presença dos géneros de reportagem e de opinião, variável que se analisará mais à frente.

Os diários valoraram graficamente (fotografias, infografias, atributos formais) 29,7 por cento (644) do total das peças sistematizadas, sendo que 38 por cento (821) apresentou índices consistentes ao nível da responsabilização individual do jornalista ou da procura de maior proximidade com os leitores (peça assinada, peça com iniciais). Já a percentagem de 26 por cento (563) de serviços provenientes dos enviados especiais e dos correspondentes demonstra que os órgãos de comunicação investiram relevantes recursos quando foi necessário recolher mais informação e diferenciar o produto jornalístico.

Quanto à intensidade e evolução da cobertura jornalística, foi possível estabelecer uma ordem hierárquica a respeito da prevalência dos segmentos temporais previamente formulados. A definição desta escala tem em conta a dominância dos sete períodos no contexto das variáveis e dos indicadores vocacionados para avaliar o destaque conferido às peças.

Ordem de Importância	Classificação	Períodos
Dominantes	1)	P4 - Nova etapa PREC (11 Mar - 12 Jul, 1975)
	2)	P5 - Verão Quente (13 Jul - 18 Set, 1975)
	3)	P2 - Golpe 25 de Abril (25 Abr - 29 Set, 1974)
Prevalência Significativa	4)	P7 - Último episódio-símbolo da Revolução (25 Nov, 1975 - 2 Abr, 1976)
Acontecimentos Rotina	5)	P3 - PREC (30 Out, 1974 - 10 Mar, 1975)
		P6 - VI Governo Provisório (19 Set - 24 Nov, 1975)
Intensidade Reduzida	6)	P1 - Golpe Caldas da Rainha (16 Mar - 24 Abr, 1974)

Tabela 13: Prevalência hierárquica dos segmentos temporais no âmbito das categorias localização no jornal e na página, extensão da peça, valorização gráfica, autoria e tipologia da assinatura

Conforme a tabela 13, consideram-se as etapas mais importantes os períodos iniciados com o contragolpe de 11 de Março (P4), o *Verão Quente* (P5) e o segmento marcado pela ação militar de 25 de Abril (P2). É subtil a diferença entre o período mais intenso (P4) do ponto de vista da cobertura jornalística e aquele que se situa imediatamente a seguir (P5), discrepância consubstanciada na supremacia do quarto

período em termos do volume total de peças publicadas, daquelas inseridas em primeira página, das peças assinadas e, sobretudo, na enorme constância de percentagens elevadas nos restantes parâmetros de análise.

A mesma subtil diferença serve para classificar a distância que separa o quinto (2ª posição) do segundo período (3ª posição). A fase do *Verão Quente* assenta a sua posição hierárquica nos indicadores *manchete, primeira página, peça assinada, enviados especiais e peças com mais de 151 linhas*. Se o quarto período apresenta um dos arcos temporais mais amplos, já o *Verão Quente* surge em ordem inversa: é um dos mais reduzidos, fator que confere redobrada significância aos seus valores.

O espaço temporal que vai de Março a Setembro de 1975 legitima a hegemonia no contexto da *Revolução dos Cravos* porque acolheu um inusitado e significativo volume de repercussões internacionais e a maior parte dos episódios políticos, sociais e militares crítico-simbólicos (contragolpe 11 de Março, nacionalizações, eleições Assembleia Constituinte, caso *República*, caso *Rádio Renascença*, violência popular, independência de Moçambique, São Tomé e Cabo Verde, mobilização das forças políticas, protagonismo político dos militares).

A etapa inaugurada com o golpe militar de 25 de Abril fecha (tabela 13) o lote dos períodos dominantes. Na verdade, este segundo segmento (3ª posição) é o que apresenta a fase mais intensa da cobertura (25 de Abril a 1 de Junho), no âmbito dos cerca de 25 meses analisados. Mas por comportar uma elevada amplitude temporal, esses valores tão representativos da *ressonante* queda do Estado Novo acabam por diluir-se um pouco em meses (Junho, Julho, Agosto e parte de Setembro) caracterizados por eventos (contestação social em Portugal e nas colónias) menos disruptivos comparativamente à intentona militar de 25 de Abril. Esta singular cadência noticiosa que se situa nas semanas imediatas ao golpe dos capitães é extremamente profícua quer ao nível do ritmo e do volume das peças, quer ao nível da diversidade dos géneros jornalísticos e das marcas de valorização gráfica.

Num patamar inferior da escala hierárquica encontra-se o sétimo período (4ª posição - tabela 13), cujo simbolismo fica associado ao último episódio crítico (movimentações militares de 25 de Novembro) do processo revolucionário português, o derradeiro acontecimento que quebrou a homogeneidade do horizonte noticioso. O grande motivo que confere prevalência significativa a esta etapa reside, porém, no conflito militar em Angola e no envolvimento das potências mundiais (União Soviética, Estados Unidos e China). É este o acontecimento responsável pelos

consistentes valores registados em indicadores como o *volume total das peças*, a *valorização gráfica*, a recorrência a *correspondentes*, as incidências na *primeira página*, na *terceira página*, nas *chamadas* e nas *peças assinadas*.

Os terceiro e sexto períodos (tabela 13) caracterizam-se por acontecimentos de rotina (Tuchman, 1978) no sentido em que decorrem da grande fratura provocada pela queda do Estado Novo. Esta ordem rotineira não passa, no entanto, ao lado do interesse jornalístico na medida em que o seu pulsar está relacionado com aquilo que se espera e deseja encontrar (valor-notícia *consonância: expectativas e ambições*), ou remete para determinadas sequências de temas anteriormente abordados (valor-notícia *continuidade e desenvolvimentos supletivos*). São exemplos deste tipo de acontecimento-rotina, no terceiro período, as alterações governamentais, as negociações com vista à independência das colónias, medidas políticas como as campanhas de dinamização cultural, movimentos sociais (ocupações de terra) e manifestações. No caso do sexto período, além das mudanças governamentais e tensões sociais (manifestações de trabalhadores da construção civil e deficientes das forças armadas) e políticas (governo suspende a atividade), de destacar a independência de Angola e a resolução (à força) do caso *Renascença*.

A fase correspondente ao golpe falhado das Caldas da Rainha denota uma intensidade de cobertura limitada (tabela 13), fundamentada na escassez de eventos e na reduzida dimensão do arco temporal, evidências perceptíveis através da análise das variáveis e dos indicadores eleitos. A função deste primeiro período (6^a posição) consiste, fundamentalmente, em despertar, de forma mais sólida, o interesse jornalístico italiano para a realidade portuguesa.

2.1. Análise comparativa: a hegemonia do *Corriere della Sera* e a vantagem estratégica de *La Stampa*

Atendendo aos dados da tabela 14, o *Corriere della Sera* é o jornal que mais se destaca quando se avalia o título principal (3,8% - 30 peças) e as chamadas de primeira página (12,6% - 100). Mas revela percentagens inferiores em relação às peças na primeira página e terceira página, registando, no primeiro caso, 10,8 por cento (86) contra 12,3 por cento (87) de *Il Messaggero* e 10,4 (69) de *La Stampa* e, no segundo caso, 1,5 por cento (12) contra 3,4 por cento (24) do diário de Roma e 4,4 (29) do jornal de Turim.

Meio	Localização Jornal/Página (%)						Total Nº Peças Meio
	Manch.	1ª Pág.	Cham. 1ª Pág. Cham. 2ª Pág.	3ª Página ou 3ª Pág. c/ Cham.	Pág. Par	Pág. Ímpar	
Corriere	3,8	10,8	12,6	1,5	35,3	36	794
Stampa	2,9	10,4	10,1	4,4	61,3	10,8	662
Messaggero	2,7	12,3	-	3,4	38,3	43,3	707
Total Corpus (Nº)							2163

Tabela 14: localização no jornal e na página

Os dados afetos à extensão das peças, na tabela 15, indicam que o *Corriere* foi a publicação com maior percentagem de textos (34,6% - 275 peças) com mais de 151 linhas, seguindo-se *La Stampa* (33,4% - 221) e *Il Messaggero* (23,2% - 164), só voltando a evidenciar supremacia, no âmbito dos indicadores afetos à relevância, ao nível dos serviços dos correspondentes (6,4% - 51).

Variável	Indicadores	Meios (%)		
		Corriere	Stampa	Messaggero
Extensão	Mais que 151 linhas	34,6	33,4	23,2
Valorização Gráfica	Somatório dos 4 indicadores	30,9	34,9	23,6
Autoria	Peça assinada	34,8	41,7	21,8
	Peça agência	21,8	52,3	2,1
	Peça com iniciais	3	3,9	9,7
	Não assinada	40,3	2,1	67
Tipologia Assinatura	Correspondente	6,4	5,1	2,4
	Enviado especial	22	28,1	14,1

Tabela 15: Extensão das peças, valorização gráfica, autoria e tipologia da assinatura

La Stampa, por sua vez, apresenta maior número de peças (186) e percentagem (28,1%) quando se tratou de convocar os enviados especiais para o terreno da informação, conforme se observa na tabela 15, alcançando ainda valores dominantes em termos de peças assinadas (41,7%) e de valorização gráfica. No âmbito desta última categoria, o jornal não apenas denota predominância em três dos

quatro critérios de análise (*destaques; infografia; fotografia/infografia/destaques*), como atinge a percentagem mais elevada (34,9% - 231) em relação ao somatório dos indicadores constitutivos desta variável.

Importa sublinhar que, não obstante denotar valores mais baixos que o predominante *Il Messaggero* (9,7% - 64) ao nível das peças com iniciais, *La Stampa* é o meio que atinge números mais significativos (45,6% - 302) atendendo ao somatório dos critérios (*peças assinadas vs peças com iniciais*) destinados a apurar a personalização das notícias e a responsabilidade individual dos jornalistas. É, por fim, o órgão de informação que mais recorreu aos serviços das agências noticiosas (52,3% - 346), distinguindo-se claramente dos outros dois a respeito das peças não assinadas: 2,1 por cento (14) contra 40,3 por cento (320) do *Corriere* e 67 por cento (474) de *Il Messaggero*. Considerando-se que o diário de Roma só raramente identifica as peças com origem nas agências de notícias e, por isso, difícil de enquadrar, o grande traço diferenciador entre *La Stampa* e o *Corriere* reside na acentuada disparidade verificada em termos de peças não assinadas e da informação proveniente de agências noticiosas (tabela 15).

Em suma, com base nos indicadores *volume total, peças com mais de 151 linhas, manchete, primeira página e chamadas de primeira página*, o *Corriere della Sera* é o jornal que mais espaço e visibilidade conferiu aos acontecimentos portugueses – apesar de ter deslocado menos uma peça para a primeira página que *Il Messaggero*. Uma leitura imediata destes dados sugere que o diário milanês era o que mais importância conferia à informação internacional. Ao nível da primeira página, também *Il Messaggero* (não faz chamadas) evidencia uma diferença significativa em relação a *La Stampa* – chamou mais 18 peças para a *vitrine* – e, por isso, poderá remeter para semelhante ilação.

La Stampa, no entanto, contraria esta hipótese uma vez que é o órgão de informação que mais apostou na figura do enviado especial. Por outras palavras, se o *Corriere* e *Il Messaggero* destacam-se, por exemplo, a respeito da política de *vitrine* (Sousa, 2004), já o jornal dirigido por Arrigo Levi dispõe de uma vantagem estratégica consubstanciada na presença de enviados especiais no terreno, fator que compensa a elevada percentagem de dependência das agências noticiosas. A opção pelo enviado especial denota uma postura mais dinâmica na obtenção de informação e aumenta as potencialidades da *rede de captura*.

É correto afirmar que o *Corriere* e *La Stampa*, os diários com mais recursos em Itália na década de 70, forneceram ao auditório uma cobertura jornalística mais completa do que *Il Messaggero* – a substancial diferença ao nível dos enviados especiais situa-se entre *La Stampa* (186 peças) e *Il Messaggero* (100) e não tanto em relação ao *Corriere* (175). A *rede de captura* dos mais proeminentes diários italianos contemplou ainda em maior número o recurso aos correspondentes. No âmbito da intensa cobertura efetuada nos dias imediatos ao golpe de 25 de Abril, por exemplo, o *Corriere* e *La Stampa*, ao contrário de *Il Messaggero*, nunca ignoraram o clima vivido em Espanha e o possível impacto dos eventos portugueses do outro lado da fronteira. A figura do correspondente foi fundamental.

Os enviados especiais e os correspondentes constituíram o principal dominador comum que conferiu ao *Corriere* e *La Stampa* uma vantagem estratégica, em relação a *Il Messaggero*, na abordagem ao acontecimento. Este posicionamento é perceptível não apenas a respeito de alguns episódios emblemáticos da Revolução de Abril (caso *República*²⁰⁷), mas, sobretudo, quando foi necessário reportar os conflitos em Moçambique e, principalmente, no início de 1976, em Angola.

O *Corriere* e *La Stampa* potenciaram ao máximo a sua *rede de captura* a respeito dos confrontos em África, o primeiro através dos correspondentes Ugo Stille (Washington), Piero Ostellino (Moscovo), Renzo Cianfanelli (Londres) e do enviado Silvano Villoni, o segundo recorrendo a Vittorio Zucconi (Washington), Paolo Garimberti (Moscovo), Mario Ciriello (Londres) e ao enviado Alfredo Venturi. O denunciado envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética, bem como da China, no conflito angolano obrigou ao alargamento da cobertura jornalística e ao cruzamento de informações. *Il Messaggero*, por sua vez, optou por não deslocar enviados para África, limitando-se às informações das agências noticiosas, aos artigos de redação, a alguns comentários de Eric Salerno e Ovidio Pagliara e, pontualmente, à colaboração do correspondente em Washington, Lucio Manisco.

²⁰⁷ O acontecimento teve impacto relevante em Itália, mas *Il Messaggero*, apesar de lhe ter dedicado um editorial, não enviou o enviado especial para Portugal, ao contrário de *La Stampa* e do *Corriere*.

3. Os géneros, o estilo e as fontes: da reportagem ao modelo interpretativo

Neste estudo, a análise dos dados obtidos nas categorias *géneros jornalísticos*, *proveniência* e *estilo da peça* adquire mais significado se for feita de forma integrada. Esta abordagem inclusiva pretende asseverar se os períodos anteriormente identificados como os mais proeminentes em termos da relevância conferida à informação coincidem com aqueles que mereceram maior envolvimento das instâncias de enunciação dos jornais. Isto é: se convergem com aqueles períodos cuja proveniência das peças remete para os níveis mais pronunciados de iniciativa do próprio media, se revelam concordância com aqueles segmentos temporais que denotam maior dominância dos géneros de *opinião* e do estilo *interpretativo*. Esta hipótese ambiciosa, essencialmente, confirmar os dados já avançados.

A leitura integrada permite, igualmente, desconstruir a relação que o grande volume de peças inseridas no género *reportagem* apresenta, nesta pesquisa, quer com o estilo *narrativo/descritivo*, quer com o estilo *interpretativo/explicativo*. E perceber se este modelo analítico e explicativo do discurso jornalístico apenas se confina ao indicador *iniciativa do próprio media* ou, ao invés, recorre a outros canais/fontes de informação.

A partir da tabela 16 é possível estabelecer a hierarquia dos três grupos de géneros jornalísticos com maior prevalência em termos absolutos: as notícias, as reportagens e os textos opinativos. O primeiro (somatório dos indicadores *notícia* e *breve*) constitui o mais representativo (48,6% - 1052 peças), seguindo-se as reportagens (42,3% - 915) e os géneros de *opinião* (somatório dos indicadores *notícia comentada*, *editorial*, *entrevista* e *coluna/comentário/crónica/nota*: 7,5% - 164). Atendendo aos valores das notícias e das reportagens – agregados perfazem 90,9 por cento –, seria fácil deduzir que os jornais estudados seguiram um modelo fundamentalmente descritivo, narrativo, direcionado para os factos e não para as problemáticas.

Gêneros Jornalísticos	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Notícia	1,2	24,4	9	18,2	12,3	12,7	22,2	632	29,2
Breve (até 30 linhas)	1	18,8	13,3	20,2	14,3	8,8	23,6	420	19,4
Artigo (not. com.)	8,8	21	10,5	17,5	10,5	12,2	21	57	2,6
Reportagem	2	14,7	7,2	27	23,8	10,9	14,4	915	42,3
Editorial	-	14,3	-	42,9	33,3	9,5	-	21	1
Coluna, Comentário Crônica ou Nota	1,4	18,6	10	18,6	20	14,3	17,1	70	3,2
Entrevista	-	12,5	25	43,7	12,5	-	6,2	16	0,7
Perfil/Retrato	-	33,3	5,6	5,6	16,7	11,1	27,8	18	0,8
Outros	-	35,7	-	14,3	21,4	21,4	7,1	14	0,6
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 16: dominância dos gêneros jornalísticos

Não seria, portanto, trabalhoso concluir que a interpretação e a opinião foram secundarizadas. No entanto, ao observar-se o estilo das peças (tabela 17), rapidamente se constata que os dados da tabela 16 não confirmam a irrelevância do modelo analítico, interpretativo e explicativo. Os 35,6 por cento do total das unidades de redação afetas a esta perspectiva da informação pressupõem níveis de análise e de interpretação bastante significativos.

Estilo da Peça	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Descritivo/Narrativo	1,5	20	8,4	22	16,3	12,2	19,5	1386	64
Interpretativo Explicativo	1,9	16,5	10,5	23,5	21,4	9,4	16,7	770	35,6
Não aplicável	-	42,8	-	42,8	-	-	14,4	7	0,3
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 17: estilo das peças

A pergunta logo se impõe: sendo o estilo *interpretativo/explicativo* aquele onde se enquadram os gêneros *opinitivos*²⁰⁸, como se explica a dissonância entre os

²⁰⁸ Inserem-se neste indicador *as grandes reportagens*, em profundidade ou de investigação.

valores do primeiro (35,6%) e os dos segundos (7,5%)? A justificação reside nos modelos adotados para a reportagem. Constatou-se ao longo do processo de classificação das peças que um número expressivo de reportagens combina, com maior ou menor incidência, a descrição dos factos e a sua interpretação. Identificaram-se textos que se limitam ao relato dos acontecimentos e outros em que o jornalista introduz elementos de análise e explicação, num sentido mais interventivo. Neste segundo formato, o jornalista tanto se sobrepõe às fontes de informação externas na definição de cenários, contextos e explicações, como utiliza essas mesmas fontes externas para edificar um discurso interpretativo.

Diante desta volatilidade de modelos de enunciação, optou-se por enquadrar no estilo interpretativo, além das *grandes reportagens*, as reportagens que apresentam um número superior de parágrafos explicativos, ou cuja macroestrutura do texto entronque neste formato enunciativo. Por outras palavras, trata-se dos momentos em que o jornalista é o protagonista ou articula o seu protagonismo com instâncias de enunciação externas. Fazem parte desta fração de textos um número considerável de peças da responsabilidade dos enviados especiais, designadamente a *reportagem standard* de resposta ao evento. Também nas reportagens elaboradas a partir da redação, ora mesclando informações de agências ora de fontes de informação várias, sinalizaram-se unidades predominantemente argumentativas e em tudo diferentes daquela matriz enunciativa factual muito utilizada pelas agência de notícias. Em última análise pode-se falar, nalguns casos, do clássico *pastone* italiano.

A referida dissonância de valores explica-se através do indicador *reportagem*, uma vez que os 42,3 por cento (tabela 16) deste parâmetro incorporam uma percentagem considerável de textos mais direccionados para a análise. Esta relevante percentagem, não individualmente contabilizada neste estudo, está ausente dos 7,5 por cento respeitantes aos géneros jornalísticos de *opinião* (*notícia comentada, editorial, entrevista e coluna/comentário/crónica/nota*), figurando somente nos 35,6 por cento do indicador estilo *interpretativo/explicativo*.

Semelhante questão coloca-se quando se procura compreender se o modelo interpretativo confina-se exclusivamente às fontes e canais de informação de *iniciativa do próprio media*. Com base na cultura anglo-americana, zelosa em separar os factos/retrato da exegese/interpretação, esta hipótese até não seria desprovida de sentido. Porém, aplicando-se esta conceção à presente investigação, o pressuposto de exclusividade desemboca noutra discrepância de valores relacionada com o estilo

interpretativo e o canal *iniciativa do próprio media*, destinado a acolher este modelo de discurso.

Atendendo aos valores da tabela 18, as peças de *iniciativa do próprio media*²⁰⁹ perfazem um total de 9 por cento (195 peças), portanto desfasado dos 35,6 por cento (770) evidenciados pelo indicador estilo *interpretativo/explicativo* (tabela 17). A justificação para esta desarmonia correlativa consiste, novamente, na percentagem de peças tendencialmente interpretativas presentes no género jornalístico *reportagem* e distribuídas por indicadores afetos a fontes de informação de vária ordem (*oficiais, regulares, ocasionais, várias, de outro media*). Logo não classificadas como iniciativa do meio de comunicação.

A tabela 18 revela que o indicador *várias fontes* atinge 21 por cento (455) do total das unidades sistematizadas, atrás dos serviços de agência (24,7% - 534) e das fontes oficiais (35,9% - 776). Estes dados permitem retirar três ilações. Primeiro,

Proveniência da Peça	Etapas da Revolução (%)							Total N° Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Fontes oficiais	1,6	15,7	9	23,3	19,8	10,6	20,3	776	35,9
Fontes regulares	30,8	11,5	11,5	19,3	11,5	11,5	3,8	26	1,2
Fontes ocasionais/acidentais	-	-	12,5	37,5	12,5	12,5	25	8	0,4
Iniciativa do próprio media	2	25,1	12,8	19,5	17,4	8,2	14,9	195	9
Peça de agência	0,5	26,2	10,1	20,6	12,2	10,9	19,5	534	24,7
Peça de outro media	0,8	17,1	7	34,3	14	7	19,5	128	5,9
Indeterminada	8,8	20,6	26,5	14,7	17,6	5,9	5,9	34	1,6
Várias	1,3	12,7	5,5	21,5	24,4	14,7	19,8	455	21
Outras	-	42,9	-	42,9	-	-	14,2	7	0,3
Total Corpus (N° - %)								2163	100

Tabela 18: proveniência da peça

o parâmetro relativo à pluralidade das categorias de fontes de informação presentes numa determinada peça (indicador *várias*) regista números bastante significativos porque a Revolução de Abril foi um acontecimento (conjunto de eventos ou folhetim) que deslocou quotidianamente várias temáticas e diferentes atores para a agenda mediática. Os jornalistas encarregados de cobrir os eventos portugueses necessitaram

²⁰⁹ Indicador onde se inserem os géneros jornalísticos de *opinião* e as *grandes reportagens* em profundidade ou de investigação.

de convocar múltiplas instâncias de enunciação para aceder a esta polifonia de vozes e assuntos. Isso mesmo é perceptível quando se constata que não poucas unidades de redação apresentam uma estrutura baseada em diversos parágrafos temáticos, chegando a tratar mais de três assuntos por texto, hierarquizados segundo valores-notícia. A estrutura destas peças evidencia, amiúde, um campo de titulação apenas concordante com o *lead* e em dissonância com outros temas (parágrafos) abordados.

Esta abundância de temas e atores suscita duas observações: por um lado, sendo a preexistência de temas institucionalizados um fator limitador da substância arbitrária circulante no espaço público, assiste-se às regras da *dimensão censurante* implícita no próprio campo dos media (Luhmann, 2006, 2000), na medida em que apenas se fornece ao auditório, ou desenvolve, o designado campo programático do jornalismo, aquilo que é definido como publicável – teoria da Tematização – e, dentro desse grupo, sujeito aos critérios que conferem relevância à informação (manchete, primeira página, chamadas, atributos formais, títulos, *lead*); por outro lado, a diversidade de atores em jogo convida ao alargamento do leque de pontos de vista publicáveis, perspectivas essas ora induzidas pelas fontes externas/atores²¹⁰, ora impulsionadas pelo *faro* dos jornalistas.

No contexto do processo revolucionário português, os jornalistas depararam-se com o óbice da precariedade das fontes de informação e a, conseqüente, dificuldade em decifrar os conteúdos verosímeis dos conteúdos inverosímeis ou intencionalmente orquestrados. Para os articulistas estrangeiros não era fácil perceber o que se passava em Portugal, não somente porque os atores políticos nacionais vislumbraram nesses profissionais uma oportunidade para enviar recados e exercer pressões (opiniões antinómicas), mas porque o setor da informação português (útil fonte de informação) evoluiu, entre 1974 e 1976, ao sabor de mensagens contraditórias aventadas em função dos núcleos partidários e dos grupos de pressão, confundindo-se o necessário com o secundário, imperando a missão de agitar e mobilizar em detrimento do comentário, da análise e da explicação (Mesquita, 1994/b).

A segunda ilação que se retira dos dados obtidos na categoria *proveniência da peça* (tabela 18) aponta para uma pronunciada dependência informativa das grandes agências noticiosas. Os 24,7 por cento (534) do total de peças publicadas são

²¹⁰ Mesquita (1994/b: 362-364) refere que os militares aplicaram nos media as técnicas de condicionamento psicológico utilizadas no contexto das guerras de África, pelo que “o poder estava disperso por várias instâncias – todas elas emitiam opiniões, tomavam decisões, enviavam recados. (...) Os partidos pronunciavam-se a toda a hora acerca de tudo e todos”.

elucidativos desta tendência, pelo que este valor, estima-se, poderia aumentar caso *Il Messaggero* identificasse o considerável volume de unidades de redação proveniente das agências noticiosas. A utilização deste serviço contribui para a homogeneização das notícias uma vez que são as agências noticiosas quem determinam as temáticas a veicular.

Por último, o resultado mais proeminente está relacionado com as fontes oficiais (35,9% - 776) e remete para as conclusões de vários autores (Santos, 1997; Sigal, 1973; Tuchman, 1978; Gans, 1980; Fishman, 1980) quando chamam a atenção para a centralidade destas instâncias no método de produção jornalística. Tal como os outros cinco indicadores formulados (*fontes regulares, ocasionais, iniciativa do próprio media, agência, peça de outro media*), as fontes oficiais estão presentes no indicador *várias fontes*, mas as 776 peças registadas naquele parâmetro somente dizem respeito aos textos que recorrem em exclusivo às informações oficiais.

A análise à evolução das variáveis *géneros jornalísticos, proveniência e estilo da peça*, ao longo dos sete períodos estipulados, ratifica as inferências anteriormente efetuadas: os períodos identificados como os mais proeminentes em termos da relevância conferida às peças são os mesmos que denotam maior prevalência no âmbito dos géneros de *opinião*, do estilo interpretativo e dos textos de iniciativa do próprio media. Quer isto dizer que os jornais de referência estudados praticaram um jornalismo mais interventivo durante os segundo, quarto, quinto e sétimo períodos, opinando, contextualizando e interpretando os eventos portugueses, o processo de descolonização e a guerra civil angolana.

Ordem de Importância	Classificação	Períodos
Dominantes	1)	P4 - Nova etapa PREC (11 Mar - 12 Jul, 1975)
	2)	P2 - Golpe 25 de Abril (25 Abr - 29 Set, 1974)
	3)	P5 - Verão Quente (13 Jul - 18 Set, 1975)
Prevalência Significativa	4)	P7 - Último episódio-símbolo da Revolução (25 Nov, 1975 - 2 Abr, 1976)
Acontecimentos Rotina	5)	P3 - PREC (30 Out, 1974 - 10 Mar, 1975)
		P6 - VI Governo Provisório (19 Set - 24 Nov, 1975)
Intensidade Reduzida	6)	P1 - Golpe Caldas da Rainha (16 Mar - 24 Abr, 1974)

Tabela 19: Prevalência hierárquica dos segmentos temporais no âmbito das categorias *géneros jornalísticos, proveniência e estilo da peça*

Observando a tabela 19, depois de cotejados os vários indicadores constitutivos das três categorias em análise (*gêneros jornalísticos, proveniência e estilo da peça*), verifica-se uma inversão de posições entre os segundo (2ª posição) e quinto (3ª posição) períodos, comparativamente à ordem hierárquica apresentada na tabela 13²¹¹ (relevância das peças). Esta alteração baseia-se numa ligeira diferença consubstanciada na supremacia do segundo período ao nível da variável *proveniência da peça* (tabela 18 – indicador *iniciativa do próprio media*: 25,1% - 49) e dos gêneros de *opinião* (tabela 16 – somatório dos indicadores *notícia comentada, editorial, coluna, entrevista*: 30 peças).

A fase iniciada com o 11 de Março (quarto período) mantém-se no topo das incidências graças à prevalência nas categorias *gêneros jornalísticos* (tabela 16 – somatório dos indicadores *notícia comentada, editorial, coluna, entrevista*: 39 peças) e *estilo da peça* (tabela 17 – indicador *interpretativo/explicativo*: 23,5% -181). O sétimo período encerra o lote dos arcos temporais dominantes.

Repetindo a hegemonia alcançada no âmbito da categoria *valorização gráfica*, os segundo (33,3%) e sétimo (27,8%) períodos registam os valores mais elevados no género jornalístico *perfil/retrato*. Confirmam, por isso, a sua função de apresentar novas personagens ao auditório uma vez que acolhem dois acontecimentos de rutura como são, primeiro, o golpe consumado dos capitães e, depois, os conflitos africanos em Moçambique e, sobretudo, a partir de Janeiro de 1976, em Angola.

3.1. Análise comparativa: a prevalência do paradigma interpretativo do *Corriere della Sera*

No domínio da análise comparativa aos meios estudados, interessa privilegiar os parâmetros reveladores do envolvimento máximo dos jornais no acontecimento, os gêneros *opinativos*. Com base na tabela 20, o *Corriere della Sera* é o órgão que mais editoriais (1,5% - 12 peças) dedicou à Revolução de Abril, seguindo-se *Il Messaggero* (0,8% - 6) e *La Stampa* (0,5% - 3). O diário milanês apostou, assim, no género jornalístico que corresponde ao grau mais elevado de intervenção do jornal nos eventos (Charaudeau, 1997) e a sede de opiniões, frequentemente, formuladas para

²¹¹ Prevalência hierárquica dos segmentos temporais no âmbito das categorias *localização no jornal e na página, extensão da peça, valorização gráfica, autoria e tipologia da assinatura*.

“servirem como base avaliativa para um ato de fala, como o de aconselhar, recomendar ou avisar” (Van Dijk, 2005: 220).

Meio	Gêneros Jornalísticos (%)									Total Nº Peças Indicador
	Not.	Bre.	Artigo (not. com.)	Rep.	Edit.	Col., Cró., Com., Nota	Entre.	Perfil Ret.	Out.	
Corriere	36,3	15,9	2,3	37,7	1,5	4,2	0,8	0,4	1,1	794
Stampa	31,6	19,3	4,5	39,4	0,5	3	0,8	0,3	0,6	662
Messaggero	19,1	23,5	1,3	50,2	0,8	2,4	0,7	1,8	0,1	707
Total Corpus (Nº)										2163

Tabela 20: dominância dos gêneros jornalísticos

O investimento do *Corriere della Sera* (4,2% - 33) é ainda superior quando se tratou de comentar os eventos portugueses através de colunas, notas políticas ou crônicas²¹², destacando-se de *La Stampa* (3% - 20) e de *Il Messaggero* (2,4% - 17). Os três jornais analisados denotam valores semelhantes ao nível das entrevistas²¹³ (*Corriere* com 6 e restantes meios com 5), diferenciando-se, porém, no que respeita ao *artigo comentado*: *La Stampa* publicou 30 (4,5%), o *Corriere* 18 (2,3%) e *Il Messaggero* 9 (1,3%).

Em termos da incidência dos indicadores no volume total de peças publicadas por cada meio, o *Corriere* (4,2%) e *Il Messaggero* (2,4%) registam as mais expressivas percentagens no âmbito do indicador *coluna/crónica/comentário/nota*, ao passo que *La Stampa* (4,5%) deslocou os seus valores máximos para o indicador *artigo comentada*. No cômputo geral dos gêneros de *opinião* (somatório dos indicadores *notícia comentada, editorial, coluna, entrevista*) o *Corriere della Sera* (69) publicou mais 11 peças que *La Stampa* e 32 que *Il Messaggero*.

Os dados relativos ao *estilo* das unidades de redação revelam, conforme a tabela 21, que 37 por cento do total de textos publicados por *Il Messaggero* inserem-se no formato interpretativo. Mas se o matutino romano superioriza-se, neste indicador, em termos de índices percentuais, já o *Corriere della Sera* (274 peças -

²¹² Tal como o editorial, também a crónica é, segundo Charaudeau (1997), o modelo enunciativo de maior envolvimento da jornal no acontecimento.

²¹³ Optou-se por não inserir no indicador *entrevista* as sequências de perguntas e respostas redigidas em texto corrido e adaptadas ao formato *reportagem*, sendo este o indicador definido para codificar textos que combinem práticas de pergunta-resposta com modelos narrativos ou tendencialmente mais interpretativos.

34,5%) volta a liderar em relação ao número de peças publicadas, surgindo depois *Il Messaggero* (262 - 37%) e *La Stampa* (234 - 35,3%).

Estilo da Peça	Meio (%)		
	Corriere	La Stampa	Il Messaggero
Descritivo/Narrativo	65,4	64,2	62,5
Interpretativo/Explicativo	34,5	35,3	37
Não aplicável	0,1	0,4	0,4
Total N° Peças Meio	794	662	707

Tabela 21: estilo das peças

De acordo com a tabela 22, a variável *proveniência da peça* registra as mais pronunciadas diferenças nos indicadores *fontes oficiais*, *peça de agência* e *várias fontes*. No primeiro caso, *Il Messaggero* faz depender exclusivamente das fontes oficiais 51,3 por cento das peças publicadas, valor bastante distante das percentagens evidenciadas pelos jornais de Milão (32,9) e de Turim (22,8).

Proveniência da Peça	Meio (%)		
	Corriere	La Stampa	Il Messaggero
Fontes oficiais	32,9	22,8	51,3
Fontes regulares	2,3	0,7	0,4
Fontes ocasionais ou acidentais	0,5	0,3	0,3
Iniciativa do próprio media	9,4	10	7,6
Peça de agência	21,8	52,3	2,1
Peça de outro media	4,8	3	9,9
Indeterminada	3,3	0,4	0,7
Várias	24,8	9,9	27,1
Outras	0,1	0,4	0,4
Total N° Peças Meio	794	662	707

Tabela 22: proveniência da peça

O segundo indicador relativo às *peças de agência* denuncia uma considerável discrepância entre a percentagem apresentada por *La Stampa* (52,3%) e, principalmente, a do *Corriere della Sera* (21,8%). E principalmente porque, como se mencionou anteriormente, *Il Messaggero* raramente identifica as peças oriundas das

agências noticiosas – apenas algumas breves na secção *Telex* –, pelo que, presume-se, os 2,1 por cento refletem, provavelmente, um deslocamento de unidades de redação para o indicador *fontes oficiais*. Isto é: os 51,3 por cento de peças de *Il Messaggero*, exclusivamente, dependentes das fontes oficiais talvez incluam uma significativa percentagem de peças de agência.

Cotejando os dados de *La Stampa* e do *Corriere della Sera* (tabela 22), verifica-se que os 52,3 por cento do primeiro revelam uma elevada dependência das agências noticiosas. Essa dependência é, contudo, compensada pelo facto de *La Stampa* ser o jornal que mais recorreu à figura do enviado especial – vantagem estratégica.

O terceiro parâmetro que assinala diferenças substanciais entre os meios volta a deslocar *La Stampa* (9,9%) para valores distantes dos apresentados pelo *Corriere* (24,8%) e *Il Messaggero* (27,8%), no indicador *várias fontes*. Por comparação com o *Corriere*²¹⁴, uma explicação para este resultado pode residir na opção que *La Stampa* realizou em favor da informação proveniente das agências noticiosa e, conseqüentemente, em prejuízo das peças que se socorrem de várias fontes. No caso de *Il Messaggero*, o indicador *várias fontes* é o único que fornece alguns dados a respeito da recorrência ao serviço das agências. O jornal combina amiúde, na mesma peça, a informação proveniente de outros órgãos de comunicação (especialmente a imprensa portuguesa) e informação das agências.

Cumpre, ainda, sublinhar que *La Stampa* (10%) denota uma subtil vantagem ao nível da percentagem de peças cuja produção tem origem na *iniciativa do próprio media*, mas irrelevante quando se procura perceber o número real de peças que os jornais editaram no âmbito deste indicador; neste caso favorável ao *Corriere della Sera* (75 peças), seguindo-se *La Stampa* (66) e *Il Messaggero* (54).

Concluindo: depois de ser ter constatado que o *Corriere della Sera* é o órgão de informação que mais espaço e visibilidade concedeu aos acontecimentos portugueses, verifica-se que o jornal dirigido por Piero Ottone publicou o maior número de peças, por um lado, assentes no modelo interpretativo e, por outro, inseridas nos géneros jornalísticos de *opinião*, designadamente ao nível dos editoriais, das crónicas, notas políticas e entrevistas. Não obstante ter investido menos recursos que o rival da rua *Solferino* no quadro geral dos géneros que induzem ao maior

²¹⁴ Privilegia-se o *Corriere* porque é difícil aferir o real volume de peças que *Il Messaggero* faz depender exclusivamente das agências noticiosas.

envolvimento no acontecimento, *La Stampa* registou os valores mais expressivos quando decidiu optar pelo comentário-reação à notícia (indicador *notícia comentada*).

Os jornais de referência em apreço foram responsáveis, no seu conjunto, por 164 peças de comentário à Revolução de Abril, 31 *grandes reportagens* em profundidade e ainda um volume expressivo de *reportagens standard* também incluídas no modelo de discurso interpretativo, direcionado para a análise e o contexto, ora sobrepondo-se o jornalista às fontes de informação externas na definição de cenários, contextos e explicações, ora utilizando essas mesmas fontes externas para edificar um determinado discurso e tecer considerações sobre o real experienciado.

4. A política interna, a descolonização e os militares no centro da agenda mediática

A análise ao *tema principal* de cada unidade de redação permite estabelecer dois grupos de assuntos prevalentemente tratados no domínio da cobertura jornalística em apreço. O primeiro grupo (gráfico 6), focado nas matérias mais dominantes, elege a *política interna* como o indicador mais referenciado (38% - 840 peças), surgindo, de seguida, as questões relacionadas com a *política nas colónias, descolonização e conflitos entre movimentos políticos e sociais em territórios ultramarinos*²¹⁵ (26,7% - 578).

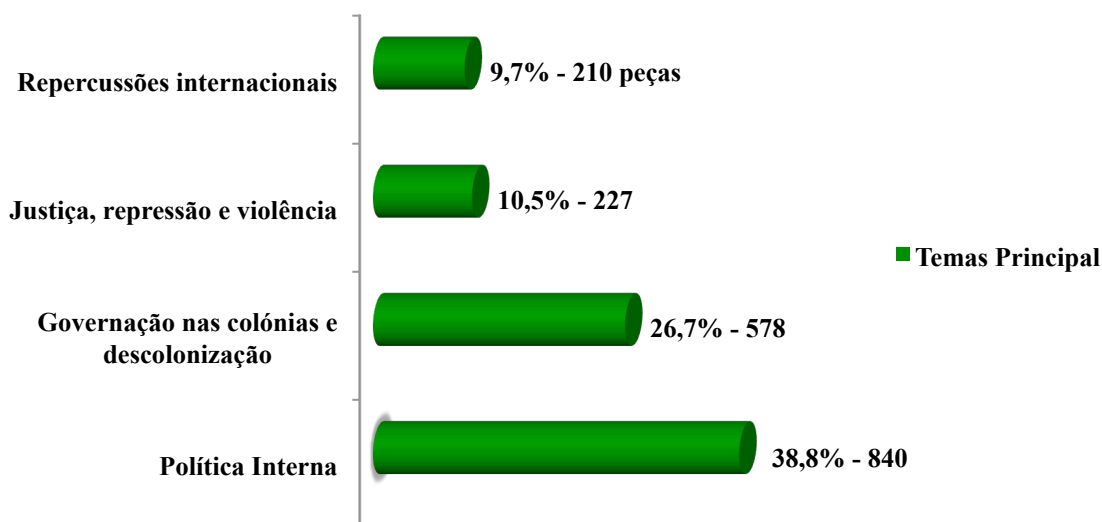


Gráfico 6: tema principal – Grupo 1

O gráfico 6 destaca, ainda, as matérias referentes à *justiça, repressão e violência* (10,5% - 227) e, por último, as questões afetas às *repercussões e relações internacionais* (9,7% - 210). Mesmo revelando valores, em termos absolutos, ligeiramente inferiores aos assuntos de *justiça, repressão e violência*, o tema *repercussões e relações internacionais* superioriza-se a este indicador, como se verá, em três dos quatro períodos mais relevantes da transição para a democracia em Portugal.

Os resultados dos dois primeiros indicadores, no gráfico 6, são exetáveis dada a profusão de problemáticas quer ao nível da política nacional, quer em termos

²¹⁵ Antes e depois dos processos de independência. Por comodidade expositiva utiliza-se o termo *governação nas colónias e descolonização*.

do processo de descolonização e de todas as questões que se lhe encontram associadas (movimentos/confrontos sociais, políticos e militares). A mesma lógica de raciocínio serve para avaliar o parâmetros seguintes. Se, no primeiro grupo, o indicador *justiça, repressão e violência* reflete, por um lado, a agitação sociopolítica verificada no país e, por outro, a necessidade de depurar um passado incómodo, o resultado do tema *repercussões e relações internacionais* encontra-se em plena sintonia com a vasta literatura que aborda as dimensões internacionais da Revolução de Abril (Ferreira, 1983; Bruneau, 1983; Huntington, 1993; O'Donnell *et al*, 1986; Whitehead, 1996-2001; Linz e Stepan, 1996; Mesquita e Rebelo, 1994; Maxwell, 1999; Varsori, 2009; Fonseca, 2009; Sá, 2008; Cervelló; 1993; Del Pero, 2005).

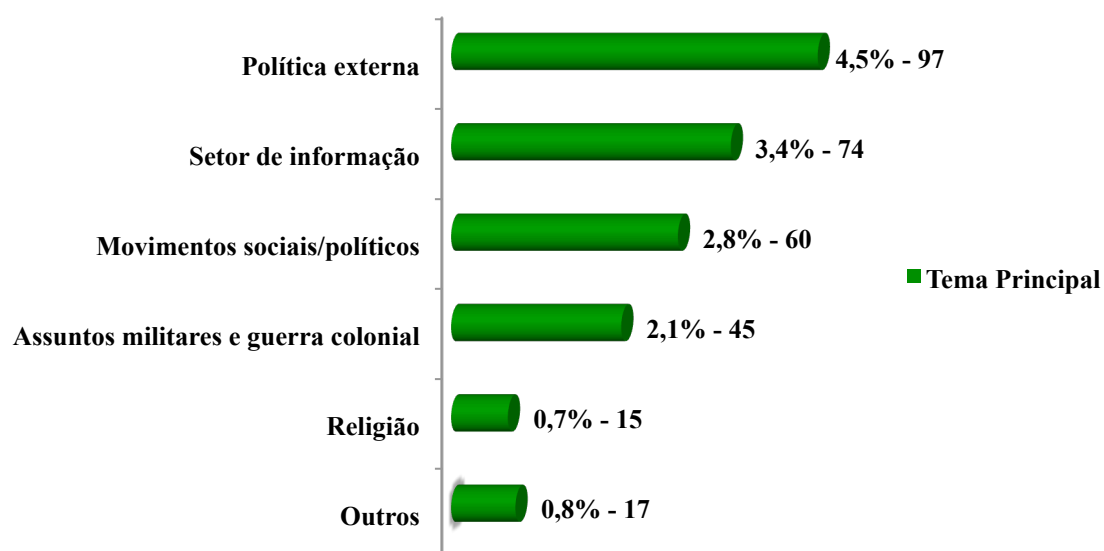


Gráfico 7: tema principal – Grupo II

O segundo grupo, no gráfico 7, apresenta um conjunto de temáticas, igualmente, em foco durante o pulsar do processo revolucionário português, diferenciando-se, no entanto, do primeiro grupo porque os indicadores revelam valores substancialmente inferiores. Fazem parte deste grupo, por ordem de referências, os indicadores *política externa* (4,5% - 97), *sector de informação* (3,4% - 74), *movimentos sociais e políticos, manifestações, greves*²¹⁶ (2,8% - 60), *assuntos militares e guerra colonial* (2,1% - 45) e *religião* (0,7% - 15).

²¹⁶ Inclui outros comportamentos/manifestações da sociedade civil.

O tema *política interna*, segundo a tabela 23, além de dominar os terceiro (106 peças) e sexto (84) segmentos temporais, situa os valores máximos e, também, hegemónicos, nos quarto (239) e quinto (205) períodos. Reflete pois, à escala nacional, a elevada cadência de episódios crítico-simbólicos do ponto de vista político e social ocorridos de Março a Setembro de 1975 (contragolpe 11 de Março, nacionalizações, eleições Assembleia Constituinte, mobilização das forças políticas, protagonismo político dos militares).

Tema Principal	Etapas da Revolução (Nº)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Política interna	14	116	106	239	205	84	76	840	38,8
Governança nas colónias e descolonização	4	151	27	37	85	69	205	578	26,7
Política externa	-	18	12	34	8	19	6	97	4,5
Repercussões internacionais	-	25	6	66	39	9	65	210	9,7
Assuntos militares e guerra colonial	-	14	4	4	8	12	3	45	2,1
Movimentos sociais/políticos	-	23	10	5	5	14	3	60	2,8
Justiça, repressão, violência	16	50	23	45	33	24	36	227	10,5
Setor da informação	-	3	2	54	1	10	4	74	3,4
Religião	2	4	6	-	3	-	-	15	0,7
Outros	-	4	1	5	4	-	3	17	0,8
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 23: distribuição da variável *tema principal*

A mesma dominância do tema *política interna* não se repete nos primeiro, segundo e sétimo períodos por três motivos distintos: a) em relação à fase iniciada com o golpe falhado de 16 de Março, predominam as notícias sobre as depurações no Exército, sobre as ações repressivas contra jornalistas de *O Século*, *Diário de Lisboa* e *Seara Nova*, contra ativistas da designada *oposição democrática*, sobre o processo das *três Marias* e as controversas ordens de expulsão de religiosos portugueses e estrangeiros de Moçambique; b) depois do impacto inicial provocado pela queda do Estado Novo, a agenda jornalística italiana desloca, progressivamente, a atenção, nos meses seguintes, para as conversações com vista à independência da Guiné-Bissau e Moçambique (acordos de Lusaca); c) a sétima fase é fundamentalmente caracterizada pelo conflito armado em Angola.

Estas duas últimas sequências de elementos explicativos – b), c) – justificam a supremacia que o indicador *governança nas colónias e descolonização* apresenta nos segundo (151) e sétimo (205) segmentos. De referir que este parâmetro de análise denota, no contexto dos demais indicadores, valores consistentes nos quinto e sexto períodos (tabela 23).

Os dados mais proeminentes a respeito do indicador *justiça, repressão e violência* verificam-se, conforme a tabela 23, aquando dos segundo (50) e quarto (45) períodos. Estão na origem destes valores ações, por exemplo, de saneamento, as exonerações de antigos líderes políticos e, conseqüente, envio para o exílio, a libertação dos presos políticos de Caxias e Peniche, o motim de ex-agentes da PIDE/DGS presos na penitenciária de Lisboa ou as iniciativas contra os militares revoltosos protagonistas do contragolpe de 11 de Março.

O indicador que encerra o primeiro grupo temático (gráfico 6) assinala os momentos de maior destaque durante os quarto (66) e sétimo (65) períodos (tabela 23), revelando, por essa razão, um caráter bipolar. Primeiro, durante a etapa iniciada com as ações beligerantes de 11 de Março, as repercussões e relações internacionais decorrem do rumo da vida política nacional, nomeadamente das conseqüências políticas do contragolpe da ala spinoquista, consubstanciadas no acentuado deslocamento à esquerda que um conjunto de medidas representou²¹⁷, na sujeição do poder económico ao poder político e na sempre mais pronunciada radicalização do processo revolucionário português. Foram estes os fatores que alarmaram, definitivamente, os ânimos na Europa e no mundo ocidental: Portugal transformar-se-á num regime comunista de democracia popular de Leste ou numa democracia direta terceiro-mundista? Eis a questão que mais inquietou os círculos políticos e jornalísticos internacionais, principalmente nos Estados Unidos e nos países europeus inseridos no sistema de segurança da NATO.

Depois, no pós-25 de Novembro, assiste-se ao redirecionar da objetiva jornalística de Portugal para a África Austral. Lisboa deixou de ser o epicentro sobre o qual recaía a atenção dos Estados Unidos, da Europa e União Soviética. As preocupações diplomáticas, a que se juntaram as preocupações militares, deslocaram-se para Angola e elevaram o número de países (China, África do Sul, Cuba) e atores envolvidos (mercenários).

²¹⁷ Nacionalizações e suspensão da atividade política de alguns partidos e movimentos políticos.

A relevância do indicador *repercussões e relações internacionais* será novamente abordada e reforçada quando se proceder, mais à frente, à análise do subcorpus C respeitante às peças que, não se centrando diretamente na Revolução de Abril, fazem referência ao evento. Pretende-se, desta forma, enfatizar a dimensão internacional da transição para a democracia em Portugal. Nos quarto (66), quinto (39) e sétimo (65) períodos, esta temática supera o *indicador justiça, repressão e violência* (mais significativo em termos absolutos), sendo que no quarto período só fica atrás da *política interna*, o assunto dominante.

Percebe-se, pois, que o impacto internacional dos acontecimentos portugueses encontra-se intimamente relacionado com três (P4, P5 P7) das quatro fases que, no âmbito da cobertura jornalística, mereceram mais espaço e visibilidade por parte dos órgãos de informação estudados. A *ressonância* além-fronteiras representou um fator determinante para o aumento exponencial da existência pública do acontecimento, plasmada nos seguintes critérios de noticiabilidade: frequência do acontecimento, amplitude e intensidade, significância-proximidade e relevância, inesperado ou raro, continuidade e desenvolvimentos supletivos, envolvimento de nações e personalidades de elite, negatividade.

Quanto ao segundo grupo temático (gráfico 7), cumpre salientar os valores do indicador *setor de informação* (54) referentes ao quarto período (tabela 23), a etapa que se tem destacado como a mais proeminente no domínio das várias categorias de análise. O número de referências ao campo da informação, o terceiro mais prevalente do quarto período, explica-se pela situação dos media em Portugal, uma vez que esses assumiram um papel preponderante no quadro da luta pela definição dos pilares fundacionais do novo regime a implementar. Os meios de comunicação encararam a atividade jornalística à luz de uma missão ideológica, polarizada quer pelo elevado número de conflitos sociopolíticos que se foram multiplicando por todo o país, quer pelas diversas tomadas de posição oriundas dos centros de poder político-militares.

A radicalização do processo revolucionário no pós-11 de Março constituiu a *pedra de toque* das iniciativas que visavam o controlo dos media por parte de uma ou outra força política²¹⁸. São exemplo desses esforços, no quarto período, o “caso *República*”, o “caso Rádio Renascença”, as mudanças diretivas e editoriais no *Diário*

²¹⁸ Como consequência indireta da nacionalização da banca e dos seguros, a maior parte dos jornais nacionais passaram para o domínio do Estado, acentuando-se a influência e a manipulação partidária.

de Notícias (“caso dos 24”) e no *Século*, bem como as lutas e saneamentos no interior da Rádio Televisão Portuguesa.

O tema principal de cada peça jornalística é aferido, segundo a metodologia adotada, mediante o maior número de referências temáticas presentes no espaço de titulação e no *lead*, encarados como os elementos que primeiro captam o olhar do leitor. Mas nem sempre, neste trabalho, o assunto mais referenciado coincide com a matéria à qual o jornalista dedica mais atenção – várias unidades de redação abordam três, quatro ou cinco temas. A explicação reside no facto de que o título e o *lead* constituem um sumário do que é tratado no corpo da peça. O surgimento de elementos noticiosos importantes próximo da hora de fecho das redações pode, por exemplo, alterar a fisionomia de uma peça jornalística previamente elaborada. Não raras vezes esta situação foi detetada aquando do processo de codificação das unidades de redação: títulos que não coincidem com o *lead*; títulos e *lead* em desarmonia com o corpo da peça.

A mesma questão aplica-se aos indicadores *protagonista* e *instituição* principais. Também por este motivo considerou-se pertinente proceder, na quarta parte da pesquisa, à abordagem qualitativa da totalidade das peças através das técnicas de análise textual, método que permite individualizar elementos explicativos que respondam aos objetivos do trabalho, dos cenários políticos desenhados às características atribuídas aos atores políticos e militares, do processo de construção do *inimigo* ao enquadramento que norteou as narrativas jornalísticas italianas.

Esta opção metodológica não impede, porém, de dar continuidade à análise quantitativa, agora, centrada nos protagonistas e nas instituições principais. Justifica esta posição o facto de que o grande volume de unidades de redação codificadas como género de *notícia* (1052 peças²¹⁹) denota, neste estudo, coerência e sincronização entre o título, o *lead* e o corpo da peça – a desarmonia entre o título e o *lead* ou entre estes dois elementos e o corpo da peça verifica-se no âmbito do género *reportagem*.

²¹⁹ Somatório dos indicadores *notícia* e *breve*.

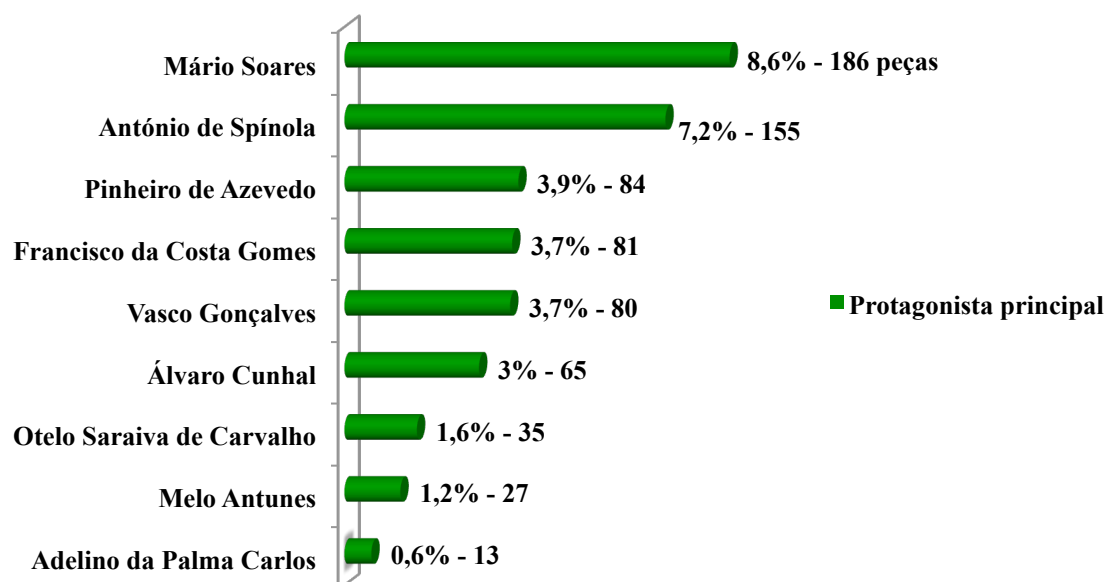


Gráfico 8: protagonista principal das peças jornalísticas – Grupo I

O gráfico 8 indica, neste sentido, que Mário Soares reúne 8,6 por cento (186 peças) do total das referências, seguindo-se António de Spínola com 7,2 por cento (155) e José Pinheiro de Azevedo com 3,9 (84). São estes os valores mais elevados que se conseguiu apurar no contexto dos dois grupos formulados. O critério adotado para a elaboração de dois grupos na variável *protagonista principal* já não se fundamenta, neste caso, nos valores dos demais indicadores, como se verifica na variável *tema principal*, antes nas flexões de número (singular, plural) correspondentes a cada indicador e na complementaridade que esses oferecem. Ou seja: o gráfico 7 hierarquiza o ator individual no contexto do espaço de titulação e do *lead* de cada peça e o gráfico 8 regista, através do mesmo método, o número plural de atores afetos a um indicador, por exemplo, *Outros atores militares ou Os Militares* em sentido lato.

Este procedimento metodológico, que não pretende estabelecer dois núcleos de protagonistas autónomos, uma vez que ambos se complementam, tem ainda implícito a elaboração do indicador *outros ou vários agentes políticos, sociais e militares, nacionais e internacionais*, decorrente da necessidade de sistematizar vários atores que surgem, frequentemente, no título e no *lead* de uma determinada peça em número plural, atribuindo-lhes o jornalista a mesma ordem de importância e, por isso, de difícil classificação.

Outros proeminentes militares da Revolução de Abril denotam, conforme o gráfico 8, valores semelhantes aos apresentados por José Pinheiro de Azevedo, nomeadamente Francisco da Costa Gomes (3,7% - 81) e Vasco Gonçalves (3,7% - 80). O líder do PCP, Álvaro Cunhal, surge na sexta posição com 3 por cento (65), enquanto Otelo Saraiva de Carvalho (1,6% - 35) e Melo Antunes (1,2% - 27) registam, em termos absolutos, percentagens pouco significantes, fenómeno mais acentuado em relação ao primeiro-ministro do I Governo Provisório, Adelino da Palma Carlos (0,6% - 13).

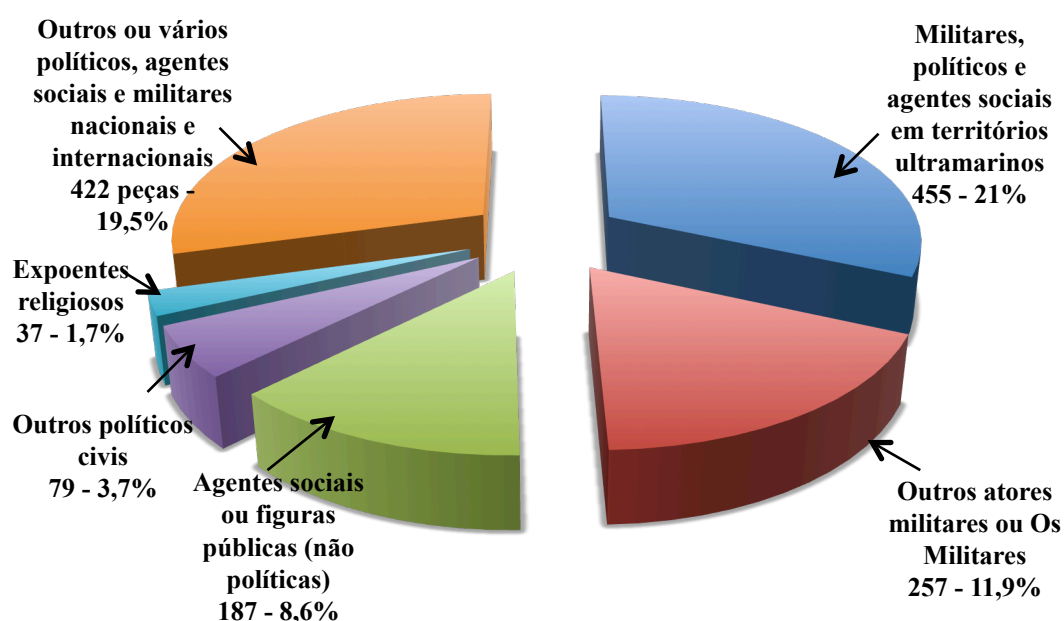


Gráfico 9: protagonista principal das peças jornalísticas – Grupo II

Os valores da maior parte dos indicadores que remetem para vários atores, no gráfico 9, superam, como seria de esperar, as percentagens dos atores individuais, no gráfico 8. A categoria *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos*, que inclui personalidades e cidadãos portugueses, assinala 21 por cento (455) e é a mais prevalente no contexto dos critérios de análise formulados. Seguem-se os indicadores *outros atores militares ou Os Militares* (11,9% - 257), *agentes sociais ou figuras públicas – não políticas* (8,6% - 187), *outros políticos civis* (3,7% - 79) e *expoentes religiosos* (1,7% - 37).

Personagem Principal	Etapas da Revolução (N°)							Total N° Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Mário Soares	-	44	15	80	25	11	11	186	8,6
Álvaro Cunhal	-	4	8	24	21	1	7	65	3
Outros Políticos Cívicos	1	29	18	18	4	2	7	79	3,7
António Spínola	5	90	21	13	15	2	9	155	7,2
Francisco Costa Gomes	-	3	7	15	24	23	9	81	3,7
Adelino da Palma Carlos	-	12	-	1	-	-	-	13	0,6
Vasco Gonçalves	-	10	5	23	40	1	1	80	3,7
Pinheiro de Azevedo	-	1	-	-	24	52	7	84	3,9
Melo Antunes	-	1	-	1	15	2	8	27	1,2
Otelo Saraiva de Carvalho	-	-	-	2	11	10	12	35	1,6
Outros Atores Militares ou os Militares	7	23	25	105	48	20	29	257	11,9
Agentes Sociais ou Personalidades Públicas (não políticas)	4	26	29	60	27	25	16	187	8,6
Militares, Políticos e Agentes Sociais em Territórios Africanos	2	86	20	37	82	61	167	455	21
Expoentes Religiosos	13	9	3	7	4	-	1	37	1,7
Outros ou Vários Políticos Agentes Políticos, Sociais e Militares	4	70	46	103	51	31	117	422	19,5
Total Corpus (N° - %)								2163	100

Tabela 24: distribuição da variável *protagonista principal*

A abordagem ao peso dos protagonistas em cada período, na tabela 24, confirma a previsível dominância que os indicadores *polifónicos* detêm sobre aqueles que remetem para as personagens em nome individual. As únicas exceções verificam-se no segundo período e respeita à ligeira supremacia que o então Presidente da República, António de Spínola (90 peças), denota sobre o indicador *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos* (86). O general Spínola é, de facto, um ator incontornável e surge como o segundo mais referenciado nos primeiro (5) e terceiro (21) segmentos temporais – etapas que marcam a prevalência, no primeiro caso, de expoentes religiosos (13) e, no segundo, de agentes sociais ou personalidades públicas, não políticas (29).

Os políticos cívicos, representados pelas figuras de Mário Soares, Álvaro Cunhal e pela categoria *outros políticos cívicos*, destacam-se durante o período iniciado a 11 de Março, fase em que os líderes do PS (80) e do PCP (24) registam os valores mais elevados. Durante este quarto período, Mário Soares apenas é ultrapassado pelo indicador *outros atores militares ou Os Militares* (105) – tabela 24.

A partir do *Verão Quente*, o indicador *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos* aparece como o mais significativo ao longo dos períodos remanescentes (P5, P6 e P7). Ocupam posições cimeiras Vasco Gonçalves (P5 - 40), Pinheiro de Azevedo (P6 - 52) e Otelo Saraiva de Carvalho (P7 - 12). Importa sublinhar que o Presidente da República, Francisco Costa Gomes, apenas surge, consistentemente, na agenda mediática italiana depois dos acontecimentos de 11 de Março. Melo Antunes e Otelo Saraiva de Carvalho adquirem protagonismo, na imprensa italiana, a partir do *Verão Quente*.

Francisco Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho e Álvaro Cunhal são personagens que alcançaram maior protagonismo do que aquele recenseado na tabela 24 e no gráfico 8. Como se referiu anteriormente, esse factor decorre do método adotado para a dimensão quantitativa deste estudo de caso, uma vez que o processo de aferição concentra-se no espaço de titulação e no *lead*. Em determinados períodos estas personagens surgiram mais referenciadas no corpo das peças, em detrimento do espaço de titulação e do *lead*. A análise textual das peças colmatará esta lacuna.

A prevalência do indicador *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos* está, por sua vez, em conformidade com a relevância associada ao tema *governança nas colónias e descolonização* (tabela 23). Se nos meses imediatos ao 25 de Abril os agentes nas colónias ganham centralidade devido às negociações com o PAIGC, com a FRELIMO e devido aos conflitos despoletados pela resistência de forças neocolonialistas em Lourenço Marques, o período do *Verão Quente* marca o início de outra espiral de acontecimentos que coloca os territórios ultramarinos sob a atenção da agenda jornalística italiana. São exemplos dessa visibilidade mediática, a partir de Julho de 1975, as independências de S. Tomé e Príncipe e Angola, as conversações entre o governo português e o governo indonésio sobre Timor, bem como os conflitos entre movimentos timorenses (FRETILIM, UDT, APODETI) e a posterior invasão da região pela Indonésia, o início das hostilidades entre os movimentos de libertação de Angola (UNITA, MPLA, FNLA) e o consequente envolvimento das potências mundiais (URSS, USA, China), as questões relacionadas com os últimos meses de governação portuguesa em Angola e a fuga de civis portugueses desse emergente Estado.

4.1. Uma revolução dividida entre a sociedade militar e a sociedade civil

Os dados relativos à variável *instituição principal*²²⁰ apresentam algumas descontinuidades quando comparados com a variável *protagonista principal*. Ao contrário dos resultados verificados em relação a Mário Soares e Álvaro Cunhal, o gráfico 9 indica que o PCP (7% - 152) supera o PS (5,9% - 129) e regista a percentagem mais elevada de referências no âmbito do primeiro grupo. Resta saber se este acréscimo de alusões é acompanhado por um discurso em tom negativo ou positivo, aspeto que será objeto de análise na atuação qualitativa. Depois, o indicador polifónico referente a *outros órgãos e estruturas militares ou Instituição Militar* (6,3% - 137), no gráfico 11, é superado por uma categoria em nome singular, a do PCP (gráfico 10), fenómeno inexistente na análise do *protagonista principal*.

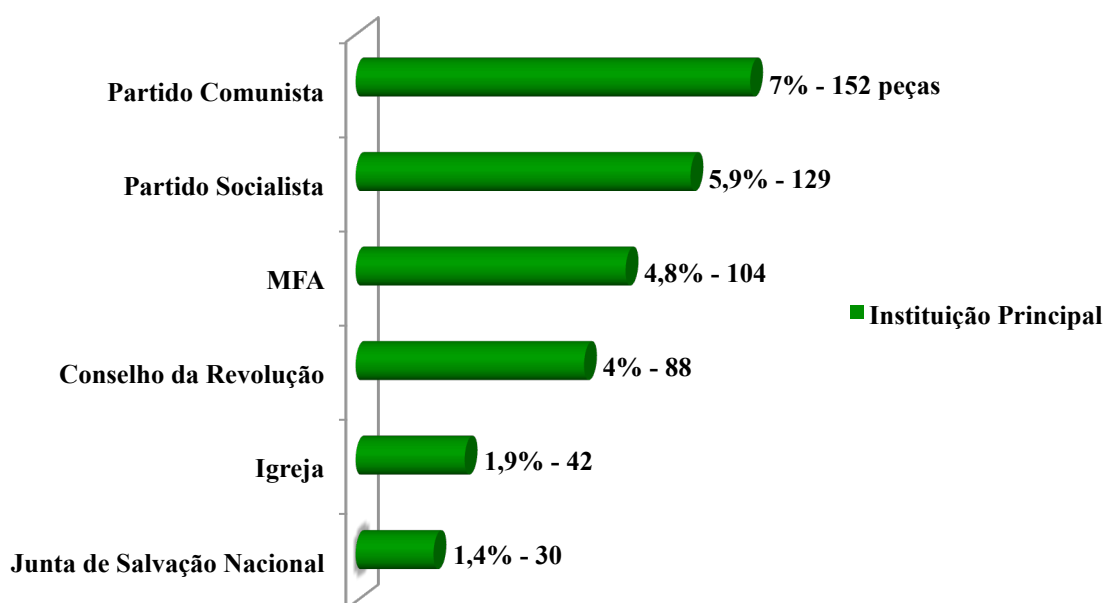


Gráfico 10: Instituição principal das peças jornalísticas – Grupo I

Do lado das continuidades, de referir que o indicador *partidos/movimentos políticos e instituições/movimentos sociais em territórios ultramarinos* (25,4% - 549), no gráfico 11, mantém registos proeminentes diante dos outros parâmetros de análise. Se o resultado é óbvio, uma vez que não se procede ao somatório dos indicadores

²²⁰ Para a variável *instituição principal* adotou-se os mesmos procedimentos metodológicos utilizados na variável *protagonista principal*, pelo que a leitura dos dados processa-se, igualmente, através de dois grupos de instituições elaborados em função das flexões de número de cada indicador.

afetos às instituições portuguesas em território continental, não deixa de ser eloquente o peso que os atores, as instituições e as temáticas relacionadas com as colónias possuem no domínio da cobertura jornalística.

Por outro lado, se a prevalência de personalidades e instituições afetas à sociedade militar (3ª posição MFA, 4,8% - 104; gráfico 10) constitui uma evidência, também os atores e as instituições oriundas da sociedade civil marcam presença ecoante no contexto do mapeamento de vozes, ainda que denotem valores claramente inferiores quanto à visibilidade mediática. Este é, seguramente, um dado que confirma o carácter polifónico da revolução portuguesa.

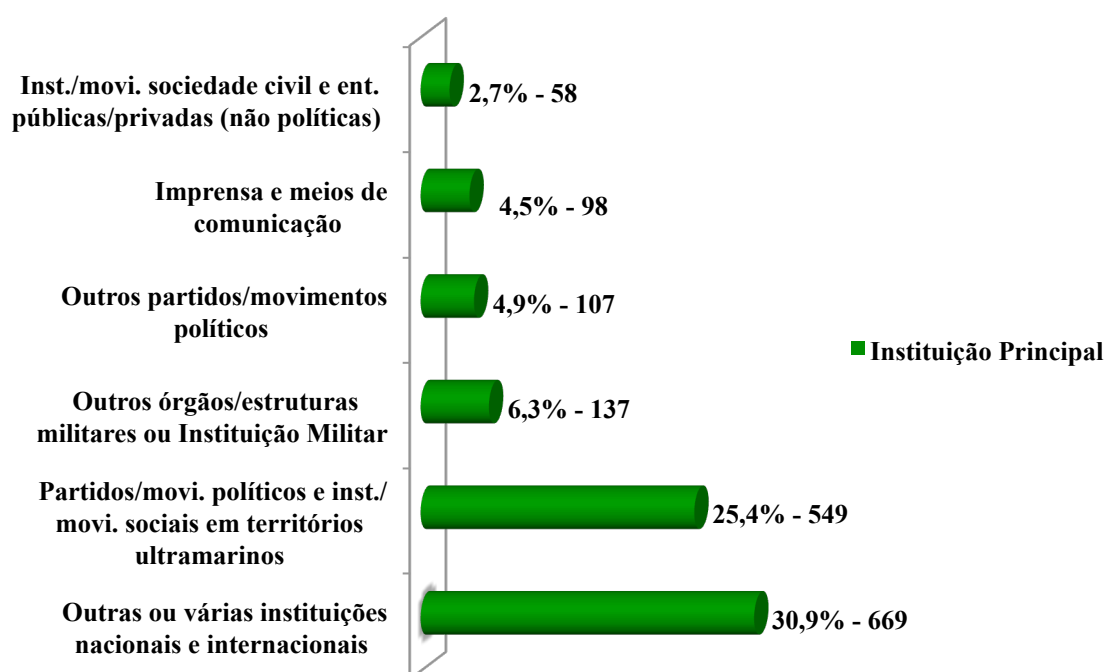


Gráfico 11: Instituição principal das peças jornalísticas – Grupo II

Quanto à distribuição temporal das referências (tabela 25), de salientar que os indicadores *polifónicos* exercem domínio em cinco dos sete períodos estabelecidos, ratificando a tendência verificada na categoria *protagonista principal*. Outro dado concordante, na tabela 25, reside nos valores máximos afetos às instituições e movimentos presentes em territórios ultramarinos, nomeadamente nos quinto (81 peças), sexto (61) e sétimo (203) períodos.

A fase do *Verão Quente* reflete os acontecimentos vividos e a hostilidade popular direcionada para o PCP, sendo este o partido mais mencionado (50) no

âmbito dos indicadores de carácter individual. O PS (71), por sua vez, suplanta todos os outros critérios analíticos no quarto segmento temporal, muito por força das eleições para a Assembleia Constituinte e do “caso *República*”. São eventos que, no primeiro caso, opuseram a legitimidade democrática saída das eleições à legitimidade revolucionária e, no segundo, impulsionaram a vasta campanha internacional realizada pelos líderes do PS em busca de apoios para a causa socialista. Não é por acaso que o indicador *imprensa e meios de comunicação* (48) regista o segundo valor máximo no quarto período (tabela 25).

Instituição Principal	Etapas da Revolução (Nº)							Total Nº Peças Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Partido Comunista	-	14	12	49	50	11	16	152	7
Partido Socialista	-	7	10	71	25	7	9	129	5,9
Outros partidos/movimentos políticos	1	15	31	39	9	10	9	107	4,9
Conselho da Revolução	-	-	-	34	22	15	17	88	4
Junta de Salvação Nacional	-	28	2	-	-	-	-	30	1,4
MFA	-	9	22	48	23	2	-	104	4,8
Outros órgãos/estruturas militares ou Forças Armadas/Instituição Militar	12	10	8	11	39	32	25	137	6,3
Instituições/movimentos Sociedade Civil Entidades Públicas/Privadas (não políticas)	-	14	8	4	11	14	7	58	2,7
Igreja	13	9	11	4	5	-	-	42	1,9
Imprensa e meios de comunicação	2	11	2	48	5	17	13	98	4,5
Partidos/movimentos políticos e instituições/ movimentos sociais territórios ultramarinos	2	140	23	39	81	61	203	549	25,4
Outros ou vários nacionais e internacionais	6	151	68	149	121	72	102	669	30,9
Total Corpus (Nº - %)								2163	100

Tabela 25: distribuição da variável *instituição principal*

Sintetizando com base na análise das variáveis *tema principal*, *protagonista principal* e *instituição principal*, é possível adiantar quatro considerações com vista ao estabelecimento de uma linha unificadora de leitura. Em primeiro lugar, as repercussões e relações internacionais decorrentes da Revolução de Abril são relevantes (ver ponto 5 do presente capítulo), encontram-se associadas ao rumo da política interna e materializam-se, simplificando, em questões como a ameaça e influência comunista sobre o novo regime a implementar em Portugal (consequências ao nível do sistema político e da NATO) e a unidade das *esquerdas* – sobretudo no caso italiano devido à presença de um partido comunista (PCI) que se socorreu do

PCP para cimentar, em Itália, uma nova cultura política, desvincular-se da conotação ortodoxa comunista e da dependência de Moscovo. Por outro lado, o volume e a evolução das peças sobre as colónias assevera a centralidade que o processo de descolonização adquiriu no âmbito da transição para a democracia em Portugal, quer ao nível das repercussões internacionais, quer em termos de política interna.

Em segundo lugar, os militares (33,8% - 732²²¹) são referenciados em maior número do que a totalidade dos indicadores afetos aos políticos civis, agentes sociais, figuras públicas (não políticas) e expoentes religiosos (25,6% - 554²²²). Igual situação não se verifica a respeito das instituições, pelo que os partidos políticos (17,9% - 388²²³) denotam ligeira vantagem diante das instituições militares (16,6% - 359²²⁴).

Em terceiro, Mário Soares (8,6% - 186) supera Álvaro Cunhal (3% - 65) com uma diferença substancial, enquanto o PCP (7% - 152) revela valores superiores ao PS (6% - 129). As peças jornalísticas denotam um discurso mais personalizado na figura de Mário Soares quando focam o grupo socialista, ao passo que as alusões ao universo comunista privilegiam mais o partido que o seu líder, Álvaro Cunhal.

Por último, o somatório dos valores afetos a Mário Soares e Álvaro Cunhal (11,6% - 251) é mais elevado que os valores dos outros políticos civis referenciados (3,7% - 79), o que coloca os líderes do PS e PCP no patamar dos mais proeminentes no contexto dos políticos civis. Os jornais estudados consideram ainda que o PS e o PCP (12,9% - 281²²⁵) constituem os dois principais projetos políticos em confronto.

4.2. Análise comparativa: a consonância geral e a divergência pontual

A tabela 26 reúne os resultados mais representativos que cada meio regista no contexto das variáveis *tema*, *protagonista* e *instituição principal*. Estes dados são em grande parte convergentes com aqueles interpretados no ponto anterior. As categorias *política interna* e *governança nas colónias e descolonização* constituem, por esta ordem, as temáticas mais relevantes para os jornais. *La Stampa* é o diário que atribui maior peso percentual ao primeiro tema (42,1%) e o *Corriere* ao segundo (30,1%).

²²¹ Somatório de todos os indicadores respeitantes aos militares (exclui o indicador *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos*).

²²² Exclui o indicador *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos*.

²²³ Somatório de todos os indicadores respeitantes aos partidos políticos (exclui o indicador *Partidos/movimentos políticos e instituições/movimentos sociais territórios ultramarinos*).

²²⁴ Exclui o indicador *Partidos/movimentos políticos e instituições/movimentos sociais territórios ultramarinos*.

²²⁵ Somatório dos valores afetos ao PS e PCP.

A consonância estende-se aos protagonistas das peças jornalísticas. Se o indicador *militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos* congrega, porque é plural, as percentagens mais significativas, Mário Soares e António de Spínola são, respetivamente, o político civil e o militar que se situam no topo das preferências quando se fala nas categorias de atores individuais, com vantagem para o líder socialista. Os protagonistas em territórios ultramarinos representam uma fração percentual maior no caso de *Il Messaggero* (22,8%), sendo *La Stampa* o meio que mais destaca Mário Soares (9,8%) e o general Spínola (9,1%).

Variável	Indicador	Meio (%)		
		Corriere	La Stampa	Il Messaggero
Tema Principal	Política interna	35,9	42,1	39
	Governação nas colónias e descolonização	30,1	24,9	24,6
Protagonista Principal	Mário Soares	8,3	9,8	7,8
	António de Spínola	6,8	9,1	5,8
	Militares, políticos e agentes sociais em territórios ultramarinos	21,3	18,9	22,8
Instituição Principal	Partido Comunista	6,3	8,3	6,6
	Partido Socialista	4,9	5,1	7,9
	Conselho da Revolução	5,3	3,3	3,4
	MFA	4,5	4,5	5,4
	Partidos/movimentos políticos e instituições/movimentos sociais em territórios ultramarinos	24,7	24,6	26,9

Tabela 26: variáveis tema, protagonista e instituição principal

As únicas diferenças em relação à leitura do ponto anterior residem na variável *instituição principal*, no domínio dos indicadores em nome individual. Para o *Corriere* (6,3%) e *La Stampa* (8,3%), o PCP é a instituição mais referenciada, enquanto que para *Il Messaggero* a preferência recai sobre o PS (7,9%). A situação inverte-se quando se trata de aferir qual a instituição militar que, no mesmo domínio, regista percentagens mais expressivas: o *Corriere* é o único jornal que destaca o Conselho da Revolução (5,3%) para valores superiores aos do MFA (4,5%).

Ao longo da abordagem às variáveis de *conteúdo*, de *forma* e de *discurso*, verifica-se que os três jornais estudados registam diferenças substanciais ao nível do volume total das peças publicadas e nas categorias *extensão da peça*, *autoria*, *tipologia da assinatura*, *géneros jornalísticos* e *proveniência da peça*.

A figura 5 constitui um exemplo do tipo de referências que interessa tratar. É uma *grande reportagem* da autoria de Andrea Barbato sobre os 13 meses que inflamaram, no biénio 1974-1975, o quadro sociopolítico italiano, publicada na página 3 de *La Stampa*, a 18 de Junho de 1975. Sob o título “Começou com o referendo”, Barbato passa em revista os acontecimentos responsáveis pelas profundas transformações ocorridas nesse arco temporal, dos resultados do referendo sobre o divórcio à reforma do direito da família, das eleições regionais e administrativas aos dossiers dos escândalos protagonizados pela classe política italiana. A referência à Revolução de Abril, neste caso, situa-se no penúltimo parágrafo da peça. Possui uma dimensão de três linhas e alude, de forma telegráfica, aos *ecos* da vitória socialista nas eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte: “E o mês encerra com o eco da vitória socialista em Portugal”.

O exemplo descrito não comporta uma estrutura discursiva complexa, mas situações existem em que o cenário altera-se, quer seja através de sequências analógicas e de discursos interpretativos destinados a qualificar o *Outro* (português), quer seja através de simples alusões esparsas ao longo da peça e encadeadas em função do tema promovido pela instância de enunciação

O *subcorpus C* é constituído por 724 peças, distribuídas conforme a tabela 27.

Meio	Nº - %	Período
Corriere della Sera	248 - 34,3	16 de Março, 1974
La Stampa	266 - 36,7	v
Il Messaggero	210 - 29	2 de Abril, 1976
Total Referências/Peças (Nº)	724	25 meses

Tabela 27: volume e distribuição das referências inventariadas

À semelhança das inferências extraídas do subcorpus **B**, conclui-se que os três jornais em análise apresentam ligeiras discrepâncias quando se observa o volume total de referências seleccionadas. *La Stampa* (36,7% - 266 referências) inverte a anterior posição (subcorpus **B**) e regista a maior percentagem de menções, seguindo-se o *Corriere* (34,3% - 248) e *Il Messaggero* (29% - 210). O desfazamento entre o diário de Turim e o diário de Roma é de 56 referências, valor inferior às 132 unidades de

redação, no subcorpus **B**, que separam o jornal com mais peças publicadas sobre Portugal (*Corriere*) daquele que detém o registo menor (*La Stampa*).

Atendendo aos valores da tabela 28, a evolução das referências em termos absolutos atesta os resultados já interpretados: o período iniciado com o 11 de Março é também o mais relevante no âmbito deste critério analítico (36,5% - 264) e o sétimo segmento temporal volta a situar-se entre os mais proeminentes (26,8% - 194). No subcorpus **B**, estes dois períodos são aqueles em que o tema *repercussões e relações internacionais* denota os valores máximos. Afigura-se, pois, necessário perceber se os dados da tabela 28 encontram correspondência com esse indicador temático no contexto das referências à Revolução de Abril, hipótese que será testada mais à frente.

Meio	Etapas da Revolução (%)							Total N° Referências Meio
	1974 16 mar - 24 abr	1974 25 abr - 27 set	1974/1975 28 set - 10 mar	1975 11 mar - 12 jun	1975 13 jun - 18 set	1975 19 set - 24 nov	1975/1976 25 nov - 2 abr	
Corriere	-	2,8	6,9	36,3	12,1	15,3	26,6	248
Stampa	-	10,2	6,8	34,6	10,5	11,7	26,3	266
Messaggero	-	2,4	9	39	10,5	11,4	27,6	210
Total % Corpus	-	5,4	7,5	36,5	11	12,8	26,8	724

Tabela 28: distribuição temporal das referências

Sem oscilações muito expressivas no âmbito dos meios analisados, na tabela 28, *Il Messaggero* (P4: 39% - 82; P7: 27,6% - 58) é o diário que apresenta as percentagens dominantes nas duas etapas identificadas como as mais significativas do subcorpus C. Esta tendência não encontra, porém, equivalência ao nível do número de referências, aspeto em que *La Stampa*, por se superiorizar em termos absolutos, assinala os valores prevalentes (P4: 92; P7: 70).

Em relação à localização no jornal e na página, na tabela 29, de salientar que 27,6 por cento (200) do total de menções situa-se nos espaços nobres dos diários italianos (somatório dos indicadores *manchete*, *primeira página* e *terceira página*). Deste significativo volume, 2,5 por cento surge na manchete (18), 20 por cento (145) na primeira página e 5,1 por cento (37) na terceira página.

A distribuição das referências ao longo dos sete períodos formulados, no âmbito dos indicadores *manchete*, *primeira página* e *terceira página*, indica que as percentagens máximas verificam-se nos quarto e sétimo segmentos temporais. A

única exceção ocorre, conforme a tabela 29, no indicador *primeira página*, no qual o segundo valor mais expressivo respeita ao quinto período (19,3%), ainda que não muito distante da percentagem correspondente à fase pós-25 de Novembro (17,9%). Uma vez mais a etapa iniciada com o 11 de Março revela dominância em todos os critérios analíticos, principalmente no indicador *manchete*.

Localização Jornal/Página	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Refer. Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Manchete	-	-	-	94,4	5,6	-	-	18	2,5
1ª Página	-	4,1	6,9	37,2	19,3	14,5	17,9	145	20
3ª Página	-	8,1	8,1	37,8	5,4	16,1	24,3	37	5,1
Página Par	-	7,2	7,7	34,7	10,6	12,3	27,5	349	48,2
Página Ímpar	-	2,8	8	33,1	6,8	13,1	36	175	24,2
Total Corpus (Nº - %)								724	100

Tabela 29: localização no jornal e na página

A supremacia do quarto período é um dos dados mais consistentes que é possível extrair da análise quantitativa, plasmada a partir das diversas variáveis que têm servido de bússola para esta pesquisa. A tabela 30, relativa à extensão das referências, não só constitui mais um dado que sustenta esta observação, como oferece elementos que permitem valorizar o subcorpus C.

Extensão da Referência	Etapas da Revolução (%)							Total Nº Refer. Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
1 linha	-	3	13,4	37,3	7,5	14,9	23,9	67	9,3
De 2 a 5 linhas	-	9,6	8,9	27,4	6,8	11,6	35,6	146	20,2
De 6 a 10 linhas	-	4,3	11	34,4	12,3	12,3	25,7	163	22,5
De 11 a 20 linhas	-	6,8	3,1	36	12,9	17,4	23,6	161	22,2
Mais de 21 linhas	-	2,7	4,8	45,5	12,8	9,6	24,6	187	25,8
Total Corpus (Nº - %)								724	100

Tabela 30: extensão das peças

O quarto período suplanta (tabela 30) os demais segmentos temporais nos indicadores que sinalizam as referências com maior extensão: 36 por cento no indicador *de 11 a 20 linhas* e 45,5 por cento no indicador *mais de 21 linhas*, o mais

representativo. A proeminência associada aos indicadores com maior extensão, juntamente com volume total de referências (724), secunda a ideia de que o subcorpus C constitui uma amostra relevante no sentido de aferir o grau de penetração, na agenda pública internacional, do tema Revolução de Abril.

Quanto à hipótese formulada acerca do tema *repercussões e relações internacionais*, portanto, se apresenta os valores máximos nos quarto e sétimo períodos, como no subcorpus B, importa avançar, preliminarmente, quatro considerações tendo em vista uma definição concetual desta expressão temática. Primeiro, poder-se-ia definir, em sentido lato, o objeto de estudo deste trabalho como uma análise às repercussões internacionais da Revolução de Abril, na medida em que a imprensa italiana insere-se na esfera internacional. Apesar da validade da proposta, não é este o sentido exato que se quer dar ao termo.

Em segundo lugar, cumpre definir o primeiro nível da noção de *repercussões e relações internacionais* que se pretende determinar. Não considerando a proposta anterior como a que mais serve o sentido que se procura, o impacto internacional dos acontecimentos portugueses consiste nos assuntos que derivam da Revolução de Abril e que possuem existência pública/mediática através de uma esfera temática que não se esgota nas matérias, por exemplo, de política interna. Ou seja: não se desenvolvem no contexto dos *acontecimentos discursivos* (Foucault, 1969-2005) que abrangem exclusivamente instituições e agentes políticos e sociais portugueses. Estes *acontecimentos discursivos* evoluem no âmbito das polémicas/debates que envolvem somente agentes políticos e sociais estrangeiros ou, por outro lado, quando esses atores internacionais interagem com os portugueses.

Em terceiro lugar, o segundo nível da noção reside no próprio subcorpus C, encarando-se esta amostra, composta por 724 referências, como um elemento constitutivo da *repercussão internacional* do golpe de 25 de Abril e do processo revolucionário que presidiu aos destinos políticos de Lisboa, principalmente, durante 1975. Isto é: o subcorpus C já representa um elemento em si mesmo definidor do impacto internacional, uma vez que o objeto de análise são as peças jornalísticas cujo tema principal não é a Revolução de Abril; logo trata-se de unidades analíticas que extravasam o núcleo central (subcorpus B) através do qual se edifica esta pesquisa e o *conhecimento novo* que se pretende instituir – esta exterioridade não impede, todavia, que o subcorpus C secunde e valorize as inferências extraídas das amostra principal.

Por último, o terceiro nível concetual manifesta-se através do itinerário teórico traçado para a última parte da pesquisa, do qual também faz parte o subcorpus **D**, e que respeita aos eventos despoletados no quadro da sociedade italiana e da sua política interna, mas que derivam especificamente do pulsar e da cadência da Revolução de Abril. Consiste, na prática, no impacto dos acontecimentos portugueses em Itália.

Determinados os três graus da noção de *repercussões e relações internacionais*, é agora possível testar a hipótese formulada. Efetivamente, a tabela 30 demonstra que os quarto e sétimo períodos acolhem os valores máximos do indicador *repercussões internacionais*, 133 referências no primeiro caso e 138 no segundo. O volume total também é elucidativo: 59,7 por cento (432) das menções sistematizadas pertencem a este indicador, o valor mais elevado. Trata-se de dados que convergem no sentido das inferências obtidas, no subcorpus **B**, em relação à temática *repercussões e relações internacionais* e aos períodos em consideração (P4 e P7).

Tema Principal	Etapas da Revolução (Nº)							Total N° Refer. Indicador	Total % Corpus
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7		
Questões de governação e política interna	-	-	-	4	-	2	6	12	1,7
Política nas colónias, descolonização e conflitos políticos e sociais em territórios ultramarinos	-	5	4	2	3	1	32	47	6,5
Política externa	-	2	2	12	8	9	3	36	5
Questões de política interna, política externa, agentes sociais e setor de de informação em Itália	-	4	1	112	23	6	13	159	22
Repercussões e relações internacionais	-	19	24	133	44	74	138	432	59,7
Assuntos militares e guerra colonial	-	1	1	-	-	-	-	2	0,3
Questões de terrorismo e justiça em Itália	-	8	19	1	2	1	1	32	4,4
Religião	-	-	1	-	-	-	-	1	0,1
Outros	-	-	2	-	-	-	1	3	0,4
Total Corpus (Nº - %)								724	100

Tabela 31: distribuição da variável *tema principal*

Os dados da tabela 31 oferecem elementos que reforçam o peso do impacto internacional da transição para a democracia em Portugal. O indicador *questões de política interna, política externa, agentes sociais e setor de informação em Itália* denota 22 por cento (159) do volume total de referências e constitui mais um sinal do impacto internacional dos acontecimentos portugueses. Este indicador foi elaborado com o único objetivo de se poder individualizar as referências no contexto italiano,

pelo que, na verdade, representa uma parcela constitutiva do indicador *repercussões e relações internacionais*: as duas categorias agregadas perfazem 81,7 por cento (591)²²⁶ do total de referências inventariadas.

Em função do resultado do somatório destes dois indicadores, o quarto período é, neste sentido, o mais relevante (245), seguindo-se a etapa correspondente ao pós-25 de Novembro (151). A explicação não diverge daquela que norteou, no subcorpus **B**, a análise do indicador *repercussões e relações internacionais*. As referências no quarto período decorrem dos episódios crítico-simbólicos da revolução portuguesa e dos eventos despoletados pela mesma no espaço internacional.

Os valores do sétimo período encontram-se, em grande parte, associados ao conflito angolano (início da guerra civil). Mas não só. Decorrem ainda do reconhecimento de Angola pela comunidade internacional (o *timing* não foi o mesmo para as potências europeias e mundiais) e de alguns acontecimentos que envolveram diretamente forças políticas portuguesas, nomeadamente o PS. São exemplo deste empenho socialista a conferência dos partidos socialistas da Europa do Sul, promovida por François Mitterrand (Paris), em Janeiro de 1976 e, semanas depois, a conferência dos partidos socialistas e social-democratas europeus, desta vez no Porto, reunindo vários líderes europeus e da qual Mário Soares (já em clima eleitoral) constituiu o cicerone anfitrião.

²²⁶ Somatório dos indicadores *repercussões e relações internacionais e questões de política interna, política externa, agentes sociais e setor de informação em Itália*.

6. Conclusão

As conclusões desta pesquisa determinam-se em três momentos: a) no âmbito da evolução dos padrões jornalísticos da cobertura da Revolução de Abril, realizada pelos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero* (análise quantitativa – estudo de caso; Parte III); b) no contexto da cobertura jornalística italiana, através da análise textual das narrativas disseminadas pelos órgãos de informação em apreço (atuação qualitativa – estudo de caso; Parte IV); c) no domínio de um conjunto mais alargado de publicações, através da análise textual e exploratória tendente a aferir o impacto dos acontecimentos portugueses na política interna, na sociedade e no setor de informação em Itália (análise qualitativa – atuação exploratória; Parte V).

Quanto às primeiras considerações conclusivas, confirma-se que os dados extraídos da atuação quantitativa (subcorpus **A**, **B** e **C**) permitem responder às perguntas que norteiam a investigação. Os três jornais estudados publicaram 2163 peças jornalísticas (subcorpus **B**) sobre a Revolução de Abril, o equivalente a uma média de 2,9 unidades de redação por dia. Foram ainda identificadas 724 referências (subcorpus **C**). Estes valores sustentam a ideia de que os acontecimentos portugueses mereceram, ao longo dos cerca de 25 meses em análise, atento acompanhamento e revestiram-se de um caráter excepcional.

A inferência é reforçada quando se compara o destaque conferido às peças pelo *Corriere della Sera* e o volume de publicação, no contexto de dois segmentos temporais distintos, entre 1968-1974 (subcorpus **A**: 234 peças - 2266 dias) e 1974-1976 (subcorpus **B**: 794 peças - 749 dias). Constata-se que, num período incomparavelmente menor, o jornal mais que triplicou o volume total de unidades de redação, o número de peças com mais de 151 linhas e a presença de enviados especiais em território português ou ultramarino; inseriu 30 manchetes no segundo período (1974-1976) e duas no primeiro (1968-1974); duplicou as peças em primeira página e solicitou mais informações aos correspondentes.

Os órgãos de informação estudados apresentam, em termos absolutos, valores significativos quando se procura descortinar a relevância concedida aos textos: deslocaram 25 por cento das peças para os espaços nobres do jornalismo italiano (manchete, primeira página, chamadas, terceira página), 30,5 por cento necessitaram de mais de 151 linhas e 29,7 por cento das unidades de redação mereceram diversos procedimentos ao nível da valorização gráfica.

A cobertura jornalística demonstra índices consistentes quer no âmbito da responsabilização individual do articulista e da procura de maior proximidade com os leitores – peça assinada, peça com iniciais – (38%), quer no contexto da informação proveniente dos enviados especiais e dos correspondentes (26%). Já os 35,6 por cento de peças identificadas com o modelo de discurso interpretativo e explicativo denotam que os diversos episódios da transição para a democracia em Portugal revelaram níveis expressivos de complexidade e envolvimento das instâncias de enunciação. O facto de o género *notícia* (48,6%) aparecer como o mais proeminente não quer dizer que a *reportagem* (42,3%) e os géneros *de opinião* (7,5%) sejam subalternizados.

A diversidade de fontes de informação presentes numa determinada peça denota números relevantes (21%). Este fator justifica-se porque a Revolução de Abril foi um acontecimento (conjunto de eventos ou folhetim) que deslocou quotidianamente várias temáticas e diferentes atores para a agenda mediática (polifonia de vozes e assuntos). Assiste-se, por outro lado, a uma significativa proeminência de fontes oficiais (35,9%) e à pronunciada dependência informativa das grandes agências noticiosas (24,7%), aspeto que contribui para a homogeneização das notícias – o *Corriere della Sera* e *La Stampa* foram os jornais que mais investiram na *rede de captura* (enviados especiais e correspondentes) tendente a minimizar esta lacuna.

Os temas de *política interna* (38,8%) e de *governação nas colónias e descolonização* (26,7%) constituem os assuntos centrais. As matérias respeitantes às *repercussões e relações internacionais* representam, no entanto, uma importante dimensão dos acontecimentos portugueses, fator perceptível quando se conjuga a percentagem desse indicador temático (subcorpus B - 9,7%) com o volume total de referências (subcorpus C - 724 peças) e a totalidade das unidades de redação inventariadas no subcorpus D (189 peças), amostra exclusivamente constituída por peças sobre temáticas ou acontecimentos italianos despoletados pela Revolução de Abril.

Os militares são os atores mais referenciados, situação que não se verifica ao nível das instituições: ligeira vantagem para os partidos políticos e, no âmbito destes, para o PCP. Mário Soares é o protagonista com maior mediatismo no quadro das figuras políticas civis, seguindo-se Álvaro Cunhal. O somatório dos valores afetos a estes dois personagens (11,6%) é claramente superior aos valores agregados pelos outros políticos civis referenciados (3,7%), sendo que o PS e o PCP lideram os

principais projetos políticos em confronto. António de Spínola, José Pinheiro de Azevedo, Francisco Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Melo Antunes são, por esta ordem, os atores da sociedade militar mais referenciados.

A análise às variáveis de *forma*, *conteúdo* e *discurso*, no subcorpus **B**, sugere que o período iniciado com o contragolpe de 11 de Março (P4) é a fase mais mediática. O segmento temporal concernente ao *Verão Quente* (P5) surge como o segundo mais prevalente no quadro das variáveis de *forma* e *discurso*, seguindo-se o período que se inicia com o golpe de 25 de Abril (P2) – esta ordem inverte-se quando se observa os dados da variável *proveniência da peça* e dos indicadores referentes aos géneros de *opinião*, pelo que o segundo período suplanta a fase do *Verão Quente* (P5). No contexto das três categorias de variáveis, a etapa correspondente ao pós-25 de Novembro (P7) aparece na quarta posição da hierarquia estabelecida.

O *Corriere della Sera* é o órgão de informação que mais publicou durante o arco temporal considerado: editou 794 peças, o que perfaz uma média, grosso modo, de uma unidade de redação por edição diária. É também o jornal que mais espaço e visibilidade conferiu aos eventos portugueses, publicando o maior número de peças, por um lado, assentes no modelo interpretativo e, por outro, inseridas nos géneros jornalísticos de *opinião*, designadamente ao nível dos editoriais, das crónicas/notas políticas e das entrevistas.

La Stampa, por sua vez, evidencia uma *vantagem estratégica* na medida em que recorreu em maior número aos serviços dos enviados especiais. Regista ainda os valores mais elevados ao nível do comentário-reação à notícia (género *notícia comentada*).

Verifica-se, por último, que o *Corriere della Sera* e *La Stampa*, fazendo-se valer das suas *redes de captura*, forneceram ao auditório uma cobertura jornalística mais completa do que *Il Messaggero*. Além da superioridade manifestada no domínio da relevância das peças, os enviados especiais e os correspondentes constituíram o principal dominador comum que conferiu aos jornais de Milão e de Turim uma *vantagem estratégica* na abordagem ao acontecimento.

PARTE IV – ANÁLISE QUALITATIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

CAPÍTULO IX – O ENSAIO DE MARÇO E O PAÍS REFRAATÁRIO AOS VENTOS DA HISTÓRIA

1. Pressupostos Metodológicos

Interpretar fenómenos e atribuir significados constitui o principal objetivo da análise qualitativa que, neste oitavo capítulo, encerra o estudo de caso sobre a cobertura jornalística da Revolução de Abril pelos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Pretende-se, agora, através da análise textual, estudar processos de formação de ideias que se materializam na forma de textos jornalísticos e identificar o conjunto de ideias-força, de *generalizações históricas* (Said, 1978-1995), construídas a respeito dos eventos portugueses. Não interessa para esta pesquisa distinguir ou inventariar as posições de um, dois, três ou quatro jornalistas, saber se diferentes órgãos de comunicação divergiram em relação a certos acontecimentos, ainda que as dissonâncias de pontos de vista mereçam atenção. Contrariamente, a linha metodológica adotada privilegia a regularidade da profusão de imagens análogas, as ideias e as matrizes culturais hegemónicas que estão na origem do conceito teorizado por Antonio Gramsci²²⁷.

Estes enunciados hegemónicos, que não raras vezes recorrem à generalização para legitimar uma determinada perspectiva do mundo social, provêm de uma particular *proximidade* (Said, 1978-1995) mantida entre as instâncias de enunciação e as personagens e os acontecimentos portugueses (de europeus italianos para europeus portugueses, de ocidentais para ocidentais). Provêm do quadro cultural dos articulistas italianos e dos modelos jornalísticos de referência que esses constroem para, de seguida, os confrontarem com a realidade experienciada, asseverando ou negando a operacionalidade desses modelos. Trata-se, portanto, de uma construção social que é o resultado de um património cultural específico (italiano, europeu, ocidental) e de procedimentos contínuos protagonizados por sujeitos habituados a reportar as

²²⁷ Cfr. Função dos intelectuais na organização da hegemonia e da coerção, pp.1518-1519; Hegemonia como combinação de força e consenso nos regimes parlamentares, pp.1636-1638, in Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, 1977. Torino: Giulio Einaudi editore.

dinâmicas do mundo social. Por outras palavras, são enunciados que, na esteira das teorias construcionistas da notícia e de autores como Barbie Zelizer (1993-2000; 2004) e Pierre Bourdieu (1998), decorrem de assunções e crenças partilhadas, de interpretações coletivas de eventos públicos.

Do volume de textos que constituem o objeto de estudo deriva uma noção coletiva reveladora, primeiro, da existência de um património cultural partilhado, o europeu, e, depois, de um modelo de interação que remete para um *nós* italianos em oposição a *eles* portugueses. É esse modo de relacionamento com a realidade dinâmica portuguesa que, também, importa individualizar, na medida em que descreve, aconselha, critica, desaprova, aquiesce, possuiu uma história, uma tendência de pensamento, um traço ímago e um vocabulário. A linguagem é, afinal, um sistema sofisticadamente estruturado e criptado que se socorre de uma vasta panóplia de dispositivos através dos quais expressa valores e normas, apresenta soluções, define enquadramentos, seleciona, representa, dissocia, avalia, desvaloriza, enfatiza. Está-se, pois, diante de uma espécie de *autoridade democrática* sobre o real presenciado, que emite juízos sobre o mesmo e dissemina pelas narrativas representações culturais e ideológicas apoiadas num processo discursivo, numa consciência geopolítica.

Para lidar com essas estruturas discursivas, com essa instituição intelectual animada pelo esforço interpretativo dos jornalistas italianos, recorre-se à noção de discurso que Michel Foucault deslinda em *A Arqueologia do Saber* (1969-2005) e *A ordem do discurso* (1971-1997). Considerou-se proveitoso tratar as imagens dominantes dimanadas dos vários textos, de diferentes autores, na perspetiva de um edifício dotado de uma corpulência e consistência próprias, no fundo de uma realidade material, sintática e semântica, constitutiva de um determinado discurso. O que se procura identificar é a unidade dessas ideias hegemónicas, encarada com uma linha coerente, costurada pelas diversas instâncias enunciativas, que mais não representa do que uma ou mais parcelas do tal edifício (discurso) dotado de uma cultura, de uma *autoridade democrática*. É possível identificar essa unidade porque existem imagens, partilhadas, que circulam de uns textos para os outros no âmbito de uma produção polifónica.

Para sinalizar a unidade de um discurso que definiu, frequentemente, o curso dos eventos portugueses como pertencentes a uma ordem de ideias contrária à sua, a um outro discurso, importa situar o prisma de observação não nos elementos que permanecem escondidos nas narrativas, mas na matéria que gravita à superfície dos

textos. Esse húmus textual reflete a posi o de *exterioridade* (Said, 1978-1995) que os jornalistas italianos ocupam diante dos acontecimentos que reportam, demonstrando que esses profissionais estão fora do real experienciado. Mas a localiza o exterior não significa que a unidade do discurso (ocidental e europeu) ignore, na Península Ibérica, aspetos com os quais se identifique, crenças comuns. Ela também mapeia as reconhecimentos políticas e controla permanentemente o curso dessas convic es e identifica es positivas, ou seja, se percorrem as etapas convencionadas, se introduzem aspetos inovadores, se estão ameaçadas pelo discurso antag nico.

A história dos relatos e comentários italianos sobre a Revolu o de Abril   feita de um jogo resiliente pautado, primeiro, por regozijo, otimismo, desconfiança e, depois, por acentuada desaprova o, no quadro de uma manifesta e contínua inten o de ver Portugal atracar no porto dos regimes democráticos, das institui es europeias, do discurso ocidental. O resultado primeiro desta exterioridade são os paralelismos históricos e as descri es das personagens e da realidade político-social, no fundo as representa es sociais que se devem considerar em fun o das figuras de estilo, do cenário, do estilo da narrativa e dos contextos histórico-sociais. Convém nunca esquecer que essas representa es sociais derivam de um quadro de produ o de sentidos onde o jornalista se inscreve, formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário (Benetti, 2007: 107:). Este sistema de significa es cont m tradi es de pensamento, conven es, códigos consensuais destinados a tornar inteligível, para o leitor italiano, um determinado mundo social (o português).

Os enviados especiais que ocupam a aten o desta pesquisa enfrentam Portugal, em primeiro lugar, como cidadãos italianos e europeus, e só depois enquanto jornalistas. Por esse motivo dedicou-se, na segunda parte do trabalho, um número considerável de páginas   contextualiza o da sociedade e da política italianas e   ordem política internacional.  , de facto, indispensável perceber como funcionam os *bastidores* das objetivas focadas nos eventos portugueses. Só assim se compreende, por exemplo, que a grelha de leitura em que assentou o PCP seja sempre disposta em fun o do trajeto (revisionista) do PCI.

Os acontecimentos políticos de Lisboa não se repercutiram apenas nas rela es entre os Estados, na ordem bipolar, internacional, da Guerra Fria. Foram também uma distin o político-cultural básica (Ocidente vs Leste ou Terceiro-Mundo; Democracia vs Comunismo) inspirada num conjunto de interesses que, através da desqualifica o do *Outro*, da descri o sociológica, da análise psicológica, originou e

manteve um certo tipo de categorias destinadas a influenciar quadros cognitivos, revelando a tal função prescritiva. Não foram poucos os textos, as *sedes de consciência histórica* para empregar a expressão de Marc Ferro (1985), que introduziram elementos negativos naquele mundo anômalo e caótico que, segundo a voz italiana, tomou conta de Portugal entre 1974 e 1975. Desse universo estranho e, tantas vezes considerado, surrealista emergiram, igualmente, elementos e personagens que inspiraram otimismo e contrabalançaram as aventuras bolchevique, peruana ou cubana.

Através da observação direta ou da descrição circunstancial, Portugal e os seus principais protagonistas ganharam, em 25 meses, uma grande massa de características atribuídas pelos discursos políticos e, principalmente, pela voz jornalística. Em alguns casos, essa voz operou mesmo uma ressurreição narrativa de um pretérito remoto. Noutros constituiu uma espécie de força criadora de propósitos e intenções ativas, um desejo programático de influenciar decisões e comportamentos que redundaram na apropriação, em Itália, de ocorrências e de matérias de discussão portuguesas com o objetivo de retirar proveitos políticos ou introduzir simples alusões temáticas – sobre esta realidade tratará a quinta parte do trabalho.

Cumprе salientar que esta estratégia metodológica é profundamente devedora da obra de Edward Said e, mais especificamente, da abordagem que o autor levou a cabo em *Orientalism* (1978-1995). Noções como *generalizações históricas*, *proximidade*, *autoridade intelectual*, *exterioridade* e *formação estratégica* constituem o percurso inspirador para um esforço hermenêutico que também não dispensa os ensinamentos de Michel Foucault quando se trata de coligir e deslocar vozes heterógenas para um espaço discursivo-referencial comum.

2. Objeto de estudo e modelo de análise

A análise textual compreende os cerca de 25 meses que decorrem entre os dias 16 de Março de 1974 e 2 de Abril de 1976. O volume de textos que constitui o objeto de estudo é composto por 627 unidades de redação (Gráfico 11), extraídas do subcorpus **B** (cobertura jornalística da Revolução de Abril). Esta amostra inclui as reportagens dos enviados especiais (461 peças) e os géneros de opinião (166), tais como os comentários da redação do jornal, dos seus jornalistas e colaboradores – notícia comentada, artigo, nota política, coluna, crónica, editorial e perfil.

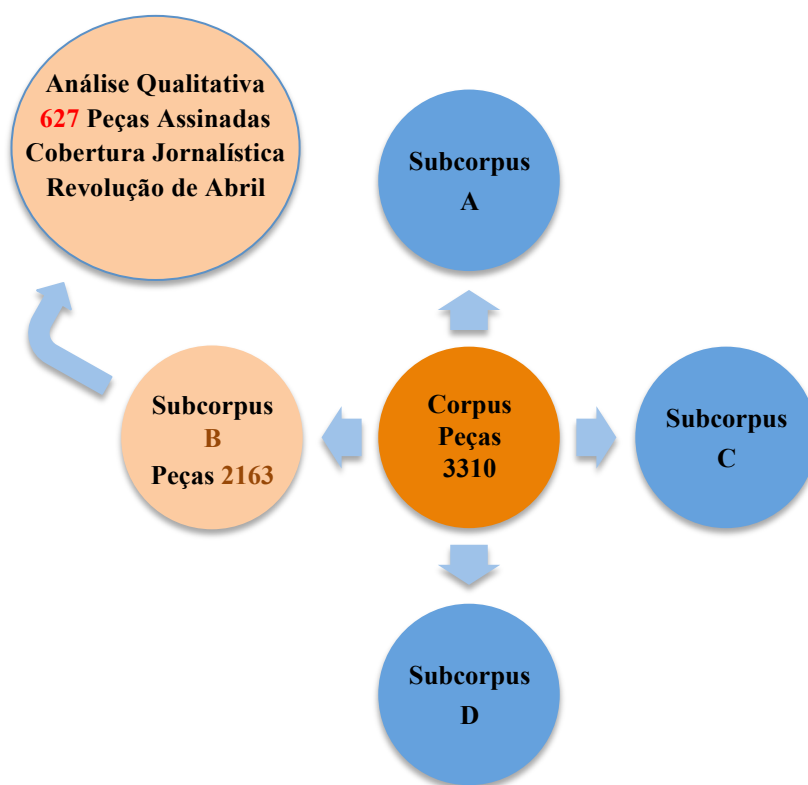


Gráfico 12: Representação dos subcorpus B

À luz do que foi dito nesta introdução metodológica, ser um jornalista italiano e europeu não equivale a um estatuto passivo. Porque se constitui um princípio axiomático o facto de que nenhuma produção de conhecimento na área das humanidades dispensa o envolvimento do seu autor – não há história sem ideologia, não há narrativas jornalistas objetivas –, então também deve ser verdade que um jornalista norte-americano, espanhol, francês, inglês ou italiano não pode depurar os

elementos que determinam a sua mundividência. É, portanto, o somatório dos enquadramentos socioculturais com as posições de *proximidade* (europeus, latinos, ocidentais) e de *exterioridade* (reprovação de discursos antagónicos, controlo das identificações e crenças partilhadas) que enforma a autoridade democrática manifestada em relação à realidade reportada.

Designou-se de *construção ilocutória* o mecanismo metodológico para estudar a autoridade, que mais não representa do que um modo para analisar a rede de significações e sentidos sociopolíticos circulantes nos textos, a relação de afinidade entre narrativas e diferentes tipos de peças jornalísticas. Ou seja: procura-se detetar como é que determinadas ideias adquirem massa e potência referencial no âmbito das 627 unidades de redação que constituem a amostra da pesquisa. Recorreu-se à noção de *ilocutório* (Austin, 1978) porque importa identificar os atos de linguagem reveladores do envolvimento dos jornalistas, reveladores de uma intenção comunicativa associada ao significado de determinado enunciado, como sejam os motivos que transitam nos textos, os tipo de estrutura, imagens e temáticas.

No âmbito desta abordagem vocacionada para detetar a regularidade das ideias hegemónicas que circulam nas narrativas elaboradas por instâncias de enunciação heterogéneas, interessa, ainda, reproduzir as vozes desses diferentes locutores com o intuito de conferir autenticidade à perspetiva que se procura legitimar.

Este estudo de caso não ambiciona confrontar os relatos e os comentários de jornalistas com as versões da história hodierna, nem pretende reler os acontecimentos da *Revolução dos Cravos* em função dos procedimentos de um historiador. Trata-se, antes, de um estudo de imprensa que comporta, por um lado, o levantamento de dados, o tratamento e a comparação numérica das informações (atuação quantitativa) e, por outro, uma abordagem sobre o modo como circulam ideias partilhadas em textos de diferentes autores (atuação qualitativa). A reflexão que se pretende levar a cabo não esgota, como é óbvio, a perspetiva de um vasto conjunto de instâncias de enunciação que em Itália avançaram considerações sobre os cerca de 25 meses em estudo, dos restantes jornais *independentes* às publicações *partidárias* ou de *tendência*.

Análise qualitativa subcorpus B	
Amostra	Critérios analíticos
Peças assinadas	a) Conjunturas políticas
- Reportagem enviado especial	- Explicação
- Editorial	- Previsão
- Nota política	b) Personagens
- Artigo	- Ator <i>Bom</i>
- Coluna	- Ator <i>Mau</i> (Construir o <i>Inimigo</i>)
- Crônica	c) Descrição de cenários
- Notícia comentada	d) Paralelismos históricos
- Perfil	e) Posição do locutor
	- Extradiegético vs Homodiegético
	- Cronológico vs Aleatório
	- Objetivo vs Subjetivo

Tabela 32: modelo de análise

Adotou-se um modelo de análise que, além de procurar determinar o grau de envolvimento dos articulistas no acontecimento, contempla cinco níveis no âmbito do processo de releitura:

- conjunturas políticas: longe de exigirem, apenas, a reprodução do pulsar da vida quotidiana, os leitores esperam dos jornais de *referência* uma cobertura jornalística suficientemente ampla que, por um lado, abarque os mais relevantes temas políticos (nacionais e internacionais), sociais, económicos e culturais e, por outro, que convide à reflexão; uma vez que a abordagem, normalmente descritiva e anónima do ponto de vista da autoria, das agências noticiosas não chega para satisfazer as exigências da complexidade associada aos acontecimentos internacionais, optou-se pelas peças assinadas que sugerem elementos explicativos e cenários previsíveis (hipótese).

- descrição das personagens: mais do que aferir quais as personagens predominantes em cada um dos sete períodos de análise formulados, importa determinar quais as características físicas e psicológicas atribuídas aos atores políticos da Revolução de Abril; através deste método de definição da imagem do *Outro* é possível aferir quais as personagens que são colocadas tanto no campo político-cultural antagónico à instância de enunciação, como na sua esfera cognoscível de

pertença, ou seja, decifrar como se processa a definição dos *rótulos* de ator *bom* e ator *mau* (construir o *inimigo*);

- descrição de cenários: interessa coligir as representações sociais dos jornalistas italianos elaboradas a partir dos costumes, das práticas quotidianas, do meio ambiente (físico e social) e do percurso histórico dos portugueses; os elementos descritivos acerca do cenário onde se desenvolve a ação jornalística são importantes para aproximar o leitor da realidade reportada;

- paralelismos históricos: outra forma de tonar mais inteligível para o leitor a ação reportada, de aproximar, como refere Benjamim Walter (1980-1992), os leitores das experiências, consiste no estabelecimento de sequências analógicas entre a realidade observada pelo jornalista e o universo político sociocultural do seu auditório;

- posição do locutor: o jornalista pode situar-se no mesmo patamar da história que relata (homodiegético) ou optar por um plano externo e não sincronizado com o desenrolar do evento (extradiegético); pode também respeitar a ordem dos acontecimentos tal como os observa e decorrem (cronológica) ou seguir uma sequência aleatória; o narrador pode ainda adotar um estilo objetivo quando serve de testemunha e está no mesmo plano do acontecimento – a escrita pressupõe clareza – ou um estilo subjetivo quando explica os factos através das personagens, personalizando a narrativa – recurso a figuras de estilo, transmite a autenticidade do acontecimento.

A atuação qualitativa abarca, como se referiu, os sete períodos previamente estipulados:

- 1) Ação militar Caldas da Rainha (16 Março – 24 Abril, 1974)
- 2) Ação militar 25 de Abril (25 Abril – 29 Setembro, 1974)
- 3) Processo Revolucionário Em Curso (30 Setembro, 1974 – 10 Março, 1975)
- 4) Nova etapa PREC (11 Março – 12 Julho, 1975)
- 5) *Verão Quente* (13 Julho – 18 Setembro, 1975)
- 6) VI Governo Provisório (19 Setembro – 24 Novembro, 1975)
- 7) Último episódio-símbolo da Revolução (25 Novembro, 1975 – 2 Abril, 1976)

3. Análise textual e conjecturas políticas: cheira a golpe mas ainda se perde a noção do tempo

O título é suficientemente ambíguo para suscitar uma ideia concreta. Talvez reduzindo as orações do enunciado a duas palavras se possa ter uma noção mais precisa, ainda que contraditória, do clima que, segundo os articulistas italianos do *Corriere della Sera*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero*, dominou a sociedade portuguesa entre 16 de Março e 25 de Abril de 1974: “Cheira a golpe” pode corresponder a *agitação* e “ainda se perde a noção do tempo” a *calma*. Na verdade, foram estes os dois vocábulos mais utilizados para definir o ambiente provocado pela tentativa de golpe militar do dia 16 de Março de 1974.

A *agitação* está relacionada com as movimentações e os estados de alerta em diversos quartéis, com o abalo que a iniciativa do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha provocou no *establishment* do Estado Novo, com as preocupações ora sentidas pelos colonos dos territórios africanos, ora sentidas pelos generais de Lisboa não seguros das reais intenções dos oficiais e soldados que operavam em África. Paolo Bugialli²²⁸ notava, a 17 de Março, que existia uma atmosfera inquietante entre aqueles que tinham a percepção do que estava acontecendo e, sobretudo, do que poderia suceder. O correspondente em Espanha que o *Corriere della Sera* deslocou para Lisboa frisou que “o dia mais longo do regime durou vinte horas”²²⁹.

Mas esta intranquilidade nunca perpassou para as ruas de Lisboa e para a opinião pública em geral. A avaliar pelos relatos, a vida civil esteve sempre calma e apenas a excitação relacionada com o jogo de futebol entre o Sporting e o Futebol Clube do Porto animou as artérias da capital. Dizia Sandro Viola²³⁰, o enviado de *La Stampa*: “Em Lisboa perde-se a noção do tempo”. Expressão que reflete tanto a ataraxia e calma da cidade como a inércia e incapacidade do Estado Novo em adaptar-se aos ventos da história.

A apreensão que tomou conta de altos expoentes do regime não é apresentada somente como uma consequência direta da insubordinação militar

²²⁸ Paolo Bugialli, “Marcia su Lisbona sventata dal governo”, *Corriere della Sera*, 17 de Março, 1974, 1.

²²⁹ Paolo Bugialli, “Epurazioni in Portogallo dopo la rivolta fallita”, *Corriere della Sera*, 18 de Março, 1974, 1-2.

²³⁰ Sandro Viola, “Il sonno del Portogallo”, *La Stampa*, 27 de Março, 1974, 16.

abortada às portas de Lisboa. A publicação do livro *Portugal e o Futuro* de António de Spínola, a 22 de Fevereiro do mesmo ano, pouco tempo depois de o general ter sido empossado como vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, surge como o outro acontecimento responsável pela concussão infligida na estrutura política e militar do sistema liderado por Américo Thomaz e Marcelo Caetano. As referências da voz italiana relacionam o livro com a tentativa de pronunciamento e abrem logo uma via para formular considerações sobre o pensamento de Spínola e o modo de atuação do Estado Novo. Ou seja, depois dos primeiros relatos sobre a anatomia do *golpe das Caldas*, onde se enfatizam aspetos como a falta de munições dos revoltosos ou o frenesim entre militares e forças da ordem provocado, na noite anterior, por uma reunião de oficiais na Academia Militar, passa-se então à interpretação dos eventos e à disseminação, pelas narrativas jornalísticas, dos interesses e motivos dos articulistas.

Sobre o livro que avançou com a impossibilidade de vencer a guerra no plano militar, defendendo as teses autonómicas e federalistas dos territórios ultramarinos no quadro de uma política colonial esgotada, as observações dos jornais em apreço evoluíram de forma aviltante:

“Os livros dos generais são sempre aborrecidos, e ‘Portugal e o Futuro’ (...) confirma plenamente esta velha regra. Só munindo-se de muita paciência o leitor consegue progredir da primeira para a última página, vencendo o torpor que emana da argumentação prolixa (repleta de banais reflexões sobre a História e o Destino dos Povos) e da linguagem jactanciosa. (...) O livro não apresenta mais de duas ou três ideias, ainda por cima pouquíssimo originais”²³¹.

A ideia de uma federação lusitana é descrita como anacrónica, descontextualizada da realidade porque não conseguia situar o papel de Portugal no âmbito das novas dinâmicas internacionais. Surge, portanto, como um propósito impossível, principalmente, porque emergia sem considerar a opinião dos representantes das colónias, sempre indisponíveis para colaborar com o colonialismo português.

²³¹ Sandro Viola, “Due o tre cose sul Portogallo”, *La Stampa*, 25 de Março, 1974, 3.

Eric Salerno²³², de *Il Messaggero*, lembrou que Portugal possuía reduzida capacidade de ação em virtude das ligações com países como a África do Sul e os Estados Unidos (interessados na exploração de petróleo) e da influência que estes exerciam, designadamente, em Moçambique e Angola, além dos interesses internacionais atribuídos à França, Inglaterra, Alemanha ou, entre outros, à Itália através da Montedison²³³. Perguntava Salerno: “Como encaixar neste quadro a proposta do general Spínola de conceder a ‘independência controlada’ no âmbito de uma federação que deixaria a Portugal o controlo da política externa, da economia e da política interna?” A resposta foi negativa, uma vez que – referia o jornalista –, depois de milhares de mortos na luta pela independência, um compromisso deste género afigurava-se impossível.

Mas se as 40.000 palavras de *Portugal e o Futuro* são tratadas de modo depreciativo, já o impacto que suscitaram no regime esteve longe de ser minimizado. Pelo contrário. Escrevia Paolo Bugialli²³⁴: “Tudo, em Portugal, nasceu de um livro. Nunca, na história contemporânea, duzentas folhas de papel impresso tiveram tamanho impacto”. Os jornalistas afirmaram que o país jamais conhecera um livro tão explosivo cujas réplicas haviam sido agravadas pela insueta demissão dos dois mais altos responsáveis das Forças Armadas, António de Spínola e Francisco da Costa Gomes²³⁵. O problema maior radicava no facto de que a exprimir descontentamento não haviam sido os habitantes da prisão de Caxias, mas antes um herói nacional e vice-chefe das Forças Armadas. O *golpe das Caldas* é analisado como o último sintoma da mais grave crise que o Estado Novo conhecera desde a sua fundação, enquanto que a origem do terramoto residia no livro de Spínola, encarado como uma manobra política.

A dimensão simbólica, as estruturas de percepção e os valores político-sociais da *tribo jornalística*²³⁶ manifestaram-se em toda a linha quando chegou o momento de familiarizar o leitor italiano com a identidade do regime português. A propaganda que

²³² Eric Salerno, “Liberi e basta”, *Il Messaggero*, 20 de Março, 1974, 3.

²³³ Uma das principais empresas acionistas da companhia mineira de Tete.

²³⁴ Paolo Bugialli, “Marcia su...”, *Corriere della Sera*, 17 de Março, 1974, 1.

²³⁵ Por altura da publicação de *Portugal e o Futuro*, o general Costa Gomes, que apoiara as teses de Spínola, era Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

²³⁶ Expressão utilizada por Nelson Traquina (2004) para definir os jornalistas enquanto uma comunidade ou tribo interpretativa transnacional influenciada pelas forças do mercado, rotinas, pelos constrangimentos organizacionais e o acesso estruturado ao campo jornalístico, comunidade esta composta por profissionais que partilham uma *forma de ver* comum, ou seja, uma cultura noticiosa comum.

inculcava na população a ideia da superioridade racial do branco havia prevalecido, segundo a voz italiana, sobre as teses de Spínola, direcionadas para uma solução política. Outra forma de sinalizar a discriminação com base no conceito de inferioridade dos povos africanos consistiu na atribuição de afirmações, por exemplo, ao presidente do Conselho: “Segundo Caetano, os negros não podem votar porque seria necessário imprimir nos boletins de voto um macaco ou um tigre, uma vez que não conhecem mais nada”²³⁷.

O Estado Novo é apresentado como um regime decrépito, responsável por 30 anos de atraso que separavam o país do contexto europeu e por cloroformizar a opinião pública em consonância com os tempos gloriosos das caravelas. A insistência numa política colonial anacoreta e assente no esforço bélico decorria, neste sentido, da preponderância que um forte núcleo de generais de extrema-direita exercia tanto na metrópole como em África. O livro de Spínola e a intentona de 16 de Março foram interpretados como um golpe desferido a esta facção de poder extremista, apostada em perpetuar as difíceis condições de umas Forças Armadas saturadas pelo conflito ultramarino e descontentes pelos baixos salários.

3.1. “Portugal está sob controlo dos generais de extrema-direita”²³⁸

Face à aparente normalização da vida política e militar (exoneração dos generais Francisco da Costa Gomes e António de Spínola) e da ação repressiva das forças da ordem ante os oficiais revoltosos, a solução da crise, ainda que eventualmente provisória, representou, segundo os articulistas, um triunfo da extrema-direita. O *Corriere della Sera* explicou esta vitória em função do comportamento de Spínola e Costa Gomes – sobretudo o primeiro –, preconizadores de uma solução na legalidade para a política portuguesa e dissuasores de eventuais tentações golpistas: “O general Spínola conseguiu poupar o seu país a uma guerra civil²³⁹”. O enviado especial do diário milanês acabou por dissociar o chefe e o vice-chefe das Forças Armadas das iniciativas militares contra o Estado Novo.

²³⁷ Paolo Bugialli, “La breve illusione di Lisbona”, *Corriere della Sera*, 29 de Março, 1974, 3.

²³⁸ Sandro Viola, “Il Portogallo è sotto controllo dei generali d’estrema destra”, *La Stampa*, 20 de Março, 1974, 13.

²³⁹ Paolo Bugialli, “Superata ormai a Lisbona la fase più acuta della crisi”, *Corriere della Sera*, 20 de Março, 1974, 19.

O denominador comum evidenciado pelos textos jornalísticos associa a figura de Spínola a um binómio que remete para a seguinte fórmula: se, no âmbito das altas patentes dos setores colonialistas, as suas teses originaram a imagem do general rebelde e traidor, já ao nível dos jovens capitães o objetivo de uma solução política para as colónias encontrou receptividade e animou os intentos subversivos.

O balanço dos acontecimentos não se concluiu sem a análise de outras três questões: as movimentações dos capitães, a unidade das Forças Armadas e a condição de Marcelo Caetano. A insurreição militar de 16 de Março foi considerada idealista e ingénua. A organização havia sido precária, animada por jovens oficiais desiludidos que se desdobravam em reuniões clandestinas e manifestos contra o governo.

Em relação à segunda questão, prevaleceu a ideia de umas Forças Armadas fraturadas: de um lado, a grande maioria dos generais defensores da política colonial, preocupados em assegurar, na metrópole, um lugar na administração, e, do outro, os militares de médias patentes que enfrentavam o governo, mais politizados que o previsto, cansados do teatro de guerra e convictos da impossibilidade de vencer militarmente o conflito.

Sobre a posição de Marcelo Caetano recaíram considerações que o classificam como um presidente do Conselho frágil, com pouco poder, condicionado pelos generais intransigentes próximos do Presidente da República, Américo Thomaz. Se na capital do império Caetano possuía um espaço de manobra reduzido, dos territórios ultramarinos – escrevia-se – chegavam fortes pressões antagónicas quer enformadas pelas denúncias do clero moçambicano contra as atrocidades e a inutilidade da guerra, quer manifestadas pelos colonos tendo em vista a manutenção das possessões portuguesas.

3.2. Prognósticos de Março: entre a mesmice e a mudança

Neste primeiro período em que os eventos portugueses começam, ainda que tenuemente, a subir na hierarquia do agendamento determinada pelos órgãos de informação, o *Corriere della Sera* (Paolo Bugialli) e *La Stampa* (Sandro Viola) apostaram em deslocar enviados especiais para Lisboa. Colocar jornalistas no palco dos acontecimentos significou transferir os seus relatos para a primeira página dos diários ou conferir-lhes algum protagonismo, conceder mais espaço em termos de economia da página, solicitar análises mais complexas (reflexos da crise na colónias,

equilíbrios e contradições do regime) e diversificar as personagens através das quais se estruturam as narrativas (opositores políticos, representantes dos movimentos de libertação africanos).

O tratamento de *Il Messaggero* refletiu, também, a ascensão mediática das ocorrências portuguesas, mas limitou-se, nesta fase, às peças de redação predominantemente descritivas, com exceção para a análise de Eric Salerno²⁴⁰ sobre as colónias africanas, intitulada *Livres e chega*. Nesse artigo, Salerno projetou a impossibilidade de realizar em Moçambique e Angola um neocolonialismo à francesa como havia sido praticável em países como o Senegal, Costa do Marfim ou Níger. Além das marcas da guerra colonial, a situação de Portugal ao nível da política interna – salientava – era bem diferente quando comparada com a francesa.

Em virtude do investimento jornalístico realizado pelos jornais em estudo, as previsões foram quase exclusivamente veiculadas pelos diários de Milão e Turim. Seria então verosímil, para o leitor italiano, uma alteração da política colonial do regime ou a eclosão da revolta revolucionária de 25 de Abril? Numa perspetiva holística, imperou, inicialmente, a sentença de que existia um clima de intrigas e conspirações que mais cedo ou mais tarde daria os seus frutos, de que o livro *Portugal e o Futuro* e o levantamento de 16 de Março constituíam a face mais visível.

Sandro Viola²⁴¹, um dos enviados especiais italianos que mais tempo passou em Portugal entre Março de 1974 e Abril de 1976, começou por aflorar este sentimento afirmando, a 20 de Março, que o general Spínola assistia com absoluta indiferença à conturbada situação política nacional, dando a entender que as suas teses acabariam por vingar. Volvida uma semana, o jornalista de *La Stampa* revelou-se, porém, bastante mais cético:

“Convém, todavia, alinhar pela prudência. A fratura no exército, entre altas e médias patentes, existe e não há dúvida que para um país com 210 mil homens debaixo de armas (142 mil em África) não se trata de um problema menor. (...) Mas a impressão é que Portugal não conhecerá, no futuro próximo, desenvolvimentos sensacionais”²⁴².

O *Corriere della Sera* foi o mais ousado em matéria de previsões. Salientou que a importância conferida pelo regime à crise nas Forças Armadas estava bem

²⁴⁰ Eric Salerno, “Libri e...”, *Il Messaggero*, 20 de Março, 1974, 3.

²⁴¹ Sandro Viola, “Il Portogallo è...”, *La Stampa*, 20 de Março, 1974, 13.

²⁴² Sandro Viola, “Il sonno del...”, *La Stampa*, 27 de Março, 1974, 16.

explícita no momento em que o Chefe do Estado-Maior do Exército, general João Paiva Brandão, havia comandado pessoalmente a operação destinada a travar a coluna das Caldas da Rainha. A lógica de raciocínio do enviado Paolo Bugialli²⁴³ não deixava margens para dúvidas, pelo que a falta de comparência de elementos revoltosos a 16 de Março não significava que esses estavam dissociados psicologicamente da intenção de derrubar o regime. O percurso até poderia ser longo, dramático ou menos indolor, mas o mecanismo que levaria ao desaparecimento do último império europeu já havia sido acionado:

“O processo que levará ao fim desta guerra começou. É difícil para-lo. Os 300 rebeldes, depararam-se, sábado, sozinhos. Mas em qualquer parte devem estar os reforços que estes contavam encontrar. Manifestar-se-ão. Se não for nas estradas, dispostos nas colunas de carros armados, será nos corredores da política”.

O final do mês de Março ditou o retorno de Paolo Bugialli à função de correspondente do *Corriere* a partir de Madrid, trabalho importante para reportar não apenas o impacto do 25 de Abril em Espanha, mas também as réplicas das crises que iriam marcar a transição para a democracia em Portugal. Sandro Viola regressou a Lisboa em Junho de 1974 onde permaneceu por longos e intensos meses. No contexto dos três meios analisados, *Il Messaggero* foi o jornal que manteve por menos tempo enviados especiais em território português, não abdicando, no entanto, dos momentos mais críticos da Revolução de Abril, como se verá mais à frente.

A análise qualitativa do período que antecede a sublevação de 25 de Abril demonstra que o general António de Spínola é a personagem sobre a qual incidiram as lentes mediáticas, confirmando, assim, os valores aferidos a partir da análise quantitativa. Os articulistas italianos denotaram um sentimento de condenação da política colonial do Estado Novo e dos seu valores enquanto sistema político em Portugal, nunca enjeitando a possibilidade de transmitir ao leitor italiano o isolamento a que o país estava votado e as precárias condições de vida e de exercício da cidadania que o dominavam.

²⁴³ Paolo Bugialli, “Il regime di Lisbona salvato dal generale ribelle”, *Corriere della Sera*, 19 de Março, 1974, 18.

CAPÍTULO X – DO 25 DE ABRIL AO 11 DE MARÇO: NO CAMINHO DA DISTOPIA

1. O epílogo de Março chegou com o golpe incruento

O golpe militar responsável pela queda do Estado Novo modificou a fisionomia das primeiras páginas da imprensa italiana, habitualmente sempre mais vocacionada para valorizar assuntos de política interna e colocar, neste período, os desenvolvimentos da informação internacional em espaços secundários – normalmente nunca antes da quinta página. Os acontecimentos de Lisboa subalternizaram, neste sentido, o sequestro do juiz Mario Sossi pelas Brigadas Vermelhas, evento que, desde 18 de Abril, vinha suscitando comoção na opinião pública e monopolizando a agenda mediática. A profusão de peças focadas na insurreição do dia 25 de Abril percorreu, nos primeiros dias, um amplo conjunto de géneros jornalísticos, como as notícias, notícias comentadas, reportagens, entrevistas, editoriais, crónicas, colunas, artigos de opinião ou perfis. A informação ora produziu-se nas redações através de testemunhos, das agências noticiosas e da interpretação das ocorrências (análises), ora evoluiu a partir do trabalho dos enviados especiais.

A 26 de Abril, os editoriais do *Corriere della Sera* e de *La Stampa* titulavam: “A tirania mais longa”²⁴⁴ e “Fim de um fascismo”²⁴⁵. Em *Il Messaggero*, o enunciado que secundava a manchete não tranquilizava quem desejava tratar-se do início da transição para a democracia: “Não é uma revolta democrática mas um pronunciamento de jovens oficiais”²⁴⁶. Até às edições de 29 de Abril, momento em que os enviados fizeram chegar os seus relatos já a partir de Lisboa²⁴⁷, as narrativas jornalísticas revelaram-se em sintonia quando consideraram que, por um lado, Portugal havia cancelado o seu passado fascista e que, por outro, permanecia um misto de dúvidas e esperanças em relação às garantias democráticas. Se as referências à queda e desagregação do sistema estadonovista avaliaram o acontecimento como um facto histórico e consumado, o mesmo não se pode dizer a respeito da credibilidade democrática que os fautores da revolta inspiraram.

²⁴⁴ Michele Tito, “La tirania più lunga”, *Corriere della Sera*, 26 de Abril, 1974, 1.

²⁴⁵ Aldo Rizzo, “Fine di un fascismo”, *La Stampa*, 26 de Abril, 1974, 1.

²⁴⁶ *Il Messaggero*, “Colpo di stato militare in Portogallo”, 26 de Abril, 1974, 1.

²⁴⁷ Apenas no dia 28 de Abril os militares permitiram a entrada em Portugal dos cerca de 200 jornalistas estrangeiros que esperavam relatar ocorrências a partir de Lisboa.

“Os militares contentar-se-ão em liquidar a trágica herança do salazarismo ou irão deixar-se vencer pela tentação, inevitável nestes casos, de gerir eles próprios o futuro do país?”²⁴⁸. A pergunta de Aldo Rizzo, de *La Stampa*, foi partilhada pelos três jornais analisados e o limite temporal da sua formulação ultrapassou o mês de Abril. Falou-se em *meia primavera* de Lisboa, em objetivos cuja natureza perdurava obscura, pelo que as proclamações e promessas sobre o reencontro com os valores democráticos não encontraram logo um ambiente de adesão incondicional por parte dos órgãos de comunicação em apreço.

A linha que norteou o enquadramento jornalístico foi determinada por um sentimento de difidência a respeito das ações dos militares, visivelmente ancorada na história dos golpes castrenses na Europa e no seu difícil conúbio com as liberdades civis. Por isso Michele Tito²⁴⁹, editorialista do *Corriere della Sera*, afirmou que Portugal talvez não tivesse terminado o período de governos autoritários, mesmo se menos brutais e, provavelmente, mais abertos às exigências do tempo”. Por isso o editorial de *Il Messaggero* aludiu às reiteradas e não mantidas promessas de liberdade na Grécia dos coronéis, sublinhando que não era um exemplo encorajante²⁵⁰.

Aspetos como o reconhecimento dos partidos em vez de correntes de opinião, dos sindicatos, a realização de eleições, a aceitação do programa das Forças Armadas e o inevitável destino dos territórios ultramarinos conferiram centralidade ao substantivo *prudência*: “É necessário esperar que se trate verdadeiramente de uma fase de transição e que comece a partir de Portugal uma gradual passagem das sociedades ibéricas para a história comum dos europeus”²⁵¹. A definição de uma política em relação às colónias surgiu, claramente, como a questão nuclear nas semanas que se seguiram ao golpe militar, sendo que o cenário, primeiramente, avançado por Spínola – autodeterminação e independência progressiva – contribuiu para avolumar a atmosfera de ambiguidades. A imprensa italiana nunca dissociou a evolução política na metrópole da conjuntura nas províncias ultramarinas. Qualquer conquista rumo à independência comportaria novas liberdades em Lisboa.

A explicação para a intentona de 25 de Abril introduziu elementos aos quais o leitor italiano já havia sido familiarizado aquando das interpretações avançadas no contexto do levantamento de 16 de Março. Tratou-se de uma iniciativa dos graus

²⁴⁸ Aldo Rizzo, “Fine di...”, *La Stampa*, 26 de Abril, 1974, 1.

²⁴⁹ Michele Tito, “La tirania...”, *Corriere della Sera* 26 de Abril, 1974, 1.

²⁵⁰ *Il Messaggero*, “La rivolta dei capitani”, 26 de Abril, 1974, 1-2.

²⁵¹ Aldo Rizzo, “Fine di...”, *La Stampa*, 26 de Abril, 1974, 1.

intermédios, capitães e majores, relacionada com a última batalha do colonialismo português em África. A maturação de um sentimento de culpa derivado das experiências da guerra, associado às difíceis condições de vida em terras longínquas, emergiram como o principal mecanismo que detonou a fratura no seio das Forças Armadas.

António de Spínola surgiu como o grande inspirador e referência dos revoltosos: do topo da hierarquia militar, o general olhou para baixo e percebeu que o mal-estar havia chegado ao ponto de rutura, também provocado pela crescente politização dos capitães e majores. As peças jornalísticas recuperaram os elementos deslindados aquando da crise política de Março, assumindo a configuração do tal epílogo que não tinha sido possível revelar. Quando elaborou o exaustivo retrato de Spínola, o *Corriere della Sera* lembrou que as declarações dos oficiais subalternos – “*A consciência dos militares não está à venda*” – e o livro do general haviam abalado profundamente o regime e não deixado indiferente uma sociedade mal informada e ávida de debates políticos²⁵².

Outro fator unânime e recorrentemente salientado residiu na forma como os militares derrubaram o regime. Referia o editorial de *Il Messaggero*: “É surpreendente que uma carga por tanto tempo comprimida não tenha tido explosões devastadoras e consequências trágicas para um povo que sofreu, com as mais brutais repressões, a cruel usurpação do seu direito fundamental à liberdade”²⁵³. O tão propalado *golpe incruento* haveria de ser, depois, associado ao brando temperamento dos militares e da população portuguesa em determinados episódios críticos da Revolução de Abril, cuja tensão previa o pior dos cenários.

1.1. Da cobertura jornalística às representações sociais: *objetivar* o golpe militar e *ancorar* o curso do novo sistema político

A cobertura jornalística denotou um relevante caudal de peças até às edições de 6 de Maio, momento em que os artigos dedicados aos acontecimentos portugueses deixaram de vaguear pelas diferentes secções temáticas dos jornais (normalizaram na secção internacional) e estabilizaram no âmbito do fluxo de publicação. Entre 26 de Abril e 6 de Maio, num total de 10 edições, o *Corriere della Sera* dedicou o maior

²⁵² Sandro Scabello, “Un ‘de Gaulle portoghese?’”, *Corriere della Sera*, 26 de Abril, 1974, 19.

²⁵³ *Il Messaggero*, “La rivolta...”, 26 de Abril, 1974, 1.

número de peças (36) e espaço ao nível da economia da página e apostou numa maior diversidade de géneros jornalísticos. O jornal de Turim publicou 26 artigos e *Il Messaggero* 24.

Os três órgãos de informação recorreram à figura do enviado especial e editaram peças sobre o golpe dos capitães na primeira página de cinco edições. Quando os artigos não mereceram honras de primeira página, foram, no entanto, sinalizados com chamadas na capa. O pico do fluxo informativo situou-se entre 26 e 29 de Abril. Do ponto de vista temático, as narrativas focalizaram-se, sobretudo, nos assuntos afetos à conjuntura político-social em Portugal, à situação nas colónias e às reações internacionais, com particular destaque para a Espanha, Itália, Estados Unidos e Inglaterra.

Contentamento e prudência: eis os vocábulos que podem resumir o sentido dos textos até ao rescaldo da Festa do 1º de Maio, momento em que, depois da celebração, começam os relatos e as interpretações sobre a tendência da nova ordem política, socorrendo-se já dos elementos que iriam caracterizar as primeiras semanas pós-25 de Abril – declarações dos representantes políticos (promessas), aparecimento dos partidos, reivindicações sociais, evolução da situação nas colónias e formação do I Governo Provisório.

Os articulistas celebraram a queda do Estado Novo como um evento excecional, dimanando satisfação e aproveitando a ocasião para enveredar por uma espécie de ritual fúnebre – despedida, discursos, sepultamento – onde se destacaram os aspetos mais sombrios e maléficos do regime: repressão ao nível interno e massacres nas províncias ultramarinas, decapitação das forças mais válidas e enérgicas do país (jovens ao serviço da guerra colonial), controlo económico na posse de poucas famílias, pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, sociedade estática do ponto de vista económico e social, saudosismo colonialista e episódios-símbolo de intolerância e espírito retrógrada (caso *três marias*). Ou ainda, como fez o jornalista e historiador Arturo Colombo²⁵⁴, explicar o intrigante e singular carácter de uma *ditadura suave* e de um *fascismo difícil de classificar*: “Mas então, se também Portugal é um exemplo de fascismo, quais os traços distintivos, e os elementos originais, que apresenta em relação a outros ‘casos históricos’ que a Europa do nosso século colocou em frente dos olhos do mundo?”

²⁵⁴ Arturo Colombo, “Fascismo e sottosvilupo”, *Corriere della Sera*, 26 de Abril, 1974, 19.

Uma parte significativa das crónicas e dos artigos de opinião das edições de 26 e 27 de Abril transmitem a ideia de que estavam a versar sobre um corpo político-social em estado de morte cerebral e cujo auxílio das máquinas tinha acabado de ser cancelado. Paolo Bugialli²⁵⁵, por exemplo, recuperou alguns momentos da sua passagem por Lisboa, em Março de 1974, e dedicou uma crónica ao colonialismo nostálgico de um colono de Angola que havia encontrado no bar do Tivoli. Na prática, colocou-o a falar:

“[colono] A guerra não acaba porque os portugueses (...) só têm vontade de ir para a praia (...), de passear de carro com as raparigas (...). Os mortos morrem nos banhos de mar porque este povo de navegadores já nem nadar sabe (...). Mas nós, os portugueses lá em baixo, (...) faremos a guerra sozinhos com a ajuda da África do Sul e da Rodésia (...). Os negros voltarão a ser negros, nós os brancos voltaremos a ser brancos, e brancos e negros voltarão a ser amigos”.

A estratégia de Bugialli procurou, primeiro, representar o *Outro* (colono) através de enunciados (declarações) que apelam à necessidade da guerra, que retratam um país putrefacto sem dignidade, aburguesado, esquecido da grandeza pretérita e das missões civilizadoras de Vasco da Gama. Sinalizado o constructo mental do colono, o jornalista lançou-se, depois, para opugnar a substância da sua ordem ideológica. Notava o cronista do *Corriere della Sera*:

“Ele não era grande quanto a pátria. Baixito, gordito, atarracado, trinta e cinco anos, a pele queimada do sol da colónia (...). Um bêbado num bar de um hotel, numa doce noite da agradável Primavera portuguesa, não é um evento excepcional (...). Mas aquele tipo não era bêbado. Era racista, fascista, era fanático, era sanguinário, a garrafa apenas o ajudava a mostrar-se como era, sem a máscara que a conversa com os desconhecidos impõe”²⁵⁶.

A Festa do 1º de Maio constituiu um marco no que respeita à evolução do clima de regozijo e, simultaneamente, incerteza que dominou a voz italiana logo a partir das edições de 26 de Abril. O dia em que Portugal mergulhou na *fábula do*

²⁵⁵ Paolo Bugialli, “Un uomo a Lisbona”, *Corriere della Sera*, 26 de Abril, 1974, 3.

²⁵⁶ *Ibidem*.

delirio público, para utilizar a expressão de Paolo Bugialli²⁵⁷, ditou, por um lado, o fim das celebrações jornalísticas e, por outro, a continuidade de um discurso suspicaz em relação às intenções dos novos representantes políticos.

Mas é interessante verificar que a permanência deste sentido de prudência quanto à evolução para um regime democrático foi acompanhado, nas primeiras semanas pós-levantamento, por reflexões mais otimistas sempre que algum evento aventava a desejada inflexão rumo à liberalização e aos valores democráticos. São disso exemplo a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, a Festa do 1º de Maio, a não discriminação de partidos na composição do governo, a formação de uma coligação governativa (sociedade militar e sociedade civil), o anúncio de eleições para a Assembleia Constituinte e, entre outros, o início das conversações com os movimentos de libertação africanos.

Entrando no domínio das representações sociais por via dos contributos de Serge Moscovici (2009), talvez não seja despropositado abordar o processo e as estruturas sociocognitivas através das quais os articulistas interpretaram a emergência de uma nova ordem política em Portugal. Sabe-se que o pensamento sobre determinados fenómenos particularmente complexos tende a produzir imagens – ricas em significados – compactadas ou esquemas narrativos de carácter sinóptico na mente dos indivíduos, resultando tanto da interpretação individual dos sujeitos como de um processo de construção social assente em elementos partilhados pela comunidade ou ambiente onde estão inseridos. A essas imagens (ícones) ou esquemas narrativos (conceitos) atribui-se o nome de representações sociais, que podem ser estudadas através da linguagem e da forma de comunicar um pensamento.

Moscovici²⁵⁸ explica que os indivíduos formulam representações porque sentem necessidade de transformar aquilo que é estranho em algo familiar, designando para isso dois processos: *objetivação* e *ancoragem*. Entendendo-se por *objetivação* o mecanismo que transforma conceitos abstratos em realidades concretas, elementos do pensamento em matéria da realidade, a voz italiana tratou, neste sentido, de, primeiro, objetivar o golpe desferido ao regime liderado por Marcelo Caetano, tratou de materializar uma realidade farta em significados (O levantamento está concluído? Como se processou? Qual o destino dos representantes do antigo regime?

²⁵⁷ Paolo Bugialli, “I portoghesi ebbero di libertà celebrano la Festa del Lavoro”, *Corriere della Sera*, 3 de Maio, 1974, 22.

²⁵⁸ *Ibidem*.

Quem são os novos líderes?) numa ideia icónica concreta (nova ordem política), de reproduzir um conceito (movimentações militares) através de uma imagem: a queda definitiva do Estado Novo. Esse período de objetivação processou-se, grosso modo, nos dias 26 e 27 de Abril, portanto, aquelas 48 horas em que os jornalistas obtiveram as respostas às perguntas: Como aconteceu? De que modo? E com que protagonistas?

Num segundo momento, depois de terem assimilado o fim do Estado Novo, os jornalistas procuraram perceber que tipo de ordem política havia eclodido para fazê-la corresponder às categorias previamente conhecidas: regime liderado por militares, com a participação de civis, tendente a lançar as bases para a formação de um sistema democrático pluralista governado pela sociedade civil. Isto é, passou-se ao processo de *ancoragem* que adapta o elemento representado ao meio social do qual foi extraído, classificando, nomeando, rotulando, categorizando-o em conformidade com a matriz identitária, cultural, das instâncias de enunciação – jornalistas italianos, europeus e ocidentais.

Para Moscovici²⁵⁹, a ancoragem social pressupõe “classificar e dar nome a alguma coisa”, uma vez que categorizar significa “escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”. Tudo o que não é classificado aparenta ser estranho e ameaçador. No caso dos jornais analisados, essa relação entre os articulistas e a nova ordem política oscilou, pelo menos até ao início de 1975, entre a esperança e a difidência: de algum otimismo derivado das garantias democráticas que a sociedade militar foi avançando (governo com a participação de civis, marcação de eleições, eliminação das estruturas fascistas, descolonização); de alguma prudência em perceber se realmente os militares, depois da fase de transição, iriam cumprir com a promessa de regressar aos quartéis e entregar a condução do país à sociedade civil ou, contrariamente, ir-se-iam perpetuar no poder em consonância com outras experiências castrenses.

O que estava em causa era perceber, afinal, se os militares portugueses comportavam-se como outros seus homólogos impulsionadores de regimes autoritários. Ora situando a questão da ancoragem social noutra patamar e enquadrando-a na baliza temporal mais vasta que compreende a totalidade do período estudado, cumpre salientar que, mesmo no período em que a opinião externa hegemónica denotou, como se verá, muito poucas certezas quanto às boas intenções

²⁵⁹ Ibidem: 61-63.

(democráticas) dos oficiais de Lisboa, sobretudo no pós-11 de Março, os enviados especiais italianos denotaram alguma dificuldade em *ancorar* os militares portugueses à categoria pré-estabelecida que fazia corresponder os militares no poder a um sistema autoritário, de direita ou de esquerda, independentemente das latitudes geográficas – a situação política e os militares em Portugal foram sempre avaliados em função desta categoria e grelha de leitura.

Nas fases de crise política acentuada, de graves convulsões sociais e cuja opinião exterior considerou o país muito próximo da ditadura militar (a partir de meados de 1975), os oficiais de Lisboa e os soldados que vigiavam as multidões foram descritos como diferentes, mais sensíveis ao pulsar social, mais relutantes em usar a força. Até os seus propósitos liberalizantes e democráticos, manifestados logo em Abril de 1974, surpreenderam de algum modo. Veja-se a extensa mas eloquente descrição de Aldo Rizzo²⁶⁰ três semanas depois da intentona:

“Era tudo assim tão bonito que custava verdadeiramente a acreditar, dentro e fora de Portugal. Está bem, os militares haviam tomado o poder, prometido ordem e liberdade, mas quantas outras vezes já o haviam feito, em qualquer parte do mundo, apenas para instaurar uma ditadura em uniforme? Depois de tudo, o de Lisboa era o quadragésimo sexto golpe de Estado dos últimos dez anos, e nunca tinha acontecido, nestes dez anos, na Europa ou em África, na América do Sul ou na Ásia, que ao velho regime, qualquer que fosse, sucedesse uma democracia. Está bem, os militares portugueses definiam-se antifascistas e progressistas, falavam de reformas políticas e sociais, mas outros já o haviam feito antes deles, por exemplo no Peru, e depois tinham colocado em prática uma tecnocracia de quartel, reformista quanto necessária, mas repressiva. No entanto, chegando a Lisboa, via-se que este era verdadeiramente um golpe insólito. Era, porém, um golpe simpático?. Os militares tinham modos cortesões, que não tinham abandonado nem mesmo no momento traumático da passagem do poder (...). Depois, os militares eram alegres, não de uma alegria arrogante, de vencedores, mas de uma alegria sincera e contagiosa, que se transmitia aos civis e os serenava. (...) Era como se, em vez de realizarem um golpe de Estado, os militares tivessem libertado Lisboa de uma ocupação estrangeira, e num certo sentido era mesmo assim”.

Menciona-se somente os enviados especiais porque é, exclusivamente, a partir dos seus textos que emerge uma moldura interpretativa não totalmente condizente

²⁶⁰ Aldo Rizzo, “Il ‘golpe’ gentile di Lisbona”, *La Stampa*, 10 de Maio, 1974, 3.

com o perfil clássico (categoria) do poder autoritário em uniforme. A razão para o desfasamento percetivo entre os enviados especiais e, por exemplo, os editorialistas italianos (convictos de que os militares eram iguais em todos os continentes), a respeito dos militares portugueses, pode derivar do facto de que foram os primeiros, não os editorialistas ou os profissionais em trabalho a partir das redações, que privaram com as personagens e os cenários das suas próprias narrativas e, por isso, estiveram mais habilitados a expor os seus temperamentos e sensibilidades. Discorrer-se-á mais à frente sobre esta questão.

2. “O que será agora Portugal depois de o futuro ter começado?”²⁶¹

A pergunta formulada por *La Stampa* subentende uma mescla de expectativas e previsões comuns aos jornais estudados. As expectativas evidenciam a tal particular proximidade existente entre as instâncias de enunciação e a realidade sociocultural portuguesa, de europeus (italianos) para europeus (portugueses), de ocidentais para ocidentais, que mais não corresponde do que a uma identificação cultural e, desejava-se, política. Esse exercício de reconhecimento processa-se no plano de uma idiosincrasia partilhada, transformando em desejos os motivos e interesses circulantes nos textos. Os jornalistas perceberam, deste modo, Portugal enquanto elemento pertencente ao seu edifício cultural (europeu) e até político em termos de segurança (NATO), aspirando que o país integrasse os sistemas democráticos pluralistas que caracterizavam o mapa europeu ocidental.

Essa proximidade e ambição revelaram-se, por exemplo, quando os jornais denotaram expectativa em perceber se seria a partir de Portugal que as sociedades ibéricas iriam iniciar a gradual passagem para a história comum dos europeus, como escreveu *La Stampa*²⁶². Ou quando a *questão portuguesa* se inflamou de tal maneira (pós-11 de Março) que levou o diário de Turim a criticar fortemente a precária visão dos governos europeus, acusando-os de não perceber a importância e as consequências do curso (extremado) da Revolução de Abril para a construção do projeto europeu²⁶³. A proximidade manifestou-se quando *Il Messaggero* notou, logo no dia 26 de Abril, que a mudança de dirigentes em Lisboa ocorria num país de vital importância estratégica para o flanco esquerdo da Aliança Atlântica²⁶⁴. Quando Francesco Alberoni²⁶⁵ defendeu, no *Corriere*, que a Europa devia ajudar Portugal porque esse gesto impediria o isolamento do país, favorecia as relações, as trocas comerciais, a integração e prolongava as bases de uma longa amizade e coexistência. Ou ainda, ao nível dos líderes políticos, quando Enrico Berlinguer²⁶⁶ considerou a queda da “tirania fascista portuguesa” uma grande vitória da causa democrática na

²⁶¹ Aldo Rizzo, “Lisbona, voglia di partiti”, *La Stampa*, 16 de Maio, 1974, 3.

²⁶² Aldo Rizzo, “Fine di...”, *La Stampa*, 26 de Abril, 1974, 1.

²⁶³ *La Stampa* “L’Europa insidiata”, 16 de Março, 1975, 1.

²⁶⁴ *Il Messaggero*, “La rivolta...”, 26 de Abril, 1974, 1.

²⁶⁵ Francesco Alberoni, “Perchè dobbiamo aiutare il Portogallo”, *Corriere della Sera*, 6 de Abril, 1975, 1-2.

²⁶⁶ Citado por *L’Unità*, “L’obbiettivo che deve unire tutte le forze popolari e democratiche: superare la grave crisi che colpisce”, 19 Março, 1975, 9.

Europa. Os exemplos deste tipo de proximidade cultural e política poderiam multiplicar-se sobremaneira, tal a miríade de referências que é possível identificar nos textos jornalísticos e nas declarações dos homens políticos italianos.

É, por outro lado, sugestivo verificar que essa proximidade tanto se manifesta no horizonte da idiosincrasia comungada como se transforma numa espécie de autoridade democrática. Os enunciadores vislumbraram Portugal como estando no início de um percurso que o poderia levar ao porto das democracias, geografia política onde os próprios enunciadores já se encontravam, partilhavam os valores e reconheciam como o melhor dos sistemas políticos ou o mais adequado ao seu mundo social. Por isso emitiram juízos enleados numa legitimidade que assentou nessa posição diferenciadora e que se pode traduzir da seguinte forma: os enunciadores acham-se representantes dos valores democráticos e das grandes tradições civis em virtude de uma experiência política e de um modelo social que enformam a sua maneira de perspetivar o real; a partir dessa posição relacionam-se com os portugueses em função de um enquadramento que percebe o *Outro* (português) enquanto aspirante a representar esses mesmos valores e tradições. Isto é, Portugal ainda não estava habilitado, segundo os articulistas, a representar os ideais democráticos porque necessitava de cumprir determinadas etapas. O que está em causa é o processo através do qual a voz italiana representa o *Outro* (português) e a forma como se relaciona com ele.

A autoridade, também motivada pela posição de exterioridade, deriva dessa dissonância experiencial na medida em que os enunciadores consideram ter já percorrido determinados estágios de emancipação democrática, ao passo que as personagens portuguesas das suas narrativas ainda não: “[*La Stampa*] Portugal enfrenta um futuro conduzido por um grupo de oficiais claramente nervosos e por uma classe política privada de verdadeira experiência, a espaços patética pela ingenuidade tática e falta de *know-how*”²⁶⁷. Isso mesmo deu a entender *Il Messaggero* quando escreveu, na antecâmara das eleições de 25 de Abril, que existia uma compreensível imaturidade política de uma comunidade nacional, inerte e um pouco desorientada, que por quase meio século vivera na escuridão da ditadura, não sendo de estranhar o seu embaraço aquando do momento do voto²⁶⁸.

²⁶⁷ Sandro Viola, “Il profetismo dei capitani”, *La Stampa*, 13 de Maio, 1975, 3.

²⁶⁸ Sandro Osmani, “L’atto di nascita della democrazia – il 25 aprile in Portogallo”, *Il Messaggero*, 23 de Abril, 1975, 17.

Trata-se de um estatuto que leva os primeiros a aconselhar os segundos, constatando, criticando, desaprovando, aquiescendo, oferecendo ajuda em troca de contrapartidas políticas, democráticas (construção do projeto europeu). Não adveio, seguramente, de uma inspiração sidérea o propósito que motivou editorialistas como Alberto Ronchey²⁶⁹ a afirmar: “Os portugueses não são apenas filhos de navegadores sem mais navios, cultivadores de lendas sobre antigas gerações em cidades antigas, mas uma tenaz população europeia que não pode viver em condições europeias sobre a sua fraca terra sem uma civilização industrial”. Ao mesmo tempo que estabelece um património comum, o europeu, Ronchey adverte que Portugal só se pode juntar aos parceiros europeus através da *praxis* económica, social e política que domina esse espaço.

Passando do domínio das expectativas para o das previsões, quais seriam então os cenários anunciados para Portugal depois de o futuro ter começado? Os prognósticos desenvolveram-se, grosso modo, no âmbito de sete temáticas: consequências internacionais da mudança de regime, transformação das estruturas sociais e políticas, análise do tecido partidário, personagens em evidência, ameaças à estabilidade política e social, considerações sobre o futuro das colónias, perspetivar a ação do general Spínola e as suas relações com a estrutura militar.

Sobre a primeira questão, imperou a ideia de que as réplicas internacionais derivadas da conspiração de 25 de Abril poderiam atingir a curto-médio prazo a vizinha Espanha, onde a população aguardava pela concretização de promessas liberalizantes. O *Corriere della Sera* afirmou que a Península Ibérica encontrava-se, depois de Abril, dividida em duas ilhas, sendo a mais incómoda aquela que tinha como capital Madrid, pelo que as bandeiras vermelhas inspiradas pelos acontecimentos portugueses começavam a preocupar²⁷⁰. *La Stampa* e *Il Messaggero* alinharam, também, pelo discurso de que o velho autoritarismo franquista poderia revelar-se aos espanhóis como um arcaísmo intolerável.

Em relação à segunda temática, o clima de agitação social motivado pela passagem do silêncio às improvisadas reivindicações em voz alta foi avaliado como legítimo, pese embora tenha sido unânime a opinião de que a reestruturação do Estado,

²⁶⁹ Alberto Ronchey, “L’ultimo impero”, *La Stampa*, 1 de Maio, 1974, 3. Ronchey foi o único editorialista que, entre 1974 e 1976, escreveu em dois dos órgãos de comunicação estudados, *La Stampa* e *Corriere della Sera*, fruto das suas passagens, primeiro, por Turim e, depois, pela rua *Solferino* de Milão.

²⁷⁰ Paolo Bugialli, “I sogni degli spagnoli”, *Corriere della Sera*, 28 de Abril, 1974, 1-2.

da economia e da vida pública processar-se-ia, inevitavelmente, de forma gradual. Controlar as impaciências e ansiedades afigurava-se, pois, como um dos grandes desafios dos novos expoentes políticos.

Uma primeira observação sobre o grande número de associações e grupos políticos eclodidos com a liberdade considerou que não seria fácil transformar essa explosão corporativa em organismos dotados de força contratual. O PS e o PCP foram apresentados como forças políticas que iriam alcançar um poder real do ponto de vista da representatividade social e política, sendo que os comunistas, mais aguerridos, com boa penetração na sociedade e longa experiência na clandestinidade, inspiravam alguma apreensão em virtude do seu eventual potencial hegemónico e da tenaz vontade em não serem marginalizados.

A avaliação a respeito do PPD colocou o grupo de Sá Carneiro, Milan Guerra, Magalhães Mota e Francisco Balsemão na área do centro ou centro-esquerda, antevendo-se que o partido pudesse constituir um abrigo alternativo para os democratas moderados, incluindo católicos, em alternativa às esquerdas. Ao *clube dos profissionais de valor*, como Aldo Rizzo²⁷¹ designou o PPD, foi atribuída uma não descurável intenção de estabelecer diálogo com os socialistas para fazer frente ao PCP, bem como a ambição de constituir-se no grande partido do centro. O PPD foi ainda encarado como um instrumento político tendente a prosseguir uma linha económica ancorada na Europa e de reformismo moderado, portanto, equidistante da estagnação estadonovista e do socialismo impulsivo.

Os textos jornalísticos continuaram a eleger a figura do general Spínola como a personagem mais proeminente, prevendo que Mário Soares desempenhasse um papel importante, se não central, nos primeiros passos do Portugal democrático. Referia *La Stampa* no rescaldo dos discursos da Festa do 1º de Maio: “Parecia que Soares (...) se candidatava à liderança de governo, fazendo-se garante dos comunistas, diante de um presidente da República que, quase certamente, será o general Spínola”²⁷².

Quanto aos perigos que poderiam debilitar uma ordem pública já de si precária, os jornais não tiveram dúvidas em eleger como ameaça os intentos

²⁷¹ Aldo Rizzo, “Lisbona, voglia dei partiti”, *La Stampa*, 16 de Maio, 1974, 3.

²⁷² Aldo Rizzo, “Un esaltante Primo Maggio a Lisbona”, *La Stampa*, 3 de Maio, 1974, 22.

reacionários da direita nostálgica. Luigi Sommaruga²⁷³, enviado de *Il Messaggero*, salientou que a reação mexia-se na sombra e os homens da polícia secreta, armados e escondidos em lugares desconhecidos, gozando de proteção nos ambientes da alta finança e da indústria, poderiam, sozinhos, enveredar por uma série de provocações destinadas a mergulhar o país no caos. Talvez por estarem familiarizados, no seu país, com as ressonantes ações de coletivos como o Poder Operário, Luta Continua e com o clima de tensão provocado, não raras vezes, pelos serviços secretos italianos em consequência da instrumentalização que esses corpos do Estado faziam dos grupos de extrema-esquerda e extrema-direita, os enviados especiais direcionaram a atenção para as iniciativas dos grupúsculos da extrema-esquerda portuguesa, com particular ênfase no MRPP, considerado o mais agitador. Não tanto porque esses grupos constituíssem um perigo real, mas porque as forças reacionárias de direita poderiam aproveitar a atmosfera de desestabilização criada pelos primeiros para realizarem operações com o intuito de perturbar a liberdade recém-criada.

A questão das províncias ultramarinas mereceu olhares que oscilam entre a independência, desagregação e prosseguimento do conflito armado. O *Corriere della Sera* foi o mais decidido em pressagiar a independência das colónias. Falou-se nas complicações que a emancipação dos povos africanos poderia comportar para a África do Sul segregacionista, numa possível secessão ao estilo rodesiano e na possibilidade de o prolongamento da guerra não apenas dilatar a agonia económica e humana de Portugal, como destruir a unidade antifascista.

A discussão em redor do destino das colónias foi, aliás, analisada como um motivo de divergência entre, por um lado, a linha do Presidente da República, António de Spínola, e, por outro, os núcleos de poder no interior das Forças Armadas (os capitães) e a maioria das forças políticas, o primeiro favorável a um projeto federativo, os segundos alinhados com a solução da independência imediata. A possível não concordância de objetivos entre Spínola e os oficiais do MFA começou a ser abordada a partir dos finais de Maio, no quadro mais vasto do debate sobre a paternidade da revolta militar. Por essa altura escrevia-se que Spínola e os jovens oficiais haviam tido necessidade de encontrar-se, o general porque precisava de uma base para os seus projetos, os capitães de um chefe e de um símbolo. A ideologia,

²⁷³ Luigi Sommaruga, “Lisbona: un 1 Maggio di speranza dopo mezzo secolo di dittatura”, *Il Messaggero*, 1 de Maio, 1974.

porém, chegara através de um MFA apostado numa reconversão democrática que, não limitada aos governantes, se estendesse às bases sociopolíticas.

O reconhecimento de que o MFA conservava autonomia animava a curiosidade em saber se existia consonância de pontos de vista (com Spínola) ou, contrariamente, tratava-se de uma convergência da história. Apesar de, inicialmente, prevalecer a ideia de que essa autonomia não aparentava estar orientada contra o general herói da Guiné, antes constituir uma garantia de que a revolução iria até ao fim, foi a partir de Junho que os jornais debruçaram-se com mais acuidade sobre as reais intenções de Spínola e a configuração do seu projeto no âmbito da política interna.

3. O projeto de Spínola e o confronto com os oficiais progressistas

“Desde há algumas semanas que o 25 de Abril mostrou a sua verdadeira face: golpe de Estado e não revolução social, correção (atualização) e não rutura do sistema”, afirmou Sandro Viola²⁷⁴ quando fez o balanço da crise que levou à queda do I Governo Provisório. A dedução do enviado de *La Stampa* reproduz a interpretação que os órgãos em apreço realizaram a partir do momento em que sinalizaram as ambições políticas de Spínola, não obstante Franco Albanese²⁷⁵, de *Il Messaggero*, revelar-se, no comentário à demissão de Palma Carlos, convicto de que o processo de democratização em Portugal seria irreversível.

O entendimento mais focado na *correção do sistema* possui um duplo significado: o primeiro, que o leitor italiano passou a ter conhecimento da existência de um projeto político na antecâmara do papel de mediação atribuído a Spínola entre, de um lado, a ala dos generais da Junta de Salvação Nacional e dos setores civis moderados e, do outro, o MFA e as forças civis de esquerda; em segundo, como consequência do anterior, que a autonomia dos oficiais do MFA, já encarados como os verdadeiros fautores do golpe militar, não constituía, afinal, um simples atestado de segurança quanto ao curso da evolução política, mas representava um contrapeso atuante às intenções do general e dos seus mais fiéis colaboradores.

Definiam-se, desta forma, duas cabeças para o mesmo corpo: a cabeça do centro-direita (Spínola) vislumbrada, até ao momento, como a mais dominante; e a cabeça da esquerda (capitães MFA) percecionada como a que se encontrava em posição de resistência, mas em progressiva maturação e ganho de personalidade, principalmente depois da crise que levara à queda do Executivo de Palma Carlos. A expressão é, na realidade, inspirada na metáfora utilizada por Gaetano Scardocchia²⁷⁶, do *Corriere della Sera*, segundo o qual o 25 de Abril tinha cortado a cabeça ao fascismo, mas não ainda o corpo, sendo os oficiais do MFA – escrevia – a única esperança de salvação.

Entre o início de Junho e a manifestação da *maioria silenciosa* de 28 de Setembro, a situação política portuguesa foi explicada em função destes dois polos de influência provindos da sociedade militar. No âmbito do primeiro, imperou a ideia de

²⁷⁴ Sandro Viola, “Un partito per Spínola”, *La Stampa*, 12 de Julho, 1974, 3.

²⁷⁵ Franco Albanese, “Un processo irreversibile”, *Il Messaggero*, 11 de Julho, 1974, 17.

²⁷⁶ Gaetano Scardocchia, “Il colonnello Gonçalves nuovo premier portoghese”, *Corriere della Sera*, 14 de Julho, 1974, 22.

que Spínola desenvolvia inteligentemente as funções de mediação ao mesmo tempo que, sem dar a conhecer, preparava o terreno para um projeto político: fornecer, com o seu passado conservador, através das vetustas relações com o grande capital nacional e os ambientes militares da Nato, uma imagem aceitável do Portugal pós-Estado Novo, bloqueando, deste modo, muitas inquietações provenientes dos setores conservadores nacionais e internacionais. A estratégia do general passava pela intenção de fracionar os poderes (legitimidade revolucionária) emergidos com o 25 de Abril, dando a ideia, com as suas deslocações por diversas cidades do país, de uma investidura popular e de um mandato da nação a um só homem destinado a evitar uma outra ditadura e os excessos da liberdade.

Foi ao longo desses quatro meses que o leitor italiano percebeu que Spínola e a sua *entourage* pretendiam um controlo rígido da evolução política do país, alheio às influências dos governos provisórios e dos capitães do MFA, tal como Sandro Viola notou ao referir que tratava-se de um correção e não rutura com o sistema. No fundo, consistia numa tática, bafejada por ambições pessoais, destinada a evitar que o quadro político ficasse privado de equilíbrios, entre uma esquerda comunista organizada e forte e um setor moderado incapaz de capitalizar o seu potencial político.

Tentando descodificar a arquitetura do *spinolismo*, os enviados especiais precisaram que a conjuntura política portuguesa impunha a construção de um grande partido moderado – o PPD ainda não superava os limites do partido de opinião – que, para evitar embaraços, abdicasse do braço direito salazarista. Para contrastar a prevalência política das esquerdas, o *spinolismo* necessitava, portanto, de uma máquina propagandística munida de redes clientelares e de apoios financeiros nacionais e internacionais (Estados Unidos).

As referências ao segundo polo de influência oriundo da sociedade militar começaram, como se mencionou, por apresentá-lo enquanto um poder vigilante. A determinação dos oficiais do MFA em não se excluírem do jogo político foi anunciada por *La Stampa* ainda antes da crise que envolveu a demissão do I Governo Provisório: “A parte mais politizada do Movimento está determinada em controlar a transição até à definitiva consolidação dos mecanismos democráticos”²⁷⁷. A leitura de *La Stampa* rapidamente encontrou acolhimento por parte do *Corriere della Sera* e de *Il Messaggero*, pelo que a crise provocada pela demissão do I Governo Provisório

²⁷⁷ Sandro Viola, “Nasce lo ‘spinolismo’”, *La Stampa*, 13 de Junho, 1974, 3.

colocou, definitivamente, a descoberto as intenções dos oficiais progressistas e as suas ações no domínio da trama política.

A ingerência e a oposição do MFA ao Executivo de Palma Carlos, bem como a influência na formação do II Governo Provisório, foram encaradas como o primeiro grande confronto entre as orientações de Spínola e dos jovens oficiais. A voz italiana passou a mensagem de que o MFA interpretou as pretensões do primeiro-ministro demissionário (mais autoridade, adiamento de eleições para a Assembleia Constituinte, eleição direta do presidente da República) como uma tentativa de reforçar o grupo moderado em prejuízo dos partidos de esquerda, nascendo, assim, a suspeição de que a Junta de Salvação Nacional e o presidente Spínola não garantissem mais a consagração do programa do MFA.

O balanço da primeira grave crise política no pós-25 de Abril concluiu-se, segundo os articulistas, com o reforço das posições do MFA: “[*Corriere della Sera*] Os jovens capitães (...) saírem do anonimato e assumiram em primeira pessoa a responsabilidade do governo”²⁷⁸. Mais: em virtude das pretensões de Spínola, os jornais consideraram que o MFA constituía o único elemento em condições de contrastar uma possível involução democrática e o controlo mais musculado da vida política portuguesa:

“[*Corriere della Sera*] O aspeto mais interessante da sua [MFA] intervenção é que essa representa uma garantia de democratização contra os propósitos de involução autoritária atributos a Palma Carlos e (...) ao próprio Spínola”²⁷⁹. “[*Il Messaggero*] Parece evidente que De Spínola sente-se condicionado pelo ‘movimento dos capitães’ que o levou ao poder (...). Recusando mais poderes a Palma Carlos, os militares parecerem ter demonstrado que apreciam o método democrático”²⁸⁰. “[*La Stampa*] É que se o ‘Movimento dos capitães’ não mostrar vitalidade, Spínola e os generais deverão poder impor um passo, e um estilo, de ‘normalização’ diferente daquele prometido nos dias imediatos ao golpe”²⁸¹.

Depois da formação do II Governo Provisório, a imprensa salientou o clima incerto que pairava sobre o jogo político em Lisboa, não rejeitando novas surpresas.

²⁷⁸ Gaetano Scardocchia, “Gonçalves il ‘milite ignoto’ che governerà il Portogallo”, *Corriere della Sera*, 15 de Julho, 1974, 16.

²⁷⁹ Gaetano Scardocchia, “Spínola si rafforza”, *Corriere della Sera*, 13 de Julho, 1973, 1-2.

²⁸⁰ Franco Albanese, “Un processo...”, *Il Messaggero*, 11 de Julho, 1974, 17.

²⁸¹ Sandro Viola, “Dimissioni dei ‘centristi’ – È la prima crisi a Lisbona”, *La Stampa*, 11 de Julho, 1974, 18.

Predominava, porém, o sintoma de que as promessas de liberalização podiam ser obstruídas pelos impulsos autoritários de Spínola e dos seus colaboradores. A ação dos oficiais do MFA foi valorizada, considerada determinante para travar a ameaça, mas não totalmente hegemónica ao ponto de permitir depurar por completo esse anátema. O comentário de *Il Messaggero* foi o único que, mesmo reconhecendo o perigo de involução política, denotou maior convicção quanto à irreversibilidade do processo de democratização.

O braço de ferro entre o Presidente da República e o MFA foi analisado como prejudicial para a afirmação dos partidos políticos, numa altura em que os jornalistas ainda não possuíam um conhecimento profundo das sensibilidades políticas no interior do MFA, nem sobre o número exato de militares que compunham esse organismo. Sabiam, todavia, que não era um corpo monolítico do ponto de vista ideológico.

4. O novo curso político e a metamorfose de sentidos

O período que medeia entre a demissão de Spínola da Presidência da República e o golpe contrarrevolucionário de 11 de Março de 1975 constitui um marco importante no âmbito da orientação que enforma a grelha de leitura apresentada pela imprensa italiana. Durante esses cinco meses, o discurso jornalístico estabeleceu três premissas: elegeu o MFA como o grande motor, vigilante, da vida política portuguesa; alterou o estatuto que lhe havia atribuído enquanto garantia contra impulsos autoritários, passando de corpo defensor das ideias democráticas pluralistas para um elemento ameaçador desses mesmos valores; e situou a bússola da luta política nos confrontos que opunham, de um lado, o PCP ao PS e, do outro, os presumíveis partidos com maior expressão eleitoral (PS, PPD, PDC, CDS) aos oficiais do MFA.

O reposicionamento dessa linha discursiva, estimulada pelos acontecimentos constitutivos do pulsar quotidiano português e pelo património político, social, cultural e profissional dos articulistas italianos, fundou o enquadramento que em grande parte norteou as narrativas jornalísticas até ao final do PREC. Dito por outras palavras, este terceiro período demarcado em termos metodológicos corporizou uma determinada perspetiva do mundo social que os jornalistas foram, depois, cotejando com o curso da evolução política, asseverando ou negando a verosimilhança dessa perspetiva.

O afastamento de Spínola foi avaliado como um ajuste de contas entre os oficiais do MFA e os militares de grau superior reunidos em redor da figura do general do monóculo, no contexto de uma situação bastante frágil caracterizada pelo contraste de posições entre o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o Presidente da República:

“[*La Stampa*] “O 25 de Abril para esta classe e para o seu expoente Spínola deveria, em suma, assinalar apenas o início de uma evolução controlada, na ordem, não a primeira etapa de uma verdadeira revolução, na anarquia segundo Spínola. É esta a razão do confronto com os elementos militares progressistas e a conseqüente queda de Spínola”²⁸²

²⁸² Ferdinando Vegas, “Fu un breve mito portoghese”, *La Stampa*, 1 de Outubro, 1974, 17.

Os articulistas consideraram que o Portugal inspirado nos valores do MFA havia prevalecido sobre o Portugal mais ou menos ligado aos 48 anos de ditadura, vitória justificada em função da relação de forças (favorável ao MFA) e do apoio popular. Triunfara, neste sentido, a esquerda e o chefe de governo. Vasco Gonçalves passava a ser o homem forte do Portugal novo:

“[*Corriere della Sera*] Era fácil prever que o equívoco de fundo não podia durar muito e que Spínola, homem de ação, não se contentaria com um poder aparente (...). Derrotado quando, depois da demissão do moderado Palma Carlos, foi obrigado a conceder o cargo de primeiro-ministro ao progressista Vasco Gonçalves, em vez do fiel Firmino Miguel, Spínola proferiu um discurso de adeus que é um apelo a todos os conservadores, os bem pensantes portugueses. Um apelo à de Gaulle rico em mensagens catastróficas”²⁸³.

Ao mesmo tempo que analisava a mudança da linha política nacional, a imprensa preocupou-se em sinalizar as tendências políticas que dominavam a estrutura militar, aprofundando as suas divergências e não denotando convicção quanto à *morte política* do general Spínola. A reflexão de Alfonso Sterpellone²⁸⁴, de *Il Messaggero*, traduz o entendimento dos jornais em apreço:

“É difícil afirmar que a batalha tenha sido definitivamente ganha pelas esquerdas, pelos moderados de orientação social-democrata e católica, pela maioria dos componentes da ‘junta militar’: isto porque não apenas persistem as profundas divergências entre essas correntes, mas especialmente porque não se afigura fácil abater o ‘mito de Spínola’”.

Sobre a nomeação para a Presidência da República predominou a ideia de que o general Francisco da Costa Gomes constituía um elemento de unificação no interior de umas Forças Armadas divididas. Teria sido esta a principal razão pela qual havia recebido o apoio dos jovens oficiais progressistas, além da popularidade que acompanhara o seu ingresso no palácio de Belém.

²⁸³ Claudio Zucchelli, “Un militare tra progresso e conservazione”, *Corriere della Sera*, 1 de Outubro, 1974, 19.

²⁸⁴ Alfonso Sterpellone, “Fiducia dei portoghesi nel nuovo governo”, *Il Messaggero*, 9 de Outubro, 1974, 16.

Mas quais os motivos, afinal, que estimularam a voz italiana para alterar a opinião a respeito dos fundamentos e da ação política do MFA, vislumbrado a partir deste período como uma ameaça à ordem democrática pluralista? Em primeiro lugar, o maior conhecimento das suas correntes ideológicas e a relação que estas mantinham com o poder Executivo e os partidos políticos contribuiu decisivamente para edificar uma grelha de leitura sempre menos favorável ao trajeto que o MFA foi preconizando. Num primeiro momento, os jornalistas individualizaram três setores no âmbito da estrutura militar, dos quais dependia, em virtude da sua maior ou menor dominância, a orientação final do sistema político, com inevitáveis repercussões sobre os partidos. O primeiro era constituído pela ala conservadora reunida em redor do general Spínola, fazendo parte oficiais da cavalaria, infantaria, artilharia, paraquedistas e outros corpos especiais, portanto, elementos colocados em algumas unidades-chave das Forças Armadas. Os correligionários do *spinolismo* preconizariam uma linha neutral, apolítica, apostados em não alinhar-se com qualquer partido ou ideologia.

O segundo grupo identificava-se com uma via democrática progressista, socialista ou moderada, cujo timoneiro seria o major Ernesto Melo Antunes, considerado uma das figuras do golpe militar, ideólogo maior do MFA (autor do plano económico) e contrário a um sistema de democracia popular, ao capitalismo e à social-democracia. Melo Antunes foi descrito como um reformista, em vez de revolucionário, mesmo se as suas propostas tenham sido avaliadas como notavelmente avançadas. Faziam parte deste setor um número significativo de militares intelectuais provindos dos quadros da aviação e do Exército, sendo que a função desta segunda via – escrevam os enviados – podia revelar-se importante em momentos que requeriam um esforço de aproximação entre grupos com orientações políticas antagónicas.

A terceira facção, aduzida como muito próxima do PCP, correspondia à linha marxista-radical representada por Vasco Gonçalves e por outros oficiais-ministros, integrando o comandante do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho, e a maioria dos membros da Comissão Coordenadora do MFA. Tanto a Marinha como alguns núcleos consistentes da infantaria e artilharia constituíam a base de apoio deste setor, contando com um número relevante de elementos inscritos no PCP e nos grupos maoístas. Nesta fase de viragem política à esquerda, a imprensa italiana ainda colocava Otelo Saraiva de Carvalho na mesma área de Vasco Gonçalves e do PCP,

agrupando sob o amplo chapéu das esquerdas as diversas tendências desta terceira fação.

Ora foi sobre o grupo marxista-radical que o olhar jornalístico mais crítico e desconfiado focou a atenção, afirmando tratar-se da ala que comandava a matriz política e económica do MFA, logo a vida pública portuguesa. Segundo o observador externo, esse setor adquiriu proeminência aquando do processo que impeliu Spínola para a demissão, começando desde então a controlar as pastas e os lugares relevantes do governo provisório e das chefias militares. O outro sinal de alarme decorria da estreita ligação que a ala de Vasco Gonçalves mantinha com o PCP.

Em segundo lugar, a alteração do discurso a respeito do MFA ganhou consistência em virtude de determinados desenvolvimentos políticos e de alguns acontecimentos que foram ajuizados como contrários às regras do jogo democrático, tais como: existência de grupos populares de autodefesa que confundiam espontaneidade com abuso (referência aos grupos que ergueram barricadas aquando da manifestação da *maioria silenciosa*); incidentes provocados por manifestantes de extrema-esquerda como, por exemplo, nos congressos do CDS (Porto), PDC (Lisboa) e no comício do PPD em Setúbal; atuação decisiva do grupo militar radical-marxista tendente a aprovar a lei da unicidade sindical, em conformidade com as pretensões do PCP; intenção de institucionalizar a presença dos militares na vida política portuguesa e prolongar a sua ação para além das eleições²⁸⁵.

São estes os elementos que, a avaliar pelos textos jornalísticos, modelaram o quadro interpretativo da imprensa italiana, levando-a a acreditar que Portugal poderia caminhar para uma ditadura militar marxista. Expressões como aventura chilena ou experiência peruana começaram a circular pelas narrativas do *Corriere della Sera*, *Il Messaggero* e *La Stampa*. Cumpre salientar que a aprovação da lei da unicidade sindical, em Janeiro de 1975, e a consequente constituição de uma federação aglutinadora dos diversos organismos sindicais, marcou uma nova etapa do discurso jornalístico. A rutura das esquerdas e os nervosismos eleitorais emergiram como as duas grandes temáticas através das quais se realizaram análises e prognósticos.

²⁸⁵ Essa participação pressupunha medidas como, por exemplo, a elaboração de uma Constituição programática em função de diretrizes previamente definidas – via socializante; reforma agrária e intervenção do Estado em setores chave da economia, banca e indústrias; criação de um organismo militar de supervisão da atividade legislativa; garantia de que o futuro Presidente da República tinha a confiança do MFA.

A formação de uma única central confederal de sindicatos foi interpretada como uma derrota do PS, com consequências profundas para a vida política portuguesa, prova de que os sonhos frentistas (união entre socialistas e comunistas) haviam naufragado na realidade da política e da ideologia. As análises à rutura entre comunistas e socialistas, o binómio que norteou a leitura do conflito sobre a unicidade sindical, confluíram para três considerações: a derrota dos socialistas, depois da remoção da direita liberal da cena política, deixava um amplo espaço de manobra e arbítrio ao partido de Álvaro Cunhal; a rutura das esquerdas comportava ligações mais estreitas entre militares e comunistas, os primeiros descritos como ansiosos pelo poder, os segundos enquanto partido decidido em conservar as suas posições privilegiadas (imprensa, sindicatos, poder local), consideradas uma expressão anacrónica – afirmava-se – de um poder que o PCP nunca iria alcançar em termos de representatividade eleitoral; o apoio dos militares à formação de um sindicato único derivava do facto de que esse modelo permitia-lhes controlar melhor os ânimos sociais e os intentos reivindicativos, preposição tão evidente que não necessitava de ser demonstrada uma vez que o PCP dominava a cúpula da organização.

Ferdinando Vegas²⁸⁶ referiu que a questão da unicidade sindical escondia o problema capital do jogo político, centrado no tipo de sistema que comunistas e socialistas preconizavam para o país. Na verdade, a imprensa italiana foi unânime em afirmar que eram as preocupações eleitorais o terreno que melhor contextualizava o confronto sobre a lei da unicidade sindical, problemática que ampliava sobremaneira o leque de dúvidas inscritas nas páginas impressas: Como fazer coexistir uma Assembleia Constituinte eleita e a legitimidade revolucionária do MFA? Que tipo de regime pretendem os militares? Democracia conduzida? Ditadura militar? Democracia socialista? E qual o tipo de socialismo?

A definição de um sistema político e a coexistência da legitimidade democrática e da legitimidade revolucionária depressa tornaram-se elementos constitutivos da macroestrutura dos textos jornalísticos. A agitada atmosfera social foi sinalizada como um indicador de inquietação devido à proximidade do importante encontro com a democracia: as primeiras eleições livres depois de 48 anos de Estado Novo.

²⁸⁶ Ferdinando Vegas, “Il governo portoghese sceglie la tesi del ‘sindacato unico’”, *La Stampa*, 22 de Janeiro, 1975, 17.

Os jornalistas afirmaram que a proximidade do compromisso eleitoral fazia crescer as divisões entre os grupos políticos, mesmo aqueles que inicialmente pareciam unidos. Nas primeiras semanas de 1975, grande parte das análises recaíram sobre o nervosismo sentido por socialistas, comunistas e militares do MFA, tudo porque a inexperiência eleitoral dos portugueses, volvido meio século de abstinência, poder-se-ia manifestar no consenso que os partidos de centro-direita (PDC, CDS) recolhiam nas regiões rurais setentrionais. Dizia-se que a explicação para a intranquilidade dos oficiais do MFA e dos partidos de esquerda residia no conservadorismo e medo de mudança que modelava o comportamento dessas populações, princípios atentamente cultivados pela maioria de um clero, considerado, pré-conciliar, além da prevenção contra o comunismo e tudo o que soasse vagamente de esquerda.

A partir desta fase, o vocábulo *incerteza* foi um dos substantivos que mais caracterizou os relatos dos enviados especiais. Bernardo Valli²⁸⁷, o prestigiado enviado do *Corriere della Sera* que no início de 1975 estreou-se na cobertura jornalística do Portugal pós-Estado Novo, traçou uma imagem eloquente do ambiente vivido:

“A um mês do voto para a Assembleia Constituinte, a vida política portuguesa oscila entre autoritarismo populista e democracia pluralista, entre Keynes e Marx, entre ordem e revolução. Existem todos os ingredientes para fazer deste país o canto mais explosivos da Europa”.

Também por esta altura se começou a discutir as implicações da institucionalização dos militares na vida política e o prolongamento da sua participação para além das eleições. A interpretação dominante considerou que a tutela das Forças Armadas tranquilizava comunistas, empenhados numa política de obediência aos propósitos do MFA, mas lançava suspeitas nos partidos situados à direita do PCP, precisamente aqueles que detinham maiores ambições eleitorais (PS, PPD, PDC e CDS). O discurso era claro: os militares pretendiam alargar a esfera de influência a todos os setores da sociedade, diminuindo o espaço de manobra dos partidos não comunistas. Por isso foram surgindo sempre com maior consistência juízos como o de *Il Messaggero*:

²⁸⁷ Bernardo Valli, “I partiti che si contendono a Lisbona”, *Corriere della Sera*, 10 de Março, 1975, 3.

“Portugal talvez se aproxime de uma ditadura militar. (...) Apenas um governo de amplo sufrágio popular poderá conter a escalada dos militares ao poder, os quais – e sobre isso parecem não haver dúvidas – defenderão afincadamente o papel e as funções de que se investiram eles próprios”²⁸⁸.

O primeiro braço de ferro entre partidos políticos e a intenção de as forças políticas civis não comunistas tentarem reduzir a influência dos militares na vida pública foram os ingredientes que municiaram uma conjuntura de crescente crispação, igualmente caracterizada, como se viu, pelas preocupações eleitorais. As divergências entre socialistas e comunistas, avaliadas como insanáveis – os primeiros acusavam o PCP de preconizar uma ditadura comunista, os segundos censuravam o PS por ter adotado uma política de direita –, tiveram implicações no modo como os profissionais da informação perceberam a luta política em Portugal, observando o confronto entre Mário Soares e Álvaro Cunhal como uma ressonante caixa cujas vibrações perturbavam a estabilidade dos governos provisórios, as relações entre ala moderada do MFA e a linha radical-marxista e, ainda, a convivência entre os elementos deste último grupo da sociedade militar.

O destino político de António de Spínola foi outro aspeto que a voz italiana nunca desprezou. Acusado, primeiro, de partilhar ideais conservadores e alvitrar uma transição para a democracia musculada e autoritária, o general passou, depois, a ser encarado uma solução válida tendente a repor o equilíbrio de forças, no contexto de um quadro político dominado por duas alas extremas: a direita nostálgica e a esquerda marxista-radical. Os jornais estudados salientaram que o prestígio pessoal e a verticalidade moral de Spínola mantinham-se intactos, pelo que poderia ser ele a figura capaz de catalisar as massas populares descontentes, não tanto persuadidas por uma ideologia política, mas por uma figura, eventualmente, considerada o menor mal possível. Entrevia-se por esta via o preenchimento do vazio político ao centro. E a oportunidade poderia surgir aquando das eleições para a Assembleia Constituinte.

Efetivamente, imperou a opinião de que o jogo político continuava aberto, confuso, sem se excluir confrontos entre as diferentes fações militares. Sobre esse clima de incerteza havia ainda que contar com problemáticas centrais que obstaculizavam o novo curso político. A questão angolana figurou como um teste à capacidade de governação dos Executivos de Vasco Gonçalves e ao futuro

²⁸⁸ A. P. “Minaccia di una dittatura militar”, *Il Messaggero*, 22 de Fevereiro, 1975, 27.

democrático de Portugal. A responsabilidade pelo agravamento de uma situação económica já de si precária foi atribuída à viragem política de esquerda (medo de regime marxista ou ditadura militar), na medida em que havia provocado uma onda de medo e a conseqüente falta de investimento, fuga de capitais e queda abrupta das remessas dos emigrantes.

Os três órgãos de informação acompanharam de perto as reivindicações sociais, afirmando que a população estava a atravessar um período de profunda desilusão (honroso custo de vida) provocada pela ação dos militares, não porque os problemas estruturais da economia deviam ser imputados aos jovens oficiais, mas devido à falta de resposta a problemas como a inflação. Na verdade, a dicotomia entre o poder económico, sempre intacto, na posse de poucas famílias, e o poder político, detido pelas novas esquerdas minoritárias, constituiu uma das características mais enfatizadas no Portugal pós-25 de Abril.

Depois da demissão de Spínola da Presidência da República, o leitor italiano familiarizou-se com novas personagens, como os militares Vasco Gonçalves (“o homem do momento”), Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho (“um dos elementos chave do regime”) e Rosa Coutinho, ou os civis Francisco Pereira de Moura (MDP) e Francisco Pinto Balsemão (PPD), aprofundando ainda o conhecimento sobre Álvaro Cunhal e Mário Soares. As referências ao líder socialista situaram-no como o outro homem-chave graças ao prestígio que gozava ao nível interno e externo, muito importante para conferir credibilidade internacional ao poder emergente e à representação do país na Europa comunitária.

A perceção exterior de Portugal, no mundo ocidental, começava a entrar consistentemente na ordem da agenda mediática. Se a participação do PCP na coligação governamental já constituía um fator de apreensão nos ambientes da Aliança Atlântica, a viragem política de esquerda liderada por um grupo militar marxista-radical só poderia avolumar as inquietações da Europa democrática e dos Estados Unidos responsáveis pela segurança ocidental. Eis a lógica de raciocínio: pairava o perigo comunista num país estratégico da segurança ocidental, ameaça que poderia adquirir as dimensões de uma doença infecciosa, no sentido em que países como a Itália, França e até a Espanha do pós-Franco poderiam ser tentados por experiências análogas.

4.1. A estratégia do PCP: “não assustar a classe média”

O VII Congresso (Extraordinário) do PCP ocorreu a 20 de Outubro de 1974 e mereceu atenta cobertura jornalística por parte do *Corriere della Sera* e *La Stampa*. O jornal milanês deslocou o enviado especial Paolo Bugialli, o qual, em jeito de antevisão, entrevistou Álvaro Cunhal e, posteriormente, escreveu um artigo de opinião sobre o evento. *La Stampa* assinalou a reunião magna dos comunistas com uma extensa reportagem do enviado Francesco Rosso. *Il Messaggero* optou por concentrar as atenções na onda de violência que grassava a capital moçambicana, Lourenço Marques, provocada por confrontos entre militares portugueses e elementos da FRELIMO.

Da moldura interpretativa disseminada pela voz italiana sobressaem três aspetos: a) o PCP foi apresentado quase como um objeto de antiquário ao qual deviam ser reconhecidos os méritos, mas cujas concepções políticas e o comportamento ainda o mantinham distante dos progressos realizados pelos partidos comunistas ocidentais; b) o discurso *suave* do PCP significava uma correção de rota, não se podendo dissociar a metamorfose estratégica do comportamento do partido aquando da manifestação da *maioria silenciosa* de 28 de Setembro de 1974, nem das suas afinidades com o MFA e as ambições eleitorais; c) a linha política do PCP foi interpretada à luz da estratégia preconizada pelos partidos comunistas ocidentais, designadamente o PCF e o PCI.

A constatação de que os quadros do PCP haviam sobrevivido a cinco décadas de ditadura, sofrido perseguições, prisões, deportações, torturas, aproximando-se quase da imagética associada aos heróis mitológicos, serviu para enaltecer a coragem, resistência e as virtudes resilientes de um corpo singular no contexto da realidade política portuguesa. Nenhum outro partido surgira no dia 25 de Abril com um aparelho tão bem organizado. Os jornalistas transmitiram, porém, a ideia de que o PCP mantinha uma matriz estalinista de obediência extrema a Moscovo, que detinha o controlo absoluto sobre os meios de comunicação, os sindicatos e exercia uma influência relevante sobre o MFA. Possuía, portanto, um poder real – asseveravam – muito superior à sua, presumível, representatividade eleitoral (não ultrapassaria os 15 por cento).

Essas observações colocam, primeiro, o PCP num patamar distante do comunismo ocidental: distante porque se regia por valores (estalinismo) e

dependências (Moscou) que, por exemplo, o PCI já havia abandonado, encontrando-se numa fase de afirmação da sua independência (via nacional para o socialismo). Em segundo, as mesmas observações remetem para uma imagem de poder e controlo (informação, sindicatos, influência no MFA) que destoava dos princípios democráticos, segundo os quais o poder dos partidos deve ser exercido em conformidade com a dimensão dos resultados das consultas populares.

Corriere della Sera e *La Stampa* referiram que o posicionamento quase moderado do secretário-geral do PCP, não aprofundando questões centrais como a filiação à NATO, a presença americana nos Açores, limitando-se a indicar como essenciais as nacionalizações dos serviços públicos, dos bancos, as expropriações dos latifúndios a partir de certos limites de superfície, significava um recuo face ao triunfalismo evidenciado pelo partido aquando da manifestação da *maioria silenciosa*. Os jornais recordaram que a mobilização de militantes, bloqueando estradas, fazendo perseguições arbitrárias, assaltando sedes de partidos de direita recentemente constituídos, havia constituído, simultaneamente, um motivo de regozijo (eliminação da ameaça reacionária) e um erro político. As iniciativas musculadas do PCP tinham assustado e reavivado preocupações.

É à luz deste quadro explicativo que Paolo Bugialli²⁸⁹ conotou os comunistas portugueses com a linha da prudência, a linha moderna do comunismo ocidental, insinuante quanto discreto, pronto a agarrar a oportunidade mas alheio de triunfalismos: “Não assustar a classe média. Não provocar mal-estar que pode transformar-se numa dura oposição. Procurar extrair dos opositores os argumentos polémicos de maior relevo”.

No mesmo sentido, Francesco Rosso²⁹⁰ lembrou que Álvaro Cunhal, falando de *ditadura do proletariado*, utilizara expressões muito subtis para esbater interpretações que sempre se faziam de tal definição, como, por exemplo, afirmar que podia “*adquirir muitas formas, poderia ser também pluralista, sendo um regime mais democrático que a mais democrática democracia burguesa*”. O enviado de *La Stampa* considerou que Cunhal recorreu a “subtilezas dialéticas” para fugir às acusações de ter concentrado nas mãos dos comunistas todo o poder (informação, sindicatos, influência sobre o MFA). Concluindo: “É a tática já comum aos partidos comunistas europeus que procuram apresentar-se como preconizadores de uma nova

²⁸⁹ Paolo Bugialli, “La linea discreta del PC portoghese”, *Corriere della Sera*, 23 de Outubro, 1974, 20.

²⁹⁰ Francesco Rosso, “La strategia del pc in Portogallo”, *La Stampa*, 22 de Outubro, 1974, 20.

democracia”. Situando o jornalista diante da realidade reportada, não será trabalhoso verificar que o enunciador procura desmontar algo que, na sua opinião, a personagem da narrativa jornalística tenta dissimular. Expressões como “subtilezas dialéticas” e “é a tática já comum aos partidos comunistas europeus” denotam que a análise ao PCP assenta numa moldura interpretativa pré-definida.

Em substância, Paolo Bugialli e Francesco Rosso interpretaram a linha discursiva do PCP como uma forma de não causar excessivos temores na classe média, que mesmo sendo anticomunista – notavam – não era de extrema-direita e procurava ao centro do alinhamento político um ponto de encontro com as forças democráticas. A ponderação comunista foi, igualmente, relacionada com a intenção de não ultrapassar à esquerda a linha do MFA, mantendo a sintonia com o verdadeiro motor da vida política.

Piero Ostellino²⁹¹ debruçou-se, em Fevereiro de 1975, sobre os vínculos que uniam os comunistas portugueses a Moscovo. O correspondente do *Corriere* na capital soviética salientou que o PCUS estava consciente de que Portugal não podia transformar-se num país socialista através do seu proletariado rural, privado de uma real consciência de classe e tendencialmente conservador. Por isso, realisticamente, apontava para uma estreita coligação com a única força progressista existente no país, os militares, ainda por cima no poder.

No contexto das conceções democráticas pluralistas, o PCP foi colocado num estágio de desenvolvimento bastante inferior (estalinismo, dependência de Moscovo) quando comparado com os seus homólogos franceses, espanhóis e, sobretudo, italianos. No entanto, em resultado da realidade portuguesa (MFA catalisador da vida política, PCP com ambições eleitorais) e do comportamento do partido e dos seus militantes aquando da manifestação da *maioria silenciosa*, o PCP adotou a estratégia moderada que caracterizava a ação dos partidos comunistas ocidentais. As palavras de Paolo Bugialli²⁹² são bastante eloquentes: “Um congresso (...) que deu a entender que os comunistas portugueses retiraram os pitons dos sapatos e adotaram os mocassins. Presumivelmente de marca italiana”.

²⁹¹ Piero Ostellino, “Il Cremlino propugna l’alleanza fra esercito e popolo in Portogallo”, *Corriere della Sera*, 23 de Fevereiro, 1975, 26.

²⁹² Paolo Bugialli, “La linea...”, *Corriere della Sera*, 23 de Outubro, 1974, 20.

CAPÍTULO XI – ANATEMIZANDO O *OUTRO*

1. A revolução acelera o passo

Os seis meses volvidos após o golpe contrarrevolucionário de 11 de Março de 1975 foram apresentados como o período cardinal e mais inflamado da Revolução de Abril. É uma fase que se inicia com a radicalização do processo político e termina com o afastamento do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Não obstante a profusão de acontecimentos críticos mercedores das mais diversas considerações, decidiu-se tratar essas 26 semanas como uma única unidade interpretativa. O motivo subjacente à opção radica nas linhas de continuidade que a imprensa italiana inscreve neste período: radicalização do processo político à esquerda; aumento do número e da intensidade de crises políticas – depois de cada incidente ocorre um gesto de trégua ou conciliação, normalmente promovido pelos militares, sendo que a crise sucessiva é sempre mais grave que a anterior; o poder militar torna-se mais forte à medida que, paradoxalmente, se vai desagregando (multiplicação de centros de poder); os confrontos partidários passam a ter maiores repercussões ao nível da sociedade militar; os articulistas tornam-se mais descrentes em relação à transição portuguesa para a democracia; predominância e acentuação do carácter novelesco da *Revolução dos Cravos*; fase de maior complexidade e acuidade da cobertura jornalística (relatos e comentários sobre o PREC e impacto dos acontecimentos portugueses em Itália).

Mas os dominadores comuns não se esgotam na baliza temporal delimitada. Este segmento discursivo retoma dois aspetos que vinham caracterizando os primeiros meses de 1975. O primeiro releva do confronto que opôs, de um lado, o PS ao PCP e, do outro, os partidos não comunistas aos militares, sendo que, a partir de 11 de Março, o cerne da questão política é aduzido em função, sobretudo, da fórmula que contrapôs os socialistas aos comunistas e ao grupo radical-marxista do MFA. O elemento novo da luta política reside na fratura que incompatibilizou as três tendências ideológicas presentes no interior da estrutura militar, cada uma com interesses, ambições e estratégias ancoradas nas ligações político-partidárias. Deste combate pela hegemonia do Estado e pelo controlo da economia já não faz parte a corrente de Spínola, mas o grupo do COPCON, chefiado pelo general Otelo Saraiva de Carvalho, surgido da ala radical-marxista das Forças Armadas e apoiado por vários coletivos da esquerda radical, preconizador do *poder popular*, da democracia direta e

contando com unidades militares dotadas de forte poder operacional. O segundo aspeto respeita ao caráter volátil, confuso e labiríntico associado ao panorama político português, ou seja, um livro aberto em permanência.

Sempre a partir dos relatos da imprensa italiana, a linha metodológica encontra-se focalizada na imagem geral que é possível extrair do quadro político, privilegiando-se alguns acontecimentos relevantes como os de 11 de Março, as eleições de 25 de Abril, os acontecimentos da Festa do 1º de Maio, o “caso *República*”, o *Verão Quente*, bem com os juízos sobre os militares, o PS, o PCP (os atores políticos centrais) e a matriz dicotómica manifestada pela – por nós designada – autoridade democrática, consubstanciada no enquadramento disseminado pelos articulistas.

A evolução do conjuntura política é apresentada pelos enviados especiais, grosso modo, da seguinte forma:

- **De 11 de Março até à formação do IV Governo Provisório (26 de Março).** Portugal pode caminhar para um autoritarismo militar-marxista, abrindo-se uma fase de acentuada viragem revolucionária (radicalização do processo político à esquerda). Assiste-se ao reforço do setor radical-marxista do MFA e ao alargamento da influência do PCP na sociedade e junto da tendência liderada por Vasco Gonçalves (aumento do prestígio e peso político dos comunistas). A ditadura militar, porém, não está consumada.

- **De 26 de Março até à Festa do 1º de Maio.** O PCP não atinge a hegemonia esperada no âmbito da remodelação governamental, ainda que se considere que os socialistas saem algo fragilizados. É um período caracterizado por moderação dos militares, devido às pressões internacionais (Moscou solicita moderação ao PCP, as democracias ocidentais pedem o mesmo a Costa Gomes), e pelo reequilíbrio de forças no interior da estrutura militar. Este reequilíbrio é associado ao apoio que a corrente moderada, liderada por Melo Antunes, concede ao PS (permitindo alguma recuperação socialista) e à fratura que se começa a desenhar no seio do setor radical-marxista, do qual emerge a corrente populista de Otelo Saraiva de Carvalho. Na fase pós-eleições, constata-se que o peso do PCP na sociedade é apenas afetado superficialmente, enquanto Mário Soares surge como o *homem do momento* (ascensão socialista). Existe, portanto, a fisionomia de uma ditadura militar (Pacto MFA/Partidos), mas os partidos ainda detêm um importante papel quanto à implementação da dialética democrática, não se podendo, neste sentido, acreditar que

o caminho da democracia portuguesa esteja comprometido, ao mesmo tempo que não se deve esconjurar o perigo de um novo autoritarismo.

- **Da Festa do 1º de Maio a 10 de Julho (PS abandona o governo em protesto).** Grave crise entre comunistas e socialistas provocada, segundo os enviados, pelo ataque do PCP (acontecimentos Festa 1º de Maio e “caso *República*”), que desta forma altera a sua estratégia de contenção para uma postura aventureira. Os socialistas encontram-se em dificuldade e apenas conhecem ligeiro sucesso aquando das garantias dadas pelos militares no âmbito do “caso *República*”, situação que é avaliada como um revés para o PCP. A ala radical-marxista das Forças Armadas, dividida em duas correntes, ganha novo fôlego, enquanto o setor moderado sai fragilizado. O conflito que opõe comunistas a socialistas alimenta a intenção da corrente de Otelo (em ascensão) de marginalizar os partidos políticos e promover uma relação direta entre as massas populares e o MFA (democracia direta), propósito parcialmente conseguido com o documento Aliança Povo/MFA (criação de organismos populares de base). A revolução volta a acelerar o passo, renova-se o risco de uma ditadura militar e diminuem as esperanças de ver Portugal atracar no porto das democracias, mas nada – escrevem os enviados especiais – ainda está perdido.

- **De 10 de Julho a 25 de Agosto (designação do almirante Pinheiro de Azevedo para o cargo de primeiro-ministro e de Vasco Gonçalves para o CEMGFA).** Os militares acabam por não acolher as pretensões socialistas a respeito do “caso *República*”, somando-se os protestos de Mário Soares contra a criação de organismos populares de base e, em geral, a substância do documento Aliança Povo/MFA, razões que levam o PS, e posteriormente o PPD, a abandonar a coligação governativa. O regime perde o caráter de sistema político misto (militares e partidos) por não incluir, no V Governo Provisório, elementos dos dois partidos mais representativos na Assembleia Constituinte, PS e PPD. O jogo político circunscreve-se às complexas disputas e braços de ferro que opõem as três tendências do MFA, com avanços e recuos de parte a parte, tratando-se de um intrincado quadro onde as correntes de Melo Antunes (documento dos Nove) e de Otelo (documento do COPCON), considerado o homem forte do regime neste período, vão progressivamente marginalizando o setor de Vasco Gonçalves e, por consequência, o PCP. Socialistas e comunistas percorrem o caminho inverso, os primeiros de excluídos do processo político a força catalisadora dos descontentamentos populares

(moderados e conservadores) contra a viragem revolucionária, os segundos de interlocutores privilegiados do setor radical-marxista do MFA a partido gradualmente ostracizado pelas correntes populista e moderada e por amplos setores da sociedade (onda de violência anticomunista). As derrotas e os sucessos do PS e PCP são avaliados como resultado direto e indissociável dos avanços e recuos protagonizados pelos grupos militares que os apoiam. Assiste-se à fratura entre o corpo social e o corpo militar (perda de popularidade) e ao deslocamento da luta ideológica para a rua, existindo perigo de confrontação não apenas entre as massas populares, mas ao nível das várias tendências das Forças Armadas. Portugal aproxima-se da guerra civil e o sistema político nunca esteve tão próximo de um regime militar (redimensionamento do CR e formação do triunvirato Costa Gomes, Otelo, Gonçalves).

Na verdade, os relatos italianos transmitem, a partir de 11 de Março, a ideia de um quadro político, também designado de *puzzle*, *babel portuguesa* ou *teatro de Lisboa*, que progride na base de uma desordem (por vezes caos) consentida, pautada por crises não produtoras de desenvolvimentos imediatos e clarificadores, antes momentos que, parecendo decisivos, revelam-se somente interlocutores. As previsões são difíceis de elaborar e as respostas às dúvidas levantadas por cada crise política necessitam de tempo, necessitam da próxima crise porque predomina a tentação de resolver qualquer problema com um mergulho para a frente. Os incidentes críticos sucedem-se ao ritmo elevado e confirmam que a revolução é insone, repleta de tramas, estratégias, confrontos de dia e de noite, sem conceder momentos de pausa.

Mário Mesquita (1994/c) recorreu à analogia com as bonecas tradicionais russas, as *matrioskas*, para explicar, metaforicamente, o “caso *República*”, segundo a lógica de que dentro da boneca principal, a maior, encontrava-se outra boneca escondida, dentro da segunda uma terceira, e outra, e outra, e outra... O “caso *República*” remete, pois, para uma espiral que evolui de crise em crise. O paralelismo é bastante feliz e pode mesmo servir para enquadrar a interpretação geral subjacente à Revolução de Abril. Mas num percurso inverso.

A análise holística da experiência portuguesa, de Março a Agosto de 1975, assemelha-se, deste modo, à perspectiva da última boneca, a mais pequena, que depois de aberta encontra uma segunda (crise) de maior dimensão, e depois uma terceira (crise) ainda maior, e outra, e outra, e outra... Até chegar à boneca principal. Sobretudo a partir do “caso *República*”, esse percurso ascendente, cíclico, tem, por sua vez, algo em comum com uma panela de pressão pronta a explodir, na medida em

que a passagem de uma boneca para outra de maior dimensão equivale ao sentimento de deflagração do conflito: a aproximação de uma crise incandescente sugere uma rutura total que acaba por não suceder. Essa só chegaria a 25 de Novembro.

Depois de todo o romantismo com que a revolução se apresentou ao palco europeu, deve ter sido trabalhoso para o leitor italiano seguir o fio condutor de uma história não linear. É uma história reproduzida em função de um contínuo jogo de refrações e de uma pluralidade de planos (tendências políticas, alianças, centros de poder, influências externas, dependências) impulsionadores, segundo o olhar externo, de conotações e símbolos negativos, de fórmulas de linguagem demagógico-populistas quase dementes, de testemunhos nevróticos que tão depressa procuravam não alarmar o investimento estrangeiro e o mundo ocidental, como produziam autênticos equívocos e sentenças revolucionárias.

Em determinada altura, bastou, provavelmente, para o auditório italiano perceber que, em Portugal, uns tentavam colocar o país na rota e na cultura das democracias ocidentais, ao passo que outros lutavam por uma ditadura militar marxista, por modelos de democracia burocrática ou democracia direta, por experiências de tipo soviética, cubana, peruana ou chilena. Eis o esquema binário transmitido à opinião pública por *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*.

Não raras vezes os enviados especiais inscreveram nas páginas impressas uma inquieta estupefação, dando a ideia de, *in loco*, presenciar representações do real, meras reconstruções, como se o cenógrafo de um teatro e o realizador de um filme tivessem remexido a realidade com as próprias mãos:

“ (...) Milhares de manifestantes circundam o Palácio de São Bento clamando por ditadura do proletariado. São 10 da noite e aquilo que confere à manifestação um esmalte espetacular é a presença de várias centenas de soldados misturados na multidão. Vestem uniformes camuflados, alguns endossam o lenço vermelho em redor do pescoço, chegam em camiões e auto-blindados. De todos os manifestantes, os mais inflamados são mesmo eles, os soldados, os cabos e os sargentos. (...) Quando os auto-blindados se aproximam, quando a multidão invade a escadaria de São Bento, a impressão é a de assistir – na doce noite de Lisboa, no centro de um bairro popular adornado com roupa estendida – a um absurdo 18 brumário. Os manifestantes e os soldados estendem o punho da saudação (comunarda), grita-se ‘Poder popular’, ‘Dissolução da Assembleia’, ‘Governo revolucionário’. As pessoas

sobem para os blindados dos regimentos ‘vermelhos’, os soldados seguram as faixas dos grupos de extrema esquerda”.²⁹³

Efetivamente, imperou a opinião de que a crise portuguesa desenvolvia-se sobre caminhos distintos, o da sociedade militar e o da sociedade política, mesmo se ambas eram protagonistas e amiúde amalgamavam-se no mesmo cenário, tornando a leitura quase indecifrável. Mais: por paradoxal que possa parecer, os jornalistas no terreno consideraram, nesta fase, que o estado avançado de decomposição das Forças Armadas, fraturadas em várias correntes ou forças políticas, impedia um confronto frontal, poupava o país à guerra civil e favorecia uma anarquia incruenta cujo desfecho era, no entanto, imprevisível.

1.1. O previsível golpe, o reforço do setor radical-marxista e o mergulho político

A crise que provocou o contragolpe de 11 de Março não causou surpresa nos articulistas. A imprensa italiana frisou que, mesmo se os contornos da conspiração não estavam delineados, a rutura entre fações das Forças Armadas era real, pelo que muitos oficiais e expoentes dos partidos conservadores haviam protestado contra o rumo político daqueles que desejavam a participação constante do MFA nos vários setores da sociedade. Todavia, o que causou verdadeiramente admiração foi o modo como o general Spínola, militar de reconhecida experiência e méritos, se tinha deixado envolver numa operação descurada e com reduzidas possibilidades de sucesso. Duas hipóteses foram ventiladas: ou os autores do golpe precipitaram-se em consequência de informações inexatas, ou foram induzidos para uma iniciativa que, ardilosamente orquestrada, correspondia a uma armadilha.

O balanço das movimentações militares concluiu-se, segundo os jornalistas, com o inequívoco reforço do grupo de oficiais radicais-marxistas, sendo que o PCP acabava por ver a sua posição ampliada como nunca havia sucedido desde o 25 de Abril – a mobilização de vigilância de sindicatos e militantes comunistas atestava a força organizativa e o ascendente ideológico do partido. A adoção de um conjunto de medidas que visavam a nacionalização da banca, dos seguros e, por arrasto, algumas importantes empresas e órgãos de imprensa, bem como a institucionalização do MFA,

²⁹³ Sandro Viola, “Sul teatro di Lisbona”, *La Stampa*, 24 de Julho, 1975, 3.

a criação do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA²⁹⁴, foram encaradas, para utilizar as palavras de Sandro Viola²⁹⁵, como uma verdadeira revolução que deveria transformar Portugal num país diferente de todos os outros da Europa ocidental. O enviado de *La Stampa* colocou a hipótese de Lisboa estar apenas no início de uma série de golpes e contragolpes de facções rivais das Forças Armadas, num estilo muito sul-americano mas que também se aplicava ao caso português, como sugeria, aliás, “uma olhadela no período entre a instauração da República e o advento de Salazar, caracterizado por uma sequência de golpes incruentos”.

Os três jornais analisados divergiram, no entanto, quando avaliaram o caráter dos decretos de lei dos militares. Sandro Osmani²⁹⁶, de *Il Messaggero*, denotou um sentimento de adesão ao novo curso:

“A nacionalização dos bancos e das companhias de seguros, apresentadas pela direita como um terramoto, foi uma simples medida de defesa da jovem democracia. Nada de punitivo. (...) Lançaram-se alarmes em jeito de escândalo por estas medidas, como se na economia de um país moderno não fosse necessário para o interesse de todos o controlo público das maiores instituições de crédito. Retirando os bancos às tais dezasseis famílias, as mais ricas de todo o país, impediu-se que estas controlassem também a imprensa. Oitenta por cento dos jornais é, de facto, propriedade das institutos de crédito nacionalizadas. Agora é injusto, mas não o era antes?!”

Corriere della Sera e *La Stampa*, contrariamente, sublinharam que o cenário político encontrava-se desprovido de preocupações formais e equilibrismos, que a legalidade não era uma característica de Portugal naqueles dias, onde se aprisionavam capitalistas mas não se metia em discussão a parceria com a Aliança Atlântica, nem a presença americana nas bases dos Açores. Bernardo Valli²⁹⁷ e Sandro Viola criticaram os impulsos tendentes a formar uma oligarquia militar de esquerda, a decisão de aprovar as nacionalizações sem consultar os partidos políticos, mostrando desencanto por uma conjuntura modelada por golpes e contragolpes, de direita e de esquerda, responsáveis pela progressiva liquidação da liberdade renascida. Mesmo

²⁹⁴ Foram extinguidos o Conselho de Estado, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho dos Vinte e a Assembleia dos Duzentos.

²⁹⁵ Sandro Viola, “Nel Portogallo i militari nazionalizzano le banche”, *La Stampa*, 15 de Março, 1975, 20.

²⁹⁶ Sandro Osmani, “Si preparano nuove riforme”, *Il Messaggero*, 18 de Março, 1975, 16.

²⁹⁷ Bernardo Valli, “Braccato come fuorilegge il leader Dc portoghese”, *Corriere della Sera*, 15 de Março, 1975, 1-2; “Continua in Portogallo l’ondata degli espropri”, *Corriere della Sera*, 16 de Março, 1975, 1-2.

tendo reconhecido que a passagem dos bancos e das seguradoras para o Estado não era ainda socialismo, os jornalistas notaram que a aceleração do projeto do *socialismo português* impunha a imagem de um poder em uniforme decidido a tomar, sozinho e rápido, iniciativas importantes. O presidente Costa Gomes foi ajuizado como o único elemento de equilíbrio e moderação cujo papel e influência continuavam intactos²⁹⁸.

A mesma tipologia de dissonância interpretativa aplica-se às medidas que impediram o MRPP, a AOC e o PDC de participar nas eleições para a Assembleia Constituinte. Não negando o impacto que teriam no quadro político, *Il Messaggero* concordou com o fundamento dos decretos de lei, apelando a uma análise que, acima de tudo, nos dois primeiros casos, devia reconhecer o propósito de desestabilização da ordem pública através de um intransigente maximalismo²⁹⁹, enquanto o terceiro caso representava uma “formal manifestação de ‘não democraticidade’”. O diário de Roma concluiu que, em virtude de terem criado listas conjuntas, os eleitores do PDC podiam direcionar os votos para o CDS e, no limite, as forças católicas até seriam, eventualmente, beneficiadas caso se apresentassem como “vítimas de injustiça”³⁰⁰.

Numa primeira fase, *Corriere della Sera* e *La Stampa* vislumbraram as medidas suspensivas como uma perturbação, provavelmente, fatal para o cenário político. Sandro Viola referiu que a “arrogância do poder militar e o oportunismo ideológico do PCP” não conseguiam dissimular o significado dos decretos, que muito simplesmente esvaziavam o campo eleitoral em vantagem do PCP³⁰¹. Predominou a leitura de que o afastamento dos dois grupos extremistas revelava a influência dos comunistas sobre o poder político, enquanto a respeito do PDC poder-se-ia deduzir que as preocupações dos militares e do PCP radicavam no temor de uma possível afirmação do partido católico nas regiões do norte, onde a Igreja havia encetado uma intensa propaganda contra os militares e comunistas destinada a persuadir as massas despolitizadas por meio século de salazarismo e ligadas a um clero nada progressista.

Posteriormente, confirmada a participação do CDS, os dois mais importantes jornais italianos minimizaram as críticas e alinharam pela ideia de que as eleições

²⁹⁸ Sandro Viola, “Arrestati in Portogallo i più grandi industriali”, *La Stampa*, 14 de Março, 1975, 23; “Nel Portogallo...”, *La Stampa*, 15 de Março, 1975, 20; “Lisbona: più forte il ‘potere militare’”, *La Stampa*, 16 de Março, 1975, 1-2.

²⁹⁹ Sandro Osmani, “I socialisti favorevoli alla decisione del governo”, *Il Messaggero*, 20 de Março, 1975, 19.

³⁰⁰ Sandro Osmani, “Tre partiti al bando”, *Il Messaggero*, 19 de Março, 1975, 19.

³⁰¹ Sandro Viola, “Lisbona: al bando la dc e due partiti a sinistra del pc”, *La Stampa*, 19 de Março, 1975, 1-2.

conservavam a sua regularidade, impossível de manter se, de facto, se confirmasse a amputação da ala direita do posicionamento político. Em suma: o balanço final dos três órgãos de comunicação sobre a campanha eleitoral convergiu para a mesma leitura, mesmo se *Il Messaggero* se mostrou optimista e o *Corriere della Sera* e *La Stampa* mais cétricos.

Não obstante a “particular regularidade”³⁰² das eleições portuguesas, no âmbito de uma conjuntura caracterizada por numerosos traços revolucionários, apesar das dúvidas sobre a autenticidade do sufrágio, sobre uma Assembleia Constituinte destinada a elaborar uma Constituição também ela condicionada (Pacto MFA/Partidos), sobre um voto em formato de *exercitação pedagógica*, apesar do tão propalado *pluralismo de esquerda*, da polémica do *voto em branco* e da precariedade das instituições imposta – referiam – pelos militares, não obstante tudo isto, os enviados especiais asseguraram que as eleições seriam livres, tal como havia sido a campanha eleitoral, sem graves intimidações e incidentes. Os jornalistas podiam movimentar-se livremente e os partidos políticos apresentar os projetos sociais como num quadro democrático.

O olhar externo advogou que ficou afastada a sensação de que o jogo eleitoral iria decorrer na base de exercícios retóricos. Os próprios militares, cuja intromissão na campanha eleitoral foi reconhecida mas considerada limitada, respeitaram as liberdades de imprensa, associação e opinião, renunciaram (ainda que com exceções) ao comportamento de minimizar o voto e até não ficaram insensíveis ao grande banho de política tomado pelo país.

Na antecâmara do dia 25, Sandro Viola³⁰³ salientou que havia sido uma campanha eleitoral “séria e muito sentida”. O retorno dos portugueses à política já tinha ocorrido mês após mês: “Mas é com alguma emoção que se tem assistido aos grandes comícios, aos apertos das multidões, às bandeiras ao vento, aos cravos lançados aos líderes, às bandas musicais das vilas que tocam a ‘Internacional’”.

Parecia então impossível que o sufrágio não pudesse influenciar acontecimentos futuros. Essa foi a opinião que dominou as narrativas jornalísticas sobre a análise dos resultados eleitorais. Os jornais em apreço referiram que o grande vencedor desse encontro com a liberdade tinha sido o povo português, protagonista de

³⁰² Sandro Viola, “Come il Portogallo va al voto del 25 aprile”, *La Stampa*, 21 de Março, 1975, 18.

³⁰³ Sandro Viola, “Lisbona: ancora incerteza su chi entrerà nel governo”, *Stampa Sera*, 24 de Março, 1975, 8.

uma autêntica lição de civismo. Depois, observaram que o triunfo do PS (3,9%) tinha superado as expectativas, ao passo que o PCP (12,5%) e o CDS (7,6%) haviam recolhido menos preferências que aquelas previstas. A explicação para as percentagens verificadas entroncou na possibilidade de os eleitores do PDC terem transferido os votos para o PS ou PPD (26,4%), em vez de privilegiarem o CDS, uma vez que os dois partidos faziam parte do governo.

Sobre o impacto dos resultados na vida política, quatro foram as observações dominantes. Primeiro, os militares foram visados com críticas e elogios: reprovações porque denotaram falta de cultura democrática, bem patente na deceção de alguns setores devido à baixa percentagem do *voto em branco*; elogios porque foram muitos os militares que manifestaram regozijo pela participação do povo português. Reconheceu-se que largos setores da sociedade militar ficaram sensibilizados com o voto, apesar de não pretenderem abdicar da tutela política, assumindo, por vezes com alguma contusão mental, que as eleições representavam um mapa credível das tendências políticas da população. O desafio estaria na capacidade de as Forças Armadas perceberem a nova relação de forças dimanada das urnas, portanto, como conciliar a legitimidade revolucionária com a legitimidade democrática e, em consequência, alterar o relacionamento com os partidos em função desta última. No âmbito das fações militares, considerou-se que a vitória do PS daria mais força à ala moderada das Forças Armadas.

Em segundo, os resultados e, sobretudo, a dinâmica eleitoral demonstraram que o PCP era o interlocutor predileto apenas de uma parte das Forças Armadas. Além de que os comunistas conservavam um poder na sociedade muito superior aquele que as urnas lhe havia atribuído.

Em terceiro, a Europa podia ficar mais tranquila com o voto português, mesmo se grande parte da imprensa ocidental – escreviam os enviados – havia optado por profecias da desgraça ou discursos instrumentais. Quem pensara que as eleições fossem um mero ritual, enganara-se, os portugueses recusaram o parlamento militar, a ditadura comunista e apostaram no espaço europeu.

Por último, a voz italiana denotou um sentimento de adesão à vitória do PS, referindo que o triunfo de Soares havia sido inequívoco, colocando-o na rota daqueles que, no interior das Forças Armadas, almejavam um socialismo em liberdade. A ascensão socialista poderia, por sua vez, obstaculizar a penetração do PCP nas estruturas do Estado, no tecido económico e nos meios de informação. Vestindo a

camisola socialista, interpretando os seus desafios e ambições, a mesma voz considerou importante evitar cisões no interior do PS, desígnio, aliás, fundamental para enfrentar as lutas políticas futuras. O problema era tático: o PS devia procurar substituir o PCP enquanto interlocutor proeminente do MFA e estabelecer sinergias com a ala moderada do movimento. Devido à absoluta originalidade do processo político português, os articulistas salientaram que a conjuntura política pós-eleições exigia grandes esforços de inteligência tática, que se podiam traduzir na necessidade de o PS fazer notar o seu peso na sociedade sem, no entanto, arriscar um confronto com os militares. Importava, neste sentido, esperar que os próximos encontros eleitorais confirmassem a posição maioritária dos socialistas, influenciando, talvez definitivamente, o horizonte político português.

2. Das preocupações internacionais à fratura entre comunistas e socialistas: a mudança estratégica do PCP

A viragem radical à esquerda do processo político português, na sequência dos acontecimentos de 11 de Março, provocou uma onda de inquietude na Europa e, em termos gerais, nos países da Aliança Atlântica. Essas preocupações foram reportadas pela imprensa italiana e adquiriram volume à medida que a onda revolucionária foi percorrendo a sua marcha em Portugal, situando-se o pico do inconformismo ocidental entre Março e Agosto de 1975. Pouco tempo antes da tomada de posse do IV Governo Provisório, o *Corriere della Sera* dava conta que a prestigiada revista americana *Newsweek* considerava Portugal virtualmente perdido para a NATO, estando os militares americanos a avaliar a possibilidade de trocar a parceria com Lisboa por Madrid. Tudo porque o poder encontrava-se nas mãos dos comunistas e de elementos de esquerda, transformando Portugal num inquilino incómodo no âmbito do posicionamento atlântico³⁰⁴.

O discurso que alertava para as consequências das opções políticas dos militares portugueses começou, aliás, quando o PCP integrou o I Governo Provisório, sendo *Il Messaggero*, logo a partir do golpe militar de 25 de Abril, o jornal que mais se debruçou sobre a questão das repercussões internacionais da *Revolução dos Cravos*. Sobretudo a partir de Março de 1975, também as narrativas do *Corriere della Sera* e de *La Stampa* abordaram insistentemente a dimensão internacional dos acontecimentos portugueses, ora relacionando as decisões políticas de Lisboa com as repercussões além-fronteiras, ora expressando a apreensão dos demais líderes europeus e, em especial, do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger.

Mesmo reconhecendo ser uma hipótese remota devido ao posicionamento geográfico dos dois países e aos ânimos do MFA contrários a tal possibilidade, os textos jornalísticos falam de um perigo soviético nada ilusório, percecionando as viagens dos representantes de Lisboa ao Leste europeu e os impulsos filosoviéticos dos militantes do PCP como uma reação nada espontânea depois de meio século de anticomunismo. Portugal suscitava apreensões no quadro estratégico do Pacto Atlântico.

³⁰⁴ Citado por *Corriere della Sera*, “Newsweek: ‘Il Portogallo è perduto per la NATO’”, 25 de Março, 1975, 21.

Mas não só. Bernardo Valli³⁰⁵ referia, em Abril de 1975, que Lisboa tinha uma função determinante nas velhas colónias africanas e podia influenciar, em Angola, a tomada de poder de um ou outro movimento de libertação. Esta situação foi vista com particular atenção em virtude dos interesses da União Soviética, da China, dos Estados Unidos e de não poucos países europeus nas riquezas naturais angolanas (petróleo, minerais estratégicos).

Mas se a ordem de intranquilidades dos Estados Unidos circunscreveu-se, basicamente, à segurança atlântica e a Angola (riquezas naturais e obstaculizar avanço soviético), outras questões levantaram-se no contexto do espaço europeu. A onda progressista do outro lado da fronteira constituía um tormento para uma Espanha apostada na liberalização progressiva e indolor. Preocupavam-se as esquerdas europeias que temiam os contragolpes eleitorais que a *questão portuguesa* poderia originar, além das implicações nas relações entre socialistas e comunistas europeus, designadamente em França (aliança PCF e PSF) e Itália (*compromisso histórico*). Denotaram impaciência os comunistas italianos pelas pressões sofridas ao nível da política interna, sempre confrontados com as acusações dos rivais do centro-direita a respeito do comunismo ortodoxo de Cunhal, precisamente num momento em que Berlinguer, como se viu, tudo fazia para legitimar uma via para o socialismo em liberdade segundo os valores das democracias pluralistas. Agitaram-se os arautos da CEE com a impossibilidade de alargamento do projeto europeu à Península Ibérica.

Não poucas tomadas de posição dos militares portugueses, avaliadas ou como sinal de moderação e uma tentativa de travar a excessiva radicalização do processo político, ou como um alarmante sintoma de irreversibilidade revolucionária (marginalização dos partidos políticos), foram relacionadas com a urgente necessidade de ajuda financeira decorrente da grave crise económica que o país atravessava. A ajuda económica dependia da credibilização ou descredibilização do regime de Lisboa junto dos parceiros internacionais.

Em função desta chave de leitura, foi sobre Mário Soares – visto pela *Pravda*³⁰⁶ como o divo da imprensa ocidental – que recaíram todas as esperanças dos políticos e jornalistas ocidentais de ver Portugal aproximar-se da família europeia, manter-se no sistema de defesa atlântico e de enveredar pelo trilho democrático pluralista. Episódios como os ocorridos na Festa do 1º de Maio de 1975, o “caso

³⁰⁵ Bernardo Valli, “Il Portogallo in bilico fra Est e Ovest”, *Corriere della Sera*, 3 de Abril, 1975, 21.

³⁰⁶ Órgão oficial do PCUS até 1991.

República” ou os impulsos militares tendentes a marginalizar a função dos partidos políticos não fizeram mais do que aumentar a solidariedade internacional para com o PS, PPD e CDS.

Os articulistas italianos ajuizaram os acontecimentos da Festa do 1º de Maio de 1975 e o “caso *República*” como um sinal de intolerância dos militares e um ataque do PCP desferido contra os socialistas. A 22 de Maio, o editorial de *Il Messaggero* titulava “Um grave erro” e reprovava o comportamento daqueles que haviam demonstrado falta de cultura democrática: “Uma operação como o encerramento do diário socialista *República* é uma pesada responsabilidade e um gravíssimo erro, que pode ser explicado, mas não justificado, batendo na tecla do sectarismo tão habitual dos neófitos”³⁰⁷.

A moldura interpretativa pode-se explicar da seguinte forma: no primeiro caso, os militares não deixaram os representantes das várias forças políticas expressar as suas mensagens, adotando a Intersindical (controlada pelo PCP), depois, uma postura ofensiva ao esbarrar a entrada do cortejo socialista no Estádio 1º de Maio e, sucessivamente, a subida de Mário Soares à tribuna de honra; no segundo caso, os comunistas tentaram apoderar-se do jornal *República*, ou silenciá-lo, suscitando, simultaneamente, um conflito entre o PS e o MFA.

O “caso *República*” comportou, de facto, vários desenvolvimentos quando se procurou alcançar uma solução para o conflito. *La Stampa* afirmou que o ataque ao jornal do PS encontrava-se em sintonia com a convicção de Cunhal de que, em momentos conturbados, os militares moderados desapareciam, enquanto os oficiais próximos do PCP apoiavam abertamente os comunistas³⁰⁸.

Já o *Corriere della Sera* salientou que os tipógrafos do *República* haviam sido favorecidos pela nova viragem revolucionária decorrente da aprovação do projeto que previa a criação de organismos populares de base e de comissões de trabalhadores e moradores. Ou seja: chamados a dirimir o conflito que colocava os redatores socialistas contra os operários hostis ao PS, de tendência comunistas ou de extrema-esquerda, os militares haviam dado, numa primeira fase, razão aos redatores e à direção editorial; posteriormente, consentiram aos operários publicar o diário sem os redatores, ou com aquela reduzida minoria em divergência com a linha editorial³⁰⁹.

³⁰⁷ *Il Messaggero*, “Un grave errore”, 22 de Maio, 1975, 1.

³⁰⁸ Sandro Viola, “Militari, ps e pc”, *La Stampa*, 21 de Maio, 1975, 1-2.

³⁰⁹ Bernardo Valli, “Ai ferri corti Soares e militari”, *Corriere della Sera*, 12 de Julho, 1975, 1.

Em traços largos, a explicação para a conduta ambígua dos militares durante o “caso *República*” não se podia dissociar dos conflitos entre as diferentes tendências no interior do MFA. A nova viragem revolucionária correspondia à perspectiva do grupo liderado por Otelo Saraiva de Carvalho, no sentido de estabelecer uma relação direta com as instâncias de base, um movimento de massa que, sem outras intermediações (dos partidos políticos), conduzisse, juntamente com os militares, à transformação do quadro social e político português.

Todos os relatos jornalísticos e comentários convergiram ao considerar que ambas as crises (Festa 1ª de Maio, “caso República”) representavam uma rutura definitiva entre comunistas e socialistas, com inevitáveis consequências ao nível da colaboração entre as forças políticas e os militares, portanto, colocando em perigo a originalidade portuguesa do regime misto (militar e civil). Os dois conflitos ilustravam, segundo a voz italiana, a agressividade do PCP, a sua intenção de querer inverter a posição minoritária que o voto de Abril determinara. Depois da fase de contenção, da fase dos *mocassins italianos*, para utilizar a expressão de Paolo Bugialli, o olhar externo definiu o trajeto dos comunistas de Álvaro Cunhal sempre em função daquilo que deveria fazer e não fazia, sempre em função de uma autoridade democrática que reconhecia nos comunistas italianos um estágio de maturidade avançado ao qual os comunistas portugueses ainda não tinham chegado.

Eis então a tática de Cunhal segundo o *Corriere della Sera*, *Il Messaggero* e *La Stampa*. Primeiro, logo a seguir às eleições, o PCP recusou ceder ao PS o poder conquistado no aparelho estatal e nas administrações locais, no sindicato único e nos órgãos de informação, procurando, ao mesmo tempo, acentuar o confronto entre socialistas e militares através de uma série de ações que, frequentemente, roçavam a provocação. Objetivo: demonstrar que o voto não revelava a capacidade de mobilização das massas nem o real poder do partido.

Em conformidade com as suas ambições, os comunistas desenvolveram uma função desestabilizadora do quadro político. Foi Cunhal o primeiro a criar condições para um confronto entre socialistas e militares, provavelmente pensando evitar um fortalecimento das relações entre os dois grupos. Deste modo salvaguardava, também, a ligação especial do PCP com o MFA, continuando um aliado indispensável dos militares na medida em que podia garantir, quando a crise económica se agravasse, uma certa contenção no mundo do trabalho graças à sua organização capilar. Cunhal permaneceu, assim, fiel e cooperante, favorecendo o autoritarismo dos oficiais com o

intuito de marginalizar os partidos maioritários e de abrandar os espontaneísmo dos grupos revolucionários de extrema esquerda.

Posteriormente, a partir de Julho, o projeto acelerado de transformação social dos comunistas e do grupo de oficiais gonçalvistas, bafejado – escreviam – pelo irrealismo, pela falta de sentido tático e por uma conceção superada de leninismo, começou a ser combatido pela onda anticomunista do centro e norte do país. Cunhal percebeu que estava a ficar isolado não apenas no âmbito do tecido social mas também ao nível das Forças Armadas, assistindo *in loco* ao definhamento do seu incondicional apoiante, Vasco Gonçalves. O líder comunista tinha a consciência de que ou a revolução avançava rapidamente para a frente, até aos seus sucessos extremos, ou a reação jogaria as suas cartas.

Diante da trágica realidade da violência do *Verão Quente* e da não menos inquietante perda de influência junto da sociedade militar, o PCP pronunciou palavras de autocritica e pareceu possível um refluxo em direção ao gradualismo e ao bom senso. Começou a acreditar que qualquer coisa de lamentável tinha acontecido na tentativa de usar os quartéis como instrumentos de um neoleninismo de tomada do poder. Em tal clima maturou um programa conciliador de união das esquerdas em direção aos socialistas e às duas correntes então dominantes das Forças Armadas, os moderados de Melo Antunes e os populistas de Otelo. Mas mais do que uma frente social e política interessada em defender a revolução, a disponibilidade do PCP constituiu uma tentativa desesperada de ultrapassar o isolamento.

A recusa do PS e as dificuldades em inserir-se na nova relação de forças no interior da sociedade militar levou, depois, Cunhal, já mergulhado – sublinhavam – no marasmo estratégico, a outro grande salto em direção ao radicalismo, aliando-se aos coletivos mais extremistas e aventureiros, os mesmos que definira pseudorrevolucionários e irresponsáveis. Tudo isto enquanto fora de Portugal crescia o embaraço de quem pensava ser possível uma convivência construtiva entre comunistas e socialistas.

Mas porque razão o PCP respondeu ao perigo de marginalização política com uma decisão drástica e aventureira? Era esta a pergunta lançada pela maioria dos articulistas, os quais respondiam que a opção pelo confronto frontal decorria da falta de acordo entre as duas correntes antigonçalvistas das Forças Armadas e da inexistência de uma perspectiva de aliança entre os comunistas e essas tendências. Num extenso artigo de opinião em primeira página, uma espécie de segundo editorial

intitulado “O que quer Moscovo? – O ‘teste’ de Lisboa”, Aldo Rizzo³¹⁰, em *La Stampa*, escrevia: “Estamos bem para além dos limites de ‘erros de conduta’ e de ‘perspetivas políticas’ até aqui atribuídas ao chefe do comunismo português. Estamos no delírio político e estratégico que pode mesmo despoletar uma grande tragédia”.

Em suma: depois de ter tentado uma imposição apressada e quase indolor da ditadura do proletariado, segundo – frisavam com insistência – os velhos manuais da Terceira Internacional, apoiado num sectarismo nefasto que provocara a rejeição da própria sociedade militar, na esperança de recuperar popularidade, Cunhal preparava-se para a guerra civil. Sofreu, portanto, com o excesso de estalinismo, mas igualmente com a ingenuidade manifestada quando se agregou sem reservas ao MFA, sendo atingido pelos contragolpes do aventureirismo militar.

No *Corriere della Sera*, o editorialista Alberto Ronchey³¹¹ referia, no final de Agosto, que era tarde para “eliminar erros de um desenho recalcado com o mais duro punho fechado nunca visto no Ocidente”. Bernardo Valli³¹², por sua vez, notava, um mês antes, que o PCP pagara um preço muito alto na resistência contra o fascismo, mais alto que o dos outros partidos, “mas quando chegou, finalmente, a luz do sol, não soube estabelecer uma relação com o país, passando da conspiração à conjura, não da clandestinidade à democracia”.

Facilmente se percebe que todo este enquadramento italiano sobre o percurso do PCP encontra-se ancorado numa distinção basilar do *modus faciendi* e das conceções teóricas associadas ao comunismo português e ao comunismo italiano, como se a distância que separava um do outro fosse quase proporcional àquela que separa a terra da lua. O que está em causa não é nem mais nem menos do que a problemática da tomada do poder: no caso de Cunhal, conotado com a ditadura do proletariado, através da ideia de um partido revolucionário em estreita cooperação com as forças progressistas militares; no caso de Enrico Berlinguer (de Santiago Carrillo e, oficialmente a partir de 1976, de Geroge Marchais), rejeitando essa mesma ditadura e procurando conquistar a burguesia, através da ideia de um partido reformista preconizador da via nacional para o socialismo, em conformidade com as regras e a convivência do pluralismo democrático.

³¹⁰ Aldo Rizzo, “Che vuole Mosca? – Il ‘test’ di Lisbona”, *La Stampa*, 29 de Agosto, 1975, 1.

³¹¹ Alberto Ronchey “Gli ultimi casi di Lisbona”, *Corriere della Sera*, 26 de Agosto, 1975, 1.

³¹² Bernardo Valli, “Il passo falso di Cunhal”, *Corriere della Sera*, 22 de Julho, 1975, 1.

3. A autoridade polifónica convergente: anatomia e modos de atuação

O *Verão Quente* é um período central no âmbito da substância, da formatação discursiva, que enforma o enquadramento italiano sobre a Revolução de Abril. É durante os meses de Julho e Agosto que o olhar externo recolhe e colige todos os fragmentos interpretativos, distribuídos pelos textos jornalísticos desde 25 de Abril de 1974, numa única imagem coerente sobre os protagonistas e os acontecimentos portugueses. É durante este período que a voz externa materializa essas categorias e esquemas inteligíveis numa moldura discursiva responsável pela construção e pelo municiação da autoridade democrática evidenciada.

Importa sublinhar que a autoridade não apresenta um caráter enigmático ou, contrariamente, totalmente desmistificado e desprovido de identidade. Possui um corpo normativo. Como refere Edward Said (1978-1995: 19-20), a autoridade “forma-se, irradia-se, dissemina-se; é instrumental, é persuasiva; tem estatuto, estabelece cânones de gosto e valor; é virtualmente indiscernível de certas ideias que dignifica como sendo verdadeiras, de perceções e juízos que efetua, transmite e reproduz”.

Já se abordou anteriormente este modo de relacionamento entre os jornalistas italianos e as personagens das suas histórias: uma autoridade democrática assente numa posição diferenciadora, na medida em que os articulistas percecionam o *Outro* (português) enquanto aspirante a integrar uma esfera de valores e comportamentos (democracia) que eles próprios já assimilaram, dominam e partilham; uma autoridade democrática que perspetiva e avalia o PCP em função da matriz reformista e das conceções teóricas do PCI.

Agora trata-se de analisar uma autoridade que, derivando de um edifício dotado de corpulência, consistência e cultura próprias, foi identificando o PCP e largos setores das Forças Armadas como o principal obstáculo, o *inimigo*, à via democrática pluralista que Portugal deveria percorrer para se juntar à família europeia. Este processo, que esperou pela evolução da conjuntura sociopolítica portuguesa para, com mais elementos explicativos, conferir-lhe um rosto e traços definitórios consistentes, reconheceu ainda o PS e Mário Soares como os principais representantes das esperanças europeias e ocidentais. Foram eles, no palco da ação política, os verdadeiros intérpretes do substrato ideológico e cultural do discurso jornalístico italiano. Assiste-se, neste caso, a uma espécie de relação pedagógica: os

articulista aprovam ou criticam construtivamente a tática dos socialistas, rejubilam com os seus sucessos, defendem-nos dos adversários.

Mas se o sentido dessa autoridade em relação ao PCP (considerado o partido comunista mais duro e ortodoxo da Europa ocidental), a Álvaro Cunhal (apresentado como o último estalinista do Ocidente), ao PS e a Mário Soares (exegetas maiores dos valores democratas, europeus e ocidentais) foi partilhado pelos enviados especiais em Portugal e pelos editorialistas, comentadores e jornalistas que reportaram os acontecimentos a partir de Itália, o mesmo não se pode dizer a respeito do corpo militar. Ainda que seja possível identificar um discurso comungado (militares marxistas antidemocráticos) pelos profissionais que se debruçaram sobre a revolução a partir de Portugal ou de Itália, é precisamente em relação ao corpo militar e ao que ele produz que a voz italiana revela leituras heterógenas. Ou seja, dois itinerários interpretativos que, num segundo nível de análise, contradizem a fisionomia monolítica da autoridade democrática inscrita no discurso jornalístico.

Constata-se, assim, que, por um lado, os militares apresentam, para a totalidade dos profissionais italianos estudados, determinadas características (antidemocráticos e autoritários) contrárias ao seu entendimento do mundo social (autoridade homogénea) e, por outro, apenas os enviados especiais em Portugal reconhecem nesses mesmos militares aspetos idiossincráticos não partilhados pelos articulistas que observam unicamente a revolução a partir de Itália (autoridade heterogénea).

Com o intuito de se desconstruir os modos de atuação desta autoridade democrática, propõe-se uma abordagem em duas dimensões: a) autoridade polifónica convergente; b) autoridade polifónica divergente. A autoridade polifónica convergente reporta a *questão portuguesa* como um claro conflito entre a via marxista da ditadura militar e a via democrática pluralista. A polifonia e convergência radicam no facto de que todos os profissionais italianos (múltiplas vozes) partilharam esta perspetiva.

Do lado da via marxista da ditadura militar, dos impulsos soviéticos ou terceiro-mundistas de tipo peruano ou chileno, a totalidade dos articulistas em apreço colocou as fações militares dominantes (até Agosto) que preconizavam, na sua opinião, a marginalização dos partidos políticos em benefício de um parlamento militar. São os elementos responsáveis pela radicalização do pós-11 de Março que alvitavam o tal *pluralismo de esquerda* e a *revolução na ilegalidade*.

Segundo os jornais analisados, esses militares eram intolerantes, imparciais, estavam imersos em impulsos populistas de democracia direta, não mediam bem as palavras nem possuíam competência e capacidade para gerir os assuntos do Estado e construir uma democracia pluralista. Oscilavam entre o espontaneísmo e o autoritarismo, entre o comunismo burocrático-repressivo e o socialismo de miséria. Recorriam a táticas psicológicas importadas de África, típicas do teatro de guerra, e promoviam diversos centros de poder que somente produziam ingovernabilidade. Por estarem divididos em fações, não sabiam que política seguir tal a confusão de projetos sociais em que se encontravam mergulhados. Possuíam ideias confusas que ora tentavam não alarmar o investimento estrangeiro e conferir alguma credibilidade ao regime, ora proferiam as mais infantis sentenças revolucionárias. Eram incapazes de conferir ordem e estabilidade ao país porque eles próprios fomentavam a anarquia e indisciplina, com unidades que não obedeciam aos comandantes e agiam em conformidade com a sua formatação ideológica. Tiveram responsabilidade na onda anticomunista de violência e na hostilidade manifestada por largos estratos populacionais em relação à revolução. Desejavam – sempre segundo os jornalistas – perpetuar-se no poder (Pacto MFA/Partidos) e sentiam-se desconfortáveis com a dialética dos partidos. Mário Soares é era o seu oponente número um. Existia mesmo a impressão de que eram movidos por um espírito redentor, talvez uma das razões daquele populismo que caracterizava as altas hierarquias militares, na medida em que manifestavam o desejo de eliminar o empenho do passado com que oprimiram as populações africanas.

São, portanto, com referência Alberto Ronchey³¹³, os militares que, fascinados pelas suas próprias figuras, pareciam recitar com linguagem revolucionária as páginas de Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Ou, nas palavras de Arrigo Benedetti³¹⁴, os militares protagonistas de uma experiência de tipo peruana ou egípcia (aliança militares-PCP) perigosamente anómala para a Europa, uma fórmula política que, não sendo uma história europeia, constituía um devaneio terceiro-mundista impulsionado por grupelhos pequeno-burgueses, que de marxistas apenas tinham o nome.

O PCP foi, igualmente, incluído na dinâmica da ditadura militar marxista, uma vez que, aos olhos da imprensa italiana, representava, no âmbito do tecido partidário,

³¹³ Alberto Ronchey “L’America di Ford e L’Europa di nessuno”, *La Stampa*, 4 de Junho, 1975, 1.

³¹⁴ Arrigo Benedetti, “Fallito il...”, *Corriere della Sera*, 14 de Março, 1975, 2.

o mais credível *inimigo* da ordem democrática e o interlocutor privilegiado da corrente do MFA que por longo tempo (Outubro 1974 a Julho 1975) dominou – ou exerceu influência preponderante – os destinos políticos portugueses. Os comunistas foram conotados com métodos estalinistas, com uma conceção demasiado rígida e superado do leninismo, com o mais condenável oportunismo ideológico cuja linguagem recuperava fórmulas soviéticas das Guerra Fria.

Sempre que enveredaram por uma abordagem interpretativa, as instâncias de enunciação, através de reportagens ou dos géneros de opinião, procuraram amiúde confrontar a figura de Álvaro Cunhal com as contradições que a autoridade democrática julgava injustificáveis: “Cunhal apoiou a invasão de Praga”³¹⁵; “Cunhal contesta a convicção socialista de que seja possível uma liberdade de tipo ocidental em Portugal”³¹⁶. Intemperança, sectarismo cego e falta de sentido tático foram alguns dos atributos imputados ao líder do PCP, não faltando as acusações de imposição rígida da ditadura do proletariado ao jeito da Terceira Internacional, de perseguir táticas paleolinistas de ocupação do poder desfasadas de qualquer gradualismo parlamentar, de ignorar o pulsar da população e as relações de força do ponto de vista político ou de receber elevadas ajudas financeiras de Moscovo.

Diante dos militares marxistas-radicais, aliados ao PCP ou animados por grupos de extrema-esquerda, persuadidos pelas virtudes da democracia popular ou da democracia direta, a autoridade democrática italiana rapidamente lançou-se no processo de construção do *inimigo*, aquele método que Gian Antonio Stella (2009) abordou magistralmente em *Negri, froci, giudei & co. L’eterna guerra contro l’altro*, ou Umberto Eco (2011/a) em *O cemitério de Praga*. Eco (2011/b: 12) afirma que possuir um *inimigo* não é somente importante quando se trata de definir a nossa identidade, mas também para sinalizar um obstáculo em relação ao qual seja mensurado o nosso sistema de valores, e para revelar, quando se afronta o *inimigo*, o nosso mérito.

Esta definição de posições está presente em vários textos jornalísticos. Notava um editorial do *Corriere della Sera*, no início do *Verão Quente*: “Para justificar a linha dura e sectária do PCP é usado, geralmente, o argumento de que Portugal saiu de uma longa ditadura. Mas com o mesmo argumento, em Itália, Togliatti justificava

³¹⁵ Alberto Ronchey, “La nuova svolta del Portogallo”, *Corriere della Sera*, 2 de Dezembro, 1975, 1.

³¹⁶ Aldo Rizzo, “Scelte di libertà”, *La Stampa*, 23 de Março, 1975, 1.

a escolha oposta pelo PCI [integração no contexto democrático]”³¹⁷. Também não foi inocente, neste sentido, o comentário do mesmo jornal sobre o comportamento dos tipógrafos do *República*, referindo que esses elementos haviam revelado um condenável infantilismo político e intolerância, concluindo:

“Para nós seria inconcebível porque consideramos que entre a situação de maturidade dos trabalhadores italianos e aquela dos trabalhadores portugueses corre uma imensa distância, como da terra para a lua. (...) Liberdade de expressão significa, sobretudo, liberdade de crítica. Parece que este conceito ainda não foi entendido, no seu verdadeiro sentido, em Lisboa”³¹⁸.

Desde muito cedo que os articulistas iniciaram o processo de construção do *inimigo*, quer simplesmente identificando os antagonistas, os militares e comunistas, quer demonizando-os. Todos consideraram, afinal, que esses *inimigos* eram diferentes e comportavam-se segundo práticas que não entroncavam nos seus costumes. Falam de Álvaro Cunhal como uma personagem que reimprimiu um qualquer texto dos tempos de juventude através do qual exalta a superioridade moral dos comunistas, um “duende despeitoso surgido do sótão estalinista”, habituado à clandestinidade e conspiração, que parte para o assalto ao Palácio de Inverno ignorando as alquimias e as formas atualizadas dos “sofisticados companheiros ocidentais”³¹⁹. Não deixam escapar aspetos físicos, referindo-se ao chefe da “cabeça encanecida e das sobancelha negríssimas” que parece viver de punho fechado e testemunhar cada dia passado na prisão como uma forma de solicitar clemência ao próximo³²⁰. É o homem da linguagem dura, cortante, gélido, com improvisados clarões de desconfiança cujas sobancelhas imortalizam Estaline e o espesso cabelo branco faz lembrar o Conde de Monte Cristo evadido do Castelo de If³²¹. São enunciados que conotam a personagem com o terror vermelho russo e a solidão de Edmond Dantès, como que a dizer que o mundo evoluiu e a mentalidade ficou aprisionada.

Abordam o PCP como o partido que só sabe fazer política com arrogância. Esforçam-se por criar uma imagem nefasta da revolução que, já com os cravos

³¹⁷ Alberto Ronchey, “Il fardello portoghese”, *Corriere della Sera*, 19 de Julho, 1975, 1.

³¹⁸ *Corriere della Sera*, “La strada dell’intolleranza”, 21 de Maio, 1975, 1.

³¹⁹ Bernardo Valli, “Il marxismo di Cunhal è fermo a Stalin”, *Corriere della Sera*, 10 de Junho, 1975, 3.

³²⁰ Alberto Ronchey, “I centurioni delusi”, *Corriere della Sera*, 27 de Abril, 1975, 1.

³²¹ Bernardo Valli, “Il marxismo...”, *Corriere della Sera*, 10 de Junho, 1975, 3.

estiolados, caminha em direção à repressão, hoje vermelha e vagamente populista, amanhã talvez cinzenta e férrea, apoiada somente pelos carros armados³²². Frisam que as patrulhas de populares perseguem os passageiros no aeroporto de Lisboa e revistam as bagagens, que o COPCON atua bem ao estilo da polícia política estadonovista. Interrogam-se se é revolução ou bonapartismo, se nasce um poder popular ou consolida-se um autoritarismo militar, nunca perdendo de vista os acontecimentos de São Petersburgo no início da última centúria:

“Estamos em janeiro de 1918, nas vésperas da dissolução da Assembleia constituinte na Rússia? (...) Por vezes tem-se a impressão que este Julho lusitano, vivido entre cortejos hirtos de bandeiras vermelhas e comitivas turísticas armadas de aparelhos fotográficos, entre banhistas e centuriões, seja um pouco a paródia daquilo que aconteceu 57 anos atrás, na cidade de Petrogrado, desta vez com uma adicional enfarinhadela de terceiro-mundismo. Mas o drama é real”³²³.

Momentos houve em que o interesse em representar os opositores como perigosos, mesmo que a ameaça não fosse direta, radicou em motivações destinadas a dotar a alteridade de um caráter ameaçador. Aqui, não é tanto a condição de ameaça que faz ressaltar a diferença, mas é a diferença que remete para o caráter ameaçador. Este exercício é visível quando os textos focam determinados aspetos dos militares, como as camisas abertas até ao peito no final de uma reunião com o presidente da República – sinónimo de descontração diante da mais alta figura do Estado –, dando a entender que pertencem a uma cultura não europeia ou que ainda estão imbuídos nos costumes do Terceiro Mundo. Os enunciados que secundam e conferem coerência a essas observações não deixam muitas dúvidas quanto à perplexidade: “Lisboa é Lima? Argel? Kronstad?”³²⁴

Parece verosímil que não se pode viver sem o *inimigo*, que os processos civilizacionais não prescindem da sua figura, mesmo o mais tranquilo homem (Eco, 2011/b: 14). Não raras vezes a imagem do oponente foi transferida da forma humana para um fenómeno social ameaçador. O anátema residiu, então, na democracia popular de tipo soviético ou checoslovaco, na democracia direta ou na ditadura militar

³²² Michele Tito, “L’esercito padrone”, *Corriere della Sera*, 16 de Julho, 1975, 3.

³²³ Bernardo Valli, “In Portogallo l’esercito assume tutti i poteri”, *Corriere*, 18 de Julho, 1975, 1.

³²⁴ Sandro Viola, “Lisbona: più forte...”, *La Stampa*, 16 de Março, 1975, 1-2.

onde os protagonistas se investiam de uma missão exclusiva e inalienável, uma missão histórico-nacional.

Os articulistas, por outro lado, não dispensaram a desqualificação do *Outro*, destacando, por exemplo, a mediocridade dos militares na gestão da coisa pública, absorvidos por contradições e demagogia. Nem sequer dispensaram as fórmulas alarmistas, sempre muito focadas nas repercussões internacionais da estratégia do PCP, porque reatualizava a discussão sobre a relação entre a democracia e o comunismo, perturbava a unidade das esquerdas em França, comprometia o compromisso histórico em Itália, arriscava desequilibrar o futuro equilíbrio pós-franquista. O discurso alarmista desenvolveu-se ora generalizando o problema de como evitar que a *tragédia portuguesa* selasse uma derrota para todas as democracias, ora enveredando por profecias que remetiam Portugal para uma caravela à deriva em direção às perigosas águas de Cuba, Panamá ou Peru. Ou ainda recorrendo à prosa metafórica: “[Álvaro Cunhal] É como encontrar um personagem de outros tempos. Uma bomba para a Península Ibérica. Um elemento perturbador para a Europa. Uma espingarda de museu, num laboratório nuclear, que ainda pode fazer danos”³²⁵.

No âmbito do seu espaço referencial de atuação, a autoridade democrática convocou o justificacionismo histórico para explicar a inevitabilidade de acontecimentos como os de 28 de Setembro e 11 de Março, as fatais consequências dos países que saíam de um prolongado período de escuridão política. Como forma de valorizar o *inimigo*, outro modo de legitimar a autoridade, o olhar externo reconheceu que Cunhal fez nascer problemas novos no domínio das esquerdas europeias. Perante esse cenário, importava, pois, advertir e incitar à ação, tanto relembrando, como fez o editorialista Michele Tito³²⁶, que aquilo que acontecia em Portugal não podia servir de exemplo para as complexas e evoluídas sociedades europeias, como, nas palavras de Sandro Viola, tomando a decisão de ajudar o país e influenciar o processo político a favor das democracias europeias³²⁷.

Eis, portanto, a moldura interpretativa que norteou as análises do *Corriere*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero* sobre os protagonistas centrais da via marxista da ditadura militar. A autoridade democrática desenvolveu, por sua vez, a tal relação pedagógica com os atores que considerou representar melhor os seus interesses. Do

³²⁵ Bernardo Valli, “Il marxismo...”, *Corriere della Sera*, 10 de Junho, 1975, 3.

³²⁶ Michele Tito, “Speranza perduta”, *Corriere della Sera*, 14 de Março, 1975, 1.

³²⁷ Sandro Viola, “Lisbona: i militari affrontano un defficile futuro econonimo”, *La Stampa*, 22 de Abril, 1975, 18.

lado da via democrática assente na dialética dos partidos, no pluralismo parlamentar, na moderação e legitimidade do voto popular, os jornalistas, de forma convergente e sem dissonâncias interpretativas, colocaram o PS e o PPD, sendo que foi sobre os socialistas e o seu líder que recaiu toda a atenção mediática e as preferências da imprensa italiana. A facção moderada liderada por Melo Antunes foi, igualmente, conotada com esta linha, ainda que o processo de identificação das instâncias de enunciação tenha sido sinuoso, demorado e lhe atribua algumas características constitutivas da imagética atrás descrita afeta aos grupos radicais-marxistas.

Os articulistas referiram-se a Mário Soares como um político sem impulsos triunfalistas, aquele que mais coerentemente se batia por uma democracia pluralista, o representante máximo dos setores sociais que nas eleições demonstraram desejar um projeto reformista segundo as posições da esquerda europeia democrática. Apresentaram-no como a garantia europeia, um político hábil, lúcido, decidido, mais sagaz e aguerrido do que o previsto, que ponderava as incógnitas do futuro e a fragilidade do sucesso, que exercitava um chamamento sobre um larguíssimo arco social, dos operários aos camponeses, da média burguesia às classes mais assustadas com a ameaça comunista e sensíveis às ligações com a Europa. Defenderam que Soares transformou-se no homem político mais popular de Portugal porque surgiu como o opositor mais válido aos excessos revolucionários e ao autoritarismo dos militares, o verdadeiro antagonista de Cunhal.

O modo de relacionamento pedagógico manifestou-se quando a voz italiana avaliou a estratégia socialista, aconselhando, por exemplo, depois do Pacto MFA/Partidos, o líder do PS a concentrar-se somente no objetivo de chegar às eleições e, assim, dotar o partido da única legitimidade, a democrática, que poderia contrastar a legitimidade revolucionária. Manifestou-se quando, no pós-eleições para a Assembleia Constituinte, recomendou que Soares lutasse para substituir o PCP no lugar de interlocutor privilegiado do MFA, funcionando enquanto pilar eleitoral do movimento. Ou que intensificasse os contactos internacionais para atrair a solidariedade de uma parte das esquerdas europeias – pois já possuía o apoio dos setores moderados e atlânticos –, devendo fazer refletir os militares não pertencentes às correntes radicais-marxistas sobre os perigos da afirmação destas correntes aliadas com o PCP.

O método didático não se coibiu de criticar construtivamente, de transmitir dúvidas, apreensões e de alertar para os perigos. Assim aconteceu quando *La Stampa*

reprovou a falta de consistência tática de Soares pelos contínuos alarmismos e tentativas de acalmar os ânimos depois de cada crise³²⁸, por ter, no contexto das relações com os militares, falado demasiado cedo do regresso aos quartéis³²⁹. Assim aconteceu quando os jornalistas aludiram para o perigo de o guarda-chuva socialista albergar consistentes setores conservadores e isso constituir fermentos reacionários que podiam colocar o partido em dificuldade. Ou quando consideraram que o PS não podia mais tolerar ser hostilizado e censurado pelos coletivos que controlavam os meios de comunicação, alertando para os impulsos que poderiam dividir o partido, aliás, em sintonia com as fragilidades e vulnerabilidades históricas que haviam condenado, anteriormente, muitos partidos socialistas às cisões internas³³⁰.

Toda esta forma de representar o *Outro* (Mário Soares e PS) como um intérprete dos valores democráticos e da família europeia encontra-se eloquentemente materializada nos momentos de maior sucesso dos socialistas. Considerava-se que Mário Soares sabia interpretar de modo preciso as aspirações dos portugueses, que era o mais respeitável defensor do sistema pluralista tradicional³³¹ e, por bater-se com grande coragem e visão política, merecia o consenso e a admiração de todos os democratas europeus. Era a garantia europeia³³².

Os triunfos do PS correspondiam, também, às vitórias da imprensa italiana, como nas eleições de 25 de Abril ou na mobilização para a imponente manifestação de Lisboa. Escrevia *La Stampa* a 21 de Julho: “É como se em Portugal se tivessem realizado novas eleições e o PS as tivesse vencido”³³³. Não se enjeitavam esforços para defender o secretário-geral dos socialistas, afirmando-se ser “absurdo pensar” que podia constituir um aliado moral da reação, até porque, no interior do seu partido, representava as linhas mais avançadas, não a corrente da social-democracia³³⁴. O conúbio entre os articulistas e Mário Soares foi total, tanto do ponto de vista das performances políticas como em relação ao seu temperamento e personalidade:

³²⁸ Sandro Viola, “Lisbona: meno tensione – Soares va da Mitterrand”, *La Stampa*, 25 de Maio, 1975, 1.

³²⁹ Sandro Viola, “L’errore di Soares davanti ai militari”, *La Stampa*, 30 de Março, 1975, 3.

³³⁰ Aldo Rizzo, “Importante prova”, *La Stampa*, 27 de Abril, 1975, 1.

³³¹ Sandro Osmani, “Nessuna modifica al governo”, *Il Messaggero*, 28 de Abril, 1975, 17.

³³² Bernardo Valli, “Aspra polemica a Lisbona fra comunisti e socialisti”, *Corriere*, 21 Março, 1975, 1-2

³³³ Sandro Viola, “Una prova di forza di Soares”, *Stampa Sera*, 21 de Julho, 1975, 1.

³³⁴ Sandro Viola, “Un rischio per Soares”, *La Stampa*, 2 de Agosto, 1975, 3.

“Não é de hoje que Soares mostra-se o mais moderno e aberto dos homens políticos em Portugal. É também o mais humano: basta recordar o seu regresso, cheio de emoção, do exílio a Santa Apolónia, um dos mais comoventes episódios da ‘primavera portuguesa’”³³⁵.

3.1. A autoridade polifónica divergente: os militares no centro da dissonância perceptiva

No domínio da análise à cobertura jornalística sobre o golpe militar de 25 de Abril de 1974 (Cfr. ponto 1.1. – Capítulo X), referiu-se que os enviados especiais italianos denotaram alguma dificuldade em *ancorar* os militares portugueses aos esquemas pré-estabelecidos, ou seja, àquelas categorias que faziam corresponder os homens em uniforme, quando no poder, a um sistema autoritário, de direita ou de esquerda. Por diversas ocasiões esses profissionais notaram que os militares lusitanos eram diferentes, não insensíveis aos ânimos populares, relutantes em utilizar a força. Afirmou-se que esta premissa respeitava exclusivamente aos enviados especiais, não se aplicando aos jornalistas que, a partir de Itália, reportaram a Revolução de Abril. Para justificar esta abordagem, avançou-se com a explicação de que os *viajantes da informação* estariam mais habilitados e predispostos a registar essas singularidades porque foram eles que privaram, de forma intensa e continuada, com as personagens e os cenários das suas próprias narrativas.

Relacionando-se, agora, esta chave de leitura com a autoridade democrática dimanada dos textos jornalísticos, chega-se à conclusão que esse modo de relacionamento com o *Outro* (os militares e o que eles produzem) apresenta um segundo nível discursivo, também polifónico mas divergente, na medida em que os jornalistas italianos revelam entendimentos distintos sobre os militares. Sendo o *Verão Quente*, como se referiu, o período em que as instâncias de enunciação disseminaram uma imagem mais completa do curso da revolução e dos seus protagonistas, importa, neste sentido, avançar com mais alguns elementos que possam enquadrar no tempo e na cadência dos acontecimentos as singularidades idiossincráticas impulsionadoras dessa autoridade binária.

Os jornalistas consideraram os militares portugueses intolerantes, imparciais, antidemocráticos, fascinados, sobretudo aqueles conotados com o grupo radical-

³³⁵ Aldo Rizzo, “Scelte...”, *La Stampa*, 23 de Março, 1975, 1.

marxista, pela linguagem e pelos comportamentos revolucionários de inspiração comunista, de vários matizes, deslumbrados por projetos sociopolíticos que não respeitavam a vontade popular. Dever-se-á, ainda, acrescentar os elementos atrás aduzidos quando se definiu o enquadramento italiano sobre a classe militar.

Foram responsáveis por esta perspetiva todos os articulistas estudados, sendo os mais empenhados e convictos aqueles que não saíram das redações italianas, ou quanto muito realizaram passagens efémeras por Portugal, mas nunca nos momentos mais críticos ou de assinalável tensão. Incluem-se nesse lote, além de vários jornalistas e comentadores de serviço, editorialistas como Michele Tito, Alberto Ronchey, Alberto Sensini, Piero Ottone (*Corriere della Sera*), Italo Pietra (*Il Messaggero*), Arrigo Levi e Carlo Casalegno (*La Stampa*).

Não se pretende provar que os enviados especiais foram alheios a essa moldura interpretativa. Eles também a sustentaram e municiam. Se assim não fosse seria incorreto falar em autoridade polifónica convergente. O aspeto diferenciador radica antes nas convicções dos editorialistas e demais comentadores, por um lado, e na pluralidade e ambivalência das análises dos enviados, por outro. Enquanto que os responsáveis pelos géneros de opinião (editoriais, notas políticas, colunas, artigos de opinião), em Itália, confinaram a classe militar à grelha de leitura que se tem vindo a esboçar, aquela antidemocrática e autoritária, endurecendo-a em determinados períodos e até avaliando o sistema político de Lisboa, principalmente a partir do “caso *República*”, como uma ditadura militar convencional, pura, já os enviados especiais demonstraram muito mais elasticidade de sentidos e de abordagens. Esses conseguiram detetar determinados aspetos na classe militar que, estando totalmente ausentes do discurso dos editorialistas e comentadores, provocou a tal dificuldade de ancoragem aos esquemas pré-estabelecidos.

Em primeiro lugar, enviados especiais como Bernardo Valli ou Sandro Viola nunca partilharam convictamente a ideia da ditadura militar pura. E se o fizeram num certo dia, garantidamente que no outro, ou quanto muito na semana seguinte, logo se desmentiram. Esta foi, aliás, uma das particularidades mais significativas da cobertura jornalística da Revolução de Abril: a recorrente contradição de análises derivada da enorme volatilidade associada à conjuntura política observada. Fazer previsões durante o PREC tornou-se um exercício nada condizente com a fama dos oráculos.

Os enviados falaram sempre num *regime misto* cuja cabeça pertencia aos militares e o corpo às forças civis, ainda que condicionadas pela ação dos primeiros.

Não outorgaram o abismo da ditadura militar mesmo aquando do triunvirato liderado por Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, talvez o período de maior intransigência com as forças partidárias. Ao contrário dos seus colegas que reportaram a revolução a partir das redações italianas, convictos da ditadura militar, jornalistas como Bernardo Valli, Sandro Viola ou Sandro Osmani situaram-se, por assim dizer, na linha de fronteira, não reconhecendo uma democracia formal, antes um período pré-democrático de transição (democracia tutelada), nem reconhecendo uma ditadura militar, mas os perigos que, com maior ou menor intensidade, poderiam originar tal cenário.

Esta ideia foi transmitida em momentos críticos, no pós-eleições, durante o “caso *República*” ou o *Verão Quente*. Por diversas ocasiões os enviados especiais asseveraram que o caso português ainda não tinha desembocado na ditadura militar, que prevaleciam as forças de tendência democrática e, portanto, favoráveis à continuação do *regime misto*. Isso mesmo notou Sandro Viola³³⁶ quando realizou o balanço da *viragem moderada* do final de Agosto: “Mas por agora os dirigentes de Washington afirmam estar satisfeitos com o facto de Portugal ter evitado a ditadura militar marxista, eventualidade que, diga-se em boa verdade, nunca existiu concretamente”.

Em segundo lugar, importa sublinhar que os próprios enviados especiais criticaram os alarmismos, as calamitosas profecias, os esquemas de comodidade e as instrumentalizações levadas a cabo pelos políticos e os órgãos de comunicação ocidentais, com especial destaque para aqueles europeus e, no contexto destes, os italianos. Pouco tempo antes de ser anunciado o triunvirato militar, Bernardo Valli³³⁷ dizia que a Europa nem sempre seguia a *questão portuguesa* com generosidade e o devido respeito. Citava-se Vasco Gonçalves em Bruxelas para apelar a *mais compreensão em vez de apreensão*. Afirmava-se que a Europa devia conter as suas preocupações. Citava-se o inglês *The Times* para dizer que a posição dos militares portugueses não se podia *condenar facilmente* como faziam aqueles que tinham *ideias demasiado fixas sobre democracia e o poder em uniforme*³³⁸.

³³⁶ Sandro Viola, “Lisbona: consensi al nuovo governo”, *La Stampa*, 20 de Setembro, 1975, 21.

³³⁷ Bernardo Valli, “Il passo...”, *Corriere della Sera*, 22 de Julho, 1975, 1.

³³⁸ Sandro Viola, “La rivoluzione che vota”, *La Stampa*, 25 de Abril, 1975, 18.

Sandro Osmani³³⁹ – particularmente crítico com os enunciadores italianos – e Sandro Viola chegaram a confrontar as ressonantes inquietações manifestadas pelos discursos europeus com o silêncio que havia dominado essas mesmas vozes durante as décadas de ditadura estadonovista:

“Enquanto os alarmes, as pomposas lições, as profecias da desgraça de uma parte da imprensa Ocidental (a americana sobretudo, depois a italiana) são injustas na medida em que emergem depois de longa indiferença anteriormente demonstrada por Portugal: sobre a esqualidez das vidas, a submissão, a brutal presença policial a que este país esteve confinado durante o meio século salazarista. Deste ponto de vista os nossos amigos têm razão e com eles os capitães de Lisboa: quem diz temer pelo futuro da democracia em Portugal deveria primeiro provar ter sentido indignação pelo tórpido e paludoso fascismo salazarista”³⁴⁰.

Não obstante os juízos muitas vezes penalizadores veiculados por estes profissionais a respeito dos militares, motivo pelo qual se encontram associados à autoridade democrática homogénea, transpareceu sempre a ideia da revolução enquanto um livro aberto aos desenvolvimentos problemáticos que – afirmava Aldo Rizzo – os democratas europeus, oferecendo a sua colaboração e honesta compreensão, podiam influenciar positivamente, fora de instrumentalizações³⁴¹.

Salientando que, por exemplo, as pessoas andavam pelas ruas com as próprias bandeiras, gritavam slogans do seu partido, discutiam, procuravam convencer, dando às eleições um significado mais profundo do que aquele atribuído por largos setores da opinião pública ocidental, os enviados acabaram por reconhecer que o primeiro ano de revolução concluiu-se com um fenómeno raro neste tipo de conjunturas: a consulta popular. Nesse momento, acabaram por reconhecer que os militares cumpriram com a promessa e que as reservas expressas pelo Ocidente acerca do valor das eleições portuguesas pareciam viciadas de um formalismo excessivo³⁴².

Em Setembro de 1975, Sandro Viola³⁴³ foi mesmo mais longe nas suas análises ao considerar que os militares do MFA não eram animados pelos interesses de classe (espírito corporativo, consciência dos interesses comuns, corrida aos privilégios, compacidade), comportando-se de maneira diversa do que normalmente

³³⁹ Sandro Osmani, “Si preparano nuove riforme”, *Il Messaggero*, 18 de Março, 1975, 16.

³⁴⁰ Sandro Viola, “Il profetismo dei capitani”, *La Stampa* 13 de Maio, 1975, 3.

³⁴¹ Aldo Rizzo, “Importante...”, *La Stampa*, 27 de Abril, 1975, 1.

³⁴² Sandro Viola, “La rivoluzione...”, *La Stampa*, 25 de Abril, 1975, 18.

³⁴³ Sandro Viola, “I militari si contano”, *La Stampa*, 7 de Setembro, 1975, 1.

se verificava quando a alternativa em uniforme tomava o poder: “Mas é talvez o momento de reconhecer aos militares o mérito de não ter escolhido a via mais fácil, que era uma gestão totalitária do Estado em que esses se teriam movido com todas as vantagens de uma ‘nova classe’”.

Por privarem durante longo tempo com os militares, os enviados especiais não enjeitaram a possibilidade de captar os seu traços idiossincráticos, no fundo, aquele constructo psicológico que os diferenciou das práticas castrenses de outras latitudes geográficas. Verificaram, deste modo, que os homens responsáveis pela intentona de 25 de Abril possuíam uma linguagem e loquacidade extravagantes, não conseguiam controlar o impulso da confissão que emergia das longuíssimas, contínuas e nervosas conferências de imprensa. Passavam horas intermináveis em reuniões que somente os jovens podiam fazer, denotavam, além da insónia febril, da motilidade e da vontade de dar espetáculo, tensões ideológicas, paixão pelo debate e, sobretudo, forte emotividade também porque eram jovens. Encontravam-se ancorados na necessidade de unanimidade. Os enunciadores italianos verificaram, por exemplo, que, durante uma conferência de imprensa no Portugal camponês, analfabeto e indigente, o tenente Ramiro Correia apresentava os olhos lúcidos de lágrimas, faltava-lhe a voz. Colocando de parte a verbosidade, até o consideraram uma personagem interessante.

Mas se alguns destes aspetos não favoreciam a atividade política e apresentavam-se mais como material vocacionado para análises psicológicas do que interpretações políticas, outros revelaram-se, porém, nucleares no contexto de um intrincado cenário, caótico, determinado pelo pulsar da incerteza. Entre esses atributos destacaram-se a autocrítica, a confusa mas generosa projeção de um país melhor, a indulgência das armas, a capacidade de controlo com que os miliares conseguiam evitar qualquer forma de repressão – de vez em quando terminavam na prisão algumas dezenas de militantes da esquerda radical, mas dias depois eram libertados; as ameaças eram normalmente inconsequentes. Conotou-se, por outro lado, o populismo militar, em parte, com a vontade de fazer participar as massas no processo político e no projeto de libertação social cujo resultados – afirmavam os enviados – eram já consistentes e dificilmente reversíveis.

Os jornalistas salientaram que, apesar das condições de liberdade do diário *República*, do insuportável conformismo dos jornais redigidos por comunistas de última hora, a população exprimia quando e como queria as próprias opiniões. Ao contrário do que sucedida em situações caracterizadas por militares no poder, as

peças podiam assobiar à passagem de uma patrulha do exército, ou mesmo gritar, nos comícios, “Abaixo os generais”.

No âmbito do projeto de libertação social, enalteceu-se as tentativas de romper com o passado fascista, com o sistema de poder e o labirinto de interesses socioeconómicos da ditadura, os instrumentos de controlo e repressão. Sandro Osmani³⁴⁴ referiu, aquando da consulta popular de Abril, que a revolução incruenta causadora de tantos sobressaltos junto dos bem-pensantes começara a desabrochar Portugal do seu medievo. O cenário que colocava o controlo da economia nas mãos das famílias mais poderosas tinha-se alterado, uma vez que a população, sublinhava Osmani, já podia beneficiar com as nacionalizações da banca, dos seguros e de algumas importantes empresas produtoras de bens essenciais.

Não obstante o *Corriere della Sera* e *La Stampa* terem acolhido com ceticismo as medidas da viragem radical de 11 de Março, todos os enviados especiais que se debruçaram sobre a questão da rutura com o passado fascista saudaram as intenções dos oficiais de Abril: “É uma grande tarefa (a esquerda italiana, em 45, acabou por renunciar) que os militares portugueses estão a levar com obstinação”³⁴⁵. E logo surgiram as clássicas analogias para melhor esclarecer o leitor italiano: “(...) A rutura clara, profunda, com o passado fascista, os homens, as instituições, os interesses que em Itália consentiram à velha ordem recolocar-se na República e abrandar-lhe o caminho”³⁴⁶.

Cumprido, por último, salientar as referências ao *espírito missionário* que acompanhou a ação dos oficiais do MFA, elemento que se encontra relacionado com os impulsos redentores que atrás se mencionou. O comportamento dos militares foi, por vezes, percecionado como uma passagem da profecia africana para a profecia revolucionária de Abril: da defesa do Ocidente, da missão civilizadora e de luta pelo ideal cristão, para um socialismo ocidental diferente, para as relações privilegiadas (interlocutor) entre Portugal (Ocidente) e o Terceiro Mundo (África). Não seria a primeira vez que uma classe militar se sentia depositária de uma mensagem preditiva. No entanto, o que atraiu a atenção foi a ausência de hesitações e pensamentos pretéritos, a determinação com que os militares colocaram termo a um acontecimento excecional e iniciaram outro ainda mais excetivo. Os enviados especiais não

³⁴⁴ Sandro Osmani, “Marciando verso il voto”, *Il Messaggero*, 24 de Abril, 1975, 3.

³⁴⁵ Sandro Viola, “Sul teatro di Lisbona”, *La Stampa*, 24 de Julho, 1975, 3.

³⁴⁶ Sandro Viola, “I militari si contano”, *La Stampa*, 7 de Setembro, 1975, 1.

colocaram em causa a sinceridade deste processo maturacional, pois decorria de motivações sociológicas, históricas, políticas. O problema residia no sentido de realidade que parecia escassear.

CAPÍTULO XII – RUMO AO *PURGATÓRIO*

1. Entre a viragem democrática normalizada e a recuperação da direita

O dia 25 ficou associado a um conjunto de acontecimentos portadores de um valor operativo e simbólico, a começar pelo gesto fundador do golpe militar de 1974. Também como forma de celebrar a data que viu nascer a legitimidade revolucionária, as eleições de 25 de Abril de 1975 fizeram emergir o alvedrio popular do qual derivou a legitimidade democrática. O dia 25 reforçou, posteriormente, o seu carácter operativo e simbólico durante o segundo semestre de 1975, na medida em que criou condições de mudança ou assinalou ruturas em dois espaços temporais distintos, modeladores da mesma curva evolutiva.

Segundo a voz italiana, os dias 25 de Agosto e 25 de Novembro concretizaram, deste modo, viragens políticas constitutivas de uma mesma linha de tendência: a via democrática pluralista assente na vontade popular e na dialética dos partidos, em oposição à via marxista da ditadura militar inspirada em regimes de democracia popular ou democracia direta. No âmbito dos acontecimentos de 25 de Novembro, *Il Messaggero* foi o único diário que considerou a democracia em perigo, percecionando as operações militares desse mês e as movimentações subsequentes como uma efetiva deslocação à direita do processo político.

O dia 25 de Agosto³⁴⁷ foi, assim, observado, por todos os órgãos de comunicação, como o momento que determinou um conjunto de circunstâncias impulsionadoras da *viragem democrática*. Foi a partir das propostas de nomeação do almirante Pinheiro de Azevedo para o cargo de primeiro-ministro e de Vasco Gonçalves para o de CEMGFA que se começou a definir e clarificar a relação de forças no âmbito da estrutura militar. Esse braço de ferro arditosamente costurado e mediado no interior das Forças Armadas pendeu a favor da corrente moderada do major Melo Antunes, do PS e dos partidos defensores da legalidade democrática (PPD e CDS). Falava-se em ascensão da coligação Antunes-PS.

Sobre o dia 25 de Novembro recaiu o epíteto da *normalização democrática*, vislumbrado como o momento em que se confirmou a linha encetada a partir de 25 de Agosto e se depuraram as turbulências provocadas pelas células militares de extrema-

³⁴⁷ Cfr. Maria Natércia Coimbra, Boaventura de Sousa Santos e Maria Manuela Cruzeiro, *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, 1997. Coimbra: Afrontamento.

esquerda que ainda vinham perturbando o curso da *viragem democrática*. É este o enquadramento do *Corriere della Sera* e de *La Stampa*, mesmo se os jornais tenham sustentado que as medidas contra os meios de comunicação filocomunistas colocavam em causa a liberdade de imprensa e poderiam maturar o terreno para uma viragem de direita, considerada pouco provável.

Se a essas duas etapas estão associadas algumas personagens símbolo ou grupos militares responsáveis pela ascendência e consagração do renovado curso político, é, todavia, no contexto das forças civis mais inconformadas com a hegemonia desses centros de poder que os articulistas italianos sinalizaram o elemento chave tendente a facilitar ou dificultar a estabilização do quadro político. Esse elemento é o PCP. Proceder-se-á, agora, a uma leitura analítica das duas fases de viragem política (24 de Agosto e 25 de Novembro) com o intuito de perscrutar a dinâmica de cada uma delas, uma vez que a moldura normativa da Revolução de Abril foge amiúde a qualquer lógica interpretativa.

Com as propostas de nomeação de Pinheiro de Azevedo e Vasco Gonçalves, o dia 25 de Agosto de 1975 deu a conhecer duas importantes alterações no âmbito das cúpulas políticas e militares portuguesas. A mudança do chefe de governo era ajuizada como fundamental para colocar um ponto final no vazio de poder e, desta forma, relançar uma atividade política que se encontrava bloqueada desde Junho. Sem a remoção de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro seria impossível, segundo os media italianos, reanimar a atividade governativa, estabelecer novos consensos e procurar criar condições para minimizar os problemas de um país que, do ponto de vista político, social e económico, encontrava-se próximo do colapso: crise económica, regresso de cerca de meio milhão de portugueses das colónias, deterioramento do quadro político e militar (indisciplina e anarquia) e crise de autoridade ao nível do corpo social (violência anticomunista) e das instituições (multiplicação dos centros de poder).

Mas as decisões de 25 de Agosto, numa primeira avaliação, não foram consideradas positivas para resolver o clima de indisciplina e anarquia que dominava as Forças Armadas, nem para desbloquear uma conjuntura marcada pelo crescente peso político do grupo moderado. Esperavam-se medidas que favorecessem amplamente a linha de Melo Antunes no sentido de repropor a coligação entre militares e partidos políticos e que minimizassem a oposição exercida pelas correntes

de oficiais filocomunistas. Verificou-se, segundo o olhar externo, precisamente o contrário.

Porquê? As nomeações de Pinheiro de Azevedo e Vasco Gonçalves foram vislumbradas como um reforço da ala militar filocomunista. O novo primeiro-ministro foi apresentado como um intérprete da linha gonçalvista, pessoa que nunca se havia distinguido pelas escolhas ideológicas mas pelo espírito de cooperação e amizade com os seus colaboradores. A designação de Vasco Gonçalves para o cargo mais importante da hierarquia militar só podia aproximar, por sua vez, o inteiro quadro nacional do ponto da rutura violenta. Os setores moderados não aceitavam o antigo chefe de governo na liderança das Forças Armadas, criando uma situação em que o país ficava fraturado em dois (moderados no centro e norte; radicais-marxista em Lisboa e sul), alimentando-se perigosas hipóteses golpistas e inevitáveis fermentos de guerra civil.

Il Messaggero, *La Stampa* e *Corriere della Sera* alinharam pela tese do fortalecimento da ala gonçalvista. Porém, foram os diários de Turim e Milão que avançaram análises mais elaboradas tanto sobre as reais motivações de um avanço que contrariava todas as expectativas, como a respeito dos acontecimentos ulteriores responsáveis pela *viragem democrática*. O *Corriere della Sera* começou por afirmar que o tenaz general Gonçalves havia novamente transformado uma derrota numa vitória com a sua nomeação para o CEMGFA, apesar de parecer precária e coberta de graves consequências. O jornal afirmou que a solução não era fruto de uma real mudança nas relações de força existentes na sociedade militar e no país. Era somente o resultado de uma conjura cozinhada num palácio presidencial onde a autoridade mais elevada, Costa Gomes, não dera provas de coerência³⁴⁸. Antes de ser colocado no púlpito dos mais hábeis e equilibrados, Costa Gomes foi acusado de fomentar silêncios bizarros e insólitos, de ser hesitante e demasiado prudente.

A grelha de leitura italiana transformou-se, no entanto, em poucos dias, devido a dois fatores determinantes: a) as pretensões de Pinheiro de Azevedo em constituir uma plataforma governativa comum entre o PS, PPD e PCP e b) a renúncia de Vasco Gonçalves ao cargo de CEMGFA. Em primeiro lugar, o conhecimento público das intenções do novo primeiro-ministro ainda não empossado, em busca de consensos para formar governo, alteraram radicalmente a interpretação que os órgãos de

³⁴⁸ Bernardo Valli, “L’esercito non vuole Gonçalves come capo”, *Corriere della Sera*, 31 de Agosto, 1975, 1.

comunicação haviam formulado numa primeira avaliação. A partir do momento em que Pinheiro de Azevedo deu a entender que iria restituir o valor das eleições, ter em conta o seu significado na elaboração do Executivo e recuperar a dialética dos partidos, o prisma de análise alterou-se. As referências ao almirante primaram então pela preocupação em eliminar as primeiras impressões. Pinheiro de Azevedo rapidamente foi conotado com uma personagem mais dialogante e apostada em conciliar posições, de querer seguir o seu próprio caminho e demarcar-se do antecessor. O protocolar reassumir dos líderes políticos civis, depois de uma indigestão dos militares, denunciava o desejo de restituir à revolução desgovernada a base social que perdera desde há algum tempo. Não se falou mais de um Pinheiro de Azevedo filocomunista e gonçalvista.

Mas a garantia de que as orientações políticas do primeiro-ministro tinham condições para evoluir só chegou com a renúncia de Vasco Gonçalves ao cargo de CEMGFA, decisão tomada durante uma reunião da Assembleia do MFA, em Tancos, a 5 de Setembro, em virtude da forte oposição da maioria das Forças Armadas. Nesse encontro ficou, igualmente, decidido o afastamento de Gonçalves do Conselho da Revolução. O grupo moderado responsável pelo Documento dos Nove, ponto de partida para a ascensão dessa ala, via-se, assim, reforçado. Outras medidas como a dissolução da famosa 5ª Divisão do EMGFA, responsável pelas Campanhas de Dinamização Cultural e apoiante da linha de Gonçalves, já haviam sido interpretadas como um enfraquecimento da corrente filocomunista. O caminho ficava livre para a via democrática pluralista e os jornais logo frisaram essa ideia.

Enquanto *Il Messaggero* escreveu que Gonçalves perdia o jogo, originando um clima de otimismo quanto às novas perspectivas políticas e, simultaneamente, de apreensão devido ao aumento da fratura no interior da estrutura militar³⁴⁹, *Corriere della Sera* e *La Stampa* preferiram valorizar apenas os resultados positivos para o quadro político e sublinhar a viragem histórica do conturbado processo. Bernardo Valli³⁵⁰ e Piero de Garzarolli³⁵¹ convergiram ao referir que a tardia saída de Gonçalves da ribalta dissolvia a ameaça imediata de guerra civil e permitia desativar, não resolver, uma crise que ninguém conseguia controlar. Estava-se diante de uma

³⁴⁹ Sandro Osmani, “Gonçalves perde la partita”, *Il Messaggero*, 6 de Setembro, 1975, 19.

³⁵⁰ Bernardo Valli, “Gonçalves esce di scena – Rimane il vuoto politico”, *Corriere della Sera*, 7 de Setembro, 1975, 1.

³⁵¹ Piero de Garzarolli, “Lisbona: via Gonçalves – prevalgono i moderati”, *La Stampa*, 7 de Setembro, 1975, 1.

fundamental clarificação das relações de força no domínio das Forças Armadas. A jovem revolução fechava o ciclo talvez mais grave e labiríntico da sua existência para entrar na fase delicada, mas construtiva, da distensão política e militar.

Curiosas foram ainda as explicações que Valli e de Garzarolli ofereceram a uma conjuntura que, à primeira vista, não recolheu as melhores interpretações. Para Valli³⁵², Pinheiro de Azevedo e Costa Gomes apropriaram-se da vitória do grupo moderado, evitando que essa parecesse demasiado gritante e causasse uma fratura irremediável nas Forças Armadas. O primeiro-ministro e o Presidente da República surgiram como os fatores de um compromisso que salvou a minoria derrotada (representada minoritariamente no Conselho da Revolução) e moderou o excessivo fortalecimento da maioria vencedora.

Nas palavras de de Garzarolli³⁵³, o papel de Costa Gomes teria de ser revisto de um ângulo diferente, não mais sob a imagem de titubieza. Não podendo relegar Gonçalves para segundo plano com uma qualquer carta de despedimento, poder-se-ia supor que havia tido o “juízo maquiavélico de fazê-lo escorregar sobre uma engenhosa casca de banana”. Promovendo-o à cúpula da hierarquia militar, despoletou a contestação da ala moderada, que pela sua determinação e expressão bastou para afastar o general. A corrente de Vasco Gonçalves continuava, mas redimensionada às suas proporções.

O VI Governo Provisório tomou posse a 19 de Setembro, contando com os elementos designados pelo PS, PPD e PCP. A maior parte das pastas económicas foram entregues ao PS e PPD. Considerou-se que o PCP cedeu nas negociações para o Executivo, o que representava uma tomada de consciência da realidade eleitoral (e política) do país e a necessidade de elaborar uma estratégia a longo prazo. Deste quadro político importa realçar alguns aspetos que nortearam o enquadramento dos articulistas italianos. O Documento dos Nove foi considerado o ponto nevrálgico a partir do qual se começou a delinear a derrota dos oficiais filocomunistas e a formação do novo governo. No entanto, essa viragem contou com o decisivo auxílio do PS: com a manifestação de 19 de Julho, foram os socialistas que cimentaram, definitivamente, a divisão do MFA, originando a queda de Gonçalves. Sem o esforço do PS, Melo Antunes nunca teria saído abertamente para o confronto político e a unidade dos militares não se tinha irreparavelmente fraturado.

³⁵² Bernardo Valli, “A Lisbona i partiti ritornano nel gioco”, *Corriere*, 8 de Setembro, 1975, 4.

³⁵³ Piero de Garzarolli, “Lisbona: via...”, *La Stampa*, 7 de Setembro, 1975, 1.

O general Costa Gomes surgiu como a personagem central deste processo. Foi ele quem conduziu subtilmente a operação. Sandro Vila³⁵⁴ afirmou mesmo que o homem dos Estados Unidos não era Melo Antunes, antes Costa Gomes, cuja estratégia podia ser decifrada nos seguintes moldes: tanto pior, tanto melhor, tanto pior vai a revolução, tanto mais torna-se possível um regresso à ordem.

O grupo moderado e os socialistas apareceram como os grandes vencedores da viragem democrática. Mário Soares tornou-se o principal interlocutor entre os militares e as forças civis, papel de mediação já valorizado aquando das negociações para o VI Governo Provisório. Em consequência, a sociedade política saía da marginalização e reentrava, juntamente com a sociedade militar, na liderança dos destinos políticos do portugueses.

No final, a pergunta conclusiva impunha-se: o que empurrou Melo Antunes para a ação? Os jornais em apreço consideraram que foi o somatório de vários fatores, a iniciativa de Soares, a onda anticomunista do norte, a degradação no interior das Forças Armadas, o agravamento da crise económica. A unidade do MFA estava em perigo, emergindo a natural tendência para manter compacta a classe de oficiais. Pairava o risco de uma guerra civil e o receio que do caos apenas resultasse a reação das forças conservadoras. Quando Melo Antunes resolveu avançar, a fragilidades de gonçalvistas e populistas pareceu clara desde a entrega do Documento dos Nove.

Os prognósticos, nesta altura, giravam em redor de três palavras: *autoridade, restauração e comunistas*. Autoridade: era necessário verificar se o novo rumo do governo, caracterizado pela eliminação do radicalismo da época de Gonçalves, pelo pluralismo democrático na gestão dos meios de informação, das administrações locais e das representações sindicais, bastava para repor a disciplina nos quartéis, acabar com a anarquia e devolver autoridade às instituições. Restauração: a volta moderada poderia criar condições para uma viragem da direita conservadora, favorecida pelo cenário de caos em que o país se encontrava e pelos elementos que, por tanto tempo dissimulados sob o guarda-chuva dos moderados e dos socialistas, pensavam agora poder sair a descoberto com a marginalização da esquerda militar. Comunistas: importava perceber se o PCP tencionava adaptar-se à condição de partido minoritário e às regras do jogo democrático ou se, por outro lado, não poderia estar com um pé no governo e outro na oposição por forma a potenciar os fermentos da agitação política.

³⁵⁴ Sandro Viola, “Lisbona: governo pronto”, *La Stampa*, 13 de Setembro, 1975, 18.

2. O resgate democrático e a mão pesada do contragolpe

Greves, manifestações, desordens, oficiais e soldados que passam o tempo em intermináveis reuniões, redigindo moções, documentos, tomadas de posição. A desobediência hierárquica é total. Um governo que recusa governar³⁵⁵. Um Presidente da República que hesita em impor a sua autoridade. Um Forças Armadas profundamente divididas por antagonismos políticos. Somam-se as insanáveis divergências que impossibilitam a coabitação, no governo, do PCP com o PS e PPD. Eis o cenário descrito pelas páginas italianas a 25 de Novembro de 1975.

Depois, os documentos são substituídos pelas armas. E os articulistas continuam. Assiste-se a uma desordenada tentativa de rebelião despoletada por militares da esquerda marxista-radical, que ocuparam o Comando da Região Aérea de Monsanto, algumas unidades, meios de comunicação estatais e bases aéreas. Do projeto golpista emerge a evidente impreparação e diletantismo dos promotores. O golpe afrouxou, talvez com o pequeno estratagema das reuniões permanentes do Conselho da Revolução. As bases rendem-se uma a uma. Os militares fiéis ao governo reagiram e controlam as ações dos insurretos. Do único confronto armado resultaram 3 mortos. Retirado o recolher obrigatório, abolida a lei marcial na zona de Lisboa, reaberta a Assembleia Constituinte, a situação em Portugal parece entrar na normalidade.

Estas onze linhas sintetizam a reconstrução da conspiração pelo *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. Além dos pormenores relativos à mecânica das movimentações militares, os jornalistas apresentaram uma imagem geral que remete para a sublevação da extrema-esquerda militar e sucessiva contrarreacção das forças filogovernativas. Colocaram hipóteses, procuraram interpretar, mas não acrescentaram dados relevantes quanto às reais implicações, por exemplo, de forças políticas ou abordagens que permitissem saber se se tratava de insurreições militares coincidentes ou uma tentativa articulada falhada. E não acrescentaram porque, como notava Leonardo Vergani³⁵⁶, no *Corriere*, todas as interrogações permaneciam no ar sem respostas precisas. A história dessa ambígua tentativa de golpe, em substância, estava ainda por escrever.

³⁵⁵ Pinheiro de Azevedo suspendeu a atividade governativa a 18 de Novembro.

³⁵⁶ Leonardo Vergani, “Anche l’ammiraglio Rosa Coutinho vittima delle epurazioni a Lisbona”, *Corriere della Sera*, 30 de Novembro, 1975, 5.

Tal como permaneciam obscuros os acontecimentos de 11 de Março, cujas responsabilidades haviam sido imputadas à direita, mantinham-se, assim, sombrios – referia Alberto Cavallari³⁵⁷, de *La Stampa* – os reais contornos do golpe de Novembro, no qual eram definidos contrarrevolucionários os oficiais que da revolução constituíam os timoneiros mais avançados. Quando se fez o balanço das operações e das medidas punitivas que incidiram sobre as fações insurretas e os oficiais conotados com as mesmas, o entendimento do *Corriere della Sera*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero* foi dissonante.

O diário de Roma advogou que se tratava de uma verdadeira viragem de direita, com “muitas dúvidas sobre a cor da operação” golpista³⁵⁸. Em duas extensas reportagens, Luigi Sommaruga alinhou pela hipótese de uma espécie de cilada ardilosamente planeada para provocar a reação da esquerda militar marxista-radical. Sommaruga associou as declarações de Melo Antunes, poucos dias antes de 25 de Novembro, ao clima que havia maturado as movimentações dos revoltosos. Referiu que essas afirmações ao *Nouvel Observateur* pareciam antecipar os acontecimentos na medida em que descreviam um Portugal ingovernável, qualificavam de inaceitáveis as provocações de órgãos de comunicação estatais contra o governo, lançavam o alarme quanto a um eminente ataque às instituições, de cujo primeiro alvo seria as Forças Armadas, e definiam como prioridade a recuperação do edifício militar.

Do ponto de vista da operacionalidade, o enviado de *Il Messaggero* explorou as contradições relacionadas com a dinâmica golpista, aludindo à falta de comunicação (induzida?) entre as unidades, à desproporcionalidade de meios em prejuízo dos insurretos, como que a dar a entender que as forças filogovernativas estariam já à espera dos seus alvos: “A rebelião foi acionada no momento em que as forças fieis ao governo acionaram a máquina da contraofensiva”³⁵⁹.

Ao abordar os saneamentos e as prisões no domínio da estrutura militar, as medidas punitivas contra diversos meios de comunicação conotados com a esquerda marxista-radical, Luigi Sommaruga³⁶⁰ não podia ser mais eloquente. Lamentou o cancelamento da dialética no interior do MFA, a monopolização da informação e

³⁵⁷ Alberto Cavallari, “La rivoluzione portoghese nel segno dei ‘moderati’”, *La Stampa*, 29 de Novembro, 1975, 1.

³⁵⁸ Luigi Sommaruga, “Prima, durante, dopo”, *Il Messaggero*, 9 de Dezembro, 1975, 3.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ Luigi Sommaruga, “Anche i garofani hanno spine”, *Il Messaggero*, 7 de Dezembro, 1975, 3.

asseverou que a breve estação da democracia encontrava-se “irremediavelmente comprometida”.

De resto, muitas das dúvidas do enviado de *Il Messaggero* relativamente às reais motivações e objetivos da tentativa golpista foram comungadas por *Corriere della Sera* e *La Stampa*. A diferença é que o primeiro não hesitou em alinhar pela tese da astuta cilada tendente a impor uma volta de direita, reacionária, do processo político, enquanto os segundos deram a entender que, apesar das ambiguidades estranhamente consistentes, a vaga repressiva do Conselho da Revolução e a maneira como esse geriu o relatório final sobre a sublevação inseriam-se no processo que deveria eliminar os obstáculos para a definitiva construção de uma democracia de tipo ocidental.

Os dois mais importantes jornais italianos não esconderam que a contrarreação dos moderados serviu propósitos mais vastos do que a simples punição dos elementos envolvidos, apontado para uma reordenação das Forças Armadas. Aqui e ali até aventaram a hipótese da armadilha, a possibilidade de que por detrás da contrarreação agitavam-se forças ambíguas ou declaradamente fascistas. Mas, no final, registaram o contragolpe na matriz moderada, não reacionária, pelo menos nas intenções de quem se moveu na primeira linha. Constataram que não existia um Pinochet português, pelo que a lógica política dizia que, se houvesse, teria aparecido no momento culminante da anarquia revolucionária.

As linhas de força subjacentes ao enquadramento veiculado por *Corriere della Sera* e *La Stampa* inscrevem os acontecimentos de 25 de Novembro na crise final de um poder militar desagregado que, através da descoberta de um golpe de esquerda, procurou reequilibrar a situação criada (radicalização à esquerda do processo político) depois do golpe de Spínola. O 25 de Novembro correspondeu ao refluxo da ala militar marxista-radical, apostada em tentar recuperar posições perdidas, prontamente combatido pelo contragolpe das forças filogovernativas. A revolução portuguesa virava a página.

Ao saudar e subscrever o rumo político encetado pelas forças dominantes no âmbito da sociedade militar e da sociedade política, a análise de *La Stampa* entronca na reflexão que se tem vindo a realizar sobre a autoridade democrática evidenciada pelas instâncias de enunciação. Piero de Garzarolli³⁶¹ salientou que o ciclo evolutivo

³⁶¹ Piero de Garzarolli, “Vittoria moderata”, *La Stampa*, 27 de Dezembro, 1975, 1-2.

vocacionado para transformar uma sociedade arcaica, tradicional, pouco propensa às inovações, parecia chegar a uma fase de clarificação. Na prática, era o retorno às origens:

“Os militares, artífices do ‘pronunciamento’ de 25 de Abril, permanecem os protagonistas principais. No seu interior nasceu a contestação, parte de essa deixou-se atrair pelas ilusões de um comunismo romântico e ultrapassado, outros foram levados pelas rajadas de politização que dominavam a minoria comunista. Agora as cartas foram remisturadas. Voltando ao lugar correto: por uma democracia pluralista.”

Numa fase posterior onde os articulistas já se dedicavam às reflexões sinóticas e prospetivas da Revolução de Abril, cumpre traçar uma imagem mais holística do entendimento que norteou, no início de 1976, as narrativas jornalísticas do *Corriere della Sera* e de *La Stampa*. Exclui-se desta sùmula interpretativa *Il Messaggero* porque, efetivamente, o esforço analítico do diário fundado em 1878 esgotou-se na abordagem circunscrita aos acontecimentos de 25 de Novembro, ou quanto muito foi direcionado para a crise angolana que a partir de Dezembro de 1975 dominou a atualidade internacional dos órgãos de informação italianos, europeus e ocidentais. As objetivas de *Il Messaggero* só se focalizariam novamente em Portugal aquando de outro significativo dia 25, o de Abril de 1976, momento em que se realizaram as eleições legislativas destinadas a eleger, no pós-Estado Novo, o primeiro chefe de um governo constitucional.

Em jeito de conclusão, os articulistas italianos consideraram que a insubordinação dos paraquedistas de Tancos meteu em ação uma espécie de decantação do processo político, seguindo-se a reconstrução constitucional. Nesse processo, as Forças Armadas procuraram interromper a sua própria decomposição, estreitamente interligada com a desagregação do corpo social, económico e político. Melo Antunes, agente ativo na primeira aceleração revolucionária de 1974 e, depois, no primeiro abrandamento moderado de 1975 (IV Governo Provisório), reforçou um poder partilhado com os setores mais conservadores das Forças Armadas, definitivamente reemergidos por altura do 25 de Novembro. O Grupo dos Nove dividiu, por isso, o protagonismo com os designados *militares puros*, como Vasco Lourenço ou António Ramalho Eanes, a personagem que perfurou o caos para impor a ordem, assumindo em 1976 o cargo de CEMGFA.

Apesar do comportamento ambíguo do PCP relativamente às reais implicações do partido na rebelião dos paraquedistas, a intenção de Melo Antunes em não marginalizar os comunistas, resgatando-os para o grupo de forças políticas indispensáveis à construção do Estado democrático, foi vislumbrada como um evidente sinal de que a revolução respeitava o pluralismo sem virar radicalmente à direita.

Quanto ao percurso do PCP no contexto do pós-25 de Novembro, os jornais em apreço admitiram que, mesmo somente ligado à extrema-esquerda do ponto de vista tático e não orgânico, o partido de Cunhal saiu claramente amputado. Perdeu a sua ala esquerda funcional e as ligações com os setores mais avançados das Forças Armadas, precisamente a estratégia insurrecional que os outros partidos comunistas europeus condenavam. As escolhas do PCP confinavam-se ao seguinte binarismo: caso se posicionasse com a extrema-esquerda saneada, a direita militar reforçada poderia prosseguir o inquérito sobre o golpe até à decisão de ilegalizar o partido; caso ajudasse a esquerda militar moderada na reconstrução do quadro político, a governar, o inquérito, contrariamente, seria arquivado e Portugal reentrava na Europa.

Na realidade, a revolta de 25 de Novembro foi percebida como um evento dinâmico, mantido em movimento para consentir a qualquer força política a última colocação. Possuía, portanto, o carácter volúvel de um instrumento vocacionado para reposicionar as forças políticas. O PCP era o objeto da sua dinâmica e enfrentava, tal como as Forças Armadas, um processo de recuperação: os militares e os comunistas procuravam escapar à própria decomposição, sendo que os segundos, ao aceitarem uma normalização que levasse a disciplina aos quartéis, viam desaparecer as metástases grupusculares. Se não repetisse erros pretéritos e aproveitasse a última ocasião de inserção, o comunismo português deveria, no futuro, adotar a lógica das Forças Armadas e proceder ao seu próprio saneamento. Isto é, imperou a opinião de que o PCP, além de constituir o grande derrotado da *questão portuguesa* devido à sua estratégia global, não tinha alternativa à longa estrada do revisionismo.

Mas para esse trajeto se processar com êxito, o olhar do *Outro* entendeu que o verdadeiro problema passava pela crise da direção de Álvaro Cunhal. Como referiam Alberto Ronchey³⁶² e Aldo Rizzo³⁶³, passava pela inutilidade do seu sonho modelado

³⁶² Alberto Ronchey, “La nuova svolta del Portogallo”, *Corriere della Sera*, 2 de Dezembro, 1975, 1.

³⁶³ Aldo Rizzo, “Come un’isola stalinista”, *La Stampa*, 19 de Fevereiro, 1976, 3. Cfr. “Menor rosso a Lisbona”, *La Stampa*, 15 Fevereiro, 1976, 3; “L’incognita iberica”, *La Stampa*, 21 Fevereiro, 1976, 3.

pelas revoltas agrícolas húngaras de Béla Kun e pelos problemas dos anos vinte quando a esquerda europeia saiu derrotada devido à ilusão de poder plagiar o Outubro russo. Nomes como Aboim Inglês e Octávio Pato, não raras vezes definido como o intérprete da linha italiana, foram ventilados como possíveis sucessores, mesmo se a voz externa considerasse que o PCP era notavelmente coeso e Cunhal um líder indiscutível.

No final de 1975, os acontecimentos portugueses ficaram despojados dos critérios de noticiabilidade que os colocaram, durante meses, nas primeiras páginas dos jornais europeus e ocidentais. A chama revolucionário minguou. O Rossio perdeu a atmosfera criada pelos coletivos da esquerda radical, perdeu o som das guitarras, a fisionomia das barbas cubanas e as cores dos manifestos murais. Com o pôr do sol revolucionário, interrompeu-se a receita daquela espécie de Maio de 68 francês retardado, revivido por sargentos e capitães.

Pelo menos até às eleições de Abril de 1976, Portugal ainda atraiu alguma atenção das agendas mediáticas. O novo pacto constitucional entre o MFA e os partidos foi avaliado como tendo aspetos positivos, sobretudo, porque acentuava a tendência dos militares regressarem aos quartéis. Na renovada cena política, surgiam agora com fulgor líderes como Francisco Sá Carneiro (PPD) e Diogo Freitas do Amaral (CDS), num cenário já privado do medo de pronunciar a palavra *direita*.

Os articulistas notaram que a bússola política deslocava-se para o centro-direita, contribuindo para esta tendência o retorno de meio milhão de colonos pressionados por ressentimentos, o aventureirismo de Álvaro Cunhal e o facto de as forças conservadoras não necessitarem mais do guarda-chuva de Mário Soares. A hipótese de os socialistas serem ultrapassados, na área eleitoral, pelos partidos à sua direita era considerada real, tal como os oficiais moderados do Grupo dos Nove foram ultrapassados pelos *militares puros*. O *Corriere della Sera* e *La Stampa* asseguraram que o refluxo de direita era evidente, mas ambos descartaram a possibilidade de uma nova ditadura de direita.

3. As personagens, os cenários e os paralelismos históricos

As personagens e os cenários constituem aspetos fundamentais de qualquer história. A personagem pode ser avaliada do ponto de vista formal, encarada como o pião da história e a unidade de ação, um elemento codificado a quem são atribuídas funções (protagonista/antagonista; ativo/passivo). A abordagem pode, por outro lado, privilegiar um ponto de vista mais abstrato que analise a personagem enquanto um elemento da estratégia discursiva, colocando a ênfase no lugar que essa ocupa no âmbito da macroestrutura narrativa. Ou ainda visar um ponto de vista fenomenológico direcionado para as características físicas e psicológicas (Livolsi, 2001: 194-196), na senda de autores como Tzvetan Todorov e Claude Bremond.

Os cenários podem, por sua vez, ser estudados na perspetiva da substância que acolhe o acontecimento, isto é, os elementos que servem de ambiente de fundo através do qual as personagens operam (Portugal é o cenário para os militares e políticos civis). Ou remeter para conjunturas específicas no contexto das quais as personagens executam as suas ações (Exemplo; Vasco Gonçalves falou num Estádio 1º de Maio completamente esgotado).

Com maior ou menor incidência, a narrativa mediática sobre a Revolução de Abril não dispensou nenhuma dessas dimensões. Construiu o “enigmático” Costa Gomes, o “fugoso” Otelo, o “atormentado” Vasco Gonçalves ou um general Spínola que trazia à memória o ator Erich von Stroheim. A estratégia discursiva elegeu Mário Soares como o intérprete maior dos valores democráticos europeus e o grupo dos moderados como a única facção militar predisposta a apoiar as ambições do líder socialista. Foi sobre Álvaro Cunhal que recaiu a função de grande antagonista de Mário Soares e, por longo período, um dos principais obstáculos à via democrática pluralista.

Paolo Bugialli³⁶⁴, por exemplo, elaborou uma eloquente descrição da Festa do 1º de Maio de 1974. Falou de flores nos canos das espingardas, flores nos cabelos das mulheres, flores nas lapelas dos homens, flores no mobiliário urbano, nos automóveis, carros armados e monumentos. Afirmou que a Festa não era uma manifestação de multidões, antes um “delírio público” pontuado por gritos, sons e cânticos, onde 500

³⁶⁴ Paolo Bugialli, “I portoghesi ebbri di libertà celebrano la Festa del Lavoro”, 3 de Maio, 1975, 22.

mil pessoas revelaram admirável disciplina e regras de civismo, respeitando até os semáforos vermelhos. Concluindo: “500 mil bêbados de liberdade”.

A construção de cenários foi amiúde secundada por fórmulas interpretativas que estabelecem relações entre os ambientes e as personagens. Na sequência dos acontecimentos de 11 de Março, Bernardo Valli³⁶⁵ dizia que quem estivesse, legitimamente, convicto de encontrar Lisboa em estado de alvoroço e explosiva agitação, enganava-se, ficava desiludido: “Os portugueses têm um grande mérito: levantam raramente a voz anunciando decisões que noutros lugares seriam bramidas nas ruas. O temperamento conta em política. (...) O resultado é civil, humano”. Eis, portanto, uma conjuntura descrita como “dramática”, vivida pelos militares, segundo Valli, com “olhares e sussurros angustiantes, mas silenciosos”.

A avaliar pelas descrições dos ambientes, pela construção, posição e função das personagens, não se afigura ocioso constatar que os articulistas italianos encontraram em Portugal um terreno fecundo para costurar a narrativa revolucionária e desenvolver sequências analógicas e paralelismos históricos. A partir de 25 de Abril de 1974, o país rapidamente passou do lugar onde os monarcas estrangeiros cumpriam o exílio e os turistas perdiam a noção do tempo para um espaço representativo das mais diversas sensibilidades e organizações políticas. Subitamente, alguns militares e líderes partidários portugueses descobriram que possuíam, por atributos físicos ou psicológicos, um semelhante simbólico ou uma figura-referência em função da qual as suas ações e pensamentos eram ajuizados, de Lenine, Béla Kun, a Estaline, Lin Biao ou Mao, passando por Nasser, Neguib, Kemal Atatürk, De Gaulle, Dayan, Kadhafi, Pinochet e Velasco Alvarado, até Erich von Stroheim, Togliatti, De Gaspari, Nenni, Saragat, La Pira, Dossetti ou Gronchi. Este tipo de analogias, que ajudam a determinar o envolvimento dos enunciadores, serviram para estabelecer regiões de sentidos ao mesmo tempo que convocaram um autêntico congresso imaginário objetivado por palavras impressas, a tal quimérica reunião magistralmente desenhada pela metáfora de João Abel Manta (figura 6).

³⁶⁵ Bernardo Valli, “Continua in...”, *Corriere della Sera*, 16 de Março, 1975, 1-2.

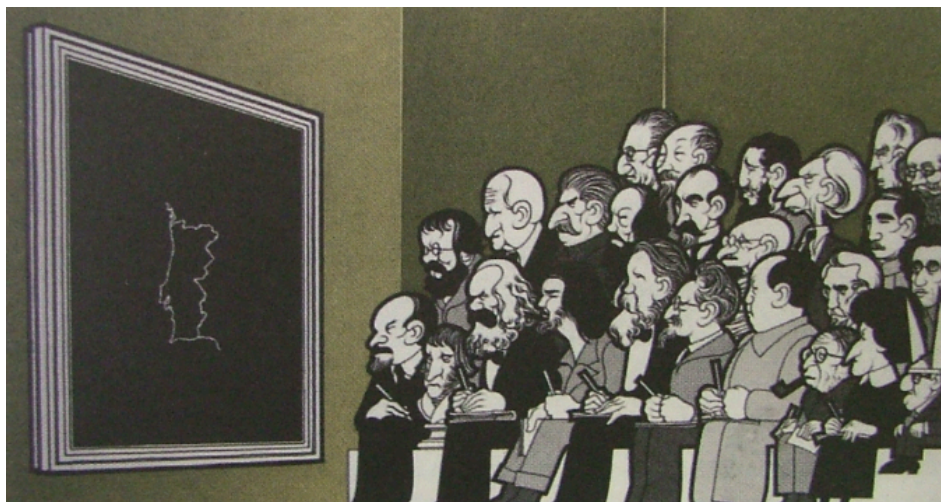


Figura 6: A Revolução de Abril pelo olhar de Abel Manta

O objetivo desta reflexão consiste em elaborar uma sùmula das imagens simbólicas e das sequências analógicas veiculadas pela imprensa italiana a respeito das personagens, dos cenários e da evolução política da Revolução de Abril. O levantamento destes elementos explicativos permite aferir continuidades e descontinuidades no domínio das representações sociais disseminadas em tempos distintos: antes e depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Referiu-se, no capítulo XI, que os enviados especiais italianos descreveram Portugal, aquando do Estado Novo, como um medievo na era atômica repleto de cidades onde o passado constituía o presente, um país em versão convento de clausura dominado por melancolia e decadentismo, pelo sentimento de despedida e pela sensação de que a atração identitária tanto provinha da Europa como do Atlântico. Afirmou-se que os jornalistas ora relacionam essa imagética com a influência do Estado Novo e a modelação por si operada ao nível das consciências, ora com o próprio horizonte histórico da população e a essência do seu ânimo. Será também essa a fisionomia imputada ao Portugal pós-25 de Abril? A população apresenta, no período revolucionário, os mesmos traços melancólicos e o tal espírito reservado? Portugal continua um país sem tempo onde o passado continua e absorve o presente?

3.1. Os jovens turcos, o *gentiluomo* e o *Mostro Lusitano*

As tentativas de explicar o que sucedia em Portugal através de outras experiências fraturantes começaram quando se procurou fazer o balanço dos

acontecimentos de 16 de Março de 1974. Os paralelismo históricos percorreram países como a Turquia, França, Argélia, Itália, Chile ou Vietname. Os militares revoltosos foram conotados com os *jovens turcos*, cujas intenções constituíam uma edição portuguesa do famoso desembarque de Napoleão em França, no início do Governo dos Cem Dias, sem disparos. O simbolismo da iniciativa foi transferido de Roma para a capital portuguesa: “A marcha sobre Lisboa”.

Segundo os articulistas, a questão colonial representava um grande trauma para Portugal, comparável àquele da França quando De Gaulle renunciou à guerra da Argélia. Um trauma agravado pela tipologia da guerra, de guerrilha, que o exército norte-americano demonstrou, no Vietname, não ser possível vencer. A sensação de combater uma guerra errada não era, afinal, um excecional sentimento desenvolvido pelos jovens oficiais portugueses, tendo-se verificado a mesma situação – escreviam – com os exércitos italiano (erradamente posicionado ao lado do alemão) francês (na Argélia) e norte-americano (no Vietname).

A decisão de António de Spínola de não se alinhar com os promotores da rebelião foi considerada uma forma de lealdade ao governo. O *Corriere della Sera* notou que o general evitara as irresponsáveis atitudes do chileno Pinochet, pupando o país a uma guerra civil e comportando-se como um “homem de honra”³⁶⁶. Spínola seria, aliás, a primeira personagem sobre quem incidiram exaustivas descrições tendentes a elaborar um retrato: herói nacional com raízes na Península Itálica (Ligúria e Piemonte), vida recatada e casa modesta apesar de pertencer a famílias abastadas. Era o general rebelde, homem corajoso, clássico intérprete do *gentiluomo* com prestígio insuperável, muito conhecido nos ambientes dos concursos hípicas internacionais. O militar do monóculo e das luvas brancas ganhara reputação mesmo entre os guerrilheiros inimigos, sendo-lhe atribuída uma longa carreira colonial não privada de atrocidades contra as populações locais (aldeias queimadas, populações deslocadas para locais que se assemelhavam a campos de concentração).

As referências a Lisboa não possuíam grandes laivos de entusiasmo, tratando-se daquela cidade periférica, pálida, que acolhia o “impressionante espetáculo” dos homens mutilados, quase todos sem uma perna, devido às minas anti-homem. Roberto

³⁶⁶ Paolo Bugialli, “Superata ormai...”, *Corriere della Sera*, 20 de Março, 1974, 19.

Tralli escrevia em *La Stampa*: “As pessoas olham-nos, e nos seus olhos apenas se vê uma desesperada desolação de quem sabe ter feito um sacrifício inútil”³⁶⁷.

Genericamente, Portugal, país das gloriosas caravelas, correspondia à imagem de uma potência repressiva e anti-histórica, bem ao estilo do *Mostro Lusitano* do drama teatral de Peter Weiss, o irmão mais atrasado da família europeia ocidental porque continuava a explorar as populações africanas e a perseguir o sonho imperial já abandonado por todos os colonialistas do passado. Nas palavras de Sandro Viola³⁶⁸, não era realístico pensar em protestos contra a guerra colonial, na medida em que o sentimento de perda desses longínquos territórios suscitava uma vaga angústia, pelo que um Portugal confinado às fronteiras ibéricas estaria forçado a olhar-se ao espelho sem mais desculpas, sem a justificação de encontrar-se imerso, contra a própria vontade, na doente aventura colonial.

3.2. Soares, Cunhal, o *happening* libertário e os militares diferentes

A queda do Estado Novo fez emergir três personagens em redor das quais a objetiva jornalística focou a atenção: António de Spínola, Mário Soares e Álvaro Cunhal. No caso do general, tratou-se mais de aprofundar as características do principal protagonista, neste momento, da história, do que introduzir um ator novo. Eis um militar conservador, provido de sentido político, realista, hábil, inteligente, moralmente vertical, adepto da ordem, duro, elegante e rico. Por diversas ocasiões, a imprensa italiana afirmou que seria o De Gaulle ou o Dayan português, colocando-se, também, a hipótese de vir a seguir os caminhos preconizados por Velasco Alvarado, Muhammad Naguib ou Kemal Atatürk.

As referências ao secretário-geral dos socialistas centraram-se nas qualidades pessoais, apresentando Soares como aquele semblante arredondado que escondia um rosto insuspeitável, brilhante advogado, estudioso de direito, um dos mais notáveis adversários do regime e um ponto de referência para a oposição. De advogado conservara o gosto pela dialética sóbria e eficaz. Do militantismo socialista adquirira a arte das palavras simples, fáceis de perceber para um povo que por meio século contou apenas com a voz da ditadura. Mário Soares reuniu juízos que o definiram como socialista iluminado, moderado, lúcido e com visão política, corajoso, o único

³⁶⁷ Roberto Tralli, “Rivolta fallita contro Caetano”, *La Stampa*, 17 de Março, 1974, 1-2.

³⁶⁸ Sandro Viola, “Il sonno...”, *La Stampa*, 27 de Março, 1974, 16.

intérprete, em Portugal, dos valores da esquerda socialista europeia e o mais moderno dos homens políticos. O seu regresso do exílio foi descrito como um dos mais comoventes episódios da Primavera portuguesa.

O momento do regresso de Álvaro Cunhal foi reportado com acuidade, como se alguém, simultaneamente, misterioso e interessante tivesse desembarcado em Lisboa. Enfatizaram-se as características físicas, o cabelo grisalho, a face cansada, tensa, envelhecida e contraída. Características que foram logo associadas à sua experiência de vida, marcada por longas repressões. Esperavam-no uma multidão compacta, constituída em grande parte por velhos militantes e operários que o saudavam de punho fechado, desfraldando bandeiras com a foice e o martelo, concebidas apressadamente e com pouco jeito, referiam os enviados especiais. Até à ao início da campanha eleitoral, altura em que o discurso jornalístico italiano endureceu em relação à figura de Cunhal, as considerações sobre o secretário-geral comunista podem resumir-se à seguinte frase: o mais fiel discípulo ocidental do Kremlin.

A evolução da situação política fez nascer dois polos antagónicos ancorados na ação de Spínola e dos jovens oficiais do MFA. As intenções do general foram conotadas com a necessidade de construir uma grande máquina eleitoral, um projeto que deveria situar-se entre a DC italiana e a União Democrática Cristã da Alemanha. Numa palavra: *spinolismo*.

Já sobre os oficiais de Abril recaiu o epíteto de ala radical *nasseriana*, os percursores de um regime de tipo peruano e de uma ditadura de esquerda. Quando os articulistas procuraram deslindar o carácter e o percurso desses oficiais, as comparações com os generais brasileiros e peruanos surgiram com naturalidade. Constataram que os militares sul-americanos provinham da academia onde frequentavam cursos de sociologia e ciência política. Mas os portugueses, como se referiu anteriormente, eram diferentes. Mesmo promovidos a generais em pouco tempo, deviam a sua formação ao tempo que passaram nas selvas das colónias. Era um exército largamente composto por elementos provenientes da sociedade civil, os milicianos formados, primeiro, nas universidades e, posteriormente, nos quartéis tropicais. Este fator diferenciador (qualificações e estatuto militar) foi vislumbrado como um elemento que não permitia aos militares portugueses possuir condições para governar e resolver as grandes questões políticas, sociais e económicas que se apresentavam ao *Portugal novo*.

É inegável que o caráter e o modelo dos militares portugueses suscitarão curiosidade. Como o estilo manuelino, específico da lusitanidade dos navegadores, não sendo gótico, pré-barroco, ou renascentista, também os oficiais apresentavam traços peculiares da sociedade portuguesa, assentando os seus olhares sobre vastos horizontes, sobre projeções seculares e exóticas em direção a África e ao Brasil. Afinal, como referia Bernardo Valli³⁶⁹, a lusitanidade não constituía apenas uma ideia retórica do salazarismo, como a romanidade para o fascismo italiano, antes uma das principais componentes históricas da vida nacional precedente à ditadura. Os militares de Abril pensavam numa lusitanidade atualizada, integradora daquele Terceiro Mundo que os derrotara na África Austral. Eles próprios denotavam influências africanas e latino-americanas, mais que europeias.

Não se afigura, de facto, trabalhoso coligir os fragmentos que, para a imprensa italiana, enformam a imagem sobre estas personagens. Foi nas selvas de África que conheceram qualquer coisa de dinâmico, diferente dos princípios tirânicos estadonovistas. O rancor do presente era fruto da experiência do passado e os seus inspiradores ideológicos não eram os homens da esquerda ocidental nem do comunismo oriental, mas sim Amílcar Cabral e Agostinho Neto. Através dos patriotas africanos encontraram, depois, Che Guevara, Marx, o 68 francês, a revolução chinesa e a revolução de Outubro de 1917. Recorrendo ao discurso metanarrativo, os enviados especiais italianos não tiveram dificuldade em sustentar esse ponto de vista. Os testemunhos, assim, o confirmavam: “*Durante anos, com a minha unidade de fuzileiros, em vez de disparar sobre os nossos inimigos, discutia na floresta. Ao regressar à base, fazia relatórios falsos*”³⁷⁰.

Para o observador externo, as Forças Armadas haviam-se transformado, por longo período, no único espaço onde se podiam debater problemas e estudar projetos que, de outra forma, atrairiam a atenção da polícia política. O enquadramento veiculado para o leitor italiano passou a mensagem de que os *militares puros*, os oficiais de carreira, eram prisioneiros das suas experiências africanas, e os *militares impuros*, os milicianos, mais sensíveis às referências europeias, aos temas da esquerda ocidental.

Todas estas representações da alteridade ganharam ainda mais consistência porque os militares – referiam os articulistas – não dormiam, passavam longas horas

³⁶⁹ Bernardo Valli, “Essere militari oggi a Lisbona”, *Corriere della Sera*, 16 de Abril, 1975, 3.

³⁷⁰ Citado por Bernardo Valli. *Ibidem*.

em reuniões, falavam amiúde como seminaristas, apresentavam as fardas amarfanhadas pelas noites passadas em branco ou pelos breves sonos nos sofás dos ministérios. Alguns até apresentavam cabelos longos, outros exibiam barbas remexidas pelo vento salgado do Atlântico. Dos seus bolsos despontavam jornais da esquerda francesa, textos económicos e marxistas. Eram militares diferentes porque choravam, como relata Bernardo Valli³⁷¹:

“Falei com um oficial que chora, que diz ter descoberto, em África, pertencer ao terceiro mundo. Afirmo que ao entrar em Portugal teve essa confirmação quando viu a miséria dos campos. Este oficial chora, para um paraquedista é uma situação insólita, as lágrimas escorrem-lhe sobre a cara. Regressa agora das campanhas de dinamização cultural”.

Os cenários e paralelismos históricos veiculados nos primeiros meses pós-25 de Abril remetem, grosso modo, para as seguintes fórmulas: as colónias africanas podiam transformar-se num Vietname ou sofrer secessões territoriais segundo o modelo congolês ou do Biafra; a conjuntura política foi avaliada em função da experiência chilena; a população portuguesa vivia um *happening* libertário. Se a situação nos territórios ultramarinos convocou, sempre, a analogia com outras experiências passadas, designadamente o Vietname (tipologia do conflito) ou a Argélia (descolonização francesa), o mesmo se pode dizer em relação à evolução da conjuntura política em Portugal continental. O acontecimento do Chile de 1973 constituíram uma bússola analítica muniadora de sequências analógicas, do ponto de vista dos elementos contrarrevolucionários, dos instrumentos de luta ao dispor das classes trabalhadoras ou das realidades socioeconómicas

Imperou, por outro lado, a imagem de um povo que experienciava uma libertação coletiva, uma euforia popular que se difundia no ar como um contágio doce, pautada pela necessidade de comunicar com o *Outro*: o soldado com um cravo na boca da espingarda, um taxista torturado pela polícia política que mostrava os sinais da violência com orgulho da dignidade recuperada, as bandeiras, músicas, os slogans, os murais, o porteiro do hotel que já falava de política, tal como o taxista ou o funcionário do restaurante.

³⁷¹ Bernardo Valli, “Dietro la rivoluzione di Lisbona”, *Corriere della Sera*, 25 de Março, 1975, 3.

O *happening* libertário foi, progressivamente, metamorfoseando-se em manifestações, reivindicações e, por altura do 28 de Setembro de 1974, em tensão. *Alegria, mobilização e tensão*, eis três vocábulos que podem definir o cenário dinâmico através do qual evolui a trama histórica, os episódios, o esqueleto da narrativa que norteou os cerca de 20 meses de Revolução de Abril. A estes substantivos juntar-se-iam, depois, outros dois: *violência e anarquia*. A violência das tentativas de golpe de 11 de Março e 25 de Novembro, a anarquia e violência do *Verão Quente* em cidades como Alcobaça, Braga, Leiria e, entre outras, Famalicão.

Trata-se de um cenário caracterizado por movimento, alteração de estados de espírito e comportamentos, resgatado por uma criação sígnica que atingiu diversas plataformas expressivas, verbal, iconográfica, cinésica, proxémica e objectal (Camilo, 2004). Portanto, pouco condizente com aquele país fechado sobre si mesmo, sem palavras e cores. É este o aspeto mais marcante que confronta dois tempos antagónicos, o antes e o depois de 25 de Abril, colocando-os nos antípodas da convivência e do pulsar quotidiano. A imprensa foi um dos suportes através do qual o jornalistas mais assinalaram essa vivacidade, quer seja pelo aparecimento de novos jornais, que seja pelo tipo de conteúdos (caricaturas, cartoons, fotomontagens) e linguagem, sobretudo a partir do surgimento de publicações como o *Jornal Novo* ou a *Luta*.

Mas se existe uma radical transformação ao nível das imagens animadas, o mesmo não se aplica totalmente, segundo os articulistas, aos traços idiossincráticos da população. A avaliar pelos relatos, mudou, efetivamente, o ânimo reservado. As pessoas entregavam-se à voragem da comunicação. Já não se fala em melancolia, é certo, antes em calma, temperamento brando, comportamento civilizado, traços que rapidamente são reconhecidos aos portugueses pela forma como esses viviam determinadas conjunturas consideradas dramáticas ou que poderiam suscitar surtos incontroláveis de excitação. Existe, deste modo, uma certa continuidade do ponto de vista do temperamento da população, provavelmente com outras terminologias. No lugar da melancolia, passaram a circular vocábulos como serenidade, contenção, calma, prudência.

3.3. O itinerário político *inimigo* e os militares da revolução

Ao longo deste trabalho tentou-se demonstrar que o enquadramento veiculado para o leitor italiano oscilou, durante alguns meses, entre o perigo de Portugal abraçar, por um lado, uma democracia popular ao estilo soviético ou checoslovaco e, por outro, um regime militar de democracia direta. Afirmou-se, também, que a convicção nessas análises partiu, sobretudo, dos articulistas que observavam a revolução a partir das redações italianas. A mesma lógica aplica-se aos paralelismos históricos. Por diversas ocasiões se disse que o país podia deixar a Europa como uma caravela à deriva em direção às águas perigosas de Cuba, do Panamá ou Peru, que se encontrava mergulhado num dogmatismo próximo de Lin Biao na China e de Castro em Cuba.

As analogias mais elaboradas versaram, no entanto, sobre a estratégia de Cunhal e do MFA. O editorial de Aldo Rizzo³⁷², em *La Stampa*, em Julho de 1975, refere que, por algumas passagens, chegava a ser impressionante a similitude entre os acontecimentos de Lisboa e aqueles russos depois do Outubro de Lenine e Trotsky. O editorialista começa por demonstrar que, tal como Lenine depois da revolução, o MFA convocou eleições: os bolcheviques haviam-nas solicitado diversas vezes quando estavam na oposição, contra Kerensky, para depois esquecê-las quando no poder; os militares “vermelhos” de Lisboa proclamaram-nas com demasiada solenidade para não respeitar o empenho. Depois – continua Rizzo –, como Lenine em 1917, o MFA ficou desiludido com a resposta das urnas que deu a maioria aos socialistas e social-democratas, como em 1917 havia dado aos socialistas revolucionários, adversários dos bolcheviques. O epílogo desemboca na Assembleia Constituinte: tal como Lenine havia contraposto o poder real do soviets ao poder formal da Assembleia Constituinte, os militares de Lisboa opuseram os organismos de base ao *poder constituinte*.

O limite deste discurso, reconhecia Aldo Rizzo, residia no facto de que Portugal não era conduzido por um partido político revolucionário, antes por uma casta de militares, ainda que de esquerda. Mas esse partido revolucionário até existia para os articulistas italianos: era liderado por Álvaro Cunhal. O PCP e o seu líder foram conotados, até à formação do VI Governo Provisório, como a força que

³⁷² Aldo Rizzo, “Le sinistre alla prova”, *La Stampa*, 18 de Julho, 1975, 1.

secundava a estratégia leninista do MFA, sendo mesmo apontado como seu inspirador. Álvaro Cunhal foi considerado aquela personagem que seguia escrupulosamente os clássicos leninistas sobre a tomada de poder, ou, por outras palavras, que usava os quartéis enquanto instrumentos de um neoleninismo de assalto ao poder. No reino dos paralelismo, tal como os bolcheviques, os cunhalistas viram-se em minoria.

Outro dos aspetos interessantes da cobertura jornalística sobre a Revolução de Abril radica na construção das personagens, designadamente das principais figuras oriundas da sociedade militar, ou pelo menos aquelas que o foco jornalístico mais privilegiou: Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho, Melo Antunes e Pinheiro de Azevedo. Se os cenários mais pessimistas a respeito do curso político de Lisboa foram disseminados pelos jornalistas que observaram a revolução a partir das redações italianas, já o processo de definição de características físicas e psicológicas pertenceu, maioritariamente, aos enviados especiais.

O general Costa Gomes começou por ser considerado um aliado de Spínola, o homem que trabalhava para neutralizar o MFA e reconduzi-lo à lógica das hierarquias. Definido como liberal, disseminou-se a ideia de que não fora absorvido pelas influências dos movimentos independentistas africanos, o mesmo é dizer que nunca deixara de acreditar na obra civilizadora da pátria lusitana em territórios ultramarinos. Afirmou-se que Costa Gomes subiu ao carro da revolução no último momento, dando aos oficiais subalternos a caução que necessitavam.

Mas foi no cargo de Presidente da República que a sua ação convocou as características psicológicas mais sugestivas, como o general astuto, hesitante, enigmático, prudente até ao último momento e com insólitos silêncios, uma personagem que alimentava os segredos escondidos atrás dos óculos de lentes fumadas. Durante os períodos mais críticos foi vislumbrado como uma figura ambivalente, suscitando enormes dificuldades de interpretação à *tribo jornalística*, sendo conotado, por vezes, com a imparcialidade e o imobilismo excessivos, além do respeito que colhia na opinião pública e da reconhecida capacidade para gerir sensibilidades antagónicas.

No final, imperou a ideia de um militar que, ao contrário de outros, não escondeu o valor do primeiro ato eleitoral livre depois de 48 anos de ditadura. No papel de chefe da corporação militar, foi-lhe reconhecido o mérito de evitar que umas

Forças Armadas divididas se transformassem em fações determinadas ao confronto com armas na mão.

O perfil de Vasco Gonçalves também evoluiu em função da sua atuação política. Aquando da nomeação para o II Governo Provisório, foi descrito como o *soldado desconhecido*, um dos cérebros da conspiração de 25 de Abril, uma mente brilhante e um dos oficiais mais respeitáveis do MFA. Sobre a sua figura recaíram observações que o qualificam como um homem de nervos de aço e de ideias claras, alto, curvo, com uma face melancólica pontuada por rugas profundas, uma personagem apaixonante, fiel às ideias e aos amigos, o homem que, como o MFA, venceu o dramático braço de ferro com António de Spínola. Volvidos os primeiros contactos e entrevistas com os jornalistas italianos, emergiu a imagem de um intelectual empenhado, mais do que um militar revolucionário, cujos argumentos eram suportados por vasta bibliografia, um militar que parecia conhecer de forma singular a realidade do país, denotando clareza de programas, certezas quanto à necessidade de tomar decisões.

O fotograma final de Vasco Gonçalves ficou, porém, associado ao acelerar do PREC e ao enquadramento que esse *guinar à esquerda* suscitou em largos setores da imprensa italiana e ocidental. Surgiram então as referências à sua eventual filiação no PCP, acompanhadas de análises que consideravam Gonçalves filocomunista, que relatavam as suspeitas de ter preferido o partido de Cunhal em detrimento da casta militar. O coronel que havia militado durante anos na oposição clandestina foi conotado com o socialismo dos modelos clássicos da Europa oriental e um *compagne de route* do PCP. Depois, no momento conturbado do *Verão Quente*, no pico das lutas políticas e dos jogos de poder, imperou a ideia de um homem atormentado, o *cavaleiro solitário* que representava, aos olhos dos revolucionários, os erros da revolução e, na ótica da população hostil, uma figura não muito distante de um Cunhal fardado, mas sem um partido na retaguarda. As narrativas sublinharam, deste modo, o rosto marcado pelo cansaço, incapaz de compreender os limites da função que lhe fora conferida e os riscos que fazia correr o país, tudo devido à ingénuo, nevrótica e temerária resistência do militar incansável que dormia cerca de três horas por dia.

A avaliar pela diversidade e profusão de observações, Otelo Saraiva de Carvalho foi, sem dúvida, a figura que mais lentes mediáticas atraiu. Quando irrompeu no jogo político, rapidamente ficou conhecido como o militar loquaz,

fogoso, contraditório, extrovertido, o mais rumoroso, impetuoso e emotivo da revolução, um *showman* dotado de talento natural para o contacto com as pessoas. Em suma: a personagem mais popular do MFA. Bernardo Valli apelidou-o de “Fouché intemperante”³⁷³ e não resistiu ao seu percurso pessoal. Referiu que o pai o havia batizado de Otelo em homenagem a Shakespeare, tendo cultivado, enquanto jovem, o gosto pela encenação³⁷⁴.

Diversos elementos contribuíram para cimentar a imagem do general que cultivava a popularidade com atenção, como o cabelo grisalho, o sorriso largo e cativante, a linguagem crua, as botas altas, o casaco de cor, a farda camuflada de combate, as mãos sobre as ancas, as sentenças ruidosas como aquela dirigida ao embaixador americano Frank Carlucci, os espetaculares voos de helicóptero ou o capacete vermelho de comando. A partir do contacto mais próximo construiu-se uma figura que citava Lenine, que confidenciava aos jornalistas ter levado a cabo longas reflexões sobre os movimentos de libertação africanos, principalmente sobre o PAIGC, que denotava necessidade de falar de tudo e sempre. Segundo Sandro Viola³⁷⁵, esse fluxo verbal remetia para alguns elementos de fácil perceção: o impulso populista no contacto permanente com as massas, determinadas fragilidades psicológicas e culturais e a inevitável vanidade de achar-se, rapidamente, os olhos do mundo.

Definido como um militar de grandes ambições, em vez de um homem de ideias, afirmou-se que a história de Otelo era a história da revolução: Otelo acabou na prisão e a revolução acabou. Nunca foi vislumbrado como um líder, antes uma personagem, o herói popular e o teatral intérprete do oficial revolucionário, o homem da aliança entre os militares e o povo, sem concessões aos partidos políticos, que, no final, perdeu com o infantilismo político e a estratégia errada de procurar municiar a rebelião dos extremismos. São os mesmos extremismos que transformaram Lisboa no laboratório de uma teoria sobre a transição para a democracia. São aqueles impulsos apaixonados que causaram incómodo à imprensa ocidental.

Nos antípodas da áurea ruidosa de Otelo, encontrava-se, segundo os articulistas, Melo Antunes, definido como o ideólogo do MFA, o intelectual mais preparado, um homem de esquerda, moderado, terceiro-mundista, preconizador de um

³⁷³ Bernardo Valli, “Continua in...”, *Corriere della Sera*, 16 de Março, 1975, 1-2.

³⁷⁴ Bernardo Valli, “I nuove ufficiali ribelli di Lisbona sospesi dal consiglio della rivoluzione”, *Corriere della Sera*, 10 de Agosto, 1975, 4.

³⁷⁵ Sandro Viola, “Socialisti, militari, pc – Chi sarà il più forte”, 29 de Abril, 1975, 1.

socialismo adaptado à realidade portuguesa, sensível à capacidade de mobilização do PS mas, por várias vezes, considerado hostil ao líder Mário Soares. Sobre Melo Antunes cristalizou-se a ideia de não ter sido capaz de impor-se como líder político.

Pinheiro de Azevedo foi, por sua vez, descrito como um gonçalvista, uma vez que o seu ramo, a Marinha, era definido, maioritariamente, filocomunista. Escreveu-se que era um dos oficiais menos exuberantes da revolução, modesto, taciturno, nunca se tendo distinguido pelas escolhas ideológicas, antes pelo apoio com que secundava os mais diretos colaboradores, pela amizade e o espírito de cooperação. A sua atuação política esconjurou, no entanto, aos olhos da imprensa italiana, as afinidades com a ala de Vasco Gonçalves, sendo-lhe atribuída fidelidade à Aliança Atlântica e vontade de encetar um novo rumo político com base na vontade popular expressa por altura das eleições para a Assembleia Constituinte.

4. Portugal como grande acontecimento: do estilo do narrador aos critérios de noticiabilidade

A Revolução de Abril foi seguida por jornalistas a partir das redações italianas, por correspondentes distribuídos por vários países e enviados especiais deslocados para o teatro dos acontecimentos (*rede de captura*). No que respeita ao trabalho dos enviados especiais, cumpre salientar que a grande massa de textos produzidos por esses profissionais enquadra-se no paradigma de um nível narrativo extradiegético, precursor de uma escrita objetiva e cronológica.

A maior parte das unidades de redação analisadas apresenta um narrador que se coloca num plano externo e não sincronizado com o desenrolar dos acontecimentos, favorecendo a análise retrospectiva das ocorrências – a distância beneficia a compreensão –, mas reduzindo a capacidade de obter informações. O estilo objetivo pressupõe clareza na exposição e indica que o narrador não abdica dos seus prismas de assimilação e compreensão do real (*esta é a minha versão!*). Ao adotarem, maioritariamente, uma ordem cronológica, os enviados seguiram uma exposição de enunciados em conformidade com a regularidade e sequência das suas observações.

No âmbito das grandes reportagens publicadas na terceira página, em posição minoritária, os modelos narrativos alteram-se: a voz do enviado especial no texto seguiu, frequentemente, um plano homodiegético, no mesmo patamar da história que relata, ao nível temporal e espacial, assumindo a figura de testemunha dos factos experienciados – observa a evolução da ação, possui mais informações e dificuldades de interpretação (Lorusso e Violi, 2004; Génette, 1995). Essas grandes reportagens regeram-se, também, por uma exposição anárco-aleatória das ocorrências, por uma escrita subjetiva tendente a explicar os factos através das personagens, evidenciando sensibilidades, emoções, incertezas, caracterizando-se pelo uso de metáforas, mudanças de ritmo e pela sugestividade e persuasão. Expondo o evento a partir do seu interior, os jornalistas preocuparam-se em captar a natureza das questões suscitadas e conferir autenticidade aos relatos.

Cotejando as unidades de redação dos três jornais em apreço, importa sublinhar que *Il Messaggero* é o órgão de informação que denota algumas dissonâncias em relação aos modelos narrativos preconizados por *Corriere della Sera* e *La Stampa*. Os enviados especiais do diário romano alternaram entre o estilo

mimético e aquele diegético-narrativo, privilegiando, não raras vezes, uma narrativa focalizado na reprodução de testemunhos quase como se não existisse alguém para contar a história (*mimese*).

Os acontecimentos portugueses alcançaram uma exposição pública internacionalmente relevante porque apresentaram altos níveis de incidência em diversos critérios de noticiabilidade. De acordo com os valores-notícia recenseados por vários autores (Galtung, Ruge, 1965; Chaparro, 1994, Wolf, 2001), o processo revolucionário que se iniciou após a queda do Estado Novo desenvolveu-se com base em modelos que se podem definir novelescos ou de folhetim. Caracterizou-se, neste sentido, por dezenas de episódios, no contexto do mesmo enredo histórico, reveladores de forte interesse público devido, por exemplo, à *proximidade* geográfica (Europa), cultural (latinos, europeus) e – desejava-se – política (sistema político, segurança ocidental).

O investimento na *rede de captura* constitui um sinal de que os episódios-notícia adequaram-se ao ritmo de trabalho das organizações jornalísticas (*frequência*), denotando elevado impacto no espaço público e envolvendo amiúde um número significativo de personagens (*intensidade e amplitude*). Mesmo se a *clareza* foi um elemento raramente associado aos acontecimentos portugueses, importa sublinhar que esses, pela matriz novelesca e imprevisível (*inesperado*), facilitaram a criação de um imagem pré-mental em conformidade com as expectativas dos jornalistas, motivando prognósticos e previsões sobre a trama da revolução (*consonância com as expectativas*). O caráter novelesco estabeleceu, ainda, uma relação duradoura com a agenda mediática, na medida em que assuntos já noticiados suscitaram análises ulteriores em função de acontecimentos complementares (*continuidade e desenvolvimentos supletivos*).

O setor de informação e os campos político e social em Itália apropriaram várias questões suscitadas pelo curso revolucionário em Portugal, fator que favoreceu a introdução de assuntos tematicamente enquadrados (*composição*) no âmbito dos noticiários italianos (imprensa, rádio, televisão). Essa apropriação derivou do clima eleitoral e de forte peleja política em Itália, sobretudo, entre Março e Junho de 1975. Não poucas temáticas oriundas da Península Ibérica (perigo comunista, territórios africanos) colocaram em confronto as duas principais nações mundiais (Estados Unidos e União Soviética), os seus representantes políticos e a maior parte dos países e líderes europeus (*envolvimento de nações e pessoas de elite*).

Depois, a Revolução de Abril, mesmo não promovendo nenhum líder incontestável, evoluiu em redor de personagens em nada indiferentes aos media italianos, como Spínola, Vasco Gonçalves, Otelo, Costa Gomes, Melo Antunes, Mário Soares e Álvaro Cunhal. A abordagem às características pessoais e aos percursos políticos dos sujeitos envolvidos foi notória (*personificação*), não faltando elementos essenciais para a construção de uma interessante história em qualquer sistema mediático: *negatividade* (regime militar marxista, democracia popular, democracia direta), *polémica* (PCP vs PCI; Álvaro Cunhal e a estratégia de tomada do poder), *dramaticidade* (golpes militares, onda de violência anticomunista do *Verão Quente*) e *conflito* (Soares vs militares e Cunhal; disputas entre militares conservadores, filocomunistas, populistas e moderados).

Todos estes critérios modelaram a hierarquia noticiosa italiana, focando, em determinados momentos, a atenção do auditório na *questão portuguesa* e contribuindo para disseminar um enquadramento construído do mundo social (teoria do agendamento). O envolvimento dos enviados especiais no acontecimento foi visível, pelo que não enjeitaram a oportunidade de interpretar e de encontrar explicações para a realidade observada.

Os jornais trataram a revolução portuguesa como um acontecimento excecional, quer no momento da queda do Estado Novo, quer nos períodos subsequentes. Os motivos que sustentam esta perspetiva residem no facto de que, primeiro, o fim do sistema estadonovista teria, provavelmente, repercussões nas colónias africanas e no equilíbrio político da África Austral, além de simbolicamente representar o fim da mais velha ditadura da Europa e de um fascismo difícil de classificar. Mais: a festa popular que se prolongou para além do 1º de Maio de 1974 transpareceu para os textos jornalísticos. O vocabulário utilizado, os cenários recriados e as personagens invocadas revelam que os enviados especiais não ficaram indiferentes à constituinte popular em marcha que se foi enformando a partir de 26 de Abril de 1974.

Volvido o preâmbulo, a marca de grande acontecimento foi, depois, municuada por quatro elementos: a) o constante clima de luta política entre personagens (militares) que habitualmente caracterizavam os seu comportamento pelo espírito de classe e, conseqüentemente, pela reduzida conflitualidade; b) a diversidade de projetos políticos em confronto e as repercussões que esses comportavam para a estabilidade europeia e ocidental; c) a incerteza quanto ao desfecho político do

período revolucionário; d) todos os órgãos em apreço sentiram a revolução como um acontecimento que envolvia diretamente Itália e os seus leitores, como se perceberá na última parte do trabalho, em especial devido às questões suscitadas pelo conflito que opôs os dois mais importantes partidos da esquerda (PS e PCP), pela polémica relacionada com a conduta do PCP ao nível da tomada do poder, pela forma apaixonada como a esquerda radical italiana viveu a revolução e, por último, pelo impacto que os acontecimentos portugueses alcançaram no setor da informação e nos campos político e social em Itália.

Os órgãos de informação deslocaram alguns dos mais reputados enviados especiais italianos, como Sandro Viola ou Bernardo Valli. O editorial foi utilizado quer como instrumento de aproximação à situação portuguesa, surgindo em momentos de acentuadas crises políticas ou de acontecimentos simbólicos (eleições de 1975), quer para comentar as repercussões em Itália das temáticas dimanadas da revolução. O editorial cumpriu, deste modo, a sua função de voz do jornal, a sede de opiniões “habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um ato de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar” (Van Dijk, 2005: 220).

Corriere della Sera e *La Stampa* investiram mais recursos ao nível da cobertura jornalística, dado aferível a partir do tempo que os enviados especiais permaneceram em Portugal e da exaustividade com que os diários trataram determinados assuntos, avançado com cronologias, retratos, entrevistas ou crónicas. Outro dado que valoriza o investimento destas publicações consiste no envio de jornalista para Moçambique e Angola.

Os articulistas revelaram um sentimento de adesão aos valores democráticos, recorreram a uma linguagem codificada, orientada para públicos qualificados, como os políticos, economistas e diplomatas. Empregaram no relato jornalístico expressões tipicamente italianas, como *compromisso histórico* para aludir a uma possível aliança entre PS e PCP, *estratégia da tensão* referente às eventuais iniciativas desestabilizadoras das forças conservadoras, ou, por exemplo, *Aventino* para mencionar a dificuldade dos socialistas em voltar ao governo depois de o terem abandonado.

A análise qualitativa às peças jornalísticas demonstra que Vasco Gonçalves, Otelio Saraiva de Carvalho, Melo Antunes e Álvaro Cunhal são referenciados em maior número do que a análise quantitativa sugere, designadamente entre os meses de Maio e Setembro de 1975. A justificação para este desfasamento reside no método

utilizado para a análise quantitativa, orientado para aferir o *protagonista principal* das peças em função do número de referências presentes no espaço de titulação e no *lead*, enquanto o procedimento adotado na abordagem qualitativa abarca a totalidade das peças. Este fator adquire pertinência quando se verifica que, na abordagem qualitativa, um número significativo de unidades de redação corresponde a reportagens que não seguem a regra da pirâmide invertida e, por isso, não condensam os elementos mais importantes no *lead* da peça.

O campo das personagens contribuiu para conferir notoriedade à trama histórica. Figuras como Vasco Gonçalves, Melo Antunes e Mário Soares suscitaram sentimentos de adesão ou reprovação em função dos projetos políticos preconizados. Já os juízos sobre António de Spínola, Otelo Saraiva de Carvalho e Álvaro Cunhal derivaram da conjugação entre as opções político-ideológicas das personagens e os seus os traços idiossincráticos.

5. A imprensa portuguesa no discurso metajornalístico

As condições que regeram o setor de informação em Portugal mereceram várias observações dos articulistas italianos. Esse discurso autorreferencial, que colocou jornalistas a falar sobre jornalismo, desenhou um quadro pouco concordante com o pluralismo informativo ambicionado pelas sociedades democráticas.

Até às eleições de 25 de Abril de 1975, a regularidade das imagens análogas produzidas pelos jornalistas apresenta a maioria dos jornais portugueses de grande informação, de Lisboa e Porto, como uma voz monolítica dominada por notícias unilaterais, de aclamação do governo vigente, municiada pelo conformismo herdado por decênios de poder autoritário; uma voz disponível para acatar ordens e excessos de zelo, tal como no tempo do Estado Novo, cuja uniformidade recuperava as características de uma imprensa de regime.

Alargando o ângulo de observação até ao 25 de Novembro do mesmo ano, aquela maioria de jornais surge identificada como um leque orientado politicamente à esquerda. O olhar do *Outro* considera que uma parte substancial das publicações de Lisboa, com peso relevante no número total de tiragens dos órgãos da imprensa nacional, era controlada direta ou indiretamente pelo PCP, além da extrema-esquerda revolucionária. Esse controlo estava, por sua vez, em sintonia com a influência que os militares afetos a essas correntes políticas exerciam sobre os órgãos de informação. O monopólio criado com as nacionalizações do pós-11 de Março tornou esse poder ainda mais efetivo, criando um situação que, para a análise estrangeira, se aproximava das democracias populares de determinados países terceiro-mundistas, uma verdadeira ameaça à liberdade de imprensa.

Não foram poucos os articulistas internacionais que alinharam pela tese de que esta orientação de esquerda radicava na dominância do PCP sobre as restantes formações políticas e na empatia que unia os militares aos comunistas; que esta empatia encontrava fundamento na confiança que muitos oficiais depositavam na organização do partido de Álvaro Cunhal e nas garantias que ela oferecia para contrariar eventuais golpes da direita nostálgica ou para controlar a agitação do movimento operário. Segundo a perspectiva externa, proceder à leitura de alguns importantes jornais portugueses equivalia a descobrir a eficiência e a objetividade da imprensa soviética.

Completa este ponto de vista a ideia de que existia uma manifesta disposição psicológica de jornalistas e intelectuais no sentido de se diferenciarem do passado recente, assumindo posições extremas e tentando ultrapassar à esquerda os próprios comunistas. O batimento da imprensa nacional pulsava, então, ao ritmo das manipulações, das notícias tendenciosas portadoras do gene da agitação, de uma informação que se adequava mais aos desejos de quem a produzia do que propriamente às regras dos noticiários.

Subsistia ainda a censura operada por elementos de extrema-esquerda e por comunistas estrategicamente colocados nas redações. Nos momentos de maior tensão, os enviados especiais fizeram questão de narrar alguns episódios eloquentes de práticas censórias, como fez Sandro Viola³⁷⁶, em Março de 1975. O enviado italiano começou por referir que o *Avante!*, porta-voz do PCP, havia solicitado o controlo dos despachos dos jornalistas estrangeiros com o objetivo de impedir que a imprensa ocidental continuasse a dar do *Portugal novo* uma imagem falsa, ideia prontamente recusada pelo ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, e até pelo próprio dirigente comunista Aurélio dos Santos, que logo dissociou o partido do seu jornal, dizendo tratar-se de uma iniciativa não autorizada. Sandro Viola relatou depois que, em dois dos principais hotéis de Lisboa, os artigos de alguns jornalistas estrangeiros, considerados ofensivos, haviam sido cortados pelo pessoal responsável pelo telétipo.

Não obstante os episódios contrários à liberdade de imprensa verificados em vários meios de comunicação, como o emblemático e *ressonante* “caso *República*”, a tendência monofónica sinalizada, não alheia a situações de censura, surge, no entanto, mais associada a uma predisposição política do que a orientações legislativas tendentes a impor um clima censório reconhecido por governantes e governados.

³⁷⁶ Sandro Viola, “Soares e Cunhal”, *La Stampa*, 23 de Março, 1975, 2.

6. A influência do património ideológico-cultural dos jornalistas e as originalidades da revolução

A cobertura jornalística da Revolução de Abril revela e enfatiza, de forma inequívoca, a componente construcionista intrinsecamente associada ao jornalismo. A informação noticiosa é sempre uma construção social que depende de fatores como os sentidos manifestados pela dinâmica dos eventos, os constrangimentos do sistema organizacional, os discursos e valores que orientam a produção de conteúdos, as rotinas profissionais que influenciam o trabalho jornalístico, a natureza das fontes de informação e os critérios noticiosos dos jornalistas (Traquina, 2002; Benetti, 2007). A soma e conjugação destes fatores, ou a predominância de um ou outro, determinam o sentido do conhecimento produzido.

Partindo do princípio de que o jornalismo, como se demonstrou no capítulo II, constrói sentidos sobre a realidade no âmbito de um processo de interação entre o jornalista e o mundo social que o rodeia e a sua rede cultural de significados (Livolsi, 2001), verifica-se que os articulistas italianos comportaram-se como uma *comunidade interpretativa* (Zelizer, 2004) unida por um discurso partilhado (italiano, europeu, ocidental) e pelas interpretações coletivas dos acontecimentos portugueses. O modo de relacionamento com o *Outro* (português, europeu, ocidental) é o elemento que representa e enforma esse discurso comungado, apoiado num vocabulário, em doutrinas, imagens, recorrendo a observações críticas, construtivas, pejorativas, elogiando, esclarecendo, caricaturando, desqualificando, atribuindo características, valorizando.

Essa forma de depositar no *Outro* categorias, definições e significados permitiu exprimir a identidade e o sistema de valores das instâncias de enunciação. Existe todo um património cultural e ideológico, circulante nos textos, vocacionado para estabelecer distâncias ou proximidades entre a identidade enunciativa e as personagens com quem interage. Veja-se, por exemplo, a forma como as referências culturais e as categorias de Aldo Rizzo³⁷⁷ se manifestam na seguinte passagem:

³⁷⁷ Aldo Rizzo, “Come un’isola stalinista”, *La Stampa*, 19 de Fevereiro, 1976, 3

“O famoso endereço do comunismo português, rua António Serpa 26, olho do ciclone da revolução, apresenta uma entrada humilde, salas frias e pobres, num bairro chamado ‘Campo Pequeno’. Falta, não digo a grandiosidade da Botteghe Oscure, que está num outro contexto, mas o estilo burocrático de uma federação regional do PCI. Não sei que relações possam existir, para um partido, entre a sua sede e a sua linha política: mas a rua António Serpa é como se fosse uma. Portanto, pequeno partido, partido pobre, nenhuma concessão, nem mesmo a menos dispendiosa, ao conforto dos seus funcionários; depois, também, partido duro, numa emergência permanente”.

Tentou-se demonstrar que esse modo de relacionamento desembocou numa espécie de autoridade democrática, que não deve ser encarada como um truísmo ou algo singular, inacessível ou praticada por poucos. Antes um elemento que regula não poucos espaços simbólicos da esfera pública, com natural influência, neste período, na forma como os indivíduos se observam e constroem os seus esquemas mentais. Foi através da *construção ilocutória* que se identificou esse tipo de autoridade polifónica, simultaneamente, consonante e dissonante. A *construção ilocutória* corresponde ao mecanismo metodológico introduzido para analisar a relação de afinidade entre, por um lado, as vozes que circulam nos textos e, por outro, os diferentes tipos de peças jornalísticas. Foi este procedimento que possibilitou sinalizar os atos de linguagem reveladores do envolvimento dos jornalistas no domínio da realidade representada – logo construída – e reportada.

No âmbito da grelha de leitura veiculada para o leitor italiano, cumpre salientar dois aspetos que balizam esse enquadramento: a) os esquemas ou categorias pré-estabelecidas do passado; b) e a necessidade de resolver contradições no contexto do relacionamento com o *Outro*.

Não é fácil resistir ao fascínio das analogias e dos paralelismos históricos, na medida em que essas categorias, percecionadas como axiomas mais ou menos consolidados, transformam-se em chaves de leitura apetecíveis e orientadas para resolver situações novas ou desconhecidas. O processo que induz à utilização do passado para explicar o presente ou futuro não constitui, no entanto, um exercício adequado para interpretar realidades históricas, específicas, que não se repetem, como foi o caso da Revolução de Abril. Por isso Sandro Viola³⁷⁸ dizia que a revolução era um elemento dinâmico, difícil de perceber, ao passo que Sandro Osmani³⁷⁹ afirmava

³⁷⁸ Sandro Viola, “Domani i portoghesi ‘riscoprono’ il voto”, *La Stampa*, 24 de Abril, 1975, 17.

³⁷⁹ Sandro Osmani, “Si preparano nuove riforme”, *Il Messaggero*, 18 de Março, 1975, 16.

que a conjuntura portuguesa era decisivamente anómala caso se adotasse o ponto de vista tradicional.

Mesmo procurando amiúde perscrutar as razões e motivos de um determinado acontecimento ou personagem, a imprensa italiana legitimou o seu enquadramento sobre a *questão portuguesa* com base em esquemas interpretativos ancorados no pretérito. Esse tipo de procedimento favoreceu a exposição do leitor italiano diante de narrativas com maior carga ideológica ou propagandística, conotadas com o edifício discursivo ocidental, europeu, democrático pluralista, em permanente contenda com outros edifícios discursivos oponentes, como o de Leste afeto às democracias populares de matriz soviética ou aquele terceiro-mundista das democracias diretas. Nunca é demais recordar que as palavras, o principal instrumento de trabalho dos profissionais em apreço, definem, descrevem e estabelecem aquilo que acontece.

Sobre o período de transição para a democracia em Portugal é possível individualizar três categorias. A primeira consiste no esquema chileno que remete para o perigo reacionário da direita conservadora militar, ameaça genericamente materializada na figura do general Pinochet. Essa analogia beneficiou de certas semelhanças entre os dois países, por exemplo, no que respeita ao clima de anarquia, caos social e sabotagem económica, mas tudo o resto afigurava-se diferente, a começar pelos instrumentos de luta à disposição dos trabalhadores portugueses e daqueles chilenos.

A segunda categoria corresponde à imagem da *Cuba europeia*, no sentido em que, caso se concretizasse a implementação de um regime militar marxista, preconizador de uma democracia popular de tipo soviético, Portugal seria, depois de Cuba, o segundo enclave comunista no espaço ocidental. E o primeiro no coração vital da segurança europeia.

A terceira reside na forma de analisar Álvaro Cunhal e o PCP. Tanto um como outro foram sempre avaliados em função dos partidos e dos líderes comunistas espanhol, francês e, sobretudo, italiano. A maneira de fazer política, as concepções doutrinárias, a estratégia do partido, as relações internacionais, enfim, tudo em Álvaro Cunhal e no PCP foi ajuizado a partir das experiências dos outros três partidos comunistas ocidentais e do novo fôlego que esses representavam através da fórmula do eurocomunismo.

Desse permanente conflito entre a realidade objetiva do PCP e aquela que o partido, segundo o olhar externo, deveria perseguir – a estrada do revisionismo –,

decorre o segundo aspeto que influenciou a cobertura jornalística italiana: a necessidade de resolver embaraços ou contradições no contexto do relacionamento com o *Outro*. Isto é, a presença do PCP nos governos provisórios constituía, como se mencionou anteriormente, um perigoso precedente para a segurança ocidental. Por isso se falou tanto na *teoria da vacina* de Kissinger. Para agravar a situação, também em Itália o partido de Enrico Berlinguer, muito próximo de vencer as eleições no biénio 1975-1976, arriscava-se a subir legitimamente ao poder através do voto democrático ou, não menos *preocupante*, por intermédio do projeto do *compromisso histórico*. Claro que esta contrariedade era muito mais sentida pelos Estados Unidos, os arautos e líderes da defesa ocidental, do que pelos parceiros da Aliança Atlântica. Mas não deixa de ser um dado objetivo.

Como resolver a contradição de vislumbrar um perigo gravíssimo a chegada do PCP ao poder e, por outro lado, considerar menos nocivo, ainda que intolerável, o PCI alcançar o mesmo desígnio? Os articulistas, mesmo aqueles frontalmente hostis a qualquer tipo de comunismo, como Alberto Ronchey, recusaram sempre as analogias entre o PCP e PCI com a justificação de que este último encontrava-se solidamente inserido no contexto democrático, sensibilizado e concordante com as suas regras, com um percurso teórico reformista. O PCP, segundo o observador externo, não passava de um clone soviético que suscitava apreensão, com o qual era difícil dialogar se se quisesse utilizar o vocabulário das democracias ocidentais. Apesar das muitas dúvidas e desconfianças ainda existentes a respeito da *praxis* e da cultura política dos comunistas italianos, bastava, porém, fazer a distinção entre um PCI democrático e um PCP refratário a tais conceções para o problema não se colocar de igual forma em relação ao partido que colocou em marcha o eurocomunismo e aquele que continuava cristalizado na ortodoxia de Moscovo. Eis, portanto, a forma de desbloquear a contradição.

Os esquemas ancorados no passado e as contradições relacionadas com a subida ao poder de comunistas em governos ocidentais não esgotaram o esforço interpretativo da voz italiana. Os textos jornalísticos, sobretudo dos enviados especiais, identificaram um conjunto de originalidades dimanadas da *questão portuguesa* que refletem justamente essa dificuldade de encaixar a *Rivoluzione dei Garofani* em categorias pré-estabelecidas.

A primeira dessas particularidades consiste no reconhecimento por parte dos próprios enviados italianos da impossibilidade de recorrer aos esquemas tradicionais

para explicar as etapas e os sobressaltos da revolução. Se a admissão desse fator não bastou para ignorar a vertigem dos paralelismos históricos, sobressaiu, no entanto, a opinião de que o quadro político português era marcado por uma profunda dissociação entre as palavras e os seus significados. As terminologias convencionais obrigavam, por isso, a uma redobrada atenção.

O caráter incruento da revolução foi talvez um dos aspetos mais focados pelos jornais, mesmo em momentos em que se acenou com a guerra civil. Volvidos 19 meses do golpe mais incruento dos golpes, como *La Stampa*³⁸⁰ definiu a queda do Estado Novo, falava-se, por exemplo durante a crise do 25 de Novembro, de uma revolução não violenta porque não era violento o poder que queria moderá-la, uma vez que derivava da sua própria não violência. Tudo nascia e desfazia-se, reformando equilíbrios e estabelecendo outros.

Avolumaram-se, por outro lado, as referências que descreviam Lisboa como laboratório político, santuário das últimas esperanças da esquerda radical europeia, *workshop* ou opifício de uma teoria sobre a transição. Talvez por constituir um espaço de múltiplos ensaios sociopolíticos, o caso português foi conotado com a incerteza e a tal fisionomia do livro aberto. Regime militar? Democracia popular? Democracia direta? Democracia representativa? Refluxo das direitas conservadoras? Denotou, portanto, forte interesse político, favorecido pelo facto de que diversos momentos críticos resolveram-se, surpreendentemente, de modo fácil, sem violência e com imprevistos compromissos.

No contexto das forças políticas civis, a imprensa italiana destacou a tenacidade e resiliência dos atores políticos, mesmo depois de abdicarem de grande parte das normais prerrogativas (I Pacto MFA-Partidos) concedidas aos partidos políticos em democracias representativas. Nunca consideraram, portanto, a capitulação como definitiva. O outro elemento radicou na tática ziguezagueante do PCP, nada habitual entre os partidos comunistas, ora apostando na colaboração com os militares, ora propondo alianças com o PS e outros partidos de esquerda, ou, por fim, associando-se com a extrema-esquerda.

Mas foi o domínio específico da atuação política dos militares que suscitou o maior número de singularidades. O regime misto composto por militares e partidos foi considerado sem precedentes no âmbito das situações que apresentavam a classe

³⁸⁰ Aldo Rizzo, “Menor rosso a Lisbona”, *La Stampa*, 15 de Fevereiro, 1976, 3.

militar no poder. Dentro da mesma conjuntura, os jornalistas destacaram aspetos como a ausência de um verdadeiro líder, tratando-se de um poder construído com base em traços autoritários mas onde não se antevia a sede nem o rosto. Desta ausência de um poder com identidade decorriam outras duas peculiaridades: o vazio de poder, ou seja, múltiplos centros decisórios que se anulavam mutuamente e desagregavam um suposto poder principal; e a inércia do poder militar que, encarado como uma das causas da fratura acelerada do corpo social, se manifestava, frequentemente, pela ausência de atitudes concretas tendentes a resolver determinados problemas (desacatos entre populares, conflitos entre fações militares).

Os jornalistas afirmaram que, pelo menos até à posse do primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, o interesse corporativo não tinha sido, inesperadamente, o principal catalisador da ação política dos militares. Salientaram que a intentona de 25 de Abril não respeitara hierarquias, ao contrário do que sucedia na América Latina, em países como o Peru. Os jovens oficiais partiram, afinal, para a ação valendo-se, estrategicamente, do prestígio de generais como Spínola e Costa Gomes, evitando assim a violência difusa.

Corriere della Sera, *La Stampa* e *Il Messaggero* perceberam o projeto radicado na unidade entre o povo e o MFA como um dos elementos mais originais do caso português, quase pertencente à ordem mitológica e importante para refundar o mundo social. Ajuizaram como autêntico eleitoralismo a forma como os militares procuraram ultrapassar as divergências internas, votando sistematicamente documentos e contradizendo, deste modo, as críticas que eles próprios endereçaram ao *eleitoralismo dos partidos burgueses*. E, claro, frisaram que um governo em greve nunca se tinha visto (VI Governo Provisório).

Os jornais reconheceram, por último, que os militares responsáveis pelo derrube da ditadura, alvo dos mais severos ataques e desconsiderações, foram os mesmos que, depois de inúmeros sobressaltos e disputas, criaram condições para a implementação de uma democracia representativa de matriz ocidental.

7. Conclusão

A imprensa italiana acolheu a Revolução de Abril com um sentimento de satisfação e, simultaneamente, de prudência. O contentamento está relacionado com a queda de um regime considerado tirânico, fascista, autoritário, repressivo e anistórico. Os textos jornalísticos procuraram interpretar o pulsar da população, festejando o presente, esconjurando o passado, denotando mesmo algum romantismo. A Festa do 1º de Maio constituiu o clímax das celebrações. A satisfação foi sempre secundada pela expectativa de perceber se Portugal iria iniciar um processo em direção à história comum dos europeus, o mesmo é dizer no sentido dos sistemas democráticos ocidentais, pluralistas, assentes na atividade dos partidos e na representação parlamentar.

O esforço de inscrever nas páginas impressas a dinâmica da realidade observada, das emoções das personagens aos cenários da ação da narrativa, foi acompanhado pela imperativo de interpretar o acontecimento e encontrar explicações. Como refere Mário Mesquita (1994/a: 63), “os jornalistas hesitam entre, por um lado, o desejo de contar uma intriga e traçar o retrato das personagens e, por outro, a necessidade de elaborarem um relatório seco e documentado, pleno de análises, juízos de valor e argumentos pró e contra”.

A outra face do enquadramento disseminado para o leitor italiano surge visivelmente ancorada num sentimento de prudência e desconfiança intimamente relacionado com a história dos golpes castrenses e no seu difícil conúbio com as liberdades civis. As proclamações e promessas da autoridade militar, ainda que inspirassem otimismo, não encontraram um ambiente de adesão incondicional dos órgãos de informação analisados.

À medida que as personagens costuraram a trama histórica, o general Spínola e a sua *entourage* foram vislumbrados como um óbice ao processo que deveria conduzir o país em direção às democracias europeias, percecionados enquanto arautos de uma democracia musculada. Até ao 28 de Setembro de 1974, os oficiais do MFA surgem como o corpo resiliente que procura contrabalançar os impulsos autoritários do general do monóculo, corporizaram, portanto, as últimas garantias no sentido de impedir uma involução do espírito inicial do 25 de Abril e das promessas propaladas.

O afastamento de Spínola e a chegada dos jovens oficiais à condução política do país assinala uma nova etapa na grelha de leitura dos articulistas italianos, isto é,

uma metamorfose de sentidos. De garantes das liberdade civis rapidamente transformam-se numa perigosa ameaça que não apenas colocava em causa a evolução democrática do sistema político e da sociedade, como representava um corpo anómalo para a Europa cujas nefastas consequências poderiam turbar os mais construtivos projetos orientados para relançar o diálogo entre forças políticas antagónicas e solidificar as instituições democráticas, principalmente, em países como a França e Itália.

A partir de Outubro de 1974 e, sobretudo, de Março de 1975, os militares do MFA foram conotados com a via marxista da ditadura militar, com os impulsos soviéticos ou terceiro-mundistas de tipo peruano ou chileno. A ameaça adquiriu dimensões relevantes e credibilidade porque o PCP foi, até Agosto de 1975, considerado o interlocutor privilegiado do grupo militar responsável pela radical viragem à esquerda do percurso político.

O *Verão Quente* marca o *curto-circuito* do enredo e corresponde ao clímax das narrativa jornalísticas. É neste período que o *corpo vermelho* constituído por militares marxistas e forças políticas de inspiração comunista começou a desintegrar-se, protagonizando episódios confusos, de penosa leitura, contraditórios e de difícil tratamento jornalístico caso se pretenda seguir uma certa coerência analítica. Emerge então a facção militar (liderada por Melo Antunes) predisposta e capaz de quebrar a dominância dos setores marxistas-radicais, percurso igualmente traçado pelos socialistas de Mário Soares e suportado pelo crescente consenso que o partido foi, progressivamente, granjeando na sociedade. É este o período de maior e mais prolongada interação entre os jornais e o acontecimento reportado. A realidade reconstrói-se no discurso do próprio jornal, “alimentando-se dele e alimentando-o a ele” (Rebelo, 1994: 85).

A história da transição para a democracia em Portugal inicia, depois, a escalada descendente. Os enviados especiais regressam a Itália, o revolução abandona as primeiras páginas e caminha em direção ao último episódio-símbolo. Segundo o *Corriere della Sera* e *La Stampa*, o 25 de Novembro corrigiu a rota desvirtuada pela tenacidade de um grupo de militares que não respeitava a legitimidade democrática emanada das urnas. A purificação no interior do edifício militar e no setor de informação é dolorosa, os jornais reconhecem, mas sublinham que estão reunidas as condições para, com cerca de um ano de atraso, o país percorrer o caminho das democracias representativas e, definitivamente, abraçar o projeto e os valores

européus. *Il Messaggero* considerou, por sua vez, que os acontecimentos de 25 de Novembro representam uma verdadeira viragem à direita do quadro político.

Os articulistas demonstraram que toda a informação noticiosa é sempre uma construção social determinada por fatores como os valores-notícia dos enunciadores, a natureza das fontes de informação, as rotinas profissionais e crenças partilhadas, os sentidos manifestados pela evolução dos acontecimentos e os discursos e valores que orientam as práticas jornalísticas (Benetti, 2007, Traquina, 2002; Zelizer, 1993-2000; Bourdieu, 1998). O património ideológico-cultural dos enunciadores emergiu, neste sentido, como um discurso dotado de matéria e de referentes (ocidentais, europeus, italianos, valores democráticos) do qual deriva uma posição de *proximidade* que os relaciona com os atores e cenários dos seus próprios textos. Esta proximidade manifestou-se, por um lado, no horizonte da idiosincrasia comungada (europeus, latinos) e, por outro, transformou-se numa espécie de *autoridade democrática*.

É, portanto, esta autoridade democrática que define o curso dos acontecimentos portugueses como um discurso contrário ao seu, ameaçador, animado por militares autoritários, antidemocráticos, idealistas e movidos pelo infantilismo político. É uma autoridade democrática assente numa posição diferenciadora, na medida em que os articulistas percebem o *Outro* (português) enquanto aspirante a integrar uma esfera de valores e comportamentos (democracia) que eles próprios já assimilaram, dominam e partilham. É uma autoridade democrática que perspetiva e avalia o PCP em função da matriz reformista e das conceções teóricas do PCI, que identifica o partido de Álvaro Cunhal e os oficiais progressistas do MFA como o principal obstáculo, o *inimigo*, à via democrática pluralista que Portugal deveria percorrer para se juntar à família europeia.

Esta autoridade democrática é a mesma que atribuiu ao PS e a Mário Soares o papel de intérpretes do substrato ideológico e cultural das instâncias de enunciação, os principais representantes das esperanças europeias e ocidentais. Os jornalistas italianos desenvolveram com Mário Soares e o partido um tipo de relação pedagógica que lhes permite rejubilar com os seus êxitos, criticar construtivamente as estratégias políticas, defendê-los dos ataques dos adversários.

Quanto ao campo das personagens, verifica-se a transferência de atributos negativos para figuras como António de Spínola, Otelo Saraiva de Carvalho, Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves. No caso dos três primeiros, o processo de classificação decorre da conjugação entre as opções político-ideológicas das personagens e os seus

traços idiossincráticos, sendo que o primeiro aspeto influencia inevitavelmente o segundo. O *fotograma* final de Pinheiro de Azevedo, Francisco da Costa Gomes e Melo Antunes remete para uma conotação positiva, ainda que perturbada, em determinados períodos, não por uma relação conflituosa entre os jornalistas e as personagens, antes pela dificuldade em compreender a ação política destas ou quanto muito por não corresponder às expectativas dos enunciadores. Mário Soares é, claramente, a figura sobre a qual incidem as melhores impressões, o ator político que sugere uma identificação positiva com os articulistas.

Quando se procurou perscrutar a caracterização dos cenários, em Portugal, no âmbito de dois tempos distintos, antes e depois do 25 de Abril, facilmente é possível inventariar as diferenças descritas pelos jornais em apreço. A Revolução de Abril apresenta ambientes modelados por movimento, alegria, reivindicações, tensão, violência, anarquia, aspetos pouco condizentes com aquele país fechado sobre si mesmo, sem palavras e cores, imagem que os jornalistas relacionam com o Estado Novo.

O dominador comum entre esses dois tempos antagónicos do ponto de vista dos cenários radica nos traços idiossincráticos da população. Existe, segundo a imprensa italiana, uma certa continuidade ao nível do temperamento da população. A melancolia do tempo anterior é, no pós-25 de Abril, apresentada como serenidade, contenção, calma e prudência.

Os acontecimentos portugueses corresponderam aos, ainda atuais, critérios de noticiabilidade (*news values*) avançados por Johan Galtung e Mari Ruge (1965), tendo-se desenvolvido com base em modelos que se podem definir novelescos ou de folhetim. Foram seguidos por jornalistas a partir das redações italianas, por correspondentes distribuídos por vários países e enviados especiais deslocados para o teatro da ação. São aspetos da cobertura jornalística que refletem a relevante exposição pública associada a esta fase de transição para a democracia.

No domínio das unidades de redação dos enviados especiais, importa sublinhar que a grande massa de textos enquadra-se no paradigma de um nível narrativo extradiegético, percursor de uma escrita objetiva e cronológica. A totalidade dos articulistas denotaram, como se mencionou, um sentimento de adesão pelos valores democráticos e recorreram a uma linguagem codificada, orientada para públicos qualificados, como os políticos, economistas e diplomatas.

PARTE V – ANÁLISE QUALITATIVA DAS REPERCUSSÕES DOS ACONTECIMENTOS PORTUGUESES EM ITÁLIA

CAPÍTULO XIII – DEFININDO A HIERARQUIA DA ESPIRAL MEDIÁTICA

1. *Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril como acontecimento discursivo*³⁸¹

“A decisão do Conselho Superior da Revolução de excluir da competição eleitoral três partidos, entre os quais a Democracia Cristã, abalou a opinião pública portuguesa e a de todos os outros países europeus”, escrevia o deputado Michele Achilli³⁸², no *Avanti!*, em Março de 1975. O título “Para onde vai Portugal?” secundava o parágrafo-guia do extenso artigo do órgão oficial do PSI. São enunciados, de alguma forma, elucidativos quanto às repercussões dos acontecimentos portugueses, cujo sentido encontra-se em consonância com as observações de não poucos jornalistas italianos.

Por altura do arranque da campanha para as eleições da Assembleia Constituinte, Sandro Ottolenghi³⁸³ lançava a mesma questão: “Para onde vai Portugal?” O enviado especial de *L’Europeo* deslocou-se a Lisboa e traçou o diagnóstico: “Portugal transformou-se no ponto focal da política internacional, os últimos acontecimentos tiveram, sobretudo em Itália, reflexos inesperados. (...) Jogase um carta muito importante no póquer das relações de força e do futuro da Europa. Talvez mesmo do mundo”.

Formulada em diversas ocasiões por atores políticos, jornalistas e comentadores, a pergunta *Para onde vai Portugal?* constitui, como se pode ver na introdução, um pertinente ponto de partida para discorrer sobre o objetivo desta última parte da pesquisa: caracterizar o impacto da Revolução de Abril no setor de informação e nos campos político e social em Itália. A interrogação afigura-se sugestiva na medida em que remete para uma certa perplexidade dos locutores. Essa perplexidade, na verdade, foi sempre assistida por ceticismo, os sentimentos que mais adesão suscitaram, no olhar externo, sobre o curso revolucionário português.

³⁸¹ “Para onde vai Portugal?” é a tradução de *Dove va il Portogallo?*

³⁸² Michele Achilli, “Dove va il Portogallo?”, *Avanti!*, 23 de Março, 1975, 14.

³⁸³ Sandro Ottolenghi, “Parlano i capi del Portogallo”, *L’Europeo*, 3 de Abril, 1975, 28.

Mas os enunciados de Michele Achilli e Sandro Ottolenghi subentendem, também, vários planos, por exemplo, no âmbito da análise do discurso, do mapeamento das vozes à identificação dos sentidos (Benetti, 2007). Não obstante esta pesquisa perseguir objetivos mais modestos do que o estudo das formações discursivas, é possível verificar que a linguagem do deputado socialista e do jornalista do mítico hebdomadário remete para o envolvimento interessado dos locutores, a existência de vozes (polifonia), a formulação de um quadro de sentidos que retoma outras significações produzidas em situações anteriores (*intertextualidade*). O dialogismo está presente em toda a linguagem (Bakhtine, 1952/1953-1996: 66), favorecendo tanto as relações entre discursos (*interdiscursividade*) como as relações entre sujeitos (*intersubjetividade*). Qualquer discurso é arquitetado de forma intersubjetiva e isso exige que seja entendido como histórico e determinado pelos enquadramentos (*frame*) sociais e culturais, aquilo que Goffman (1986: 7-11) designa o conjunto de princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjetivo neles.

Vislumbrados por largos setores da opinião pública italiana como agentes vocacionados para estabelecer uma ditadura militar marxista ou um qualquer regime alinhado com as matrizes das democracias populares de leste ou das democracias diretas terceiro-mundistas, a frontal reprovação quanto ao destino político preconizado pelos militares de Abril não esgota, no entanto, o enquadramento italiano sobre a *Revolução dos Cravos*. Vários coletivos da esquerda radical, de O Manifesto à Luta Continua ou Vanguarda Operária, viveram a revolução *in loco* e de forma apaixonada, empenhados em reabilitar os sonhos depositados na dinâmica de 1968 ou no *autunno caldo* de 1969.

O sentido da questão *Para onde vai Portugal?* suscitou episódios políticos e sociais críticos, sentimentos de vituperação, solidariedades e entusiastas reações. Originou inflamadas polémicas entre intelectuais, políticos, comentadores, jornalistas e agentes sociais³⁸⁴, discussões no parlamento e nas assembleias municipais e regionais, preferências políticas em detrimento de opções editoriais. Conduziu os meios de comunicação a dissemelhantes chaves de leitura e representações da mundividência.

³⁸⁴ Os espaços dedicados pela imprensa italiana à voz dos leitores constituem um excelente barómetro para aferir o interesse que a Revolução de Abril suscitou na opinião pública.

Desde o início de 1975 que a os acontecimentos portugueses foram ocupando, consistentemente, os espaços nobres dos órgãos de informação italianos, não apenas aqueles dedicados à atualidade internacional, mas igualmente as secções focalizadas na política interna da península. Não poucos foram os momentos em que os campos político e jornalístico apropriaram temáticas dimanadas da revolução e se lançaram em processos de instrumentalização, resgatando assuntos com maior ou menor exposição mediática com o intuito de gerar novos *acontecimentos discursivos* (Foucault, 1969-2005) e desenvolvimentos supletivos.

Efetivamente, a Revolução de Abril conferiu ao país de Camões uma *ressonância* mediática sem precedentes e alterou, em determinados momentos, o ritmo e os conteúdos da *praxis* política italiana³⁸⁵. A moldura que enforma as repercussões do curso revolucionário português em Itália é, portanto, caracterizada pelo envolvimento interessado e polifónico dos agentes políticos, sociais e culturais e pela abundância de sentidos (enquadramentos) que oscilam entre sentimentos de identificação e conflitualidade. Imperou, sobretudo, a prática da exegese como meio de definir uma determinada posição discursiva contra, a favor ou a partir do *Outro* (português).

Metodologicamente, pretende-se elaborar um inventário dos discursos (enunciados) e acontecimentos desencadeados em Itália pela dinâmica revolucionária portuguesa. Na esteira da perspectiva de Michel Foucault (1969-2005: 57), o enunciado é aqui trabalhado como um acontecimento “que nem a língua nem o sentido podem esgotar por inteiro”, proporcionando a si mesmo uma existência remanescente na esfera de uma memória ou na materialidade das palavras impressas e verbalizadas. Tal como o acontecimento, o enunciado é único e oferece-se à repetição, à transformação, à reativação. Segundo o filósofo francês³⁸⁶, o enunciado irrompe com estatuto, circula em redes, oferece-se ao uso, às transferências e modificações, “permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde perante interesses, entra na ordem da contestação e das lutas, torna-se tema de apropriação ou rivalidade”.

No contexto desta pesquisa, a problematização *foucaultiana* convida a observar os eventos arrolados enquanto *acontecimentos discursivos*, quer sejam

³⁸⁵ A *questão portuguesa* foi um dos temas em maior destaque durante o XIV Congresso do Partido Comunista Italiano e as eleições Regionais e Administrativas de 1975.

³⁸⁶ *Ibidem*: 147.

encontros entre atores políticos e sociais, manifestações, confrontos físicos entre ativistas políticos ou iniciativas culturais, quer sejam discussões no âmbito de sessões parlamentares, de congressos, declarações à imprensa, notícias ou reportagens destinadas a revelar tomadas de posição ou determinadas análises e considerações.

Elaborou-se uma grelha taxionómica orientada para determinar o grau de exposição pública e a frequência de desenvolvimentos supletivos (Elevado-Regular-Reduzido) associados aos acontecimentos inventariados. A classificação desses *acontecimentos discursivos* processou-se, por um lado, a partir dos critérios de noticiabilidade (Galtung, Ruge, 1965; Chaparro, 1994; Wolf, 2001) que determinam o *newsmaking* e, por outro, através de uma exaustiva análise exploratória das mais importantes publicações italianas, entre 25 de Abril de 1974 e 2 de Abril de 1976, num universo que ultrapassa os 150 títulos. Desse universo constam os principais jornais diários, semanários e mensários de grande informação, bem como a imprensa partidária ou de tendência, além das publicações periódicas de *referência*.

2. A multiplicidade temática da *questão portuguesa*

A primeira categoria respeita aos *acontecimentos discursivos* com reduzida exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos. São aqueles eventos que, possuindo valor mediático, irrompem na substância da novidade de forma, muitas vezes, pontual ou pouco continuada, com reduzidas probabilidades de ocuparem os espaços nobres da informação. O valor desta categoria não reside tanto no impacto mediático dos acontecimentos que congrega, antes na diversidade temática que esses representam, sem dúvida um indicador importante para avaliar as réplicas da *questão portuguesa*.

Classificação dos acontecimentos discursivos	Reduzida exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos
Descrição	Intercâmbios ou iniciativas político-culturais organizadas pela sociedade civil ou pelas instituições democráticas
	Especulação quanto ao envolvimento de Itália nos conflitos africanos
	Solidariedades institucionais
	Mobilização da opinião pública (manifestações, violência)
	Polémicas, debates parlamentares e tomadas de posição ao nível dos conselhos regionais
	III Conferência Nacional dos Metalomecânicos
	Questão militar
	Revisão da Concordata
	Unicidade sindical como modelo a rejeitar
Uma revolução desenhada	

Tabela 33: Acontecimentos com reduzida exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos

A Revolução de Abril motivou, neste sentido, numerosas iniciativas político-culturais organizadas pela sociedade civil ou pelas instituições democráticas, desde conferências de imprensa, debates, mesas-redondas, convénios ou apresentações de livros, como sucedeu com as edições italianas das obras *L'Angola nell'occhio del ciclone*, de Basil Davidson (1975), e *Una democrazia confezionata? Il caso del Portogallo*, do jornalista australiano Wilfred Burchett (1975). Esses encontros visavam discutir o rumo político alvitrado por Lisboa e as réplicas internacionais do processo revolucionário, juntando figuras, na sede da revista *Sette Giorni* (Julho, 1975), como o comunista Sergio Segre, o democrata-cristão Angelo Sanza ou o republicano Antonio Del Pennino. O mesmo sucedeu em Florença (Maio, 1975) com o encontro organizado por três círculos culturais locais (Rosselli, Gramsci, Panzieri),

sobre *Socialismo e democracia em Portugal*, em Turim (Agosto, 1975) sobre *A questão portuguesa* ou, entre tantas outras iniciativas, na Festa comunista de *L'Unità*.

O caso de Angola envolveu, igualmente, a opinião pública e convocou representantes do MPLA para testemunhar, em Itália, a experiência fratricida da guerra civil que, já declarada a independência, opôs os movimentos de libertação africanos. São disso exemplo as conferências-debates levadas a cabo, em Roma (Novembro, 1975), pelo *Movimento di Liberazione e Sviluppo dell'Angola*, ou pelo *Consiglio Regionale del Piemonte*, em Turim, contando com a participação de editores de revistas e figuras políticas (Dezembro, 1975).

Numa altura em que circulavam notícias sobre o recrutamento, na Europa, de mercenários para os conflitos em Moçambique (1974) e Angola (1975-1976), Itália foi associada ao fluxo de forças e de material militar que seguia para a África Austral. Várias foram as notícias que deram conta da partida, do porto de Génova, de mercenários italianos para Moçambique ou Angola, bem como o envio de uniformes militares, dissimulados em caixas de medicamentos, para a FNLA. O senadores comunistas Gelasio Adamoli e Carlo Cavalli enviaram pedidos de esclarecimento ao ministro da Defesa, Arnaldo Forlani, aos quais foi assegurado o não envolvimento de Itália e a natureza infundada das informações.

À semelhança dos debates, conferências e mesas-redondas, os intercâmbios político-culturais são também expressão do interesse depositado nesta fase de transição para a democracia. Diversas delegações partidárias ou personalidades do mundo da cultura deslocaram-se a Portugal para dar o seu contributo e observar uma conjuntura que suscitou sentimentos contraditórios, como o fotógrafo Fausto Giaccone, o socialista Bettino Craxi, as intelectuais Rossana Rossanda e Luciana Castellina, o presidente da Câmara Municipal de Milão, Aldo Aniasi, a Federação do PSI de Turim (Janeiro, 1976) ou a delegação do PCI liderada por Giancarlo Pajetta (Julho, 1975). De salientar as viagens organizadas pelos coletivos da esquerda radical, empenhados em longos debates no parque de campismo de Monsanto e no *turismo político* que caracterizou os programas do ano de 1975 (Figura 6).



Figura 7: Anúncio de *Lotta Continua* sobre as viagens de turismo político

Em sentido contrário, foi intenso o fluxo de personalidades que viajaram para a Península Itália. Mário Soares, Salgado Zenha e Tito de Morais não dispensaram contactos com o aparelho do PSI, com o seu histórico presidente Pietro Nenni e o secretário-geral Francesco De Martino. No âmbito das relações diplomáticas bilaterais, Costa Gomes, Melo Antunes e Martins Guerreiro privaram com as mais altas figuras do edifício político italiano, com o Presidente da República Giovanni Leone, o ministro dos Negócios Estrangeiros Mariano Rumor, o presidente do Conselho Aldo Moro e os expoentes partidários Enrico Berlinguer (PCI), Giulio Andreotti (DC) e Flavio Orlandini (PSDI). Maria Barroso, por exemplo, participou, em Roma, no seminário dos partidos socialistas sobre a condição feminina. A convite do *Circolo Culturale di Documentazione Azione e Studi*, o major Sanches Osório (PDC), já no exílio, procurou explicar, em Roma e Turim, a sua perspetiva da revolução, enquanto o bispo de Aveiro, Manuel de Almeida Trindade, aconselhou-se com as hierarquias eclesiásticas do Vaticano a respeito do “caso Rádio Renascença”. Não esquecendo ainda os representantes dos movimentos de libertação africanos, interessados em fazer da capital italiana um ponto de passagem para contactos internacionais, como sucedeu com o primeiro-ministro da Guiné Bissau, Luís Cabral, e especialmente com elementos do MPLA.

Claro está que algumas dessas ligações inserem-se no contexto mais amplo das solidariedades institucionais, designadamente partidárias ou corporativas, sempre presentes em momentos de acentuada crise política ou social. Além da instrumental manifestação de apoio por parte de Amintore Fanfani ao Partido da Democracia

Cristã de Sanches Osório, a relação entre socialistas italianos e socialistas portugueses foi talvez a mais mediática. Por outro lado, grupos como O Manifesto, Vanguarda Operária ou Luta Continua nunca deixaram de apoiar, em função das suas tendências ideológicas, quer o projeto progressista dos oficiais do MFA, quer os partidos situados na área da extrema-esquerda e preconizadores do poder popular. Todas essas solidariedades deram origem a reportagens, editoriais, comunicados, telegramas e tomadas de posição, destacando-se, ao nível corporativo, as ações desenvolvidas pelas várias federações sindicais e ordens dos jornalistas, amiúde preocupadas com as liberdades democráticas.

As problemáticas dimanadas da *questão portuguesa* agitaram, de facto, o espaço público italiano. Motivaram incidentes entre estudantes democratas-cristãos e grupos de extrema-esquerda em Pistoia (Março de 1975), ou entre manifestantes de diversas formações políticas no âmbito do documento aprovado pelo Conselho Municipal de Veneza (Março, 1975), declaração que condenava a decisão dos militares de Lisboa em suspender o Partido da Democracia Cristã das eleições para a Assembleia Constituinte. Foi notícia a concentração de 50 mil manifestantes em Roma (Abril de 1975), na *Piazza della Repubblica*³⁸⁷, em solidariedade com o povo português e o MFA, bem como a manifestação comemorativa do sucesso dos socialistas de Mário Soares nas eleições de 25 de Abril de 1975, organizada, na capital romana, pela *Federazione Giovanile Socialista* (Abril, 1975). Ou a manifestação silenciosa, em Údine, realizada por delegações representativas de todos os partidos do arco parlamentar (Julho, 1975), em protesto contra a involução democrática da transição portuguesa.

A animosidade com que os coletivos da esquerda radical se dirigiram a Mário Soares – “Soares Fascista” – aquando de mais uma manifestação por Portugal, em Outubro de 1975, com 100 mil pessoas, constitui um episódio elucidativo quanto ao clima de conflitualidade que grassava a sociedade italiana, e, por isso, permeável às réplicas da Península Ibérica. Os murais ou manifestos políticos do “Soares fascista” logo deram azo a um debate, no diário *Il Messaggero*, sobre o vandalismo e a infantilidade atribuída à prática política dos grupos extraparlamentares.

A inequívoca reprovção manifestada pelos partidos com assento parlamentar a respeito da suspensão do Partido da Democracia Cristã perpassou para as

³⁸⁷ Manifestação organizada pela esquerda radical.

instituições. O Ministério dos Negócios Estrangeiros convocou o embaixador português em Roma com o intuito de demonstrar viva preocupação pelo impacto dos acontecimentos portugueses na opinião pública italiana. Dezenas de conselhos municipais, de Milão, Florença, Torino, Forlì, Veneza, apenas para mencionar alguns, emitiram documentos que consideravam graves as diretivas dos oficiais de Abril e contrárias ao espírito democrático, tendentes a regredir o processo de libertação do fascismo. Os episódios mais críticos da revolução suscitaram tomadas de posição no domínio dos conselhos municipais ou regionais, polémicas e debates parlamentares, como notava Francesco Damato³⁸⁸ em Maio de 1975:

“Expoentes da DC levaram a cabo sondagens para verificar a possibilidade de realizar um debate parlamentar sobre a situação portuguesa. Trata-se de um debate já pedido no mês de Março, contando com numerosas interrogações e interpelações sobre a exclusão da DC portuguesa”.

A condenação do curso político português esbarrou, no entanto, no enquadramento que enformava os setores da esquerda mais inconformados e revolucionários. A radicalização política foi, aliás, um dos principais elementos responsáveis, em Itália, pela inflamada conflitualidade que opôs a direita à esquerda, os *conformistas* aos revolucionários, os fascistas aos antifascistas. Essa turbulência esteve bem patente, aliás, na III Conferência Nacional dos Metalomecânicos (Julho, 1975). No final da reunião, o presidente da assembleia leu um telegrama que pretendia enviar ao MFA, aos partidos democráticos portugueses e à Intersindical, no qual expressava a insatisfação dos metalomecânicos italianos a respeito da saída dos socialistas de Soares do IV Governo Provisório. Depressa o texto deu origem a múltiplas discussões entre os 1200 delegados, contra ou a favor o conteúdo do telegrama. O balanço da conferência ocupou as primeiras páginas da imprensa diária e Portugal surgiu titulado como o grande responsável pela desordem do encontro de Bolonha.

O PREC comportou determinados valores e condutas impossíveis de ignorar, por exemplo, no contexto quer do processo de democratização das Forças Armadas italianas, quer dos esforços tendentes a consagrar a unidade sindical. No primeiro

³⁸⁸ Francesco Damato, “Il dibattito sui fatti portoghesi non si farà prima dele elezioni”, *Il Giornale nuovo*, 22 de Maio, 1975, 2.

caso, trata-se de uma questão bastante ecoante em cidades como Roma e Milão, através dos protestos dos oficiais de baixa patente (reivindicações económicas) que depressa receberam o apoio dos grupos da esquerda radical, alargando assim o debate para a esfera da ideologia e da disciplina. Mário Soares chegou a participar num convénio, em Roma (Dezembro, 1975), sobre o descontentamento dos militares italianos. Escrevia *Il Giornale*:

“Neste momento, os sargentos encontram-se pressionados por duas forças: de um lado, o mecanismo burocrático-institucional que se recusa compreender o mal-estar (...); do outro, as sirenes do pansindicalismo em exagero que parafraseiam os slogans persuasivos do imbróglia português. (...) Esta república, já órfã de muitos magistrados e de cidadãos leais, não pode permitir-se ficar também órfã dos sargentos que, como a experiência ensina, são o setor militar emergente de que se servem todas as revoluções”³⁸⁹.

No segundo caso, o modelo de unicidade sindical estabelecido em Portugal surgiu como um paradigma que importava rejeitar quando, em Itália, se olhava para o longo e conturbado processo de união das diferentes federações sindicais. Em declarações ao *Corriere della Sera*, o sindicalista Bruno Storti³⁹⁰ fez notar que não interessava um sindicato único de regime, como desejara o fascismo italiano e, em Portugal, os comunistas tinham vaticinado. Antes uma matriz unitária plural e de livre escolha associativa entre as federações já constituídas democraticamente.

O projeto social perseguido pelos fautores do 25 de Abril contemplou a revisão da Concordata assinada entre o Estado português e o Vaticano, concedendo a um cidadão católico a possibilidade de solicitar o divórcio aos tribunais do Estado, mesmo que o contrato matrimonial, do ponto de vista moral e canónico, continuasse, na prática, indissolúvel. Os setores laicos italianos logo interpretaram esse acordo como um importante precedente tendente a influenciar as negociações entre Roma e o Vaticano, no âmbito da revisão da Concordata assinada em 1929. Perguntava o jornalista Fabrizio De Santis³⁹¹: “Agora, o problema que interessa ao nosso país é o

³⁸⁹ “La ‘rivolta’ dei sergenti”, *Il Giornale nuovo*, 12 de Julho, 1975, 8.

³⁹⁰ Citado por Ugo Indrio, “Storti: abrogiamo gli articoli della Costituzione che parlano di regolare il diritto di sciopero”, *Corriere della Sera*, 4 de Setembro, 1975, 1.

³⁹¹ Fabrizio De Santis, “Vaticano riconosce al Portogallo la facoltà di concedere il divorzio”, *Corriere della Sera*, 16 de Fevereiro, 1975, 7.

seguinte: poderá ser, a forma adotada para a Concordata portuguesa, válida para resolver a questão do artigo 34 da nossa Concordata?”

Cumpre, por último, salientar a não menosprezável produção caricatural e cartoonista que, inserida amiúde nos esquemas de apropriação temática e instrumentalização política, conciliou o jogo de referências às personalidades e aos acontecimentos portugueses com o mapa político autorreferencial italiano.

3. Terrorismo, embaraços diplomáticos e representações das narrativas jornalísticas

O segundo grupo de *acontecimentos discursivos* apresenta um valor-notícia médio e possui um regular grau de exposição pública e de desenvolvimentos supletivos³⁹². Nesta categoria, determinadas dinâmicas discursivas ocuparam os espaços centrais da informação, revelando índices elevados de *negatividade*, *personalização*, de expetativas em relação aos desenvolvimentos sucessivos (*consonância*, *continuidade*) e de familiaridade entre os eventos/personagens e o auditório (*proximidade*). A descoberta das reais finalidades da agência noticiosa Aginter Press e as repercussões do curso político pós-25 de Abril inserem-se nesta espiral mediática.

Classificação dos acontecimentos discursivos	Regular exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos
Descrição	Terrorismo e <i>Aginter-Press</i>
	Do "caso Messeri" ao "caso Ghioto"
	No reino do discurso: as analogias entre Portugal e Itália e as repercussões internacionais da revolução

Tabela 34: Acontecimentos com regular exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos

A queda do Estado Novo lançou novos dados sobre a atividade dos grupos de extrema-direita italianos, sobre a *estratégia da tensão* e, em sentido lato, sobre o terrorismo negro e o seu conúbio com os serviços secretos. Em Maio de 1974 foram descobertos, em Lisboa, arquivos que não deixavam dúvidas quanto à existência de um centro de subversão fascista internacional com ramificações em diversos países, cuja célula em Portugal se encontrava dissimulada pela agência noticiosa Aginter Press, dependente da PIDE/DGS. Esses documentos revelaram a operacionalidade e as ligações de dezenas de colaboradores da agência noticiosa com algumas organizações italianas responsáveis pela onda de terrorismo negro. A Aginter Press, estabelecida em Lisboa em meados da década de 60, mantinha estreitas relações com os serviços secretos italianos.

Mas foram as representações jornalísticas das consequências internacionais da Revolução de Abril que enformaram, nesta categoria, os *acontecimentos discursivos*

³⁹² Os acontecimentos permanecem mais tempo na agenda mediática do que na categoria anterior.

com maior exposição pública. A sucessão Salazar-Caetano emergiu como uma das quatro questões capazes de perturbar a coexistência entre Washington e Moscovo e ameaçar, na Europa, o sistema de equilíbrios russo-americano da Guerra Fria³⁹³.

A influência de elementos comunistas nos governos provisórios portugueses e a incerteza quanto à permanência do país na NATO são temáticas cuja dimensão mediática foi relevante porque, primeiro, colocava problemas ao nível da defesa do bloco ocidental (base da Lajes, informação sobre armas nucleares) e, segundo, surgia ao mesmo tempo que outras duas questões nada tranquilizadoras para o sistema de defesa liderado pelos Estados Unidos: a) possibilidade de os comunistas franceses e, sobretudo, italianos chegarem ao poder numa zona vital para a segurança do mediterrâneo; b) conflito do Chipre e conseqüente enfraquecimento do flanco oriental da NATO³⁹⁴.

É nesse sentido que Henry Kissinger³⁹⁵ declarou em Agosto de 1975, no âmbito da *Southern Commodity Producers Conference*, que a URSS não devia considerar a possibilidade de influenciar os acontecimentos em Portugal e contrariar o direito do povo em decidir o seu futuro. Trata-se de um claro aviso a Moscovo contra o apoio concedido ao PCP, em contradição, segundo o secretário de Estado norte-americano, com os princípios da declaração de Helsínquia sobre a segurança europeia.

Além de constituir objeto de polémica permanente no âmbito dos discursos de diversos partidos comunistas internacionais³⁹⁶, Portugal constitui tema recorrente quando se fala das reuniões da CEE (ajuda económica a Lisboa dependente da evolução para um regime democrático) e da transição espanhola pós-Franco. No caso de Madrid, a questão consistia em saber, grosso modo, se o regime espanhol, depois da experiência vizinha, conseguiria dar um passo indolor em direção às liberdades democráticas, se estava em condições de evitar o contágio revolucionário português, a violência e as convulsões sociais, a anarquia e a indisciplina nas Forças Armadas.

As analogias entre Portugal e Itália são uma componente essencial deste jogo dialógico e intertextual. Os dois países foram percecionados como os pontos

³⁹³ As outras questões residem na sucessão de Franco, no futuro pós-Tito e na hipotética substituição do governo democrata-cristão em Itália e/ou na partilha de poderes com o PCI.

³⁹⁴ O conflito do Chipre envolveu a Grécia e Turquia, dois membros da NATO. Teve como consequência a retirada da Grécia da organização de segurança atlântica e o embargo militar dos Estados Unidos à Turquia, perturbando o relacionamento entre estes dois países.

³⁹⁵ Citado por *Corriere della Sera*, “Kissinger: Mosca non interferisca in Portogallo”, 15 de Agosto, 1975: 2.

³⁹⁶ De países como a URSS, China, Jugoslávia, Itália, França, Espanha ou partidos latino americanos.

problemáticos do setor meridional da Aliança Atlântica, devido à efetiva presença comunista nas estruturas de poder e governação (PCP) ou à elevada possibilidade de concretização desse cenário (PCI). Os paralelismos históricos evoluíram, por outro lado, no sentido de considerar que Portugal apresentava condições muito semelhantes àquelas das regiões do sul de Itália, dominadas pelo baixo desenvolvimento económico, atraso cultural e por um clero conservador. Ou que a participação de vários partidos nos governos provisórios seguia o modelo italiano de 1946.

Esta última comparação foi objeto de polémica quando não poucos observaram que, diferentemente de Portugal, os partidos, durante o nascimento da República italiana, tinham sabido governar conjuntamente e podido exercer funções sem a tutela de um poder militar. O elemento fundamental de diferenciação residia, porém, na forte ligação que unia as classes populares, responsáveis pela edificação da resistência ao fascismo mussoliniano e pela criação de laços de solidariedade entre as forças políticas no sentido de favorecer a tal coabitação no plano governativo.

As constantes analogias entre, de um lado, a natureza e o carácter das esquerdas portuguesas e, do outro, o percurso das esquerdas francesas, espanholas e italianas surgiu, também, de forma recorrente. As repercussões do conflito entre Cunhal e Soares foram transportas para as esquerdas europeias na perspetiva de um obstáculo (português) que colocava em causa desígnios futuros, no contexto da união das esquerdas francesas e do projeto comunista do *compromisso histórico*.

A nova ordem impulsionada pelos oficiais de Abril revelou, ainda, as verdadeiras posições do embaixador italiano em Lisboa, Girolamo Messeri, sobre a evolução do processo político português, posições que, denotando pouca simpatia pela nova ordem de Abril, redundaram em inflamadas altercações devido ao modo como os interesses diplomáticos de Roma eram representados em Portugal. Girolamo Messeri foi, aliás, o grande protagonista do ‘caso Ghioto’ que contribuiu para acentuar a fratura entre o setor da informação e o poder político ao nível da liberdade de imprensa e da independência dos jornalistas.

4. Portugal na primeira página

A categoria dos acontecimentos que apresentam maior valor-notícia e, por isso, se mantiveram por mais tempo no topo da hierarquia noticiosa deve a sua dominância ao XIV Congresso do PCI, ao “caso *República*”, às eleições Regionais de 1975 e, por último, ao documento conjunto do PCI e PSI. As três primeiras sequências de eventos quase que se podem fundir numa só pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, a apropriação de temáticas suscitadas pelo curso revolucionário pós-25 de Abril e a conseqüente instrumentalização ao nível da política interna representam uma linha transversal a esses *acontecimentos discursivos*; em segundo, os diversos comentadores de diferentes tendências políticas avaliaram os desenvolvimentos da conferência comunista como o início da campanha para as eleições Regionais e Administrativas de 15 de Junho.

Classificação dos acontecimentos discursivos	Elevada exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos
Descrição	XIV Congresso do Partido Comunista Italiano
	Do "caso <i>República</i> " à campanha para as eleições Regionais e Administrativas
	Documento conjunto PCI e PSI

Tabela 35: Acontecimentos com elevada exposição pública e frequência de desenvolvimentos supletivos

Quanto à declaração comum de comunistas e socialistas italianos, logo acusados de *neofrentismo* pelos seus oponentes, essa surgiu como um apelo à unidade e ao entendimento entre os partidos democráticos portugueses, sobretudo o PCP e o PS e entre esses e o MFA, como forma de superar a profunda crise que fraturava o panorama político em Lisboa durante o *Verão Quente*.

O período de maiores repercussões políticas situa-se entre Março e Agosto de 1975. Os picos desse mediatismo ocorreram durante o congresso do PCI (18 a 23 de Março) e a campanha eleitoral (18 de Maio a 13 de Junho). No primeiro caso, a polémica radicou no facto de os delegados da Democracia Cristã abandonarem os trabalhos da reunião magna comunista em sinal de protesto para com o decreto dos militares portugueses que suspendia a atividade do Partido da Democracia Cristã de Sanches Osório.

O secretário-geral da DC, Amintore Fanfani, tudo fez para passar a ideia de que era indestrutível o vínculo que unia os comunistas de Enrico Berlinguer aos

comunistas portugueses defensores das medidas antidemocráticas adotadas pelos militares de Abril. Em jeito de balanço, a revista *Espresso* afirmou que o partido de Cunhal não apenas se tinha inserido na reunião do PCI, fazendo-a, em parte, desviar do objetivo principal, como havia reacendido, no movimento comunista internacional, uma velha e não resolvida questão: “Como e em que modo os comunistas, depois de saídos da clandestinidade e do limbo da oposição, conseguem garantir, uma vez chegados ao poder, o livre exercício e a evolução da vida democrática”³⁹⁷.

No segundo caso, o jogo político continuou a apropriar algumas das temáticas dimanadas pela Revolução de Abril, como constatou o diário bolonhês *Il Resto del Carlino*: “Os últimos acontecimentos de Portugal (fecho do jornal socialista pelos comunistas) foram ontem o assunto do dia (...). Não há dúvida de que no decorrer da campanha se continuará a falar de Portugal quase tanto como de ordem pública”³⁹⁸.

Logo no início da campanha eleitoral, o “caso *República*”, visto como um braço de ferro entre o PCP e o PS, transformou-se num banco de dados disponível para municiar manchetes, narrativas jornalísticas e discursos políticos: “De novo em primeiro plano a ‘questão comunista’ (...), Portugal inflama a campanha eleitoral. (...) As lições de Lisboa”³⁹⁹; “Terrorismo e acontecimentos portugueses na polémica eleitoral”⁴⁰⁰; “Todos os olhos sobre Portugal”⁴⁰¹.

Num dos editoriais de *Il Manifesto*, Rossana Rossanda⁴⁰² manifestou-se contra esse aproveitamento político: “O destino de Portugal assumiu para nós, em Itália, uma crucialidade que não consente ingerências de juízo”. Igualmente na área da esquerda radical, o diário *Lotta Continua* apoiava a posição dos trabalhadores às ordens do diretor Álvaro Belo Marques e, criticando os adversários do arco parlamentar, notava que o ‘caso *República*’ era um acontecimento a que os partidos políticos italianos haviam dedicado muita atenção, a avaliar pelo espaço concedido pela rádio e televisão, pelos jornais de partidos e os grandes jornais de informação⁴⁰³.

³⁹⁷ Gianni Corbi, “La via italiana e il vicolo portoghese”, *L’Espresso*, 30 de Março, 1975, 6.

³⁹⁸ *Il Resto del Carlino*, “Il Portogallo e l’Italia del dopo-elezioni”, 21 de Maio, 1975, 1.

³⁹⁹ Giovanni Valentini, “Il Portogallo arroventa la campagna elettorale”, *Il Giorno*, 21 de Maio, 1975, 1.

⁴⁰⁰ Franco Cangini, “Terrorismo e fatti portoghesi nella polemica elettorale”, *La Nazione*, 23 de Maio, 1975, 2.

⁴⁰¹ Lugi Bianchi, “Tutti gli occhi sul Portogallo”, *Corriere della Sera*, 21 de Maio, 1975, 1.

⁴⁰² Rossana Rossanda, “MFA e socialisti, un test per tutti due”, *il manifesto*, 22 de Maio, 1975, 6.

⁴⁰³ “Gli occhi sul Portogallo”, *Lotta Continua*, 22 de Maio, 1975, 1.

Os textos de jornalistas e analistas políticos convergem ao considerar Portugal um dos principais temas em foco neste período eleitoral, como demonstra, eloquentemente, Andrea Barbato⁴⁰⁴, em *La Stampa*:

“Não surpreende que os partidos falem mais de Portugal do que das finanças locais: estamos politicamente presbitas, o cravo de Mário Soares está mais próximo do que o défice municipal, o Rossio de Lisboa mais à mão do que a campanha de casa”.

O “caso *República*” e a campanha para as eleições Regionais e Administrativas encontraram a sociedade italiana numa atmosfera de profunda luta política caracterizada pelo discurso anticomunista da DC e pelos esforços de Enrico Berlinguer no sentido de, simultaneamente, desmistificar a dialética democrata-cristã e reafirmar a defesa das liberdades democráticas, o pluralismo político, a independência diante Moscovo, a permanência de Itália na Aliança Atlântica e na CEE. A retórica que fazia recordar a doutrina Truman de contenção do expansionismo vermelho contava ainda com o contributo dos restantes setores conservadores, sempre disponíveis para engrossar as acusações de que o PCI aplicava, habilmente, a conceção leninista de tomada do poder e da ditadura do proletariado.

Ao lado do confronto hegemónico entre democratas-cristãos e comunistas, polarizador de todas as atenções, gravitava um PSI apostado em intrometer-se nesta equação bipolar e vincar a sua autonomia em relação ao PCI, em conquistar espaço e redimensionar a dominância conservadora da DC tendo em vista novos equilíbrios políticos, um novo modo de governar. No auge deste confronto político, a *questão portuguesa* transformou-se, em Itália, num seminal jogo de espelhos. Foi apropriada por socialistas, comunistas, liberais, democratas-cristãos, socialistas-democráticos, republicanos, pela extrema-direita e extrema-esquerda, assumindo, por isso, a figura de um octógono onde cada uma dessas oito correntes políticas explorava o lado que a representava e lhe conferia úteis elementos discursivos para disputar a luta simbólica em defesa de uma determinada perspetiva do mundo social.

É esta a chave de leitura que deve nortear a compreensão do impacto da Revolução de Abril em Itália. Poucas vezes os eventos políticos portugueses assumiram tão vasta dimensão na imprensa internacional como no biénio 1974-1975. É seguro afirmar que a implantação da I República em 1910 teve fortes repercussões

⁴⁰⁴ Andrea Barbato, “Con calma verso le elezioni”, *La Stampa*, 25 de Maio, 1975, 3.

nos jornais além-fronteiras⁴⁰⁵. Mas nunca com a intensidade e duração que caracterizaram o biénio revolucionário.

Quando, a 26 de Abril de 1974, o editorialista do *Corriere della Sera*, Michele Tito⁴⁰⁶, escreveu que a mais velha ditadura do Ocidente caía como os imperadores da Roma decadente, não estava, por certo, persuadido a imaginar que Portugal ir-se-ia deslocar da periferia para o centro do mundo. O país transformou-se numa espécie de *workshop* político para os círculos dirigentes, jornalísticos e intelectuais europeus, local de romagem para extrema-esquerda e ponto de fricção da ordem bipolar internacional da Guerra Fria que opunha o bloco ocidental ao bloco de leste.

No próximo capítulo analisar-se-á com mais acuidade os acontecimentos que apresentam maior valor-notícia e/ou um grau significativo de desenvolvimentos supletivos.

⁴⁰⁵ Cfr. Marco Gomes, “A I República portuguesa na imprensa internacional: a voz italiana do dissenso”, in *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, nº 1, 2013. Sevilla: Asociación de Historiadores de la Comunicación.

⁴⁰⁶ Michele Tito, “La tirannia più lunga”, *Corriere della Sera*, 26 de Abril, 1974, 1.

CAPÍTULO XIV – UMA REVOLUÇÃO *RESSONANTE* E INSTRUMENTALIZADA

1. A descoberta da Aginter Press e novas luzes sobre terrorismo

A queda das ditaduras latinas (Portugal, Grécia e Espanha) colocou em evidência as estreitas ligações que os grupos de extrema-direita italianos mantinham com células neofascistas internacionais, privando esses mesmos coletivos de continuarem a usufruir de condições de financiamento e bases seguras de operacionalidade. No dia 23 de Maio de 1974, fuzileiros da Marinha portuguesa descobriram, em Lisboa, um arquivo que se pensava pertencer à polícia política estadonovista. Na verdade, o edifício situado na rua das Praças não acolhia uma estrutura formada exclusivamente por quadros da PIDE-DGS, mas a agência noticiosa Aginter Press.

Analisada a documentação, rapidamente se deduziu que a informação tratada pouco respeitava ao universo do jornalismo. A Aginter Press dissimulava uma organização secreta fascista, animada pela cruzada anticomunista, vocacionada para operações de guerra subversiva e integrada numa rede terrorista internacional que se convencionou chamar de *Internacional Negra*. O seu raio de ação visava um conjunto de operações a realizar em vários países europeus, em África, no âmbito das guerras coloniais portuguesas, e na América Latina.

A célula era liderada por Yves Marie Guillou, mais conhecido pelo pseudónimo de Yves Guérin-Sérac. Robert Leroy, ligado aos serviços secretos franceses, era o seu mais próximo colaborador. A organização de espionagem internacional, dependente dos serviços secretos militares portugueses e da PIDE-DGS, mantinha relações com a CIA e outros serviços secretos ocidentais, dedicando-se ao recrutamento e treino de mercenários e terroristas especializados em atentados e sabotagens.

Mas é necessário recuar aos anos 60 para individualizar as raízes que deram corpo a esse centro estratégico. Depois da independência da Argélia, em Julho de 1962, alguns elementos da francesa *Organisation Armée Secrète*, conhecida pelos métodos particularmente impiedosos com que operara na guerra da Argélia, transferiram-se para Lisboa e deram vida à Aginter Press. Yves Marie Guillou foi o seu timoneiro, desenvolvendo ainda funções de instrutor da Legião Portuguesa e da

unidade de antiguerilha do Exército. Em 1966, a Aginter Press fundou a organização político-militar *Ordre et Tradition*, um grupo clandestino inspirado por concepções anticomunistas, atlantistas e direcionado para operações de terrorismo internacional.

É este o contexto através do qual se pode descortinar o alcance da dinâmica subversiva da Aginter Press, problemática que tem vindo a suscitar um número considerável de estudos, sobretudo, em Itália, Suíça, França e Alemanha. Não poucas dessas pesquisas fundamentam-se em documentos da época, testemunhos, atas parlamentares e processuais. Entre os investigadores italianos, Aldo Giannuli (2008), consultor da magistratura italiana para o processo do massacre da *Piazza Fontana*, abordou em *Bombe a inchiostro* as ligações, em Itália, da Aginter Press com grupos neofascistas e informadores dos serviços secretos (SID). Na mesma linha de investigação situam-se, entre outros, Gianni Cipriani (2002) com *Lo Stato Invisibile* e Giuseppe De Lutiis com *Il lato oscuro del potere* (1996) e *I Servizi segreti in Italia* (2010). Ou ainda Fabrizio Calvi e o jornalista francês Frédéric Laurent (1997) com *Piazza Fontana: La verità su una strage*, um trabalho que descreve a labiríntica rede de ligações de diversas organizações envolvidas na *estratégia de tensão*, com particular incidência no atentado que é simbolicamente considerado o início da época de terror, o massacre da *Piazza Fontana*, em Milão (1969)

Em *Nato's Secret Armies: Operation Gladio and Terrorism in Western Europe*, o historiador suíço Daniele Ganser (2004) procurou, por sua vez, contextualizar a atividade da Aginter Press no domínio mais vasto da *Gladio*, outra organização clandestina criada no âmbito da Guerra Fria e destinada a responder a uma eventual invasão da Itália pela União Soviética. De salientar que a *Gladio*⁴⁰⁷ era o nome dado a uma estrutura constituída pelos serviços secretos italianos e pela NATO, tratando-se de uma rede (*stay-behind*) presente noutros países da Europa ocidental com semelhantes propósitos. A *Gladio* foi acusada de influir na política italiana através da *estratégia de tensão*, sendo uma problemática, igualmente, abordada pelos jornalistas Fabrizio Calvi e Frédéric Laurent.

Em Portugal, José Duarte Jesus (2012) escreveu, recentemente, *A guerra secreta de Salazar em África*, no qual aprofunda a ação da Aginter Press no continente africano. Tal como outros investigadores que se ocuparam anteriormente sobre a matéria, designadamente Aldo Giannuli e as suas pesquisas na Torre do

⁴⁰⁷ O Presidente Giulio Andreotti apenas reconheceu a existência da *Gladio* no início da década de 90.

Tombo, José Duarte Jesus dá conta do principal problema que tem afetado muitos estudos sobre a agência noticiosa fictícia: dificuldade de acesso a fontes primárias uma vez que o arquivo da Aginter Press, embora catalogado, não existe fisicamente nos acervo da Torre do Tombo.

Será este um dado indicativo acerca da importância da informação evaporada? Um exercício especulativo até pode asseverar tal interpretação. A documentação depositada no forte-prisão de Caxias, juntamente com o arquivo da PIDE-DGS, no meses sucessivos à intentona do 25 de Abril, desapareceu, foi eliminada, escondida ou espargida. Não deve ser alheio o facto de estarem implicados serviços, estruturas, portuguesas e estrangeiras, e pessoas a título individual cuja a atividade suscita ainda hoje perturbação na opinião pública, como a PIDE-DGS, a Legião Portuguesa, os serviços secretos italianos, franceses e a própria CIA.

1.1. As ligações com a extrema-direita e os serviços secretos em Itália

A Aginter Press financiou e cooperou com a onda de terrorismo de extrema-direita que, entre 1969 e 1974, assolou Itália e ficou conhecida por *estratégia de tensão*. Vários grupos neofascistas assumiam-se como força de oposição ao regime político, fazendo-se ouvir no Parlamento através do MSI-DN e fora desse por intermédio de coletivos como a Ordem Nova e Vanguarda Nacional. Os neofascistas italianos foram secundados, instrumentalizados e coordenados pelos serviços secretos daquele país, tendo como referência, na Europa, países como Espanha e Portugal, declaradamente empenhados na luta contra o comunismo internacional. Não é por acaso que os serviços secretos italianos realizaram operações de infiltração de elementos neofascistas em ambientes marxistas-leninistas, aqueles coletivos que, adotando as teses do Partido Comunista Chinês, se foram, progressivamente, constituindo uma oposição ao PCI (Giannuli, 2008).

Nos finais dos anos 60, a Aginter Press juntou-se aos serviços secretos italianos nas iniciativas de infiltração de elementos neofascistas, partilhando informações, informadores e um projeto comum no âmbito da NATO e sob a supervisão das agências norte-americanas. Os homens de Yves Marie Guillou trabalharam, neste sentido, em sintonia com os esses corpos do Estado e estabeleceram sólidas relações de cooperação com a extrema-direita italiana ao nível político, informativo e operativo, nomeadamente com a Ordem Nova. Fazem parte

desse elenco de contactos nomes como Carlo Maria Maggi, Stefano Delle Chiaie, Pino Rauti, Armando Mortilla (Ordem Nova) e, entre outros, o agente secreto e jornalista Guido Giannettini (Giannulli, 2008; De Lutiis, 1996).

O conteúdo dos documentos encontrados na rua das Praças rapidamente saltou para as páginas dos jornais de toda a Europa. O diário francês *Liberation* e o semanário *L'Europeo* foram alguns dos órgãos de informação que mais atenção dedicaram ao assunto, socorrendo-se das investigações de jornalistas como Frederic Laurent, Sandro Ottolenghi e Corrado Incerti.

Com ampla *ressonância* na generalidade dos meios de comunicação italianos, a descoberta da Aginter Press foi especialmente escarpada por *L'Europeo*, a mítica revista vocacionada para as reportagens de grande investigação, principalmente num período onde as práticas jornalísticas não ficaram de todo indiferentes aos sucessos alcançados por Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, no contexto do escândalo do Watergate. As primeiras grandes reportagens surgiram em Julho e Agosto de 1974 e versaram sobre a atividade de Guido Giannettini, o agente Z dos SID, e Roberto Leroy, o qual asseverava a ligação à Aginter Press, as boas relações com ambientes da extrema-direita italiana (participara em vários congressos da Ordem Nova), as infiltrações e *intoxicações* de elementos neofascistas em ambientes de esquerda com o conhecimento dos serviços secretos e da polícia. Rejeitava, no entanto, as acusações de ter colaborado em atentados na Península Itálica⁴⁰⁸. Escrevia *L'Europeo* a respeito do braço direito de Yves Marie Guillou:

“Não se trata de revelações. Porque o nome da Aginter Press aparece naquele famoso relatório dos serviços secretos, elaborado logo depois das bombas de Milão [*Piazza Fontana*] e mantido secreto por alguns anos, em que se atribui a responsabilidade dos atentados a pessoas dos ambientes fascistas, fazendo passar a ideia de que eram anárquicos”⁴⁰⁹.

Volvidos três meses, Sandro Ottolenghi, Corrado Incerti e Piero Raffaelli entraram na prisão de Caxias para fotografar os documentos proibidos: “Primeiros jornalistas do mundo, fotografámos centenas e centenas de documentos, fichas, dossiers, cartas”. Os enviados especiais elaboraram uma extensa descrição das

⁴⁰⁸ Sandro Ottolenghi, “L'uomo del rapporto segreto”, *L'Europeo*, 4 de Julho, 1974, 30-33.

⁴⁰⁹ “Il ruolo degli ex-nazisti”, *L'Europeo*, 29 de Agosto, 1974, 22.

atividades da Aginter Press: recrutamento e treino de mercenários, terroristas e sabotadores; central de espionagem ligada a diversos serviços secretos europeus; as suas sinergias chegaram a atingir altos níveis políticos, principalmente em França e Alemanha; Itália transformou-se a partir de 1968 num terreno de grande atividade para os seus agentes, colocando em prática frequentes colaborações com jornalistas, estudantes universitários, agências noticiosas, organizações, homens políticos, expoentes de serviços secretos e do mundo da alta finança, religiosos ou diplomatas⁴¹⁰.

Num período em que a magistratura italiana empenhava-se em vários processos com vista a desconstruir o labirinto da trama neofascista eversiva, os documentos da Aginter Press lançaram novos elementos ou confirmaram outros no domínio da onda de terror que se prolongou até meados dos anos 80. Através da imprensa, percebe-se que alguns desses processos foram pontualmente suspensos, aguardando informações supletivas que os juízes esperavam chegar de Lisboa.

O processo mais mediático respeitava ao massacre da *Piazza Fontana*, no qual se pensava que a Aginter Press estivesse envolvida. As investigações foram reabertas em diversas ocasiões, concluindo em 2005 pela absolvição dos arguidos levados a tribunal, Franco Freda e Giovanni Ventura. Ficou, porém, provado que o atentado foi realizado por um grupo eversivo pertencente ao universo da Ordem Nova.

⁴¹⁰ Sandro Ottolenghi, Corrado Incerti e Piero Raffaelli, “Siamo entrati nel carcere di Lisbona”, *L'Europeo*, 21 de Novembro, 1974, 22.

2. Do “caso Messeri” ao “caso Ghioto”: um incidente crítico

O nome de Girolamo Messeri é sinónimo de diplomacia, carreira política, anticomunismo, qualidades oratórias, sólidos conhecimentos no domínio dos equipamentos militares, acusações sobre o conúbio com o mundo mafioso siciliano, conflitos e polémicas políticas. Girolamo Messeri foi o embaixador italiano em Lisboa, entre 1971 e 1975. Durante esse período ficou associado a alguns episódios que originaram inflamadas altercações em Itália e dificultaram, no imediato pós-25 de Abril, as relações diplomáticas entre Lisboa e Roma.

Quando se procura perscrutar, através da imprensa italiana, o percurso deste siciliano nascido, em Trapani, a 14 de Novembro de 1914, licenciado em Ciência Política, logo emerge um sinuoso percurso construído nos bastidores do aparelho democrata-cristão. A profusão de incidentes críticos aos quais se encontra relacionado levanta o manto da curiosidade e até parece sugerir a imagem de uma caixa de pandora. Messeri foi uma personagem incómoda e motivo de atração para as lentes jornalísticas.

Para melhor se compreender a sua ação aquando da nova ordem política em Portugal e as consequências dessa atividade ao nível da política interna italiana, é necessário, como refere Umberto Eco, dar um passo atrás para contar a história. Quem foi então esta influente figura dos círculos políticos romanos? Segundo o exaustivo levantamento de Aldo Santini⁴¹¹, no semanário *L'Europeo*, Girolamo Messeri, com pouco mais de vinte anos, era já regente do consulado italiano em Chicago, passando depois para a embaixada em Washington. Após a assinatura do armistício entre a Itália monárquica e os Aliados, em 1943, participou em Brindisi na constituição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, integrando, de seguida, o consulado da Argélia e, posteriormente, o conselho diplomático de Alcide De Gasperi.

No âmbito das lutas internas do aparelho democrata-cristão, tornou-se conselheiro político de Amintore Fanfani e foi-lhe atribuído um papel importante na constituição da linha política e diplomática convencionalmente designada de *corrente fanfaniana*. Escrevia Santini: “Ser fanfaniani significava possuir muitos adversários e

⁴¹¹ Aldo Santini, “Chi é il nostro ambasciatore a Lisbona”, *L'Europeo*, 24 de Abril, 1975, 16-17.

encontrar-se exposto a inflamadas polémicas. Messeri não foge à regra. Os seus críticos escrevem que o prémio para esta atividade diplomática é o laticlávio⁴¹²”.

Em 1958 deixou, provisoriamente, a diplomacia para entrar na atividade política, sendo eleito senador da DC pela Sicília. É neste momento que se começa a falar das relações entre máfia e política, no sentido em que os seus adversários acusam-no de ser um importante referente da estratégia preconizada pela *Cosa Nostra*, que deixara de secundar liberais e monárquicos para apoiar os democratas-cristãos. Em suma: acusam-no de ter sido eleito com a ajuda dos votos da máfia. O boss mafioso Frank Coppola chegou a declarar aos juízes que apoiara as candidaturas de diversas figuras políticas na Sicília, entre as quais Girolamo Messeri. Os homens políticos citados por Coppola desmentiram e processaram-no.

Em 1963, o sociólogo Danilo Dolci, empenhado na luta antimáfia, esforçou-se para demonstrar as relações entre o mundo mafioso e o senador Messeri, afirmando possuir provas das estreitas ligações de afinidade entre Frank Coppola e Messeri e da influência do primeiro na ascensão política do segundo. Seguiu-se o processo instaurado pelo senador a Danilo Dolci. Mas o sociólogo insistiu e, através do seu centro de estudos, renovou as acusações num convénio em Roma (Outubro, 1964), coligindo todo o material sobre o assunto no livro *Chi gioca solo* (1964).

A 4 de Dezembro de 1963, Girolamo Messeri ingressou no governo de centro-esquerda, liderado por Aldo Moro. Um ano depois demitiu-se alegando não estar de acordo com a linha governativa que pretendia levar a cabo relações comerciais com Pequim. Foi também em 1964 que o grupo comunista iniciou a cruzada contra Messeri, pedindo um debate parlamentar com base nas acusações de Danilo Dolci. Nascia o “caso Messeri” que viria a ganhar outra amplitude, em 1966, devido ao alegado envolvimento do democrata-cristão em negócios dúbios relacionados com equipamentos militares.

As referências, num relatório enviado pelas cúpulas militares ao ministro da Defesa, Roberto Tremelloni, de que Messeri se deslocava, frequentemente, ao Pentágono, oferecendo os seus bons serviços para a realização de negócios com as Forças Armadas italianas, criaram embaraços em Roma e Washington. Roberto Tremelloni foi obrigado a clarificar que Messeri não havia recebido nenhum mandato das Forças Armadas para se movimentar nos ambientes militares. O PCI não perdeu

⁴¹² Referente ao cargo de senador.

tempo e aproveitou a oportunidade para realizar nova cruzada e pedir esclarecimentos no parlamento.

As sucessivas polémicas criaram dificuldades à DC, abdicando de apresentar Messeri como candidato nas eleições de 1968. Seguiu-se o regresso à atividade diplomática. Nesse mesmo ano foi-lhe atribuído o cargo de embaixador itinerante para a América Latina e os Estados Unidos, função prontamente contestada pelos seus opositores, na medida em que seria mais uma operação destinada a silenciar o protagonismo de figuras democratas-cristãs incómodas. Em 1971 foi designado embaixador em Portugal sob a égide de Aldo Moro, ministro dos Negócios Estrangeiros. Comentando a nomeação, a agência noticiosa AIPE, próxima dos ambientes da Defesa, escrevia o seguinte:

“Na Farnesina⁴¹³ afirma-se que Messeri terá solicitado a sede de Madrid, que contrariamente foi entregue a outro fanfaniano, o embaixador Marchiori. A designação para Lisboa de um especialista em equipamentos militares deixa pensar que a estratégia diplomacia de Moro em diante de Portugal passa por intensificar as relações já frequentes neste setor. As Forças Armadas portuguesas utilizam aviões G-91 construídos pela Fiat e helicópteros Agusta”⁴¹⁴.

Quando anteriormente se analisou o impacto dos acontecimentos portugueses na imprensa italiana durante o período do Estado Novo, recorreu-se ao ensaio histórico de Vera de Matos (2010) para contextualizar as relações diplomáticas entre Portugal e Itália. A investigadora concluiu que o período que medeia entre o ano de 1968 e 1974⁴¹⁵, durante a regência de Girolamo Messeri, é caracterizado pelo esforço italiano de recuperar o clima de cordialidade entre os dois governos.

Não obstante condenar o colonialismo português, Roma optou por uma posição abstencionista no quadro das resoluções das Nações Unidas contra Lisboa, evidenciando empenho ao fornecer material militar (aeronaves) e interesse em projetos económicos em Portugal (Porto de Sines). Vera de Matos observou que a política externa liderada por Aldo Moro denotou maior tolerância face ao governo de Marcelo Caetano, pautando a atuação por uma linha de duplicidade que remete para a simultânea condenação e complacência face ao colonialismo de Lisboa. É esta a

⁴¹³ Sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁴¹⁴ Citado por Aldo Santini, “Chi é il nostro ambasciatore a Lisbona”, *L'Europeo*, 24 Abril, 1975, 16-17.

⁴¹⁵ Até ao 25 de Abril.

grelha de leitura que deve nortear a compreensão da chegada de Girolamo Messeri ao Palácio do Conde Pombeiro.

2.1. As revelações de *Giorni Vie Nuove*

Em Março de 1972, a revista *Giorni Vie Nuove*, conotada com o PCI, publicou o texto de um relatório enviado dois meses antes por Girolamo Messeri ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros. Trata-se de um apelo do governo português aos dirigentes italianos para que encetassem diligências no sentido de bloquear o reconhecimento por parte da ONU dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. O relatório é altamente comprometedor para o embaixador em Lisboa.

Girolamo Messeri⁴¹⁶ define a África negra como uma “sociedade criminal” e afirma que a ONU sofria de um processo “degenerativo e contagioso”. Dirige pesadas ofensas ao imperador etíope Negus porque traíra Portugal depois de tomar o poder e convida o governo italiano a apoiar as solicitações portuguesas contra os “criminais” que lideravam os movimentos de libertação em Moçambique, Angola e na Guiné. Explica, ainda, que os cidadãos das províncias portuguesas em África, fossem brancos, negros ou mestiços, não pretendiam ser governados por regimes atrasados e liderados por chefes de tribos, decididos a assassinar em massa os seus adversários.



Figura 8: Reportagem *Giorni Vie Nuove*, Março 1972

Depois dos ecos mediáticos suscitados pela reportagem, o PCI voltou à carga e reabilitou o “caso Messeri”, apresentando pedidos de esclarecimentos no parlamento

⁴¹⁶ *Giorni Vie Nuove*, “Razzismo a go-go nel dispaccio cifrato dell'ambasciatore mau-mau”, 15 de Março, 1972, 14-16.

com vista à exoneração do diplomata e solicitando ao governo italiano que endossasse uma resposta firme contra as pretensões do sempre qualificado regime fascista português. O socialistas, por sua vez, advertiram que seria necessário rever profundamente as representações diplomáticas no estrangeiro. São estas iniciativas da esquerda italiana que pressionaram os governos democratas-cristãos para endurecer a política em relação a Lisboa, sendo com base nas mesmas que o Ministério dos Negócios Estrangeiros alegou não poder subir o nível de colaboração solicitado em várias ocasiões por Portugal.

2.2. As consequências do telegrama publicado por *Il Mondo*

O mês de Novembro de 1974 deu a conhecer outro texto altamente embaraçoso para a reputação de Girolamo Messeri. Mas, desta vez, as consequências atingiram maiores dimensões no plano político, alargaram as réplicas ao campo do jornalismo e provocaram comoção generalizada na opinião pública. A *Revolução dos Cravos* constitui o cenário de fundo.

O semanário *Il Mondo* publicou uma reportagem que continha um telegrama-relatório enviado por Messeri a Mariano Rumor, o então ministro dos Negócios Estrangeiros. O teor do escrito revela, por um lado, o comprometimento e a admiração do embaixador pelo Estado Novo e, por outro, o sentimento de repulsa em relação à nova ordem erigida com o 25 de Abril e, particularmente, depois do 28 de Setembro de 1974.

O telegrama começa por referir que o clima de violência e anarquia surgido com o 25 de Abril obrigara Spínola a abandonar a liderança do país, pelo que “agitadores de vária ordem”, conduzidos pelo desejo de eversão, haviam-se apoderado de todos os centros de poder, das indústrias vitais, dos órgãos de comunicação e denunciado por afinidades com o regime deposto todos aqueles que reclamavam os mais elementares princípios de ordem. Os mesmos elementares princípios de ordem que o Estado Novo – salienta – “assegurara por longo tempo, dentro da certeza de um Estado de direito”.

Girolamo Messeri descreve uma atmosfera onde pontificam multidões de operários ecoando “reivindicações absurdas”, no contexto de um quadro político caracterizado pela “incapacidade” dos primeiro e segundo governos provisórios e pela total ascensão do PCP. Afirma que o problema residia na formação dos jovens

oficiais, alimentados por marxismo-leninismo nas pausas da guerra: “Os jovens capitães perderam o sentido da moderação, esquecendo-se que as disputas entre soldados ajustam-se sobre a linha de tiro dos pelotões de fuzilamento”⁴¹⁷.

Na sequência da publicação do telegrama-relatório, o diretor de *Il Mondo*, Renato Ghiotto, foi processado por Girolamo Messeri e condenado a dois anos de prisão efetiva. A informação foi considerada confidencial. O veredito foi tornado público a 11 de Junho de 1975, no final da campanha paras as eleições Regionais e Administrativas. Encarado como ataque à liberdade de imprensa e mais um sinal de descrédito das instituições, o “caso Ghiotto” agitou a opinião pública e a política italiana.



Figura 9: (da esquerda para a direita) Reportagem *Il Mondo*; apelo em defesa da liberdade de imprensa; cartoon *Lotta Continua* “Fanfani tem um agente em Lisboa-Don Girolamo Messeri”

Em largos setores da imprensa organizou-se uma recolha de assinaturas que, aludindo, entre outros casos, à condenação de Ghiotto, pretendia denunciar as precárias condições que regiam a atividade dos jornalistas. A mobilização da opinião pública e dos profissionais de informação contra a sentença foi vigorosa, originando manifestações da sociedade civil, do mundo da cultura e do espetáculo, tomadas de posição, editoriais, cartas de leitores, artigos de opinião e reportagens sob o passado do diplomata. *La Stampa*, por exemplo, dedicou dois editoriais ao assunto, ao passo que a *Federazione Nazionale della Stampa Italiana*, as várias associações e ordens dos jornalistas lançaram apelos em defesa da liberdade de imprensa. O “caso Messeri”

⁴¹⁷ *Il Mondo*, “Parola di Messeri: Lisbona, che pena”, 21 de Novembro, 1974, 13.

contribuiu para reavivar o debate sobre o peso dos partidos, particularmente da DC, na atribuição das representações diplomáticas no estrangeiro. O diretor de *Il Mondo* recorreu e viria a ser absolvido em 1978.

O incidente crítico compreende, no entanto, outros desenvolvimentos. Ainda antes de a sentença ter sido proferida, o *Corriere della Sera* deslindou, em Abril de 1975, outros contornos do caso que remetem para o braço de ferro entre comunistas e democratas-cristãos. O jornal afirmou que o episódio poderia dificultar a definição de uma política em relação a Portugal. Em duas colunas, o artigo não assinado referia que o PCI havia questionado o governo no parlamento e pedido o afastamento de Girolamo Messeri, acusando-o de ter apoiado o regime de Caetano e os seguidores de Spínola no contragolpe de 11 de Março em Lisboa⁴¹⁸. Ou seja, a informação tornada pública por *Il Mondo* foi novamente reabilitada pelo grupo comunista com o intuito de encetar outra investida contra um adversário de longa data.

O conteúdo do telegrama-relatório saltou para o inflamado confronto político que opunha, nessa altura, os dois maiores partidos do arco parlamentar. Salientando a amizade pessoal e as ligações políticas entre o secretário-geral da DC, Amintore Fanfani, e o embaixador Messeri, os comunistas – escrevia o *Corriere* – haviam ainda denunciado as interferências de Fanfani a favor da ditadura portuguesa e na própria política externa italiana. O diário milanês sublinhou que essa tinha sido a resposta do PCI à retirada da delegação da DC do congresso comunista e às intenções de Fanfani fazer de Portugal tema da campanha eleitoral.

Passando em revista as páginas de *L'Unità* durante o biénio 1974-1975, percebe-se que o PCI investiu no “caso Messeri” também para criar dificuldades ao seu oponente democrata-cristão⁴¹⁹. Aliás, o PCI conheceu o mesmo desfecho que recaía sobre os adversários de Girolamo Messeri: os processos judiciais. Em Novembro de 1974, uma delegação comunista deslocou-se a Portugal e, no âmbito de uma conferência de imprensa, no Porto, teceu duras críticas à forma como os interesses italianos eram representados em Portugal. Messeri processou parlamentares comunistas, expoentes do partido e um jornalista do *L'Unità*. O processo viria, posteriormente, a ser arquivado.

⁴¹⁸ *Corriere della Sera*, “Il caso Messeri – L'Occidente e il Portogallo”, 9 de Abril, 1975, 2.

⁴¹⁹ *L'Unità*, “Il caso Messeri. La carriera e le gesta di un ambasciatore amico dei colonialisti”, 6 de Abril, 1975, 1; “Continuano le proteste contro la condanna di Ghioto”, 15 de Junho, 1975, 8.

Por altura das eleições para a Assembleia Constituinte, o enviado especial de *La Stampa* em Portugal insurgiu-se contra a singularidade que revestia a situação da embaixada italiana, órfã de um representante diplomático. Escrevia Sandro Viola: “O único governo europeu a quem não interessa a *questão portuguesa* é ao governo italiano. A situação da nossa representação diplomática em Lisboa tem, de facto, contornos incríveis”⁴²⁰. Viola sustentou que Girolamo Messeri poderia estar ligado aos estados de ânimo da DC apostados em condenar a experiência portuguesa depois de os militares terem afastado o Partido da Democracia Cristã das eleições de 25 de Abril de 1975.

O embaixador Messeri foi oficialmente transferido de Lisboa para Ancara em Maio de 1975, mas não sem motivos de polémica. O nome do diplomata ficou associado, a partir de 1976, ao *escândalo Lockheed*, a empresa norte-americana que admitiu ter pago a políticos e militares europeus para vender a esses Estados os aviões militares por si fabricados. O “caso Lockheed” envolveu o Presidente da República Giovanni Leone e alcançou enorme impacto mediático e político, nos anos 70, em países como a Holanda, República Federal da Alemanha, Japão e Itália.

⁴²⁰ Sandro Viola, “La rivoluzione che vota”, *La Stampa*, 24 de Abril, 1975, 18.

3. A suspensão do Partido da Democracia Cristã e as repercussões no XIV Congresso do PCI

Portugal pesa sobre o congresso do PCI depois do clamoroso retiro da delegação DC⁴²¹. Eis a manchete que fazia a primeira página do *Corriere della Sera*, a 20 de Março de 1975. No mesmo dia, o título central de *La Stampa* confirmava o fragor que os acontecimentos portugueses causavam na política interna italiana: “Polémica sobre os factos de Lisboa depois do retiro dos delegados DC”⁴²².

A suspensão do Partido da Democracia Cristã avolumou a desconfiança dos partidos italianos, com assento parlamentar, relativamente à natureza democrática do regime de Lisboa. A inquietude adquiriu singulares dimensões muito por força do *timing* de ocorrência. No dia 18 de Março, altura em que se tornava público o afastamento dos correligionários do major Sanches Osório das eleições para a Assembleia Constituinte, tinha início o XIV Congresso do PCI.

A reunião destinada a avaliar as possibilidades do *compromisso histórico* desenrolou-se sob o espectro dos acontecimentos portugueses, ficando marcada pelo abandono dos delegados da DC italiana em sinal de protesto pela decisão do Conselho da Revolução. O turbilhão extravasou fronteiras, como descreve o editorial do *France-Soir*:

“Os acontecimentos de Portugal estão já modificando as perspectivas políticas da esquerda europeia. O problema é particularmente grave em Itália. Enrico Berlinguer empenhou-se com determinação num novo caminho. [...] Agora, depois dos factos de Lisboa, este ‘compromisso’ parece seriamente em perigo”⁴²³.

O XIV Congresso do PCI (18 a 23 de Março de 1975) esteve rodeado de fundadas expectativas aos olhos da opinião pública. De acordo com a previsibilidade do evento, os jornais diários conferiram-lhe um tratamento marcadamente interpretativo/comentado. Durante seis dias transformou-se na questão nuclear no domínio da política interna. A reunião magna do PCI inseriu-se na tendência que Aberto Cecchi (1975: 8) situa a partir de 1945: transformar uma assembleia de partido, os problemas políticos italianos, num debate mais amplo. Em 1975 foram

⁴²¹ Luigi Bianchi, “Il Portogallo pesa sul congresso del PCI dopo il clamoroso ritiro della delegazione dc”, *Corriere della Sera*, 20 de Março, 1975, 1.

⁴²² *La Stampa*, “Polemiche sui fatti di Lisboa dopo il ritiro dei delegati dc”, 20 de Março, 1975, 1.

⁴²³ Citado por *Corriere della Sera*, “Chiesto un dibattito sul Portogallo”, 21 de Março, 1975, 2.

convidados, pela primeira vez, os diplomatas das embaixadas presentes em Roma. A presença de delegações estrangeiras, entre partidos comunistas, socialistas e sociais-democratas, ascendeu à centena de inscrições. O desígnio maior residiu na intenção de fornecer uma imagem internacional do PCI em conformidade com a linha do *compromisso histórico*, a temática central do evento.

O principal objetivo desta abordagem consiste em individualizar elementos explicativos no sentido de determinar quais os atores evocados e os cenários políticos desenhados. Do ponto de vista da macroestrutura metodológica, são duas as perguntas que norteiam o esforço hermenêutico: Em que medida a exclusão do PDC das eleições para a Assembleia Constituinte influenciou os trabalhos do XIV Congresso do PCI? Qual o tratamento jornalístico concedido à conferência comunista? Circunscreveu-se a análise às edições dos três diários mais proeminentes da imprensa de referência, o *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*, entre 18 e 25 de Março de 1975.

3.1. Entre expetativas e ambiguidades

O debate pré-congressual iniciou-se no momento em que Berlinguer apresentou a proposta comunista, em Dezembro de 1974. No mês seguinte, a revista semanal *Rinascita* inaugurou a *Tribuna Congressuale*, um espaço de discussão secundado pelo outro órgão oficial do partido, *L'Unità*. Quando os congressistas afluíram, a 18 de Março, ao *Palazzo dello Sport* em Roma, *Il Messaggero* sintetizava a análise dominante: “Jamais como neste momento a opinião pública observa o que existe de novo e de positivo no mais forte partido da oposição. O XIV Congresso [...] acontece num momento particularmente difícil para o país. O quadro político é instável”⁴²⁴.

O diário romano fez valer a vocação política e concedeu, nesta fase de previsões, o maior destaque à conferência. Os géneros jornalísticos privilegiaram a interpretação, sob a forma de editorial e nota política. O serviço de Romano Dapas⁴²⁵ aludiu ao surgimento de complicações de ordem internacional caso os comunistas se inserissem na área do poder. Não bastavam as intenções de Berlinguer em destacar-se do alinhamento soviético para anular o problema de segurança internacional e conferir

⁴²⁴ Romano Dapas, “Cos’è il compromesso storico”, *Il Messaggero*, 18 de Março, 1975, 2.

⁴²⁵ *Ibidem*.

uma imagem credível de um PCI autónomo nas suas opiniões. Estavam em causa as relações com os partidos comunistas orientais. Mas Dapas foi mais longe: “O que está acontecendo em Portugal encontra imediato eco no nosso país. Ao PCI oferece-se uma outra oportunidade para reafirmar a própria independência e rejeitar as instrumentalizações que sobre os acontecimentos portugueses foram esboçadas pelos seus adversários”.

Na primeira página de *La Stampa*, “A ‘viragem’ de Berlinguer” fazia o título de outro esforço interpretativo. Carlo Casalegno⁴²⁶ não teve dúvidas em afirmar que, em redor do XIV Congresso, existia uma “expetativa demasiado dramática”, podendo quase determinar, para melhor ou pior, uma volta histórica na política italiana. A pertinência do evento consistia nas propostas em discussão, na força do partido e nos reflexos internacionais, apesar de o ingresso comunista no governo não se afigurar um cenário concreto.

O vice-diretor identificou uma imagem menos dogmática e combativa associada ao PCI, até com esboços de autocritica. Referiu que o *compromisso histórico* constituía um facto político imediato, mas o seu carácter ambíguo não esclarecia quais as linhas programáticas. Casalegno advertiu para a incerteza de certas terminologias como “movimentos populares”, “elementos de socialismo”, “superação dos blocos militares”. Asseverando: “Agora, também Portugal as vai aprendendo”.

A dubiedade do projeto de Berlinguer mereceu ainda a atenção da nota política de Luigi Bianchi⁴²⁷, no *Corriere della Sera*, tal como a questão das divergências internas. À semelhança dos colegas de *Il Messaggero* e *La Stampa*, Bianchi assumiu que as discordâncias entre as principais figuras comunistas adquiriam contornos precisos, designadamente entre Giorgio Amendola (a favor do *compromisso histórico*), Pietro Ingrao (*compromisso histórico* só com uma DC diferente) e Umberto Terracini (frontalmente contra). A liderança, porém, não estava em discussão, competindo ao secretário-geral moderar posições.

⁴²⁶ Carlo Casalegno, “La ‘svolta’ di Berlinguer”, *La Stampa*, 18 de Março, 1975, 1.

⁴²⁷ Luigi Bianchi, “Si apre oggi il congresso del PCI per discutere del ‘compromesso storico’”, *Corriere della Sera*, 18 de Março, 1975, 1.

3.2. A intervenção de Berlinguer e as notícias de Lisboa

Cerca de cinco mil pessoas escutaram, durante três horas, a comunicação inaugural de Berlinguer, durante a qual reafirmou os princípios do internacionalismo proletários, garantiu possuir condições para assumir o governo e advogou uma Europa autónoma no contexto do xadrez internacional, dando o exemplo da Jugoslávia. O líder comunista assegurou que o *compromisso histórico* procurava impedir o flagelo económico e moral de Itália. Outro aspeto significativo radicou na importância que o Pacto Atlântico havia adquirido para Berlinguer, consciente das nefastas implicações caso Itália optasse por uma retirada unilateral.

Os três diários não manifestaram relevantes divergências ao nível da abordagem temática. Giovanni Trovati⁴²⁸ identificou uma nova linha na proposta comunista, em conformidade com os vários organismos, do sindicato aos comités locais, conselhos de zona e cooperativas. O jornalista de *La Stampa* reconheceu duas preocupações no pensamento do secretário-geral: por um lado, assegurar às outras forças políticas a autonomia da via nacional do PCI e a sua fidelidade à democracia e, por outro, garantir às bases que o partido continuava fiel aos princípios marxistas.

No entanto, permaneciam algumas dúvidas, pelo que o cronista questionou: “Pode, numa sociedade socialista, o PCI deixar o governo uma vez derrotado nas eleições e os outros partidos formarem uma diferente maioria? Ou a sociedade socialista exclui esta eventualidade?”. Giovanni Trovati concretizou o raciocínio afirmando que talvez teria ajudado a perceber melhor o pensamento de Berlinguer se esse tivesse sido mais esclarecedor sobre Portugal.

A escrita de Luigi Bianchi⁴²⁹ convergiu para apreciações idênticas, destacando a serenidade da alocução, pouco dada a polémicas, nem mesmo quando mencionou, brevemente, os acontecimentos portugueses. Berlinguer⁴³⁰ afirmara: “É um processo político complicado. Importa procurar compreender as dificuldades. Não é lícito, da parte de quem nunca levantou a voz contra a ditadura infame de Salazar e Caetano, propor hoje um julgamento presunçoso e hipócrita”.

Todos os holofotes direcionaram-se para a alocução inaugural do congresso, ainda que Andrei Kirilenko, o enviado do Kremlin, tenha merecido destaque especial

⁴²⁸ Giovanni Trovati, “Rassicurare la base e gli altri partiti”, *La Stampa*, 19 de Março, 1975, 1.

⁴²⁹ Luigi Bianchi, “Compatibile con la NATO”, *Corriere della Sera*, 19 de Março, 1975, 2.

⁴³⁰ Citado por Luigi Bianchi. *Ibidem*.

entre os delegados estrangeiros. A sessão de abertura fez as manchetes, a cinco colunas, dos jornais e ocupou, quase na totalidade, os espaços nobres da capa e da segunda página. Utiliza-se o advérbio *quase* porque, de facto, a reunião comunista dividiu, ao longo dos seis dias, o protagonismo com a sombra portuguesa.

Corriere della Sera, *La Stampa* e *Il Messaggero* titularam, em primeira página, o efeito das medidas do Conselho da Revolução⁴³¹: “Em Portugal excluídos das eleições os democratas-cristãos e a extrema-esquerda”⁴³². A decisão dos militares determinou o ponto de partida de uma ciclópica bola de neve que haveria de adquirir proporções invulgares. *La Stampa* fez uma abordagem altamente crítica, referindo, num comentário não assinado, que a arrogância do poder militar e o oportunismo ideológico dos comunistas portugueses não conseguiam mascarar o significado do decreto do Conselho da Revolução⁴³³. O jornal previa que os desenvolvimentos portugueses teriam efeitos nos maiores países europeus, sobretudo nos dois grandes partidos comunistas ocidentais, o italiano e o francês, que, por vias diversas mas paralelas, anunciavam o seu caminho parlamentar e pluralista.

O enviado especial de *La Stampa* em Portugal assinalou o forte impacto da medida suspensiva, dizendo que teria uma clamorosa ressonância em todo o ocidente. Sandro Viola⁴³⁴ classificou de “ativismo febril” a ação dos militares, salientando que a deliberação parecia destinada ao CDS, o partido mais à direita de todo o alinhamento português, e não ao Partido da Democracia Cristã.

A interpretação de Viola não foi partilhada pelos outros dois enviados especiais que acompanhavam a revolução. Bernardo Valli⁴³⁵ sentou os dois partidos na mesma cadeira de extrema-direita e aludiu, como Sandro Osmani, de *Il Messaggero*, às eventuais implicações de Sanches Osório no contragolpe de 11 de Março. Osmani⁴³⁶ notou que a diretriz militar reconhecia a condição não democrática do PDC e, por isso, justificável no âmbito da conjuntura portuguesa. Os diários de Milão e Turim alinharam, todavia, pela ideia de que o boicote perseguia fins políticos estratégicos e que uma campanha eleitoral conduzida com símbolos cristãos teria, seguramente, recuperado, no profundo norte, a maioria dos consensos.

⁴³¹ Decreto nº 137-E/75, de 17 de Março.

⁴³² Bernardo Valli, “In Portogallo esclusi dalle elezioni i democristiani e l’ultrasinistra”, *Corriere della Sera*, 19 de Março, 1975, 1.

⁴³³ *La Stampa*, “Non è più democrazia”, 19 de Março, 1975, 1.

⁴³⁴ Sandro Viola, “Esclusi dalle prossime elezioni”, *La Stampa*, 19 de Março, 1975, 1.

⁴³⁵ Bernardo Valli, “In Portogallo esclusi...”, *Corriere della Sera*, 19 de Março, 1975, 1.

⁴³⁶ Sandro Osmani, “Tre partiti al bando”, *Il Messaggero*, 19 de Março 1975, 19.

3.3. Fanfani decreta a retirada do congresso

A segunda jornada congressual assinalou uma inesperada alteração na ordem de trabalhos. Escrevia *La Stampa*: “O PCI encontrou o caso de Portugal no momento em que menos queria. [...] A delegação DC retirou-se do congresso comunista e a circunstância condicionou o debate, que do tema do ‘compromisso histórico’ passou para a polémica aberta por Fanfani”⁴³⁷. Na mesma linha, anotava *Il Messaggero*: “Não são apenas os acontecimentos portugueses a inspirar o debate político destes dias, mas também a sua coincidência com o congresso do PCI e a reação da DC”⁴³⁸.

As ocorrências de Lisboa e a, conseqüente, retirada em protesto dos sequazes do secretário-geral da DC, Amintore Fanfani, por decisão deste, produziram encontros improvisados, comunicados, discursos redimensionados, conversas de bastidores e uma profusão de reacções surpreendente. O tumulto pulou fronteiras e conferiu dimensão à *aldeia global* de Marshall McLuhan.

As capas do *Corriere della Sera* de 20 e 21 de Março aproximam-se, sobremaneira, de páginas monotemáticas. Uma ideia que faz sentido na medida em que a chave de leitura para interpretar o decurso do congresso do *Palazzo dello Sport* requer a compreensão do que se passava na Península Ibérica. Os textos sobre Portugal fornecem informações e comentários que ajudam a contextualizar as peças sobre a reunião comunista, verificando-se, também, o contrário. Antonio Padellaro⁴³⁹ afirmou que Fanfani decidiu jogar uma cartada de grande efeito. O líder da delegação democrata-cristã, Attilio Ruffini, deveria comunicar à cúpula comunista a opção pelo abandono dos trabalhos, mas, de acordo com a organização do congresso, a espera foi inútil.

Amintore Fanfani preferiu o órgão oficial da DC para desenvolver a problemática. Segundo *Il Popolo*, os comunistas portugueses influenciaram a suspensão dos outros partidos para, juntamente com os militares, impor uma nova ditadura, pois temiam o voto popular⁴⁴⁰. Começava o aproveitamento discursivo que os expoentes da secretaria da DC iriam alimentar para a agência noticiosa ANSA, condenando o projeto de alianças de Enrico Berlinguer:

⁴³⁷ Giovanni Trovati, “Portogallo e Italia”, *La Stampa*, 20 de Março, 1975, 1.

⁴³⁸ Romano Dapas, “I commenti”, *Il Messaggero*, 20 de Março, 1975, 2.

⁴³⁹ Antonio Padellaro, “I drammatici dispacci da Lisbona”, *Corriere della Sera*, 20 de Março, 1975, 1.

⁴⁴⁰ Paolo Pinna, “I comunisti portoghesi temono il voto popolare”, *Il Popolo*, 20 de Março, 1975, 1.

“A linha de todas as intervenções [DC], mais do que exprimir, obviamente, uma severa condenação pelo abuso de força registado em Portugal e reforçar que a verdadeira face do comunismo continua sempre totalitária, deve confirmar em definitivo o fracasso do compromisso histórico”⁴⁴¹.

A iniciativa do líder democrata-cristão provocou um incidente institucional, precisamente no momento em que Berlinguer lançava o apelo ao entendimento com a DC. O partido destinatário da *terceira via* recusou ouvir o que lhe era dirigido, mostrando-se indisponível para perceber o fundamento do *compromisso histórico*.

As reações oficiais do PCI não tardaram. Interrompendo espontaneamente a oratória matinal do dia 20, Alessandro Natta⁴⁴² transmitiu a indignação da presidência do congresso, qualificando a ação da DC um pretexto para instrumentalizações eleitorais e para polemizar internamente factos de outros países: “Um gesto em tudo injustificado seja em relação à estratégia democrática do PCI, seja em relação às posições assumidas sobre os complexos desenvolvimentos da situação portuguesa”.

Posteriormente, a direção comunista clarificou a posição do partido diante da decisão do Conselho da Revolução. A tarefa coube a Aldo Tortorella⁴⁴³, que definiu bastante graves e sérios os acontecimentos de Portugal. O diretor de *L'Unità* referiu, porém, que importava distinguir a análise de tal realidade da existência de uma situação em tudo excepcional, ainda marcada pelas consequências de um golpe reaccionário. Tortorella reafirmou o internacionalismo e a solidariedade com quem se esforçava para construir uma sociedade nova, não deixando de asseverar a plena autonomia do PCI e de direccionar animosidades para Amintore Fanfani: “Não nos identificamos com partidos que exaltamos o valor e que consideramos irmãos, seja porque entendemos a complexidade e diversidade das situações históricas concretas, seja porque estamos tenazmente convictos das nossas ideias. Outra tática segue a secretaria da DC”.

⁴⁴¹ Citado por Antonio Padellaro, “I drammatici dispacchi...”, 20 de Março, 1975, 1.

⁴⁴² Citado por Luigi Bianchi, “Il Portogallo pesa sul ...”, *Corriere della Sera*, 20 de Março, 1975, 1.

⁴⁴³ Citado por Luigi Bianchi. *Ibidem* 1-2.

3.4. A intensa espiral de reações

A *questão portuguesa* causou profundo impacto na opinião pública italiana. Como se mencionou anteriormente, deu origem a confrontos entre estudantes democratas-cristãos e grupos de extrema-esquerda, divergências entre elementos de conselhos regionais, como sucedeu, por exemplo, na Toscana, na sequência das posições adoptadas por Guido Biondi (Partido de Unidade Proletária) em colisão com os companheiros de coligação, comunistas e socialistas. A degradação do clima político entre partidos com responsabilidades parlamentares constituiu um motivo de preocupação para o governo de Aldo Moro tendo em vista, na semana seguinte, a difícil ronda negocial no âmbito das questões de ordem pública, outro dos assuntos centrais em redor do qual as forças políticas apresentavam divergências de fundo.

Os *acontecimentos discursivos* evoluíram em tom de polémica crescente. O democrata-cristão Flaminio Piccoli⁴⁴⁴ interpelou o governo italiano para que encetasse oportunas iniciativas no sentido de restituir os termos de liberdade e de democracia que haviam inspirado o movimento de 25 de Abril de 1974. Solicitou, neste sentido, esforços que pressionassem os militares portugueses para revogar as medidas suspensivas. Uma pretensão que os dirigentes do PDC em Portugal já tinham feito chegar a figuras da Democracia Cristã europeia e italiana, nomeadamente a Fanfani, a quem agradeceram “a viva solidariedade demonstrada por ocasião da injusta medida” e pediram uma intervenção junto das autoridades portuguesas⁴⁴⁵.

A 22 de Março, o senador Giuseppe Bartolomei assinou, em nome do grupo democrata-cristão, outra petição tendente a discutir os desenvolvimentos portugueses, desta vez no Senado. Mas se as vozes, no universo da DC, convergiram em considerar que os factos de Lisboa provavam a estridente contradição entre a proposta do *compromisso histórico*, enquanto expressão de uma linha autónoma, e a incapacidade do PCI em libertar-se das raízes de um internacionalismo acrítico, como advogou Lorenzo Natali⁴⁴⁶, as fações mais à esquerda no partido reprovaram a tática instrumental utilizada por Fanfani. O líder da corrente *Base*, Luigi Granelli⁴⁴⁷, venceu a sua discordância: “A involução autoritária em Portugal não impede de observar que

⁴⁴⁴ “Chiesto un dibattito sui fatti portoghesi”, *La Stampa*, 21 de Março, 1975, 2.

⁴⁴⁵ Bernardo Valli, “Le elezioni portoghesi rinviata al 25 aprile”, *Corriere della Sera*, 20 de Março, 1975, 1.

⁴⁴⁶ Citado por Antonio Padellaro, “Chiesto dalla DC un dibattito sul Portogallo”, *Corriere della Sera*, 21 de Março, 1975, 1.

⁴⁴⁷ Citado por *Corriere della Sera*, “Sul ritiro dal congresso comunista”, 23 de Março, 1975, 2.

um confronto severo com o PCI [...] é em qualquer caso preferível a uma instrumentalização propagandística dos factos condenados, sendo preferível apelar à razão em detrimento da emotividade”.

A condenação da linha de instrumentalização política e eleitoralista foi seguida por expoentes de outras forças políticas. O socialista Giuseppe Di Vagno⁴⁴⁸ defendeu que a resposta dos dirigentes da DC tinha sido a pior possível, tratando-se de uma grave atitude não querer aprofundar, em termos construtivos e de alargamento dos espaços democráticos, problemas reais. As tomadas de posição assumiram um carácter frenético e estenderam-se a todos os quadrantes políticos. O ex-Presidente da República, Giuseppe Saragat (PSDI), declarou que Portugal passava de uma ditadura para outra, enquanto Bettino Craxi (PSI) frisou que os comunistas de Cunhal eram “uma flor do estalinismo”, um partido que não hesitara em aprovar a intervenção soviética na Checoslováquia⁴⁴⁹.

Os enviados especiais dos três jornais em Portugal já tinham previsto que o despacho dos militares iria causar réplicas internacionais. E assim aconteceu: *Le Monde* – “Os militares satisfeitos por eliminar o PDC não pensaram que uma medida intermédia poderia ser suficiente?”; *Frankfurter Allgemeine* – “Apesar dos obstáculos, se as eleições forem suficientemente livres realizar-se-á uma considerável maioria não comunista”⁴⁵⁰; *Newsweek* – “Portugal está perdido para a NATO”⁴⁵¹.

No mesmo dia em que o *Osservatore Romano*⁴⁵² criticava a incapacidade do PCI em condenar “uma incrível decisão”, o *France-Soir* dedicou um longo comentário às repercussões na esquerda europeia. “Um PC que embaraça os seus irmãos. (...) Cunhal mete o PCI em dificuldade”, assim definia o jornal francês a ação do PCP, afirmando que, além da França, Itália e Espanha estavam particularmente interessadas no brutal aceleração do processo revolucionário em Lisboa⁴⁵³.

O líder da DC espanhola, José Maria Gil Robles⁴⁵⁴, confirmou, por sua vez, que o PDC não fazia parte da União Europeia das Democracias Cristãs, uma vez que o organismo tinha adiado a decisão sobre o pedido de adesão para uma fase posterior

⁴⁴⁸ Citado por *Corriere della Sera*, “Colombo mette in guardia sui pericoli di una rottura”, 24 de Março, 1975, 2.

⁴⁴⁹ Citado por Antonio Padellaro, “Chiesto dalla DC...”, *Corriere della Sera*, 21 de Março, 1975, 1-2.

⁴⁵⁰ Citado por *Il Messaggero*. 21 de Março, 1975, p.18.

⁴⁵¹ Citado por *Corriere della Sera*, “Il Portogallo è perduto per la NATO”, 25 de Março, 1975, 2.

⁴⁵² *Osservatore Romano*, “I democristiani denunciano al mondo la spietata coerenza totalitaria del comunismo”, 21 de Março, 1975, 8.

⁴⁵³ Citado por *Corriere della Sera*, “Chiesto un dibattito sul Portogallo”, 21 de Março, 1975, 2.

⁴⁵⁴ Citado por *La Stampa*, “Per i fatti del Portogallo dibattito in Parlamento”, 23 de Março, 1975, p.2.

às eleições de 25 de Abril de 1975. Mas esse fator não o impediu de reprovar as medidas do Conselho da Revolução.

3.5. Domingos Abrantes: o incómodo delegado português

As medidas dos militares portugueses, a avaliar pelos relatos jornalísticos, comportaram elevado grau de imprevisibilidade. Ninguém tinha intervenções preparadas sobre a decisão do Conselho da Revolução. Quando Alessandro Natta e Aldo Tortorella tomaram posição pelo PCI, logo foram acusados pelos observadores de falta de firmeza em distanciar o partido das orientações políticas preconizadas pelos militares e pelo PCP. Do interior do próprio PCI, vários expoentes admitiram que a resposta de Natta e Tortorella não havia sido suficiente, enquanto outros preferiram sublinhar a sua natureza estratégica.

Pressionado para distanciar os comunistas italianos das concepções políticas do PCP e dos militares de Abril, as reservas ou os embaraços de Enrico Berlinguer ganharam mais consistência quando ouviu a intervenção de Domingos Abrantes⁴⁵⁵, o delegado do PCP presente em Roma: “As ligações fraternas que unem os nossos dois partidos são indestrutíveis”. O enunciado foi depressa explorado pela imprensa, considerando Abrantes “o orador mais interessante”, “o hóspede embaraçante” ou “a figura mais esperada”.

O grande entusiasmo com que a plateia assistiu ao discurso de delegado português foi interpretado, pelo *Corriere e La Stampa*, como uma espécie de contraste latente entre as bases do PCI e a estratégia do *compromisso histórico*. Por 15 minutos, Domingos Abrantes foi aplaudido em 13 ocasiões, colhendo um forte abraço de Kirilenko. *La Stampa* dedicou-lhe um título em primeira página: “Um delegado português suscita embaraço no PCI”⁴⁵⁶.

O enviado de Álvaro Cunhal, que já tinha concedido uma entrevista ao *Corriere della Sera* e mantido reuniões privadas com Berlinguer, atacou o PDC pelos envolvimento em ações reacionárias (28 de Setembro e 11 de Março) e considerou-o um partido sem tradições antifascistas. Domingos Abrantes realçou a estreita ligação entre o povo e os militares enquanto fator decisivo para a consolidação democrática,

455 Citado por Luca Giurato, “Un delegato portoghese suscita imbarazzo nel pci”, 23 de Março, 1975,

1.
⁴⁵⁶ Ibidem.

defendendo um Portugal com as mais amplas liberdades, de imprensa, expressão, reunião, mas sempre dentro do pleno respeito pelas conquistas democráticas⁴⁵⁷.

No discurso de encerramento, Berlinguer⁴⁵⁸ esforçou-se em desfazer dúvidas e vincar a predisposição do partido para viver num quadro democrático e pluralista. Afirmou que existia qualquer coisa nos acontecimentos portugueses que não persuadia os comunistas italianos, considerando imperiosos os princípios que asseguravam o pleno exercício de todas as forças políticas de centro, direita ou esquerda, e a todos os cidadãos.

As declarações do secretário-geral italiano fizeram eco em Lisboa, na rua António Serpa. Aurélio dos Santos⁴⁵⁹ tomou posição pelo PCP mas optou por não alimentar muitas polémicas, dando a ideia que o partido de Cunhal apenas estava interessado nos problemas portugueses. Ainda assim considerou que o princípio a adoptar seria o da não ingerência nas questões de outros partidos.

3.6. Em que medida a exclusão do Partido da Democracia Cristã das eleições para a Assembleia Constituinte influenciou os trabalhos do XIV Congresso do PCI?

“Enquanto se apresentava o espetáculo bem ordenado dos oradores, [...] nos bastidores discutia-se o verdadeiro tema do congresso: a exclusão da DC portuguesa das eleições e o clamoroso retiro da delegação da DC italiana”, escrevia Giovanni Russo⁴⁶⁰ no *Corriere della Sera*. É indiscutível que a temática do *compromisso histórico* partilhou os espaços de debate com os acontecimentos portugueses e, em determinados momentos, cedeu mesmo o brilho ao intruso inesperado. Porquê? A secretaria de Amintore Fanfani redimensionou a peculiar realidade portuguesa. Inseriu-a noutra contexto através de imbricadas disputas políticas. Construiu uma representação de um acontecimento e introduziu-lhe uma nova carga simbólica.

A instrumentalização dos factos de Lisboa permitiu ao PCI três níveis de atuação. Em primeiro lugar, criou uma oportunidade, a partir de um exemplo concreto, de reforçar a proclamada autonomia do discurso introdutório de Berlinguer,

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ *L'Unità*, “Le conclusioni del compagno Berlinguer”, 24 de Março, 1975, 3-9.

⁴⁵⁹ Citado por Sandro Viola, “Nel Portogallo prevale la linea dei più radicali?”, *La Stampa*, 25 de Março, 1975, 1.

⁴⁶⁰ Giovanni Russo, “Il delegato comunista portoghese spiega perché la DC è stata messa al bando” *Corriere della Sera*. 21 de Março, 1975, 1.

a *via nacional para o socialismo*. Ao criticar a decisão dos militares portugueses, demonstrou que a fraternidade entre partidos irmãos não implicava as mesmas condutas.

Em segundo, possibilitou uma clara definição em termos estratégicos e de alianças. Se, na antecâmara do congresso, Enrico Berlinguer ainda poderia auspiciar um debate centrado na substância da proposta comunista, depressa percebeu a impossibilidade desse desígnio. Novo objetivo: derrotar a linha da secretaria de Amintore Fanfani. Mas não sem um manifesto sentimento de desilusão, como o próprio Berlinguer deixou transparecer na intervenção conclusiva. O gesto de Fanfani provocou o que Soromenho-Marques (2009: 590) designa por *hostilidade funcional*, a “modalidade de apreciação negativa do *Outro* motivada pela emergência conjuntural de focos de atrito”.

Por último, tornou evidente a impossibilidade de um entendimento a curto prazo entre PCI e DC, redirecionando esforços para acordos com outros protagonistas na Direção democrata-cristã. Durante o debate congressual, a questão dos *timings* de concretização do projeto comunista constituiu um dos pontos que mais discórdia suscitou entre os históricos do PCI.

Depois, a *questão portuguesa* lançou ruído sobre o tema central que deveria ocupar a atenção da opinião pública italiana: a proposta do *compromisso histórico*. Desse ponto de vista, comportou um efeito negativo, como deu conta o editorial do *Corriere della Sera*:

“Nem sempre um episódio numa capital estrangeira nos dá o direito de fugir à realidade. [...] Os nossos problemas resolvem-se em Roma e noutras cidades, não ignorando a política estrangeira, elemento útil de avaliação, mas não aceitando e não nos iludindo que essa possa ser uma alternativa aos objectivos e às responsabilidades da política interna”⁴⁶¹.

3.7. Qual o tratamento jornalístico concedido à conferência?

As principais temáticas sobre as quais recaiu a atenção do *Corriere della Sera*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero* estabelecem três enfoques: o debate em redor do *timing* do *compromisso histórico*; a exclusão do PDC das eleições para a

⁴⁶¹ *Corriere della Sera*, “Non dimentichiamo i nostri vecchi mali”, *Corriere della Sera*, 21 de Março, 1975, 1.

Assembleia Constituinte; e o retiro da delegação democrata-cristã da conferência comunista.

Quando se tratou de elaborar o intelecto final, os jornais enquadraram o projeto de Berlinguer nas perspectivas de longo prazo, tal como foi referenciado no documento conclusivo do congresso. *Il Messaggero* alinhou, declaradamente, por uma orientação favorável a uma política de esquerda, tendência que se pode explicar pela radicalidade do corpo redatorial, também derivada da particular conjuntura que afetava, naquele período, o diário romano⁴⁶². O jornal frisou a pertinência do *compromisso histórico* e a inevitabilidade de o PCI coassumir a condução dos destinos do país como forma de ultrapassar a profunda crise sociopolítica.

Os meios analisados reportaram a iniciativa de Amintore Fanfani (abandono do congresso) como uma instrumentalização destinada a retirar proveitos no domínio da política interna. *Corriere della Sera* e *La Stampa* entenderam que o PCI tardou em condenar a decisão do Conselho da Revolução e distanciar-se do PCP, mas reconheceram que o líder comunista foi mais explícito na intervenção final. Este foi o aspeto mais evidenciado por *Il Messaggero*, preocupado em sublinhar a autonomia dos comunistas italianos e a sua consumada integração no sistema democrático.

Os diários de Milão e Turim salientaram, por outro lado, a ambiguidade programática do *compromisso histórico*, pese embora tenham avaliado positivamente a intenção do PCI em permanecer no espaço da Aliança Atlântica e a opção por uma política mais acutilante ao nível dos centros regionais e locais.

Enrico Berlinguer e Amintore Fanfani assumiram o papel de grandes protagonistas no plano das personagens evocadas. Uma outra subcategoria envolve os atores regulares ou episódicos: Giorgio Amendola, Pietro Ingrao, Domingos Abrantes, Álvaro Cunhal e os militares portugueses. Em termos institucionais, o PCI, a DC, o PDC e o PCP surgiram como referentes incontornáveis.

O evento comunista foi abordado numa linguagem dirigida à classe política, de certa forma codificada, uma das razões que, no período estudado, explica a baixa difusão da imprensa escrita na Península Itálica. Expressões como “sacrossanta emoção suscitada pelo drama português” ou “a tragédia de Lisboa” revelam um elevado grau de dramatização, bastante comum na *praxis* jornalística italiana.

⁴⁶² Cfr. Capítulo V.

O *Corriere della Sera* (22) foi o jornal que mais unidades de redação publicou sobre o congresso, seguindo-se *Il Messaggero* (19) e *La Stampa* (16). A dominância no contexto dos editoriais pertence ao órgão dirigido por Piero Ottone (5), seguindo-se o diário de Roma (3). *La Stampa* juntou aos dois editoriais publicados cinco notas políticas, o género jornalístico de opinião geralmente circunscrito ao assunto mais importantes da edição.

A cobertura jornalística foi intensa, polifónica e norteada, sobremaneira, pela interpretação política. No âmbito da cultura jornalística italiana, a natureza do acontecimento assim o exigia. Várias foram as reportagens ou notícias condimentadas ao sabor de uma determinada linha política, denotando um claro envolvimento do enunciador. O jornalista nunca se libertará de valores e tendências ideológicas e manifestará sempre essa condição em todas as produções e géneros jornalístico. Os factos não falam sozinhos, necessitam de ser interpretados, mas importa, em qualquer cultura jornalística, obter um equilíbrio entre informação e comentário.

À exceção do dia 25 Março, no *Corriere della Sera*, as primeiras páginas dos três jornais apresentaram sempre peças sobre a conferência comunista. No universo das 24 edições analisadas, o XIV Congresso fez a manchete em quatro edições no *Corriere*, três em *La Stampa* e duas em *Il Messaggero*. São elementos eloquentes quanto à relevância adquirida. Não raras vezes observou-se que o editorial apareceu ligado à manchete, comentando a notícia ou a crónica política, formando um *puzzle* de artigos. A interpretação antecedeu, assim, a informação e direccionou a chave de leitura, induzindo o leitor para a tomada de posição do jornal. Esse era um procedimento usual no jornalismo italiano, em profundo contraste, por exemplo, com a cultura jornalística anglo-saxónica.

4. O “caso República” e a campanha para as eleições Regionais e Administrativas

Na manhã do dia 19 de Maio de 1975, a Comissão Coordenadora de Trabalhadores do diário *República* comunicou à Direção e à chefia de Redação, ambas de tendência socialista, que estas se deviam considerar exoneradas. Motivo: o *República* ter-se-ia dissimuladamente transformado numa ferramenta do Partido Socialista, destruindo o património que o tornara paladino da unidade antifascista⁴⁶³.

A Comissão Coordenadora composta por trabalhadores dos setores gráfico e administrativo, de orientação comunista e de extrema-esquerda revolucionária, nomeou então Álvaro Belo Marques como diretor interino, organizando piquetes que impossibilitavam a circulação dos redatores entre a sede do jornal e o exterior⁴⁶⁴.

No mesmo dia 19, o “caso República” determinou irremediavelmente o curso da entrevista que Oriana Fallaci conduzia diante de Mário Soares. As primeiras palavras do líder socialista foram mesmo condicionadas pela persistência do telefone:

“Você veio ver o que está a acontecer em Portugal, e eis o que acontece em Portugal. Recebi agora a notícia de que o diretor e os redatores do jornal República foram sequestrados pelos tipógrafos comunistas, os quais exigem que sejam afastados para impor o seus próprios diretor e redator chefe, naturalmente comunistas”⁴⁶⁵.

A célebre jornalista italiana, numa primeira tentativa, lançou por duas vezes a pergunta “Somente os comunistas, ou os comunistas juntamente com os militares?”, à qual Mário Soares não respondeu por estar, intermitentemente, em contacto com o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuíno. Antes de insistir na mesma formulação linguística por mais três ocasiões, Fallaci transcreveu algumas passagens desse diálogo paralelo entre Mário Soares e Correia Jesuíno⁴⁶⁶:

⁴⁶³ O *República* inspirava-se nos valores liberais e laicos do 5 de Outubro, tendo sido uma prestigiada voz de resistência ao Estado Novo. Os responsáveis pela Ação Socialista Portuguesa (incubadora do PS) conquistaram, no início dos anos 70, posição maioritária entre os acionistas da empresa.

⁴⁶⁴ O PS convocou uma manifestação, em frente à sede do jornal, que se prolongou até à madrugada do dia 20, altura em que o edifício do *República* foi evacuado sob proteção militar e selado.

⁴⁶⁵ Oriana Fallaci, “A colloquio con Soares”, *L'Europeo*, 6 de Junho, 1975, 42.

⁴⁶⁶ O Ministério da Comunicação Social divulgou um desmentido a respeito da conversa telefónica mantida entre Mário Soares e o comandante Correia Jesuíno, reproduzida por Fallaci no texto da entrevista publicado na revista *L'Europeo*.

“[Soares] Senhor ministro, suponho que esteja ao corrente do que está acontecendo ao República.... Sim, exato... Não, senhor ministro. Raul Rego não é um fascista (...). Não, senhor ministro. Você conhece Álvaro Guerra, senhor ministro. E deveria saber que não existem dúvidas quanto ao antifascismo de Álvaro Guerra... (...). Tal ocupação é ilegal, e contrária à lei de imprensa, e ofende os valores da revolução, e nós socialistas não a toleraremos, senhor ministro. Não a toleraremos. Como? Não, senhor ministro... Espero, senhor ministro”⁴⁶⁷.

A estada de Oriana Fallaci em Lisboa não ficaria concluída sem o elóquio com outro dos protagonistas da Revolução de Abril e do “caso República”, Álvaro Cunhal⁴⁶⁸. Sobre o conflito na vetusta casa da rua da Misericórdia, o secretário-geral comunista diria que a imprensa portuguesa era livre, seguia o curso do processo revolucionário, atribuindo aos operários o direito de impedir a permanência em funções de diretores e jornalistas contrarrevolucionários, de se recusarem a estampar-lhes os jornais. Concluindo:

“Foi o que sucedeu no caso República. Os socialistas comportaram-se de uma forma histórica, provocaram um escândalo com o fim de lembrarem que tinham ganho as eleições. Na realidade, os operários revoltaram-se porque o República mais não fazia do que publicar ataques contra o PCP, calúnias contra o PCP, críticas à revolução. (...) Fizeram muito bem”⁴⁶⁹.

Neste período da vida política portuguesa tornou-se recorrente os políticos e os militares produzirem as afirmações mais ressonantes no estrangeiro ou para a imprensa internacional. Oriana Fallaci recolheu estas importantes declarações no momento em que o “caso República” eclodiu, no momento em que a disputa em redor do jornal fundado por António José de Almeida permitiu, por um lado, ao PS questionar pela primeira vez as intenções democráticas dos capitães de Abril e, por outro, conferir relevância internacional ao problema da liberdade de imprensa e da definição do sistema político a implantar em Portugal.

A dimensão internacional do “caso República” atingiu, provavelmente, o seu ponto mais inflamado no contexto dos círculos políticos e intelectuais franceses,

⁴⁶⁷ Ibidem: 42-43.

⁴⁶⁸ O PCP divulgou um comunicado no qual considerava deturpadas algumas declarações do seu secretário-geral. A entrevista de Fallaci a Álvaro Cunhal constituiu um dos episódios mais mediáticos do PREC. Declarações como “Prometo-lhe que em Portugal não haverá Parlamento”, de Cunhal, originaram ainda mais polémica num período já de si altamente inflamado.

⁴⁶⁹ Oriana Fallaci, “La parola a Cunhal”, *L'Europeo*, 13 de Junho, 1975, 44.

originando clivagens entre comunistas e socialistas e contrapondo concepções díspares de conceitos como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. As repercussões em França constituem, de facto, os acontecimentos discursivos acerca dos quais a academia e a opinião pública portuguesas detêm, no âmbito desta temática, o mais sólido conhecimento, naturalmente enriquecido com os contributos de referência de Mário Mesquita (1994/a) e José Rebelo (1994).

As réplicas do evento que fraturou o MFA e representou um ponto de viragem no PREC não se esgotam, porém, no espaço público francês. O impacto foi igualmente notável em Itália. Além de recuperarem as apropriações temáticas e instrumentalizações políticas já iniciadas aquando do XIV Congresso do PCI, em Março de 1975, os tremores de Lisboa fizeram chegar a polémica ao mais importante jornal italiano, o *Corriere della Sera*. O “caso República” rapidamente metamorfoseou-se no ‘caso Carnevali’ e deu azo a intensos debates sobre a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, sobre questões ético-profissionais e, em termos gerais, sobre a estrutura e a atividade da imprensa italiana num contexto democrático. Esta alomorfia que transformou um caso português num caso italiano colocou ainda em causa as condições internas de produção da informação no *Corriere della Sera* e questionou os poderes atribuídos aos conselhos de fábrica e de redação do colosso milanês.

O objetivo consiste em analisar a receção do ‘caso República’ nos meios políticos e jornalísticos italianos enquanto elemento constitutivo da retórica política que presidiu à campanha para as eleições Regionais e Administrativas de 15 de Junho de 1975. O despoletar do “caso República” coincidiu com o início da campanha eleitoral e determinou parte significativa das temáticas que nortearam o debate político. Se na abordagem ao XIV Congresso do PCI privilegiou-se as páginas do *Corriere della Sera*, de *La Stampa* e de *Il Messaggero*, agora recupera-se a análise exploratória que serviu de base, no capítulo anterior, à elaboração do inventário sobre os acontecimentos desencadeados em Itália pela dinâmica revolucionária portuguesa.

O corpus é constituído por editoriais, notícias, comentários e artigos de opinião publicados, entre Maio e Agosto de 1975, nos principais jornais diários, semanários e mensários de grande informação, bem como na imprensa *partidária* ou de *tendência*. A pergunta metodológica pode formular-se da seguinte pergunta: Quais as repercussões políticas e o impacto mediático do “caso República”? Estabeleceram-

se três parâmetros que devem reger a interpretação das formações discursivas disseminadas no espaço público italiano:

a) Considerações sobre o curso da revolução portuguesa: procura-se desconstruir o enquadramento através da qual as instâncias de enunciação, em Itália, produziram os vários discursos sobre os acontecimentos portugueses. Já se afirmou, na esteira de Edward Said (1978-1995), que o quadro interpretativo corresponde, neste trabalho, ao conjunto de ideias-força que emana de uma autoridade expressa (italiana) a respeito do *Outro* (português). Essa autoridade é sustentada a partir de uma consciência geopolítica (cultura ocidental, valores democráticos) que emite juízos sobre o real presenciado.

b) Apropriação temática e instrumentalização política: o objetivo consiste em identificar, no espaço público italiano, as conjunturas políticas e os contextos temáticos que presidiram à formulação de discursos tendentes a retirar proveitos políticos a partir dos eventos portugueses. Recorre-se ao conceito de espaço público teorizado por Jürgen Habermas (1997: 92-98), segundo o qual essa esfera designa um lugar constituído por diversos públicos e campos discursivos, assumindo a forma de uma rede através da qual circulam conteúdos, tomadas de posição e opiniões. Essa *estrutura comunicacional*, dominada pelo meios de comunicação e por uma audiência que exerce um julgamento crítico, pressupõe que todos os assuntos poderão alcançar existência pública a partir do momento em que adquirem o estatuto de interesse geral. No espaço público luta-se por uma influência que pode ser política ou relacionada com o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas, estando dependente do assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos.

c) Repercussões no setor de informação: importa analisar o discurso *metajornalístico* dos atores afetos ao campo do jornalismo em Itália, discurso que deve ser entendido à luz de uma narrativa autorreferencial⁴⁷⁰ sobre o setor da informação e, em particular, sobre o tratamento da informação no *Corriere della Sera*.

4.1. Considerações sobre o curso da Revolução de Abril

O PS aproveitou o “caso República” para, como se mencionou, questionar as intenções democráticas dos militares e apresentar o encerramento do jornal enquanto

⁴⁷⁰ A noção de *narrativa autorreferencial* consiste em analisar o discurso dos profissionais do setor da informação sobre o *modus faciendi* do próprio jornalismo.

sinónimo do fim do regime de liberdade de imprensa em Portugal⁴⁷¹. O mediatismo relacionado com este episódio adquiriu relevância além-fronteiras devido à conjugação de dois fatores: de um lado, a pertinência das questões políticas e ético-profissionais associadas ao conflito e, do outro, a vigorosa campanha levada a cabo pelo PS ao nível da opinião pública internacional.

Em Itália, o somatório destes dois fatores com a campanha eleitoral para as regionais de 15 de Junho provocou vastas e enérgicas reações em diversos quadrantes da sociedade. Flavio Orlandini⁴⁷², secretário-geral dos socialistas-democráticos, enviou uma carta ao presidente da Internacional Socialista na qual solicitava uma reunião da organização em Lisboa para debater a questão portuguesa e, deste modo, demonstrar solidariedade com os socialistas e democratas portugueses. Já o presidente do Partido Liberal, Giovanni Malagòdi⁴⁷³, interrogou, no parlamento, o presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros acerca das informações que estes possuíam sobre o episódio do República e quais as diligências que pretendiam realizar, no âmbito das instituições internacionais, para fazer chegar aos militares de Lisboa a viva preocupação dos democratas italianos e europeus.

A Federazione Nazionale della Stampa Italiana, a Ordine dei Giornalisti e outros núcleos do setor da informação, como os jornalistas democratas-cristãos da província de Milão, emitiram comunicados em solidariedade com Raul Rêgo e os redatores, demonstrando apreensão quanto ao curso da revolução. A mesma atitude norteou o comportamento de várias organizações sindicais. A Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori apelou ao respeito pela diversidade das tendências ideológicas e referiu que conflitos como o do República não se conciliavam com a exigência de unidade dos trabalhadores e das forças populares.

Todos os partidos do arco parlamentar, comunistas incluídos, e a generalidade dos jornais de referência reprovaram a ação dos trabalhadores do República. A sentença dos ultraconservadores do MSI-DN, dos democratas-cristãos, socialistas-democráticos, liberais, republicanos e socialistas disseminou-se num tom implacável e bastante mais severo que aquele utilizado pelo PCI. As opiniões que enformam a harmonia dessa toada impiedosa convergem em considerar que os acontecimentos da

⁴⁷¹ Os membros socialistas do Governo suspenderam, em sinal de protesto, a participação no Conselho de Ministros. Regressaram a 6 de junho de 1975 depois de o PS ter recebido garantias do Conselho da Revolução quanto à restituição do *República* aos seus proprietários.

⁴⁷² Flavio Orlandini, “La lezione che viene da Lisbona”, *L’Umanità*, 20 de Maio, 1975, 1.

⁴⁷³ *Il Resro del Carlino*, “Interrogazione Pli per il Portogallo”, 22 de Maio, 1975, 1.

rua da Misericórdia eram de extrema gravidade e não faziam parte de uma história europeia. O risco de uma ditadura estava próximo.

As críticas evoluíram tendo em vista dois alvos: comunistas e militares. Sobre os primeiros recaiu o rótulo de antidemocráticos, preconizadores de uma estratégia de intimidação, percecionados como o partido que procurava, com lúcidas técnicas, apoderar-se, progressivamente, dos núcleos de poder (sindicato, administração local, meios de comunicação). Álvaro Cunhal foi acusado de querer implantar uma verdadeira ditadura, de utilizar métodos estalinistas como a violência, as detenções e a suspensão das liberdades democráticas, de querer pressionar o MFA para operar uma escolha entre marxismo e socialismo com o intuito de induzir os militares a reconhecerem nos comunistas os únicos interlocutores do processo político e, desta forma, afastar definitivamente o partido de Soares.

Os militares foram equiparados a grupelhos pequeno-burgueses que de marxistas nada possuíam, qualificados como autoritários e igualmente contrários aos valores democráticos, apostados em transformar o episódio do *República* num pretexto para implantar um sistema ditatorial. Foram acusados de manter uma aliança privilegiada com os comunistas que mais não constituía do que um devaneio terceiro-mundista e um corpo perigosamente anómalo para a Europa. Ou ainda: uma aliança com a minoria comunista que se preocupava em *sovietizar* Portugal, propósito já manifestado aquando da suspensão do PDC do sufrágio para a Assembleia Constituinte⁴⁷⁴.

A posição dos comunistas italianos fez-se ouvir, primeiro, através de uma nota política contrária a qualquer tendência que, no contexto do desenvolvimento democrático, limitasse a função dos partidos, a pluralidade de vozes e o confronto dialético. O diário *L'Unità* denotou preocupação diante da ação conduzida pelos trabalhadores do jornal que refletia as posições socialistas, afirmando não poder estar de acordo com “métodos de intolerância”. Considerou, por último, essencial a unidade entre as Forças Armadas e o povo e a unidade, neste quadro, entre os partidos de esquerda⁴⁷⁵.

Ao longo do texto intitulado “Unidade necessária”, o PCI nunca mencionou o nome de Álvaro Cunhal nem conotou a iniciativa dos trabalhadores com o PCP, sendo

⁴⁷⁴ Cfr: “Strumentalizzazione e altro”, *Il Popolo*, 23 de maio, 1975, 16; “I socialisti in penitenza”, *Corriere della Sera*, 24 de maio, 1975, 1; “Per chi suona la censura”, *Il Giornale*, 22 de Maio, 1975, 1.

⁴⁷⁵ *L'Unità*, “Unità necessaria”, 20 de Maio, 1975, 1.

por isso acusado de ambiguidade pelos seus adversários políticos. É, por outro lado, notória a intenção de reafirmar e justificar a conceção do jornal sobre o que deveria ser o comportamento de um partido comunista em sociedades democráticas: “Tudo isto entronca na nossa visão de princípio da luta pela democracia e o socialismo na Europa, pelo que daqui decorre a nossa convicta defesa da liberdade de imprensa e de informação”⁴⁷⁶.

Essa ambiguidade imputada ao PCI sobre o comportamento do PCP é a mesma ambiguidade que lhe foi atribuída pelos seus rivais políticos aquando do XIV Congresso de Roma, por não condenar abertamente a atitude de Cunhal em apoiar os militares quando se tratou de suspender o PDC – no discurso de encerramento dessa conferência, Berlinguer dissera que existia qualquer coisa nos eventos portugueses que não convencia o PCI. Ora é precisamente a partir do “caso *República*” e da nota política do *L’Unità*, de 20 de Maio de 1975, que os dirigentes do PCI aprofundaram com mais acuidade a sua posição. A explicação para este fator reside, provavelmente, nas pressões que lhes foram direccionadas, em Itália e no estrangeiro, pelos meios de comunicação e oponentes políticos, no contexto da campanha eleitoral iniciada a 18 de Maio, com o intuito de esclarecer o entendimento do PCI diante da *questão portuguesa* e, em particular, da conduta do PCP.

À medida que a campanha eleitoral se foi aproximando do epílogo, os dirigentes comunistas italianos optaram por um discurso mais contundente em relação ao partido de Cunhal, afirmando que determinadas orientações do PCP obrigavam a expressar discordância e que a visão do PCI sobre o avanço para o socialismo era diferente daquela que parecia inspirar os companheiros portugueses⁴⁷⁷. São questões que respeitam ao desenvolvimento da democracia, ao pluralismo, à autonomia dos sindicatos, à liberdade de opinião, de pensamento e de imprensa.

O impacto do “caso *República*” nos meios de comunicação não destoou daquele verificado nos círculos políticos. Arrigo Benedetti insurgiu-se contra os oito minutos concedidos ao acontecimento pelo telejornal da RAI-TV, no dia 21 de Maio. Durante a semana que assistiu ao despoletar do conflito de Lisboa, os 12 jornais de *referência* mais proeminentes dedicaram-lhe dez editoriais e 14 notas políticas ou artigos de opinião. Já os sete órgãos da imprensa *partidária* afetos às forças políticas com assento parlamentar estamparam cinco editoriais e 12 comentários.

⁴⁷⁶ Ibidem.

⁴⁷⁷ “Non crociate, ma idee, programmi e fatti concreti”, *L’Unità*, 7 de Junho, 1975, 2.

O *Giornale nuovo* publicou, em primeira página, uma entrevista com Raul Rego e um artigo exclusivo assinado pelo diretor do *Repubblica* para o jornal milanês. Além dos cartoons publicados em vários jornais, o órgão oficial do PSDI, *Umanità*, e, por motivos diferentes, os diários de extrema-esquerda como o *Lotta Continua* e o *Quotidiano dei lavoratori* (favoráveis à posição dos trabalhadores), saíram à estampa com inserções da imagem gráfica do *Repubblica* nas primeiras páginas.



Figura 10: Artigo de Raul Rego para *Il Giornale nuovo*; primeira página *Lotta Continua*; Cartoon *Il Resto del Carlino* (em baixo)

A reprovação dos jornais de referência diante da ação da Comissão de Trabalhadores foi sempre acompanhada por enunciados expressivos: “A última praia”⁴⁷⁸; “Um grave erro”⁴⁷⁹; “Dramáticos desenvolvimentos do golpe comunista em Lisboa”⁴⁸⁰. O *Corriere della Sera*, por exemplo, falou num gesto grave de “infantilismo político” dos operários e citou o *L’Unità* quando escreveu “intolerância”. Afirmou ainda que uma situação semelhante seria impossível em Itália uma vez que entre as condições dos trabalhadores italianos e aquela dos trabalhadores portugueses corria “uma imensa distância, como entre a terra e a lua”⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ *Il Tempo*, “L’ultima spiaggia”, 21 de Maio, 1975, 1.

⁴⁷⁹ *Il Messaggero*, “Un grave errore”, 22 de Maio, 1975, 1.

⁴⁸⁰ *Il Giornale nuovo*, “Dramatici sviluppi del colpo di mano comunista a Lisbona”, 21 Maio, 1975, 1.

⁴⁸¹ *Corriere della Sera*, “La strada dell’intolleranza”, 21 de Maio, 1975, 1.

4.2. Apropriação temática e instrumentalização política

O período da Guerra Fria pode ser analisado, grosso modo, como um tempo produtor de duas grandes instituições corporativas, as democracias capitalistas e as sociedades comunistas preconizadoras da socialização dos meios de produção, duas instituições discursivas que mais não são do que *sedes de consciência histórica* (Ferro, 1985) dotadas de uma realidade material. Sem se querer deslustrar ou minimizar o papel de outras comunidades ideológicas nascidas para contestar a supremacia destas duas instituições dominantes, a Revolução de Abril, na imprensa internacional, pode ser imaginada, em termos discursivos, como um rio cujas margens representam, de um lado, o Ocidente democrático e, do outro, o Leste comunista. No seu percurso para a foz, esse corpo de água fluente transformou-se num palco de disputa em que cada uma das margens (dos discursos) procura exercer influência sobre o curso do rio.

Dito por outras palavras, trata-se de duas instituições ideológico-discursivas que se relacionaram entre si entronizando visões, selecionando-as, descrevendo-as, ensinando-as, emitindo juízos destinados a manter e a conquistar a adesão dos auditórios e a esconjurar os poderes e perigos da instituição oponente. A imprensa tornou-se um elemento constituído por essas visões e ao mesmo tempo constitutivo das suas narrativas.

O “caso *República*” é mais um episódio que entra na lógica desta disputa bipolar. Exemplo: Moscovo considera as ações dos socialistas portugueses contrarrevolucionárias e contrárias ao interesse do povo trabalhador, as suas especulações (reação do PS ao encerramento do *República*) pretendem – afirma a *Pravda* – diminuir o prestígio dos militares e são uma campanha de calúnias contra Portugal⁴⁸²; o Presidente norte-americano Gerald Ford⁴⁸³ diz que um governo comunista em Lisboa não é compatível com as exigências da NATO – comentário em consonância com o discurso mediático dos Estados Unidos mais centrado nas consequências da influência comunista em Lisboa, para a segurança ocidental, do que na substância dos episódios do processo português.

Essa dialética do quadro geopolítico internacional associada aos eventos portugueses repercutiu-se, também, em Itália, apresentando, porém, um

⁴⁸² Citado por *Corriere della Sera*, “Accuse della ‘Pravda’ ai socialisti”, 26 de Maio, 1975, 1.

⁴⁸³ Citado por Dino Frescobaldi, “Ford: nessun isolazionismo”, *Corriere della Sera*, 31 Maio, 1975, 2.

enquadramento distinto. Isto é: não se trata de uma perspetiva sobre a Revolução de Abril inspirada pelo confronto entre, por um lado, forças políticas preconizadoras de uma sociedade democrática de tipo ocidental e, por outro, um partido comunista fiel ao internacionalismo comunista e à ortodoxia de Moscovo, antes um horizonte em que essas forças democráticas italianas recusam, questionam e vigiam a auto-inserção do PCI no campo da dialética pluralista e das regras democráticas. O “caso *República*” serviu para os primeiros procurarem embaraçar os segundos, tendo sido aproveitado pelos últimos para legitimar um processo evolutivo-revisionista – a *via italiana para o socialismo* – que conheceu um decisivo impulso a partir dos acontecimentos de Praga de 1968 e, sobretudo, da secretaria de Berlinguer.

Argumentos associados à instrumentalização política do "caso <i>República</i> " em Itália
O PCI critica o PCP porque está na oposição e inserido num regime democrático com uma imprensa livre, pois deve ter em conta as reações da opinião pública. Mas, uma vez chegados ao poder, os partidos comunistas adotam a postura do silêncio perante o desrespeito pelos valores democráticos. Como seria o comportamento do PCI se estivesse no poder?
Os partidos comunistas têm uma vocação para o arbítrio e para a prepotência. As <i>vias nacionais</i> que o PCI defende conduzem sempre ao totalitarismo, pelo que a proposta do <i>compromisso histórico</i> é anacrónica, insidiosa e tática. O comunismo consiste também nos valores que inspiram o partido de Cunhal.
O PCI tem um comportamento ambíguo diante dos militares portugueses, ora realístico porque defende o pluralismo das forças democráticas, ora reticente e confuso porque tanto defende o papel do MFA como a unidade entre este corpo militar e os partidos de esquerda.
O ataque de Cunhal no <i>República</i> provocou embaraços ao PCI e reações justificadamente inflamadas no PSI. Apesar de Berlinguer tomar distância do PCP, os comunistas e socialistas italianos apenas se preocupam em atenuar as impressões negativas que a <i>questão portuguesa</i> repercute na opinião pública e na esquerda em Itália.
Aquilo que é hoje a <i>questão portuguesa</i> pode ser amanhã a <i>questão italiana</i> . Tanto mais será assim quanto maior for a inércia da esquerda italiana diante dos factos portugueses.
As lições de Lisboa confirmam a imutabilidade da natureza totalitária do comunismo. A autonomia que o PCI defende para todos os partidos comunistas constitui um sofisticado meio para conquistar o poder.
O PSI demorou a reagir com dureza ao “caso <i>República</i> ” para não causar danos no PCI.
O PSI pede ao PCI para ser mais claro sobre os comunistas de Cunhal, mas depois acusa a DC de instrumentalizar o eventos portugueses para fins eleitorais.
O PSI protesta pela desgraça de Soares, mas depois, com medo de perder votos devido ao discurso anticomunista, revela timidez quando se trata de questionar o PCI sobre a conduta do PCP.

Tabela 36: Argumentos dos partidos situados nas seguintes áreas políticas: neofascismo, democracia-cristã, social-democracia, liberalismo e republicanismo

A apropriação temática e a instrumentalização política do “caso *República*” processou-se conforme os argumentos apresentados nas tabelas 36 e 37. Os tópicos-

síntese da tabela 36, coligidos a partir da imprensa *partidária*⁴⁸⁴ e das intervenções de dirigentes políticos, correspondem às linhas de força de um discurso que uniu diferentes partidos (MSI-DN, DC, PSDI, PLI, PRI) nas críticas quer aos socialistas e comunistas italianos, quer aos militares e comunistas portugueses. Os tópicos da tabela 37 equivalem aos argumentos do PSI, aferidos a partir do diário *Avanti!* e das declarações de dirigentes socialistas, tendentes a criticar as posições tanto dos democratas-cristãos, socialistas-democráticos e comunistas italianos, como do PCP e dos militares portugueses.

Argumentos associados à instrumentalização política do "caso <i>República</i> " em Itália
O "caso <i>República</i> " impõe que se faça uma pergunta aos comunistas italianos: Berlinguer deve dizer com clareza se o PCI pretende apoiar a política de Cunhal e dos militares tendente a impor severas limitações às liberdades que os portugueses conquistaram depois de decénios de ditadura.
A DC e o PSDI apenas se preocupam em fazer instrumentalizações dos eventos portugueses para obter proveitos ao nível da política interna .

Tabela 37: Discurso do Partido Socialista Italiano.

As narrativas dos opositores políticos do PCI denotam uma intenção de confrontar o partido com as problemáticas suscitadas pelo conflito da rua da Misericórdia. Se o discurso das forças políticas da tabela 36, com destaque para a DC, radica em enunciados que encimam a bandeira do anticomunismo e procuram visar as relações entre socialistas e comunistas italianos, já a postura do PSI, na tabela 37, além das solidariedades manifestadas ante os companheiros lusitanos, também não ignora as questões que o "caso *República*" coloca em relação ao PCI, ainda que de forma bem mais modesta quando comparada com aquela utilizada pelos partidos da tabela 36.

Não obstante a generalidade dos jornais de *referência* reconhecer que o PCI não era mais um partido ortodoxo à imagem de Moscovo, os analistas e atores políticos deram seguimento à dinâmica do jogo político ancorada nos eventos portugueses como havia sucedido aquando do XIV Congresso do PCI. A ambiguidade imputada à secretaria de Berlinguer em relação à conduta do PCP ocupou, de facto, um lugar de destaque no âmbito dos argumentos aduzidos pelos adversários, redundando, frequentemente, na pergunta: como podem os comunistas italianos

⁴⁸⁴ *Secolo d'Italia* (MSI), *Il Popolo* (DC), *L'Umanità* (PSDI), *L'Opinione* (PLI), *Voce Repubblicana* (PRI).

reprovar os meios utilizados pelos militares e as concepções democráticas do PCP e, simultaneamente, advogar a união entre as forças de esquerda e o MFA?

O PCI respondeu às pressões afirmando que a estratégia da DC e das restantes forças conservadoras e moderadas consistia em prosseguir com o aproveitamento político do processo português em termos de cruzada anticomunista. O deputado Gian Carlo Pajetta⁴⁸⁵ sustentou que ninguém tinha o direito de acusar o PCI de ambiguidade ou de reticências, uma vez que a análise que o partido fazia da situação em Portugal enquadrava-se no espírito de que as transformações sociais na Europa só podiam realizar-se no âmbito da unidade operária e da plena autonomia de qualquer país. Pajetta frisou que a função histórica da classe operária só poderia ser bem sucedida através de uma política de amplas alianças, entendida como elemento fundamental para o desenvolvimento democrático das nações.

Não há dúvida de que a réplica comunista comportou um esforço de clarificação de posições, como se depreende das diversas intervenções que se seguiram à nota política de 20 de Maio. Dois dias depois, sob o título “Clareza sobre Portugal”, o editorial do *L’Unità* mostrava-se decidido a rebater os ataques: “Liquidemos rapidamente a baixa instrumentalização que a DC de Fanfani e o seu quotidiano *Il Popolo* estão a tentar construir sobre os eventos portugueses”.

O diretor Luca Pavolini escreveu que o partido de Mário Soares tinha o direito de exprimir-se através das colunas de um órgão de imprensa, tal como outras forças antifascistas e democráticas tinham o direito de contestar o PS através dos próprios jornais ou meios de propaganda. Disse ainda que, em Portugal, não podiam ser positivas as intervenções dos militares quando se verificavam divergências entre os partidos. Relembrou, por último, que, dadas as peculiares circunstâncias em que o país se encontrava, sujeito a enérgicas reações saudosistas e a agitações aventureiras, a única forma de ultrapassar as dificuldades era através da unidade entre as massas populares, os partidos democráticos merecedores da sua confiança e as Forças Armadas⁴⁸⁶.

⁴⁸⁵ Franco Bertone, “Il movimento comunista e la sinistra europea”, *Rinascita*, 30 de Maio, 1975, 3.

⁴⁸⁶ Luca Pavolini, “Chiarezza sul Portogallo”, *L’Unità*, 22 de Maio, 1975, 1.

4.3. Repercussões no setor de informação: o “caso Carnevali”

O conflito do *República* ocupou os espaços nobres dos meios de comunicação italianos logo no dia 20 de Maio. O *Corriere della Sera* publicou, na capa, um pequeno texto, secundado pela fotografia de manifestantes, que servia de introdução à reportagem mais detalhada localizada nas páginas interiores. Renzo Carnevali, diretor dos serviços internacionais do *Corriere*, foi o autor da extensa chamada (não assinada) intitulada “Os comunistas ocupam o jornal socialista”. A peça apareceu na edição romana que cobria a maioria do território nacional.

A segunda edição do jornal, dedicada aos leitores da Lombardia e a algumas partes da península, reportou, porém, as ocorrências de Lisboa de forma mais anónima e ambígua, titulando “Tensão em Lisboa entre PC e socialistas”⁴⁸⁷. Motivo desta dissonância: redatores alteraram, na ausência do autor da peça, o título e partes do texto que haviam sido publicados na primeira edição do jornal.



Figura 11: Peça sobre o “caso *República*” nas duas edições do *Corriere*, 20 de Maio de 1975

Em carta publicada no *Giornale nuovo* sob o título “Portugal na Rua Solferino”, Renzo Carnevali⁴⁸⁸ explicou que um grupo de redatores comunistas e filocomunistas havia esperado que o autor do artigo se ausentasse para proceder às alterações. A razão da ação, segundo Carnevali, prendia-se com o facto de que a peça

⁴⁸⁷ *Corriere della Sera*, “Tensione a Lisbona fra PC e socialisti” (1ª ed.), “I comunisti occupano il giornale socialista” (2ª ed.), 20 de Maio, 1975, 1.

⁴⁸⁸ Renzo Carnevali, “Portogallo in via Solferino”, *Il Giornale nuovo*, 28 de Junho, 1975, 17. Cfr: “Carnevali smentisce Michele Tito”, *Il Resto del Carlino*, 12 de Julho, 1975, 8.

jornalística – principalmente o título – favorecia as pretensões de Amintore Fanfani e da DC. Mais: Carnevali aludiu ao comportamento de dois vice-diretores, Franco Di Bella e Michele Tito, afirmando que o primeiro admitira ter sofrido pressões mas nada fizera para evitar conflitos, enquanto o segundo lhe havia manifestado solidariedade e assegurado que se demitia caso o diretor Piero Ottone não tomasse medida alguma, posição que não manteve para se alinhar com a versão de Ottone.

[Renzo Carnevali] “Uma vez que a imprensa italiana falou muito e ainda fala deste facto, é importante que se saibam dois elementos essenciais: que a Direção do *Corriere* deu implicitamente a sua permissão à censura recusando-se tomar medidas que a condenasse; e que um jornalista que preserve a sua dignidade e não queira fazer-se cúmplice de uma manipulação tendenciosa da notícia não pode dar, ao *Corriere*, outra satisfação que não demitir-se (...). Operaram a censura da censura”.

Na opinião de Carnevali, a Direção dera implicitamente o seu consenso à censura recusando tomar medidas que a condenasse, situação que estava em conformidade – asseverou – com a lógica do jornal e explicava porque a censura havia sido operada quase naturalmente e não tenha suscitado, no ambiente do *Corriere*, mais que tímidas reações. Depois de ter protestado junto da Direção contra a iniciativa dos redatores, o jornalista demitiu-se alegando o artigo 32º do contrato de trabalho que previa a rescisão unilateral quando por factos respeitantes à responsabilidade do diretor fosse criada uma situação incompatível com a dignidade profissional do jornalista. Não obstante considerar um erro a substituição do primeiro pelo segundo título, Michele Tito⁴⁸⁹ desmentiu a versão de Carnevali, ao passo que o diretor Piero Ottone⁴⁹⁰ declarou que tudo se processara na sua ausência, sublinhando, porém, tratar-se de uma modificação baseada em condições técnicas, desprovida de qualquer intenção censória ou facciosa manipulação política.

Sobre este mediático episódio o olhar externo e distante pode fazer três observações. Primeiro, a Direção e o Conselho de Redação nunca se pronunciaram nas páginas do jornal, o que denota, numa primeira análise, pouco interesse para esclarecer o sucedido. As únicas declarações surgiram por parte de Piero Ottone e Michele Tito e foram solicitadas por publicações externas ao grupo editorial

⁴⁸⁹ Anna Angelini, “Cosa succede al ‘Corriere’”, *Il Resto del Carlino*, 6 de Junho, 1975, 2.

⁴⁹⁰ Citado por Carlo Rossella, “Il diavolo a via Solferino”, *Panorama*, 28 de Agosto, 1975, 42.

Rezzoli⁴⁹¹, naturalmente interessadas em explorar o caso. Além de Carnevali, do diretor e do vice-diretor, somente o núcleo socialista do *Corriere* abordou o assunto, afirmando que as razões da intervenção dos redatores decorriam de motivações políticas e não técnicas, desmentindo, portanto, Ottone e Tito.

Em segundo lugar, o procedimento dos redatores encontrava-se em colisão com o estatuto interno dos jornalistas assinado a 3 de abril de 1974, extensivo a todas as publicações do grupo editorial Rizzoli. Esse documento referia que a modificação de títulos só poderia ocorrer mediante a consulta e respetiva anuência do autor (Borio, Granata, Ronchetti, 1975: 291).

Por último, tanto a *Ordine dei Giornalisti della Lombardia* como a *Associazione Lombarda dei Giornalisti* difundiram comunicados sobre o assunto. A ordem lombarda sublinhou que era necessário, em todos os níveis da estrutura de um jornal, acordar previamente ou informar o autor de textos jornalísticos de eventuais modificações que pudessem ocorrer no conteúdo das peças⁴⁹², enquanto a associação de jornalistas referiu que o *Corriere della Sera* havia lesado a dignidade profissional de Renzo Carnevali e violado o acordo empresarial em conformidade com o artigo 32º do contrato de trabalho nacional dos jornalistas⁴⁹³.

A controvérsia que, ao longo de três meses, envolveu o diretor dos serviços internacionais do *Corriere* adquiriu *ressonante* impacto na opinião pública, sobretudo, por dois motivos: a) porque se tratava do mais importante jornal italiano e colocava em causa a sua tradicional linha editorial, num período inflamado do jogo político – campanha eleitoral e ascensão do PCI; b) porque respeitava a uma questão, a liberdade de imprensa, que figurava no topo da agenda pública desde os finais da década de 60 e, nomeadamente naquele ano de 1975, havia acentuado a pertinência em virtude, primeiro, das repercussões políticas, em Itália, do próprio “caso *Repubblica*” e, depois, devido às movimentações político-financeiras em *Il Messaggero* (colocar o diário sob influência da DC) e às condenações do ex-diretor de *Il Mondo* (dois anos de prisão efetiva) e de um jornalista do diário *L’Ora* (pena de prisão suspensa)⁴⁹⁴.

⁴⁹¹ Proprietário do *Corriere della Sera*.

⁴⁹² Citado por *Il Giornale nuovo*, “L’ordine dei giornalisti e il ‘caso Carnevali’”, 11 de Julho, 1975, 2.

⁴⁹³ Citado por *Il Giornale nuovo*, “I giornalisti lombardi danno ragione a Carnevali”, 2 Agosto, 1975, 2.

⁴⁹⁴ O ex-diretor permitiu publicar um telegrama, considerado confidencial, do embaixador italiano em Lisboa sobre a situação portuguesa pós-25 de Abril. O jornalista do *L’Ora* recusou divulgar fontes de informação em tribunal.

Diversos órgãos alimentaram a discussão em redor do “caso Carnevali”, ora comentando, ora disponibilizando as suas páginas para esclarecer posições e confrontar pontos de vista. Outros jornais mais diretamente visados, como a imprensa do PCI, optaram por um silêncio que também pode ser explicado pelo desconforto que o episódio sugere. O socialista *Avanti!* escreveu que o título da primeira edição havia provocado a “imediata agitação das autoridades censórias internas que o consideraram demasiado imprudente”, acrescentando que este constituía um dos muitos exemplos que tornava “menos livre a vida de um jornal que se proclamava livre”⁴⁹⁵. *La Voce Repubblicana* reagiu de forma irónica, registando que era sempre agradável notar progressos ao nível da liberdade de imprensa, mesmo quando esses progressos respeitavam a um importante jornal e se aplicavam a um episódio que levantava o problema da liberdade de informação⁴⁹⁶.

O proeminente semanário *Panorama* titulou na capa da edição de 28 de Agosto outro enunciado sugestivo: “O ‘Corriere’ é comunista?”. No interior, a reportagem referia-se ao *novo rumo* do tradicional órgão da burguesia lombarda da seguinte forma: “O ‘Corriere della Sera’ tornou-se filocomunista? À direita têm a certeza. Muitos questionam-se ao centro. E mesmo os socialistas suspeitam que, em troca da paz sindical, o editor Rizzoli tenha acordado com o PCI um posicionamento de apoio favorável”⁴⁹⁷.

A questão da liberdade de imprensa serviu para *Il Settimanale* desenvolver quatro reportagens sobre o “caso Carnevali” em Junho e Julho: “Portugal já está no ‘Corriere’”, “A comédia vermelha do ‘Corriere’” ou “Os conformistas da Rua Solferino” foram alguns dos títulos que o semanário publicou, tentando sempre explorar o peso e a influência das células comunistas dentro do jornal e as afinidades editoriais com o PCI. A última dessas reportagens, em Julho de 1975, reuniu as opiniões de diversos diretores e jornalistas. Enzo Tortora, diretor do *Nuovo Quotidiano*, disse que Renzo Carnevali era provavelmente o primeiro colega português que os jornalistas italianos tinham o prazer de acolher. Já o reputado enviado especial de *Il Giorno*, Giorgio Bocca, referiu que notava, no *Corriere*, uma

⁴⁹⁵ “Molti censori”, *Avanti!*, 21 de Maio, 1975, 1.

⁴⁹⁶ *La Voce Repubblicana*, “Il Portogallo e il Corriere”, 23 de Maio, 1975, 1.

⁴⁹⁷ Carlo Rossella, “Il diavolo...”, *Panorama*, 28 de Agosto, 1975, 40.

propensão propagandística para o projeto do *compromisso histórico* de Berlinguer, não condizente com a função de um grande jornal burguês⁴⁹⁸.

O maior ataque ao colosso milanês partiu, no entanto, de *Il Giornale nuovo*. Determinados artigos de opinião e editoriais assumiram invulgares tons de cruzada. Efetivamente, pertenceu ao diário de Indro Montanelli a condução de uma campanha destinada a evidenciar as contradições do órgão rival que, sob a liderança de Piero Ottone, perseguia o lema de *não esconder nada*. Escrevia Montanelli⁴⁹⁹: “Queremos apenas recordar que quando trinta redatores e vinte colaboradores abandonaram o *Corriere* e fundaram este jornal por recusar qualquer tipo de censura, toda a imprensa de esquerda escreveu que se tratava de falsos protestos. Enfim...”.

Mas estará essa investida de algum modo relacionada com a saída do *Corriere* de Montanelli e alguns fiéis companheiros jornalistas e colaboradores em Outubro de 1973? Se o comentário do diretor de *Il Giornale* parece ser indicativo quanto à existência de uma certa relação de causa-efeito, mais eloquente afigura-se o inflamado artigo de opinião, a quatro colunas, de Enzo Bettiza⁵⁰⁰, outro ex-jornalista do *Corriere*. O cofundador de *Il Giornale*, em Junho de 1974, começou por dizer que o “caso Carnevali” enquadrava-se num dos “assuntos mais traumáticos da vida civil italiana: a decadência empresarial e a metamorfose ideológica, política e redaccional do *Corriere della sera*”. Enzo Bettiza recordou que a criação de *Il Giornale* constituía uma consequência direta da saída do *Corriere* de um conjunto de jornalistas e intelectuais. Os motivos dessa dissidência radicavam – referia o vice-diretor de *Il Giornale* – na discordância com uma linha editorial reveladora de ambiguidades políticas, na rejeição dos métodos de gestão adotados pela Direção e pela Administração e na reprovação do comportamento de Piero Ottone ao nível das relações humanas.

Enzo Bettiza considerou que a gravidade do “caso Carnevali” não se podia dissociar da dinâmica impulsionada pelo diretor Piero Ottone no sentido de deslocar o *Corriere* para a área de influência do PCI, de impelir “de maneira indolor a grande burguesia do norte rumo ao compromisso histórico”. Segundo esta lógica, o Conselho de Redação encontrava-se, por um lado, refém da hegemonia exercida por redatores comunistas e, por outro, havia-se transformado num organismo sindical subalterno ao

⁴⁹⁸ Citado por Massimo Tosti, “I conformisti di via Solferino”, *il Settimanale*, 30 de Julho, 1975, 14-17.

⁴⁹⁹ Indro Montanelli, “Contro corrente”, *Il Giornale nuovo*, 22 de Maio, 1975, 1.

⁵⁰⁰ Enzo Bettiza, “Il caso Carnevali”, *Il Giornale nuovo*, 5 de Julho, 1975, 3.

Conselho de Fábrica, também ele manipulado por elementos comunistas: Nas palavras de Bettiza: “São os comissários políticos do partido [PCI] dentro do jornal [...]. O feudo comunista, apoiado pelo conselho de fábrica, é hoje o mais forte dentro de um jornal que *L’Unità* não define mais nem ‘burguês’, nem ‘moderado’”⁵⁰¹.

A questão da dominância comunista serviu para dar a conhecer outro caso que envolveu, no *Corriere*, o editorialista liberal Alberto Ronchey e Portugal. Enzo Bettiza⁵⁰² garantiu que um artigo de Ronchey havia sido bloqueado durante alguns dias, obrigando o próprio diretor a negociar com os representantes sindicais dos tipógrafos a publicação do texto que deveria ter entrado como editorial. O artigo intitulado “O imbróglio português” acabaria por ser inserido na edição de 30 de Janeiro de 1975, na página 3, sendo o seu conteúdo extremamente penalizador para com os comunistas portugueses, acusados de intolerância, ânsia pelo poder e de preconizarem a “fê pela ideologia fechada”⁵⁰³. Michele Tito desmentiu esta versão sobre o artigo de Ronchey.

Quando Enzo Bettiza justifica o libelo contra o *Corriere* não à luz de uma divergência episódica, mas na base de uma relação com a democracia – e aquilo que a ameaçava –, na base de uma relação com a liberdade de expressão e a censura, com o futuro próximo de Itália e da Europa ocidental, é necessário perceber que a ideia subjacente a este pensamento, partilhado por largos setores moderados ou conservadores, remete para a existência de um *novo conformismo* que importava combater. É este o *conformismo* de que se fala no capítulo V, ilustrado com as palavras do diretor de *La Nazione*, Domenico Bartoli. Para esses setores da opinião pública italiana, este *novo conformismo* exprimia-se através das ambições individuais, dos interesses dos partidos e grupos e, sobretudo, através de uma agitada orientação de esquerda atribuída ao PCI e aos consensos que o *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer foi reunindo.

4.4. Portugal, Itália, França e as esquerdas latinas em agitação

O epílogo da campanha eleitoral convocou os derradeiros esforços e as táticas dos principais protagonistas políticos. No último dia de ações eleitorais, a DC

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ Alberto Ronchey, “L’imbroglio portoghese”, *Corriere della Sera*, 30 de Janeiro, 1975, 3.

continuou a direcionar a atenção para socialistas e comunistas, acusando os primeiros de usarem Mário Soares para iniciativas de política interna e os segundos de repetirem o jogo que os comunistas faziam em Portugal e, durante os anos 50 e 60, na Hungria e Checoslováquia. Enrico Berlinguer⁵⁰⁴, por sua vez, concedeu uma entrevista ao *Il Messaggero* na qual afirmava que a visão do PCI era “profundamente diferente” da do PCP, enquanto Francesco De Martino fez-se acompanhar pelo líder dos socialistas portugueses no comício final em Roma. Mário Soares já havia participado com o PSI em ações de campanha em Nápoles e Milão, onde se juntou a outros expoentes socialistas oriundas de Espanha, França, Grécia e Chile.

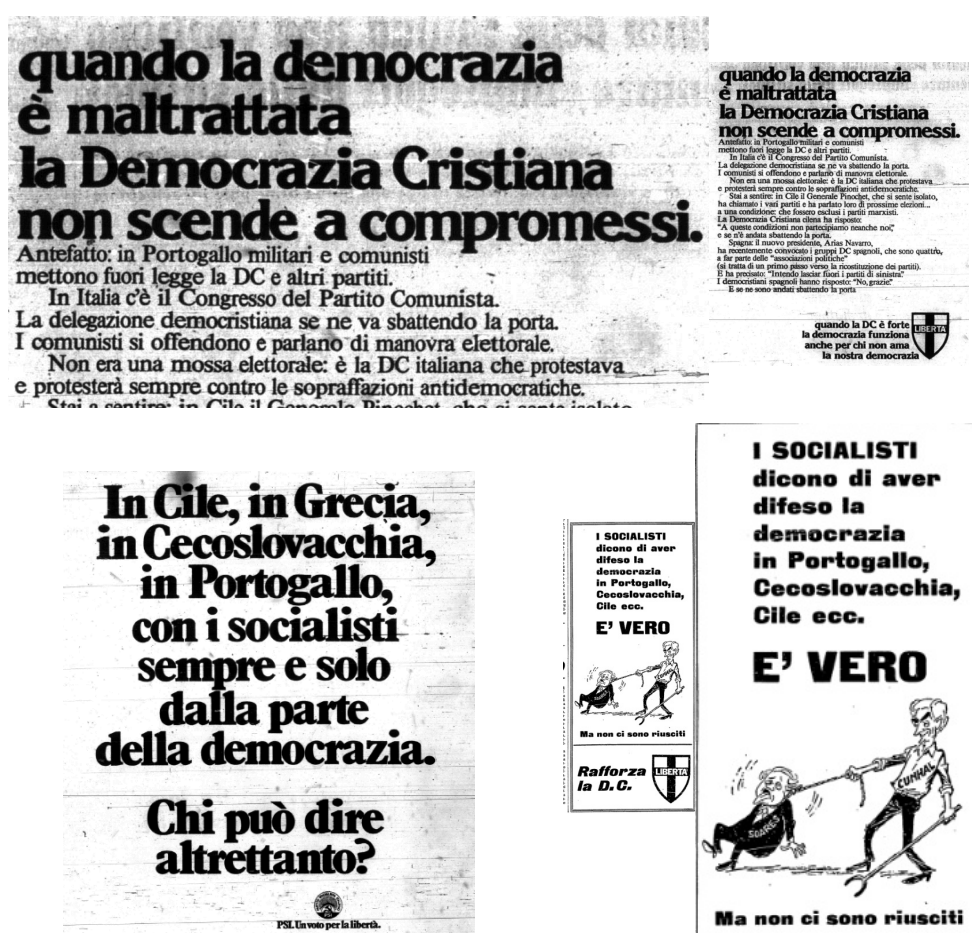


Figura 12: Anúncios campanha eleitoral regionais e administrativas (1975). Discurso centrado em Portugal como elemento da retórica política. DC (em cima), PSI (em baixo – esquerda) e DC (direita).

A necessidade de Berlinguer distanciar-se da conduta e das conceções políticas do PCP originou o choque frontal com Álvaro Cunhal e George Marchais. O

⁵⁰⁴ Enrico Berlinguer e Felice La Rocca, “L’on. Berlinguer indica la linea del PCI”, *Il Messaggero*, 13 de Junho, 1975, 1-2.

secretário-geral da rua António Serpa referiu, num comício em Coimbra, que dos comunistas italianos apenas recebia “críticas” e “censuras”, desaprovando então um comportamento que – afirmava – contribuía para fortalecer as forças reacionárias em Portugal⁵⁰⁵. Contrariando a tendência que o aproximava do homólogo do PCI, George Marchais⁵⁰⁶ corroborou, por exemplo, a posição do PCP em apoiar a suspensão do PDC: “Eu não estou de acordo com Berlinguer. Cada partido determina a própria política como entende. [...] Em Portugal não se fez mais do que aplicar um dos princípios do nosso programa comum”. Marchais chegou a reprovar o PCI pelas críticas aos comunistas portugueses com base em motivos eleitoralistas.

A França foi, de facto, um dos países onde a *questão portuguesa*, e particularmente o “caso República”, atingiu maiores proporções no âmbito das forças de esquerda e dos círculos jornalísticos e intelectuais. Lançou figuras como os sociólogos Edgar Mori, Raymond Aron, George Marchais e o líder socialista François Mitterrand para a polémica histórica sobre a questão da informação em sociedades democráticas, ou ainda acerca da legitimidade democrática e da legitimidade revolucionária, das liberdades formais e das liberdades reais.

Depois de confirmado o melhor resultado de sempre do PCI em atos eleitorais, Bernardo Valli⁵⁰⁷ sintetizou o clima que afetava os principais partidos comunistas do Ocidente: “O sucesso dos comunistas italianos acelerou e agravou a polémica entre os partidos comunistas europeus, já profundamente divididos pelo processo revolucionários português”. No contexto mais abrangente das forças políticas ligadas ao movimento operário, os acontecimentos portugueses levantaram questões incómodas, pertinentes, fraturantes e, como referia o deputado socialista Caudio Signorile⁵⁰⁸, convidavam a uma rediscussão entre todas as forças do movimento operário europeu.

A última ecoante polémica derivada da Revolução de Abril envolveu os dois maiores partidos da esquerda italiana. O documento conjunto assinado, em Agosto de 1975, por Enrico Berlinguer e Francesco De Martino apelava ao entendimento entre Álvaro Cunhal e Mário Soares no sentido de superarem as divergências que

⁵⁰⁵ Citado por *Corriere della Sera*, “Cunhal al PCI: le vostre critiche aiutano la reazione in Portogallo”, 24 de Junho, 1975: 2.

⁵⁰⁶ Citado Bernardo Valli, “Si inaspriscono i dissensi con francesi e portoghesi”, 24 de Junho, 1975, 1-2.

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ Citado por *Avanti!*, “La condanna dei socialisti italiani”, 21 de Maio, 1975, 1.

paralisavam politicamente o país e contribuíaam, decisivamente, para inflamar uma atmosfera social quase de guerra civil. Vários quadrantes políticos criticaram a iniciativa porque o texto do documento ignorava as concepções ideológicas do PCP e as suas responsabilidades na degradação da conjuntura sociopolítica em Portugal. O PSI foi ainda acusado de colocar-se numa posição que poderia significar o ponto de partida para outras iniciativas conjuntas ao nível das administrações locais e do governo (*compromisso histórico*), cujo sentido só poderia desembocar na subalternização dos socialistas em relação ao PCI.

As questões levantadas pelo XIV Congresso do PCI, pelo “caso *República*”, também responsável pela orientação do debate político no âmbito da campanha eleitoral, e pelo Documento PCI-PSI são elementos constitutivos de um discurso que apresentou, em Itália, uma dupla face utilitária: tanto gerou polémicas e contradições tendentes a afetar o relacionamento entre comunistas e socialistas, como forneceu matéria para os setores conservadores e do centro-direita criarem dificuldades a essas mesmas famílias políticas.

5. Conclusão

Procurou-se demonstrar com esta última parte da pesquisa que a Revolução de Abril alcançou um impacto relevante na opinião pública e nos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais italianos. Uma parcela significativa da explicação para essas repercussões radica no inflamado clima de peleja política e social que assolou Itália durante os anos 70, proporcionando, por isso, um terreno fértil para a explosão e propagação de polémicas várias. A fertilidade deste campo de enunciação decorre de uma amálgama de fatores cuja regularidade permite destacar dois elementos. O primeiro consiste no projeto do *compromisso histórico*, entendido como um prolongado *acontecimento discursivo* responsável pelos ingredientes que transformaram o quadro político italiano numa espécie de pátria do aforismo e da exegese, numa seminal e, simultaneamente, fraturante caixa de ressonância entregue ao mais exacerbado confronto ideológico.

O segundo elemento, relacionado com o anterior, reside no radicalismo e na conflitualidade, encarados como a face mais visível de um inconformismo intransigente, por um lado, com o modo de fazer política e, por outro, com os sistemas ideológicos dominantes. Mário Soares sentiu esses impulsos extremistas quando lhe foram dirigidos improperios pelos coletivos da esquerda radical em Outubro de 1975, na capital romana. É verosímil pensar que o radicalismo suscitou no *Outro* sentimentos de intolerância, mesmo entre aqueles habituados às responsabilidades políticas, pelo que a conflitualidade enformou, de facto, uma linha transversal que se alastrou a vários setores da sociedade.

Para agravar uma situação incandescente do ponto de vista da política interna e dos confrontos sociais, Itália era, neste período, um país extremamente permeável às questões e problemáticas internacionais. Talvez este fator explique a importância que a situação chilena de 1973 teve na formulação do projeto do *compromisso histórico*. Talvez este fator explique a prudência do embaixador português em Roma quando solicitou o adiamento da visita que Martins Guerreiro, membro do Conselho da Revolução, deveria realizar à capital italiana e a Milão, em Maio de 1975, com o intuito de promover internacionalmente a imagem da Revolução. O diplomata justificou o pedido com a perturbação social derivada das manifestações dos socialistas italianos face ao problema do *República* (Rezola, 2006: 216).

Todo este processo de *representação ideológica* da sociedade (Vidotto, 1999) não esgota o campo que justifica o impacto dos acontecimentos portugueses. A outra parcela decorre da multiplicidade temática suscitada pela *Rivoluzione dei Garofani*, das suas contradições e da pertinência das questões dimanadas. Em Itália, o percurso revolucionário associado à transição para a democracia em Portugal polarizou o debate político e social em redor de questões como o estatuto da imprensa em contexto democrático, a *unidade das esquerdas*, o *eurocomunismo*, a unidade sindical, a laicidade do Estado em matérias como o divórcio ou a função das Forças Armadas na organização política e social. Alimentou o debate sobre a presença de partidos comunistas no governo de países da Aliança Atlântica, lançou (ou confirmou) novos dados sobre o terrorismo e municiou a discussão sobre a função dos partidos em processos de transição para a democracia, sobre a mediação partidária e a intervenção popular direta. Serviu de pretexto para o aproveitamento político e a instrumentalização de problemáticas do ponto de vista da política interna, processo que resgatou assuntos com maior ou menor exposição mediática e originou novos *acontecimentos discursivos*.

No âmbito deste último fenómeno, a substância do percurso revolucionário português proporcionou elementos que tanto constituíram uma ameaça como uma oportunidade para Enrico Berlinguer: uma ameaça porque foram aproveitados pelos adversários políticos do secretário-geral do PCI para atacar a proposta do *compromisso histórico* e a cultura comunista; uma oportunidade porque possibilitaram, no contexto de uma conjuntura real, dinâmica e mediática, exercícios de, por um lado, rejeição em relação a determinados referentes (ortodoxia comunista) e, por outro, de afirmação de renovados desígnios (comunismo em democracia e *via nacional para o socialismo*).

O “caso *República*”, por exemplo, favoreceu um certo clima de desconfiança entre socialistas e comunistas italianos, tal como sucedeu, de forma mais relevante, no domínio da esquerda francesa. Refletiu, também, a rivalidade existente entre o recém-criado *Il Giornale nuovo* e o *Corriere della Sera*, acentuando a agitação que afetava, naquele período, o setor de informação em Itália, nomeadamente ao nível da liberdade de imprensa e da independência dos jornalistas. Inflamou, ainda, um debate já em voga acerca da linha editorial do *Corriere della Sera*, o único, unanimemente reconhecido, jornal-instituição italiano, debate esse enquadrado na equação que opunha os designados *conformistas* do pretérito imperfeito (liberais, social-

democratas, socialistas democráticos, republicanos, democratas-cristãos) aos *conformistas* do presente (comunistas democráticos).

A Revolução de Abril originou, por último, uma interessante produção caricatural e cartoonista que conciliou o jogo de referências às personalidades e aos acontecimentos portugueses com o mapa político autorreferencial italiano. E, claro, apaixonou os movimentos da esquerda radical, atraídos por uma linguagem que também era a sua, motivados por uma linguagem política que se tornou um instrumento de mudança política e social (Hunt, 2004). São estes os dois aspetos – produção desenhada e relação da esquerda radical com a revolução portuguesa – que mereceram, ao longo do trabalho, um tratamento mais superficial, longe da problematização que convocam, portanto, um campo de estudo bastante sugestivo para investigações ulteriores.

Em suma: as repercussões dos acontecimentos portugueses explicam-se pelo encontro sincrónico entre, de um lado, o debate sobre o *compromisso histórico*, o radicalismo e a conflitualidade e, do outro, a multiplicidade temática associada à, também, designada *Revolução Floreal*⁵⁰⁹, as suas contradições e a pertinência das questões suscitadas. A colisão ou a interligação tautócrona entre estes dois grupos de elementos transformou a Revolução de Abril num evento excecional no domínio da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais em Itália.

⁵⁰⁹ Expressão utilizada por Francesco Rosso. Ou ainda *Revolução das Flores*, por Sandro Viola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste projeto de investigação não se resistiu à vertigem da curiosidade que o tema em apreço suscita, trilhando-se, não raras vezes, caminhos inscritos noutras latitudes teórico-científicas. Para melhor perscrutar a temperatura da atmosfera política, social e cultural em Itália durante os anos 70, estudou-se problemáticas como o terrorismo, os percursos dos coletivos de extrema-direita, de extrema-esquerda e do movimento estudantil, questões às quais se dedicou comunicações em conferências e artigos como *O discurso ideológico: inconformismo, violência e conflitualidade na sociedade italiana (1968-1978)*.

Devido à profusão de referências sobre as ligações do embaixador Girolamo Messeri ao mundo mafioso siciliano, tentou-se adquirir bases teóricas que permitissem aprofundar a questão e dotar o pesquisador de instrumentos capazes de potenciar a compreensão do fenómeno máfia em Itália. Em colaboração com estudantes da *Student's Union Scienze Politiche*⁵¹⁰ e de *Stampo Antimafioso*⁵¹¹, participou-se, por exemplo, na realização do documentário *Global Mafia*, financiado pela Universidade de Estudos de Milão, sob a supervisão do professor doutor Nando dalla Chiesa, cuja estreia ocorreu simbolicamente em Coimbra, no âmbito do Festival de Cinema Italiano (edição 2011). Publicou-se o artigo *Subsídios para a compreensão do fenómeno máfia em Itália* (2012).

Foi também, neste sentido, impossível de ignorar a revisitação, através da imprensa italiana, de outro acontecimento altamente significativo para a cultura e historiografia portuguesas, como o advento da República em 1910. Dessa reflexão concluiu-se que a imprensa católica considerou a revolução republicana uma ameaça à coesão das nações latinas e do mundo católico, ao passo que a imprensa laica, entre posições contra ou a favor do novo regime, concentrou-se, principalmente, na reprovação do expectável êxodo de frades e monásticos portugueses em direção à Península Itálica. A polémica entre católicos e laicos reavivou-se às expensas da questão portuguesa. A cobertura jornalística italiana da implementação da I República

⁵¹⁰ Associação de Estudantes da Universidade de Estudos de Milão

⁵¹¹ *Stampo Antimafioso* é um projeto editorial fundado pelo professor doutor Nando dalla Chiesa em colaboração com estudantes da Faculdade de Ciências Políticas, Económicas e Sociais da Universidade de Estudos de Milão. O escopo principal consiste em melhorar a consciência ética da sociedade e, desta forma, combater o fenómeno mafioso. Disponível em: <http://www.stampoantimafioso.it>.

foi intensa e essencialmente direcionada para o registo interpretativo, para o púlpito da opinião⁵¹².

É, portanto, seguro afirmar que a revolução republicana de 1910 teve fortes repercussões na imprensa italiana, mas nunca com a intensidade e, sobretudo, a duração que caracterizou o biénio 1974-1975. Efetivamente, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 iniciou um período singular no contexto do impacto internacional dos acontecimentos portugueses. Faz todo o sentido corroborar da opinião de Mário Mesquita (1994/a: 13) segundo a qual Portugal transformou-se, após a bem sucedida conspiração dos jovens oficiais, no *laboratório* político da Europa. Depois de testada a hipótese de investigação lançada no introito, confirma-se que a ação responsável pela queda do Estado Novo e a fase revolucionária subsequente foram acolhidas pela imprensa italiana como um grande acontecimento, pelo que o seu caráter excecional pode ser aferido através da dimensão quantitativa da cobertura jornalística e do envolvimento dos jornalistas no acontecimento. É correto afirmar que determinados episódios e problemáticas suscitadas por esse período de transição para a democracia alcançaram impacto relevante em Itália, no âmbito da opinião pública e dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais, tendo constituído um referencial apropriado e instrumentalizado no domínio das estratégias de política interna.

Longe da voragem tecnológica do novo milénio, trata-se de um tempo em que as imagens mentais não dispensavam as páginas impressas, servindo-se da leitura do jornal como meio para aceder ao entendimento dos indivíduos, o tal ritual reservado, pessoal, mas que transmite ao leitor a consciência de que a cerimónia por si praticada está a ser replicada, simultaneamente, por outros milhares de cujas identidades desconhece. É o rito das imagens mentais que estão visivelmente radicadas na vida quotidiana e são absorvidas pelas *comunidades imaginadas* de Benedict Anderson (1991).

Em meados da década de 70, os jornais impressos possuíam uma centralidade que hoje, provavelmente, só reclamam na quimera dos sonhos. Por isso se explica que os partidos do arco parlamentar em Itália, neste período, não dispensavam o investimento de avultadas somas de liras em publicações várias. O PCI transmitia a sua prespetiva do mundo social através do *L'Unità*, das revistas *Rinascita* e *Critica*

⁵¹² “A I República portuguesa na imprensa internacional: a voz italiana do dissenso”, in Revista Internacional de Historia de la Comunicación, nº 1, 2013. Sevilla: Asociación de Historiadores de la Comunicación.

marxista, exercendo, ainda, forte tutela editorial sobre o diário romano *Paese Sera* e a revista *Giorni Vie Nuove*, enquanto a DC fazia uso de *Il Popolo*, de *il domani d'italia* e, entre outros, de *La Discussione* para discutir a mundividência.

Dedicou-se a primeira parte do trabalho aos fatores contextuais, investiu-se um considerável esforço interpretativo nesse segmento porque, como refere Foucault (1971-1997), importa equacionar um elemento em função da série à qual pertence e procurar compreender a regularidade dos fenómenos. As conclusões foram já avançadas nos três momentos do trabalho onde se procurou produzir *conhecimento novo*, nomeadamente no final dos capítulos VIII, XII e XIV. Cumpre, porém, tecer algumas considerações finais.

O domínio da atuação quantitativa do estudo de caso formulado é o primeiro momento que assevera a verosimilhança da hipótese de investigação. Foi através da análise de conteúdo que se obteve a expressão numérica da cobertura jornalística italiana, tratamento que conferiu assinalável destaque às peças sobre a Revolução de Abril, ora através da localização na página e da *rede de captura* (enviados especiais e correspondentes) que permitiu adquirir vantagem estratégica na obtenção da informação, ora através do número total de unidades de redação publicadas. Mas se é assertivo afirmar que os acontecimentos portugueses inundaram as jornais italianos com notícias, reportagens, com um modelo de discurso revelador de índices consideráveis afetos ao registo interpretativo e explicativo, cumpre, também, destacar o peso que a informação sobre o processo de descolonização representa tanto no contexto geral do número de peças publicadas, como na preponderância de cada segmento temporal. A partir de Janeiro de 1976, a atualidade internacional dos jornais estudados é completamente dominada pelo conflito angolano.

Mesmo podendo ser aferido, no domínio da análise quantitativa, através do elevado número de peças inseridas nos géneros de opinião e do estilo de discurso interpretativo, o envolvimento dos articulistas no acontecimento é melhor dilucidado quando se procede à análise textual. Designou-se de *autoridade democrática* essa espécie de compromisso com a realidade observada, manifestando-se de forma polifónica e convergente em duas dimensões. Primeiro, quando a maior parte dos articulistas emitiram juízos enleados numa legitimidade derivada de uma posição diferenciadora, materializada num *Nós* italianos e no *Outro* português. O *Nós* remete para uma adesão aos valores democráticos e às liberdades civis num tempo anterior ao sujeito (português) com o qual se interage. É dessa maior experiência de viver e

cultivar os valores e as liberdades democráticas que decorre a autoridade democrática. Não no sentido da parábola que Marx (1851/1852-1975: 43) dedicou a Luís Bonaparte, de que “não conseguem representar-se a si mesmos, têm de ser representados”. Não se trata de representar o *Outro*, antes de depositar expectativas de que esse integre um mundo social e cultural partilhado por ambos (ocidentais, europeus, latinos) os sujeitos, o *Nós* e o *Outro*, que não é mais do que a tal relação/posição de *proximidade* evidenciada pelos enunciadores. Esta relação de proximidade coabita, por sua vez, com a posição de *exterioridade*, que permite, também, aos enunciadores aconselhar o *Outro* português, constatando, criticando, desaprovando, aquiescendo, oferecendo ajuda em troca de contrapartidas políticas, democráticas (construção do projeto europeu).

A segunda dimensão da autoridade democrática polifónica e convergente manifesta-se ao nível das categorias transferidas para os *inimigos*/obstáculos à via democrática pluralista, sobretudo os, designados, militares radicais-marxistas e o PCP, os primeiros avaliados em função de anteriores experiências castrenses ao nível da condução política, os segundos ajuizados em função do trajeto revisionista encetado pelos partidos comunistas espanhol, francês e, acima de tudo, italiano.

A outra face da autoridade democrática, polifónica mas divergente, evolui, depois, no quadro das representações sociais que determinados jornalistas não abdicam, modelando-lhes o mundo social, e que outros aceitam rever e, provavelmente, modificar. Isto é: os articulistas que observam a revolução exclusivamente a partir das redações italianas analisam a *questão portuguesa* em função de experiências e esquemas interpretativos do passado, transformando por longo período a Revolução de Abril numa causa perdida porque constitui uma ditadura militar, porque os militares são iguais em qualquer latitude geográfica, autoritários, antidemocráticos; já os enviados especiais, ainda que comunguem certas ideias advogadas pelos seus colegas nas redações (militares antidemocráticos, autoritários, tutela militar do sistema político), não consideram que a *questão portuguesa* seja uma causa perdida e vislumbram nos militares traços idiossincráticos que os distinguem da figura militar convencional que toma o poder. Mais: momentos houve em que os próprios *viajantes da informação* reprovaram os juízos em registo catastrófico avançados pelos seus colegas nas redações. Talvez esta dissonância de perspetivas se explique pelo facto de que os enviados especiais privaram por longo

tempo com as personagens e os cenários das suas próprias narrativas, enquanto os articulistas confinados às redações não.

O enquadramento geral da Revolução de Abril disseminado para o leitor italiano pode-se explicar através do modelo de Dante Alighieri, mas não respeitando a sugestiva sequência da *Divina Comédia* e mantendo, obviamente, quer as distâncias semântico-conotativas, quer as dissonâncias perceptivas que atrás se mencionou. O período que medeia a queda do Estado Novo até meados de Maio de 1974 pode ser descrito, grosso modo, como o *Paraíso*. Depois, caminha-se progressivamente para o *Inferno*, primeiro sob a condução, *inimiga* mas talvez mais tolerada, de António de Spínola (democracia musculada, autoritarismo) e, posteriormente, de forma mais abrupta, nefasta e intolerada, sob a égide dos, designados, militares radicais-marxistas. O auge do *Inferno* situa-se em Julho e Agosto do *Verão Quente*. A partir do dia 25 de Agosto de 1975 começam-se a criar condições para encetar o *obrigatório* e *necessário* trajeto rumo ao *Purgatório*. O ponto central ocorre com a tentativa de golpe de 25 de Novembro, considerado o momento que assinala a *purificação* da transição para a democracia, a eliminação das franjas vermelhas e a criação de condições tendentes a guiar Portugal em direção aos valores europeus e às sociedades democráticas.

Esta última fase de *purificação* corresponde àqueles fotogramas que perduraram no imaginário coletivo e alimentaram as crónicas sobre o fim dos sonhos revolucionários. É a exortativa aparição de Duran Clemente nos estúdios do Lumiar, são as lágrimas dos vencidos, o triunfo dos *militares puros* e o título “Fim de uma personagem”. Essa personagem é Otelo Saraiva de Carvalho e o seu fim era, como referia Mimmo Cándito⁵¹³, o epílogo da revolução.

Os jornalistas italianos denotaram um sentimento de adesão aos valores democráticos, utilizaram uma linguagem codificada, orientada para públicos qualificados, como os políticos, economistas e diplomatas. Empregaram no relato jornalístico expressões tipicamente italianas, como compromisso histórico para aludir a uma possível aliança entre PS e PCP, estratégia da tensão referente às eventuais iniciativas desestabilizadoras das forças conservadoras, ou, por exemplo, Aventino para mencionar a dificuldade dos socialistas em voltar ao governo depois de o terem abandonado. A Revolução de Abril foi, ainda, interpretada como fator de

⁵¹³ Mimmo Cándito, “Fine de un personaggio”, *La Stampa*, 21 de Janeiro, 1976, 17.

instabilidade na Europa e foco de tensão no quadro bipolar da Guerra Fria dominado pelos Estados Unidos e a União Soviética.

Por último, no que respeita ao impacto dos acontecimentos portugueses, esse explica-se, como se mencionou, pelo conúbio tautócrono entre, por um lado, o radicalismo, a conflitualidade e o debate sobre o *compromisso histórico* em Itália e, por outro, a multiplicidade de temáticas derivadas da Revolução de Abril, as suas contradições e a pertinências das questões despoletadas. A fusão ou o encontro destes seis fatores originou sentimentos de regozijo, tolerância e, principalmente, incompreensão.

Pedindo de empréstimo algumas palavras a Ary do Santos e a Sophia de Mello Breyner, não poucos quiseram ver *in loco* “as portas que Abril abriu”, como os jovens dos grupos de extrema-esquerda de meia Europa que faziam do Parque de Campismo de Monsanto o quartel-general para o debate ideológico. Mas a grande maioria da opinião pública italiana, dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais, não pôde afirmar, por longo período, que “esta é a madrugada que eu esperava”.

BIBLIOGRAFIA

Ajello, Nello, (1997), *Il lungo addio: intellettuali e PCI dal 1958 al 1991*. Roma: Laterza.

Alasuutari, Paul (1995), *Researching culture: qualitative method and cultural studies*. London: Sage.

Anderson, Benedict (1996), *Imagined communities : reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Althusser, Louis (1965-2005), *For Marx*. London: Verso.

Alves, José Augusto dos Santos (2000), *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

____ (2002), “Almeida Garrett e a opinião pública em Portugal na terceira década do século XIX”, in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 14, 2002.

Arrighi, Giovanni; Hopkins, Terence; Wallerstein Immanuel (1992), *Antisystemic Movements*. Roma: Manifestolibri.

Austin, John (1978), *How to do Things with Words*. London: Oxford University.

Avilez, Maria João; Soares, Mário (1996), *Soares: ditadura e revolução*. Lisboa: Público.

Bagdikian, Ben H. (1974), “Professional, Personnel and Organization Structure in the Mass Media”, in Phillips Davison e Frederick T. C. Yu (ed.), *Mass Communication Research*. New York: Praeger Publishers.

Bakhtine, Mikhail M. (1929-1977), *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*. Paris: Éditions de Minuit.

____ (1981), *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.

____ (1952/1953-1996), “The Problem of Speech Genres”, in C. Emerson e M. Holquist (ed.), *M. M. Bakhtine: Speech Genres and other late Essays*. Austin: University of Texas Press.

Balestrini, Nanni; Moroni, Primo (1997), *L'orda d'oro. 1968-1977: la grande ondata rivoluzionaria e creativa, politica ed esistenziale*. Milano: SugarCo.

Barbagli, Marzio; Corbetta, Piergiorgio (1978), “Una tattica e due strategie. Inchiesta sulla base del PCI”, *Il Mulino*, Anno: XVII (260), novembre/dicembre, 1978.

Battista, Pierluigi (1999), “Cultura e Ideologie”, in Giovanni Sabbatucci, Vittorio Vidotto (coord.), *Storia d'Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*. Roma: Laterza.

Bechelloni, Giovanni (1974), *Informazione e potere: la stampa quotidiana in Italia*. Roma: Officina.

_____(2009), *La comunicazione giornalistica: una centralita poco percepita*. Firenze: Le lettere.

Bell, Allan; Garrett, Peter (1998), "Media and Discourse: A Critical Overview", in Allan Bell e Peter Garrett (eds.), *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell Publishers.

Benetti, Marcia (2007), "Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos", in Cláudia Lago e Márcia Benetti (coord.), *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes.

Bennett, Tony (1982), "Media, 'Reality', Signification", in M. Gurevitch, T. Bennett, J. Curran e J. Woollacott, *Culture Society and The Media*. London: Methuen.

Berkowitz, Daniel A. (2009), "Reporters and their sources", in Karin Wahl-Jorgensen; Thomas Hanitzsch (Org.). *The handbook of journalism studies*. London: Routledge.

Berlinguer, Enrico (1975), *La Proposta Comunista. Relazione al Comitato centrale e alla Commissione centrale di controllo del Partito comunista italiano in preparazione del XIV*. Torino: Einaudi editore.

Berman, Paul (2007), *Idealisti e potere: la sinistra europea e l'eredita del Sessantotto*. Milano: Baldini.

Bettiza, Enzo (1982), *Via Solferino: la vita del Corriere della sera dal 1964 al 1974*. Milano: Rizzoli.

Blumler, Jay G.; Gurevitch, Michael (1995), *The Crisis of Public Communication*. London, New York: Routledge.

Bobbio, Norberto (2006), *Compromesso e alternanza nel sistema politico italiano: saggi su "Mondo operaio", 1975-1989*. Roma: Donzelli

Boorstin, Daniel J. (1962-1992), *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage Books.

Boneschi, Marta (1996), *La grande illusione: i nostri anni Sessanta*. Milano: Mondadori.

Borio, Ferruccio; Granata, Clemente; Ronchetti, Sergio (1975), *Giornali nella tempesta: indagine sulla liberta di stampa e sulla crisi dell'editoria in Italia*. Torino: EDA.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

____ (1995), “The Political Field, the Social Science Field and the Journalistic Field”, in Rodney Benson e Erik Neveu (ed.), *Bourdieu and The Journalistic Field*. Cambridge: Polity.

____ (1998), *On television*. New York: The New Press.

Breed, Warren (1955-1999), “Controlo Social na Redacção. Uma Análise Funcional”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.

Broening, Steeve, (1994), “Um teste ao pacto americano-soviético”, in Mário Mesquita e José Rebelo (org.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.

Bruneau, Thomas C. (1982), “As dimensões internacionais: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982.

Butler, Shannon Rae (2011), *Into the Storm: American Covert Involvement in the Angolan Civil War, 1974-1975*. ProQuest.

Cabrera, Ana (2006), *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Capecchi, Vittorio; Livolsi, Marino (1971), *La stampa quotidiana in Italia*. Milano: Bompiani.

Carey, James (1989), *Communication as Culture: Essays on Media and Society*. London: Unwin Hyman.

Carvalho, José Santos (2011), “As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1961-1978)”, in *Cadernos do CEIS20*, nº 17, 2011.

Castronovo, Valerio (1979) “Stampa e opinione publica nell’Itália liberale”. In Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *Storia della stampa italiana. La stampa italiana nell’età liberale*. Bari: Laterza.

Cazzulo, Aldo (2002), *I ragazzi che volevano fare la rivoluzione (1968-1978). Storia critica di Lotta Continua*. Milano: Sperling & Kupfer.

Cecchi, Alberto (1975), *Storia del P.C.I. attraverso i congressi*. Roma: Newton Compton editori.

Cervi, Mario; Mascheroni, Luigi (2009), *Gli anni del piombo. L’Italia fra cronache e storia*. Milano: Mursia.

Chalaby, Jean (1996-2003), “O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)”, in *Media & Jornalismo*, 3, 2003.

Champagne, Patrick (1995), “The ‘Double Dependency: The Journalistic Field Between Politics and Markets’”, in Rodney Benson e Erik Neveu (ed.), *Bourdieu and The Journalistic Field*, 2005. Cambridge : Polity.

_____(1998). *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Editora Vozes.

Chaparro, Manuel Carlos (1994), *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus.

_____(1998), *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo.

_____(2001), *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Ed. Minerva.

Charaudeau, Patrick (1997), *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan.

_____(2000), *A palavra confiscada. Um género televisivo: o talk show*. Lisboa: Instituto Piaget.

Chen, Rene; Thorson, Esther; Lacy, Stephen (2005), “The impact of newsroom investment on newspaper revenues and profits: small and medium newspapers 1998–2002”, in *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 82, 2005 (autumn).

Cipriani Gianni (2002), *Lo stato invisibile*. Milano: Sperling & Kupfer.

Cohen, Bernard C. (1963), *The Press and Foreign Policy*. New Jersey: Princeton University Press.

Collini, Stefan (1992), “Introduction: interpretation terminable and interminable”, in Stefan Collini (ed.), *Umberto Eco: Interpretation and Overinterpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cook, Timothy. E. (1998). *Governing with the news: The news media as a political institution*. Chicago: University of Chicago Press.

Corcoran, Paul E. (1990), “Language and Politics”, in David L. Swanson e Dan Nimmo (ed.), *New Directions in Political Communication*. London: Sage.

Cordero Olivero, Immaculada (2010), “Lo que no debe ser”. La revolución portuguesa en la prensa española”, in Encarnación Lemus, Fernando Rosas e Raquel Varela (coord.), *El fin de las dictaduras ibéricas (1974-1978)*. Sevilla, Paço d'Arcos: Centro de Estudios.

Cornu, Daniel (1999), *Jornalismo e Verdade. Para Uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Cunha, Isabel Ferin (1996), *Os Africanos na Imprensa Portuguesa (1993-1995)*. Lisboa: CIDAC-Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

Cunha, Isabel Ferin; Santos, Clara Almeida; Filho, Willy; Fortes, Ilda (2008), *Media, migração e minorias étnicas: 2005-2006*. Lisboa: ACIDI.

Cunha, Isabel Ferin (2012), *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Curran, James (1990), "Culturalist Perspectives of News Organizations: A Reappraisal and Case Study", in Majorie Ferguson (ed.) *Public Communication: The New Imperatives*. Newbury Park: Sage.

Dalmasso, Sergio (1989), *Il caso Manifesto e il PCI degli anni '60*. Torino: CRIC.

Dardano, Maurizio (2008), "La lingua dei media", in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *La Stampa Italiana nell'età della TV: Dagli anni Settanta a oggi – Storia della stampa italiana*, Bari: Laterza.

Darras, Eric (1995), "Media Consecration of the Political Order", in Rodney Benson e Erik Neveu (ed.), *Bourdieu and The Journalistic Field*, 2005. Cambridge: Polity.

Da Rold, Gianluigi (1982), *Da Ottone alla P2: sei anni di compromesso storico al Corriere della sera*. Milano: SugarCo.

Davis, Dennis K. (1990), "News ad Politics", in David L. Swanson e Dan Nimmo (ed.), *New Directions in Political Communication*. London: Sage.

De Bernardi, Alberto; Ganapini, Luigi (1996), *Storia d'Italia: 1860-1995*. Milano: Bruno Mondadori.

De Lutiis, Giuseppe (1996), *Il lato oscuro del potere: associazioni politiche e strutture paramilitari segrete dal 1946 a oggi*. Roma : Editori riuniti.

_____(2010), *I servizi segreti in Italia. Dal fascismo all'intelligence del XXI secolo*. Milano: Sperling & Kupfer.

Del Pero, Mario (2005), "I limiti della distensione. Gli Stati Uniti e l'implosione del regime portoghese", in *Contemporanea*, n° 4/Ottobre, 2005.

_____(2006), *Henry Kissinger e l'ascesa dei neoconservatori : alle origini della politica estera americana*. Roma. Bari: GLF editori Laterza.

_____(2008), *Libertà e impero: gli Stati Uniti e il mondo, 1776-2006*. Roma: GLF editori Laterza.

_____(2009), "A European Solution for a European Crisis. The International implications of Portugal's Revolution", in *Journal of European Integration History*, vol. 15, 1, 2009.

Di Michele, Andrea (2008), *Storia dell'Italia Repubblicana*. Milano: Garzanti.

Dorman, William; Livingston, Steven (1994), “News and Historical Content: The Establishment Phase of the Persian Gulf Policy Debate”, in W. Lance Bennett e David L. Paletz (ed.), *Taken by Storm: The Media, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy in the Gulf War*. Chicago: University of Chicago Press.

Duras, Marguerite (2003: 101), *A vida imaterial*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Eco, Umberto; Violi, Patrizia (1976), “La controinformazione”, in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *Storia della stampa italiana. La Stampa Italiana del Neocapitalismo*, Bari: Laterza.

Eco, Umberto (1983), *Leitura do texto literário: a cooperação interpretativa nos textos literários*. Lisboa: Presença.

_____(1995), *Sette anni di desiderio*. Milano: Bompiani.

_____(2011/a), *O Cemitério de Praga*. Lisboa: Gradiva.

_____(2011/b), *Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*. Lisboa: Gradiva.

Edelman, Murray (1988), *Constructing the Political Spectacle*. Chicago: University of Chicago Press.

Ericson, Richard V., Baranek, Patricia M.; Chan, Janet (1989), *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto Press.

Esteves, João Pissarra (2002), *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Evans, Ernest (2001), “The centre holds: the portuguese revolution of 1974-1975 in comparative perspective”, in *European Security*, vol. 10 (1), 2001.

Fairclough, Norman (1995), *Media Discourse*. London. Edward Arnold.

_____(1996), “Critical Discourse Analysis in the 1990’s: Challenges and Responses”, in E. R. Pedro (ed.), *Discourse Analysis*. Lisboa: Colibri.

_____(1998), “Political discourse in the media: an analytical framework”, in A. Bell and P. Garret (ed.), *Approaches to Media Discourse*,. Oxford: Blackwell.

Fallaci, Oriana (1974-2010), *Intervista con la Storia*, vol. 1. Milano: Rizzoli.

Faria, Maria Isabel; Pericão, Maria de Graça (2008), *Dicionário do Livro*. Coimbra: Almedina.

Farinelli, Giuseppe; Paccagnini, Ermanno; Santambrogio; Villa, Angela Ida (1997), *Storia del Giornalismo: Dalle origini ai giorni nostri*. Torino: UTET Libreria.

Farr, Robert M.; Moscovici, Serge (1984), *Social Representations* Cambridge: University Press.

Ferenczi, Thomas (1993), *L'invention du journalisme en France: naissance de la presse moderne à la fin du XIXe siècle*. Paris: Plon.

Ferreira, José Medeiros (1983), "International ramifications of the portuguese revolution", in Lawrence S. Graham, Douglas L. Wheeler (ed.), *In search of modern Portugal: the revolution and its consequences*. London: The University of Wisconsin Press.

_____(2004), "O 25 de Abril no Contexto Internacional", in *Relações Internacionais*, nº 2, 2004.

Ferro, Marc (1985), *L'histoire sous surveillance: science et conscience de l'histoire*. Paris: Calmann-Lévy,

Figueira, João (2007). *Os jornais como actores políticos. Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Figueiredo, António (1983), "The Western European Press", in Maxwell, Kenneth (ed.), *The Press And The Rebirth Of Iberian Democracy*. Westport: Greenwood Press.

Fishman, Mark (1980), *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press.

Flamini, Gianni (1981-1985). *Il partito del golpe. La strategia della tensione e del terrore dal primo centrosinistra organico al sequestro Moro*, (4 vol.: 1971/1973, 1973/1974, 1975/1976, 1976/1978). Bologna: Bovolenta editore.

Fonseca, Ana Mónica (2009), "The Federal Republic of Germany and the Portuguese Transition to Democracy (1974-1976)", in *Journal of European Integration History*, vol. 15, 1/2009.

_____(2013), "O Apoio da Social-Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1976)", in Ana Mónica Fonseca e David Castaño (ed), *Dossier especial Nova Historiografia da Transição Portuguesa para a Democracia – Ler História*, nº 63, 2013.

Fonseca, Ana Mónica; Daniel Marcos (2013), "Cold War Constraints: France, Germany and the Portuguese Decolonization", in *Portuguese Studies (MHRA)*, nº 29 (2), 2013.

Forcella, Enzo (1959-2004), *Millecinquecento lettori. Confessioni di un giornalista politico*. Roma: Donzelli editore.

Foucault, Michel (1969-2005), *Arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.

_____(1971-1997), *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio de Água.

Fowler, Roger (1994), *Language in the news. Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge.

Franzinelli Mimmo (2010), *Il piano Solo: i servizi segreti, il centro-sinistra e il golpe del 1964*. Milano: Mondadori.

Fusaroli, Gaetano (1974), *Giornali in Italia. Cambiare per sopravvivere*. Parma: Ugo Guanda.

Gaddis, John L. (1982), *Strategies of containment: a critical appraisal of postwar American national security policy*. New York: Oxford University Press.

_____(2007), *The Cold War*. London : Penguin books.

Galli, Giorgio (1975), *Dal bipartitismo imperfetto alla possibile alternativa*. Milano: Mondadori.

_____(2006), *Il decennio Moro-Berlinguer: una rilettura attuale*. Milano: Baldini Castoldi Dalai.

Galtung, Johan; Ruge; Mari (1965), “*The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspaper*”, in *Journal of Peace Research*, vol. 2, n°1, 1965.

Gans, Herbert (1980), *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. London: Constable.

Garcia, Mario R.; Stark, Pegie; Miller, Ed (1991), *Eyes On the News*. St. Petersburg: The Poynter Institute for Media Studies.

Garrett, Almeida, (1826-2005), *Carta de guia para leitores*. Lisboa: Vega.

Genette, Gérard (1995), *Discurso da Narrativa*. Lisboa: Vega.

Giannuli, Aldo (2008), *Bombe a inchiostro*. Milano: BUR.

_____(2011), *Il Noto servizio, Giulio Andreotti e il caso Moro*. Milano: Tropea.

Giddens, Anthony (1995), *Transformações da Intimidade*. Oeiras: Celta.

_____(2001), *Modernidade e Identidade Social*. Oeiras: Celta.

Giulio Sapelli, (1997), *Storia economica dell'Italia contemporanea*. Milano: Mondadori.

Ginger, Henry (1994), “Portugal deixou de ser notícia”, in Mário Mesquita e José Rebelo (org.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.

Ginsborg, Paul (1989), *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi: società e politica*, Torino: Einaudi.

Gitlin, Todd (1978-2002), “Sociologia dos Meios de Comunicação Social”, in João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Godinho, Jacinto (2009), *As origens da Reportagem – Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Goffman, Erving (1986), *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.

Gozzini, Giovanni (2011), *Storia del giornalismo*. Milano: Bruno Mondadori.

Gramsci, Antonio (1977), *Quaderni del Carcere*. Torino: Giulio Einaudi editore.

Gritti, Jules (1976), “Uma Narrativa de Imprensa: Os Últimos Dias de um ‘Grande Homem’”, in Roland Barthes, Claude Bremond, A. J. Greimas, Umberto Eco, Jules Gritti, Violette Morin, Christian Metz, Tzvetan Todorov, Gérard Genette, *Análise Estrutura da Narrativa*. Petrópolis: Vozes.

Gurevitch, Michael e Blumler, Jay G. (1990), “Political Communication in Decision-Making Groups”, in David L. Swanson e Dan Nimmo (ed.), *New Directions in Political Communication*. London: Sage.

Habermas, Jürgen. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade* (1997), vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Halimi, Serge (1997), *Les Nouveaux Chiens de garde*. Paris: Liber-Raisons d'Agir.

Hall, Stuart; Critcher, Chas, Jefferson, Tony, Clarke, John; Roberts, Brian (1978-1990), “The Social Production of News”, in Paul Marris e Sue Thornham (ed.), *Media Studies – a Reader*. Edinburg: Edinburg University Press.

Hall, Stuart; Jessiva, Evans (2003), *Visual culture : the reader*. London: Sage.

Hallin, Daniel C.; Mancini, Paolo (2010), *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.

Hartley, John (1982), *Understanding News*. London: Routledge.

Hatton, Barry (2011), *Os Portugueses*. Lisboa: Clube do autor.

Heinz, Timmermann (1981), *I partiti comunisti dell'Europa mediterranea*, Bologna: Il Mulino.

Hobsbawm, Eric (1996), *A era dos extremos: breve história do século XX: 1914-1991*. Lisboa: Presença.

_____(1978), *A era das revoluções: 1748-1848*. Lisboa: Presença.

Herman, Edward; Chomsky, Noam (1988), *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. New York: Pantheon.

Hunt, Lynn (2004), *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. California: University of California Press, 2004.

Huntington, Samuel (1991), *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman, London: University of Oklahoma Press.

Ignazi, Piero (1999), “I partiti e la politica dal 1963 al 1992”, in Giovanni Sabbatucci e Vittorio Vidotto (ed), *Storia d'Italia - L'Italia contemporanea dal 1963 a oggi*. Bari: Laterza.

_____(2005), *L'evoluzione dei partiti contemporanei fra delegittimazione e centralità*, *Polis* 19 (2), 2005.

Ingrao, Pietro (1977), *Masse e potere*. Roma: Editori riuniti.

Ismail, HJ Bukhory; Ramanathan, Sankaran (1996), “The Mass media in Malaysia's General Elections”, in David L. Paletz (ed), *Political Communication Research*. New Jersey: Ablex.

Isnenghi, Mario (1976), “Forme e ideologia della informazione quotidiana”, in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *La Stampa Italiana del Neocapitalismo: Storia della stampa italiana*, Bari: Laterza.

_____(2008), “La Stampa quotidiana locale”, in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *La Stampa Italiana nell'età della TV: Dagli anni Settanta a oggi – Storia della stampa italiana*, Bari: Laterza.

Jeanneney, Jean-Noel (1996), *Uma história da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar.

Jensen, Klaus Bruhn (1993), “Introducción El cambio cualitativo”, in K. B. Jensen e N. W. Jankowski (ed.), *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch.

Jesus, José Duarte (2012), *A Guerra Secreta de Salazar em África*. Alfragide: Dom Quixote.

Kaase, Max (1990), “Partecipazione, valori e violenza politica”, in Raimondo Catanzaro, *La Politica della Violenza*. Bologna: Il Mulino.

Kayser, Jacques (1963), *Le Quotidien Français*. Paris: Librairie Armand Colin.

Keane, John (1993), *The media and democracy*. Cambridge: Polity Press.

Kissinger, Henry (1996), *Diplomacia – Henry Kissinger*. Lisboa: Gradiva.

Kovach, Bill; Rosenstiel, Tom (2004), *Os Elementos do Jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.

Kress; Gunther; Leeuwen, Theo van (1999), “Front Pages (The critical) Analysis of Newspaper Layout”, in Allan Bell e Peter Garret (ed.), *Approches to a Media Discourse*. Oxford: Blackwell Publishers.

Lang, Gladys Engel; Lang, Kurt (1994) "The Press as Prologue: Media Coverage of Saddam's Iraq, 1979-1990", in W. Lance Bennett e David L. Paletz (ed.), *Taken by Storm: The Media, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy in the Gulf War*. Chicago: University of Chicago Press.

Leblac, Gérard (1998), "Del modelo judicial a los procesos mediáticos", in Gilles Gauthier, André Gosselin e Jean Mouchan (org), *Comunicación y Política*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Lewin, Kurt (1947), "Frontiers in Group Dynamics: II Channels of Group Life; Social Planning and Action Research", in *Human Relations*, 1, 1947.

Licata, Glauco (1976), *Storia del Corriere della Sera*. Milano: Rizzoli.

Linz J. Juan; Stepan, Alfred (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. London: The Johns Hopkins University Press.

Lipovetsky, Gilles (1989). *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d'Água.

Lippmann, Walter (1922-1991), *Public opinion*. New Brunswick: Transaction Publishers.

Livolsi, Marino (1984), "La 'macchina' giornale", in *La fabbrica delle notizie*, Marino Livolsi (coord.), Milano: Franco Angeli Libri.

_____(2001), *Manuale di sociologia della comunicazione*. Roma: editori Laterza.

_____(2008), "I lettori della stampa quotidiana e periodica", in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord), *La Stampa Italiana nell'età della TV: Dagli anni Settanta a oggi – Storia della stampa italiana*. Bari: Laterza.

Lorusso, Ana Maria; Violi, Patrizia (2004). *Semiotica del testo giornalistico*. Bari: Laterza.

Luhmann, Niklas, (1996), *Introducción a la teoría de sistemas*. Barcelona: Anthropos.

_____(1997), *Observaciones de la modernidad: racionalidad y contingencia en la sociedad moderna*. Barcelona: Paidós.

_____(1984-1998), *Sistemas sociales: lineamientos para una teoría general*. Barcelona: Anthropos.

_____(2000), *La realidad de los medios de masas*. Barcelona: Anthropos.

_____(2006), *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Edições Vega.

Luís, Rita (2004), "'Por fin en el buen camino'. El final del proceso revolucionario portugués bajo la mirada de la prensa española. (1974-1975)", in Jaime Guillaumet e

Francesc Salgado (ed.), *El periodismo en las transiciones políticas. De la revolución portuguesa y la transición española a la primavera árabe*, Madrid: Biblioteca Nueva.

Mancini, Paolo (1993), “Between trust and suspicion: how political journalists solve the dilemma”, in *European Journal of Communication*, vol. 8, nº1, 1993.

____ (2001), *News and news sources: a critical introduction*. London: Sage.

____ (2002), *Il sistema fragile: i mass media in Italia tra politica e mercato*. Roma: Carocci.

____ (2009), *Elogio della lottizzazione: la via italiana al pluralismo*. Roma: editori Laterza.

Mario Grandinetti, (1992), *I quotidiani in Italia. 1943-1991*: Milano: Franco Angeli.

Marwick, Arthur (1998), *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, 1958-1974*. Oxford: Oxford University Press.

Marx, Karl (1852/1853-1975), *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Centelha.

Matos, Vera de (2010), *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Maxwell, Kenneth (1983), *The Press And The Rebirth Of Iberian Democracy*. Westport: Greenwood Press.

____ (1999), *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença.

____ (2006), “Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)”, in Luís Nuno Rodrigues, *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*. Lisboa: Fundação Luso-Americana

Mazzoleni, Gianpietro (1992), *Comunicazione e potere: mass media e politica in Italia*. Napoli: Liguori.

McChesney, Robert W. (1999), *Rich media, poor democracy*. Urbana: University of Illinois Press.

McCombs, Maxwell e Shaw, Donald (1972), “The Agenda-Setting Function of Mass Media”, in *Public Opinion Quarterly*, 36, 1972.

____ (1993), “The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas”, in *Journal of Communication*, 43(2), Spring, 1993.

McLuhan, Marshall (1964), *Understanding Media: the extension of man*. New York: Signet.

McQuail, Denis (1994), *Mass Communication Theory – An Introduction*. London: Sage.

Medici, Mario; Proietti, Domenico (1992), *Il Linguaggio del Giornalismo*. Milano: Montblanc.

Meditich, Eduardo (1997), “O jornalismo é uma forma de conhecimento?”, in *Media & Jornalismo*, nº1, 2002.

_____(2002), *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis. Editora: DAUFSC.

Melo, José Marques de (1994), *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
Mesquita, Mário; Rebelo, José (1994), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.

Mesquita, Mário (1994/a), “Portugal na primeira página”, in Mário Mesquita e José Rebelo (org.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento

_____(1994/b), “Os meios de comunicação social”, in *Portugal 20 anos de democracia*, António Reis (coord.). Lisboa: Temas e Debates, 1996.

_____(1994/c), “O caso República: um incidente crítico”, in *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 16, 1994.

_____(2003), *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Miguel Cardina (2010), *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus.

Mónica, Maria Filomena (1996), *Os Costumes em Portugal*. Lisboa: Público.

Montanelli; Indro; Cervi, Mario (1997), *L'Italia dell'Ulivo: 1995-1997*. Milano: Rizzoli.

Monteiro; Cáceres (1984), *O Mundo AZERT: cadernos de um repórter*. Lisboa: Círculo de Leitores

Moog, Sandra (2001), “American Political Communication in the Information Age: The Mixed Promises of the New Media and Public Journalism”, in Splichal, Slavko (ed.), *Public Opinion and Democracy – Vox Populi-vox Dei?* New Jersey: Hampton Press.

Morin, Violette (1966-1976), “A História Cómica”, in Roland Barthes, Claude Bremond, A. J. Greimas, Umberto Eco, Jules Gritti, Violette Morin, Christian Metz, Tzvetan Todorov, Gérard Genette, *Análise Estrutura da Narrativa*. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, Serge, (2009), *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Mouchon, Jean (1998), *La politique sous l'influence des médias*. Paris: L'Harmattan.

Mouillaud, Maurice; Tétu, Jean-François (1989), *Le Journal Quotidien*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Mughini, Giampiero (1998), *Il grande disordine: i nostri indimenticabili anni Settanta*. Milano: Mondadori.

Murialdi, Paolo (1976), *Come si legge un giornale*, Roma: Editori Laterza.

____ (1984), “Breve Storia del ‘Corriere della Sera’ e de ‘Repubblica’”, in *La fabbrica delle notizie*, Marino Livolsi (coord.), Milano: Franco Angeli Libri.

____ (2006), *Storia del giornalismo italiano*. Bologna: Società editrice il Mulino.

Murialdi, Paolo; Tranfaglia, Nicola (2008), “I quotidiani negli ultimi venticinque anni. Crisi, sviluppo e concentrazioni”, in Valeria Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *Storia della stampa italiana. La stampa italiana nell’età della TV. Dagli anni Settanta a oggi*. Bari: Editori Laterza.

Mazzanti, Alessandro (1991), *L’obiettività giornalistica: un ideale maltrattato: il caso italiano in una prospettiva storico-comparativa (1800-1900)*. Napoli: Liguori editore.

Navajas Zubeldia, Carlos (2010), “La transición militar en España y Portugal, un análisis comparativo”, in Encarnación Lemus, Fernando Rosas e Raquel Varela (coord.), *El fin de las dictaduras ibéricas (1974-1978)*. Sevilla, Paço d’Arcos: Centro de Estudios

Nicola, Tranfaglia (2001), *Editori Italiani Ieri e Oggi*. Bari: Laterza.

____ (2005), *Ma esiste il quarto potere in Italia? Stampa e Potere Politico nell’Italia Unita*. Milano: Baldini.

Neveu, Erik (2001), *Sociologie du journalisme*. Paris: La Decouverte.

Noelle-Neumann, Elisabeth (1973), “Return to the concept of powerful mass media”, in *Studies of Broadcasting*, 9 (Spring), 1973.

____ (1977), “Turbulences in the climate of opinion: Methodological applications of the spiral of silence theory”, in *Public Opinion Quarterly*, 41, 1977.

____ (1984), *The Spiral of Silence*. Chicago: The University of Chicago Press.

____ (1983-2002), “Os efeitos dos meios de comunicação na pesquisa sobre os efeitos”, in João Pissara Esteves (org.), *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Novelli, Edoardo (2008), *Le elezioni del quarantotto: storia, strategie e immagini della prima campagna elettorale repubblicana*. Roma: Donzelli.

O’Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C.; Whitehead, Laurence (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Southern Europe*, 4 vols. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Oliveira, César (1993), *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985 – um testemunho*. Lisboa: Editorial Presença.

Orwell, George (1949-2002), *1984*. Porto: Público Comunicação Social.

Paillet, Marc (1974). *Le Journalisme: fonctions et langages du quatrième pouvoir*. Paris: Denole.

Papuzzi, Alberto (1998), *Letteratura e giornalismo*. Bari: Laterza.

_____(2003), *Prefessione Giornalista*. Roma: Donzelli Editore.

Pansa, Giampaolo (1977), *Comprati e venduti. I giornali e il potere negli anni 70*. Milano: Bompiani.

_____(1988), *Carte False*. Milano: Rizzoli.

Paolo, Flores d'Arcais (1979), “Eurocomunismo come antinomia”, in *Mondoperaio*, Anno XXXII, n.º1, Janeiro.

Park, Robert (1940-2002), *As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento*, in João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pasquino, Gianfranco (1996), “Politica e ideologia”, in Corrado Stajano (coord.) *La cultura italiana del Novecento*,. Roma: Laterza.

Patterson, Thomas E. (1994), *Out of Order*. New York: First Vintage Books Edition.

_____(1997-2000), “Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo 2000*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

_____(2000), “Tendências do Jornalismo Contemporâneo - Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia?”, in *Media & Jornalismo*, (2) 2003.

Paul, Golding; Elliott, Philip (1979) *Makings the News*. Londo: Longman.

Peter, Jochen (2004), “Our long ‘return to the concept of powerful mass media’ – a cross-national comparative investigation of the effects of consonante media coverage”, in *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 16, nº 2, 2004.

Picard, Robert G. (1989), *Media economics*. Beverly Hills: CA, Sage.

_____(2004), “Commercialism and newspaper quality”, in *Newspaper Research Journal*, 25(1), 2004.

Pinto, António C. (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização: 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ponte, Cristina; Traquina, Nelson; Santos, Rogério; Cabrera, Ana (2001), *O jornalismo português em análise de casos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Ponte, Cristina (2004/a), *Notícias e Silêncios. A cobertura da Sida no Diário de Notícias e Correio da Manhã (1981-2000)*. Porto: Porto Editora.

_____(2004/b), *Leituras das Notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.

_____(2005), *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pridham, Geoffrey (1991), *Encouraging Democracy: The International Context of Regime Transition in Southern Europe*. Leicester, London: Leicester University Press.

Ramonet, Ignacio (1999). *Tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

_____(2001). *Propagandas silenciosas: massas, televisão e cinema*. Porto: Campo das Letras.

Rebello, José (1994), “Imagens de um pretérito imperfeito”, in Mário Mesquita e José Rebello (org.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento

_____(2000), O discurso do jornal : o como e o porquê. Lisboa : Editorial Notícias.

Reis, António (1996), *Portugal contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.

Rémond, René (1994), *Introdução à História do Nosso Tempo – Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.

Rekalde, Angel; Pereira, Rui (2003), *O novo jornalismo – El País e o nacionalismo basco*. Porto: Campo das Letras.

Revelli, Marco (1996), *Le due destre: le derive politiche del postfordismo*. Torino: Bollati Boringhieri.

Rezola, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa: Campo da Comunicação.

Riccardi, Andre (1999), ”Il cattolismo della Repubblica”, in Giovanni Sabbatucci, Vittorio Vidotto (coord.), *Storia L'Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*. Roma: Laterza.

Rodrigues, Adriano Duarte (1988-1999), “O Acontecimento”, in Nélson Traquina (coord.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, Lisboa: Vega.

Rodrigues, Giles (2007), “La Révolution des oeillets au Portugal vue par la presse française”, in *Revue de la Bibliothèque nationale de France*, nº25, 2007.

Rodrigues, Ana Luísa (2008), *Aos olhos do mundo: Portugal e os portugueses retratados por correspondentes estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte.

Rogers, Everett; Dearing, James; Bregman, Dorine (1988), “Agenda-setting research: Where has it been? Where is it going?”, in J. A. Anderson (Ed.), *Communication Yearbook*, 11. Newbury park: Sage.

Rondelli, Elizabeth e Weber, Maria Helena (1995), “Ensaio das eliminatórias: os media e o campeonato eleitoral”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, 1995.

Rosas, Fernando (coord.) (1999), “O marcelismo e a crise final do Estado Novo”, in *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976 / I Curso Livre de História Contemporânea*. Lisboa: Colibri / Fundação Mário Soares

Rubin, Antonio Albino Canelas (2004), “Espectacularização e mediatização da política”, in Antonio Albino Canelas Rubin (org.), *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba.

Sá, Tiago Moreira de (2008), *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.

Sá, Tiago Moreira de; Gomes, Bernardino (2008), *Carlucci vs Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Alfragide: Dom Quixote.

Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote.

Said, Edward W. (1978-1955), *Orientalism*. London: Penguin Books.

Salvati, Michele (1999), ”Dal miracolo economico alla moneta unica europea”, in Giovanni Sabbatucci, Vittorio Vidotto (coord.), *Storia L'Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*. Roma: Laterza.

Sánchez Cervelló, Josep (1993), *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Santambrogio, Giovanni (1997), “Il mondo del giornalismo contemporaneo”, in *Storia del Giornalismo: Dalle origini ai giorni nostri*. Torino: UTET Libreria.

Santos, Boaventura de Sousa; Coimbra, Maria Natércia; Cruzeiro, Maria Manuela (1997), *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Coimbra: Afrontamento.

Santos, João de Almeida (1995), “In vídeo veritas?”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, 1995.

Santos, Rogério (1997), *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.

Sartori, Giovanni (1982), *Teoria dei partiti e caso italiano*. Milano: SugarCo.

_____(2004). *Homo videns: televisione e post-pensier*. Roma: Laterza.

Saperas, Enric (1993), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*. Porto: Edições Asa.

Scalfari, Eugenio; Carli, Guido (1977), *Intervista sul capitalismo italiano*. Roma; Bari: Laterza.

Schlesinger, Philip (1977-1999), “Os jornalistas e a sua máquina do tempo”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.

Schmitter, Philippe C. (1996), “The Influence of The International Context upon the Choice of National Institutions and Policies in Neo-Democracies”, in Laurence Whitehead (ed.), *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas*, 2005. Oxford: Oxford University Press.

_____(1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Schoenbach, Klaus (1996). “The ‘Americanization’ of German election campaigns: Any impact on the voters?”, In D. L. Swanson, e P. Mancini (Ed), *Politics, media and modern democracy. An international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Westport: Praeger.

Schudson, Michael (1982-1999), “As notícias na forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.

_____(2000), “The Sociology of News Production Revisited (Again)”, in Curran e Gurevitch (eds), *Mass Media and Society*: London, Arnold.

Schulz, Winfried (2001), “Changes in Mass Media and the Public Sphere”, in Splichal, Slavko (ed.) *Public Opinion and Democracy – Vox Populi-vox Dei?* New Jersey: Hampton Press.

Scoppola, Pietro (1997), *La repubblica dei partiti: profilo storico della democrazia in Italia, 1945-1990*. Bologna: Il Mulino.

_____(2007: VI-VII), *La Coscienza e il Potere*. Bari: Laterza.

Sergio, Segre (1977), *A chi fa paura l’Eurocomunismo*, Rimini-Firenze: Guaraldi.

Serrano, Estrela (2005), *Para um estudo do jornalismo em Portugal (1976-2001). Padrões jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.

Severin, Werner; Tankard; James (2001), *Communication Theories – Origins, Methods and Uses in the Mass Media*. New York: Longman.

Shaw, Eugene F. (1979: 96-97), “Agenda-Setting and Mass Communication Theory”, *International Communication Gazette*, 25, 1979.

Sigal, Leon V. (1973), *Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking* Lexington, Mass: D. C. Heath and Company.

Smith, Anthony (1980), *Goodbye Gutenberg : the newspaper revolution of the 1980s*. New York: Oxford University Press.

Sorrentino, Carlo (2007), *Tutto fa notizia: leggere il giornale, capire il giornalismo*. Roma: Carocci.

Splichal, Slavko (1999), *Public Opinion. Developments and Controversies in the Twentieth Century*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.

_____(2000), “Defining Public Opinion in History”, in Hanno Hardt e Slavko Splichal (ed.), *Ferdinand Tonnies on Public Opinions: Selections and Analyses*. New York, Oxford: Rowman & Littlefield.

Soares, Mário (1994), “A imprensa tem o dever de contestar o poder”, in Mário Mesquita e José Rebelo (org.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.

Soromenho-Marques, Viriato (2009), “Antiparlamentarismo”, António Marujo e José Eduardo Franco (coord.), in *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*. Rio de Mouro: Temas e Debates.

Sousa, Jorge Pedro (2004), *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

_____(2005), *Elementos do Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Sousa, Pedro Diniz de Sousa (2003), *A dramatização na imprensa do “PREC”*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Stella, Gian Antonio (2009), *Negri, froci, giudei & co. L’eterna guerra contro l’altro*. Milano: Rizzoli

Tarde, Gabriel (1901-1992), *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes.

Teixeira, Nuno Severiano (2004), “O 25 de Abril e a política externa portuguesa”, in *Relações Internacionais*, nº 1, 2004.

Telo, António José (1999). “A revolução e a posição de Portugal no mundo”, in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976 / I Curso Livre de História Contemporânea*,. Lisboa: Colibri / FMS – IHCFCSH.

Tekinalp, Sermin (1996), “Mainstream-Centering Political Views in Turkish Elections” in David L. Paletz (ed), *Political Communication Research*. New Jersey: Ablex.

Temido, João Hall (2008), *Uma autobiografia disfarçada*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Tengarrinha, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

_____(2006), *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Teodori, Massimo (1976), *Storia delle nuove sinistre in Europa (1956-1976)*. Bologna: Il Mulino.

Thompson, John B. (2000), *Political Scandal – Power and Visibility in the Media Age*. Londres: Polity Press.

Tichenor Phillip; Donohue; George; Olien Clarice, (1970-2002), “O fluxo dos meios de comunicação de massa e o crescimento diferencial do conhecimento”, in João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tocqueville, Alexis de (1835-2001), *Da democracia na América*. Cascais: Principia.

Todorov, Tzvetan (1978-1981), *Os Géneros do Discurso*. Lisboa: Edições 70.

Tovias, Alfred (1984), “The International Context of Democratic Transition”, in Geoffrey Pridham (ed.), *The New Mediterranean Democracies: Regime Transition in Spain, Greece and Portugal*. London: Frank Cass.

Traquina, Nélon (2000/a), *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva Coimbra.

_____(2000/b), *Jornalismo 2000. Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: *Relógio D'Água*.

_____(2001), “Teorias das Notícias: o estudo do jornalismo no século XX”, in Nelson Traquina, Ana Cabrera, Cristina Ponte e Rogério Santos, *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho.

_____(2002), *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

_____(2004), *A Tribo Jornalística. Uma Comunidade Transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias.

Tuchman, Gaye (1978), *Making News*. New York: The Free Press.

_____(1976-1999), “Contando ‘Estórias’”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.

van Dijk, Teun A. (1980), *Macrostructures: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

_____(1988), *New as Discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

____ (1989), “Race, riots and the press. An analysis of editorials in the British press about the 1985 disorders”, *International Communication Gazette*, 43, 1989.

____ (1997), *Racismo y Análisis Crítico de los Medios*. Barcelona: Bosch Comunicación.

____ (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto: Campo das Letras.

Varsori, Antonio (2009), “Crisis and stabilization in Southern Europe during the 1970s: Western strategy, European instruments”, in *Journal of European Integration History*, vol. 15, 1, 2009.

Vidotto, Vittorio (1999). “La Nuova Società”, in Giovanni Sabbatucci, Vittorio Vidotto (coord.), *Storia d’Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*. Roma: Laterza.

Vieira, Joaquim; Mónico, Reto (2014), *Nas bocas do mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta da china.

Vivaldi, Gonzalo Martin (1979), *Géneros periodísticos : reportaje, crónica, artículo*. Madrid: Paraninfo.

Volli, Ugo (1994), *Il libro della comunicazione : idee, strumenti, modelli*. Milano: Il saggiatore.

Wagner, Tilo (2006) “Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos”, in *Relações Internacionais*, nº 11, 2006.

Wall, Irwin (2006), “L’amministrazione Carter e l’eurocomunismo”, in *Ricerche di Storia Politica*, anno IX, (2), Agosto, 2006.

Walter, Benjamim (1980-1992), *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Relógio D’Água.

White, David Manning (1950), “The ‘Gate Keeper’: A Case Study in the Selection of News”, in *Journalism Quarterly*, 27, 1950.

Whitehead, Laurence (1991), “International Aspects of Democratization”, in Guillermo O’Donnell, Philippe C. Schmitter, Laurence Whitehead (ed.), *Transitions from Authoritarian Rule: comparative perspectives*, 4 vols. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Whitehead, Laurence (1996), “Democracy by Convergence: Southern Europe”, in Laurence Whitehead (ed.), *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas*, 2005. Oxford: Oxford University Press.

Williams, Raymond (1988), *Keywords: a vocabulary of culture and society*. London: Fontana Press.

Wolf, Mauro (2001), *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Wolton, Dominique (1999), *Pensar a comunicação*. Viseu: Difel.

Zelizer, Barbie (1993-2000), “Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa”, in Nélson Traquina (org.), *Jornalismo 2000*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.

_____(2004), *Taking Journalism Seriously*. California: Sage Publications.

CRÉDITO ILUSTRAÇÕES

Figura 2: *Corriere della Sera*, 29 de Junho, 1975

Figura 3: *Il Messaggero*, 12 de Maio, 1974

Figura 4: *Il Messaggero*, 27 de Abril, 1975; *La Stampa*, 16 de Abril, 1975 e 13 de Maio, 1975; *Corriere della Sera*, 16 de Março, 1975

Figura 5: *La Stampa*, 19 de Junho, 1975

Figura 6: Cartoon João Abel Manta

Figura 7: *Lotta Continua*, 17 de Julho, 1975

Figura 8: *Giorni Vie Nuove*, 11 de Março, 1972

Figura 9: *Il Mondo*, 21 de Novembro, 1974; apelo em defesa da liberdade de imprensa, *Corriere della Sera*, 12 de Julho, 1975; cartoon *Lotta Continua*, 8 de Abril, 1975

Figura 10: *Il Giornale nuovo*, 27 de Junho, 1975; *Lotta Continua*, 12 de Julho, 1975; cartoon *Il Resto del Carlino*, 28 de Maio, 1975

Figura 11: *Corriere*, 20 de Maio de 1975

Figura 12: *Corriere della Sera*, 3 de Junho, 1975 e 31 de Maio, 1975 (em cima); *Panorama*, 5 de Junho 1975 (em baixo, esquerda), *Il Popolo*, 8 de Junho, 1975 (em baixo, direita)

ANEXO 1

Protocolo de categorias de análise da base de dados

1. Cobertura jornalística Estado Novo 1968-1974 (subcorpus A)

a) Variáveis de Forma

V.1. Identificação da peça (1, 2, 3, 4, 5....)

V.2. Meio

1. *Corriere della Sera*

V.3. Dia (1, 2, 3, 4, 5...)

V.4. Mês

1. Janeiro
2. Fevereiro
3. Março
4. Abril
5. Maio
6. Junho
7. Julho
8. Agosto
9. Setembro
10. Outubro
11. Novembro
12. Dezembro

V.5. Ano

1. 1968
2. 1969
3. 1970
4. 1971
5. 1972
6. 1973
7. 1974

V.6. Localização no jornal

1. Manchete
2. 1ª Página
3. 3ª Página
4. Página par
5. Página ímpar

V.7. Extensão

1. Até 30 linhas
2. De 31 a 60 linhas
3. De 61 a 100 linhas
4. De 101 a 150 linhas
5. Mais que 151 linhas
6. Não aplicável

V.8. Caracterização assinatura

- 1 – Correspondente
- 2 – Enviado especial
- 3 - Outros

2. Cobertura jornalística 1974-1976 (subcorpus B)

a) Variáveis de Forma

V.1. Identificação da peça (1, 2, 3, 4, 5....)

V.2. Meio

1. *Corriere della Sera*
2. *La Stampa*
3. *Il Messaggero*

V.3. Dia (1, 2, 3, 4, 5...)

V.4. Mês

1. Janeiro
2. Fevereiro
3. Março
4. Abril
5. Maio
6. Junho

7. Julho
8. Agosto
9. Setembro
10. Outubro
11. Novembro
12. Dezembro

V.5. Ano

1. 1974
2. 1975
3. 1976

V.6. Sequência de acontecimentos

1. Ação militar Caldas da Rainha (16 Março – 24 Abril, 1974)
2. Ação militar 25 de abril (25 Abril – 29 Setembro, 1974)
3. Processo Revolucionário Em Curso (30 Setembro, 1974 – 10 Março, 1975)
4. Nova etapa do PREC (11 Março – 12 Julho, 1975)
5. Verão Quente (13 Julho – 18 Setembro, 1975)
6. VI Governo Provisório (19 Setembro – 24 Novembro, 1975)
7. Último episódio-símbolo da Revolução (25 Novembro, 1975 – 2 Abril, 1976)

V.7. Localização no jornal

1. Manchete
2. 1ª Página
3. Chamada de 1ª página ou Chamada de 2ª página
4. 3ª Página com chamada ou 3ª página
5. Página par
6. Página ímpar

V.8. Extensão

1. Até 30 linhas
2. De 31 a 60 linhas
3. De 61 a 100 linhas
4. De 101 a 150 linhas
5. Mais que 151 linhas
6. Não aplicável

V.9. Valorização gráfica

1. Fotografia
2. Infografia e ilustrações (gráficos, mapas e outras representações visuais)
3. Destaques (caixas, intertítulos e outros elementos que conferem visibilidade, antetítulos ou títulos que unem duas peças)
4. Fotografia, infografia/ilustrações ou destaques
5. Ausência de marcas

V.10. Assinatura

1. Peça assinada
2. Peça agência
3. Peça com iniciais
4. Não assinada

V.11. Caracterização da assinatura

1. Correspondente
2. Enviado especial
3. Outros

V.12. Gêneros jornalísticos

1. Notícia
2. Breve (até 30 linhas)
3. Artigo (notícia comentada)
4. Reportagem
5. Editorial
6. Coluna, comentário, crônica
7. Entrevista
8. Cartoon
9. Perfil/Retrato
10. Outros

b) Variáveis de Conteúdo

V.13. Tema principal

1. Questões de governação e política interna
2. Política nas colónias, descolonização e conflitos entre movimentos/partidos políticos e sociais em territórios ultramarinos (antes e depois dos processo de independência)

3. Política externa
4. Repercussões e relações internacionais;
5. Assuntos militares e guerra colonial
6. Movimentos sociais e políticos, manifestações, greves (ou outras manifestações sociedade civil)
7. Repressão, violência, censura, justiça (militar ou civil, saneamentos)
8. Setor de informação
9. Religião
10. Outros

V.14. Protagonista principal

1. Mário Soares
2. Álvaro Cunhal
3. Outros políticos civis
4. António de Spínola
5. Francisco Costa Gomes
6. Adelino da Palma Carlos
7. Vasco Gonçalves
8. Pinheiro de Azevedo
9. Melo Antunes
10. Otelo Saraiva de Carvalho
11. Outros militares ou os militares em sentido lato
12. Sociedade civil (trabalhadores, ativistas, simpatizantes/militantes de partidos políticos) e personalidades públicas (não políticas)
13. Militares, políticos e agentes sociais de territórios ultramarinos
14. Expoentes religiosos
15. Outros ou vários agentes políticos, sociais e militares, nacionais e internacionais

V.15. Instituições

1. Partido Socialista
2. Partido Comunista
3. Outros partidos/movimentos políticos
4. Junta Salvação Nacional
5. Conselho da Revolução
6. MFA

7. Outros órgãos/estruturas militares ou as Forças Armadas em sentido lato
8. Instituições/movimentos sociedade civil, entidades públicas (não políticas) e empresas ou sindicatos
9. Partidos/movimentos políticos, movimentos sociedade civil e estruturas militares de territórios ultramarinos
10. Igreja
11. Imprensa e meios de comunicação
12. Outras ou várias instituições/movimentos políticas, sociais e militares, nacionais ou internacionais

V.16. Proveniência da peça

1. Fontes oficiais (governo, instituições de carácter governamental ou privado, principais empresas, partidos)
2. Fontes Regulares (empresas, associações, líderes de opinião, analistas)
3. Fontes ocasionais ou acidentais (quando é solicitada a opinião a um indivíduo que observa o acontecimento)
4. Iniciativa do próprio media
5. Peça de agência
6. Peça de outro media
7. Fonte indeterminada
8. Várias proveniências
9. Outras

c) Variáveis de Discurso

V.20. Estilo da peça jornalística

- 1 – Descritivo/narrativo
- 2 – Analítico – interpretativo/explicativo
- 3 – Não aplicável

3. Cobertura jornalística 1974-1976 (subcorpus C)

a) Variáveis de Forma

V.1. Identificação da peça (1, 2, 3, 4, 5....)

V.2. Meio

1. *Corriere della Sera*

2. *La Stampa*

3. *Il Messaggero*

V.3. Dia (1, 2, 3, 4, 5...)

V.4. Mês

1. Janeiro

2. Fevereiro

3. Março

4. Abril

5. Maio

6. Junho

7. Julho

8. Agosto

9. Setembro

10. Outubro

11. Novembro

12. Dezembro

V.5. Ano

1. 1974

2. 1975

3. 1976

V.6. Sequência de acontecimentos

1. Ação militar Caldas da Rainha (16 Março – 24 Abril, 1974)

2. Ação militar 25 de abril (25 Abril – 29 Setembro, 1974)

3. Processo Revolucionário Em Curso (30 Setembro, 1974 – 10 Março, 1975)

4. Nova etapa do PREC (11 Março – 12 Julho, 1975)

5. Verão Quente (13 Julho – 18 Setembro, 1975)

6. VI Governo Provisório (19 Setembro – 24 Novembro, 1975)

7. Último episódio-símbolo da Revolução (25 Novembro, 1975 – 2 Abril, 1976)

V.7. Localização no jornal

1. Manchete

2. 1ª Página

3. Chamada de 1ª página ou Chamada de 2ª página

4. 3ª Página com chamada ou 3ª página

5. Página par
6. Página ímpar

V.8. Extensão

1. Até 30 linhas
2. De 31 a 60 linhas
3. De 61 a 100 linhas
4. De 101 a 150 linhas
5. Mais que 151 linhas
6. Não aplicável

b) Variáveis de Conteúdo

V.9. Tema principal

1. Questões de governação e política interna
2. Política nas colónias, descolonização e conflitos políticos e sociais em territórios ultramarinos (antes e depois dos processo de independência)
3. Política externa
4. Questões de política interna, política externa, agentes sociais ou setor de informação em Itália
5. Repercussões e relações internacionais
6. Assuntos militares e guerra colonial
7. Questões respeitantes ao terrorismo, justiça em Itália
8. Religião
9. Outros

4. Repercussões dos acontecimentos portugueses em Itália (subcorpus D)

a) Variáveis de Forma

V.1. Identificação da peça (1, 2, 3, 4, 5....)

V.2. Meio

1. *Corriere della Sera*
2. *La Stampa*
3. *Il Messaggero*

V.3. Dia (1, 2, 3, 4, 5...)

V.4. Mês

1. Janeiro
2. Fevereiro
3. Março
4. Abril
5. Maio
6. Junho
7. Julho
8. Agosto
9. Setembro
10. Outubro
11. Novembro
12. Dezembro

V.5. Ano

1. 1974
2. 1975
3. 1976

V.6. Sequência de acontecimentos

1. Ação militar Caldas da Rainha (16 Março – 24 Abril, 1974)
2. Ação militar 25 de abril (25 Abril – 29 Setembro, 1974)
3. Processo Revolucionário Em Curso (30 Setembro, 1974 – 10 Março, 1975)
4. Nova etapa do PREC (11 Março – 12 Julho, 1975)
5. Verão Quente (13 Julho – 18 Setembro, 1975)
6. VI Governo Provisório (19 Setembro – 24 Novembro, 1975)
7. Último episódio-símbolo da Revolução (25 Novembro, 1975 – 2 Abril, 1976)

